cultura: imagens e representações

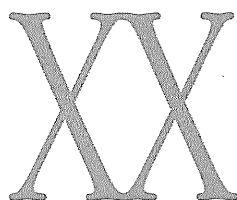
# ESTUDOSDOSÉCULO

# XX

número 8 · 2008

I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

ESTUDOSDOSÉCULO



número 8 • 2008

FUNDADOR
Luís Reis Torgal

DIRECTORA DA REVISTA
Maria Manuela Tavares Ribeiro

COORDENADOR
Vítor Neto

SECRETÁRIA DA REVISTA
Isabel Nobre Vargues

CONSELHO EDITORIAL
Alda Mourão • Escola Superior de Educação de Leiria
António Sampaio da Nóvoa • Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
António Pedro Pita • Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Didier Francfort • Université Nancy 2
Eloy Fernández Clemente • Universidad de Zaragoza
Estevão Chaves de Rezende Martins • Universidade de Brasília
Isabel Nobre Vargues • Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
João Rui Pita • Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra
Juan Antonio Rodríguez Sánchez • Universidad de Salamanca
Luís Reis Torgal • Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX CEIS20
Maria Emília da Costa Prado • Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Maria Manuela Tavares Ribeiro • Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Mariano Esteban de Vega • Universidad de Salamanca
Mário Mesquita • Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

AVALIADORES EXTERNOS
Ariane Landuyt • Università degli Studi di Siena
Bernard Vincent • École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris
Francisco Falcon • Universidade Salgado de Oliveira - Rio de Janeiro
Hipólito de la Torre Gómez • UNED-Madrid
Richard Robinson • University of Birmingham.

REDACÇÃO
Investigadores do CEIS20

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Isabel Maria Luciano

PROPRIEDADE E SEDE DA REDACÇÃO
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20
Rua Filipe Simões, nº 33
3000-186 Coimbra
Telefone: + 351 239 708 870
Fax: + 351 239 708 871
E-mail: ceis20@ci.uc.pt
URL: http://www.ceis20.uc.pt

cultura: imagens e representações

# ESTUDOSDOSÉCULO

# XX

número 8 · 2008

I
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

## Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra
E-mail: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design
António Barros

Impressão
Tipografia Lousanense, Lda
geral@tipografialousanense.pt

Preço deste Número
25 euros

Periodicidade
Anual

Assinaturas
Portugal 20 euros
(Estudantes 17.50 euros)

ISSN 1645-3530

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx) e na International Bibliography ofthe Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/).

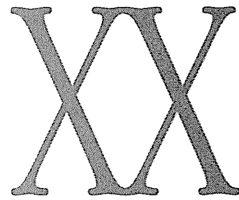
A responsabilidade dos textos é dos autores.

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III.

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal




ESTUDOSDOSÉCULO




número 8 • 2008

# cultura: imagens e representações

# Índice

# Nota de Apresentação

**Vítor Neto**

Sendo a *Cultura: Imagens e Representações* uma dimensão da realidade histórica com uma autonomia relativa no conjunto da totalidade social e, em virtude da necessidade de continuar a investigar e a reflectir sobre esta temática, cremos que se justifica plenamente a publicação de um número da Revista *Estudos do Século XX* sobre este objecto-real da história. Porém, sabemos que este plano da realidade não é explicável sem o conhecimento da materialidade histórica configurada na economia, na sociedade, na política e nos aspectos jurídicos. No entanto, rejeitamos qualquer teoria do reflexo na explicação da cultura uma vez que pensamos que esta dimensão do todo social, embora sofra a determinação das infra-estruturas, também exerce a sua interinfluência dialéctica sobre a base em que assenta a história. Por vezes, as ideias guiam a vida das sociedades no processo infinito de construção do futuro, embora encontrem a sua origem última na realidade material. Sendo assim, elas têm uma certa autonomia no contexto dos avanços do processo histórico e, por isso, podem ser estudadas de forma independente.

Como se sabe, não há sociedades sem as suas imagens e o seu sistema de representações o qual mistura a memória, as fórmulas mais ou menos repetidas, os mitos e os ritos que constituem, no fim de contas, uma cultura específica de identificação. Neste sentido, o volume que ora se publica, privilegia a cultura política, a teorização cultural, as imagens, a estética, o ensino, a literatura e a cultura médica. Julgamos que estes diferentes enfoques sobre a superestrutura cultural trazem a diversidade de perspectivas no quadro da unidade de análise do fenómeno da produção e do consumo da cultura. Nem sempre valorizamos suficientemente o sistema de representações das formações sociais, mas ele é fundamental para a reprodução social consumada com a ajuda dos mecanismos de produção ideológica dos Estados aperfei-çoados e desenvolvidos no século XX. Assim, se as sociedades criam os seus próprios imaginários, os indivíduos que as constituem produzem as suas concepções acerca do Universo e do próprio Homem. Como não é possível viver exclusivamente no plano teórico-científico, é no domínio das ideologias e das culturas que a comunicação se realiza entre os homens que sentem, imaginam e sonham sobre os caminhos trilhados pelas formações sociais. Digamos que a cultura cientificista se enlaça com a eternidade dos romantismos que surgem e ressurgem mesmo quando já são considerados anacrónicos. Ora, é um erro supor que por ser mais subjectiva que a economia e a política, a cultura não pode ser apreendida e explicada pela ciência historiográfica.

Tanto quanto nos foi possível procedemos a uma ordenação lógica e temática dos artigos procurando dar alguma coerência à obra. Julgamos que a concatenação desta diversidade acabou por originar uma unidade objectiva do volume. No entanto, demos prioridade a alguns ensaios que mais directamente se situam no plano da teoria, a que se segue um grupo sobre a política, e estética e o ensino e, por fim, um terceiro conjunto que se ocupa da literatura, da cultura e das representações. Ao leitor caberá fazer as opções temáticas em função das diferentes abordagens do tema geral e dos seus próprios interesses. Acreditamos que o conjunto de artigos aqui reunidos poderá contribuir para a reflexão e para o

aprofundamento dos conhecimentos sobre o assunto e abrir o caminho para novas indagações sobre o fenómeno da produção cultural na sua variedade e riqueza próprias. Para a publicação deste número contámos com a disponibilidade de um conjunto de colaboradores a quem muito agradecemos os quais foram convidados para o efeito apenas com a preocupação de uma assumida perspectiva multidisciplinar.

Para finalizar devemos uma palavra de gratidão, à Directora da Revista, Maria Manuela Tavares Ribeiro, pela confiança depositada no nosso trabalho e pelo acompanhamento pessoal da evolução de todo o processo de preparação deste número. À Isabel Maria Luciano, Marlene Taveira e Ângela Lopes, o nosso agradecimento pela colaboração na edição do volume. Aos amigos que se interessaram sobre o "andamento" da actividade de coordenação do número o nosso obrigado.

Vítor Neto

# Teoria e Imagens

# Culture et civilisation
## Images et représentation des concepts

Georges Contogeorgis

CONTOGEORGIS, Georges – "Culture et Civilisation.
Images et représentation des conceps"
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 15-26.

**Georges Contogeorgis.** Antigo Reitor, Director de pesquisa do CNRS, Membro Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Professor de Ciência Política na Universidade Panteion de Atenas.

1. Le concept de culture a fait l'objet de jugement nombreux et variés, selon lesquels tantôt il recoupe le concept de civilisation ou est confrontée avec lui, tantôt il est envisagé comme son synonyme. Ces deux concepts apparaissent presque simultanément dans le monde moderne, et plus concrètement à la phase du passage du despotisme à l'anthropocentrisme, au sein des enclaves sociales qui avaient déjà été constituées en termes de liberté, vers le milieu du XVIII<sup>e</sup> siècle. Ce n'est donc pas un hasard qu'au départ, le concept de culture, consécutivement à la notion de civilisation, a été appelé à traduire le développement intellectuel de l'homme, l'éducation, la poursuite de valeurs supérieures, mais aussi l'adoption de modes de vie seyant à la société de la *civitas/cité*. À présent, culture et civilisation sont liées à la sortie de l'homme de la barbarie[1]. Le passé despotique du monde occidental européen avec lequel «l'homme nouveau» civilisé venait en pleine opposition a fourni le point de comparaison.

La rencontre de «l'homme nouveau», d'une part, avec la connaissance scientifique et les formidables réussites du nouveau cosmosystème, le cosmosystème anthropocentrique, et d'autre part avec l'ancien régime en décomposition et les sociétés primitives apportées par les grandes découvertes, devait lui donner une évidente confiance en soi et, par extension, le persuader que le concept de culture était une tautologie de celui de civilisation[2]. L'homme fut ensuite appelé à se libérer des servitudes de la nature, construisant les conditions d'un environnement qui aurait pour axe de référence la coexistence civilisée, sur la base de la liberté et de la prospérité. Ces conditions concernent avant tout les bases matérielles de la civilisation[3]. Mais elles concernent tout autant la formation de modes de comportement, d'habitudes et de valeurs[4] qui mettront l'homme en harmonie avec la nouvelle situation. L'homme devait, dans ce cadre, se débarrasser des préjugés et des dogmes hérités du Moyen Âge, de l'état primitif ou du despotisme.

Cette approche du concept de culture comme synonyme d'une certaine conception de la civilisation devait inévitablement alimenter l'idée d'une supériorité unique du nouveau facteur hégémonique émergent du monde et, dans le même temps, une périodisation linéaire des étapes de la civilisation. Edward Burnett Tylor distingue trois périodes majeures dans l'évolution de l'homme social: la sauvagerie, la barbarie et la civilisation[5]. Mais de la sorte, la culture, tout comme la civilisation, cesse de définir une phase concrète de la situation humaine, pour traduire de manière

---

[1] TAYLOR, E.B. – *Primitive Culture: Researches into the development of mythology, philosophy, religion, art and custom*, 1874.

[2] «Culture or civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society», in TAYLOR, E.B., *op. cit.*

[3] La création des outils, des institutions, des structures sociales, des «conventions» communicationnelles et économiques, etc.

[4] À partir de l'adaptation de l'habillement aux nouveaux besoins et de la culture de conceptions et de mentalités institutionneles, etc.

[5] Dans la lignée de la conception linéaire de l'évolution de la civilisation inaugurée par Auguste Comte s'inscrit une pléiade de penseurs, de Morgan à Marx. Dans la même vision linéaire se rangent également de nombreux chercheurs modernes et contemporains comme Leslie A. White, Julian H. Steward, F. Service, etc. Pour une périodisation alternative de l'évolution, voir GIBBON'S, Edward – *The Decline and the Fall of the Roman Empire.* London: Strahan & Cadell, 1776-1789.

univoque son *status* évolutif le plus élevé. Le processus de civilisation, la division des peuples en fonction de leur envergure culturelle, c'est-à-dire en supérieurs et inférieurs culturellement, seront identifiés à la consécration de lois, à la maîtrise de la violence et, enfin, à l'apparition de l'État moderne[6], qui se réserve le monopole de la violence légitime (Max Weber).

Le choc des totalitarismes de l'entre-deux-guerres va conduire à une relativisation de la conception de la civilisation et de la culture et permettre la rencontre de l'homme occidental avec d'autres civilisations et la reconnaissance à celles-ci d'éléments de progrès. Malgré tous les efforts qui seront accomplis dès lors pour la cristallisation du concept de culture et une délimitation de son champ par rapport à la civilisation, il ne sera pas possible en réalité d'aboutir à un accord sur leur objet, ni même sur leur incontestable distinction.

Cependant, une première définition de la culture pourrait englober aussi bien les réalisations qui concernent le développement intellectuel et esthétique (les arts, etc.) de l'homme social, que l'ensemble de ses comportements ou mentalités et valeurs (les coutumes, les habitudes, les croyances, la manière de concevoir le droit, le travail, la relation politique et sociale, la conduite morale, le genre de vécu religieux, etc.). Ces «expressions de la vie» que les marxistes devaient intégrer à la catégorie de la superstructure, R. M. Mac Iver va les opposer aux créations de la «civilisation matérielle», dans lesquelles il englobe les infrastructures de «l'organisation sociale, la technique et la technologie»[7]. Parmi ces dernières, occupent une place capitale les villes, la division du travail social, la haute complexité du fait socio-économique et politique, et, enfin, l'État.

Sur la base des caractéristiques de la civilisation se développent des règles, des comportements, des mentalités, des valeurs qui façonnent le mode de vie d'une société et composent l'image de la culture. Celle-ci peut alors, en l'occurrence, être appréhendée comme une catégorie plus large que la civilisation.

Cette conception de la relation entre culture et civilisation s'accorde avec la base étiologique dont dépend, selon la modernité, leur cause efficiente. Le genre et le niveau de civilisation que vit une société ou une époque découlent de certains paramètres culturels qui, pour une raison donnée, dominent à un certain moment. Mais il ne résulte de ce raisonnement ni leur base étiologique ni la cause d'une priorité ou d'une autre sur laquelle se concentre la marque culturelle de chaque civilisation. Les efforts déployés par certains penseurs attachent toute leur attention aux points visibles qui composent les manifestations culturelles extérieures d'une probable différenciation, mais ne vont pas au fond de la question. La remarque, par exemple, que l'époque romaine contient comme trait distinctif le droit n'apporte pas de réponse convaincante à la question de la cause efficiente ni du caractère de la civilisation «romaine». Elle ne soulève pas de manière essentielle la question de savoir

---

[6] Voir à ce propos Gordon CHILDE V. – *What happened in History*. London: Penguin, 1942, où la civilisation se distingue par différents éléments du devenir social, comme les moyens d'existence, les formes de gouvernement, la structure sociale, le système économique, la vie intellectuelle, etc.

[7] Marc IVER, R.M., Page H. – *Society: an Introductory analysis*. London: McMillan & Company, 1950. Comme on l'a souligné, cette distinction, inspirée de la typologie stricte d'Alfred Weber, a été généralement admise par la communauté scientifique.

s'il s'agit d'une civilisation différente ou simplement d'une manifestation particulière d'une autre civilisation, comme la civilisation hellénique. Dans son livre *A Study of History* (1834-1961) Arnold Toynbee distingue vingt-six civilisations différentes et s'interroge sur les conditions de leur genèse et de leur destruction. Oswald Spengler[8] soutient des hypothèses similaires, distinguant huit civilisations que caractérise leur maturité mais aussi une vie historique concrète.

La définition des civilisations selon le critère des traits culturels extérieurs par les penseurs de la modernité est manifeste dans deux cas exemplaires: le premier est celui de Spengler, qui estime que «l'Occident» a déjà passé le stade de la maturité et, même plus, est entré dans la phase de son étiolement naturel, alors que, comme nous le constaterons plus tard, ce monde et, par extension, l'époque moderne ont à peine commencé leur processus anthropocentrique. L'autre cas est celui, plus caractéristique, de Samuel Huntington[9], qui considère la religion comme cause efficiente de la civilisation et, par conséquent, de la culture. C'est elle qui définit le genre de la société, sa familiarité avec les bases matérielles de la vie humaine, les libertés, et, enfin, la démocratie.

Ces approches, indépendamment de leurs différences, convergent dans leurs composantes fondamentales. Elles tendent toutes à justifier la supériorité de «l'Occident», c'est-à-dire sa supériorité culturelle par rapport aux civilisations aussi bien passées que modernes. À l'appui de cet argument, la modernité invoque des notions telles que la complexité[10] ou la division du travail social[11] ainsi que le dogme de la supériorité de la liberté des modernes sur la liberté des anciens[12]. Or, il est manifeste que ces arguments se focalisent essentiellement sur le souci qu'elle a de dépasser certains obstacles fondamentaux, liés à ladite «Antiquité grecque». Mais elle oublie que des notions comme la complexité ou la division du travail ne dépendent pas de l'indice de difficulté que présentent les questions à envisager ou du degré de complexité des sociétés. Ces deux paramètres sont directement liés au niveau de développement des sociétés d'une époque. Par exemple, les sociétés contemporaines sont plus complexes que celles du XIX^e^ siècle, mais aujourd'hui, leurs membres ont une immixtion plus directe dans la gestion de leurs affaires. De même, la division du travail, dans la mesure où elle n'est pas simplement liée à la nécessaire spécialisation dans le cadre du devenir social (le médecin, l'ingénieur, l'avocat, etc.), mais fait partie de la constitution de la hiérarchisation sociale qu'entraîne la relation entre système et société coupée de la propriété ou du pouvoir, est la preuve d'un acquis de civilisation primaire. L'exemple de la cité-État hellénique prouve que la division du travail dans l'économie et la politique est un trait caractéristique des systèmes pré-démocratiques, et non de la démocratie. Dans la démocratie, le citoyen est libéré de la dépendance du travail, et la notion de hiérarchie structurée et, par extension, de pouvoir politique disparaît. Dans la démocratie, le système politique appartient

---

[8] Dans son livre *Decline of the West. Perspectives of World History*. Munich: C.H. Beck, 1922.

[9] Dans son livre *The Clash of Civilization and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster, 1996.

[10] À titre d'exemple, Joseph Tainter, *The Collapse of Complex Societies*. London: Cambridge University Press, 1990.

[11] À commencer par Émile Durkheim, *De la division du travail social*. Paris: PUF, 1930.

[12] Argument qu'a introduit M. de Condorcet, mais qui a été adopté, voire élevé par la suite en doctrine.

au corps de la société des citoyens politiquement constitué (le démos), et non à l'État/système, ni, par conséquent, aux spécialistes[13].

L'optique de la liberté est la même. L'opposition entre liberté individuelle (la liberté des «modernes») et liberté politique (la liberté des «anciens») contient au moins une erreur logique. La liberté individuelle peut exister en soi comme qualité humaine. Mais la liberté politique, pour exister, présuppose le concours cumulé en l'homme des deux autres libertés: individuelle et sociale. En ce cas, l'opposition se situe entre la liberté simplement individuelle (celle des «modernes») et la liberté globale (c'est-à-dire cumulativement individuelle, sociale et politique) (celle des «anciens»). Cette opposition dissimule en fait le produit de deux stades différents de civilisation. Car la sphère culturelle et, dans ce cadre, les comportements, les mentalités, les valeurs, les mœurs, l'appréhension des institutions sont une chose quand domine la liberté individuelle univoque, et ils en sont une autre quand la mesure de la situation de l'homme dans la société est la liberté globale.

Ces remarques révèlent le déficit gnoséologique de l'argument de la conceptualisation de la culture et de la constitution de sa relation avec la civilisation. Mais elles laissent aussi apparaître sa finalité idéologique. Cette finalité dissimule le projet politique du facteur euro-atlantique de compenser le bipolarisme qu'a suscité la division socio-économique et politique du monde (l'opposition entre libéralisme et socialisme «réel») par la définition du cosmosystème planétaire en sphères culturelles, de sorte à forger les conditions de son leadership à l'époque nouvelle.

En ce sens, la religion devait être mobilisée et a été mise en avant non pas comme représentation de l'état réel de civilisation d'un peuple ou d'un ensemble de peuples, mais comme la cause efficiente de la civilisation. C'est pourquoi aussi le paramètre de la religion a été appelé à définir le caractère tant de l'adversaire qui, en l'occurrence, est évalué comme inférieur, que de l'espace «propre», c'est-à-dire l'Occident[14].

Cependant, la représentation de «l'Occident» à travers le prisme de la religion est en contradiction avec sa nature même. «L'Occident» a été au cours de l'histoire une définition géographique traduisant le processus occidental du monde hellénique, romain puis byzantin. On est revenu de nos jours à cette notion pour définir l'espace géographique où régnait le Moyen Âge féodal et qui, à partir d'un certain moment, a pris une trajectoire anthropocentrique. Le dilemme est donc de savoir si la position d'avant-garde que revendique «l'Occident» remonte à ses origines féodales (et aux représentations culturelles correspondantes) ou doit être attribuée aux raisons qui ont provoqué la sortie de l'Europe du Moyen Âge. En fait, le recours au concept de Moyen Âge renvoie à une déviation par rapport au cours de civilisation dans lequel s'était engagé «l'Occident» et auquel il est revenu manifestement avec la «Renaissance». De même, les phénomènes culturels qui semblent composer les stéréotypes et les réticences des espaces non «occidentaux» au changement sont ceux qu'a rencontrés «l'Occident» lui-même à la phase de sa sortie du Moyen Âge. La conception despotique de la religion est l'un d'entre eux.

---

[13] Pour plus de détails, voir CONTOGEORGIS, Georges – *La démocratie comme liberté.* Athènes: Ed. Patakis, 2007.

[14] Voir, en particulier, S. HUNTINGTON, *op. cit.*

Qu'est-ce donc qui a fait que «l'Occident» a accédé plus tôt à la civilisation ? Et quelle est la nature de la civilisation qu'il représente et qui prouve sa supériorité ? Manifestement, ce n'est pas sa géographie, qui s'est installée dans l'imaginaire de l'homme moderne comme cause efficiente de civilisation. Le cas le plus caractéristique de cette conception est apparemment celui de la «Méditerranée». On l'invoque, en fait, pour rejeter dans l'ombre les différenciations cosmohistoriques qu'a connues la région dans le passé[15]. La Méditerranée n'est pas plus que les autres régions de la planète une cause productrice de civilisation. La motivation de la civilisation remonte à des causes différentes, indépendantes de la focalisation géographique. Dans la Méditerranée comme en «Occident» furent produites différentes espèces de civilisation au sens cosmosystémique du terme.

Ces quelques observations mettent en évidence les difficultés qu'a la modernité à constituer une gnoséologie globale concernant le phénomène social, qui serait en même temps capable de soumettre à l'épreuve critique ou d'interpréter et classifier ses diverses manifestations. D'où, aussi, l'insistance sur la classification linéaire du fait culturel, l'idée que la culture est un concept plus général que la civilisation, son érection en cause efficiente de la situation humaine, et enfin, l'approche niveleuse du devenir historique.

Nous tenterons de montrer dans les lignes qui suivent que chaque société a sa propre culture, en fonction de son parcours historique et des conditions de vie de l'époque à laquelle elle appartient. Cependant, la particularité du culturel est classée comme une émanation de la civilisation à laquelle participe la société en question, dont les fondements sont définis par le cosmosystème concerné.

2. Dans la lignée de cette introduction méthodologique, nous définissons la culture comme l'ensemble des éléments qui composent la conception de la vie, qui reflètent le vécu quotidien ou relèvent de l'héritage du passé. Par conséquent, la culture est une synthèse des représentations de la réalité et des représentations que porte en lui l'homme social en raison de sa présence dans l'histoire. En ce sens, on peut parler de cultures au pluriel dans le cadre de la même civilisation.

D'un autre côté, la civilisation traduit le cadre général dans lequel sont représentées les différenciations culturelles et, en cela, constitue la base pragmatologique du fait social. La civilisation est donc l'arrière-fond qui dicte en principe les manifestations extérieures, le genre de besoins, les comportements, le mode et le contenu de la pensée et de l'action, la «langue» de l'homme social.

Du point de vue systématique, nous distinguons deux types généraux de civilisations, qui correspondent aux deux grandes catégories archétypes de société: despotique et anthropocentrique[16].

---

[15] L'exemple le plus caractéristique est celui de BRAUDEL, Fernand: voir ses ouvrages *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II.* Paris: Armand Colin, 1949, et *Les mémoires de la Méditerranée.* Paris: éd. de Fallois, 1998.

[16] Nous ne prenons pas en compte, en l'occurrence, la société primitive, qui constitue une catégorie pré-cosmosystémique. La modernité définit la «civilisation» comme un processus de civilisation au sens actif ou comme une notion équivalente à celle de civilisé, en l'opposant au statut de non civilisé. Mais elle ignore la dimension cosmosystémique de la civilisation. Le concept de cosmosystème définit un ensemble de sociétés qui reposent sur des fondements socio-économiques, politiques et idéologiques communs, composant un tout doté d'une cohérence interne et autosuffisant. Voir plus de détails dans notre livre *Le cosmosystème hellénique*, t. 1. *La période statocentrique.* Athènes: éd. Sideris, 2006.

La catégorie despotique concerne les sociétés qui ont été constituées sur le mode du cosmosystème despotique, c'est-à-dire avec pour projet la propriété du despote à la fois sur le système et sur ses membres. La civilisation despotique est fondamentalement rurale, est liée à des logiques, des mentalités et des comportements ou des valeurs d'auto-suffisance. Les représentations de la vie relèvent de la relation de l'homme/sujet avec le despote. L'individu ne dispose pas d'identité propre et sa différenciation par rapport à «l'autre» passe par l'«appartenance» au même despote ou à un autre.

Le cosmosystème despotique et, par extension, la civilisation despotique entrent dans la typologie du despotisme privé (cas de l'Europe occidentale médiévale) et du despotisme étatique (cas du despotisme afro-asiatique et, en un certain sens, de l'absolutisme européen), qui produit des effets culturels pluriels et plus complexes.

La civilisation anthropocentrique concerne les sociétés qui tirent leur substance de la liberté de leurs membres. En ce cas, les représentations de la vie se focalisent sur des questions connexes à l'expérience vécue de la liberté ou de ses illustrations plus générales.

La civilisation anthropocentrique, tout comme la civilisation despotique, entre dans une typologie en fonction du développement ou des phases d'évolution du cosmosystème anthropocentrique. Nous distinguons deux grandes périodes: celle du cosmosystème hellénique et celle du cosmosystème ethnocentrique ou moderne. La première a eu pour base la petite échelle de la cité; la seconde a pour base la grande échelle de la nation-État.

D'un autre point de vue, la civilisation anthropocentrique est évaluée en fonction de son achèvement interne, qui va de pair avec l'espace de la réalisation de la liberté et son produit cumulé (la liberté individuelle ou à la fois sociale et politique). Quand l'espace de réalisation de la liberté est l'État, l'individu au-delà de celui-ci est vu, dans les relations interétatiques, comme étranger, et la liberté et les droits attachés à la qualité de citoyen ne lui sont pas reconnus. À l'époque du statocentrisme, pour ce qui est des relations interétatiques, la politique est conçue comme une relation de force. Et cela parce que ces relations s'intègrent au cadre d'un «ordre», non d'un système[17]. La phase de l'œcuméné établit une époque post-statocentrique au cours de laquelle le monde continue à vivre la société fondamentale de l'État. Mais les relations entre États s'inscrivent dans le contexte d'une formation étatique supérieure qui fonctionne harmonieusement dans l'ensemble. Il s'agit de la cosmopolis œcuménique, qui annonce la reconstitution du cosmosystème anthropocentrique (ou d'une partie importante de celui-ci) dans une cité-État. En réalité, le système de ce cosmo-État, ou cosmopolitéia, traduit la synthèse politique du territoire global sur la base des diverses cités-États et du système politique central. Synthèse qui entraîne l'inscription dans une trajectoire anthropocentrique de la politique interétatique, à son tour, puisqu'elle cesse d'utiliser la force comme mesure de réalisation. L'individu, dans l'œcuméné, est libéré des restrictions de la société fondamentale (de l'État où il exerce sa citoyenneté) et, d'étranger, devient citoyen de la cosmopolis, un cosmocitoyen (cosmopolite)[18].

---

[17] G. CONTOGEORGIS – «La politique entre l''État pouvoir' et l''État puissance'», *Revista de História das Ideias*, 26/2005, p. 7-33.

[18] Voir nos études «Le citoyen dans la cité», in BADIE, Bertrand, PERRINEAU, Pascal (dir.), *Le citoyen.* Paris: Presses des Sciences Po, 2000, et *Citoyenneté et État. Concept et typologie de la citoyenneté.* Athènes: Éd. Papazissis, 2003.

Ainsi, à la période du statocentrisme, le développement anthropocentrique de l'individu social a lieu exclusivement à l'intérieur de l'État auquel il appartient. Pendant la période de l'œcuméné qui suit, son développement anthropocentrique s'achève dans le contexte du cosmosystème global et en tout cas de la cosmopolis. Dans les deux cas, cependant, la mesure de l'évaluation du devenir évolutif et du statut culturel de l'homme est son degré d'achèvement du point de vue de la liberté. En l'occurence, la question ne concerne pas la distinction entre société libre et société non libre produite par l'opposition entre cosmosystème anthropocentrique et cosmosystème despotique (voire société primitive), mais l'espace de la réalisation de la liberté et son degré d'achèvement. Et cela, parce que la liberté, comme enjeu, est le facteur déterminant dans toutes les manifestations de la civilisation, c'est-à-dire de la vie de l'homme dans la société: la justice, l'égalité, la politique, l'économie, l'identité individuelle et collective, l'idéologie et, naturellement, les systèmes qui les abritent.

En d'autres termes, le contenu de ces concepts est différent et, donc, le genre de société, selon que c'est la liberté individuelle ou, cumulativement, la liberté individuelle, sociale et politique qui s'impose. Dans un cas règnent, par exemple, les valeurs de «travail dépendant» en économie et de «société privée» en politique, puisque le sous-système économique appartient au propriétaire (particulier ou État), et le système politique à l'État. À cette phase, la liberté est définie comme autonomie uniquement en ce qui concerne la substantiation individuelle de l'homme et sa vie privée. Dans l'espace social (là où l'individu passe des contrats avec des sous-systèmes, comme celui de l'économie) et dans l'espace politique (dans la relation de l'individu avec l'ensemble de la société), la liberté est approchée en termes de «droits», c'est-à-dire comme hétéronomie. La civilisation de la liberté individuelle et des droits socio-politiques focalise le principe de l'égalité sur leurs priorités: l'égalité devant la loi, éventuellement la propriété individuelle et, au-delà, la protection du travail, la redistribution de la plus-value économique, la prévoyance, etc. Dans le secteur de la politique, le principe de l'égalité est assimilé, au fond, à l'égalité du vote et de l'expression. Mais cette égalité s'inscrit dans la liberté individuelle, qui la vit comme un droit. Elle ne prouve pas la notion de liberté politique.

Au contraire, au stade de la liberté globale, le contexte de valeurs qui dicte le contenu de l'égalité et de la justice focalise ses priorités sur les conventions sociales (et économiques) et sur la politique. Le travail dépendant, dans l'économie, est rejeté au profit soit du travail politique – à travers lequel est obtenue la participation à la redistribution du produit économique –, soit du travail partenarial (et autonome). Dans ce dernier cas, la propriété, dans les moyens de production, se différencie de la propriété dans le (sous-)système économique (de l'entreprise, par exemple), qui revient à l'ensemble des partenaires. De même, dans la politique, la société cesse d'être privée et devient partenaire institutionnel du système, en assumant soit la qualité de mandant (représentation), soit la compétence politique dans sa totalité (démocratie).

Par conséquant, l'État, en l'occurrence, cesse d'être le possesseur unique du système politique et devient le serviteur de la société de citoyens, qui s'investit en partie (dans la représentation) ou en totalité (dans la démocratie) dans le système

politique[19]. Dans ce cadre, l'ensemble des mentalités, des comportements, des valeurs, du mode de pensée, du but de la vie, change de contenu. Nous ne citerons qu'un seul exemple: dans le système politique pré-représentatif, tel celui que vit notre époque, la notion de participation politique est conçue comme une intervention extra-institutionnelle en lisière des détenteurs du système. Dans la démocratie, cette participation (par exemple le *droit* de grève ou de manifester) devient superflue, car c'est le citoyen lui-même qui détient le système politique et qui décide sur les questions de l'ensemble de la société. En l'occurrence, la notion de participation du corps des citoyens s'identifie au fait qu'il incarne lui-même le système de gouvernement.

Il est non moins évident que ces phases de la civilisation anthropocentrique existent non pas d'elles-mêmes ou en résultat d'une conception distributive, mais parce qu'elles reposent sur des paramètres productifs concrets (l'économie, la composition démographique et sociale, la communication, les institutions, etc.) qui en constituent la base matérielle. Il est tout aussi vrai cependant que les cristallisations de cet acquis de civilisation créent en l'homme une «conscience de société», une marque de valeurs et de modes de vie, bref, la dimension culturelle de la civilisation, qui fonctionnent ensuite comme une composante autonome qui s'élève au statut de paramètre du cosmosystème. Ce paramètre est fondamental, précisément, parce qu'il différencie, comme nous le verrons, la culture du stade vécu de la civilisation.

La culture traduit, comme nous l'avons déjà constaté, l'expérience assimilée par la société, les cristallisations du vécu d'une époque donnée, qui se sont transformées progressivement en valeurs de la vie. C'est pourquoi les Grecs ont traduit cette culture par la notion de «*paideia*», à savoir le résultat de l'apprentissage acquis par l'homme dans l'exercice de la vie et qui constitue finalement la composante constitutive de sa personnalité. Quand on demande à Lysistrata, l'héroïne de la pièce d'Aristophane, comment et où elle a appris à exercer sa compétence politique, elle répond: par ma présence à l'assemblée du peuple.

La culture, en tant que conscience de société, suit le stade vécu de la civilisation mais ne s'y harmonise pas pleinement. Et cela parce que toutes les couches d'une société ou toutes les sociétés ne participent pas de manière égale aux évolutions du cosmosystème. Quand, au XIX^e^ siècle, la classe bourgeoise était essentiellement parvenue au stade proto-anthropocentrique de la civilisation, les masses populaires luttaient pour secouer les vestiges despotiques de l'ancien régime ou pour conquérir des droits élémentaires, comme le droit de vote politique ou de protection du travail. Et dans le même temps, parce que les membres de la société portent en eux des valeurs, des mentalités et des comportements hérités, qui ou bien persistent ou bien s'articulent aux nouvelles habitudes, créant ainsi des parallélismes entre la réalité et ses représentations, des déviations ou même des modifications déformantes de celle-ci.

La modernité occidentale, en choisissant de dialoguer et de se comparer à son passé despotique récent ou avec la périphérie tiers-mondiste de la planète qui se

---

[19] Pour plus de détails sur cette question majeure, voir CONTOGEORGIS, G. – «Democracy and Representation. The Question of Freedom and the Typology of Politics», in VENIZELOS, E., PANTELIS, A. (dir.) – *Civilization and Public Law*. Londres: Esperia Publications, 2005, p. 79-92.

reconstitue tardivement sur le mode anthropocentrique, a marqué négativement les persistances du passé. Elle les a classées dans le domaine de la «tradition», qui conduit les sociétés à résister à la «modernisation». Nous avons déjà observé que dans la pensée occidentale contemporaine, le concept de «modernisation» ne se focalise pas sur le contenu de la transition anthropocentrique, auquel cas elle aurait pour projet le progrès, mais cherche aussi à intervenir dans les constantes du fait culturel. Par conséquent, elle ne cherche pas à le réadapter aux nouvelles conditions anthropocentriques, comme par exemple celles de l'islam ou du bouddhisme, par rapport à l'acquis de la liberté individuelle et des droits socio-politiques. Elle définit l'islam et, à un certain degré, le bouddhisme, comme des composantes culturelles incompatibles par définition avec l'anthropocentrisme, qu'ils doivent donc abandonner. Une observation plus approfondie de l'évolution historique de l'Europe montrerait un passé fort peu éloigné de celui des pays qui viennent juste d'accomplir leur transition.

La difficulté de la pensée contemporaine à comprendre ces dimensions du fait culturel et sa relation avec la dimension cosmosystémique de la civilisation est due manifestement à sa profondeur historique limitée. On ignore souvent que notre époque vit à peine son stade post-despotique où, en d'autres termes, proto--anthropocentrique, ce qui l'empêche d'élaborer un paradigme gnoséologique achevé, auquel elle pourrait subsumer son cas[20]. Dans cette difficulté, son éloignement du passé hellénique du cosmosystème anthropocentrique, auquel elle doit d'ailleurs son existence même, a été fondamental. L'invocation du cosmosystème hellénique ou anthropocentrique à petite échelle ne prône pas le retour au passé ou la démolition du présent. Son importance réside dans le fait que, ayant vécu un parcours évolutif complet du point de vue anthropocentrique, il s'offre comme un paradigme unique pour la constitution d'une gnoséologie sphérique de l'évolution cosmosystémique de l'homme et de la civilisation. Mais il s'offre aussi à une lecture de la notion de «tradition» – et, par extension, des éléments culturels du passé qui parcourent le présent – qui renverse le dogme de la modernité qui adjuge le progrès à cette dernière. Le conflit qui couve pendant toute la durée du XIX$^{e}$ siècle et en partie au XX$^{e}$, dans le cadre du monde grec, entre «société du travail» et «travail partenarial» ou entre une société concevant la participation politique en ayant pour projet la qualité de mandant face à un système/État proclamant sa nature absolutiste, n'est qu'un exemple indicatif. Ce n'est pas du tout un hasard que le travail, dans la langue grecque, continue à être défini négativement, aujourd'hui encore, comme «absence de loisir», et le travail dépendant comme «esclavage».

Notre dernière remarque concerne la victoire planétaire du cosmosystème anthropocentrique et ses retombées annexes sur la question de la culture et de la civilisation. Dans le passé historique, à partir du moment où a émergé la civilisation hellénique ou anthropocentrique, s'est instauré sur la Terre un dualisme cosmosystémique: d'une part, la civilisation despotique et, de l'autre, la civilisation hellénique ou anthropocentrique.

---

[20] Paradigme évident dans le contenu de la liberté mais aussi dans l'ensemble des paramètres liés au stade vécu de l'homme moderne. Voir sur ce point notre étude, *La démocratie comme liberté*, *op. cit.*

Leur rencontre, au bout d'un certain temps, a conduit à des croisements culturels intéressants, comme l'arabe et le chrétien, celui du monde européen à partir de la Renaissance étant le plus important. Ce dualisme a disparu peu à peu au cours du XX^e^ siècle, et le cosmosystème anthropocentrique et sa base axiologique se sont imposés sur toute la planète. Depuis, nous nous trouvons devant une civilisation cosmosystémique unique, celle de l'anthropocentrisme, et même au moment d'une phase unique – primaire – qui traverse l'ensemble de l'humanité.

La différenciation entre l'avant-garde européenne (et eurogène) et le reste de la planète concerne exclusivement le degré d'incorporation de ce dernier à l'ère anthropocentrique. En d'autres termes, elle est endocosmosystémique et non intercosmosystémique. Mais en même temps, le fait culturel et, plus précisément, les composantes culturelles héritées du passé se révèlent, pour cette raison, une composante capitale de la différenciation. D'une part, parce que l'adaptation implique toujours la difficulté du détenteur de se défaire des habitudes, des mentalités ou des valeurs dont il a été pétri dans le passé. D'autre part, parce que derrière celles-ci se dissimulent des relations hégémoniques et des corrélations à l'intérieur tant de l'État que du cosmosystème dans son ensemble.

Telle est précisément la raison pour laquelle la division du monde en sphères culturelles a conduit «l'Occident» à des contradictions importantes dans son approche de l'évolution.

Quoi qu'il en soit, désormais, le point de tension ne sera plus la différenciation sur la question de la civilisation mais sur celle de la culture. En somme, culture et civilisation évoluent en un processus dialectique dont le produit aura affaire, dans l'avenir, avec l'harmonisation de l'humanité planétaire à l'acquis du cosmosystème anthropocentrique.

# The Past and Future of Israel

Alan Dowty

DOWTY, Alan – "The Past and Future of Israel"
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 27-40.

**Alan Dowty**. Professor Emérito de Ciência Política da Universidade de Notre Dame (EUA), é um especialista de renome mundial em Relações Internacionais, Médio Oriente, Relações Israelo-Árabes e Conflito Israelo-Palestiniano. Doutorado pelo Departamento de História da Universidade de Chicago.

## The Past and the Future of Israel[1]

On May 14, 1948, the Provisional State Council of the Jewish community in the British Mandate of Palestine declared the independence of a Jewish state, to be named Israel. For Jews, this miraculous re-emergence of a Jewish state after 2000 years was one of the greatest historical moments, if not the very greatest, in their long history. Golda Meir later recollected, "My eyes filled with tears, and my hands shook. We had done it...Now we were a nation like other nations, master for the first time in 20 centuries of our own destiny."

But the events of 1948 need to be seen as part of a broader development, going back another 60 years to the beginning of the Zionist movement. I will focus here on this entire extraordinary story, going back over 120 years. We will look at four questions:

First of all, how did this happen? What strange combination of historical circumstances could explain this extraordinary development?

Secondly, how did this create a clash between two peoples over the same piece of land? Was the Arab-Israeli conflict predictable and preordained?

The third question is: What are the challenges and obstacles that face the state of Israel today. Do they pose a threat to the well-being, if not the very survival, of the country?

Finally, what are the responses to these challenges, and what does all of this mean for the future of Israel?

### 1. The Emergence of Israel

The emergence of the state of Israel was, by all accounts, one of the most remarkable developments of the twentieth century. As late as 1880, there was no "Palestine" on anyone's map, there was no organized movement among Jews for a return to the Land of Israel, and there were only about 20,000 Jews living in the three "Palestinian" districts of the Ottoman Empire. Furthermore, the Ottoman Empire had lost half its territory to European penetration and nationalist revolts, and was totally opposed to the introduction of a new, Western-oriented, non-Muslim minority in the very heartland of the Empire that remained.

Today, only a century and a quarter later, the Jewish state comprises 78 percent of this territory. Its population of 7 and a quarter million includes 5 and a half million Jews, who within a few years will become the world's largest Jewish community. In fact, within a generation, Israel will become home to a majority of the world's Jews; it is already home to 41 percent of them. Israel will become the unchallenged center of Jewish life, fulfilling the unimaginable wish of the Zionist thinker Ahad Ha'am that "from this center the spirit of Judaism will go forth...to all communities of the Diaspora, and will breathe life into them, and preserve their unity."

[1] Texto da Conferência inaugural do Colóquio "Religião, Nação e Estado nos 60 anos de Israel: geopolítica e (des)encontro de "civilizações"" (Coimbra, 2 de Abril de 2008, organização do CEIS20 da UC e do CADC de Coimbra).

The achievements of this state are undeniable. Israel is currently ranked at 23rd place in the world in the UN Human Development Index, which measures social and economic well-being. It is tenth in the world in life expectancy, and first in the percentage of its population with university degrees. It has more scientists and technicians, and produces more scientific papers, in relation to its size, than any other nation. It has more mobile telephones than it has people. It is especially successful in high technology, which now accounts for half of its exports. And despite strong opposition to its very existence, it has gained general international recognition and acceptance – including, very importantly, permanent peace treaties with two of the four bordering Arab states.

How did all this come about?

The story begins in Tsarist Russia, which in the late nineteenth century was home to half the world's Jews. Russia itself – that "prison house of nations" – was in great turmoil and, as so often, Jews became targets of a vicious officially-inspired anti-Semitism. In the course of four decades, an estimated four million Jewish refugees fled to more hospitable shores.

In itself, this was not a novel development; it reproduces the essential rhythm of Jewish history over the centuries. The Jewish presence in Eastern Europe was itself a result of earlier flights from persecution in Western Europe. And before that, Spanish Jews had found refuge in non-Palestinian regions of the Ottoman Empire. But in none of these cases did massive flows of Jewish refugees produce a serious organized movement for a return to Zion. The Land of Israel, in most periods of history, was simply too inhospitable and unpromising, if not forbidden. The Return to Zion was always an aspiration, a dream, and a prayer, but never a program.

Nor did Zion present a more welcoming venue in the waning days of Ottoman rule there. Ottoman authorities prohibited Jewish immigration, banned the sale of land to Jews, and systematically denied building permits for Jewish settlements. Apart from that, the Palestinian provinces of the Ottoman Empire were poor in resources and economic potential; outsiders found the landscape arid, bleak, and uninviting. Mark Twain, visiting in 1867, said that "of all the lands there are for dismal scenery, I think Palestine must be the prince...It is a hopeless, dreary, heart-broken land."

So what made this different from previous flights from persecution? Actually, for the most part it wasn't different. Of the four million Jews who left Russia between 1880 and 1920, most followed the traditional pattern, fleeing to Western Europe and most especially to the New World. But a small handful – perhaps two percent of the whole – decided, despite the obstacles, that the time had come to rebuild Jewish life in the historic homeland. They were, in other words, a very small vanguard of intensely dedicated believers. It was said that "you don't have to crazy to be a Zionist, but it helps." Who were these crazy fanatics?

This vanguard of true believers were generally not the more religious or the more desperate of the refugees. Primarily, it was the younger, the better educated, and the more Westernized who rediscovered Zion. It was those who had pinned the highest hopes on liberalization and assimilation who were especially stunned by the new, and more vicious, racial anti-Semitism that appeared not just in Russia but throughout Europe – even, as the Dreyfus affair revealed, in the France of

liberty, equality, and fraternity. (The Dreyfus affair was the false conviction of a French Jewish army officer for treason, which unleashed a torrent of anti-Semitic vitriol). As theorists of revolution point out, the best recipe for rebellion is to give hope to the downtrodden and then to cruelly take it away. This is what happened in Russia after 1881. As one Jewish law student recalled, "something in me snapped...in one flash all my illusions were revealed, and all the beautiful pictures of the future...dissipated like smoke."

Anti-Semitism produced a different reaction this time because of an important difference in context. On the eve of the twentieth century, nationalism, and the paradigm of the nation-state, had become dominant in political discourse, and were being extended from France, Germany, and Italy to the peoples of Central and Eastern Europe: Greeks, Hungarians, Serbs, Romanians, Bulgarians, Albanians. This had a double impact on Jews. First, they were quite naturally inclined to imitate other nationalisms. Except for the misfortune of geographic dispersion, were Jews less of a "nation" than others? Secondly, they were reacting to new threats: as other nations discovered their identities, the result was to exclude Jews even more than in the past. Zionism was therefore not only an imitation of the nationalism of others, but also a defense against it.

The idea of Jews having their own state was not new; it was integral to Jewish history, culture, and prayers. In the course of the nineteenth century there were a number of advocates, Jewish and non-Jewish. But what sparked the movement of settlers back to the Land of Israel was the assassination of Tsar Alexander II, the reforming tsar, in 1881; this led to a violent wave of persecution that gave birth to the term "pogrom." A manifesto of embittered Jewish students, from 1882, reflects this new turn: "O our nation... The pogroms have awakened you from your charmed sleep ... We want a home in our country. It was given to us by the mercy of God; it is ours as registered in the archives of history. [We want] to beg it of the Sultan himself ... ."

The idea that the Ottoman Sultan would willingly surrender the Land of Israel indicated the level of fantasy that prevailed among these early settlers. Apart from the opposition of the Turks at every stage, a number of other serious obstacles existed: the lack of good land for sale, disease and other physical hardships, a hot and arid landscape with a scarcity of water, their own lack of knowledge or experience, and the hostility of the local population. The newcomers were scorned as Jews and hated as Europeans. Not surprisingly, their success in the first twenty years was very limited: 17 new settlements with a few thousand inhabitants. Had nothing changed, this would have remained a minor footnote in history.

But two developments did change the course of history.

One was the emergence of the first effective political movement promoting the goal of Jewish statehood. The unlikely founding figure was Theodore Herzl, a 35-year old journalist and would-be playwright, who was stung into action by the Dreyfus affair and by the election of an anti-Semitic mayor in his own city of Vienna. In 1897 Herzl organized the World Zionist Organization, whose declared aim was "to create for the Jewish people a home in Palestine secured by public law."

The other new development was a renewed wave of anti-Semitism, ignited by the first Russian Revolution of 1905, that produced another wave of refugees. By

the eve of World War I, Jews in Palestine had grown to an established community of about 80,000, with an institutionalized framework that would serve to absorb later influxes. This pattern repeats again and again, as each outbreak of persecution produced a new wave (*aliya* in Hebrew) of settlers. Civil war in Russia, in the 1920s, brought the third *aliya*. Anti-Semitic government policies in Poland, in the mid-1920s, led to the fourth *aliya*. The rise of Nazi Germany and other fascist regimes in the 1930s was the force behind the fifth *aliya*. The Holocaust made Zionists out of nearly all Jews, with refugees and survivors struggling to reach Palestine. And after the creation of Israel, the flight of Jews from Arab countries almost doubled the population of the country in its first decade.

In 1948 Jews constituted one-third of Palestine's population. This was made possible by the establishment of the British Mandate of Palestine, charged by the League of Nations with facilitating Jewish immigration, and by the closing off of other traditional havens of Jewish refuge. In the early 1920s the United States and other Western hemisphere nations closed their gates to mass immigration – leaving entire Jewish refugee communities with no options other than Palestine. And the war that followed Israel's creation in 1948 completed the demographic transformation through the massive outflow of Arab refugees. The new state that emerged had an Arab minority of about 19 percent, roughly the same proportion of the population as today.

Zionism sought to "normalize" Jewish life, and end the persecution of Jews, by becoming a nation like other nations. But in many respects the nation created 60 years ago was not like other nations:

- Roughly 80 percent of those who came to Israel over the years meet the standard international definition of "refugees," with all that this implies for political attitudes and insecurities.
- The nation found itself in a permanent state of war, surrounded by hostile states, relying on a strong military and with an unprecedented defense burden.
- The population includes a large minority identified ethnically with enemy states, plus a large religious minority – the ultra-Orthodox – who question the legitimacy of the state. (Surely Israel is unique as a state where about one-quarter of the Members of Parliament refuse to sing the national anthem.)

In meeting these challenges, Israel could, however, draw upon a rich Jewish experience in politics. This sounds paradoxical, given the image of persecution and powerlessness in Jewish history. But surviving two millennia of hostility required a capacity to organize and to assert collective interests – in other words, a capacity for politics. Numerous historical Jewish communities in different settings exercised a high degree of autonomy, governing their internal life in defense against a hostile environment. In Tsarist Russia, communities held their own elections, passed their own laws, taxed themselves, had their own courts and welfare systems, and even conducted their own diplomacy.

In this political culture, what stands out?

Ironically, the state founded to solve the perennial problem of Jewish security has itself been plagued by constant insecurity. The establishment of a Jewish state displaced this fear and mistrust onto an entirely new level, but the sense of being "a people that dwells alone" is still pervasive. The historic achievement of at least

de facto acceptance by most of the Arab world and contractual peace on the country's two longest borders have not eliminated this insecurity. Despite enviable success in most spheres of life, the sense of vulnerability still prevails. The capacity to extract gloomy premonitions from even the most promising turn of events remains undiminished.

In one of the most important speeches in Israeli political history, Prime Minister Yitzhak Rabin addressed this very issue in his inaugural address in 1992:

"It is our duty to ourselves and our children, to see the new world as it is now ... . No longer are we necessarily 'a people that dwells alone,' and no longer is it true that 'the whole world is against us.' We must overcome the sense of isolation that has held us in thrall..."

## 2. The Clash of Two Peoples

The security issues of modern Israel do not derive, for the most part, from the traditional sources of anti-Semitism. They derive from the stark reality that there is another people with a claim to the same piece of land.

In introducing the Arab-Israel conflict into the discussion, it helps to get rid of persistent myths prevalent in popular folklore:

1. This is not an "age-old" conflict. Its origins lie in the Jewish "return to Zion" beginning about 125 years ago. Before that, Jews generally dwelt peacefully, though not as equals, in Arab lands.

2. This is not a conflict caused by ethnic hatreds. Clearly mutual hatred between Jews and Arabs has grown immensely over the course of the conflict, but more as a result than a cause. Again, Jewish minorities generally fared better historically among Arab or Muslim populations than in European states.

3. Nor is this a conflict rooted in religious differences. Religious issues have emerged in the course of the conflict, but Judaism and Islam recognize each other as legitimate monotheistic faiths.

What is the conflict about? At its core, it is a clash between two peoples over one land. As Israel's founding Prime Minister, David Ben-Gurion, said: "We and they want the same thing. We both want Palestine."

Did the early Zionist pioneers notice the Arab population in Palestine? Yes, they did. Did they consider the presence of this population to be a serious problem to the achievement of their goals? No, they did not. The existing residents, they reasoned, would be treated fairly and would share in the benefits of the developing homeland. It was sufficient, in this view, to better the welfare of non-Jewish residents as *individuals*, since they had not (yet) laid claim to a national identity and collective rights as a people. Only in 1907, a quarter century after the first settlers, did Yitzhak Epstein, a Zionist writer, first suggest that the relationship with the Arabs of Palestine was, in fact, "a question that outweighs all the others."

How can one sort out the historical claims and rights in this collision of two worlds? Jews can claim a unique 3200-year historic tie with a continuing (if sometimes small) physical presence throughout that time. Such a bond between

a land and a people is unmatched in human history. It has been formally recognized by the League of Nations, the United Nations, by most governments–– and even by the Holy Quran. There is no statute of limitations on the restoration of historical rights for an entire people; Jews were exiled from their homeland and only now have been able to return. It is a very strong case – considered in isolation from other claims.

The Palestinian case rests on the basic fact that the Palestinians were the indigenous population of Palestine 125 years ago, and did not invite European Jews to enter their homeland and transform it into an alien entity. Had they possessed self-determination at the time, Zionist settlement would never have taken place. The norms that prevail in today's world forbid such forced demographic change. Palestine has been predominantly Muslim and Arab for over a millennium, and it is only in the framework of Western imperialism, over the last two centuries, that Zionism was able to change this reality. It is a very strong case – considered in isolation from other claims.

Tragedy, it is said, is the clash of right with right. The Arab-Israeli conflict certainly fits this definition.

The conflict is marked by three distinct stages in its evolution, with a fourth stage possibly emerging at present. The first stage, from its origins to 1948, was a collision between two communities in Palestine over land and political control. Since neither side recognized the basic legitimacy of the other, the gap was unbridgeable.

The second stage, from 1948 to the early 1990s, was an interstate conflict between Israel and its Arab neighbor states, with the Palestinians temporarily eclipsed as a major independent actor. During this period four major wars were fought, but there was also a gradual disengagement as Arab states withdrew from the front line of the conflict, and Egypt and Jordan signed peace treaties with Israel.

The 1967 war between Israel and Arab states was the most important event in the conflict after Israel's birth; essentially, it marked the final stage in the reversal of power relationships. Zionists who had at first sought a foothold in historic Palestine now controlled all of it. Palestinians who saw all of Palestine as their heritage now clung to a remaining foothold under Israeli occupation. And so long as Israel remained in occupation of the West Bank and Gaza, maintaining its positive image in the world at large became increasingly difficult, if not impossible. The image of Israel as underdog was no longer valid, which is very difficult for many Israelis and Jews to understand.

The third stage, with roots in the 1960s but fully emerging in the 1990s, was the re-emergence of the Palestinians as the major actor opposite Israel. In 1993, for the first time, there was mutual recognition and an agreed framework for solving the conflict between the mainstream leadership of the Palestinians and Israel. It appeared that the conflict was headed for resolution on the basis of a two-state solution.

A fourth stage, marked by religious extremism, seems to be taking place as we speak. I will return to this development later, but let us note the tenacity, impact and centrality of extremists in this conflict. Though a small minority on both sides, their success in subverting efforts toward resolution has been remarkable.

Extremists, by definition, are those who believe that any means are justified in pursuit of their uncompromising goals. Though often considered crazy, they are typically very rational on the tactical level and their tactics often work. Consider the impact of Yigal Amir's assassination of Yitzhak Rabin in 1995, or the way that Palestinian terror attacks have influenced Israeli politics. The extremists on the two sides are in fact allies, who have the same goal of disrupting any move toward reconciliation and who need each other as validation for rejection of compromise.

## 3. Existing and Future Challenges

Lately challenges to Israel's well-being and very existence seem to have re-emerged and even multiplied – to the point that one recent book even asks, in its title, "Will Israel Survive?" Demographers predict that in the near future there will be more Palestinians than Jews in Palestine as a whole (considering Israel and the territories together). In the past Israel's lower birthrate was offset by immigration from "distressed" Jewish communities under pressure to flee, but with the end of the massive influx from the former Soviet Union, these reservoirs are largely exhausted. Eighty percent of all Jews outside Israel now live in Western democratic nations, which have never produced significant flows of immigrants to Israel. In addition, the internal balance within Israel is shifting: an estimated one-quarter of immigrants from the former Soviet Union are not Jewish. When the large influx of non-Jewish foreign workers is added to the picture, it is estimated that the Jewish proportion of the population is barely above 70 percent and is declining.

To this must be added the impact of division within the Jewish population. Israel has always had deep religious splits; in recent years the numbers and impact of the ultra-Orthodox community, which is non-Zionist or even anti-Zionist, has grown greatly. An estimated 30 percent of children entering primary school in the near future will be enrolled in ultra-orthodox schools; when this is added to those attending Arab schools, over half the nation's pupils will be in schools that do not subscribe to the basic Zionist narrative.

Furthermore, the Palestinian Arab citizens of Israel have recently become more assertive in their demands for transforming Israel into a "state of all its citizens." In an important series of documents issued last year, leaders of this community challenged the basic legitimacy of a Jewish state, calling for the elimination of all elements that reflect an ethnic character – such as the right of Jews to return to Israel, or even the national anthem and flag.

The international setting also seems, in many ways, increasingly hostile to the very notion of a state founded to give expression to Jewish nationhood. Militant Islamism, with its total rejection of Jews as a people, finds expression in the renewed calls for Israel's destruction by the leaders of Iran and other extremist religious figures in the Muslim world. Furthermore Iran, guided by a messianic doctrine that envisions the end of the world, is poised to develop weapons-grade nuclear material within a period estimated variously at two to ten years. International sanctions have so far failed to halt this program, and most experts do not believe that there are viable military options to stop it.

In addition, anti-Semitism seems to be on the rise and becoming a political factor in some European countries and elsewhere. Even U.S. support for Israel, it is said, can no longer be taken for granted, since the end of the Cold War has changed the calculus by which Israel was considered a strategic asset in U.S. policy. Indicative of this is the appearance of major books, by reputed scholars and a former President, challenging the basis for U.S. support for Israel and legitimizing the call for ending this support.

The final note of gloom in this picture brings us back to the conflict with the Palestinians.

The events of 2006, two years ago, suggested that this conflict was no longer simply a conflict over land, security, and other concrete interests. Instead, it had become what it had not been in the first 125 years: a conflict dominated by religious frames of reference.

After a century and a quarter, is the conflict entering a fourth stage in its fundamental structure?

In its earlier stages, nationalism, not religion, was the dominant force. There were religious fundamentalists and militants on both sides, but they were not in control. Two national movements were fighting over one piece of land, and it appeared that the conflict could be resolved by dividing the land. In the new reality, the fourth stage, this closing of the gap appears very much in doubt. What has emerged is a rejectionism similar to, or even more complete, than that of the first stage.

The shift began with the appearance of *Hizballah*, a non-Palestinian Shi'ite Arab movement in Lebanon inspired and supported by the fundamentalist government of Iran. In the aftermath of Israel's 1982 campaign to oust Palestinian forces from southern Lebanon, *Hizballah* proclaimed that "our struggle will end only when this entity is obliterated... . We vigorously condemn all plans for negotiation with Israel, and regard all negotiators as enemies." This was copied by the Palestinian movement Hamas – the Islamic Resistance Movement – which came into existence with the onset of the first intifada at the end of 1987. The 1988 Hamas Charter declared that all of Palestine was an Islamic trust and that every inch must be liberated, that compromise was forbidden, and that Jews were guilty of having fomented World War I, World War II, the United Nations, Communism, and capitalism.

In 2006 this process culminated in the Hamas victory in the Palestinian elections in January, and the war between Israel and Hizballah in July and August. And in June, 2007, Hamas took over complete control of the Gaza strip, meaning that any agreement between Israel and the Palestinian Authority (PA) would at best only apply to the 60 percent of the Palestinian population in the West.

Israel's war with *Hizballah* was a new kind of combat that left behind a pervading sense of frustration. With the help of Iran, Hizballah in Lebanon had over the years built an impressive military infrastructure including an arsenal of thousands of short- and medium-range rockets. Responding to the kidnapping of two Israeli soldiers, Israel launched a campaign, primarily from the air, that proved inadequate to inflict a decisive defeat on Hizballah forces or to stop the rain of rockets on Northern Israel. There was widespread apprehension that the Hizballah

model would provide inspiration for Hamas in Gaza, where already a steady stream of primitive rockets was being launched at nearby Israeli towns. It was clear that, despite its military superiority, the Israeli army had no immediate solution to the problem of rockets or missiles fired from territory it did not control.

The events of 2006 put an end, for now, to the Israeli move toward unilateral disengagement from Palestinian territories. During the second intifada, support had grown for unilaterally drawing lines between Israel, on one side, and the West Bank and Gaza, on the other. On this basis, Prime Minister Ariel Sharon, long regarded as a superhawk, carried out the evacuation of Israeli settlements and forces from Gaza in late 2005, and disengagement – or "consolidation" – was the declared objective of the government formed, under the new Kadima party, after elections in early 2006. But with the intensification of attacks and threats from areas evacuated – Lebanon in 2000 and Gaza in 2005 – support for further withdrawals disappeared.

The fundamental problem, as in past periods of the conflict, is once again the absence of a Palestinian partner ready to negotiate on the basis of coexistence and able to implement a conclusive end to the conflict. In the absence of such a partner, the likelihood of intensified hostilities with Hamas in Gaza, and in the course of time with Hizballah again in Lebanon, remains extremely high.

## 4. Responses and Prognosis

Putting everything together, this seems like a rather dismal portrait of future prospects. But as always, there is another side of the story.

Survival of the state of Israel is not in jeopardy. No serious observer believes that Israel's very existence is threatened, not even by the spectre of nuclear weapons in hostile hands. What is at stake is the kind of future that the state will have.

Regarding the demographic trends that seem to threaten, there is dispute about the numbers; some claim that Palestinian population growth has been overstated. But even if the numbers are correct, Israelis have responded with increasing support for a two-state solution and a negotiated – not unilateral – withdrawal from Palestinian areas. Even a unilateral withdrawal, for that matter, such as the withdrawal from the Gaza Strip in 2005, is seen as a positive step since it greatly improves Israel's demographic situation.

Regarding Palestinians within Israel proper: Arab citizens of Israel may be demanding basic changes in the political system – but they clearly want to remain a part of it. Recent suggestions that Arab-populated areas of Israel be transferred to a Palestinian state have met with vociferous opposition from these very inhabitants.

Regarding Israel's international standing: this is in some respects at an all-time high, despite appearances. In 1985 only 68 states maintained diplomatic relations with Israel; the number today is 162, including some Muslim nations. Direct foreign investment in Israel grew from $537 million in 1992 to $18 billion – a 33-fold increase – in 2006. Israel is one of only three nations to have free trade relations with both the United States and the European Union.

Regarding the end of the Cold War: on balance this has been a geopolitical gain for Israel, since it led to the end of unstinting Soviet support for the most hostile regimes in the region and pushed them – the Palestine Liberation Organization (PLO) in particular – into considering diplomatic options.

Regarding U.S. relations: as measured in public opinion, support for Israel remains unchanged and strong, favoring Israel by a 4-to1 margin, and strategic cooperation – spurred by the "war on terror" – remains as high as ever.

Regarding neighboring Arab states: the disengagement of these states from the conflict, which began after the 1967 war, continues: there have been no state-to--state wars since 1973; the Arab boycott of those who deal with Israel is defunct; the Iraqi threat no longer exists; and Egypt and Jordan have even become, in a limited way, strategic partners.

Regarding the threats from Iran: these hostile attacks have attracted so much attention in large part precisely because they are so unusual in the contemporary setting. Three or four decades ago, such threats and talk of Israel's demise were too commonplace to merit any special comment.

Regarding the Iranian nuclear threat: Mr. Ahmedinejad will not be in power forever, and there are signs of considerable opposition to his extremism even within Iranian ruling circles. International pressure has forced Iran to slow down its program; potentially more international pressure could slow it down further, leaving more time for internal change in Iran. But this is part of a bigger issue: the proliferation of weapons of mass destruction in the Middle East, which is not only inevitable but is already a reality: chemical and biological weapons are already a part of the equation between Israel and Syria, for example. In the end, as in the Cold War, and between India and Pakistan, deterrence and the rational wish of self-preservation will be the key, as they have been elsewhere. A Middle East "balance of terror" already exists. It is not the world that we prefer, but it may be the world we have to live with and find ways to stabilize.

Regarding other threats to Israeli security: it should be noted that despite the lack of a ready answer to the rocket problem, other threats to daily life have been reduced. Since the high point in 2002, the number of successful terror attacks in Israel has dropped dramatically. The security fence/wall between Israeli and Palestinian areas has been very controversial politically, but has helped to curtail infiltrations into Israeli civilian centers.

As for the Palestinian conflict, it is important to remember that a majority on both sides, despite recent setbacks, still favor negotiation and a two-state solution. A poll of Israelis in July, 2007, showed 64 percent ready to accept a Palestinian state and even more believe it to be inevitable. 53 percent of Palestinians in November, 2007, favored a two-state solution (24 percent supported a binational state and only 11 percent called for a unitary Islamic or Palestinian state). Prime Minister Ehud Olmert, who voted against the peace treaty with Egypt in 1978 and against the Oslo agreement in 1993, now advocates positions that would have been associated with the most dovish circles in those days. The irony is that support among Israelis for a two-state solution has become dominant precisely when the prospect of a viable negotiating partner seems more remote.

The problem, as always, is overcoming the extremists and creating a situation in which the majorities, on both sides, can prevail. The key to this is strengthening civil society in the Palestinian Authority (the West Bank at present) – a goal that Western states and Israel seem to understand and are trying to implement.

Some Palestinians still cling to idea of a unitary Palestinian or Islamic state, achieved in stages, relying on the Lebanese and Gaza model for forcing Israel out of the West Bank and on demographic trends for the eventual Arabization of Israel. This represents, however, a complete misjudgment of the strength, determination, and intelligence of Israelis, who will not allow themselves to follow this scenario blindly – and thus the strong support for separation.

Lately another model has become fashionable in some circles: the idea of a binational state, a state that would be neither Jewish nor Arab but in which the two peoples would share power in a neutral framework. The vision of Israelis and Palestinians living together cooperatively, with neither side dominating the other, is undeniably attractive. But is such a design workable in intense ethnic conflicts? Binational states have a very poor track record, outside of the two Western liberal democracies of Canada and Belgium. The idea has been applied, unsuccessfully, in Pakistan, Sri Lanka, Cyprus, Lebanon, Yugoslavia, and a number of African states. There are no apparent examples of successful power-sharing between parties still at war. It is difficult to imagine that parties having great difficulty in cooperating on terms of separation would suddenly be able to agree on intricate cooperation in all the minute details of public life.

Also conspicuously missing is any support for the binational model among major political groups on either side. In opinion surveys some 20-25 percent of Palestinians express support for a binational state, but this is clearly an expression of frustration over the current situation, or else an expression of the belief that demographic submersion would make any binational state more Arab and less Jewish over time.

A binational state would give neither side the sense of self-determination and national identity that both have defined as the core of their aspirations over the last century. In the end, a difficult divorce is better than turbulent cohabitation.

The likely terms of this divorce are actually fairly clear to most observers. We should remember that an agreed framework between Israel and the recognized Palestinian representatives, for overall settlement of the conflict, has only existed for the last 15 years of this 125-year struggle. In addition, serious negotiations between the two parties over the basic issues of the conflict – the "final status" questions – have taken place only for a few months, in 2000-2001. Nevertheless, in the light of general trends on both sides over the last few decades, and despite the setbacks of recent history, we can see the emerging contours of what a final resolution would look like.

There will be a Palestinian state alongside the Jewish state, with borders based on the pre-1967 armistice lines with minor changes. The status quo on the holy sites will remain, with the Muslim mosques (al-Aqsa and the Dome of the Rock) under Muslim control and the Western wall under Jewish control, with formal sovereignty left vague. A token number of Palestinian refugees might be reunified with families in Israel, but the right of return would be exercised primarily to

Palestine. Palestine would have forces to maintain law and order, but not to threaten Israel. An international presence would probably be needed to guarantee the agreement.

It is much easier to predict the likely content of a settlement, however, than to predict when it will be achieved. The general trends of the last century and a quarter give us a certain degree of confidence that, sooner or later, the majorities on both sides favoring a compromise will prevail. But the events of the last few years teach us that the road to peace is rocky and has many downturns, and that we have yet a long way to travel.

## BIBLIOGRAPHY


ARIAN, Asher – *Politics in Israel: The Second Republic*, Congressional Quarterly Press, 2005.

AVINERI, Shlomo – *The Making of Modern Zionism: The Intellectual Origins of the Jewish State*, Basic Books, 1981.

BARD, Mitchell – *Will Israel Survive?*, Palgrave Macmillan, 2007.

DOWTY, Alan – *Israel/Palestine*, Polity Press, 2008, 2nd edition.

DOWTY, Alan – *The Jewish State: A Century Later*, University of California Press, 2001, Updated edition.

HERZL, Theodor – *The Jews' State: A Critical English Translation*, Jason Aronson, 1997.

KHALIDI, Rashid – *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness*, Columbia University Press, 1997.

KUMARASWAMY – P. R., *Historical Dictionary of the Arab-Israel Conflict*, The Scarecrow Press, 2006.

LAQUEUR, Walter and RUBIN, Barry (eds.) – *The Israel-Arab Reader: A Documentary History of the Middle East Conflict*, Penguin Books, 2001, 6th edition.

MORRIS, Benny – *Righteous Victims: A History of the Zionist-Arab Conflict (1881-2001)*, Vintage Books, 2001.

OREN, Michael B.– *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*, Oxford University Press, 2002.

PENSLAR, Derek J.– *Israel in History: The Jewish State in Comparative Perspective*, Routledge, 2007.

WAXMAN, Dov – *The Pursuit of Peace and the Crisis of Israeli Identity: Defending/Defining the Nation*, Palgrave Macmillan, 2006.

WASSERSTEIN, Bernard – *Israelis and Palestinians*, Yale University Press, 2003.

# Sobre a visualidade do Brasil Moderno
## Causas e combates pelo "retorno à ordem"

**Maria Bernardete Ramos Flores**

FLORES, Maria Bernardete Ramos – "Sobre a visualidade
do Brasil Moderno. Causas e combates pelo "retorno à ordem."
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 41-56.

**Maria Bernardete Ramos Flores.** Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora Titular na Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil, Pesquisadora Nível IC do CNPq.

## A estética monumental

Sob a linguagem visual do entre-guerras, todo país que desejou fazer propaganda de seu regime político lançou mão da monumentalidade, dentro do espírito clássico, universal e atemporal, por enfeixar valores comuns a todo o Ocidente, desde a Antigüidade.

Nos Estados Unidos, a política simbólica do governo Roosevelt, pautou-se por duas estratégias fundamentais: monumentalidade clássica e representação das raízes agrárias. A natureza como símbolo do solo pátrio resumia os valores da nação e não afrontava a moderna mitologia industrial[1]. Na Itália, Laura Malvano diz que qualquer análise da cultura do regime de Mussolini não pode prescindir da abordagem das imagens. Os temas recorriam a um feixe de ideologias: do fascismo rural, uma nostalgia do séc. XIX e um retorno à tradição; do fascismo planificado, tecnocrático e moderno, dos anos trinta; e do fascismo imperial, projetado em direção ao *Mare Nostrum*, ou, mais precisamente, em direção às opções políticas, expansionista e colonial[2]. Na Alemanha, os famosos nus de Arno Breker recriaram a beleza helênica, representativa do homem viril como símbolo da pureza racial[3]. A estatuária salazarista que povoou Feiras, Exposições e Praças com figuras masculinas – descobridores, desbravadores, missionários, poetas, reis, navegadores, guerreiros, conquistadores –,figuras robustas, eretas, "massas quadrantes"[4] executada pela geração de escultores postos a serviço pela encomenda oficial de Antônio Ferro, à frente do Secretariado da Propaganda Nacional, criaram a imagem monumental que servira à visualidade do nacional-historicismo da *política do Espírito* do Estado Novo Português.

No Estado Novo brasileiro, a monumentalidade não chegou a ser significativa, se comparada às dimensões assumidas pela portuguesa, espanhola, estadunidense, italiana, alemã, entre outras. Contudo, o projeto do Ministério de Educação e Saúde Pública, do governo de Getúlio, analisado através das cartas do ministro Capanema, dos termos dos editais e das encomendas, da crítica especializada, das obras realizadas ou das maquetes, ensejou o simbolismo veiculado pela linguagem visual do entre-guerras. Considerando-se apenas o seu projeto escultório, percebe-se que artistas convidados – Celso Antônio, Adriana Janacópulus, Bruno Giorgi, Ernesto de Fiori – tiveram formação na Europa, entre as décadas de 20 e 30. Foram alunos ou, pelo menos, sofreram a influência do "tríptico" – Maillol, Despiau, Bourdelle – que assumiu "um papel supostamente clássico, onde se reviu o gosto tradicionalista francês", na fase do "revivalismo do entre-guerras"[5].

---

[1] FABRIS, Annateresa - *Fragmentos Urbanos.* São Paulo: Studio Nobel, 2000, p. 172.

[2] MALVANO, Laura - *Fascismo e politica dell'immagine.* Torino: Bollati Boringhiri, 1988. p. 141.

[3] DUTTON, Kenneth R. - *The perfectible body.* The western ideal of male physical development. New York: Contnuum, 1995, p 207.

[4] PORTELA, Artur - *Francisco Franco e o Zarquismo.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s.d., p. 41.

[5] FRANÇA, José Augusto - *História da Arte Ocidental. 1780-1980.* Lisboa: Livros Horizontes, 1987, p. 302-303.

O episódio do desacordo entre o escultor Celso Antônio e Gustavo Capanema quanto à concepção da escultura do *Homem Brasileiro*, a ser erigida no pátio do edifício do Ministério - um bloco de granito, aproximadamente de 11 metros de altura, de um homem sentado sob um diminuto pedestal, é esclarecedor. A estátua, por recomendação do ministro, deveria ser a de um homem "sentado num soco, nu, como o *Penseur* de Rodin, mas de aspecto que denotasse calma, domínio, afirmação...". Uma "concepção grandiosa (...) qualquer coisa parecida com os colossos de Menon, em Tebas, ou com as estátuas do templo de Amon, em Karnak"[6]. Quando Capanema rejeitou o projeto de Celso Antônio, pois a maquete era a de um homem de "feições sertanejas, barrigudo e pouco atlético"[7], a obra foi entregue a Brecheret, com a determinação de que não fizesse trabalho estilizado e nem decorativo; que seguisse o rumo dos grandes escultores contemporâneos, Maillol, Despiau. O homem deveria ser figura sólida. "Nada de rapaz bonito. Um tipo moreno, de boa qualidade, com o semblante denunciando a inteligência, a elevação, a coragem, a capacidade de criar e realizar"[8].

A estética do entre-guerras que serviu aos programas imagéticos oficiais europeus – nazista, fascista, estado-novista, mas também praticado pelos estados liberais – re-introduziu na arte a figura, a volumetria, a representação, o tema, a simbologia, a monumentalidade, o construtivo, a forma e a geometria, a relação com o espaço, a harmonia das proporções, a integridade do corpo. Depois da declaração da morte da arte pelo Movimento Dada, uma nova ordem cultural e artística tratou de fazer frente a certas peculiaridades das vanguardas – individualismo, materialismo, pluralidade e originalidade -, vindo recolocar na obra de arte elementos que restabelecessem "a unidade incindível entre técnica e representação, entre forma e conteúdo; unidade que caracteriza a obra-prima de natureza universal e eterna"[9]. Na França, para onde acorria a maioria dos artistas de vários países, teóricos como Gleizes, Lhote e Léger defendiam a regeneração da arte, definindo as regras técnicas e morais da criação artística, contra a transgressão praticada pelas vanguardas. Léger, que foi o grande mestre de artistas brasileiros, dizia que "toda criação objetiva humana depende de leis geométricas absolutas"[10]. A expressão *retour à l'ordre* ganha as páginas da *Nouvelle Revue Française*, a partir de 1919, voltada às manifestações do novo espírito francês[11]. Na Itália, em *Periplo dell'arte*, publicado em 1928, Soffici criticou a pintura pura, a arte pela arte, liberta de qualquer preocupação conteudística ou verossímel, arte praticada pelas vanguardas artísticas, e preconizou uma "forma de arte plena, completa, nossa, totalmente humana", que "espelhasse concretamente a plenitude vital do novo tempo"[12].

---

[6] Idem, p. 225.

[7] Cf. LISSOVSKY, M. e MORAES DE SÁ, P. E. - *Colunas da Educação. A construção do Ministério de Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996, p. 221.

[8] Idem, p. 231.

[9] FABRIS, Annateresa - "A "estética do fantoche": Soffici e a volta à ordem na Itália". In: *Anais*. IV Congresso Brasileiro de História da Arte. Porto Alegre, 1991, p. 61-67, p. 61.

[10] KERN, Maria Lúcia Bastos - *A modernidade pictural: Argentina e Brasil*. Acesso: dia 04/03/06. Disponível em: www.cesa.art.br/revistas/vol_02/art7.html.

[11] LOURENÇO, Maria Cecília França - *Operários da modernidade*. São Paulo: Hucitec/USP, 1995, p. 45.

[12] FABRIS, Annateresa - "A "estética do fantoche"", ob. cit., p. 61-67.

## O modernismo brasileiro

Os historiadores da arte brasileira já demonstraram exaustivamente a relação tensa entre o modernismo e o nacionalismo: como a arte modernista tratou dos assuntos nacionais para criar uma identidade nacional. A experimentação artística com as linguagens das vanguardas européias para representar valores nacionais, o folclore, as origens do homem brasileiro, a terra do Brasil, oscilaram entre aceitação e rejeição, nos níveis das tendências artísticas e correntes intelectuais. Ao Brasil antropofágico que tanto valorizou as devorações e comilanças, Guilherme de Almeida, no poema *Raça*, opôs o espetáculo de um Brasil prudente e conciliador, por transfusões ocidentais serenas, fiel ao seu propalado papel civilizador, sem "embargo da contribuição berrante dos seus papagaios, macumbas e matos virgens"[13].

Nesse artigo a intenção é deslocar a análise da abordagem do tema do nacionalismo e enveredar para a abordagem da relação entre o modernismo e a questão racial brasileira. Que estética foi chamada para representar o "homem brasileiro", melhor dizendo, "o porvir do homem brasileiro", numa relação da arte com a política racial? Se o debate sobre a proposta cultural para a jovem República e a formação do "novo homem" girava em torno do dilema entre a renovação "americanista" (pragmatismo, objetivismo, utilitarismo, racionalista), e a restauração "iberista" (tradição humanista católica), o debate estético foi o axial para o qual convergiram todos os enunciados da modernização e da modernidade brasileira: embelezamento do povo, branqueamento, educação, saúde, trabalho, urbanização, progresso, tecnologia, civilização.

O futurismo foi praticado para criar imagens da velocidade, da verticalização, do urbanismo e do maquinismo; o cubismo e o expressionismo para falar da força da expressão, do volume, da cor, da construção do homem brasileiro; o surrealismo para falar do direito ao sonho, ao mito, ao inconsciente, da busca de nosso passado índio-africano, na construção de um mundo antropofágico. Na perspectiva católica humanista, a crítica à arte de vanguarda e o retorno ao passado clássico, greco-romano, e à tradição, criou imagens de um mundo perdido. Pautou-se, então, pela busca da ordem, da limpeza e da pureza da vida rural, da perenidade e da continuidade da cultura ocidental, da regeneração do passado, no registro da arte acadêmica, das linhas puras, da perspectiva da forma e do espaço, da linearidade do tempo, da ordem da representação.

Contudo, a arte brasileira, no seu engajamento político pela reforma e regeneração do povo brasileiro não podia optar nem pelas propostas das vanguardas no que ela tinha de mais desestruturador e nem pela arte acadêmica da corrente clássica. A estética que atendeu aos anseios da visualidade modernista brasileira foi aquela do chamado "retorno à ordem", sob os princípios de Lothe, Glezes e Léger, mestres de vários artistas brasileiros. O movimento modernista no Brasil, segundo Mário de Andrade, depois do "período heróico", iniciado com a exposição da pintura de Anita Malfatti, em 1917, "anos [em que os modernistas foram] realmente puros e

---

[13] IVO, Ledo – "O principal do príncipe". In: ALMEIDA, Guilherme de - *A Raça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 13.

livres, desinteressados", a Semana da Arte Moderna (1922) abriu a fase do "espírito destruidor". Mas, com a entrada de Getúlio em cena, em 1930, o modernismo brasileiro deu início a "uma fase mais calma, mais modesta e quotidiana, mais proletária, por assim dizer, de construção". Mário esperava que a outras formas sociais imitassem o caminho das artes, atingindo esse estágio de "estabilização de uma consciência criadora nacional"[14].

O historiador de arte, Tadeu Chiarelli, afirma que o modernismo brasileiro enveredou pela estética do "retorno à ordem", por lhe possibilitar ao mesmo tempo o "resgate do homem brasileiro", seqüestrado da produção artística que o antecedeu, e a inclusão do Brasil no circuito artístico internacional. Mário de Andrade, o líder incontestável do modernismo pós 1930, não podia aceitar uma produção artística desprovida de uma relação mais concreta com a realidade aparente e com um sentido moralizante ou "educativo" explícitos, recusando as manifestações de vanguardas ocorridas no Brasil, como foi o caso de sua rejeição à obra de Ismael Nery, artista que praticou uma arte metafísica, que se afastou do cubismo praticado por Lèger, pendendo para Picasso, e que teve em Chagall inspiração para uma arte surrealista. A opção por uma produção que trafegou entre o protótipo do homem brasileiro (os painéis do Ministério, de Portinari), do homem e da paisagem locais (a fase pau-brasil de Tarsila) e a fixação mais próxima do realismo naturalista do homem brasileiro (*Mestiço*, de Portinari: *Ciganos*, de Di Cavalcanti) possui várias razões que a justificam e várias implicações que dela brotam[15].

## Um parênteses

A imagem do Brasil, herdada do século XIX, era surpreendentemente assustadora. Não são poucos os exemplos que nos falam de um "espetáculo racial brasileiro"[16], a "bela amostragem de barbárie, de ilusionismo barroco", que causara mal estar a Ferdinand Diniz[17]. O Brasil era tido como um país degenerado, cujo povo de feição estranha, "da qual só pode fazer idéia quem observou as diversas raças na sua promiscuidade". A procissão dos festejos de Nosso Senhor do Bonfim, aos olhos de Spix e Martius, forma um "luxuoso préstito", com "gente de todas as cores", e padres cercados pelo "barulho selvagem de negros exaltados" e pelo "tumulto de mulatos ágeis". Povo degenerado e uma natureza representada pela estética do pitoresco e do sublime, cuja beleza exuberante é amedrontadora[18].

---

14 ANDRADE, Mário de - *Aspectos da literatura brasileira.* São Paulo: Martins, 1972, p. 231-255.

15 CHIARELLI, Tadeu - *Pintura não é só beleza. A crítica de arte de Mário de Andrade.* Florianópolis: Letras Contemporânea, 2007, p. 241-242.

16 Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz - *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1030.* São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 189.

17 Cf. LIMA, Luís Costa - *O Controle do Imaginário.* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 132.

18 Apud. LISBOA, Karen Macknow - *A Nova Atlântida de Spix e Martius. Natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820).* São Paulo: Hucitec, 1997, p. 136-137.

Criar, portanto, uma nova feição, regenerar, civilizar, modernizar, embelezar, branquear, alcançar um estalão racial, eram tarefas que atormentaram intelectuais, políticos, educadores, religiosos, juristas, artistas, jornalistas, antropólogos, médicos, psicólogos, da jovem República brasileira. O Brasil era um tipo étnico em formação!

O discurso da eugenia, como arte e como ciência, prometia eliminar todas as *desgraciosidades*. "O homem capaz de talhar no mármore a Vênus, é capaz também de moldar plasticamente toda a humanidade. (...) Cada um de nós poderá transformar-se em Policleto, Miron, Fidias, poderá criar tipos com vida, como Doryphoro, aquele belo efebo da estatuária, o mais antigo tipo da arte grega, considerado a representação mais acabada da beleza e da energia humanas." afirmava Dr. Kehl[19]. Arthur de Vascocellos, ao prescrever "a temperança da mesa", fazia referência ao Apolo de Belvedere, ao mesmo tempo um modelo de beleza e um marco admirável para as fronteiras da saúde"[20]. O educador Fernando de Azevedo defendia a prática de exercícios para as mulheres alcançarem a "beleza da Afrodite de Milo"[21]. Hernani de Irajá, médico, artista plástico e crítico de arte, condenava os pintores que representaram o corpo humano deformado, quadros de "aleijões de plástica humana", tentando convencer o leitor de que a reprodução artística do corpo, dentro do "cânone clássico", está imbricada com a configuração ideal da raça. Por isto o mundo grego teria produzido os grandes escultores da plástica humana: Fideas e Miron, Doriforo, Agoracrito e Alcameno[22]. A arte – segundo esse artista médico – deveria estar a serviço da medicina para a construção estética do corpo e criar um estalão brasílico.

O modelo de beleza que definia os estereótipos nacionais na Alemanha, na Inglaterra ou nos Estados Unidos era o padrão almejado. A beleza corporal, associada à beleza da raça, como política da estética, constou dos programas estatais, em todo mundo ocidental, seja no nazismo ou fascismo, nas ditaduras de todos os matizes estadonovistas, ou nas democracias liberais, a despeito de peculiaridades próprias dos projetos, estilos, tópicos, dicções e metodologias de cada nação. Na Alemanha, os famosos nus de Arno Breker recriam a beleza helênica, representativa do homem viril como símbolo da pureza racial.(Dutton, 1995: 207) No filme "Os Deuses do Estádio", 1938, sobre as Olimpíadas de Berlim, Leni Riefenstahl associa estátuas da Antiguidade Clássica ao atleta modelo. O projeto fascista foi um projeto estético. Uma verdadeira "política da beleza" como designou Gabriele D'Anunzio, um dos primeiros artistas a serviço do fascismo italiano, não só a nomeá-la, mas também a praticá-la[23].

---

[19] KEHL, Renato - *A Cura da Fealdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932. p. 202.

[20] VASCONCELLOS, Arthur - "Conceitos pathogenicos da obesidade" (I). In: *Archivos Brasileiros de Medicina*. Outubro/1932, p. 517.

[21] AZEVEDO, Fernando de - *Da educação física*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 80. A primeira edição é de 1916 e a segunda, de 1920.

[22] IRAJÁ, Hernani de - *Sexo e beleza*. 4º ed.. Rio de Janeiro: Pongetti, 1958, p. 19.

[23] MOSSE, George - "Estética fascista e sociedade. Algumas considerações". In: MOSSE, G., BRAUN, E. e BEM-GHIAT, R. - *A estética do fascismo*. Trad. Carlos Queirós. Lisboa: Edições João Sá da Costa. 1999, p. 3-12, p. 5.

## O debate estético

A estética é por excelência o campo teórico, sob o qual as problemáticas da Modernidade podem ser abordadas. Winckelmann, Lessing, Burke e Baumgartem criaram a disciplina da estética para formular princípios universais de classificação e julgamento da beleza. Friedrich von Schiller, nas *Cartas sobre a educação estética do homem*, define como função da arte a educação pela beleza, que permite aceder ao Estado estético graças ao domínio racional das pulsões, condição para chegar ao Estado político. O sujeito autônomo, capaz de agir livremente de acordo com os parâmetros das Luzes não é outro senão o sujeito de juízo estético kantiano.

Norbert Elias e Peter Gay, entre outros historiadores, têm mostrado que a subjetividade moderna é o corolário da criação de um corpo capaz de, ao mesmo tempo, controlar suas emoções, sua sexualidade, dominar os seus gestos, conter a violência, interiorizar as normas, ter o governo de si. Como analisa também Terry Eagleton, a estética moderna, como ciência da subjetividade e do sensível, desenvolveu-se, *pari passu*, com a civilização ocidental, para responder às problemáticas colocadas na ordem do corpo, da classe, do sexo e da nação[24]. A experiência estética define, portanto, uma meta-política, isto é, o projeto moderno de mudar as tradicionais formas de vida, encarnando no corpo do cidadão a lei do auto-governo, para atingir a harmonização do gosto, das atitudes, dos hábitos, do comportamento, da imaginação, enfim, de toda a nossa parte sensorial, realizando a coesão social, minimizando assim a necessidade da coerção externa.

Mas é também o mesmo sujeito, o *homo aestheticus*[25], livre, autônomo, moderno, que compreende o regime político democrático, no qual grupos e facções em debate criam o dissenso próprio do regime estético das artes. Para Jacques Rancière, na democracia, a arte produz facções ou dissensos. A arte faz política não porque trabalhou pela estetização dos Estados totalitários. Nem porque há estetização das mercadorias na era de consumo de massa. A arte é política no seio de sua própria política. Ao ocupar recortes do espaço sensível comum, redistribui relações entre o ativo e o passivo, os que governam e o povo, os que têm o direito de falar e o "comum". A arte produz, assim, formas de re-configuração da experiência que são o terreno sobre o qual podem se elaborar formas de subjetivação políticas que, por sua vez, re-configuram a experiência comum e suscitam novos dissensos artísticos[26]. Dissensos próprios da democracia, o contrário dos consensos próprios dos regimes autoritários que investem na homogeneização visual para a nação, das sociedades midiáticas contemporâneas que deixam pouco espaço para o heterogêneo sobreviver, transformando-o em mercadoria na sociedade do consumo de massa.

---

[24] EAGLETON, Terry - *A ideologia da estética*. Trad. Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 17.

[25] FERRY, Luc - *Homo aestheticus. A invenção do gosto na era democrática*. Trad. Eliana Maria de Melo Souza. São Paulo: Ensaio, 1994.

[26] RANCIÈRE, Jacques - *Política da arte*. Seminário. 17 a 19 de abril de 2005, SESC-Belenzinho, São Paulo/Brasil. Ver também *O desentendimento* (Editora 34, 1996); *Políticas da escrita* (Editora 34, 1995); *A partilha do sensível: estética e política* (Exo Experimental; Editora 34. 2005.)

Com a implantação da República brasileira, abriu-se o debate sobre a formação do Brasil moderno. A *intelligentsia*, artistas, ensaístas, políticos, literatos, assimilaram correntes do pensamento europeu, no que tange às teorias e concepções estéticas. Obras e revistas literárias, ensaios e tratados de antropologia, sociologia, medicina e educação defenderam, como princípio, a tese de que a arte teria a função de embelezar a vida e, como hipótese, funcionar como modelo ideal, ao ensinar a beleza ao mundo. Médicos, educadores, antropólogos, imputaram a si a missão de regenerar, reformar, educar, embelezar, o povo brasileiro. As artes foram chamadas a colaborar com a política de *perfectibilidade* racial. Como aplicação consciente de um conhecimento especializado, a arte está para a estética, assim como a medicina antropológica, como um conhecimento científico, está para a fisiologia, a antropometria e a morfologia do humano[27].

No modernismo brasileiro, antes de 1930, os escritores coexistiam na suas disputas ideológicas: os *passadistas* mantinham o espírito do século XIX; *modernos e independentes* colocavam-se numa posição descompromissada em relação ao modernismo, Monteiro Lobato, por exemplo; os *modernistas*, por sua vez, distribuíam-se em correntes, tais como: *dinamista*, *primitivista*, *nacionalista* e *espiritualista*[28]. Primitivismo foi palavra de ordem que perpassou várias correntes com diferentes semânticas. Para Oswald de Andrade, primitivismo na poesia pau--brasil (1924) era fazer a mediação entre fontes originais e técnicas artísticas das vanguardas européias; para o grupo *Terra Roxa*, alertar para os perigos da imigração e valorizar o nacional; na antropofagia de Oswald de Andrade (1928), deglutir a experimentação vanguardista, aclimatando-a localmente. No ufanismo patriótico do grupo *Anta*, Plínio Salgado marchou em direção ao ultra-nacionalismo e à busca das raízes nacionais. Segundo correntes católicas, a questão era a retomada de traços universalizantes e monistas[29].

Os modernistas dos anos de 1920 estabeleceram relações fortes com o futurismo, o cubismo, o expressionismo. E, embora a relação com o dadaísmo e o surrealismo fosse menor, houve adesões, aproximações e experimentações. Oswald de Andrade, Pagu, Tarsila, Raul Bopp, Flávio de Carvalho, Ismael Nery, Aníbal M. Machado, Murilo Mendes, Mário Pedrosa, Cícero Dias, são citados por historiadores da arte brasileira como aqueles que foram tocados pelos princípios do surrealismo e praticaram, embora sem a configuração de um grupo, uma arte e uma literatura surrealistas.

A Revista *Estética* (Rio de Janeiro, 1924-1925) teve como programa a defesa do surrealismo[30]. Se o artigo de abertura, feito por Graça Aranha, defendia um objetivismo mecânico, Sérgio Buarque proclamou em suas páginas o aproveitamento do inconsciente, o "direito ao sonho", numa alusão a sua aproximação com o surrealismo e à aplicação da psicanálise freudiana nas artes: "... em nome da realidade temos de procurar o paraíso nas regiões ainda inexploradas. [...] Só à noite en-

---

[27] Sobre a relação entre ciência, arte e política na formação do Brasil moderno, ver FLORES, Maria Bernardete Ramos - *Tecnologia e estética do racismo. Ciência e arte na política da beleza.* Chapecó/SC: Argos, 2007.

[28] CASTELLO, José Aderaldo - *A literatura brasileira.* Vol.II. São Paulo: Edusp, 1999, p. 70.

[29] HELENA, Lucia - *Modernismo Brasileiro e Vanguarda.* São Paulo: Editora Ática, 1986.p. 10-14.

[30] Cf. LEONEL, Maria Célia de Moraes – *"Estética" e modernismo.* São Paulo/ Brasília: Hucitec/ INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

xergamos claro." E reporta-se a Marcel Proust, em seu "trecho admirável": "... no instante mesmo que a razão nos abandona, os olhos se cerram e antes de se conhecer não só o inefável, mas o invisível, a gente adormece" [31]. No mesmo número, aparece um artigo de A.C. Couto de Barros rejeitando os pressupostos defendidos por Soffici que "quer introduzir a arte hermética, onisciente, onipresente, onipotente". Ora, diz o autor: "Enganas-te, Soffici. Ela [a arte] sabe transformar todas as energias, mesmo as mais abstratas, as mais refinadas, as quase imperceptíveis."[32] Contra a ordem, a lei e o plano de simetria, Couto de Barros defendia o complexo, o multiforme, o pluralismo.

A revista de *Antropofagia* (São Paulo, 1928-1929) acolheu Benjamin Péret, surrealista *full-time* que morou no Brasil entre 1929-1931 e fez pesquisas sobre cultura afro-índia. A *Antropofagia* "não tem orientação ou pensamento de espécie alguma: só tem estômago."[33] Conforme analisa Lúcia Helena, a *Revista de Antropofagia* é o termômetro dos impasses do modernismo brasileiro: como enlaçar o "direito permanente à estética" com o peso da tradição? Quais as fronteiras entre o regional, o nacional e o universal? Como distinguir o nacional de sua "idealização"? Como se definir a embaraçada noção de "brasilidade"? E, em face desse projeto, que alianças fazer, quais rechaçar, e por quê? A antropofagia faz, diante desse quadro, uma opção bem nítida. A de explicitar – dura, irônica e agressivamente – as contradições, das quais nenhum grupo esteve isento[34].

Manifestos e revistas que permitem aos participantes encontrarem-se num protesto, revestem-se de duplo aspecto, diz Sirinelli. Como se formam os grupos? Quais as correntes ideológicas, as polêmicas, os abalos e estremecimentos que percorrem a consciência nacional? Uma revista, por sua vez, é um observatório privilegiado de sociabilidades e microcosmos intelectuais, lugar precioso para a análise do movimento das idéias, pelas fidelidades que arrebatam, influências que exercem, exclusões e posições tomadas, debates suscitados e cisões advindas[35].

No Brasil, no contexto que estamos analisando, os grupos e tendências usaram esse veículo próprio da época, a revista (embora algumas não ultrapassassem o terceiro número e em muitas os colaboradores transitassem por entre elas). Na década de 1920, a arte fez política, voltando aqui a lembrar Jacques Rancière, ao falar do regime estético da arte. As diversas revistas que circularam no período[36] nos possibilitam perceber o "lugar próprio" onde os grupos expressavam, debatiam e defendiam idéias, através da crítica de arte, traduções de autores estrangeiros, resenhas de obras, entrevistas e respectivos manifestos – "pau-brasil", "antropofagia", "ver-

---

[31] HOLLANDA, Sérgio Buarque de - "Perspectivas". In: *Estética.* Ano I, Volume I, Jan. Fev. 1925. p. 272-277.

[32] BARROS, A.C. Couto Soffici - *Estética,* ob. cit., 252-255.

[33] *Revista de Antropofagia,* p. 8. Ano I, número I, maio de 1928.

[34] HELENA, Lucia - ob. cit, p. 63.

[35] SIRINELLI, Jean-François - "Os intelectuais". In: RÉMOND, René - *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1996, p. 231-270. p. 249.

[36] Em São Paulo: *Klaxon* (mai. 1922 - jan. 1923), *Terra Roxa e Outras Terras* (1926), *Novíssima* (1923/1925), *Revista de Antropofagia* (mai. 1928 - fev.1929, 1° "dentição"; mar. – ago. 1929, 2° "dentição"). No Rio de Janeiro, além de *Estética,* tivemos *Festa* (ago.1927 – jan. 1929 1° fase; 1934-1935 2°fase), – Em Minas Gerais *A Revista* (jul.1925 – jan. 1926), *Verde* (set, 1927 – jan. 1928).

de-amarelismo", "católico", "dinamismo", "festa", "verde", "terra roxa e outras terras". Os escritores-artistas configuravam agrupamentos de subjetividades e davam publicidade aos desentendimentos e dissensos no projeto da "jovem" nação.

O *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924), de Oswald de Andrade, remete a nacionalização da arte, onde a matéria prima artística brasileira se encontra na poesia primitiva e selvagem[37]. No *Manifesto Antropófago* (1928), Oswald define a "Lei do antropófago", a apropriação da cultura estrangeira: "Só me interessa o que não é meu" [...] O cinema americano informará"[38]. O *Manifesto Nhegaçu* (1929) verde amarelo (ou da escola da anta), assinado por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Plínio Salgado, exalta o nacionalismo, a fé nas instituições conservadoras, as expressões históricas do povo, "a alma da nossa gente"[39] *Festa* (1927), humanista, espiritualista e universalista, numa aliança entre religião e política, proclama a arte como anunciação do futuro, re-iniciação da esperança, a promessa do esplendor[40]. O manifesto do grupo *Verde* (1927), de Minas Gerais, declara-se "objetivistas", "não damos a maior importância para a crítica"[41]. O *Manifesto Leite Criôlo* (1929) publicado em Belo Horizonte, faz a defesa da negritude[42].

Em São Paulo, além da *Antropofagia*, a revista *Klaxon*, com a contribuição dentre outros, de Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Mario de Andrade, Rubens de Morais, Oswald de Andrade, Sergio Milliet e Manuel Bandeira, além da colaboração de escritores estrangeiros, trazia uma concepção estética que anunciava o moderno, o século XX, pedindo passagem para o atual. (klaxon era o termo empregado para designar a buzina externa dos automóveis). *Terra Roxa e Outras Terras*, que contou com a colaboração de Mário de Andrade e Rubens Borba, enfatizou a busca do caráter brasileiro, no registro de manifestações folclóricas, no relato de festas da zona rural e de viagens pelo interior e por outros Estados. A revista *Novíssima*, dirigida por Cassiano Ricardo e Francisco Pati, com Plínio Salgado e Menotti Del Picchia como colaboradores, na linha do verdeamarelismo, faz o culto à Beleza nos destinos da pátria[43]. No Rio de Janeiro, além de *Estética* e *Festa*, aparecem *América Brasileira*, 1922, dirigida por Elysio de Carvalho, no contexto das comemorações do Centenário da Independência e *Terra de Sol* – Revista de Arte e Pensamento, 1924, dirigida por Tasso da Silveira e Álvaro Pinto. Em Minas Gerais, sem a irreverência da revista *Verde*, *A Revista*, sob a direção de Martins de Almeida e Carlos Drummond de Andrade, tinha como fim solidificar as tradições.

Se todas essas revistas, além de outras que deixamos de citar, tiveram vida quase efêmera, não ultrapassando o clima da sua própria ressonância no movimento da década revolucionária de 1920 (muitas não foram além do terceiro número), chama-nos a atenção a *Revista do Brasil* e a revista *A Ordem*, pela duração que alcançaram,

---

37 ANDRADE, Oswald de - *Manifesto da Poesia Pau-Brasil.* São Paulo: Correio da Manhã, em 18 de março de 1924.

38 Idem, *Manifesto Antropófago*. In: *Revista de Antropofagia*. São Paulo, 1 de maio de 1928, n.º 1.

39 Manifesto do verde-amarelismo. In: *Jornal Correio Paulistano*, edição de 17 de maio de 1929.

40 Manifesto Revista *Festa*: Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1927, n.º 1, p. 1.

41 *Revista Verde de Cataguazes*. Minas Gerais, setembro de 1927, n.º 1.

42 Cf. HELENA, Lucia - ob. cit., p. 80.

43 Idem, p. 52-63.

varando a fronteira, engajadas no projeto de reforma do povo brasileiro e restauração da tradição.

A *Revista do Brasil* (que teve início em 1916 e, com diferentes fases e algumas interrupções, perdurou até a década de 1990) a princípio não foi um órgão representativo de um grupo literário ou artístico específico. No contexto que se seguiu à Semana de 22, a tensão entre os modernistas e os passadistas explodiu em suas páginas. Sob a direção de Monteiro Lobato, na sua primeira fase, teve uma atitude claramente regeneradora da nação, "...quer lutar contra os males, os maus hábitos, o mau ensino, as más organizações, o parasitismo, os vícios ...quer levar todo o Brasil ao trabalho, à confiança em si mesmo, o balanço de suas virtudes e das suas misérias, à lenta e enérgica terapêutica do seu organismo gigante mas doente..."[44]. A intelectualidade presente no periódico, gerada e nutrida em teorias deterministas, fossem elas de cunho racial, climático ou cultural, invariavelmente terminava por reafirmar a impermeabilidade de uma nação tropical e mestiça à civilização, preocupada com a noção de *perfectibilidade* do brasileiro e pela busca de um tipo nacional característico[45].

A revista *A Ordem* (1921-1945), fundada pelo católico Jackson de Figueiredo, representou o movimento, juntamente com a criação do Centro Dom Vital, de "reação católica", de aproximação com o Estado, e revitalização do tomismo no campo das idéias. Em 1922, os membros do Centro Dom Vital e do grupo *A Festa* se opuseram à concepção do modernismo da Semana de Arte Moderna. Segundo eles, o modernismo deveria estar ligado à "autenticidade e tradição", noções essas que estavam ausentes do movimento devido à orientação dada ao evento pelos "esquerdistas". Com a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928, assumiu a direção da revista, Alceu do Amoroso Lima, figura de proa na crítica às linguagens artísticas de vanguarda. Até a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1941, o Centro Dom Vital foi o principal lugar de reunião dos intelectuais católicos brasileiros. Segundo Margaret Todaro, tanto o Centro Dom Vital quanto a revista *A Ordem* se caracterizavam por uma preocupação com causas políticas conservadoras, empenhados na "luta pelo espírito contra a matéria, pela liberdade contra o despotismo, pelo fascismo contra o comunismo". O Centro declarava que o fascismo era o aliado natural do catolicismo contra o socialismo e o marxismo[46].

## O retorno à ordem.

As mudanças de rumo a partir de 1930, com a implementação da política nacionalista do governo de Getúlio Vargas; com a intensa atividade dos intelectuais católicos e sua estética humanista, espiritualizante; com a adesão de artistas e intelectuais modernistas ao integralismo e seu autoritarismo e irracionalismo; com a retirada de grupos mais vanguardistas para engajar-se nas fileiras do PCB, a exemplo de Oswald de Andrade; o modernismo brasileiro foi abandonando a sua

[44] LUCA, Tânia Regina de – *A Revista do Brasil. Um diagnóstico para a (N)ação.* São Paulo: Ed. da UNESP, 1999, p. 17.

[45] Idem, p. 31.

[46] KORNIS, Mônica - *Centro Dom Vital.* Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. 05 de maio de 2008. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/8739_1.asp>.

potencialidade criativa da década de 1920 e abraçando a estética do "chamado à ordem", entrando naquela fase "construtivista", defendida por Mário de Andrade, citado acima. O que passou a preponderar no Estado Novo brasileiro, não foi então a busca das raízes vitais do povo, como queriam os jovens intelectuais-artistas da década de 1920, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do estado forte, na tentativa da criação de uma visualidade homogênea, de um consenso ideológico[47]. Daí, a rejeição e a condenação do surrealismo no Brasil. Para ilustrar essa condenação, basta citar o caso de Benjamin Péret, expulso do Brasil em dezembro de 1931, por Decreto assinado por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, por ter sido considerado, "conforme foi apurado pela polícia desta capital, se tem constituído elemento nocivo à tranqüilidade pública e à ordem social"[48].

A estética que serviu ao programa visual, pós-1930, como de resto se praticava no contexto mundial nesse período de nacionalismos xenófobos, foi a estética do chamado "retorno à ordem", por *re-figurar* o corpo fragmentado, descorporizado, pelas vanguardas. No Brasil, a crença no advento do "homem novo", representado numa linguagem simbólica na qual o corpo jovem, garboso e atlético, seria o binômio da nação jovem; o trabalhador, num corpo vigoroso e monumental, o binômio da nação industrial e moderna; a mãe, num corpo saudável, forte e belo, o binômio da própria pátria.

Ao analisar o método pelo qual Mário de Andrade, o líder incontestável do modernismo brasileiro, fazia sua defesa da vertente estética do retorno à ordem, rejeitando qualquer manifestação de vanguarda que rompesse com a noção de representação da obra de arte, Tadeu Chiarelli, conclui que seus conceitos no campo da teoria e da história da arte repousavam em grande medida nas teorias do filósofo e historiador francês Hippolyte Taine, que vinculou à arte o estado geral da civilização, a arte como função natural no homem, exercida por uma faculdade mestra dominada pelos fatores raça, momento histórico e meio[49]. Mário, diz o historiador, excluiu qualquer possibilidade dos artistas modernistas enveredarem para a não-representação; agiu contra a abstração, o que só se fez presente no Brasil, após sua morte.

O posicionamento de Mário de Andrade em relação à pintura de Anita Malfatti foi exemplar, diz Tadeu Chiarelli. Embora Mário defendesse a artista por razões afetivas e em "que pese o declínio paulatino da qualidade da produção de Malfatti após os anos 20", o crítico nunca reconheceu a obra dela, por ter optado "por um retorno à ordem particular". Lasar Segall também não se enquadrava nos propósitos de Mário. Tarsila do Amaral, praticamente, saiu de cena após o início dos anos de 1930. A produção de Di Cavalcanti interessou a Mário por representar uma "arte moderna e brasileira, preocupada com a captação da paisagem humana do país", mas

---

[47] SCHWARTZMAN, Simon – *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP. 1984, p. 80.

[48] Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1931, 110º ano da Independência e 43º da República. (Ass.) Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha.

[49] CHIARELLI - ob. cit., p. 243.

foi por um breve período. Na verdade, conclui Chiarelli, foi na obra de Portinari que Mário de Andrade encontrou o grande instrumento para sanar a lacuna que a arte realista-naturalista do século XIX não conseguira preencher[50].

A construção do edifício do *Ministério de Educação e Saúde*, designado por Capanema como o *Ministério do Homem*, marcou a "parceria entre governo e artistas"[51]. Composto "numa harmonia de sentidos", integrando arquitetura, escultura e pintura, expoente da política imagética do Estado Novo, o Ministério destinava-se a "preparar, compor e aperfeiçoar o homem do Brasil"[52]. Um programa de decoração escultória envolveu vários artistas: Celso Antônio, Adriana Janacópulus, Bruno Giorgi, Ernesto de Fiori, todos formados nas escolas do "retorno à ordem" de Lothe, Lèger e Gleizes, todos foram alunos de Maioll, Depiau ou Bourdelle.

A Portinari coube os murais dos ciclos econômicos para o Ministério. Portinari não freqüentara cursos em Paris, quando lá esteve, entre 1929 e 1931, para onde acorriam os artistas brasileiros. Mas estudara os pintores primitivos e renascentistas italianos no Museu de Louvre e convivera em meio a retomada da tradição clássica, absorvendo assim a construção da forma[53].

Celso Antônio fora aluno de Bourdelle (esse fora assistente de Rodin por vários anos, até romper com o mestre e ingressar num estilo bem comportado[54]), escultor que trabalhou em várias encomendas oficiais, de grande projeção, especialmente na América Latina. As obras de Censo Antônio para o Ministério de Educação de Saúde Pública – a *Mãe*, para o salão de exposições, hoje exposta na praia de Botafogo; *Moça reclinada*, para o terraço do ministro; e *Moça ajoelhada*, para o oitavo andar, apresentam uma carga emocional dos gestos expressionistas, a volumetria adquirida do cubismo, alguns traços do simbolismo, alguma estilização do *art déco*, mas tudo nos limites realistas da representação da figura humana, sob a re-estruturação da obra, nas formas geométricas, na integridade das partes, no equilíbrio entre espaço, volume e contornos.

Adriana Janacópulus, que esculpira *Mulher sentada*, em granito, para o terraço do Edifício, uma escultura hierática, de linhas puras, sem artifícios decorativos, um corpo íntegro na sua serenidade e equilíbrio, formara-se em Paris, influenciada por Charles Despiau. Este fora, nos anos 20 e 30, um "fenômeno na França", tendo suas obras reverenciadas pelo mundo, mas no final da vida viveu no ostracismo devido a amizade que tinha com o escultor nazi-alemão Arno Breker. Despiau chegara a organizar uma exposição das obras de Breker na Paris ocupada, em 1942[55].

---

[50] Idem, p. 257-261.

[51] FABRIS, Annateresa - *Fragmentos Urbanos*. ob. cit., p.155-169.

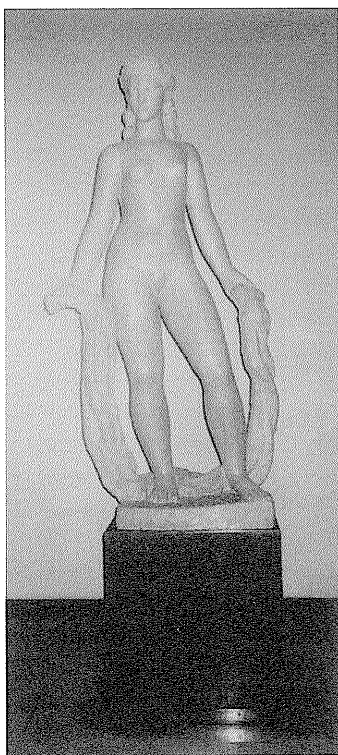
[52] Cf. Exposição de motivos de Capanema a Getúlio Vargas. 14/6/1937. Apud. LISSOVSKY, M. e MORAES DE SÁ, P. E. - ob. cit., p. 225.

[53] KERN, ob. cit.

[54] Cf. *Catálogo*. Antoine Bourdelle / Curadoria de Véronique Gautherin. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1998.

[55] ZANINI, Walter. (Org.) - *História geral da arte no Brasil*. Apresentação de Walter Moreira Salles. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983, p. 609.

Bruno Giorgi executou *Monumento da juventude brasileira*, para o jardim, obra reveladora de harmonia, calma e proporções resolutas, atendendo à recomendação de Mário de Andrade[56], tivera formação junto a Maillol, "este, nada revolucionário nas artes"[57]. *Moça de pé*, também de Bruno Giorgi, em terracota, para a entrada privativa do Ministro, elogiado pela crítica, já que o escultor soubera extrair proveito dos nítidos blocos maiolescos. Giorgi fazia da figura feminina jovem o contexto de conteúdo/forma por excelência de seus ideais que, sem um desprendimento das condições objetivas, voltava-se para um mundo de afirmação de valores transcendentes. Corpos que encantavam pela sua pureza, implícita a noção do monumental atingida por soluções plásticas equilibradas entre a estaticidade do volume – exaltado no engrossamento de pernas e braços – e o movimento rítmico dos gestos[58].



Ernesto de Fiori, por intermédio de Portinari, realizou várias maquetes, que não chegaram a se concretizar – entre as quais *O brasileiro*, *Figura feminina reclinada*, *Atleta em repouso*, *Adolescente* e *Maternidade*. De Fiori começara seus estudos em Munique. Mais tarde, em Paris, tomado de desespero ante a inexplicável perfeição da obra de Cézanne, decidiu abandonar a pintura; meses mais tarde re-encetou a carreira artística, dessa vez como escultor. Tinha então 27 anos e trabalhava sob a influência de Maillol e Degas. Em 1914, achava-se em Berlim, onde seu prestígio depois da I Guerra crescia a ponto de se tornar em breve um dos melhores escultores vivos da Europa. Pelo seu ateliê berlinense desfilaram personalidades como Greta Garbo e o próprio Hindenburg. Com a ascensão de Hitler, em 1934, De Fiori resolveu abandonar a Alemanha, dirigindo-se ao Brasil[59].

Em conclusão, a visualidade requerida para a formação do povo brasileiro da jovem república não podia assimilar o que as vanguardas européias tinham de mais destruidor. A estética que serviu à representação do futuro homem brasileiro voltou-se à linguagem plástica do novo realismo e do novo classicismo, o que não significa que eliminasse elementos retóricos do Expressionismo, do Cubismo e até do Simbolismo. Se o Expressionismo desaparecera como movimento nos anos 20, permanecera como conceito estético-artístico a

---

56 Carta de Mário de Andrade à Capanema. 19/8/1943. Apud. LISSOVSKY, M. e MORAES DE SÁ, P. E. - ob. cit. p. 300.

57 Idem. 307.

58 ZANINI, Walter - ob. cit., p. 610.

59 *ARTE no Brasil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 797.

indicar, fundamentalmente, aversão ao fixo, ao estático, ao estável e ao convencional. A carga emocional dos gestos expressionistas, ainda que implicasse na deformação de aspectos geométrico e plástico, possibilitava expressar a força dos corpos, na ordem estática e perene da pedra, projetada para o futuro. Mesmo em Portugal, cuja indumentária fora fartamente utilizada como símbolo da proeza da história portuguesa que se quis narrar – a expansão, a conquista, a cristianização, a colonização – não encobrira a projeção do autodomínio dos corpos numa atitude viril dos músculos, dos peitos e das cochas, por sob a roupa, ou das pernas e dos braços desnudos. A solução plástica, para plasmar na escultura o ideal da raça, num figurativo "retorno à ordem", na estética de virtude construtiva realista, conciliou-se com elementos do expressionismo modernista que possibilitavam, na ordem estática e perene, um movimento dos corpos, a sua expansão dinâmica.

# Raízes do Liberalismo na Argentina

Antonio Carlos Peixoto

PEIXOTO, Antonio Carlos – "Raízes do Liberalismo na Argentina"
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 57-71.

**Antonio Carlos Peixoto.** Professor de Ciência Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Vice-Presidente de Intercâmbio Internacional do Centro de Estudos Latino-Americanos - CEBELA.

A idéia liberal não correspondia a uma percepção que tivesse deitado raízes sólidas na estrutura social hispano-americana, nem antes e nem durante o processo de independência. O ethos latino-americano, com toda a ambigüidade que esta palavra naturalmente carrega, não tinha correspondência com a idéia liberal. Portanto, esta tinha, em primeiro lugar, um caráter que é indiscutivelmente exógeno. Não era um elemento endógeno da estrutura social. Ou seja, o processo de colonização e a ordem colonial, não anteciparam o liberalismo como um elemento logicamente seqüencial.

Para comprovar esta afirmação é preciso examinar o processo de independência latino-americano. Este se caracterizou pelo fato de ter tido partes inteiras da América espanhola que não queriam a independência. Houve outras partes em que os movimentos de independência, que tinham evidentemente embutidos uma idéia liberal foram derrotados nos primeiros embates, dada a sua baixa implantação na estrutura social, e só puderam ser retomados com êxito, mediante auxílio externo.

No caso chileno, por exemplo, o processo de independência foi derrotado e a liderança desse movimento se refugiou na Argentina, que já se tornara independente. Assim o exército argentino atravessou os Andes e derrotou o domínio espanhol colocando no governo as lideranças antes exiladas.

No caso peruano, vê-se uma região inteira, o Vice-reino do Peru, que era frontalmente oposta a qualquer processo de independência. A independência do Peru foi o resultado da junção de dois conjuntos de forças: o argentino, que vem pelo Sul, e o de Bolívar – já vitorioso na Venezuela, na Colômbia e no Equador – que vem pelo Norte.

No México, que era o segundo ponto de sustentação do império espanhol (o império espanhol girava efetivamente em torno do Peru e do México), as elites não queriam a independência. É claro que as razões desse quadro eram diferenciadas. O Peru era, na América do Sul, a região que gozava de maiores privilégios dentro da ordem colonial, porque o estatuto colonial dava à cidade de Lima e ao porto que fica contíguo a ela, o Callao, a condição de detentora do monopólio das exportações da América Espanhola.

A irracionalidade dessa ordem colonial pode ser atestada por aí. As exportações argentinas de Buenos Aires, que no início do século XIX já representavam um fluxo razoável de recursos, para chegarem à Espanha, em vez de pegarem uma rota direta pelo Atlântico, eram obrigadas a dar a volta pelo Estreito de Magalhães, chegarem a Lima e daí serem reexportadas. Isto obviamente permitia condições de acumulação nas mãos da oligarquia comercial limenha, que nenhuma outra região da América do Sul possuía. Esta situação estimulava o contrabando por parte dos exportadores argentinos, que muito antes da independência já tinham sólidos vínculos comerciais com a Inglaterra.

Entende-se aí por que o movimento de independência na Argentina não criou conflitos internos. Não houve guerra de facções, umas querendo a manutenção do estatuto colonial e outras a independência. A totalidade, ou a quase totalidade das elites argentinas, do Vice-Reino do Rio da Prata, como era chamada, estava efetivamente engajada num projeto de independência, porque essa significava a autonomia exportadora do Rio da Prata frente ao monopólio comercial de Lima e a possibilidade do estabelecimento de relações diretas com os mercados

consumidores, basicamente a Inglaterra. É possível se entender as razões peruanas em não querer a independência. Uma vez que a ordem colonial o beneficiava em relação às demais áreas e territórios que constituíam o complexo colonial da Espanha [1].

Se olharmos o caso mexicano, as razões são de natureza diversa. A elite mexicana temia que o processo de independência significasse uma espécie de sinal verde para o levante maciço do campesinato mexicano, que era de extração indígena e que tinha sido expropriado da posse da terra durante o período de implantação da colonização espanhola. Nessas circunstâncias, a independência do México se deu como conseqüência da revolução liberal de Cádiz, na Espanha, aproximadamente na mesma época em que se deu a revolução liberal do Porto, que aterrorizava as elites conservadoras mexicanas. Estas preferiam uma independência para a manutenção de uma ordem conservadora do que a manutenção do México na ordem colonial com uma metrópole de natureza liberal. Tem-se então um processo de independência que ocorre por medo do liberalismo metropolitano, e não em decorrência de um projeto liberal interno.

A primeira questão que se coloca diz respeito ao significado que o liberalismo adquiriu na América espanhola. Nos momentos iniciais que se seguem a independência, o liberalismo na América Espanhola correspondeu, muito simplesmente, à idéia de liberdade, que era negada pela dependência à metrópole. Nessas circunstâncias as elites nascidas na América Espanhola não podiam exercer os cargos de direção das suas respectivas províncias ou circunscrições administrativas. A idéia liberal misturava, portanto, o desejo da liberdade diante do absolutismo mesclado com o desejo das elites locais de ocuparem, efetivamente, as posições do governo, deslocando dos quadros a antiga administração espanhola.

No seu primeiro momento, o liberalismo na América Espanhola estava fundado na idéia de liberdade, e teria a sua contrapartida através dos textos constitucionais capazes de organizar essa idéia de liberdade e dar a ela uma certa materialidade no modus operandi dos diferentes sistemas políticos. De um segundo ponto de vista, principalmente para as regiões que não eram favorecidas no sistema de articulação comercial da América Hispânica com a metrópole, o liberalismo correspondia à idéia de liberdade de comércio. A idéia liberal, portanto, tinha uma base que era indiscutivelmente econômica e uma outra que estava mais no terreno valorativo, no terreno dos projetos de organização econômico-social.

O liberalismo tinha uma segunda fonte de impulso, que era o desejo das elites, em nível local e em nível daquilo que seria posteriormente o nacional de se apropriarem dos cargos-chave da administração. A idéia de liberdade estava relacionada à liberdade frente à metrópole. Em certos casos, o que se vai encontrar é simplesmente o desejo do poder para dele se extrair o conjunto de vantagens e benefícios que aumentassem a capacidade de controle dessas mesmas elites pela terra, mineração e pela agregação de novas parcelas de força de trabalho, criando-se o

[1] MEROU, Martín Garcia – *Historia de la República Argentina*. Buenos Aires: Angel Estrada Y Cia, 1905.

fenômeno clássico do patrimonialismo latino-americano. Efetivamente, o projeto desenvolvido pelas elites nas antigas colônias espanholas já continha, de forma extremamente clara e nítida, o fenômeno do patrimonialismo, ou seja, da ausência de distinção entre o interesse público e o interesse privado.

Esta questão não se colocava única e exclusivamente no terreno da constituição dos novos Estados. É preciso salientar o fato de que a independência e esta mesma idéia difusa de liberdade, mal definida e mal conceituada, geraram, durante algumas décadas e de modo quase ininterrupto, um fenômeno de formação de forças centrífugas, no qual, em última análise, ninguém queria obedecer a ninguém.

Não se sentiam as elites hispano-americanas comprometidas com nenhum tipo de pacto, que implicasse num acordo para o estabelecimento de um poder central capaz de ordenar a vida nacional. A relação entre província ou departamento, como em alguns casos da América hispânica se definia organização provincial, e o poder central era tensa e áspera. As províncias não aceitavam com facilidade o poder central. E esta espécie de anarquia patrimonialista, paradoxalmente embutia uma idéia de liberdade. Ou seja, a idéia de liberdade aparecia, ironicamente, como a total desvinculação de cada uma das partes em relação ao todo. A liberdade em muitos casos era lida, entendida e percebida como a capacidade de cada sistema de elites em plano local desenvolver os seus próprios projetos sem adesão básica constitutiva a um Estado Nacional.

No caso Hispano-Americano só o México conseguiu manter a sua coesão territorial, e o Chile, por razões de tamanho de território. Ou seja, o território sendo relativamente pequeno (o Chile da época não é o mesmo de hoje, era muito menor) e o fato de que não houvesse acidentes geográficos que interrompessem a vinculação entre o poder central e as outras partes do território facilitaram a edificação de um poder central.

No caso mexicano, a rarefação das populações do norte, ou seja, naquilo que é hoje a zona de fronteira com os Estados Unidos e que era também a região dos estados do sudoeste americano – a linha ininterrupta que vai do Texas até a Califórnia- fez com que o poder central se fizesse presente no planalto mexicano, mas é esse planalto que concentrava a maior parte da população do México.

A questão da liberdade e a incapacidade de organizar um sistema político e de relações sociais a partir desta idéia vão ter conseqüências extremamente complicadas para o futuro político dos estados latino-americanos. Gerou-se, por um lado, a anarquia, em virtude da lógica de não reconhecimento da autoridade do poder central nos diferentes países que emergiram das áreas coloniais. Era a ausência de reconhecimento de uma autoridade cuja legitimidade era de um modo geral contestada, pelas mais diferentes razões. Esta ausência de reconhecimento de uma autoridade legítima movia as forças centrífugas. Essas forças centrífugas ou geraram novos países ou simplesmente levaram à formação deste fenômeno que acompanhou a trajetória dos países hispano-americanos durante todo o século XIX e uma boa parte do século XX: o mandonismo local.

Da mesma maneira, a introdução e a aplicação da idéia libertária na regulação das relações sociais – aqui saímos da esfera do controle político e das relações de poder entre um núcleo central e as regiões, e indo para o terreno da estrutura social – foi extremamente difícil. Porque estamos lidando com populações e grupos

sociais que, no período anterior à colonização, estavam submetidos a estruturas hierárquicas extremamente rígidas.

Liberdade, portanto, podia ser entendida como liberdade para formar um Estado Nacional cortando os vínculos com a metrópole; mas podia ser entendida também como ausência de controle do poder central sobre as províncias. Mas a idéia da liberdade, aplicada a concretude das relações sociais e ao modo efetivo pelo qual essas relações se davam, dificilmente podia ser acompanhada pelo complemento da idéia de liberdade, quando batia na estrutura social, ou seja, a de igualdade.

A maior parte dos países hispano-americanos efetuou a abolição da escravatura muito antes que o Brasil. Pode-se discutir a importância da mão-de-obra escrava para a organização econômica dessas regiões. Pode-se discutir o volume, a densidade populacional da massa escrava, em praticamente todas as regiões que se tornaram independentes. Deve-se a Bolívar a luta pelo fim da escravidão, pois este nunca admitiu a escravidão como ponto de partida para a formação de um Estado Nacional.

A simples abolição da escravidão, por decreto ou decisão legal, não estabelecia a igualdade entre populações anteriormente escravas e os seus senhores, ou entre brancos que não eram senhores de escravos, mas que já eram homens livres há muito tempo. As relações continuaram carregadas por preconceitos, por sistemas de imagens que viam em geral no negro um elemento pouco apto ao trabalho produtivo. E pouco apto a uma economia baseada no contrato, economia esta que poderia tirar a América Espanhola da estagnação em que ela se encontrava.

Igualdade em relação ao índio? Essa era mais complicada, pois as ordenações que de uma ou de outra maneira regeram a vida da América Latina colonial, colocavam o elemento indígena como objeto de proteção especial da Coroa. A agência de implementação desta proteção era a própria Igreja Católica. E não foram poucos os conflitos, durante o período colonial, entre a Igreja e os grandes proprietários territoriais. Porque a Igreja entendia que o elemento indígena era uma espécie de propriedade tutelada, e que cabia a ela combater os abusos na exploração da mão-de-obra indígena, seja na agricultura das fazendas, seja na mineração.

Ora, a idéia liberal que tem como complemento, do ponto de vista político a questão da cidadania não podia, obviamente, respeitar este sistema de tutela. Ele tinha que passar por cima disso para que o índio pudesse ser considerado um cidadão. Mas de que maneira o índio podia ser um cidadão se em torno dele pesavam, mutatis mutandis, os mesmos sistemas de dominação, obviamente não do ponto de vista técnico legal – o sistema de dominação sobre o índio não era, do ponto de vista técnico-jurídico, igual ao do escravo –, mas os mesmos sistemas de controle da força de trabalho e o mesmo sistema de imagens? Imagens estas carregadas de preconceitos que se aplicavam não apenas ao índio propriamente dito, mas também em relação ao mestiço, ao cholo. Na classificação etno-social da América colonial, o mestiço, em algumas regiões, era chamado de "salto atrás". Ou seja, o branco deu um pulo para trás à medida que se cruzou com uma índia, ou vice-versa, e os filhos nascidos dessa união eram denominados de "salto atrás".

É óbvio que dentro desse sistema de hierarquias rígidas, e de imagens de super-exploração da força de trabalho, a igualdade do índio poderia ser um dispositivo legal e constitucional, mas dificilmente poderia ser algo que ocorresse de fato.

Ou seja, nós estamos naquela lógica do pensamento conservador, para o qual o fato legal não tem nenhuma importância se ele contraria o fato social, e a lei não pode ser senão o reconhecimento do fato social. A lei a qual se opõe ao fato social é uma lei que tende a se tornar inoperante. Aqueles que se dispunham a modificar a situação real recorriam, entretanto, às leis. Legislava-se em abundância.

Nessas condições, a idéia de igualdade era de difícil aplicação nessa estrutura social, porque ela supõe a igualdade com grupos etnicamente diferenciados e que não têm, obviamente, a mesma percepção da ordem política e dos valores com que uma determinada ordem política deve operar. O que aqui ocorria era inteiramente diverso ao processo clássico europeu, aonde a igualdade vai sendo lentamente conquistada, mas a partir de uma base mais homogênea da estrutura social. Liberdade e igualdade, na Europa, significavam, portanto, a inclusão ou nos direitos civis, num primeiro momento, ou na ordem política, num segundo momento, de populações em choque com sistemas de elites, o que não era o caso da América espanhola.

Na América as populações não se identificavam com seu sistema de elites, seja do ponto de vista de conflitos valorativos, seja do ponto de vista racial. Em suma, elas constituíam um universo diferenciado. Só que esse universo diferenciado era, em muitos casos, extremamente majoritário do ponto de vista demográfico. Elas constituíam a nação. Na medida que este sistema de imagens funcionava negativamente, o que é que nós podemos ter? A existência de uma idéia, obviamente, amputada de nação, porque as elites brancas, que controlavam a riqueza e o poder e que se constituíam, ao mesmo tempo, nos grupos de status mais elevado, não iriam aceitar a nação, do ponto de vista das maiorias populacionais. Então surgiu, desde o primeiro momento, uma idéia de Estado restritivo, de Estado que não podia representar as maiorias porque estas eram etnicamente diferenciadas. Ou seja, a clivagem elite-massa na América Latina tem características extremamente diferentes daquela que nós vamos encontrar na Europa.

O que se queria no caso europeu era que o sistema de dominação se abrisse de modo a receber gradualmente novos grupos sociais. Primeiro, pelos direitos civis; depois pela abolição gradual do voto censitário, até que se chegasse ao sufrágio universal masculino e, no século XX, ao sufrágio feminino, o que completou a formação deste fenômeno que nós chamamos hoje democracia de massas. No caso latino-americano, o sentimento dominante das elites é que elas não podiam permitir este processo inclusivo, porque os grupos majoritários pertenciam a um outro universo. Nessas circunstâncias, a questão da liberdade nunca pôde ser materializada porque os complementos indispensáveis ao funcionamento da liberdade, igualdade e cidadania não puderam ser implementados. A idéia de liberdade foi-se esvaindo.

Torna-se mais ou menos claro nessas condições que o projeto liberal, mesmo que traduzisse os bons propósitos de alguns pensadores, esbarrasse em obstáculos que eram quase intransponíveis, dada a configuração da ordem social que existia nas diferentes colônias. A ordem social tinha que ser, por isso mesmo, necessariamente excludente. E se ela tinha que ser excludente tinha que se basear, largamente, na violência.

Por onde então, seria possível se efetivar a mudança desse quadro? Através de transformações na estrutura econômica. Os pensadores liberais se debruçaram

sobre essa temática objetivando apontar os entraves existentes na estrutura econômico-social da América Hispânica, que necessitavam serem vencidos de modo a tornar possível a implementação do projeto liberal.

Em Sarmiento[2], um dos ápices do pensamento liberal hispano-americano, a questão básica pode ser encontrada na crítica que realizou apontando para ausência de associativismo que as condições de vida do gaúcho no pampa acabavam criando. Ele utilizou como elementos comparativos às condições de vida de outros grupos sociais em espaços igualmente desérticos (os beduínos do Saara, mongóis e tártaros das estepes da Ásia Central), ainda que considerasse essas condições de vida como representações daquilo que é uma palavra extremamente forte no texto dele, "barbárie". Ele identificava, porém, nesses grupos determinados elementos mínimos de estrutura associativa: eles andavam juntos, viviam juntos e tinham uma estrutura hierárquica de obediência.

Era exatamente isso que, no entender de Sarmento, faltava ao gaúcho. Ele não se associa, pode viver em bandos eventualmente, quando há necessidade de fazer frente a um perigo comum, a proximidade de índios hostis, por exemplo, obrigava os condutores dessas tropilhas a se juntarem; para fazerem face, de modo igualmente comum, a fenômenos da natureza, como enchentes de rios... O próprio bando de gaúchos, aquele que é liderado por um chefe denominado normalmente de caudilho, não engendra relações permanentes de associação e de obediência. O gaúcho se junta a esse bando e estabelece uma espécie de contrato verbalizado com a liderança, de natureza obviamente caudilhesca, mas ele guarda a sua independência de movimentos e a sua autonomia para que uma vez cumpridas as condições contratuais – que envolvem obviamente o código da honra e não o código de interesse – desligar-se do bando e manter as suas condições de vida em estado de isolamento social.

Assim sendo, o gaúcho, na visão de Sarmiento, era um elemento errante, sem domicílio fixo, o que o tornava, portanto, infenso a qualquer forma de vida social comunitariamente organizada e igualmente contrário à obediência às normas e valores de conduta individual traçados por formas de vida comunitária, qualquer que fosse o estágio material ou de base valorativa dessa comunidade.

Criava-se, desta maneira, um indivíduo que não conhecia outra lei a não ser a da sua própria sobrevivência, e que tem, por isso mesmo, não só dificuldade, mas uma recusa obstinada em aceitar as normas e os fundamentos legais que regem uma sociedade organizada. Nessas condições materiais e sociais de existência desaparece a noção de autoridade, inexiste a idéia de governo. A justiça é algo feito pelas próprias mãos dos indivíduos, e não por um sistema organizado que represente o poder central, visto que este mesmo poder central encontra-se extremamente diluído e fragmentado, para não dizer, mesmo, inexistente. A relação que Sarmiento estabelece com esta forma de vida, apesar de traduzir a amargura, o pessimismo e a descrença de que a partir daí possa-se constituir uma sociedade imbuída dos ideais de progresso, trazia, inevitavelmente, como pode ser visto em determinadas páginas de sua obra, uma admiração mal disfarçada pelos elementos constitutivos do gaúcho.

[2] SARMIENTO, Domingo F. – *Facundo: civilização e barbárie.* Trad., Petrópolis: Vozes, 1996.

Esta visão traduz um certo saudosismo de Sarmiento, e pode ser encontrada também no tratamento que dá à questão urbana. Se nós abandonamos por um momento sua obra central, que é o Facundo, e formos a um livro que ele escreve anteriormente, e que consiste, fundamentalmente, numa espécie de autobiografia, Recuerdos de Província[3] (Recordações da Província) encontramos a nostalgia de uma vida urbana regida ainda pelos quadros da administração colonial espanhola, que era capaz de impor certos elementos mínimos de autoridade que a independência e a chegada de Rosas ao poder tinham dissolvido. A nostalgia desta vida urbana, ainda que tradicional, é extremamente clara neste trabalho de Sarmiento:

> As colonias espanholas tinham sua maneira de ser e passavam bem sob a tutela branda do rei; vós, porém, inventastes reis de grandes esporas nazarenas e apenas desmontados dos pôtros que domavam nas estâncias, crendo que o mais incapaz é o que melhor governa. A riqueza dos movos modernos é filha só da inteligência cultivada. Fomentam-na caminhos de fesso, vapores, máquinas, fruto da ciência[4].

O que é curioso e talvez até mesmo paradoxal no pensamento de Sarmiento, é que elementos de nostalgia de um passado urbano comunitário e tradicional e a admiração pelo indivíduo que tem de sobreviver em meio a condições extremamente adversas, somam-se ao grande projeto civilizatório de Sarmiento, que se expressava de modo não convergente, mas superposto. Em primeiro lugar, na transformação do campo argentino, e em segundo lugar (mas insisto na superposição e não numa noção causal – causalidade que obviamente não poderia deixar de ser temporal), ao fenômeno urbano. A transformação do campo argentino, eliminando o tipo social do gaúcho, teria que se dar necessariamente pela urbanização. Deste modo, a tensão ou a contradição expressa no próprio título: Facundo. Civilização e Barbárie não expressava necessariamente uma contradição entre campo e cidade, mas sim, a contradição entre aquele tipo particular de campo, que produziu um indivíduo desagregado, um indivíduo que dificilmente poderia se integrar em processos comunitários ou associativos.

> Nessa associação singular acontece tudo ao contrário. Os limites da sociedade não estão marcados: o gado, quanto mais numeroso, menos braços ocupa: a mulher se encarrega de todas as tarefas domésticas e fabris. O homem fica ocioso, sem gozos, sem idéias, sem atenções imperiosas: o lar doméstico o enfada, o expulsa, digamos assim, Há necessidade, portanto de uma sociedade fictícia para remediar esta dissociação normal. O hábito contraído desde a infância de andar a cavalo é um novo estímulo para deixar a casa[5].

O campo pensado por Sarmiento era um campo associativo e que estava, indissoluvelmente, ligado à vida urbana. Não estava em discussão a questão do tamanho da cidade.

---

[3] Idem - *Recordações da Província,* Trad., *Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Coleção brasileira de autores argentinos, 1952.*

[4] Idem, *Ibidem*, p. 52.

[5] Idem. *Facundo.* ob. cit. p.106.

> Os campos agrícolas se subdividem e se disseminam também na sociedade, mas em proporção muito reduzida: um lavrador limita com outro, e o conjunto de ferramentas para a lavoura e os muitos instrumentos, aparelhos e animais que ocupa, a variedade de seus produtos e as diversas artes que a agricultura chama em seu auxílio, estabelecem relações necessárias entre os habitantes de um vale e tornam indispensável um rudimento de vila que lhes sirva de centro[6].

Não se pode atribuir no pensamento de Sarmiento uma relação que, em termos estatísticos, nos daria a idéia de que quanto maior a cidade maior seria a civilização. O que era necessário é que existisse a cidade, porque a cidade agrega os indivíduos. O campo era visto única e exclusivamente como um loteamento do espaço, onde cada um exercia um determinado tipo de atividade, que momentaneamente podia isolar um do outro, apesar de que as circunstâncias da "versinidad", ou seja, da vizinhança, atenuassem esse isolamento. Ao mesmo tempo, o indivíduo que trabalha no campo trabalha próximo da cidade e tem como ponto de referência permanente no seu trabalho individual a idéia da cidade como centro de agregação.

A cidade não pode ser encarada no pensamento de Sarmiento, simplesmente nos quadros de uma lógica utilitária que puxava para o mercado. Ele não a via única e exclusivamente como espaço físico, onde as trocas se processavam ou onde os indivíduos se abasteciam daqueles frutos que não produziam nas suas unidades agrárias (e nem poderiam fazê-lo, porque Sarmiento não pensava em termos de um campo repartido em unidades que fossem auto-suficientes). A cidade não era só um mercado. A cidade era também – e até fundamentalmente, na visão deste autor – um local de socialização de novos valores: cooperação, civilidade, polidez, bons costumes e, principalmente – e encontramos aí outro ponto básico do pensamento de Sarmiento – a cidade é o sítio onde se dá o processo educacional. Transformação do campo, urbanização e criação de novos valores não poderiam se dar, dentro desta linha de pensamento, sem o processo educacional, sem a existência da escola como instituição.

Chamo a atenção para este fato porque sempre relacionamos a questão educacional ao processo que se desenvolveu na Europa, e principalmente em todo o ideário positivista, que assinalava uma posição fundamental para o processo educacional na constituição do tecido social e na construção das relações entre indivíduo e sociedade inclusiva. Sarmiento, já no final dos anos 30, afirmava que sem a escola não se formam homens produtivos. Sem a escola não se formam indivíduos capazes de absorver este novo sistema de valores que ele considerava indispensável para a formação de uma sociedade moderna e que estivesse orientada para o progresso.

Não era só a escola que aparecia como ponto de difusão da cultura, pois em outros espaços também era possível se adquirir os valores da civilização. Dessa maneira, a cidade possuiria diversas instituições que possibilitariam a aquisição da civilidade e referindo-se a Córdoba, por exemplo, Sarmiento apontava para a inexistência dessas instituições:

[6] Idem, *Ibidem*, p. 104-105.

> Esta cidade douta não teve até hoje teatro público, não conheceu a ópera, ainda não tem jornais e a imprensa é uma indústria que não pôde criar raízes aí. O espírito de Córdoba em 1829 é monacal e escolástico, as conversas nas salas giram sempre sobre as procissões e as festas dos santos, sobre exames universitários, profissão de freiras e a graduação de doutor[7].

A cidade era vista por Sarmiento como uma espécie de síntese de suas preocupações. Ela era, ao mesmo tempo, o lugar onde se adquiria cultura de várias maneiras: escola, biblioteca, teatro, ópera. Era o lugar onde se criavam os valores da convivência ordeira e pacífica, o lugar onde os conflitos eram resolvidos por instituições legais nas quais os indivíduos acreditavam. Na cidade era aonde, ao mesmo tempo, aprendia-se a polidez, os bons costumes, as boas maneiras e o estilo de vida, e nesse sentido o traje ocupava um lugar destacado.

Com Alberdi[8] temos talvez não uma ruptura, mas algumas diferenças que são bem significativas frente ao pensamento de Sarmiento. E essas diferenças podem ser explicitadas de maneira relativamente sintética.

Em primeiro lugar, é eliminada no pensamento de Alberdi a ambigüidade que sem dúvida alguma existia em Sarmiento, que se revela por uma mal-disfarçada nostalgia frente àquilo que foi o legado do iberismo, apesar de que Sarmiento também recusava a herança ibérica. Em segundo lugar, esta ambigüidade também se manifesta na definição ou na caracterização do ser individual, do ser concebido dentro de uma dada ordem social, que ele escolheria como o tipo ideal na re-fundação da sociedade argentina. É o homem pragmático, utilitarista, o homem cujo comportamento derivava da lógica utilitária definida por Bentham ou por James Mill, ou é o homem dotado de uma visão mais universalista e que se aproxima da educação, não concebendo simplesmente esta educação como um instrumento de mobilidade ou de ascensão, mas atribuindo à educação um valor em si mesmo. Isso não estava claro no pensamento de Sarmiento. Essas ambigüidades subsistem.

Em Alberdi não há complacência com o iberismo. Da herança ibérica, advêm todos os males, – e Alberdi nisto, chegou a um ponto de abrangência maior do que Sarmiento – não só a Argentina, tomada singularmente, mas o conjunto da América Hispânica. O iberismo precisava ser removido sem nostalgias ou complacências.

E o que era necessário para que esta remoção tivesse êxito? A substituição daquele modo de organização social particular do iberismo pelo modo de organização social mais coetâneo e mais adequado à idéia de progresso, que movia tanto Sarmiento como Alberdi. E dentre os diferentes modelos societais que existiam no mundo de então – nós estamos falando fundamentalmente de duas décadas, as décadas de 1840 e ade 1850 –, do ponto de vista de Alberdi não havia muita hesitação. Ele era o anglo-saxão, mas não do modo pelo qual ele se desenvolveu na Inglaterra, onde essa organização social, não obstante à primazia inglesa na formação do capitalismo e no advento da revolução industrial, guardava

---

[7] Idem, *Ibidem*, p. 163.

[8] ALBERDI, Juan Batista - *Bases y puntos de partida pmara la organización política de la república argentina*, 4ª ed, Buenos Aires: Plus Ultra, 1981.

fortíssimos traços aristocráticos e elitistas. Isso aliado ao fato de que o campo inglês, principalmente depois da abolição do sistema protecionista, que garantia uma agricultura ineficiente, dado o menor grau de fertilidade das terras, e cujos produtos eram, por isso mesmo, caros, expulsava a mão-de-obra. Era um campo que, necessariamente, obrigava às pessoas a se deslocarem para as colônias, visto que essa estrutura agrária que era o principal esteio, a principal garantia de uma aristocracia baseada na renda fundiária, e que mantinha um modo de vida e um éthos aristocrático que acabou, em longo prazo, se transformando num fator inibitório do desenvolvimento do capitalismo da Inglaterra e do próprio desenvolvimento industrial inglês.

O modelo que Alberdi buscava era um modelo anglo-saxão baseado nos fundamentos de um liberalismo que, seguramente, foi inglês na sua origem, mas que encontrou a sua materialização mais coerente nos Estados Unidos. O modelo, então, era o norte-americano. Referindo-se à necessidade da Argentina adotar um novo modelo de Constituição, Alberdi fazia referência explícita aos Estados Unidos:

> por sua índole e espírito, a nova Consituição argentina deve ser uma Constituição absorvente, atrativa, dotada de tal força de assimilação que faça sua os elementos estranhos que se aproximem do país(...) Califórnia, improvisação de quatro anos, realizou a fábula e fez conhecer a verdadeira lei de formação dos novos Estados da América (...) não foi o ouro que operou este milagre na América do Norte:é a libedade, que antes de criar a Califórnia, criou os Estados Unidos, cuja existência representa um só dia na vida política do mundo e a metade dele em grandeza e prosperidade[9].

Alberdi compartilhava com Sarmiento a idéia de transformação do campo argentino da pecuária selvagem para agricultura. Igualmente compartilhava a mesma preocupação com a formação de uma rede de pequenas e médias cidades que seriam os pólos de aglutinação das populações que teriam os seus lotes de terra em torno ou próximos à cidade. Mas é evidente, também, que Alberdi não atribuía à cidade a missão civilizatória no sentido de estilos, de normas de convívio elegantes e sofisticadas que Sarmiento atribuía. A cidade era um ponto associativo. Um ponto de identificação dos indivíduos, de formação de uma identidade coletiva. A cidade era um mercado.

Esta preocupação com os estilos, – a cidade como sendo o local do fraque –, não integrava as preocupações de Alberdi. A existência do fraque ou de roupas rústicas, mas que abrigassem efetivamente aquele que as usa, não mudava nada, não alterava coisa nenhuma numa dada ordem social dentro desta visão. Então, a lógica de Alberdi passava muito mais pela formação de um éthos do trabalho, de um éthos que transformasse os indivíduos, efetivamente, em elementos produtivos.

> A instrução primária dada ao povo foi, inclusive, mais perniciosa. Não pretendo que deva ser negada ao povo a instrução primária, mas trata-se de um meio impotente

[9] As citações foram traduzidas por mim do original em espanhol. *ALBERDI* - ob. cit., p.130-131.

de melhorar comparado com outros, que não foram olhados (...) A instrução para ser fecunda, deve limitar-se às ciências e as artes aplicadas às coisas práticas, às linguas vivas, aos conhecimentos de utilidade material e imediata. O idioma inglês, como idioma da liberdade, da indústria e da ordem, deve ser ainda mais obrigatório que o latim[10].

Estas posições diferenciavam, essencialmente, Alberdi de Sarmiento. A educação na visão de Alberdi, não podia e não devia ter preocupação humanista e universalista que aparecia, de modo bastante intenso, na visão de Sarmiento. A educação era a educação para o trabalho ou para formar homens aptos ao trabalho e à produção. Esta seria a função básica do sistema educacional. A cidadania não decorria da educação e sim do trabalho.

O trabalho pode ser individualizado, ou seja, o agricultor trabalha no seu lote de terra, mas é óbvio que, pelas relações de mercado que ele é obrigado a estabelecer, a estrutura associativa terá que se estabelecer. E, à medida que essa estrutura associativa se forma, sem que haja perdas de individualidade, as bases de uma cidadania justa e saudável estão lançadas. A ordem política se assentaria mais no trabalho e menos na educação, como queria Sarmiento, visto que a educação era uma educação de natureza pragmática.

"O projeto de instrução deve multiplicar as escolas de comércio e de indústria, baseando-as em povos mercantis. Nossa juventude deve ser educada na vida industrial, e para isso deve ser instruída nas artes e nas ciências auxiliares da indústria[11].

A questão a que Alberdi se referia nos lança numa outra direção no que concerne ao seu pensamento. Ele reproduz, e talvez, como em outros pontos do pensamento liberal argentino na virada da primeira para a segunda metade do século XIX, ele talvez até antecipe, a questão de raça. Nesse sentido, para Alberdi, a raça dotada para o trabalho era a branca. Com esta era possível se fundar uma sociedade baseada na produção. O índio era um ser absolutamente desnecessário como até mesmo perturbador para esta ordem, pois o índio era um predador. O índio era visto, portanto, como o ser que perturbava uma ordem social fundada no trabalho, na atividade produtiva, à medida que ele era um predador, que se rebela contra uma forma de organização social que era superior à dele, na visão de Alberdi. Esta concepção instituía, implicitamente, uma espécie de classificação hierárquica das diferentes etnias.

Outro ponto-chave no pensamento de Alberdi, e que também aparece em Sarmiento, só que de modo difuso, é a questão da propriedade. A questão básica na constituição argentina, na visão de Alberdi, era a garantia de propriedade. Onde esta estivesse garantida, a sociedade poderia encontrar, pelo trabalho, o seu caminho para o progresso. Onde houvesse indefinição ou formulação confusa da questão da propriedade, a trajetória da sociedade estaria necessariamente conturbada e dificultada.

---

[10] Idem, *ibidem*, p. 76-77.
[11] Idem, *ibidem*, p. 78.

Alberdi jogava, portanto, com aquilo que era um dos elementos-chave na formação do éthos americano: a expectativa da propriedade. Era a expectativa de se tornar proprietário que movia o indivíduo, porque era na garantia da propriedade que repousavam todos os demais pontos de equilíbrio da ordem social, que se projetados na ordem política, seriam capazes de garantir uma ordem eficaz e justa, porque derivada de uma sociedade de produtores livres.

O que Alberdi fez, portanto, nas Bases foi uma análise comparativa das diferentes Constituições dos estados americanos. E como o livro foi escrito anteriormente à guerra de secessão, a comparação estabelecida por ele entre os estados do Norte e os estados do Sul, era extremamente clara e sintomática. Onde a expectativa de se tornar proprietário, que o homem – e o homem aí visto de forma universal – traz dentro de si era garantida pelo texto legal, existia o respeito à lei. Porque esta lei, em última análise, garantia aquilo que era mais caro ao próprio homem. Não se criava conflito entre ordem legal e indivíduo. Não se estabelecia conflito entre a instância jurídica – representada em última análise pelo Estado e pelo conjunto de instituições que configuram o Estado – e o interesse individual. Um se torna necessariamente o complemento do outro. Mas para que isso se desse – insistia ele – era fundamental a garantia da propriedade (da propriedade privada, da propriedade individual).

É importante ressaltar que o projeto liberal mais fecundo, coerente e sistemático que a América Latina conheceu foi o argentino. Agora, seria talvez um erro – no mínimo precipitado – atribuir tal fato única e exclusivamente à genialidade, à erudição ou à capacidade intelectual tanto de Sarmiento quanto de Alberdi. O que ocorreu foi, na realidade, que a Argentina, mais do que nenhum outro país da América hispânica prestava-se a um projeto liberal que reproduzisse, ainda que com a originalidade inegável dos autores citados, a pureza da sua matriz. E isto por que? Pelo simples fato de que o ponto de partida da análise de Sarmiento era um ponto de partida correto. A Argentina era um deserto. E, como tal, a transformação daquilo que existia na Argentina com vistas à edificação de um projeto liberal se daria, ao mesmo tempo, pela ocupação efetiva da terra e, obviamente, por meio de uma imigração européia que introduziria neste deserto um novo éthos, em torno do qual este projeto poderia ser construído.

Este não era o caso dos demais países da América Hispânica onde se procurou desenvolver um projeto liberal. Porque nos outros países, ainda que existissem descontinuidades no que se referia à ocupação do território, ainda que os bolsões demográficos fossem escassos, havia um sistema de ocupação da terra e de formação ou de existência de hierarquias de autoridade e de poder existentes desde os tempos coloniais e que ofereciam resistência.

Nestas condições, o projeto liberal, naquilo que se refere à organização social e a um sistema político e jurídico legal, perdia o sentido e o significado. O liberalismo tinha que se reduzir, tendo que estreitar o seu escopo, para uma vertente que fosse quase exclusivamente econômica, ou seja, a adaptação das economias hispano-americanas às novas condições do mercado internacional, caracterizadas pelo livre-cambismo, pela divisão internacional do trabalho e pela lei das vantagens comparativas.

O projeto liberal endógeno atingiu – como foi dito acima – a sua forma mais integral e pura na Argentina. Nos demais países, a pressão conjunta dos mercados internacional e das elites agrárias locais ou dos segmentos de elites que tivessem interesse em algum tipo de exploração mineral, produziram uma reforma liberal. Mas esta reforma liberal – nunca é demais frisar ou insistir sobre este ponto – ganhou uma configuração que era fundamentalmente econômica. Ou seja, os efeitos que ela produziu foram, em primeiro lugar, o de aumentar a pressão sobre as formas de propriedade comunitária da terra, de modo a aumentar a oferta de terras que poderiam, eventualmente, serem destinadas a algum produto exportável. Ao mesmo tempo em que essa pressão se desenvolveu, atingia-se um segundo efeito necessário e correlato: desvinculava-se, pelo menos parcialmente, a mão-de--obra indígena, até então contida nos quadros da propriedade comunitária e que se torna disponível para o trabalho nas unidades exportadoras.

Não atribuamos uma característica unicamente econômica a este processo. Num sistema político caracterizado pelo patrimonialismo, por uma baixíssima – em alguns casos até mesmo inexistente – participação popular, é evidente que o maior número de terras e indivíduos que estivessem enquadrados na propriedade territorial significava para as elites agrárias, exportadoras ou não, um maior volume de recursos de poder que, obviamente, pesariam no jogo político.

# A Crise das Imagens

Isabel Calado

CALADO, Isabel – "A Crise das Imagens"
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 73-86.

**Isabel Calado.** Doutora em História e Teorias da Imagem pela Universidade de Coimbra, Professora da Escola Superior de Educação de Coimbra, Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Algumas das mais divulgadas tentativas de entendimento do regime de olhar que nos atravessa correspondem a uma descrição do tempo presente que insiste em declarar uma crise, no sentido de um declínio das imagens. Christian Zimmer[1] e Régis Debray[2] referiram-se mesmo a uma morte da imagem, retomando, sob diversos ângulos, a oposição imagem/visual, anteriormente estabelecida por Serge Daney[3].

A complexidade da era actual permitiu, na verdade, a eclosão de duas visões ao menos aparentemente opostas: por um lado, a dos que associam à comunicação electrónica, à civilização dos ecrãs e à proliferação das visualidades (mesmo à própria *visibilidade* que se tornou, de modo quase ditatorial, a condição do real) o triunfo da imagem; e, por outro, a dos que entrevêem nessa mesma civilização a sua morte.

Para entender a medida exacta desta aparente divergência, há que pensar sobretudo o estatuto dos ecrãs, dado que a associação linear destes incontornáveis suportes comunicacionais ao incremento de imagens é o que começa por constituir uma fonte de confusão. Os ecrãs da era digital não são os mesmos do cinema tradicional e nem tão pouco os da paleo-televisão. Eles constituem, ainda, um novo suporte da cultura escrita (e da nova forma do livro), que vem mobilizando a atenção e debate de todos quantos se interessam pelas temáticas da escrita, da leitura e das alterações nelas produzidas pela era electrónica e digital.

Centrando a nossa atenção no confronto imagem/visual, procuraremos elencar aqui alguns traços distintivos daquele que parece ser o mais recente modo de ser das imagens, sem no entanto chegar a uma posição fechada sobre as questões em análise. Para tal precisaríamos de aduzir, a estas, novas características e ponderar outros factores de perspectivação. Limitar-nos-emos a lançar alguns dos dados da problemática.

Os factores geradores da suposta crise das imagens (uma crise que não é naturalmente quantitativa e que não pode ser apenas equacionada no plano técnico, mas que atinge, em profundidade, as concepções morais e filosóficas do homem, bem como a sua psicologia) são complexos e prendem-se com questões de:

– *representação do real*: sob que condições se mantém a *fractura* necessária a essa representação? Em que sentido se fala, tão insistentemente, em "crise da representação" ou em "des-realização"?;

– *modo de relação*: analógico *versus* digital;

– *modo de visão*: espectáculo *versus* imersão, *voyants versus voyeurs*;

– *quantidade:* a inflação de imagens é apontada, por vários autores, como a grande causa da perturbação ecológica (no sentido em que para este conceito confluem, não apenas o físico, mas igualmente o social, o político, o psíquico e o afectivo de um determinado *habitat*);

– presença e trabalho das imagens nas instâncias do *tempo* e do *movimento.*

---

[1] ZIMMER, Christian - "Le regard sans object". In: *Esprit*: Paris, Cnam, 1994, p.67-86.

[2] DEBRAY, Régis – *Vida e morte da imagem – uma história do olhar no Ocidente.* Petrópolis: Vozes, 1994.

[3] A crítica cinematográfica de Serge Daney foi parcialmente reunida em *"La Rampe"*, publicada em 1983 pela Gallimard, *Cahiers du Cinema*, e numa das suas traduções mais recentes, pela Cosac Naify, em Outubro de 2007.

De entre as novidades técnicas que conduziram a imagem à modernidade (e que no entanto estão antes da viragem, marcando o fim de uma época), o cinema mereceu particular atenção por parte dos autores que seguimos. Ele define um marco e um sistema de representação crucial para os destinos da imagem. Operando um corte relativamente ao cinema, a televisão e a imagem de síntese informática (domínios onde impera um novo tipo de representação ou, como defendem alguns, uma não-representação chamada simulação electrónica) aparecem como os campos onde se processa a decadência da imagem e se animam os simulacros virtuais. Aí, a imagem clássica (pensada muito particularmente em torno da sua modalidade fílmica, mas referenciada também às artes gráficas tradicionais e à fotografia) cede lugar às vicissitudes do visual. Este vê-se caracterizado por traços que fazem dele, na perspectiva que aqui expomos, uma não-imagem: a *endogenia*, a *imanência*, a *interactividade*, a *instrumentalidade*, a *imaterialidade*, a *não-representação*, a *sobrecarga informativa, o imperativo da velocidade*, a *instantaneidade*, a *impessoalidade* e a *simulação.*

Particularmente nuclear nesta discussão é a análise do modo de ligação ao real que a imagem realiza, do carácter de representação de que se reveste e da mediação que opera face à realidade. Numa palavra, da sua interferência na experiência do mundo.

Pensando a imagem clássica, e particularmente a imagem móvel do cinema, sob o signo do *registo*, Daney[4] acusara o novo regime do visual de anular esta ligação com o real através da imposição da velocidade à imagem fílmica.

A ligação ao real seria uma condição necessária para a ocorrência de uma "paragem sobre a imagem", que não só era possível como *instituía* a imagem clássica sendo, ademais, um elemento-chave da projecção cinematográfica: a imagem em movimento do cinema (na modalidade deleuziana da "imagem-tempo")[5] construía-se a partir da possibilidade quase paradoxal da paragem e da negação provisória do movimento que lhe dera origem:

> Quer seja o espectador que subitamente deixa de estar no seu lugar e pára enquanto o filme, esse, continua, quer seja o filme que, em vez de 'continuar', se dobra sobre si mesmo e sobre uma 'imagem' provisoriamente definitiva que permite ao sujeito-espectador continuar a acreditar no cinema e ao sujeito-cidadão viver a sua vida.

---

[4] DANEY, Serge – ob. cit.

[5] Cf. DELEUZE, Gilles - *A imagem-movimento. Cinema 1.* Lisboa: Assírio e Alvim, 2004 [edição original: 1983] e DELEUZE, Gilles - *A imagem-tempo. Cinema 2.*Lisboa, Assírio e Alvim, 2006 [edição original: 1985]. Nesta obra, o filósofo oferece uma leitura inédita da história do cinema até aos anos 80 do século passado, propondo dividi-la em dois períodos: o da imagem-movimento (dominada por esquemas sensório-motores) e o da imagem-tempo (que se "afunda" no tempo). A ruptura ter-se-ia dado com o movimento neo-realista e através de obras como as de Rossellini e Visconti em Itália ou as de Satyajit Ray na América, no entanto com antecipações em Yasujiro Ozu e Orson Welles. O que se altera no novo cinema é justamente a relação com o tempo. Diz o mesmo autor, num outro texto – DELEUZE, Gilles – «Sur l'image-temps ». In: *Pourparlers.* Paris: Minuit, 1990a, p.82-87: « .... se o corte acontece no final da guerra, com o neo-realismo, é justamente porque ele regista a falência dos esquemas sensório-motores: as personagens já não 'sabem' reagir a situações que as ultrapassam, porque são demasiado assustadoras, ou demasiado belas, ou insolúveis... Nasce então uma nova raça de personagens. Mas nasce sobretudo a possibilidade de uma temporalização da imagem cinematográfica: é o tempo puro, um pouco de tempo em estado puro, mais que movimento. " (ob. cit., p. 85).

Paragem sobre o espectador, paragem sobre a imagem: o cinema entrou na idade adulta[6].

É esta situação que se altera desde o final do século passado: as novas experiências cinematográficas (e, entre elas, a da *animação desenhada*)[7] acompanham o modo de funcionamento dos novos ecrãs em que assentam as indústrias do lazer, em particular os *videoclips* e os videojogos. Eles passam a reger-se pelo primado da velocidade, abolindo a possibilidade de suspensão temporal.

No que respeita à relação estabelecida entre aquele que vê e aquilo que é visto, um contraste portanto entre a imagem cinematográfica mais clássica e, abreviemos, o *videoclip*. Este último tornou-se o *locus* exemplar da lógica do fragmentário, da imagem instável e sujeita a um ritmo veloz, mesmo imparável. Foi a partir de 1975 que passou a utilizar-se intensamente a técnica conhecida sob a designação de RSVP *(Rapid Serial Visual Presentation)*, que havia sido criada por Molly Potter, investigadora no departamento de psicologia do M.I.T. Ela tinha descoberto que os sujeitos humanos eram capazes de perceber o sentido de uma sucessão de imagens apresentadas com extrema velocidade, até uma dezena por segundo.

A ideia de que a nossa cultura passou a ser alimentada pelo detalhe, pela parcela, pelo fragmento (substituindo as grandes narrações e destruindo as lógicas da totalidade), coloca os aparelhos e os seus elementos simbólicos (grande plano, *zoom*, *montagem-cut, zapping,* teleobjectiva,...) no centro do sistema. É essa ideia que subjaz à tese que entende o mental a partir do material e particularmente os modos cognitivos como sistemas adaptativos, que de algum modo decalcam os nossos aparelhos ópticos[8].

Na verdade, toda a lógica televisiva passa a obedecer ao princípio da fragmentação. Fragmentam-se a duração, os géneros, os públicos. Instala-se a *cultura do scoop*, que assenta na novidade permanente e na intermitência, que impede a captação das

---

[6] GIUDICELLI, Jêrome – «L'image ménacée par le visuel?». In: *Esprit.* Paris: Cnam, 1994, p.52.

[7] "Animação desenhada" mais que "desenho animado". Giudicelli (ob. cit.) encontraem *Aladino* da Disney um exemplo de charneira. Confrontando-o com os clássicos *Fantasia* e *Merlin*, ele refere uma abolição da coreografia (da construção regrada de cenários) em favor da instalação de um caos de imagens e sons, comum a qualquer jogo virtual.

A aproximação do cinema tradicional às artes da coreografia (como a dança) emerge também, de quando em quando, na literatura: "*a coreografia não se encontra somente em Minelli ou Stanley Donan, mas, antes de tudo, na maneira de andar de Gary Cooper e no balanceio de John Wayne [...].*". In: Debray, ob.cit., p.311.

Essa aproximação ganha um interesse suplementar se for reflectida a propósito da presença do corpo na imagem ou, melhor, da implicação nela do *nosso* corpo (de espectadores). Onde é mais favorecida essa implicação, a sensorialidade? Nas imagens tradicionais (fotografia e cinema aqui incluídas)? Nas televisuais (nada "coreográficas", mas absorventes das nossas reacções mais imediatas e primárias)? Nas iconografias do virtual?

Por seu lado, a problemática do corpo (e do gesto, da pele e das próteses) emergiu igualmente como um tema atractivo para as ciências da comunicação e da linguagem. Ele é o objecto central de um certo tipo de estudos que se interessam por fenómenos como, por exemplo, o do vestuário ou o das inscrições (cicatrizes, tatuagens, perfurações, *piercings*, pinturas corporais, etc.). Entre nós, alguns autores dedicam-lhe uma focagem de cariz antropológico e meta-fenomenológico e cruzam-no mesmo com o tema das imagens. Cf. GIL, José – *Metamorfoses do Corpo.* Lisboa: Relógio d'Água, 1997; Idem – *A imagem-nua e as pequenas percepções: estética e metafenomenologia.* Lisboa: Relógio d'Água, 1997; Idem – *Movimento total: o corpo e a dança.* Lisboa: Relógio d'Água, 2001. De entre os trabalhos académicos que se dedicam à problemática da presença do corpo e das suas imagens na cultura contemporânea, veja-se ainda CRUZ, Maria Teresa P.P. - "A histeria do corpo". In: *Revista de Comunicação e Linguagens.* Lisboa: FCSH da UNL, 2000, 28, p.363-375.

[8] Cf., por exemplo, SICARD, Monique – *La fabrique du regard.* Paris: Odile Jacob, 1998.

grandes linhas de força e do ritmo profundo dos acontecimentos (desde logo escapando-se às simples cronologias) e onde a superabundância da informação equivale frequentemente à desinformação. As famosas fotografias de Sam Shere do *Zeppelin* em chamas (6 de Maio 1937) assinalam o início do *scoop*, a passagem de um tempo em que o *relato* das catástrofes era feito *a posteriori*, segundo testemunhos dos sobreviventes, para a era do "news", em que se exige uma *visão* da catástrofe em tempo real.

É ainda no mesmo registo que pode pensar-se a questão da memória e da conservação das imagens dentro de nós (e ainda a da tangência corporal, a que acabámos de aludir). Como se a memória fosse apenas capaz de conservar um todo e se perdesse quando o que nos é dado são bocados dispersos e marcados pela instabilidade. Mais uma diferença entre um certo cinema (que nos oferece filmes que permanecem muito tempo dentro de nós) e a televisão (que constantemente substitui os momentos de uma actualidade sempre efémera e desarticulada).

A cultura do fragmentário havia recebido, no início dos anos 70, uma outra designação e os seus primeiros contornos de definição. Foi então que, num texto fundador, Abraham Moles[9] caracterizou a emergência de uma *cultura em mosaico.* Realçou então as dominantes do acaso e dos procedimentos de ensaio e erro, a construção na superfície e a ordem estatística dos conhecimentos, por contraste com uma outra cultura, organizada em rede, sustentada por hierarquias e relações lógicas e de profundidade. É de notar que a aplicação da metáfora da rede é feita por este autor ao modo de estruturação da cultura tradicional, e não à comunicação pós-moderna, como passou depois a acontecer. O carácter reticular do modo de conhecimento pré-mosaico é de tipo geométrico, configurando uma trama lógica, dedutiva e linear. A expressão pioneira havia sido recolhida da matemática, onde dois tipos de estrutura são designados: a que se funda em conceitos *de ordem próxima* (cultura em mosaico), onde os *culturemas*[10] estão ligados por probabilidades de associação chamadas de Markov; e a *de ordem distante*, onde os conceitos estão ordenados e hierarquizados por estruturas de conjunto.

Moles insistia igualmente na ideia de que a proveniência desta nova cultura já não é a escola, mas os meios de comunicação de massa (periódicos, cinema, rádio, televisão), as revistas de divulgação e a conversação. Arquitectando-se em função das necessidades imediatas, dos "caprichos da vida diária", os seus conhecimentos invadem-nos

---

[9] MOLES, Abraham - *Sociodinamica de la cultura.*Buenos Aires: Paidós, 1971.

[10] A noção de "culturema" parece-nos muito próxima da de "ideolecto", que Barthes utilizou num texto também seminal e sobejamente conhecido: BARTHES, Roland – "Réthorique de l'image". In: *Communications.* Paris: Éditions du Seuil, 1964, nº 4, p.40-51. Ambos os termos se referem a *conjuntos organizados (porções) de léxicos que cada sujeito detém e com os quais "lê"/ interpreta o mundo.* Vanoye, por sua vez, falará em "significações difusas" e em "migalhas" a propósito das mensagens difundidas no corpo social pelos meios de comunicação social, mas acentuará que essas significações são ideologicamente marcadas (Cf. VANOYE, Francis - *Usos da linguagem.* S. Paulo: Martins Fontes, 1993).

No texto para que vimos remetendo, Moles refere um estudo de Cattel que pode ser elucidativo da operacionalidade do conceito. Este estudo procede a uma análise factorial das relações existentes entre 72 culturemas num conjunto de 40 culturas. Daí se extraem 12 factores, tais como a "riqueza ilustrada" oposta à "pobreza de espírito limitado", a "ordem activa" oposta ao "deixar-se estar", a "pressão da complexidade cultural" oposta à "expressividade do trabalho", o "racionalismo emancipado" oposto à "estabilidade", etc.

e deles conservamos apenas " *influências passageiras, desejos de conhecimentos, fragmentos de ideias*"[11]. O processo é fortuito, mas crê-se que funciona:

> Vamos do ocasional ao ocasional; por vezes, o ocasional torna-se fundamental. [...] Saber se o processo.... da cultura actual é ou não desejável, é uma questão puramente académica; o certo é que funciona e a maior parte dos nossos actos orienta-se por um conhecimento aleatório deste tipo[12].

Porém, sobre esse funcionamento continuam a recair algumas suspeitas recorrentes, que acabam por não deixar muito tranquilos os espíritos mais receosos sobre o sucesso da nova dinâmica. É o mesmo Moles quem, numa outra obra[13], se interroga:

> Pode aceitar-se que as informações se transformem em ruído, que uma chuva de micro-elucidações se transformem em obscurecimento generalizado[14]?

Mas voltemos mais directamente a essas imagens que entretanto passaram a sustentar o novo *design* cultural. No regime anterior, em que se revelavam capazes de suster(-se), de operar uma paragem, as imagens instauravam, concomitantemente, uma *reciprocidade*. Exigiam mesmo a existência de dois pólos: olhavam-me tanto quanto eu as olhava e, nesse cruzamento de olhares, cada um dos interlocutores ocupava o seu lugar, cada pólo possuía a sua realidade. Pelo contrário, no novo regime, tal como o caracterizam os autores que vimos seguindo, o visual não é o registo de nada e o espectador é *absorvido no seu seio,* o seu olhar conduzido por uma razão basicamente instrumental – espera-se que funcione, mais do que veja.

Edmond Couchot[15], referindo-se à simulação digital (o domínio por excelência da imagem nova), regista uma análise idêntica:

> A simulação numérica não afecta apenas o sujeito, afecta também a imagem e o objecto. No mundo virtual, o sujeito partilha com o objecto e a imagem propriedades idênticas, que são próprias da simulação. Objecto, sujeito e imagem desalinham-se e deshierarquizam-se. Entre cada um deles, introduzem-se as interfaces e as linguagens de programação que re-ligam, ao mesmo tempo que separam o mundo real do mundo virtual, forçando-os a comutar. Objecto, sujeito e imagem derivam então uns em relação aos outros, interpenetram-se e hibridam-se. O próprio sujeito oscila entre o estado de objecto e o estado de imagem (o computador 'percepciona-nos' como uma imagem). Já não se mantém mais à distância da imagem, no face a face dramático da representação, converte-se nele: desfocaliza-se, translocaliza-se, expande-se ou condensa-se, projecta-se de órbita em órbita, navega num labirinto de bifurcações, de cruzamentos, de contactos, através do muro osmótico das interfaces e das malhas sem fronteiras das redes. O sujeito interfaciado é mais trajecto que sujeito[16].

---

11 MOLES, Abraham - ob.cit., p. 31.
12 Idem, *Ibidem*, p. 30.
13 MOLES, Abraham - *L'image, communication fonctionelle*. Tournai: Casterman, 1981.
14 Idem, *Ibidem*, p. 398.
15 COUCHOT, Edmond- «Tecnologias da simulação – um sujeito aparelhado». In: *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: FCSH da UNL, 1999, n.ºs 25-26, p. 23-29.
16 Idem, *Ibidem*, p. 27-28.

Couchot defende que, no novo regime de relação homem-máquina, a *lógica da comutação* (do mutar em conjunto) substitui a lógica da comunicação:

> Logo que é aparelhado a um dispositivo numérico, on-line ou off-line, o sujeito vê as suas possibilidades sensíveis e operacionais serem multiplicadas através das interfaces[17].

Tudo isto corresponde a um nível de alta complexidade do modo dialógico que estrutura as mensagens e os objectos simbólicos do mundo electrónico, modo esse a que o autor igualmente dedica uma parte considerável da sua análise.

Para Zimmer, as imagens da actualidade adquirem, no prolongamento da perda do estatismo fundamental de que vimos falando, uma *endogenia* que, finalmente, consagra a vitória do digital sobre o analógico:

> O digital ignora a representação, só conhece a informação. Ele apresenta, não representa. A supressão do prefixo diz tudo: já não há antes, primeira vez, já não há realidade, objectos originais, e portanto verdadeiros, cuja autenticidade é atestada pela própria repetição, pelo 're', pela existência de uma dupla temporalidade[18].

Roland Barthes diria que, na imagem tradicional, existia um "ça a été" que se inscrevia na ordem da representação e da reprodução do real. Na imagem digital domina um "ça est" por detrás do qual apenas existe um algoritmo, uma vontade calculatória.

Desaparece o analógico, fundado na semelhança, e com ele uma forma de mediação que tornava presente um ausente. Nas novas imagens, deixou de haver ausente. A semelhança possível é agora a de um mimetismo de outra natureza, ligado às motivações (psicanalisáveis?) do virtual.

Para usar outras palavras, deixou de haver *transcendência*. A imagem actual (ou a nova *potência* da imagem, como diria a autora que passamos a citar)[19] é uma imagem marcada pela imanência:

> Sem poder apresentá-la ou representá-la, a imagem parece participar assim da própria vida, no plano da sua imanência, e não apenas no plano das categorias que a representam (como real, sentido, mundo, etc.), imiscuindo-se profundamente e sem mediação na sua dinâmica, isto é, nos movimentos dos corpos e nas suas afecções.

A autora prossegue acerca da colagem ao real inscrita na nova condição da imagem e, como vimos, associa a crise da representação a uma passagem da imagem para o interior da vida, da realidade, enquanto esta última, por seu turno, se torna *auto-imagética*:

> As imagens libertadas por esta nova condição, e que os primeiros modernos começaram por pensar como desdobramentos insólitos, como fantasmas que vagueavam

---

[17] Idem, *Ibidem*, p. 27.

[18] ZIMMER, Christian - ob. cit., p. 72.

[19] Os extractos transcritos de Maria Teresa Cruz, datados de 2001, foram retirados do resumo da comunicação intitulada *"A Vida das Imagens"*, prevista para apresentação no II Congresso da SOPCOM, Lisboa, Outubro 2001, que não chegou a efectivar-se.

desencontrados dos corpos (como a fotografia e o cinema) parecem ter reencontrado uma via de retorno a eles, participando intimamente da sua vida. Se se desligassem hoje, repentinamente, as máquinas contemporâneas de produção de imagens, muitos corpos ficariam talvez desalentados, como se tivessem sido abandonados pela própria alma, ou por aquilo que anima os seus movimentos e alimenta as suas paixões. O excesso de imagens, repete-nos desde há muito a crítica da cultura de massas, faz vítimas crescentes de geração para geração [...], mas não é menos certo que uma dieta forçada ou um súbito 'black-out' de imagens não fizesse os pacientes morrerem da cura, antes mesmo de revelarem quaisquer melhoras. O que significa que a vida parece revelar hoje um quase mistério de consubstancialidade com a imagem, não surpreendendo pois que os corpos vivam cada vez mais imaginariamente a sua identidade, as suas relações e, em geral, a sua relação à experiência.

O que está em causa é pois a subversão da imobilidade, associada ao sistema da analogia e determinante de uma certa relação do homem com o mundo e consigo próprio. Uma relação dialéctica que assentava numa ordem e assegurava uma estabilidade – imagem (quadro)[20] imóvel, como ancoradouro de um mundo e de um sujeito móveis:

> O problema da representação do tempo está ligado ao do estatuto da imagem. A imagem clássica (incluímos nesta a fotografia) reenvia, na sua imobilidade, para uma concepção do mundo em que a crença na eternidade [associada a uma visão do tempo cíclica] era, pelo menos implicitamente, uma componente essencial. A imagem espera-me; ela é sábia... como uma imagem. Ela é o lugar de tudo o que é fixo, de tudo o que não se mexe, e em que posso encontrar segurança e confiança: alojo nela os valores, o sentido. O universo das imagens forma um texto que me fornece a explicação do mundo, ele é o duplo, realmente lisível e visível, deste último. 'A analogia torna o mundo habitável'(Paz)[21].

Esta imagem clássica de que se fala compatibiliza a fotografia e o cinema. Porquanto o cinema, que introduz o movimento no seio da imagem, pretende dar conta do fluxo visual (integrar o mecanismo perceptivo) e ao mesmo tempo responder, de uma outra maneira, à relação dialéctica quadro imóvel/sujeito móvel. Fá-lo ainda – e independentemente do movimento interno das suas imagens – na intenção de realizar a *pulsão escópica* de Lacan (a imagem continua sendo, no cinema, *aquilo sobre que pousamos o olhar*). A partir do momento, porém, em que a hegemonia do movimento se afirma (e em breve se transmuta no imperativo da velocidade), está aberta a via para a decomposição da imagem clássica:

> .... preso entre duas idades do desenvolvimento da humanidade como entre duas etapas da técnica e entre duas tradições estéticas, uma pertencendo ao passado, outra ao futuro, ele [o cinema] estava talvez condenado a não ser senão uma arte de transição, votada a desaparecer assim que tivesse cumprido a sua função. O cinema sacrificado

[20] "Quadro" este que continua presente no cinema tradicional (ou "maduro", como lhe chama Daney), não sendo aí incompatível com o movimento. Note-se como é sintomática a substituição progressiva do termo "quadro" pelo termo "enquadramento", aplicado finalmente também à fotografia. O primeiro dos conceitos nasceu com a imagem fixa e o segundo no seio da imagem em movimento, supondo a sucessão. Acontece que cada vez mais usamos em exclusivo a noção de "enquadramento" e fazemo-lo mesmo para a imagem pictórica.

[21] ZIMMER, Christian – ob. cit., p.70.

> sobre o altar do progresso tecnológico, tributo pago para a passagem à modernidade: ele inventou o movimento, e morreu[22].

Convocando a distinção estabelecida por Deleuze, e aprofundando a perspectiva que aqui se apresenta, é tentador pensar o tempo histórico como um trajecto helicoidal, sendo que algum retorno ao passado pode estar a acontecer: face à imagem--tempo, lugar primordial do *espectáculo*, podemos estabelecer que a nova imagem digital retoma, sem a repetir, a primazia do movimento. A ele de novo vinculada, a nova vida das imagens (e de nós próprios com elas) desenrola-se, desta feita, sob o signo da velocidade e da trepidação.

Onde Baudrillard[23] falou de uma *"inversão do princípio de referência das imagens"*, Debray descobre uma *imagem auto-referente* e todos os autores que vimos seguindo querem evidenciar o mesmo sintoma.

> [Até aqui, a imagem] .... estava acorrentada ao seu estatuto especular de reflexo, decalque ou engodo, na melhor hipótese substituto e, na pior, embuste, mas sempre ilusão. Seria, então, o fim do milenar processo das sombras, a reabilitação do olhar no campo do saber platónico. Com a concepção assistida por computador, a imagem produzida deixa de ser cópia secundária de um objecto anterior: é o inverso. Contornando a oposição entre ser e parecer, semelhante e real, a imagem graficamente computorizada já não tem de imitar um real exterior, já que é o produto real que deverá imitá-la para existir.
>
> Toda a relação ontológica que, desde os gregos, desvalorizava e, ao mesmo tempo, dramatizava o nosso diálogo com as aparências, se encontra invertida.
>
> [...] Alijada de qualquer referente (pelo menos em princípio), a imagem auto-referente dos computadores permite visitar um prédio que ainda não está construído, andar num carro que só existe no papel, pilotar um avião falso numa verdadeira cabina [...] Eis o visual.[24]

Convém introduzir alguma precaução quando se diz que estas imagens são criadas sem o recurso ou referência a qualquer real: raramente assim é, ou pelo menos assim foi até há pouquíssimo tempo. A computação gráfica parte frequentemente de objectos e materiais existentes e as imagens de síntese informática continuam, em grande medida, a inspirar-se na realidade para *simulá-la*. É verdade que, em termos puramente construtivos, podem prescindir desta última e que os meios de que necessitam para se fabricar são, em última instância, estritamente codificados. Mas a *vontade de, na superfície, reencontrar a analogia,* é uma motivação forte do digital e poderá ligar-se a razões profundas, não essencialmente técnicas, mas psíquicas: sendo a imagem analógica, de há muito, dominante na nossa cultura, há nesta persistência do analógico uma necessidade de certificação, um desejo de manter nas imagens o seu elo primitivo, quase como se elas mesmas não mais pudessem assegurar-se a partir do momento em que entram em ruptura com o mundo.

---

22 Idem, *Ibidem*, p. 70-71.

23 BAUDRILLARD, Jean – «Au delà du vrai et du faux, ou le malin génie de l'image». In: *Cahiers Internationaux de Sociologie.* Paris: PUF, 1987, Nouvelle Série, n.º 34, p. 139-145.

24 DEBRAY, Régis – ob.cit., p. 277.

O que acaba de ser dito não neutraliza as diferenças a que este texto se dedica e não é por acaso que, preso ainda na equação tensional real-imagem, o pensamento sobre as visualidades se socorre cada vez mais da ideia e do conceito de *simulação*, para perceber o sentido das subversões. A nova relação privilegiada do homem com o mundo, desenvolvida pela aparelhagem digital, parece de facto residir nessa forma de se operar – a da simulação – , no seio da qual a reconstrução do real resulta de processo em que *"o cálculo automático se substitui à luz, o tratamento da informação ao da matéria e da energia."*[25]

> Esta nova imagem .... já não é o registo de um traço deixado por um objecto préexistente pertencente ao mundo real (traço óptico, no caso da foto, do cinema ou da televisão, ou traço físico que resulta do encontro do pincel e da tela, no caso da pintura) e que se interpõe entre o objecto e o sujeito[26].

Também a economia tradicional da arte se altera profundamente com as tecnologias do digital e o reinado da simulação. A arte digital parece ser "impaciente e febril", não tolerando vagares, mediações, distâncias:

> Uma arte que prefere a hipervelocidade do reflexo às lentidões da reflexão, a fulgurância do sinal à ondulação do signo. Uma arte que, renunciando à espera, à hesitação, à interrogação, à dúvida, à reserva, nos privaria das nossas faculdades de juízo e crítica [...][27].

A perspectiva de uma *imagem que prescinde do mundo* (no caso da televisão porque o tem demasiado "colado" a si própria, no caso da simulação sintética porque o dispensa ou se fabrica sem ele) pode ainda ser encarada a partir da ideia de que há nisto uma anulação do *Outro*. É razoável pensar que o olhar actual perdeu a dimensão do Outro? Por que reside aí, para Debray, a grande diferença da magia da imagem pós-moderna relativamente à antiga magia do ídolo? Segundo este autor, o que acontece é que, ao contrário do que sucedia na idolatria (trágica) de outrora (que exigia como condição mínima que existisse "alguém em face"), na actual videosfera a imagem volta-se sobre si mesma, funciona em círculo fechado: a imagem mostra a imagem, podendo tomar-se a *reprise* televisiva como o emblema desta situação quase narcísica. Lucien Sfez [28] não se cansou de chamar a atenção para a importância do dispositivo da *repetição* na definição da imagem mediatizada. No novo regime, o interesse da imagem já não consiste em olhar para o outro, muito menos para os indivíduos particulares. A dinâmica do olhar, comprometida com a homogeneização, instala o *star-system*, o qual pode definir-se, em grande medida, pela produção de figuras emblemáticas que neutralizam o múltiplo, a variação, unificando os sujeitos num tipo construído por categoria social, profissão, carisma, etc.:

> Como já não se conseguem ver os homens nem pintados, acaba-se por transformá-los em logotipos. Simples sinais visuais. Gorbatchev, Arafat, Reagan, Castro, o Presidente, etc., não são indivíduos, mas marcadores, a sinalização de substituição de grupos

[25] COUCHOT, Edmond – ob. cit., p. 25.
[26] Idem, *Ibidem*, p. 25.
[27] Idem, *Ibidem*, p. 29.
[28] SFEZ, Lucien – *Crítica da Comunicação.* Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

humanos dos quais são os símbolos; e, de facto, já não se tem vontade de olhá-los de frente nem, sobretudo, de examiná-los em detalhe [...][29].

Desenvolvendo o presente tópico, pressupondo a existência do Outro como condição da moral, Debray é um dos que confronta a representação visual que foi feita da guerra do Vietnam com a da I Guerra Golfo, contrastando uma "guerra de imagens" com uma guerra virtual, uma "guerra para repórteres e fotógrafos" (dotados de um saber proveniente da experiência acumulada, preocupados em assumir um estilo, interessados em encontrar, filmar, mostrar os personagens reais de um conflito) relativamente a uma guerra fabricada no seio de um *star system*, que abdica da mostragem do território físico e dos corpos reais. As novas imagens desenraizadas, essas que, nesta óptica, desrespeitam o outro (o objecto/sujeito que supostamente as justifica), justamente não contemplam a possibilidade de *outros* pontos de vista. As imagens deste visual têm uma única perspectiva e, para o caso em ilustração, o mínimo que poderia dizer-se, em abono da moral, é que "infelizmente, a guerra é um estranho exercício em que é preciso haver dois lados." São pois visualidades que não se elaboram no seio de uma relação, já que esta exigiria uma reciprocidade. Impossível confundi-las com as do cinema tradicional:

> O plano de bombardeamento filmado do bombardeiro de cima para baixo representa uma tomada de vista económica. O plano do bombardeiro visto de baixo para cima pelos bombardeados, montado em alternância com o primeiro, compõe uma tomada de vista ética. É mais ingrato, mas a ficção consegue fazê-lo (quando é Coppola que faz o filme), embora isso custe caro[30].

Estas são as razões pelas quais se torna lícito, para este e outros autores, caracterizar a videosfera (que, nesta circunstância, apenas por um equívoco se pode apelidar "civilização da imagem") como a idade da *não-imagem*: é assim justamente na medida em que desapareceu, do signo visual, um referente exterior a ele mesmo.

Funcionando segundo o princípio do prazer e não da realidade – e introduzindo, por essa via, o risco da loucura, expressa na confusão do "eu" com a realidade[31]– a nova era faz triunfar a "*surimage*" (o "hiper-ícone" de Mitchell)[32]. A imagem absoluta não é imagem de nada em particular. Deleuze prefere dizer que, neste contexto, todas as imagens se equivalem, que perderam *"o presente, o passado e o futuro, em benefício único do tempo que passa."*[33] . E di-lo, aludindo uma vez mais a uma classificação periódica de Serge Daney, quando este último descreve o modo de ser de

---

[29] DEBRAY, Régis – ob. cit., p. 299.

[30] Idem, *Ibidem*, p. 301.

[31] Numa atmosfera de percepções sem objectos (que é necessariamente uma atmosfera defendida, resguardada), as formas que vemos na televisão (gentes, territórios, armas de guerra, etc.) pouco mais realidade têm que os bonecos agressores dos nossos *videojogos*. Minimizam-se por esta via, e automaticamente, os incómodos da tensão psíquica e moral, da "luta de consciências" que consistiria em "dar de caras com alguém", episódio sempre desagradável.

[32] MITCHELL, William J. T. - *The reconfigured eye – visual truth in the post-photographic era*. Cambridge: The MIT Press, 1998.

[33] DELEUZE, Gilles – «Lettre à Serge Daney: optimisme, pessimisme et voyage». In: *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990b, p. 106.

um terceiro estádio da imagem (no quadro de uma história do cinema), em que já não se trata de ver algo "por detrás da imagem", nem tão pouco algo "dentro" ou "sobre ela", mas em que

> .... todas imagens escorregam sobre uma imagem pré-existente, pressuposta, quando ' o fundo da imagem é sempre também uma imagem', até ao infinito [...]. [Deste modo] o ecrã já não é uma janela (atrás da qual...), nem um grande-plano (dentro do qual...), mas uma tábua de informação sobre a qual escorregam as imagens como 'dados'.[34]

O *grande plano,* formato iconográfico de eleição da imagem pós-fotográfica e pós--cinematográfica, é a escolha preferencial da câmara televisiva e o aspecto mais representativo do vídeo. Ele teria podido simbolizar a nova ordem da visão:

> Ver de perto não é o mesmo que ver de longe [...] [C]ada formato forma as suas crenças (e a grande moldura da pintura histórica tinha, sem dúvida, outras exigências, não menos arbitrárias que as nossas). A nossa veracidade fixou-se no grande plano; a televisão tem a reputação de revelar a textura moral das pessoas, inclusivamente o mais privado dos homens públicos. Isso não é falso e a prova é que, nos Estados Unidos, o senador McCarthy e as suas imposturas não conseguiram sobreviver na passagem do microfone para o ecrã. Isso não é verdadeiro e a prova é Richard Nixon (exemplos e contra-exemplos ad libitum)[35].

São os *detalhes* que sobretudo representam os sujeitos televisionados e impõem um "despotismo da expressividade". A aparência física adquire uma importância decisiva:

> .... a mão que se crispa, a madeixa na fronte, o olho que se torna negro, etc. [...]. De forma mais trivial, as nossas grandes figuras têm interesse em mostrar caras apresentáveis[36].

Para além, ou mais além da óptica do *close-up,* estaríamos submergidos, nesta era da reprodutibilidade[37], pela imagem em série (e basta que haja dois para que ela exista), tal como já a previa Michel Foucault:

> Chegará um dia em que a imagem.... perderá a sua identidade própria, [porque se verá enredada na] similitude, indefinidamente transferida ao longo de uma série. Campbell, Campbell, Campbell, Campbell[38].

Mesmo Dominique Wolton[39] (cujas teses abonatórias da televisão foram a dada altura muito divulgadas) não deixa de pôr-nos de sobreaviso relativamente à *"tirania*

---

[34] DELEUZE, Gilles – ob.cit., 1990b, p. 107-108.

[35] DEBRAY, Régis – ob.cit., p. 346.

[36] Idem, *ibidem.*

[37] Aludimos obviamente ao mais conhecido ensaio de Walter Benjamim, "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", publicado pela primeira vez em 1936 e em francês, na revista do Instituto de Investigação Social *Zeitschrift für Sozialforschung.*

[38] FOUCAULT, Michel - *Ceci n'est pas une pipe.* Montpellier: Fata Morgana, 1986, p. 79.

[39] WOLTON, Dominique – "Les sciences de la communication aujourd'hui". In: CABIN, Philippe [coord.] - *La communication-etat des savoirs.* Auxerre: Sciences Humaines, 1998, p. 49-54.

*do directo"* que entende justamente como a anulação, que pode ser preocupante, do intervalo de representação e de distância. Reflectindo sobre a alteração que a sociedade da informação provocou nas relações entre cada um de nós e o outro, reconhece que, se antigamente não era fácil chegar a esse outro, hoje ele está demasiadamente próximo (tornado omnipresente pelas redes de comunicação informática e telemática) e pode mesmo constituir uma ameaça. O sentido último de qualquer acto comunicativo, o de chegar ao outro, de com ele estabelecer uma troca e uma comunhão de sentido, pode ser estranhamente subvertido, pelo menos em certas situações de comunicação, sobretudo quando deixamos de conseguir estabelecer a diferença entre esse outro e o nosso eu:

> .... é a questão da distância que se torna central e, com ela, a questão da identidade.[40]

Estaremos assim, num certo sentido, numa sociedade sem *media* (se aceitarmos, com Babo, que "o *medium* é um mediador, aquilo que se interpõe, que provoca um diferimento")[41]

Para finalizar, registemos apenas mais um traço susceptível de caracterizar o novo panorama comunicacional. Ele consistiria na existência de uma relação entre o enfraquecimento dos sistemas de alteridade e a dominância de uma lógica do binário, maniqueísta, empobrecedora e incapaz de exprimir a complexidade da cultura e do pensamento humanos. Reformulando o provérbio popular, dir-se-ia que a nova cultura é a do "sempre que há dois, não há três". Debray especula sobre a ideia:

> Seria pena se a língua binária das imagens de amanhã, combinação de zero e um, de sim e de não, viesse a confinar, subrepticiamente, as inteligências ao sim/não. Neste momento, as sondagens,....a alternativa imagem/nada de imagem, o ritual do duelo televisivo entre campeões (dois, raramente três) e a segunda volta das eleições, não deixam qualquer lugar para aqueles que não são a favor nem contra, nem preto nem branco, um pouco as duas coisas, isto é, nenhuma das duas. Uma cultura [deste tipo].... tem todas as chances de vir a sacrificar a nuance, a complexidade, a mestiçagem, a inferência e a suposição[42].

Resta dizer que o eventual interesse das ideias apresentadas neste texto decorre da possibilidade que abrem ao debate e a um saudável exercício da contradição. É certo que foi a partir delas que o pensamento sobre as visualidades contemporâneas pôde desenvolver-se, mas nada do que se disse pode ser entendido de forma definitiva. A permanente evolução das tecnologias, dos suportes e das tramas comunicacionais, da paisagem semiótica, dos contextos sociológicos e históricos que vão modelando o modo de ser das imagens, obriga a um constante repensar destas e de outras questões. Guardaremos para uma outra ocasião a possibilidade de reequacionar a presente problemática, a partir não somente das mutações que se vão operando no universo visual, mas igualmente de outros pontos de vista também legítimos e de outras características assinaláveis nas imagens da actualidade, que aqui não foram realçadas.

---

[40] WOLTON, Dominique – ob.cit., p. 53-54.

[41] BABO, Maria Augusta- "O hiperlivro: ainda um livro?". In: *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: FCSH da UNL, 1999, nºs 25-26, p. 421.

[42] DEBRAY, Régis – ob.cit., p. 357-358.

# Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica

**Heloisa Paulo**

PAULO, Heloisa – "Imagens da Liberdade: os exilados portugueses
e a luta pela liberdade na Península Ibérica"
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 87-103.

**Heloisa Paulo.** Doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra. Bolseira de Pós-doutoramento da FCT. Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

## 1. Os exilados republicanos portugueses e a sua interacção com a vida política e a intelectualidade espanhola nos anos trinta.

> "Hoy me anuncian que la revolución en Portugal será mañana. La noticia viene de parte de Corteçao, que le há dicho a Guzmán cuán agradecido me está. La outra noche me presentaron en la calle de Alcalá, une x pesidente del Consejo de Portugal, que creo se llama Dominguez, no recuerdo bien. Estaba muy esperanzado"[1].

A participação dos republicanos e demais opositores antisalazaristas portugueses na Guerra Civil espanhola já foi tema de estudos da historiografia espanhola e portuguesa[2]. No entanto, o relacionamento do chamado Grupo dos Budas, reunidos em torno de Jaime de Morais, Alberto Moura Pinto e Jaime Cortesão, revela um nível proximidade que extrapola o mero apoio às forças republicanas durante o conflito[3]. O caso do "Turquesa", ocorrido em 1934, quando as armas que seriam trazidas pelos Budas para Portugal foram desviadas para a Revolta das Astúrias[4], é apenas a ponta de um iceberg, agora revelado nas cartas pessoais trocadas entre estes republicanos portugueses e os seus companheiros espanhóis.

Em 1931, já Manuel Azaña nas suas "Memórias" evidencia o contacto existente entre os "Budas" e o universo político da República nos seus primeiros anos. É na casa do seu conselheiro pessoal, o escritor e político Martin Luís Guzman[5], que o fundador da Acção Republicana[6] encontra Jaime Cortesão e Moura Pinto. Azaña relembra o encontro e a existência de uma forte relação entre os "revolucionários portugueses" e o grupo socialista, manifestado nos esforços de Indalecio Prieto e na sua própria intervenção, para a liberação das armas que irão seguir para Portugal:

> "Por la noche, después de cenar, voy a casa de Guzmán.[...] Le entero de lo que sucede, haciéndole ver com qué razón he desatendido las ultimas peticiones de Corteçao y sus amigos. Le explico cuánto me interesa saber dónde para el material. [...] En vista delo que yo le cuento, Guzmán envía un recado a Corteçao para que venga a verle.[...] El material está en España, cerca de la raya, y es tan numeroso como Pastor me habia dicho. Sólo una parte ha passado a Portugal. Me habla después del barco cargado de armas que tiene detenido en Copenhague, porque el Gobierno danés no le deja salir sin un permiso de tránsito por esse país. Esse permiso fue expedido porla Dirección

---

[1] AZAÑA, Manuel – "Madrid:1931". In: *Memorias Politicas (1931.1933)*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996. p. 60.

[2] A maioria delas é referente ao período da Guerra Civil, como o clássico de OLIVEIRA, César – *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal, 1987.

[3] Como exemplo, podemos citar o caso de Ferro Alves, ou ainda, os relatórios produzidos por informantes em Madrid e Paris, que relatam factos puramente fantasiosos a respeito dos republicanos. Ver nos processos individuais dos citados os relatórios anexos. ANTT, PIDE/DGS, Lisboa.

[4] A tentativa de deposição do governo de direita pelos socialistas, conhecida como Revolta das Astúrias leva à prisão Moura Pinto e Oliveira Pio e ao exílio para a França, Jaime Cortesão e Jaime de Morais. Sobre o tema ver, entre outros, BRADEMAS, John: *Anarcosindicalismo y revolución en España (1930-1937)*. Barcelona. ARIEL. 1974; Preston, P. *Revolución y guerra en España, 1931-1939*. Madrid. Editorial Alianza. 1986.

[5] Sobre o tema ver, entre outros, PORTAL, Maria. "El exilio madrileño de Martín Luis Guzmán". In: *Anales de literatura hispanoamericana*, n.º 22. Madrid: Editorial Complutense, 1993, p. 257-266.

[6] Manuel Azaña é o principal líder da Esquerda Republicana em 1926. Sobre o tema ver, entre outros, PRESTON, Paul. *Las tres Españas de 1936*. Barcelona: Mondadori, 2004.

de Aduanas, de orden de Prieto. Resulta ahora que el permiso es insuficiente y que se necesita otro admitiendo el cargamento. [...] Corteçao está muy contento de Prieto y de mí, y también de Domingo. Poco o nada de Lerroux."[7]

Azaña descreve ainda os vínculos mantidos entre o banqueiro Horácio Echevarrieta e os Budas. Mais uma vez, o local de encontro é a casa de Guzmán e o memorialista cita Cortesão e Moura Pinto, chamado de More Pinto[8], e o tema são as negociações de Echevarrieta para a manutenção dos contratos mantidos pelo banqueiro com o então governo português pelo futuro governo revolucionário. Neste quadro, o próprio memorialista deixa transparecer o nível mais próximo de relacionamento existente entre Echevarrieta e os portugueses, ao declarar que Cortesão teria mencionado o descontentamento do amigo capitalista com o governo de Lerroux e "sugerido" a Azaña a sua intervenção a favor do banqueiro, então em más condições económicas[9].

Na verdade, apesar das atribuídas queixas contra os portugueses republicanos que lhe serão imputadas pela historiografia, mormente a Moura Pinto, a relação estabelecida entre Echevarrieta e os Budas é retratada de forma bem forte na correspondência trocada entre ambos[10]. Em uma carta, datada de 1933, Horácio Echevarrieta encaminha para Moura Pinto duas outras correspondências que havia recebido de alguém de nome Carlos Freire. Na primeira, Moura Pinto é apresentado como um "sub-secretário de Estado na ditadura de Sidónio Pais", "odiado por todos os revolucionários"; Jaime Cortesão, "um modesto empregado de Biblioteca", sendo Jaime de Morais dito como o "único que participou de uma revolução, pois os demais não entraram em nenhuma"[11]. Numa segunda carta, o mesmo autor afirma que o grupo, através de Moura Pinto, "havia se aproveitado da boa fé" do Banqueiro Espanhol, ao obter um empréstimo para ser usado em nome da causa republicana[12]. De facto, Echevarrieta confirma nesta sua carta o envio de 450 mil pesetas para o grupo, ao mesmo tempo que afirma ser o envio da correspondência que recebera "um deber de amistad salir el paso de uma campanha de muy mal gusto producida el parecer por sus enemigos personales y politicos"[13]. A tentativa de "convencer" o banqueiro a não cooperar com os Budas

---

7 AZAÑA, Manuel – "Madrid: 1931". In: *Memorias Politicas (1931.1933).* Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996, p. 84-85. As referências feitas por Cortesão, citadas por Azaña, aos políticos Indalecio Prieto, do Partido Socialista Obrero Espanhol, Marcelino Domingo Sanjuán, do Partido Radical Socialista, ambos ministros do 2.º Governo da República, são repetidas inúmeras vezes na correspondência trocada entre os "Budas" no período da 3.ª República. Prieto, ou simplesmente Marcelino são citados em anotações durante e depois da Guerra Civil.

8 É curioso que o Indice Onomástico apresenta Moura Pinto com o nome de Alexandrino Moura Pinto, uma curiosa junção de Alexandrino dos Santos e Alberto Moura Pinto, ambos activos na Guerra de Espanha. AZAÑA, M. *Memorias Politicas (1936.1939).* Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996.

9 Azaña entra em contacto primeiro com Prieto, sendo depois procurado por Echevarrieta que acaba por pedir que o governo espanhol comprasse às firmas, um submarino. *Memorias Politicas (1931-1933).* Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996, p. 266 e 292.

10 Ver, entre outros, CLÍMACO, Ana Cristina Pereira – *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940.* 4 v. Dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot). Paris, 1998. Texto policopiado.

11 Carta de Carlos Freire, endereçada a Horacio Echevarrieta, datada de Madrid, 3 de Março de 1933. Arquivo Moura Pinto.

12 Carta de Carlos Freire, endereçada a Horacio Echevarrieta, sem local e sem data. Arquivo Moura Pinto.

13 Carta datada de Madrid, 30 de Setembro de 1934, endereçada a Moura Pinto. Arquivo Moura Pinto.

levou Carlos Freire à prisão, em 1935, acusado de espionagem, sendo que, nenhuma sombra de dúvida é levantada quanto à honestidade de Moura Pinto ou qualquer outro[14].

No entanto, o círculo de relacionamento dos Budas é bem maior do que aparenta. O facto de pertencerem a Maçonaria amplia os contactos com os "irmãos" espanhóis, já que, para além de Moura Pinto, Morais e Cortesão[15], são inúmeros os maçons entre os seus aliados, como é o caso de Nuno Cruz e Francisco Oliveira Pio. Existem menções a "fundação", pelo grupo, de uma loja maçónica portuguesa em Espanha, na dependência da Gran Lógia Reginal del Centro de España[16]. Daí, o seu contacto com nomes sonantes do republicanismo espanhol, como Domingos Martinez Barrio, ou ainda, o próprio Manuel Azaña[17].

Por outro lado, através da figura de Jaime Cortesão, os Budas ampliam a sua rede de relacionamento com a intelectualidade espanhola. Nomes como Gonçalo de Reparaz[18], José Ballester[19], Afonso Castelao[20] ou Julian Zugagoitia[21] estão presentes na correspondência existente nos arquivos mencionados, ultrapassando a mera relação pessoal existente entre estes e o historiador português.

Por fim, a proximidade ideológica faz com que o grupo fique próximo da Ala Socialista do Governo Republicano. Os vínculos de amizade que estabelecem com nomes, como o de Paulino Gomez Saiz, ministro da Governação no governo de Negrin[22], ou ainda, Teodomiro Menendez, deputado socialista e subsecretário de Indalecio Prieto[23], tratado

---

[14] Ver Relatório do Ministerio de la Defensa Nacional acerca da prisão de Carlos Fidelino Freire da Costa. Datado de 20 de Abril de 1938. Arquivo Moura Pinto.

[15] Jaime de Morais, militar, governador de Angola e da Índia, é iniciado na maçonaria em Luanda, em 1909, com o nome de Saint Just, usando-o em parte de sua correspondência política, no exílio. Alberto Moura Pinto entra para a Loja Tenacidade, em Águeda, no mesmo ano que Morais, adoptando o nome simbólico de Passos Manuel. Jaime Cortesão está vinculado à ordem com o nome de Guyau, entre 1911 e 1926, altura em que se afasta para, a ela, retornar, em 1934.

[16] Esta menção é feita por A. M. Gonçalves no site http://www.freemasons-freemasonry.com/arnaldoG.html, onde apresenta um historial da maçonaria em Portugal. Ele afirma que a loja fundada por Jaime de Morais e Moura Pinto, denominada República Portuguesa, irá "bater colunas" em 1936, quando da eclosão da guerra civil espanhola. No entanto, no Centro Documental de la Memoria Histórica, em Salamanca, há documentação referente a esta loja em nome de Filipe Mendes. TERMC, Expt 8, LEGATO 736.

[17] Tanto Azaña como Martinez Barrio são maçons, este último é grão mestre do Grande Oriente de Espanha. Sobre o tema ver, entre outros, FERRER, BENIMELI, José A, (coord) – *La Masoneria en la España del siglo XX.* Toledo: Universidad de Castilla-La Mancha. 1996. 2vols.

[18] Gonçalo de Reparaz é geográfo e escritor, sobre Reparaz ver, entre outros, JIMENEZ, I.S. – "El archivo de Gonzalo Reparaz". In: *Documentos del Archivo Geographico*, 1999, nº34, p.211-227.

[19] José Ballester é nomeado assessor jurídico da Presidência do Conselho de Ministros logo no eclodir da Guerra Civil.

[20] Sobre as actividades políticas de Castelao ver, entre outros, VELASCO, Carlos – "Castelao no contexto histórico e político da II República". In: *Actas do Simposio Castelao na Galiza do século XX* (ed. de Manuel Ferreiro e Xosé Ramón Freixeiro Mato). Universidade da Coruña, 1999.

[21] ZUGAZAGOITIA, José Maria Villarias – "Julian Zugagoitia, una vida dedicada el periodismo socialista". In: *Revista Sistema,* n.º 149, 1999, p. 25 a 48.

[22] Em 1938, é presidente do Comité Central Socialista de Euskadi, sendo, ainda durante a Guerra Civil, director geral da Defesa do Governo Autonomo do País Basco e e delegado geral da Ordem Pública na Cataluna. Exilado em França após a guerra, parte daí para a Colómbia.

[23] Teodomiro Menendez (Oviedo, 1879-Madrid, 1978) também está envolvido directamente nos acontecimentos de 1934, pelo qual é preso e condenado a morte. Libertado, em 1936 volta a exercer funções políticas. Sobre o tema ver: IÑIGUEZ, M. – *Esbozo de una Enciclopedia histórica del anarquismo español.* Granada, Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1994.

na correspondência por "Teo", para além dos outros nomes já mencionados, também eles políticos de influência na Espanha Republicana, revelam os estreitos laços estabelecidos entre os Budas e os socialistas, nomeadamente o Partido Socialista Operário Espanhol. No entanto, cumpre assinalar o vínculo que estabelecem com alguns sectores anarquistas e associações com a CNT.

Em 1936, o eclodir da Guerra Civil solidifica os laços existentes e abre uma nova etapa na relação entre Republicanos espanhóis e Portugueses. Para além da amizade e da proximidade ideológica, o grupo dos Budas participa activamente no combate e nas diligências do Estado espanhol durante todo o período de guerra

## 2. A defesa da liberdade para a Península Ibérica: a Guerra Civil e a participação dos portugueses.

> "Calcule que a mim e aos meus quatro filhos o Estado já nos deve muito mais que 10.000 pesetas. Falia o Banco de Espanha se nos pagassem tudo".[24]

O manifesto apoio dos Budas à República Espanhola é um dos primeiros sinais de um comprometimento que ultrapassa os possíveis interesses do grupo em tirar "partido" do conflito. Assim sendo, a comunhão de ideais políticos, a frente comum contra o fascismo, personificado em Salazar e no avanço dos rebeldes, e a amizade pessoal unem os republicanos da Península numa relação que, em muito, ultrapassa os conflitos internos dos próprios membros da República Espanhola. Da parte do grupo dos Budas, a proximidade com Indalecio Prieto, supostamente alcunhado por "Black" não impede a relação com o "Black in", ou seja, Negrin[25], da mesma forma que, os contactos com o PCP são feitos através de "Amaral", ou seja, Armando de Azevedo[26].

Na verdade, todo o tipo de contactos e acção são levados a cabo pelos elementos vinculados aos Budas. Assistência militar, política e diplomática são constantemente citadas na correspondência e nos diários. Figuras do movimento republicano vinculadas aos Budas, como Francisco Oliveira Pio e Alexandrino dos Santos estão na frente de batalha, coordenando as acções militares. O primeiro, ocupa o posto de director da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais[27], e o segundo, participa igualmente do

---

[24] Carta de Jaime de Morais a Moura Pinto datada de 15 de Maio de 1938. Arquivo Moura Pinto.

[25] A menção ao "Black" é uma constante nas cartas e no diário de Moura Pinto, sendo que o "Black in" passa a aparecer quando Negrin assume a Presidência do Governo, sendo Prieto chamado de Black Real. No entanto, como não se tem o acesso à totalidade das cifras usadas pelo grupo esta é apenas uma suposição, em parte confirmada somente pela menção de alguns nomes vinculados aos dois políticos espanhois.

[26] Ver *Diário de Moura Pinto* nos primeiros meses da Guerra Civil, p. Arquivo Moura Pinto.

[27] Francisco Oliveira Pio nasceu em 17 de Janeiro de 1897. Em 1921, é nomeado Comissário da Divisão de Policia da Segurança Pública de Lisboa. No 28 de Maio, pela discordância que assume publicamente em relação ao movimento, é transferido para Bragança. Participa do movimento de 3 de Fevereiro de 1927, fugindo para França, Bélgica, e finalmente Espanha. Em 1934, é preso com Moura Pinto após o Caso Turquesa. Solto, fica em Madrid até à eclosão da guerra civil, quando é incorporado no 5.º Batalhão de Milícias Civis como Major. Participa em várias frentes de combate, incluindo a formação da linha de defesa da cidade universitária. É nomeado director da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, posteriormente, chefe de Operações do 23º Corpo do Exército. Em 1939, ao passar a fronteira, é internado no campo de concentração na região de Montauban, de onde escapa para Argel. Nesta cidade, combate na resistência junto ao General Bethouart, é indicado pelos Budas, em 1945, como o seu representante no Hemisfério Norte. Em 1955, parte para o Brasil, retomando a resistência antisalazarista através do Movimento Nacional Independente. É membro do Grande Oriente Espanhol e possui fortes contactos com os espanhóis exilados em território brasileiro e com o governo republicano no exílio no México. Falece em 1972, no Rio de Janeiro.

treino militar do exército republicano[28]. César de Almeida, um dos elementos mais próximos ao grupo, presta serviços no Comissariado do Exército do Este, no Ministério da Defesa Nacional[29]. Jaime de Morais, Moura Pinto e Cortesão estão igualmente ligados aos serviços de informação, tendo um dos filhos de Morais, Óscar de Morais, trabalhado na Rádio republicana nas emissões destinadas ao território português[30]. A filha de Moura Pinto é voluntária no Hospital de Barcelona.

O Plano Lusitânia, que previa a invasão e a rebelião em Portugal, pondo fim ao colaboracionismo de Salazar com Franco, é o exemplo maior da união de interesses existentes entre os exilados e o então Governo de Espanha[31]. O assumido autor do "Lusitânia", Jaime de Morais, vai classificá-lo em suas memórias de "ambicioso"[32]. No essencial, ele é a grande manobra militar, realizada com o auxílio directo do governo republicano de Espanha que, para tal, mobiliza meios e libera os portugueses combatentes em solo espanhol[33]. O encarregado de fornecer assistência à "tropa" lusa é o General Rojo, sendo que, graças a sua intervenção, os portugueses podem transitar nas zonas ocupadas pelos governamentais e ter acesso às bases militares e aos depósitos de armamentos[34]. Alguns dos principais nomes do governo, para além dos mencionados, estão constantemente citados na correspondência. Outros ainda, como o próprio Paulino, ou como Alvarez de Vayo, formam a rede de contactos do grupo português[35].

Em San Juan de Abadessas, ao sul do território, fica situada a "base" dos portugueses, reunidos nas diversas unidades de combate republicanas. O responsável pelo recrutamento é um dos filhos de Jaime de Morais, o Capitão dos Carabineiros, Fernando de Morais. Com ele, estão os irmãos; Mário de Morais, Tenente dos Carabineiros, Óscar de Morais, Capitão de Artilharia, e Rui Morais, Tenente de Engenharia, para além de diversos oficiais das mais variadas patentes, como Mário Fernandes e Pedro Rocha. Em Portugal, os contactos com o norte, o centro e o sul de Portugal demonstram um clima propício para a revolta, contando com o auxílio das guarnições militares e de comandos formados por civis.

---

[28] As informações sobre Alexandrino dos Santos são escassas. Para além do seu processo na PVDE, ANTT, Processo SR 1451UI. 2345. Os dados obtidos de cartas e documentos dos dois arquivos citados apontam Alexandrino dos Santos como um "traidor", que teria passado com dinheiro para a França, onde viveria, em 1940, como agricultor.

[29] Ver correspondência trocada entre Moura Pinto, César de Almeida e Jaime de Morais. Arquivo Moura Pinto.

[30] Óscar Waldemar Morais, o primeiro dos quatro filhos de Jaime de Morais participa das emissões logo no início dos combates. Ver: Anotações de Moura Pinto datadas de Espanha entre Novembro de 1936 até o final do primeiro trimestre de 1937. Arquivo Moura Pinto.

[31] Sobre o tema há pouco material publicado, ver, entre outros, FARINHA, Luís – *O Reviralho. Revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo.1926-1940.* Lisboa: Estampa, 1998. A melhor fonte sobre o Plano Lusitânia é o relato do próprio Jaime de Morais nas suas memórias, os apontamentos de Moura Pinto e as cartas cifradas trocadas entre ambos.

[32] *Memórias de Jaime de Morais.* Exemplar dactilografado, arquivo Jaime de Morais.

[33] Jaime de Morais afirma que o Governo espanhol estaria "pronto a auxiliar-nos, pedindo-nos em troca pouca coisa: que Portugal deixasse de abastecer e auxiliar os rebeldes". *Memórias de Jaime de Morais.* Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais.

[34] *Memórias de Jaime de Morais.* Exemplar dactilografado, arquivo Jaime de Morais.

[35] Ver, entre outros, o *Diário de Moura Pinto* no período da Guerra Civil, ou ainda, ver, entre outras, correspondência datada de Niteroi, Brasil, de 27 de Julho de 1945, de Jaime de Morais para Moura Pinto.

Em Janeiro de 1939, as dificuldades de comunicação, o rápido avanço das tropas franquistas e as desavenças internas levam ao fracasso do Plano[36] e "quando Portugal disse que estava pronto, acabava a guerra em Espanha"[37]. Jaime de Morais e Jaime Cortesão atravessam a fronteira para um longo exílio. Em França, encontram Moura Pinto, que deixara Barcelona meses antes, iniciando uma série de contactos para uma saída da Europa já às portas da guerra.

## 3. A permanência dos contactos no exílio: Castelao e a proposta da construção de uma oposição comum para a Península.

> "Sevilla está en México [...]. Hizo el viaje a mi lado después de haver pasado un año en la prisión de Paris, al encontrale la policía !española! en el Domicilio de Zugazagoitia, junto a este, en el momento de la detención, que precidió a sua traslado a España y vil fusilamento. También vino a mi lado el hijo mayor de Zuga, al que pude rescatar de la Zona ocupada por los alemanes, dias antes del fusilamento de su digno padre, modelo de ciudadanos, si los hay. [...]
> Carta de Paulino Gomez Saiz, datada de Bogotá, 22de Júlio de 1942, endereçada a Moura Pinto.

> "Passei ontem, com o César, umas 3 horas falando com o Paulino. De ali fomos os dois primeiros ao Lamoneda, secretário do P.S.E. Creio que está conseguido o que mais urgia: um subsidio para Ali."
> Carta de Cortesão para Moura Pinto, datada de Paris, 19 de Maio de 1939. [38]

No exílio francês, mais uma vez, os caminhos dos Budas cruzam com os republicanos espanhóis, retidos nos campos de concentração de Argelés-Sur-Mer e St. Ciprien. Nestes campos, onde estão grupos de republicanos portugueses, os espanhóis assumem a identidade dos seus "vizinhos" e antigos companheiros de armas, com medo de serem entregues ao regime de Franco[39]. Novamente, os relacionamentos políticos e ideológicos vêm à baila na evocações dos auxílios solicitados. É o caso Jose Adão Ribas[40],

---

[36] Um incidente ocorrido no acampamento português, que levou à morte de um anarquista e à prisão de Pedro Rocha, causando um mal-estar entre os oficiais e as autoridades locais. Para além disto, a recusa dos comunistas de darem andamento ao Plano, são os factores do fracasso do Lusitânia. Declarações de Fernando de Morais, filho de Jaime de Morais, tenente carabineiro encarregado do acampamento em *San Juan de Abadessas*. Julho de 2002.

[37] *Memórias de Jaime de Morais*. Exemplar dactilografado, Arquivo Jaime de Morais..

[38] Ali é o nome de código de Jaime de Morais.

[39] Sobre o tema ver CLÍMACO, Cristina. "A emigração política portuguesa em França (1927-1940). Fontes e Bibliografia". In: *Penélope. Portugal no exílio no Século XX*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1996, p. 153-177.

[40] José Ribas nasceu em Vigo, a 19 de Setembro de 1886, sendo casado com uma Portuguesa e possuindo uma ficha da Policia de Vigilância e Defesa do Estado de Salazar, assinalando a sua passagem por Portugal e vinculação ao anarquismo (ver Processo n.º ). Ribas está na Galiza quando do golpe de Franco, de onde escapa em Novembro de 1936. O seu nome é citado na lista apresentada no *Repertorio biobliografico do exilio galego: Unha primeira achega*. Santiago de Compostela: Conselho de Emigracion Galega, 2001, como refugiado em Argéles-sur-Mer. No entanto, Edgar Rodrigues cita um anarquista de nome Adão Ribas que, como José Ribas, é filho do dono de uma pequena fábrica de cerveja no Rio de Janeiro, teria igualmente passado por Portugal e pela Guerra Civil, tendo sido também preso e escapado da morte por conseguir uma declaração afirmando "ser português", como o José Ribas, que está no núcleo português do campo. Segundo Carone, ele é expulso para Portugal, retornando após a guerra para a França, e, após uma passagem por Israel, retorna para o Brasil, onde falece. Os dados constam na obra *Os Companheiros*. Disponível em: http://www.agrorede.org.br/ceca/edgar/Comps/COMPA.HTM.

um galego, anarquista, vinculado em Barcelona ao Secretariado Executivo de Solidariedade Galeca Antifeixista. Nas cartas dirigidas a Moura Pinto, Jose Ribas solicita o contacto com a Delegação espanhola para a Emigração, radicada em Paris, chefiada por Ossorio Taffal e Alejandro Vianna, ambos Galleguistas, do "Partido do amigo Castelao"[41].

No entanto, nem os organismos criados pelos exilados espanhóis conseguem dar vazão aos pedidos dos republicanos confinados aos campos de concentração e a actuação dos Budas é ainda de menor efeito. Pelo contrário, são eles que buscam auxílio junto dos antigos companheiros de Espanha, também, por vezes, sem sucesso. Alberto Moura Pinto e Jaime de Morais chegam a ser presos, por falta de documentação e sob a égide das antigas acusações de conspiração do início da década[42]. Para Moura Pinto, a saída para o Brasil aparece como uma solução, visto a sua mulher, Maria do Carmo, ser brasileira. Com o auxílio da Embaixada brasileira em Paris, ele obtém um passaporte e consegue embarcar com a família. Depois, seguem para aquele país os filhos de Morais, Fernando e Óscar. Morais e Cortesão regressam a Portugal em 1940, sendo presos e deportados para o território brasileiro, iniciando assim a segunda etapa do exílio do grupo.

Após a chegada ao Brasil, os Budas colocam-se à frente de acções de protesto contra o governo de Salazar, possíveis, graças ao clima de "liberdade" reinante no país após a sua entrada na Segunda Grande Guerra. Na verdade, o governo brasileiro, uma ditadura chamada Estado Novo, como em Portugal, não mostra aparente hostilidade com os exilados políticos, desde que estes se mantenham distantes dos assuntos locais[43]. A declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha e a Itália favorece o aparecimento de protestos e manifestações contra os regimes fascistas, incluindo os da Península Ibérica, capitaneados por democratas brasileiros e exilados.

Entre 1942 e 1945, este ambiente de aparente liberdade patrocina a realização de manifestações públicas pelos portugueses democratas, como a comemoração do aniversário da República, no dia 5 de Outubro, ou o envio de telegramas aos grandes líderes no final do conflito, em Outubro de 1945, pedindo que "cessem as prolongadas complacências que têm auxiliado Salazar a se manter no poder e contribuam, por essa forma, para que o povo português possa livremente escolher o seu governo e reingressar no contexto das nações democráticas e civilizadoras"[44].

Assim como os republicanos espanhóis no exílio, com comités dispersos pelas Américas e Londres, os Budas assumem a condição de representantes do combate

[41] Carta datada de Argéles-sur-Mer, de 8 de Abril de 1939. A correspondência de Jose Ribas data de Março a Maio de 1939, havendo ainda menções do seu nome na correspondência trocada entre Cortesão e Moura Pinto. Na sua última carta, afirma ter recebido notícias do irmão no Rio de Janeiro e estar convencido de poder ir para aquela cidade em breve.

[42] Moura Pinto é preso e solto após a actuação de um advogado francês, Albert Caro (ver Arquivo Moura Pinto). Já Jaime de Morais é obrigado a se refugiar na Bélgica, a espera da apelação feita junto ao governo de França para a obtenção de uma permissão de entrada. Esta última é obtida nas vésperas da invasão do território belga pelas tropas alemãs. Ver: Arquivo Jaime de Morais.

[43] Sobre o tema, ver, entre outros; SKIDMORE, Thomas – *De Getúlio a Castelo*, (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 e FAUSTO, Bóris (organizador) – *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1 a 4, São Paulo: Difel, 1984.

[44] Cópia da publicação do manifesto, datada de 20 de Outubro de 1945. Arquivo Moura Pinto.

anti-salazarista no Brasil, possuindo em Londres, como representante, Armando Cortesão, nos Estados Unidos Abílio Águas, e em Paris José Domingues dos Santos. É a chamada União dos Democratas Portugueses, presidida pelos três amigos e que reúne uma série de antigos companheiros, como João Sarmento Pimentel, antigo companheiro da revolta de 3 de Fevereiro, e outros republicanos, há muito emigrados no Brasil.

De igual forma, os Budas iniciam tentativas de restabelecerem comunicação com os seus antigos companheiros de Espanha, já fixados em exílios na América Latina. Uma das primeiras respostas aos seus contactos, é recebida por Moura Pinto, proveniente de Bogotá, em 22 de Julho de 1942. Nela, o antigo Ministro de Estado, Paulino Gómez Saiz relata a tragédia do final da guerra civil, o terror passado na França e saída para o exílio na América[45]. A partir de 1943, intensificam a busca aos antigos companheiros espanhóis, e, em 25 de Fevereiro, os Budas enviam cartas de saudação ao antigo ministro Alvarez De Vayo e ao General Ascencio, ambos nos Estados Unidos[46]. Neste mesmo ano, a Editora Dois Mundos, aceita a sugestão de Jaime Cortesão de publicar, numa colecção coordenada por ele, a obra *Espana Heróica*, escrita pelo General Vicente Rojo[47].

Paralelamente, alguns dos que passaram pelo conflito em Espanha descrevem nos jornais as suas experiências, denunciando as barbaridades cometidas pelas tropas franquistas, a aliança de Franco com Salazar e a passividade dos países, agora beligerantes, ante o avanço fascista em território espanhol durante a guerra civil[48].

Todas essas acções apontam para um ponto de convergência: a necessidade dos exilados portugueses unirem os seus esforços aos emigrados políticos espanhóis para denunciarem e combaterem em conjunto os governos ditatoriais dos dois países da Península Ibérica. Num dos seus artigos, Morais, ao tratar dos problemas a serem enfrentados por Portugal e Espanha após o término da guerra, realça a ideia da necessidade de uma aliança ou bloco entre ambas as oposições, objectivando o combate das ditaduras e a construção da nova Europa após a vitória dos aliados:

> "União que nada tem com a estafada mística de uma vetusta União Ibérica ou das fantasiosas Federação ou Confederação Ibérica do passado, União, bloco, ou o que

[45] O relato de Saiz relaciona diversos elementos ligados ao governo, descrevendo inclusive a prisão pelas autoridades espanholas em território francês do Ministro do Governo Julian Zugazagoitia Mendieta (1900--1940), posteriormente fuzilado em Espanha. Relata o regaste dos filhos de Zugazagoitia da zona ocupada pelos alemães, a chegada ao México do barco português Niassa, fretado por Indalecio Prieto para a saída de republicanos espanhóis do território francês e africano, assim como os planos dos exilados para a sobrevivência e os encontros com José Prat, "o humanista e o heterodoxo" (José Prat estava na Colômbia em exílio desde 1936, retornando a Espanha somente em 1976, quando assume a Presidência do Partido Socialista Obrero Espanhol). Arquivo Moura Pinto.

[46] As cartas estão no Arquivo de Jaime de Morais, depositado na Fundação Mário Soares.

[47] Ver correspondência datada de 26 de Abril, 24 de Julho, 1, 4 e 6 de Março e 28 de Julho de 1943, destinadas a diversas personalidades em Bogotá e ao próprio General Rojo, tratando do assunto da publicação, Arquivo de Jaime de Morais.

[48] O próprio Jaime de Morais é responsável por diversos artigos, como "Para onde caminha a Península". In: *Diário Carioca*, 23 de Maio de 1943, p. 2 do Segundo Caderno; "Portugal e Espanha". In: *Diário Carioca*, 2 de Setembro de 1944, p. 2 do Segundo Caderno; "O drama do Totalitarismo Neutral". In: *Diário Carioca*, 13 de Fevereiro de 1944, p. 2 do Segundo Caderno e "Ainda andam lobos no Povoado". In: *Diário Carioca*, 16 de Abril de 1944, p. 3 do Segundo Caderno.

quiserem, que seja um entendimento econômico e moral entre dois povos que, por mais que o discutam, tem uma homogeneidade étnica real."[49]

Em 2 de Setembro de 1944, um velho amigo reata os laços com um dos Budas. Cortesão recebe uma carta de um intelectual, político e companheiro seu e de seus amigos em Espanha, Alfonso Daniel Manuel Rodriguez Castelao. Escritor e político, Castelao é um dos principais nomes da política autonomista galega nos anos trinta, sendo figura de relevo no "Partido Galeguista", fundado em 1931, e que se bate pelo nacionalismo galego e prega o reconhecimento da autonomia para a Galiza[50], Em 1933, é o mentor da *Galeuzca,* um Pacto firmado entre a Galiza, o País Basco e a Catalunha com o objectivo de formar uma "frente comum" de luta pelos nacionalismos em Espanha e a consequente aprovação dos Estatutos de Autonomia Basco e Galego[51]. Em 1934, é preso aquando da Revolta das Astúrias. Dois anos depois, eleito deputado por Pontevedra, entrega ao Governo Republicano a Carta de Autonomia da Galiza, referendada pelos galegos votantes. Com o golpe de Franco, transfere a sua residência para Barcelona, onde passa a actuar junto do governo republicano e funda um organismo chamado "Solidaridade Galega Antifeixista". Em 1938, viaja como representante oficial da República, visando angariar apoios para a causa republicana, passando pela União Soviética, Cuba e Estados Unidos, partindo daí para o exílio na Argentina.

O contacto dos Budas com Castelao remonta aos anos trinta, sendo constante durante o período de permanência destes em território espanhol[52]. Eles possuem muitos pontos em comum, que vão desde o percurso de vida semelhante entre Jaime de Morais, Cortesão e Castelao[53], até as semelhanças ideológicas, já que os ideais de federalismo e nacionalismo defendidos pelo escritor galego não são "estranhos" aos republicanos exilados. O reencontro do escritor galego com os seus companheiros portugueses ocorre em 1944, quando o fim próximo da Segunda Guerra surge como uma esperança para os antifascistas da Península Ibérica.

A chegada da correspondência de Castelao, saudando os "três portugueses","que representan o espirito autenticamente democratico de Portugal"[54], aparece como uma oportunidade para os Budas levarem avante a sua estratégia de aproximação com os espanhóis exilados. De facto, a grande questão é o reconhecimento internacional de

---

[49] MORAIS, J. – "Problemas da Europa Futura. Esclarecimentos a um leitor". In: *Diário Carioca,* 6 de Junho de 1943, p. 2 do Segundo Caderno.

[50] Sobre o tema, ver, entre outros, RIEGO, F. Fernandez – "Castelao no Partido Galeguista". In: Beramendi, J. e VILLARES, R. (org.) – *Actas do Cogreso Castelao.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1989, p. 49-57.

[51] Sobre o tema ver, entre outros, RIVAS, Xosé Luis Barreiro – "El Nacionalismo como estratégia: fundamentos historicos y alcance político de la declaracion de Barcelona". In: RIPS, vol,1, n.º1, 99-112; ESTEVEZ, Xosé – *De la Tríplice Aliança al Pacto de San Sebastian (1923-1930).* San Sebastian: Cuadernos Universitários, 1991.

[52] Castelao e Cortesão estão juntos durante um dos primeiros bombardeamentos de Barcelona:"Poucas semáns despois das xornadas partlamentarias de Monteserrat, nas que se presentou o Estatuto, nos dias 16 a 17 de marzal, a polboación civil de Barcelona foi sometida a un bárbaro bombardeo [...] Castelao foi unha das víctimas. Bívia num pequeno hotel, onde tamén estaba o seu amigo, o escritor portugués Xaime Cortesão, na Rua de Balmes, perto da Univerdidade." LOPEZ, Emilio Gonzalez – "Castelao na Guerra Civil". In: *Actas do Cogreso Castelao.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1989, p.95.

[53] Todos os três iniciam o seu percurso com a medicina e, logo depois, abandonam o ofício para dedicarem à vida aos ideais políticos. No caso de Cortesão e Castelao, a trajectória intelectual é mais um dado que os aproxima.

[54] Carta de Castelao a Cortesão datada de 2 de Setembro de 1944. Arquivo Moura Pinto.

ambos os sectores da oposição antifascista; os Budas, pelo lado português, e o configurado por Castelao e os seus aliados, pelo lado espanhol, como representantes legítimos dos governos republicanos e democráticos da Península Ibérica no exílio.

No entanto, na sua primeira carta, Castelao traça uma imagem negativa da oposição republicana exilada e da falta de uma representatividade mais significativa para a República Espanhola:

> "Los repúblicos desterrados oferecen ãs olhadas estranas um cadro lamentable de guerra civil na que se disparan inxurias e calumnias, e ãs olhadas amigas somentes se oferece o consabido desbaraxuste que sempre remou em Hespaña, provocador de dictaduras.[...] A realidade republicana é a siguente: os socialistas están dividivos em três bandos irreconciliables que provocan, ã sua vez, divisións no campo dos republicáns liberaes; os republicáns de esquerda fixéronse satélites de Prieto ou ficaron escravos da Constitucion do 31, non como punto de partida senon como tope; os comunistas utilizan a mentira como arma de combate e o engano como procedimento recandatorio, bulan moito e traballan como a pollila, pero vanse guedando sen amigos.[55]

Na verdade, ambos os grupos de exilados, portugueses e espanhóis, sofrem as dificuldades da representação oposicionista no exílio, com o choque das várias correntes políticas. No caso da representação espanhola, a questão das autonomias acrescenta um ponto de discórdia, já agravada pela dissidência entre socialistas e comunistas. No caso dos exilados portugueses no Brasil, após 1945, o problema é semelhante, o que contribui para uma maior aproximação ao grupo espanhol[56]. Neste quadro, é que surge a proposta de Castelao de reviver a *Galeuzca*, com o apoio e a participação dos republicanos portugueses exilados, como uma representatividade única para a oposição ibérica. A união de portugueses, galegos, bascos e catalães[57] surge assim como uma nova leitura do velho "iberismo" e como uma nova imagem da liberdade e da democracia para a Península.

> "Los directivos de GALEUZCA, de uma parte, y los representantes de la democracia portuguesa en el exílio, de otra parte, podrían estudiar y concretar la naturaleza y forma de las relaciones que la primera propugana para toda la Península Ibérica, a los efectos de confirmarlas por los pueblos interesados democraticamente y de ser propiciadas desde el poder yan pronto fuesen instalados los gobiernos respcetivos al derrocamiento de los regimenes dictatoriales que actualmente sojuzgan a los pueblos peninsulares"[58].

---

[55] Carta de Castelao a Cortesão datada de 2 de Setembro de 1944. Arquivo Moura Pinto.

[56] A partir de 1943, apesar de ainda vigorar no Brasil uma ditadura, a de Getúlio Vargas, denominada Estado Novo, os grupos de esquerda vão abrir espaço político no governo, sendo que, no final da Guerra, em 1945, e após a deposição do ditador, o Partido Comunista Brasileiro, no seu curto período de legalização, vai se aproximar dos elementos comunistas do exílio português. Sobre o tema ver: PAULO, Heloisa. "O outro lado da moeda: o discurso da oposição no exílio, dos anos trinta ao movimento democrático da década de cinquenta". In: *'Aqui também é Portugal!'. A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Editora Quarteto, 2000, p.539 e seguintes.

[57] "Politicamente os galegos podemos equipararnos aos vascos e catalâns e as tres forças reunidas en Galeuzca representan a enerxia frênica do republicanismo hespañol. Galeuzca oferece três unidades concordes e dispostas a integraren unha concórdia xeral hespanola, que si non está xá formada é porque os centralistas vivem no máis terrible desbaraxuste.". Carta de Castelao, destinada a Cortesão, Moura Pinto e Morais, datada de 11 de Dezembro de 1944, Arquivo Moura Pinto.

[58] *Sugestiones para um proyecto de Alianza o de Union Iberica com Portugal.* p. 1. Datado de Buenos Aires. Março de 1945. Arquivo Moura Pinto.

A sugestão feita por Castelao passa a ser tratada na correspondência trocada entre os Budas e os seus companheiros. Entre os correspondentes citados, está Armando Cortesão, irmão de Jaime Cortesão, e então residente em Londres, onde busca uma aproximação com a Delegação Basca, tentando empreender um trabalho em conjunto, com base na proposta da Galeuzca. Segundo o próprio Armando Cortesão em carta dirigida a Jaime de Morais, datada de 12 de Abril de 1945, desta ligação resulta uma comissão que, segundo suas palavras, "trabalhou durante três meses e acabou por se desintegrar, pois os espanhóis não tem maneira de se entender! Uma tristeza" [59].

No entanto, os Budas fazem de Castelao o seu representante junto ao Governo Republicano espanhol no exílio, que, em 1945, reúne as Cortes na sua primeira assembleia fora da Europa[60]. Para tal, é preciso entregar ao deputado galego credenciais passadas pelos três republicanos portugueses, e, para tal, era preciso que Castelao conseguisse sair da Argentina e seguir para o México, tarefa difícil para um exilado político, sem um passaporte válido. Através de contactos com o meio político brasileiro, nomeadamente, o partido socialista[61], um passaporte provisório é obtido em nome do escritor galego, facilitando a sua passagem pelo Brasil e ida para o México. Resolvido o problema do passaporte[62], a vinda de Castelao é pensada de forma a transformá-lo num "porta-voz" dos republicanos portugueses, não só perante o Governo Republicano de Espanha, mas diante da comunidade internacional, que estaria atenta as reuniões das Cortes no México, e acompanharia Castelao na sua trajectória.

Com Castelao chegam ao Rio de Janeiro dois outros velhos amigos dos portugueses; Jose Antonio Aguirre[63] e Manuel de Irujo y Ollo[64]:

> "Conseguimos que o Governo Brasileiro permitisse que, três deputados espanhóis, pudessem seguir para o México, via Rio (isto desde Buenos Aires), quando todos os muitos por demais tiveram de ir pela Costa do Pacifico.
> Tratava-se de José Lasarte, deputado nacionalista basco, por S. Sebastian, Villanueva, deputado republicano galego por Pontevedra e, finalmente, Afonso Castelao, que por certo conhece como o nosso dedicadíssimo amigo e chefe dos galeguistas no mundo, fundador da GALEUZCA (Galiza-Euskadi-Catalunha), cuja política é idêntica a do nosso amigo, o dr. Aguirre, chefe dos bascos, e do seu colega catalão. Supomos mesmo que a estas horas deverá ter entrado no Gabinete de Giral, como representante dos galegos, ao lado de Irujo, nosso velho amigo também, e de Santaló, que conhecemos menos.

---

[59] Armando Cortesão em carta dirigida a Jaime de Morais, datada de Londres, de 12 de Abril de 1945, Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

[60] Sobre o tema ver, entre outros, TUSELL, J.; ALTED, A. y MATEOS, A. (eds) – *La Oposición al régimen de Franco*. Madrid: UNED, 1990, p.2.

[61] Nomeadamente com o então jornalista Hermes Lima, futuro fundador do Partido Socialista Brasileiro. Ver correspondência de Morais, Moura Pinto e Cortesão nos dois arquivos citados.

[62] Carta de Cortesão para Moura Pinto, datada de 6 de Janeiro de 1945. Arquivo Moura Pinto.

[63] Deputado do Partido Nacionalista Basco, membro da primeira Galeuzca e Presidente do 1º Governo Basco Autónomo.

[64] Em Setembro de 1936, Irujo é nomeado ministro sem pasta no governo de Largo Caballero, representando o Partido Nacionalista Basco. No ano seguinte, ocupa a Pasta da Justiça. Após o término do conflito, parte para a Inglaterra, onde passa a incorporar a representação do governo basco no exílio. Retorna a Espanha em 1977, sendo eleito deputado pelo seu antigo partido. Morre em 1981.

A sua estada aqui foi um autêntico sucesso que os comoveu até às lágrimas. Foram acarinhados pela colónia espanhola, por toda a intelectualidade e imprensa brasileira e, sobretudo, por nós e nossos amigos, de facto os promotores e organizadores de todos os detalhes da recepção."[65]

Os vínculos mantidos pelo grupo de Moura Pinto, Cortesão e Morais com os defensores da autonomia em Espanha contribuem para a formulação, por parte de Castelao, de uma proposta que vai além de uma simples representatividade. De facto, em Março de 1945, a *Galeuzca* envia para os Budas um documento denominado "Sugestiones para um proyecto de Alianza o de Union Iberica com Portugal"[66]. Neste texto é apresentado um conjunto de sugestões para a "concretização" de uma "União Ibérica", a ser estabelecida a partir de um pacto entre os representantes dos portugueses no exílio, no caso os Budas, e os membros da *Galeuzca*:

"Los directivos de GALEUZCA, de uma parte, y los representantes de la democracia portuguesa en el exílio, de otra parte, podrían estudiar y concretar la naturaleza y forma de las relaciones que la primera propugana para toda la Península Ibérica, a los efectos de confirmarlas por los pueblos interesados democraticamente y de ser propiciadas desde el poder yan pronto fuesen instalados los gobiernos respcetivos al derrocamiento de los regimenes dictatoriales que actualmente sojuzgan a los pueblos peninsulares"[67].

Na verdade, estas "sugestões" apresentam dois caminhos possíveis para uma acção comum entre galegos, catalães e bascos e os portugueses; a primeira passa por uma aliança para actuação em questões comuns, envolvendo pontos como política internacional, defesa comum ou comércio exterior; e a segunda, pela consolidação de uma proposta mais ambiciosa, a criação de uma representação "ibérica" oposicionista, reunindo Portugal, representado pelos Budas, e os dirigentes das penínsulas envolvidas, que responderiam em nome de toda a Espanha.

No entanto, os Budas também já possuíam um plano de acção em relação aos seus companheiros espanhóis, que, apesar de dar as províncias autónomas de Espanha um lugar de destaque, considera ponto passivo os contactos com os representantes "legais" da República espanhola no exílio. Na *Nota sobre la colaboración con los portugueses*, documento localizado no arquivo de Moura Pinto, escrito em conjunto por este, Jaime de Morais e Jaime Cortesão, para além de se considerarem legítimos representantes dos exilados portugueses[68], estabelecem que só podem, "pactar com el Jefe del Estado Espanhol, el Presidente de las Cortes, o con el Gobierno que pueda nombrar algun dia, com arreglo a las normas constitucionales."[69]. No entanto, a

[65] Cópia da carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, sem data, Arquivo Jaime de Morais.

[66] *Sugestiones para um proyecto de Alianza o de Union Iberica com Portugal.* Datado de Buenos Aires. Março de 1945. Arquivo Moura Pinto.

[67] *Sugestiones para um proyecto de Alianza o de Union Iberica com Portugal.* p. 1. Datado de Buenos Aires. Março de 1945. Arquivo Moura Pinto.

[68] "El comité português representa todas las fuerzas antifascistas del país y por lo tanto se considera um organismo estatal". *Nota sobre la colaboración con los portugueses.* p. 1. Arquivo Moura Pinto.

[69] *Nota sobre la colaboración con los portugueses.* p. 1. Arquivo Moura Pinto.

necessidade da anuência de todos os grupos políticos de Espanha é explícita neste documento:

> "Los portugueses deseajarian la formación de un Comité especial constituído com el único objeto hacerse cargo de las relaciones com Portugal y de la ejecución del pacto, y em que esten representadas todas las entidades y grupos firmantes. Preferirian que también formaran parte de esta entidas representantes de las sindicales y del Partido Republicano de Galicia, pero no les parece tan tan necesario como la participación de las entidades y partidos ya indicados. Em el pensamiento de los Portugueses no se trata de uma entidad que haga una labor práctica sino de un organismo que asume la responsabilidad política del pacto y de las relaciones com los Portugueses antifascistas. Como no hay ninguna necesidad que se reúna, pudieran formar parte de esta entidad personalidades residentes en vários paises[70]".

A menção directa à colaboração de elementos não afectos ideologicamente aos republicanos, como os comunistas, confirma a decisão dos exilados portugueses de encontrarem um consenso geral para a formulação de um pacto comum, segundo estes, necessário e imprescindível, para o combate internacional das ditaduras ibéricas:

> "Desde luego preferieran que todas las fuerzas antifascistas tomaran parte em la previa deliberacion, pero ni pensarian em firmar por su parte si no tuvieran por lo menos la garantia de uma participacion real y efectiva de los Republicanos, de los Socialistas, de los Comunistas y de las Juntas Autônomas de Catalunha y Pais Vasco".[71].

Mais detalhado que a proposta da *Galeuzca*, este plano prevê a existência de comissões técnicas, sendo cada uma delas voltada para o estudo das relações entre os dois governos. No âmbito económico, o grupo encarregado analisaria soluções para os problemas comuns, como o transporte, as vias de comunicação, os problemas de distribuição das águas dos rios comuns e as questões relacionadas com o fim das fronteiras económicas entre os dois países. Na esfera do ensino e da propaganda cultural, seriam procuradas fórmulas para o seu intercâmbio cultural, quer seja através do ensino obrigatório de ambas as línguas na península, quer através da permuta de estudantes e professores[72]. São ainda estabelecidas actividades imediatas, como a ajuda ás acções da clandestinidade oposicionista espanhola, para além de estabelecer os parâmetros para a propaganda da oposição em ambos os países, oferecendo a utilização da revista *Afinidades*, publicada em Portugal por Leonel de Roulet, e da qual colaboram intelectuais de diversas matizes políticas como António Sérgio, republicano, e Mário Dionísio, comunista. O editor estaria disposto a acrescentar artigos de espanhóis na revista, desde que, inseridos no âmbito cultural e liberados pela censura portuguesa[73]. Para além deste veículo de comunicação, está prevista a compra

---

[70] *Nota sobre la colaboración con los portugueses*. p. 1. Arquivo Moura Pinto.
[71] *Nota sobre la colaboración con los portugueses*. p. 1. Arquivo Moura Pinto.
[72] *Nota sobre la colaboración con los portugueses*. p. 3. Arquivo Moura Pinto.
[73] *Nota sobre la colaboración con los portugueses*. p. 5. Arquivo Moura Pinto.

do periódico *O Globo*, propriedade de Sabino da Costa, também localizado em Portugal, para a divulgação da propaganda oposicionista na Península[74].

A missão confiada pelos Budas a Castelao, como representante dos portugueses, é a entrega deste Plano às Cortes reunidas no México. Apesar de toda afinidade ideológica existente entre eles, a formalização de um Pacto entre os opositores de Portugal e de Espanha só teria algum valor no cenário internacional se ocorresse entre representantes com possibilidades de reconhecimento por países membros da recém criada Nações Unidas[75].

O clima tenso da reunião das Cortes na cidade do México, em 17 de Agosto de 1945, não é visto com bons olhos pelos Budas. As dissidências entre os espanhóis não satisfazem os exilados portugueses que temem pelas consequências futuras, sobretudo em termos da eficácia representativa de Giral[76], denominado pejorativamente por Moura Pinto como "o boticário"[77]:

> "Está certo o que diz de "nuestros diplorables hermanos". Creio que o caso teratológico de três portugueses que se entendem, até quando discrepam, se baseia na singularidade de trabalharmos com os miolos e não com a medula. Ora este "discreto desastre" hispânico é de fazer frio, mesmo em dia quente. O Boticário, o Barcia, o Gallardo!! Seria um Governo seria um governo excelente para convencer o Churchill, se ainda governasse, de que era possível arranjar em Espanha um curro de bois velhos que não morrassem! Aquele Prieto é espantoso, de aldeanismo, obstinado, rancoroso e estéril.[...][78]

Porém, como este é o governo oficialmente "reconhecido" dos republicanos espanhóis exilados, os republicanos portugueses enviam recomendações a Castelao neste sentido[79]. Por sua vez, o próprio Martinez Barrio, através de uma correspondência enviada por José Lasarte, reconhece a importância da acção conjunta entre os dois sectores da oposição ibérica, curiosamente endereçando a carta a "Comisión Ejecutiva del Partido Trabalhista Portugués"[80].

---

[74] *Nota sobre la colaboración con los portugueses*. p.7, 8 e 9. Arquivo Moura Pinto.

[75] O México foi o primeiro a reconhecer o governo dos exilados republicanos como o único representante legítimo do povo espanhol. Sobre os problemas do reconhecimento da República espanhola no exílio, ver, entre outros, LLEONART Y ANSELM, A. J. y CASTIELA Y MAIZ, F. M. – *Espana y ONU, 1*, (1945-46). Madrid: CSIC, 1978.

[76] Sobre o governo de Giral há um texto interessante do próprio Giral, onde a sua passagem pelo governo no exílio é pintada com cores bem brandas. Ver: GIRAL, José – "Actividades de los Gobiernos y Partidos Republicanos (1939-1976)". In: ABELLÁN, Jose Luis – *El exílio español de 1939*. vol. 2. Madrid: Taurus, p.181-225.

[77] Sobre o tema, ver, entre outros; SANTOS, Félix – "Los exilados de la Guerra Civil". In: *Exilados y emigrados. Cuadernos de la Fundacion Espanoles en el Mundo*. N.º 22. Madrid, 1999. p. 11 e seguintes.

[78] Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais, datada de 29 de Agosto de 1945. Arquivo Jaime de Morais.

[79] Conforme trecho na mesma carta acima citada, Moura Pinto afirma que para além do envio do telegrama, e de uma recomendação a Castelao ("Na plena concordância com o seu ponto de vista, telegrafamos ao Castelao, pedindo bota aqui ao ferrolho...se for este o caminho até aquela triste Puerta do Sol...extraterritorial"), "por aqui ficamos", assumindo um posicionamento de distância ante os conflitos da representação espanhola.

[80] "El destino fecundo de nuestra dos pueblos reposa sobre la comunidad de sus actividades democráticas y eel sercixio que conjuntamente pretemos a las respectivas libertades nacionales". Carta datada do México de 22 de Novembro de 1945, anexada a carta enviada por José Lasarte a Jaime Moura Pinto(?), datada de 20 de Dezembro de 1945.

O ano de 1946 é marcado por uma ausência de correspondência política entre os Budas e os seus amigos espanhóis[81]. Em Dezembro deste ano, a Assembleia Geral das Nações Unidas rejeita a proposta do delegado mexicano para uma intervenção internacional contra o governo franquista, provocando um impacto em ambos os grupos. Mas, a ideia de uma actuação comum contra as ditaduras ibéricas não é abandonada pelos Budas, ainda que sempre vinculada à representação oficial do governo espanhol no exílio. Assim sendo, em 1947, já no governo de Rodolfo Llopis, Jaime Cortesão, como representante do grupo, escreve a nota de abertura do jornal *Libertação*, editado em comum pela Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol e a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa. Na primeira página deste periódico, Cortesão apresenta uma saudação aos republicanos espanhóis, mostrando uma solidariedade que, forjada nos ideais republicanos comuns e pelos horrores da Guerra Civil espanhola, vai permanecer apesar dos rumos tomados pelos seus exilados:

> "Todas as Nações livres devem aos povos ibéricos, por fraternidade humana e defesa da liberdade, apoio ao combate que estão travando contra a tirania que as oprime. Mas ao povo espanhol, em particular, todos devemos os maiores esforços para ajudá-lo nessa luta"[82].

---

[81] Uma hipótese quanto ao silêncio seria a distensões internas que acabaram por levar a crise o governo de Giral, a partir desta data. Sobre o tema, ver, entre outros: MARICHAL, Juan – "Las fases políticas del exílio (1939-1975)". In: ABELLÁN, Jose Luis – ob. cit., p. 229-236.

[82] CORTESÃO, J. – "Saudação ao Povo Espanhol". In: *Libertação.* Ano I. n.º1, Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1947, p. 1.

# *Janela entreaberta?*
# Imagens e representações jornalísticas de temas europeus

Ana Isabel Martins

MARTINS, Ana Isabel – "*Janela entreaberta?*
Imagens e representações jornalísticas de temas europeus"
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 105-116.

**Ana Isabel Martins.** Mestre em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira de Doutoramento da FCT e Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

## Introdução

Mais do que um continente, a Europa é um conceito[1]; mais do que uma área geográfica, é um sistema de valores 'civilizacionais'[2] ou uma realidade humana[3]; mais do que um conjunto de fronteiras físicas, é uma mistura de limites ideológicos e psicológicos[4]; mais do que uma entidade territorial, é um espaço histórico, político e cultural[5]; finalmente, mais do que um mero grupo de Estados, é uma ideia de 'comunidade'[6]. Não obstante as suas diferentes formulações, as *eurovisões* destes especialistas parecem evocar uma noção-chave no contexto das teorias do nacionalismo: as "comunidades imaginadas" de Benedict Anderson[7], cujos membros se encontram unidos por um sentido de pertença e lealdade voluntárias.

Julgamos que este pressuposto da identidade apreendida numa esfera mental se adapta de forma plena a uma ideia de Europa que representa, *per se*, um conceito potencialmente identitário[8], tornando-se um terreno fértil para explorar a utilização de um conjunto de códigos – como expressões idiomáticas, estereótipos ou símbolos culturais – cuja descodificação depende, em larga medida, dos sistemas de crenças, experiências e visões dos receptores.

Pela força motriz da UE redefiniram-se cartografias geográficas (pensemos na promissora 'Política de Vizinhança'), estratégicas (aponte-se o 'eixo franco-alemão', a dinâmica das 'duas ou várias velocidades', o 'núcleo duro' ou o 'Clube *Med*'), económicas (recordemos a inédita 'Zona Euro'), ideológicas (com os binómios 'Velha'-'Nova' Europa ou 'Europeístas'/'Eurocépticos') e até ontológicas (traduzidas nas alegorias do *Homo Erasmus*, do *Homo Europeanus* ou, numa variação terminológica cunhada pelo antropólogo Marc Abélès, do *Homo Comunitarius*)[9].

Longe de meras comunidades imaginadas, estes referentes deixam entrever uma vasta e complexa teia de intersecções político-identitárias no seio do palco europeu, enraizada numa linguagem própria que transborda as páginas de dicionários, glossários e obras técnicas. A simples associação do adjectivo 'europeu' a diversos conceitos jurídico-institucionais (como 'Parlamento', 'cidadania' ou 'Constituição') e simbólicos ('Espaço Público') imprime um carácter de urgência à reflexão sobre os horizontes de governação e poder que se rasgam a partir dos arquétipos originários.

---

[1] BARRENO, I. – *Um Imaginário Europeu*. Lisboa: Caminho, 2000, p. 105.

[2] DELANTY, G. – *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*. London: Palgrave Macmillan, 1995, p. 30.

[3] ALMEIDA, R. – *Portugal e a Europa: Ideias, Factos e Desafios*. Lisboa: Edições Sílabo, 2005, p. 21.

[4] KEVIN, D. – *Europe in the Media – A Comparison of Reporting. Representation and Rhetoric in National Media Systems in Europe*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003, p. 10.

[5] RISSE, T. – "An emerging European Identity? What we know, and how to make sense of it". Lecture delivered at the University of Helsinki, 2003, April 25, p. 2.

[6] VASCONCELOS, A. – *Valores da Europa: Identidade e Legitimidade*. Cascais: Principia, 1999, pp. 47-48.

[7] ANDERSON, B. – *Imagined Communities*. New York: Verso, 1991.

[8] ROBERTSON, A. – *US, Them and Television News Narratives: Constructing Europe in TV News Broadcast* [Em linha]. University of Tampere, 2001 [01.09.02]. Disponível em WWW: < URL: http://www.uta.fi/conference/PAG/PAG_papers_alexa_robertson.pdf >.

[9] ABÉLÈS, M. – "Homo Communautarius". In: KASTORYANO, R. [dir.] – *Quelle Identité pour l'Europe? Le Multiculturalisme à l'Épreuve*. Paris: Presses Sciences PO, 1998, p. 43-63.

Nesta linha de pensamento, revela-se igualmente incontornável a emergência de uma miríade de vocábulos – uma espécie de 'Europês', para recorrer a um *meta-neologismo* – que encontram no prefixo 'euro-' ('Eurodeputados', 'Eurocracia', 'Eurodivisa', 'Euronews' ou 'Eurolândia', entre outros) a sua mais evidente configuração verbal.

## Cultura e representação: os media como janela

Os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na representação do imaginário europeu. Esta ideia encontra-se, de resto, bem patente na própria teoria clássica de Anderson, que vincula a imprensa europeia setecentista à missão pioneira de representar "o tipo de comunidade imaginada" emergente à época: a nação[10].

Projectando esta tese seminal nos espaços comunicativos hodiernos, diversos autores situam a hipótese normativa de uma identidade colectiva numa dimensão temporal (fundada numa memória, tradição, passado e herança comuns) e espacial (assente na demarcação de territórios e fronteiras reguladoras de princípios de inclusão e exclusão). Os media emergem, assim, como veículos simbólicos dotados de grande influência na definição de interacções sociais e culturais e, muito particularmente, nos conceitos que cada grupo reconhece como os seus traços distintivos[11]. Num estudo onde procuram analisar a reconfiguração das paisagens comunicativas modernas, David Morley e Kevin Robins chegam mesmo a falar de "comunidades re-imaginadas" – paráfrase da tese de Anderson que coloca precisamente a tónica na necessidade de repensar as representações socioculturais à luz das actuais escalas de pertença e identidade(s)[12].

O processo de integração europeia oferece, neste contexto, um forte potencial de inovação ao nível das construções mediáticas. Através do olhar jornalístico, 'Bruxelas' há muito que deixou de designar uma mera capital para se converter numa voz transversal às notícias sobre a Comunidade. Adicionando-lhe um vasto leque de verbos performativos (como 'decidir' ou 'permitir'), os jornais, a rádio e a televisão imprimem-lhe os contornos personificados de um verdadeiro actor político.

E não devemos esquecer, aliás, a exímia capacidade com que os enunciados noticiosos dilatam e reinventam o próprio jargão comunitário. Bastará relembrar a semântica de um 'regresso à Europa', amplamente difundida pelos media aquando da adesão dos Dez em 2004, estendendo a metáfora *kunderiana* de um *Ocidente raptado*[13]; ou descobrir na fotografia conjunta dos líderes da UE, registada pelas lentes mediáticas no encerramento de cada Conselho Europeu, um autêntico prolongamento visual da ideia de 'família europeia', já evocada por Winston Churchill em 1946 e de imediato absorvida e eternizada pelo universo semântico da UE.

---

[10] ANDERSON, B. – ob. cit., p.25.

[11] FITZGERALD, T. – "Media, Ethnicity and Identity". In: SCANNELL, P., SCHLESINGER, P. and SPARKS, C. [eds.] – *Culture and Power – A Media, Culture and Society Reader*. London: Sage Publications, 1992, p. 112-133.

[12] MORLEY, D. and ROBINS, K. – *Spaces of Identity*. USA: The International Library of Sociology, 2000.

[13] KUNDERA, M. – "L'Occident kidnappé ou la tragédie de l'Europe centrale". In: *Le Débat*. Paris: Les Éditions Gállimard, 1983, novembre, n.º 27, p. 3-22.

A questão que se coloca é, no entanto, a de saber até que ponto é que o tratamento mediático de temas europeus abre efectivamente uma janela sobre a construção comunitária ou se restringe, pelo contrário, a 'estórias' circunscritas às altas esferas de decisão e círculos de legitimação do poder formal, e unicamente motivadas pelas supracitadas decisões políticas ou acontecimentos simbólicos, como as cimeiras.

No presente artigo será nosso objectivo clarificar esta indagação teórica através de um estudo de caso: a análise da cobertura jornalística dos referendos ao Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa (TCE) na imprensa europeia de referência. A este propósito, a investigação incidiu sobre quatro jornais nacionais – *El País* (Espanha), *Le Monde* (França), *Público* (Portugal) e *The Guardian* (Reino Unido)[14]. Foram contabilizadas todas as peças publicadas nas duas semanas que antecederam e nos três dias que se sucederam aos referendos espanhol (20 de Fevereiro de 2005), francês (29 de Maio de 2005) e holandês (1 de Junho de 2005).

Versando sobre um tipo de acontecimento político precisamente orientado para a participação cidadã, julgamos que esta plataforma empírica nos poderá fornecer importantes pistas relativas ao grau de participação do público num debate à escala europeia, e aos moldes em que se processou a sua representação na imprensa. Particularmente interessante será comprovar, neste contexto, o modo como as mensagens e os sentidos essenciais da mensagem jornalística parecem encontrar na dimensão visual – as fotografias que acompanham os artigos – a sua máxima expressão.

## Vozes e silêncios noticiosos

O processo de integração europeia assumiu-se, desde os primórdios, como uma vasta construção de elites[15], edificada sobretudo a partir de uma lógica de cima para baixo (*top-down*). Se os cinquenta anos de construção comunitária foram marcados por diversos pontos de contraste entre a perspectiva dos cidadãos e das instâncias decisórias face à UE, parece-nos que essa disparidade se faz sentir de forma particularmente intensa no momento actual.

Os resultados opostos registados nos quatro referendos ao TCE ('sim' em Espanha e no Luxemburgo; 'não' em França e na Holanda) são exemplo disso mesmo. Os escrutínios nos quais a Constituição foi rejeitada proporcionam, aliás, um estudo de caso particularmente interessante, por evidenciarem a existência de pretensões inconciliáveis não só entre cidadãos e elites, como também no seio destas. É precisamente a partir deste ângulo que se torna interessante explorar a constelação de actores na cobertura jornalística dos referendos.

A literatura nesta área permite-nos partir para a investigação com algumas expectativas. Sabemos que o carácter hegemónico das fontes vinculadas com as elites do poder tem sido um traço sobejamente identificado nas pesquisas empíricas no âmbito da sociologia do jornalismo[16]. No que toca à realidade europeia, pese embora a

---

[14] Doravante designados, quando oportuno, pelas siglas EP, LM, Pub e TG, respectivamente.

[15] DELANTY, G. – ob. cit., p. 2 e SCHLESINGER, P. – "Identities: traditions and new communities – a response". In: *Media, Culture & Society*. London: Sage Publications, 2002, Vol. 24(5), p. 643-648.

[16] GANS, H. – *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon, 1980 e TUCHMAN, G. – *Making News: a Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press, 1978.

multiplicidade de interacções (movimentos, ONGs, media, instituições, entre outros) que aí ocorrem, este aspecto tende a acentuar-se[17]. Diversos estudos assinalam o silenciamento noticioso das vozes ligadas à sociedade civil, em favor do destaque concedido a figuras políticas, sobretudo do Governo[18].

A análise do *corpus* permitiu-nos registar uma clara preponderância dos protagonistas nacionais sobre os intervenientes da UE. A tendência para uma nacionalização das fontes prolongou-se na constatação de que, durante o primeiro referendo constitucional, todos os jornais – à excepção do *Público*, talvez devido à relação de proximidade com o vizinho ibérico – privilegiaram as suas fontes internas, em detrimento de personalidades espanholas ou europeias. Estas últimas estiveram, aliás, ausentes nas publicações portuguesa e britânica.

Explorando agora o enfoque concedido aos actores políticos informais – redes públicas de discussão à margem do quadro de legitimação do poder formal, como sindicatos, ONGs, blogues, igrejas ou centros de investigação, entre outros –, verificámos que o seu papel foi claramente minoritário nas quatro publicações. Enquadrada no contexto da UE e do seu tradicional problema de legitimidade, esta evidente subalternização noticiosa dos cidadãos face às elites do poder parece adicionar ao estigma do 'défice democrático' a hipótese de um análogo 'défice mediático'. Chegados a este ponto, será agora relevante projectar estes valores numa análise de carácter qualitativo, com vista a perceber em que moldes se traduziu a presença de pessoas anónimas nos jornais.

## Estereótipo e imagens mediáticas

Com o intuito de perceber de que forma se traduziu a presença dos cidadãos comuns na imprensa, julgamos oportuno convocar uma noção que tem conhecido uma importância crescente no seio das Ciências Sociais: a de "estereótipo". Introduzida por Walter Lippman[19], opera actualmente em diferentes horizontes de pesquisa, entre os quais nos cumpre destacar a teoria da identidade social[20]. No âmbito desta corrente, os seus objectivos prendem-se com um exercício de sistematização da realidade social complexa; de auto-identificação (*selfstereotyping*) como membro de uma comunidade; e de comparação face aos membros de outras comunidades[21].

Ao classificar os estereótipos como "actos comunicativos", porque imbuídos de uma dimensão de "construção cultural" e "juízos partilhados", Condor postula a sua importância no âmbito dos meios de comunicação[22]. De facto, enquanto processos

---

[17] BEE, C. and BELLO, V. – "A European model of public sphere: towards a networked governance model". Lecture delivered at the "Italian Political Association Society Annual Conference", Padova, 2004, September 15-17, p. 20.

[18] WIMMER, J. – "Counter-public spheres and the revival of the European public sphere". In: *Javnost – The Public*. Ljubljana: European Institute for Communication and Culture, 2005, Vol. 12(2), p. 93-109.

[19] LIPPMAN, W. – *Public Opinion*. New York: Free Press, 1922.

[20] HOGG, A. and ABRAMS, D. [eds.] – *Social Identifications: A Social Psychology of Intergroup Relations*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1988.

[21] PICHLER, F. – "Affection to and exploitation of Europe. European identity in the EU". In: *Reihe Soziologie*. Wien: Institut für Höhere Studien (HIS), 2005, Mai, n.º 71, p. 4.

[22] CONDOR, S. –"Social stereotypes and social identity". In: HOGG, A. and ABRAMS, D. [eds.] – *Social Identity Theory. Constructive and Critical Advance*. New York: Springer, 1990, p. 231-249.

de rotulagem, designação e classificação, estes dispositivos facilitam a caracterização e significação de pessoas ou acontecimentos por parte do discurso jornalístico, cristalizando ideias capazes de estabilizar e estruturar a nossa relação com a realidade circundante. Como nota Fowler sobre o caso específico da imprensa:

> [Os estereótipos] (...) constituem categorias que projectamos no mundo para que este faça sentido. É assim que construímos o mundo. E a nossa relação com os jornais oferece um poderoso contributo a este processo de construção[23].

As visões estereotipadas acarretam, no entanto, vários perigos para as rotinas de produção jornalística, já que as suas generalizações acabam frequentemente por se traduzir mais numa desfiguração do real do que na sua organização categórica.

No quadro dos temas concernentes à Europa, palco de múltiplas interacções identitárias, este risco tem sido, aliás, particularmente documentado, sobretudo em estudos sobre as imagens televisivas. Deirdre Kevin reporta-se a alguns programas (e.g. *Eurotrash*, no britânico *Channel 4*) que, embora movidos pelo propósito de dar a conhecer outros países e culturas europeias, acabam por recorrer a estereótipos, por vezes irónicos[24]. Numa pesquisa sobre o canal *ARTE*, Maria João Silveirinha detecta uma tendência semelhante: longe de promover, naquele que seria um plano ideal, representações influenciadas por dinâmicas de comunicação intercultural, este *medium* limita-se a reproduzir um conjunto de convicções e atitudes generalizadas que reforçam as oposições sequenciais 'centro-periferia' e 'elites-cidadãos'[25].

## Fotografias de imprensa e tipificação social

No âmbito do presente estudo, parece-nos que o recurso a perspectivas estereotipadas dominou claramente as configurações discursivas relativas às correntes de opinião de pessoas singulares. Neste contexto, propomos a aplicação, aos agentes noticiosos desta natureza, do conceito narratológico de "personagem-tipo", entendido como

> personagem-síntese entre o individual e o colectivo, entre o concreto e o abstracto, tendo em vista o intuito de ilustrar de uma forma representativa certas dominantes (profissionais, psicológicas, culturais, económicas, etc.) do universo diegético em que se desenrola a acção, em conexão estreita com o mundo real com que estabelece uma relação de índole mimética[26].

Adoptando os referendos como o "universo" em que se desenrola a "acção", verificámos que todos os elementos humana e socialmente essenciais desse período convergiram nas representações visuais dos cidadãos intervenientes nas peças[27].

---

23 FOWLER, R. – *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. New York: Routledge, 1991, p. 17.

24 KEVIN, D. – ob. cit., p. 178.

25 SILVEIRINHA, M. – "Take a walk on the wild side: Europeanizing from the centre".
Lecture delivered at the Conference "Communication in Crisis", University of Massachusetts, Amherst, USA, 2007, March 31-April 1.

26 LOPES, A. e REIS, C. – *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina, 1996, p. 411.

27 LUKÁCS, G., *apud* LOPES, A. e REIS, C. – ob. cit., p. 411.

Enquanto ilustração dos artigos, estes actores concentraram os traços que as análises políticas (Eurobarómetros e outras sondagens) apontaram como definidores da experiência colectiva do debate constitucional (abstenção em Espanha, receios socioeconómicos em França e na Holanda).

Nesta conformidade com o senso comum, bem como na adaptação aos fenómenos sociais e aos valores partilhados, entrevê-se a natureza do jornalismo enquanto construção social da realidade[28]. Com efeito, essas imagens corroboraram visualmente tais generalizações, reforçando um conjunto de factos desconstruído pela chave interpretativa dos receptores.

As fotografias encerraram múltiplos níveis de significados conotativos, aos quais não será alheia uma componente metafórica, baseada na aplicação de associações e analogias[29]. A sua descodificação pode, por exemplo, depender da capacidade com que o receptor interpreta gestos, posturas corporais e expressões faciais[30]. É o caso da figura que acompanha a peça "Em França de manhã vota-se 'sim' e à tarde vota-se 'não'" (Pub 25.05.05) que, apresentando um indivíduo com uma das mãos na cabeça, gesto normalmente conotado com uma atitude de incerteza, prolonga visualmente a temática central do artigo: os eleitores indecisos [Figura 1].




Mais do que meros propósitos estéticos, a inserção de pessoas anónimas nas fotografias prende-se com uma dimensão ideológica imanente. Durante o referendo espanhol, os retratos de alguns dos cidadãos entrevistados nos textos "A ver se nos dão algum dinheiro" (EP 21.02.05) e "Voto de gratidão no olival" (EP 21.02.05) apontaram para isso mesmo. Apresentando, respectivamente, um idoso junto da neta e um jovem num tractor, adequaram-se perfeitamente aos horizontes semânticos de um texto sobre as dificuldades económicas vividas por uma franja da população rural, altamente dependente das ajudas comunitárias [Figuras 2 e 3].

---

[28] GOFFMAN, E. – *Frame Analysis*. New York: Free Press, 1974 e TUCHMAN, G. – ob. cit.

[29] HUXFORD, J. – "Beyond the referential: Uses of visual symbolism in the press. In: *Journalism*. London: Sage Publications, 2001, Vol. 2(1), p. 45-71.

[30] Cf. HALL, S. – "Encoding and Decoding in Television Discourse". In: DURING, S. [ed.] – *The Cultural Studies Reader*. London: Routledge, 1993, p. 90-103.





Assim, expuseram de forma evidente o poder dos estereótipos enquanto actos comunicativos ao serviço de um exercício de estratificação social[31], ancorando-se na evidência teórica de que a representação de classes sociais menos favorecidas se presta mais a transposições visuais do que verbais. Do mesmo modo, durante os referendos francês e holandês, a captação de imagens de transeuntes em frente de cartazes pelo 'sim' e pelo 'não' colocou a tónica na centralidade das questões sociais que afectavam a vida das famílias (note-se, por exemplo, a figura de um pai passeando um bebé), no seio de uma opinião pública fortemente dividida [Figura 4].



[31] CONDOR, S. – ob. cit.

## Conclusões

A análise de imagens e representações culturais veiculadas pelos media ganha particular interesse quando direccionada para temáticas europeias – ou não se enquadrasse a Europa na noção de "comunidade imaginada", palco de permanentes negociações identitárias e escalas de pertença múltiplas. A análise da cobertura jornalística dos referendos à Constituição Europeia – tema particularmente permeável à reflexão sobre a informação e participação cidadã – deixou, contudo, entrever alguns limites subjacentes à construção sociocultural do Velho Continente.

Cumpre-nos reiterar, neste contexto, o forte desequilíbrio patente ao nível das fontes noticiosas: o estatuto dominante das *vozes* inscritas no quadro da legitimação do poder formal, no reverso do qual se inscreveu um *silêncio* noticioso sobre as entidades da sociedade civil, revelou que o tratamento mediático de assuntos europeus parece assimilar os limites intrínsecos das práticas do jornalismo político em geral.

As fotografias publicadas nos jornais em estudo constituem o prolongamento visual desta repartição desigual no que concerne aos protagonistas. Marcadas pela mesma lógica elitista e de poder que preside à escolha dos actores noticiosos, estas imagens tendem a veicular visões estereotipadas dos cidadãos comuns. Embora clarificando o papel do jornalismo na estruturação e representação da sociabilidade quotidiana, parecem encerrar todas as fragilidades inerentes à noção de "personagem-tipo". Ao claro potencial de síntese (descrição da fatia maioritária da realidade) que esta concepção pressupõe opõe-se, na verdade, um franco limite de representatividade (visão estereotipada que marginaliza as correntes minoritárias).

Em função destes traços definidores do tratamento jornalístico dos escrutínios ao TCE, parece-nos legítimo reconhecer nas notícias de imprensa a ideia de uma *janela* para o mundo. Trata-se, porém, de uma *janela* entreaberta, dando apenas preferência a algumas 'paisagens' sociais e culturais – em última análise, como o próprio processo de integração europeia.

## Fontes

Edições dos jornais *El País*, *Le Monde*, *Público* e *The Guardian* publicadas de 5 a 23 de Fevereiro de 2005 e de 14 de Maio a 4 de Junho de 2005.

## BIBLIOGRAFIA

ABÉLÈS, M. – "Homo Communautarius". In: KASTORYANO, R. [dir.] – *Quelle Identité pour l'Europe? Le Multiculturalisme à l'Épreuve*. Paris: Presses Sciences PO, 1998, p. 43-63.

ALMEIDA, R. – *Portugal e a Europa: Ideias, Factos e Desafios*. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

ANDERSON, B. – *Imagined Communities*. New York: Verso, 1991.

BARRENO, I. – *Um Imaginário Europeu*. Lisboa: Caminho, 2000.

BEE, C. and BELLO, V. – "A European model of public sphere: towards a networked governance model". Lecture delivered at the "Italian Political Association Society Annual Conference", Padova, 2004, September 15-17.

CONDOR, S. – "Social stereotypes and social identity". In: HOGG, A. and ABRAMS, D. [eds.] – *Social Identity Theory. Constructive and Critical Advance.* New York: Springer, 1990, p. 231-249.

DELANTY, G. – *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*. London: Palgrave Macmillan, 1995.

FITZGERALD, T. – "Media, Ethnicity and Identity". In: SCANNELL, P., SCHLESINGER, P. and SPARKS, C. [eds.] – *Culture and Power – A Media, Culture and Society Reader*. London: Sage Publications, 1992, p. 112-133.

FOWLER, R. – *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. New York: Routledge, 1991.

GANS, H. – *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon, 1980.

GOFFMAN, E. – *Frame Analysis*. New York: Free Press, 1974.

HALL, S. – "Encoding and Decoding in Television Discourse". In: DURING, S. [ed.] – *The Cultural Studies Reader*. London: Routledge, 1993, p. 90-103.

HOGG, A. and ABRAMS, D. [eds.] – *Social Identifications: A Social Psychology of Intergroup Relations*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1988.

HUXFORD, J. – "Beyond the referential: Uses of visual symbolism in the press. In: *Journalism*. London: Sage Publications, 2001, Vol. 2(1), p. 45-71.

KEVIN, D. – *Europe in the Media – A Comparison of Reporting. Representation and Rhetoric in National Media Systems in Europe*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003.

KUNDERA, M. – "L'Occident kidnappé ou la tragédie de l'Europe centrale". In: *Le Débat*. Paris: Les Éditions Gállimard, 1983, novembre, n.º 27, p. 3-22.

LIPPMAN, W. – *Public Opinion*. New York: Free Press, 1922.

LOPES, A. e REIS, C. – *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina, 1996.

MORLEY, D. and ROBINS, K. – *Spaces of Identity*. USA: The International Library of Sociology, 2000.

PICHLER, F. – "Affection to and exploitation of Europe. European identity in the EU". In: *Reihe Soziologie*. Wien: Institut für Höhere Studien (HIS), 2005, Mai, n.º 71.

RISSE, T. – "An emerging European Identity? What we know, and how to make sense of it". Lecture delivered at the University of Helsinki, 2003, April 25.

ROBERTSON, A. – *US, Them and Television News Narratives: Constructing Europe in TV News Broadcast* [Em linha]. University of Tampere, 2001 [01.09.02]. Disponível em WWW: <URL: http://www.uta.fi/conference/PAG/PAG papers alexa robertson.pdf >.

SCHLESINGER, P. – "Identities: traditions and new communities – a response". In: *Media, Culture & Society*. London: Sage Publications, 2002, Vol. 24(5), p. 643-648.

SILVEIRINHA, M. – "Take a walk on the wild side: Europeanizing from the centre". Lecture delivered at the Conference "Communication in Crisis", University of Massachusetts, Amherst, USA, 2007, March 31-April 1.

TUCHMAN, G. – *Making News: a Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press, 1978.

VASCONCELOS, A. – *Valores da Europa: Identidade e Legitimidade*. Cascais: Principia, 1999.

WIMMER, J. – "Counter-public spheres and the revival of the European public sphere". In: *Javnost – The Public*. Ljubljana: European Institute for Communication and Culture, 2005, Vol. 12(2), p. 93-109.

# Política, Estética e Ensino

# Aesthetica fascistica II
## Tradizionalismo e modernismo sotto l'ombra del fascio

Massimo Morigi e Stefano Salmi

MORIGI, Massimo; SALMI, Stefano – "Aesthetica fascistica II.
Tradizionalismo e modernismo sotto l'ombra del fascio."
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 119-133.

**Massimo Morigi.** Graduado em História Contemporânea pela Universiade de Bolonha. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

**Stefano Salmi.** Graduado em Ciência Política pela Universidade de Bolonha. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

*Salite in autocarro aeropoeti e via che si va finalmente a farsi "Fiat ars - pereat mundus", dice il fascismo, benedire dopo tanti striduli fischi di ruote rondini criticomani e, come Marinetti ammette, vuole la guerra lambicchi di ventosi pessimismi per fornire gratificazione estetica a un Guasto al motore fermarsi fra Italiani ma voi voi ventenni siete modo di percepire che è stato cambiato gli ormai famosi renitenti alla leva dell'Ideale e tengo a dirvi che dalla tecnologia. Questo è evidentemente spesso si tentò assolvervi accusando l'opprimente pedantismo la conseguenza finale dell'arte per l'arte. di carta bollata burocrazie divieti censure formalismi L'umanità che nei tempi di Omero era meschinerie e passatismi torturatori con cui impantanarono il oggetto della contemplazione degli dei ritmo bollente adamantino del vostro volontariato sorgivo a olimpici ora lo è per se stessa. La sua mezzo il campo di battaglia autoalienazione ha raggiunto un tale grado Non vi grido arrivederci in Paradiso che lassù vi toccherebbe che può vivere la sua autodistruzione come ubbidire all'infinito amore purissimo di Dio mentre voi ora un piacere estetico di prim'ordine. Questa è smaniate dal desiderio di comandare un esercito di la situazione della politica che il fascismo ragionamenti e perciò avanti autocarri ha reso estetica. Il comunismo risponde Urbanismi officine banche e campi arati andate a scuola a politicizzando l'arte. questi solenni professori di sociologia formiche termiti api castori* ***Walter Benjamin, L'opera d'arte nell'epoca della riproducibilità meccanica*** *Io non ho nulla da insegnarvi mondo come sono d'ogni quotidianismo e faro di una aeropoesia fuori tempo spazio I cimiteri dei grandi Italiani slacciano i loro muretti agresti nella viltà dello scirocco e danno iraconde scintille crepitano impazienze di polveriera senza dubbio esploderanno esplodono morti unghiuti dunque autocarri avanti Voi pontieristi frenatori del passo calcolato voi becchini cocciuti nello sforzo di seppellire primavere entusiaste di gloria ditemi siete soddisfatti d'aver potuto cacciare in fondo fondo al vostro letamaio ideologico la fragile e deliziosa Italia ferita che non muore*

*Autocarri avanti e tu non distrarti raggomitola il tuo corpo ardito a brandelli che la rapidità crudele vuol sbalestrarti in cielo prima del tempo Scoppia un cimitero di grandi Italiani e chiama Fermatevi fermatevi volantisti italiani aveva bisogno di tritolo ve lo regaliamo noi ve lo regaliamo noi noi ottimo tritolo estratto dalmidollo dello scheletro E sia quel che sia la parola ossa si sposi colla parola possa con la rima vetusta frusti le froge dell'Avvenire accese dai biondeggianti fieni di un primato Ci siamo finalmente e si scende in terra quasi santa Beatitudine scabrosa di colline inferocite sparano Vibra a lunghe corde tese che i proiettili strimpellano la voluttuosa prima linea di combattimento ed è una tuonante cattedrale coricata a implorare Gesù con schianti di petti lacerati Saremo siamo le inginocchiate mitragliatrici a canne palpitanti di Preghiere Bacio ribaciare le armi chiodate di mille mille mille cuori tutti traforati dal veemente oblio eterno*

## Filippo Tommaso Marinetti, *Quarto d'ora di poesia della "X MAS" (musica di sentimenti)*

Terminato da Marinetti poche ore prima della morte, avvenuta a Bellagio (Como) il 2 dicembre 1944, il ***Quarto d'ora di poesia della "X MAS"(musica di sentimenti)***, ci appare come l'estremo congedo dalla scena della storia di quella parte del fascismo che aveva creduto nella fine dello stato liberale e nel successivo ventennio come ad un'autentica esperienza rivoluzionaria, una rivoluzione, per intenderci, non sulla

falsariga di una "rivoluzione conservatrice" (che invece fu la forma propria e definitiva, con l'aggiunta del totalitarismo, del fascismo) ma bensì decisa a volgere le spalle alla tradizione per proiettarsi verso una lirica modernità. E se in questa modernità "la guerra sola igiene del mondo" rappresentava l'***ubi consistam*** della ***weltanschauung*** futurista (da questo punto di vista le aspettative verso il fascismo di questa avanguardia politico-letteraria non andarono certo deluse), il ***Quarto d'ora di poesia*** è anche la testimonianza della consapevolezza dell'inequivocabile fallimento dell'estetizzazione della politica, vero cuore del "progetto futurista" nella sua collaborazione-osmosi col fascismo giunto al potere. Una collaborazione-osmosi che Benjamin nella parte finale dell'***Opera d'arte nell'epoca della riproducibilità meccanica*** ha completamente smarrito a favore di una identificazione ***tout court*** fra futurismo e fascismo (Benjamin qui intense il fascismo solo come momento di pura reazione e non come il contraddittorio contenitore politico di tutte le pulsioni antiilluministe e irrazionaliste – perciò pure di sinistra e avanguardiste - ) e nella quale il ***Fiat Ars – pereat mundus***, non va inteso, contrariamente a quanto Benjamin giudicava, unicamente come il disvelamento delle pulsioni reazionarie del fascismo sotto il segno dell'estetizzazione della politica ma rappresenta anche la teleologia di tutte le avanguardie europee tese a sacrificare tutto pur di giungere alla fusione fra arte e vita (mentre il fascismo non si accontentò di una trasfigurazione artistica ma intendeva annullare la vita e la personalità individuale nel momento politico--totalitario). Una identificazione fra futurismo e fascismo che , se da un lato, non rende giustizia dell'alterità dei propositi dei futuristi e di Marinetti rispetto al fascismo, dall'altro risulta pure parziale nei riguardi dei rapporti del fascismo colla modernità artistico e letteraria, che non furono limitati solo al futurismo ma che, per oltre il primo decennio del regime, furono dal fascismo attivamente cercati e coltivati, riservando al futurismo il ruolo della pubblica certificazione dell'origine rivoluzionaria del regime, un inizio che per quanto frutto di una elaborazione mitologica delle origini faceva certamente gioco nei primi anni di consolidamento della dittatura.

Una dittatura la quale si rese subito conto che se voleva aspirare a durare doveva assolutamente cercare di incanalare nel suo alveo tutte quelle forze intellettuali ed artico-letterarie che erano state ostili ed estranee allo stato liberale ma che non per questo esprimevano un rifiuto della modernità. In altre parole, Mussolini era ben deciso a non ripetere l'errore che aveva minato alle fondamenta l'Italia giolittiana, l'assoluta indifferenza dello stato verso il momento intellettuale per concentrasi solo quelle che oggi noi chiameremmo i problemi strutturali (lo sviluppo industriale in un quadro interno di libera competizione fra le forze economico-sociali). Il risultato era stato un'assoluta ostilità degli intellettuali verso lo stato liberale, ostilità che sarebbe stato uno dei fattori decisivi per il suo tramonto.

Successore dello stato liberale e fermamente determinato a crearsi un consenso su tutte quelle forze che avevano contribuito alla sua fine (escluse quelle socialiste, ovviamente), i primi anni della dittatura di Mussolini saranno segnati dal tentativo non tanto di creare uno stato totalitario ma bensì di esercitare verso queste un'egemonia di fatto, intesa in senso gramsciano.

Ecco allora che, per stare al campo dell'arte, nell'anticamera del dittatore vedremo passare non solo i futuristi (i quali, a buon ragione, potevano vantare il merito di

"precursori" del fascismo) ma anche novecentisti, strapaesani, esponenti della pittura metafisica, astrattisti e via dicendo. E non bisogna pensare che tutto questo affollamento nella suprema stanza del potere fosse il frutto del classico saltare sul carro del vincitore, perché questo carro era stato appunto faticosamente costruito da quella gran parte dell'intellettualità che ora spingeva e faceva a gomitate di fronte al dittatore. Si trattava, in altre parole, non tanto di prostrarsi di fronte al dittatore, ma più semplicemente di andare a reclamare di fronte al proprio superiore (Mussolini) i dividendi della riuscita impresa (la morte dello stato liberale e l'instaurazione della dittatura).

I primi anni della dittatura mussoliniana non potevano quindi che tenere conto di questa sincera (ed allo stesso tempo assai interessata) volontà di condivisione delle sorti del regime. Era pertanto da escludere al momento l'edificazione di uno stato totalitario, il cui risultato immediato non sarebbe stato altro che introdurre all'interno del regime tutte quelle violente e mutualmente contraddittorie volontà di partecipazione che al momento risultavano assai più utili attraverso una libera e darwinistica competizione di fronte all'autocrate e non ricorrendo ad un loro casermesco inquadramento.

Questo sul piano delle arti significò non solo che al momento non era possibile affrontare il problema di un'arte di stato (perché ciò avrebbe comportato scegliere una corrente artistica scontentando tutte le altre) ma anche che, per quanto possibile, tutte le forme artistiche andavano

sostenute e sovvenzionate (questo a scanso di equivoci, purché la libertà di ricerca formale non fosse accompagnata da una eguale libertà contenutistica).

Visto con gli occhi non ottenebrati dalla partigianeria e con l'immeritato distacco che ci viene dal considerare vicende ormai trascorse da molti anni, è evidenza storica che il rinvio della costruzione della megamacchina totalitaria (verso la quale spingevano e la biografia politica del dittatore ed anche le sue più intime pulsioni) a favore di un autoritario mecenatismo di stato non risultò del tutto negativa per l'arte italiana.

Dal punto di vista degli artisti, costretti nel vecchio stato liberale ad essere totalmente esposti alle forze del libero mercato e quindi sovente a fare letteralmente la fame, l'essere inquadrati sindacalmente ed essere inseriti nello stato corporativo – potendo così accedere o a commesse di stato e di partito o comunque usufruire di un contesto relazionale intenzionato all'acquisto delle loro opere – costituì in molti casi un drammatico miglioramento nelle condizioni di vita. Ma sarebbe del tutto errato limitarsi a considerare unicamente il miglioramento della condizione di vita di molti artisti perché l'incontro-egemonia del regime con l'arte generò – almeno fino a quando non avvenne la sua ultima ed ineluttabile evoluzione nel totalitarismo – esiti che non furono sicuramente banali sul piano espressivo e che racchiudono anche potenzialità euristiche per la comprensione delle società postmoderne e postindustriali.

Quello che cioè si vuol qui sostenere è che se l'estetizzazione della politica così come fu effettuata dal regime fascista e nella quale l'arte rivestì un ruolo – come vedremo – non secondario fu certamente un'esperienza negativa e che, in ultima istanza, non poteva non evolvere verso il totalitarismo (estrema ed ultima deviante estetizzazione che invece che produrre un atto creativo totale, come avrebbero voluto le avanguardie, genera il suo simmetricamente contrario negativo fotografico dell'asservimento allo

stato totalitario), certamente l'assenza di un qualsiasi momento estetico nelle liberaldemocratiche democrazie industriali è altrettanto un fatto negativo, una negatività in cui l'indicazione benjaminiana per una "politicizzazione dell'arte" non può essere certo considerata una risposta non fosse altro perché le rivoluzioni rosse hanno prodotto, al di là della non secondaria conseguenza dell'eliminazione di ogni forma di libertà pubblica e privata, una accentuazione del momento auratico, accentuazione che storicamente si è manifestata non attraverso creazioni artistiche ma attraverso la sacralizzazione del potere politico.

La mostra del decennale della rivoluzione fascista del 1932 rappresenta forse il culmine di quei momenti espressivo-estetici di alto valore. Per l'allestimento della mostra, assumendo una decisione assai rischiosa ma che alla fine si rivelò vincente, Mussolini decise che era necessario ricorrere al linguaggio del modernismo, il solo in grado di garantire una partecipazione intensa, emotiva e coinvolgente all'evento. L'organo ufficiale del partito vantò l'impiego di una "schiera di artisti dell'avanguardia" e la mostra come disse Mussolini fu "estremamente moderna e ... audace, senza la malinconica raccolta di passati stili decorativi". Un'audacia che ancor prima di entrare, doveva essere percepita dal visitatore attraverso la rinnovata facciata del Palazzo delle esposizioni di Roma dove si teneva la mostra. Gli architetti razionalisti Adalberto Libera e Mario De Renzi vollero infatti che la vecchia facciata del palazzo fosse interamente nascosta da una immensa parete metallica e che questa fosse frontalmente ritmata da quattro giganteschi fasci di venticinque metri di altezza sempre metallici e che ai due estremi della stessa fossero poste due imponenti X, ancora metalliche ed alte sei metri. Si trattava di un assolutamente impegnativo ***incipit*** ma i momenti espositivi che sarebbero seguiti a questo shock estetico-emotivo si sarebbero mostrati assolutamente all'altezza di quanto esibito all'entrata. La sala del 1922 voleva simboleggiare la lotta fra il caos e il principio ordinatore rappresentato dal fascismo e l'architetto razionalista Giuseppe Terragni, cui era stata affidata la realizzazione di questa sala, pur non essendo un futurista, ne tenne ben presente la lezione nell'intimo dinamismo delle soluzioni adottate che rappresentavano un felice compromesso nella dialettica astrattismo-figurativismo. L'entrata alla sala era stata volutamente intesa per ingenerare un fortissimo shock negativo al visitatore fervente fascista. La prima cosa che questi doveva infatti notare erano autentici vessilli e bandiere dei dissolti partiti sovversivi. Ma l'angoscia così suscitata veniva immediatamente dissipata dall'immediata osservazione che questi simboli sovversivi stavano appesi al soffitto in virtù di fascistissimi pugnali dai quali erano trafitti. Il culmine espressivo della sala del 1922 era però la parete denominata ***Adunate***. Nella parte inferiore della parete erano rappresentate tre eliche d'aereo la cui immagine era composta dalle foto delle adunate di massa. Il resto della parete era infine ricoperto da una marea di mani in rilievo aperte nel saluto romano, a suggerire che il fascismo (saluto romano) promanava direttamente dal dinamismo delle masse, le eliche d'aereo composte con le foto delle adunate (la realtà ed anche il giudizio che Mussolini aveva delle masse, lo sappiamo, era diametralmente opposto ma qui non a caso siamo di fronte ad un tipico caso di arte totalitaria, cioè ad una rappresentazione esattamente opposta a quella che è la realtà). Le critiche da parte fasciste spesso entusiastiche a questa sala non riuscivano però a celare un elementare quanto imbarazzante dato di fatto.

Le influenze dell'avanguardia europea e, in particolare, che la tecnica del fotomontaggio, che era uno dei punti di forza della sala, era di diretta ispirazione dei futuristi-costruttivisti sovietici Melnikov e El Lissitzky e del dadaismo tedesco (dadaismo non certo in odore di fascismo). Inoltre, la marea di mani aperte nel saluto romano altro non era che una diretta citazione del manifesto elettorale ***Lavoratori, tutti devono votare nelle elezioni dei Soviet*** del costruttivista Gustav Klutsis per le elezioni sovietiche del 1927.

Mentre il contributo di Terragni alla mostra fu tutto inteso nella costruzione di un'estica che rappresentasse il dinamismo del fascismo e delle masse ricorrendo ad un simbolismo che traeva dalla modernità artistica i suoi spunti, nelle sale affidate a Sironi, l'espressione di questo dinamismo fu affidato ad una rilettura in chiave futurista ed avanguardista di vecchie e consolidate simbologie. Nella sala della marcia su Roma affidata a Sironi si poteva ammirare un bassorilievo di un'aquila in volo stilizzata affiancato dal tricolore. L'accostamento della bandiera col bassorilievo generava il profilo del fascio, antico-nuovo simbolo politico la cui tradizione promanava direttamente da Roma antica (l'aquila) ma la cui modernità politica, si intendeva suggerire, era una diretta emanazione dei più consolidati valori patriottici, la bandiera nazionale.

Il culmine della maestria sironiana fu però raggiunto nella Galleria dei Fasci, un allestimento dove l'artista fascista della prima ora riuscì effettivamente a creare un ambiente totalmente coinvolgente. Siamo qui in presenza di un lungo corridoio scandito da due energiche e massicce file di fasci. Questo doppio colonnato, che intendeva richiamarsi alla romanità e che aveva assunto come motivo ispiratore il principale simbolo del fascismo, conduceva ad un classicheggiante bassorilievo di un cavallo e del suo cavaliere col braccio destro proteso in avanti. La direzione indicata dal cavaliere era quella che il fascismo aveva impresso all'Italia ed era anche il percorso verso il momento culminante di tutta l'esposizione: l'entrata alla Cappella dei Martiri.

La realizzazione della Cappella dei Martiri fu affidata agli architetti Adalberto Libera ed Antonio Valente. Indubbiamente affidare il ***climax*** del percorso liturgico della mostra ai due architetti razionalisti fu una scelta rischiosa ma che si dimostrò vincente. Invece di una tradizionale e cimiteriale commemorazione il cui unico risultato non sarebbe stato altro che confermare un inseparabile iato fra i vivi e i morti, Libera e Valente concepirono un ambiente ispirato a criteri minimalisti e di assoluta economia e concentrazione simbolica. La Cappella dei Martiri (i caduti, cioè per la causa fascista) era costituita da una sala circolare la cui parete era ricoperta dalla parola "presente" ripetuta senza soluzione di continuità.

A risposta di questa parola ripetuta all'infinito, al centro della sala era posta una croce con la scritta "Per la patria immortale". Mentre spettralmente la sala continuamente riecheggiava di voci registrate che senza posa ripetevano la parola "presente" una crepuscolare illuminazione a luce rossa avvolgeva l'intero ambiente.

Nella cappella siamo di fronte alla soluzione finale del dramma rappresentato dalla mostra e dal fascismo. Nelle sue varie sale (ne abbiamo descritte solo alcune), il visitatore era stato posto di fronte a simbologie negative cui trionfalmente si contrapponevano i segni del fascismo vincitore (dalla rappresentazione della simbologia fascista all'esibizione di vere e proprie "reliquie" squadriste: vennero esibite camicie nere, gagliardetti, armi adoperate dalla squadracce, etc, e conmodalità

espositive aperte: i "sacri" reperti erano anche materialmente alla portata del visitatore non ricorrendo mai alla soluzione di rinchiuderli in teche trasparenti e questo favoriva immensamente l'immedesimazione con gli eventi rappresentati) ma di fronte al sangue che era stato necessario versare per redimere l'Italia (la luce rossa) siamo di fronte al più profondo disvelamento: il fascismo culto di sacrificio e di morte e in cui l'angoscia che questa suscita si annulla con il sorgere qui ed ora (presente) di una superindividualità collettiva (il presente ripetuto senza soluzione di continuità) che trascende la vita e la morte. In fondo la megamacchina totalitaria che in quegli anni cominciava ad aumentare i suoi giri, prendeva coscienza di sé e si annunciava con un messaggio che aveva più di un'analogia con quello portato avanti dalle avanguardie (e non a caso la realizzazione della Cappella dei martiri fu affidata a chi era ben a conoscenza dei procedimenti linguistici che potevano veicolare il progetto di un superamento dell'individualità). Solo che nel caso delle avanguardie si trattava di superare il confine fra arte e vita per la creazione dell'opera d'arte totale mentre nel caso del fascismo si volle creare la megamacchina totalitaria, la suprema forma di arte dove sì sarebbe avvenuto un superamento totale del vecchio modo di intendere la vita e l'individualità ma questo superamento si sarebbe mostrato non attraverso una trasfigurazione artistica ma con la nascita di in una ipostatica comunità di tutti coloro (viventi e non) che avevano combattuto e si riconoscevano nell'idea fascista.

I primi anni Trenta rappresentano, in effetti, l'inizio di una vera e propria luna di miele del fascismo con le opinioni pubbliche dei paesi industrializzati ed anche le élite culturali ed artistiche estere cominciavano a guardare con crescente simpatia all'esperimento "rivoluzionario" fascista. Di fronte ad un capitalismo selvaggio che dopo la crisi del '29 aveva dimostrato solo di saper unire al massimo della spietatezza sul destino del proletariato anche il massimo di inefficienza economica dilapidando a vantaggio di nessuno immensi patrimoni e di fronte ad un comunismo sovietico che agli osservatori più avvertiti e smaliziati già si profilava come un pauroso balzo all'indietro per la civiltà umana, era forse possibile una terza via? e forse questa speranza di fuoruscita dalle strette di una modernità sempre più disperante e soffocante poteva essere costituita dal fascismo italiano? In molti allora, e non solo in Italia, lo pensarono ; molti che vengono oggi – e giustamente – indicati come capisaldi della cultura democratica ed erede dell'illuminismo del Novecento non vollero certo convertirsi alla "luminosa" idea che si irraggiava dall'Italia ma ritennero che almeno fosse saggio mantenere aperte con questo fenomeno politico (proficue) linee di contatto e comunicazione. E non intendiamo qui riferirci alla disgraziatissima vicenda di Ezra Pound (la cui incomprensione della natura vera del fascismo fu pari solo a quella di Marinetti e che continua ***post mortem*** a pesare come un macigno: nei confronti dei suoi denigratori, dai quali è visto come l'archetipo del pensiero reazionario moderno, e da parte dei suoi odierni sostenitori, le destre estreme e razziste, che accettano appunto con gioia questo stereotipo) e nemmeno ad un Waldemar George, il quale pur partendo da posizioni moderniste, nel 1928 in una monografia sul pittore Filippo de Pisis, era arrivato ad affermare che "l'Italia ha creato una ideologia. Contro l'imperialismo del pensiero francese che domina

l'universo nel campo dell'arte, Roma oggi proclama un'opposta ed autentica estetica italiana. Questa esasperazione dell'idea nazionale, questo conscio ed appassionato sentimento etnico, questo attaccamento alle origini, può generale una

vitale, pulsante ed attiva forma di espressione? Io fortemente lo credo. Il fervore ha sempre offerto un terreno favorevole per il fiorire dei movimenti artistici.". Intendiamo, ancor più significativamente, volgerci verso ad una icona democratica e progressiva del secolo che si è appena congedato, a Charles Edouard Jeanneret, meglio noto come Le Corbusier, che nell'articolo del 1934 intitolato "L'esprit romain et l'estétique de la machine" affermava: "Io comprendo molto bene che, per quanto riguarda l'architettura e l'urbanistica, la questione è, in Italia, posta sotto il segno "Romano". "Romano" significa intraprendere, amministrare, ordinare. [...] Lo spettacolo attuale dell'Italia, lo stato della sua potenza spirituale, annunciano il fiorire imminente dello spirito moderno. Il suo splendore, in ragione della sua purezza e forza, farà luce sulle strade rese confuse dai vili e dai profittatori. E questo significherà un magnifico entusiasmo nella gioventù del paese, la quale, piena d'ardore, schiuderà l'aurora di una civiltà macchinista [...]. Fare il viso del paese. Farlo bello. Farlo coraggiosamente."

Si tratta di parole molto impegnative, che se difficilmente le si potrebbe confinare sul versante di un giudizio positivo riservato solo alle realizzazioni estetico-urbanistiche del regime (si tratta di un giudizio globalmente positivo sull'operato del fascismo, un apprezzamento che in parte è da ritenersi sincero e, in parte, è da considerare tributario della speranza di Le Corbusier di poter contribuire professionalmente all'edificazione delle nuove città rurali che si stava compiendo in quegli anni soprattutto nell'agro pontino), sono per altro rivelatrici che la collaborazione-egemonia del regime con il mondo dell'arte (nello specifico con gli architetti modernisti alla Terragni o alla Libera o più conservatori e classicisti come Marcello Piacentini) aveva dimostrato una fortissima efficacia propagandistica e questo all'estero come in Italia. E che non solo di propaganda nel senso classico e riduttivo della parola si trattasse, viene storicamente evidenziato da due incontrovertibili dati di fatto. Primo. Dopo una iniziale fase di mera presa di possesso e controllo delle istituzioni culturali ed artistiche, periodo in cui il regime si disinteressò sostanzialmente di instaurare un rapporto organico con le correnti artistico-letterario italiane, assistiamo successivamente al progressivo formarsi di un vero e proprio atteggiamento mecenatesco del regime, il quale pur non arrivando ancora a formulare una dottrina per una vera e propria arte di stato (a rigore non vi si arriverà mai) attraverso la bocca dei suoi principali esponenti (nel caso in specie Mussolini e Bottai) pur affermando (e praticando) la più ampia libertà e possibilità di espressione formale, cercherà di far leva sullo strumento della commissione e degli incarichi per indirizzare gli artisti verso le soluzioni che di volta riteneva più opportune. Siamo quindi di fronte ad un atteggiamento totalmente eclettico da parte di Mussolini e del suo regime, che come nel caso della mostra del decennale della rivoluzione fascista portando alla collaborazione-sovrapposizione fra le espressioni più moderne del modernismo architettonico di Libera e Terragni con le migliori istanze novecentiste-tradizionaliste (Sironi) diede luce ad un evento estetico di assoluta rilevanza anche internazionale, ma che in altre assai meno felici circostanze, come nel caso dell'edificazione delle città pontine, accanto a risultati di buon rilievo, vedi Sabaudia, originò veri e propri disastri urbanistici, ridicole sovrapposizioni fra la retorica antiurbanistica della ruralità e quella dell'allora incipiente romanità.

Secondo. Al di là degli insuccessi o dei disastri, l'eclettico mecenatismo di stato di questi primi anni Trenta non risultò mai una cappa soffocante per le ricerche

formali. Nelle varie esposizioni, provinciali, regionali fino a giungere alla prestigiosa Biennale di Venezia, accanto a pittori novecentisti esponevano futuristi, espressionisti fino a giungere agli assolutamente ostici (certamente così agli occhi del regime) e figurativamente idiosincratici astrattisti. E se vi erano artisti, fra i meno dotati e affermati, comunque, che per compiacere i desiderata del regime si producevano in opere di pura oleografia propagandistica (vedi per es. l'***Incipit novus ordo*** vincitore della biennale di Venezia del 1930 nella sezione a tema sponsorizzata direttamente dal partito fascista, una piatta allegoria pittorica di Arnaldo Carpanetti dove le quadrate schiere fasciste sbaragliano una scomposta marmaglia sovversiva – e dove però per eterogenesi dei fini la marmaglia risulta più interessante ed umanamente ricca delle quadrate schiere – ), vi erano anche dei Mario Sironi che, sempre alla Biennale di Venezia del 1930, presenterà ***Pascolo***, dipinto sicuramente pervaso di intenso lirismo ma che non risparmiò all'artista fascista per antonomasia gli stizziti commenti di Mussolini che non gradiva assolutamente le deformazioni anatomiche sulla figura umana operate di solito da Sironi e particolarmente evidenti nell'opera in questione. Per non citare i soliti futuristi che non contenti dei buffi ed inquietanti automi di Fortunato Depero o delle "stravaganze" (sempre agli occhi di Mussolini, che per soprammercato sul futurismo per ragioni di opportunità politica era costretto a tacere e quando parlava non poteva far altro che elogiarlo) delle aeropitture come ***Aeroarmonie*** del futurista Osvaldo Peruzzi, presentata alla Biennale di Venezia del 1934 nel salone appositamente dedicato agli aeropittori futuristi, arrivano nella rappresentazione del duce ad involontari effetti caricaturali, come in ***DUX*** di Ernesto Michahelles, detto Thayhat, una sorta di busto in ferro e acciaio dove il viso di Mussolini subisce una così profonda stilizzazione da perdere qualsiasi tratto umano e finisce coll'assomigliare ad un elmo corinzio (ed il comico fu che Mussolini dichiarò – e ci piacerebbe veramente sapere se sinceramente o no ma quando si trattava di futuristi il duce era sempre molto diplomatico – "questo è Mussolini come piace a Mussolini") o come nella ***Sintesi plastica del Duce*** del futurista Prampolini, ritratto dove la comicità è assolutamente voluta (anche se ovviamente non derisoria) e dove la rappresentazione stereotipizzata del volto di Mussolini è ottenuta, come in una sorta di Arcimboldo cubista, tramite l'accostamento, anziché di elementi naturali, di piani geometrici; per finire con il veramente al di là del bene e del male ***L'impero balza dalla testa del Duce*** di Ferruccio Vecchi, dove sul capo di un Mussolini dall'aspetto tanto feroce da sembrare una testa di cinghiale da appendere al muro, si erge un altro Mussolini, nudo a figura intera con muscolatura da culturista, che brandisce un fascio littorio e una spada.

Di fatto, in nessun altro regime del periodo, fosse questo tendenzialmente autoritario o totalitario o democratico, le arti figurative e plastiche (non parliamo della letteratura, è evidente, perché la parola, è ovvio, necessitò sin dall'inizio della dittatura di un regime "particolare" di tutt'altro segno) furono finanziate ed anche lasciate (relativamente) libere come accadde nei primi anni Trenta sotto il regime fascista. Ma quello che poteva costituire un ***unicum*** della storia del Novecento, cioè un regime dittatoriale e reazionario nella sfera delle politiche pubbliche che però in fatto di arte si tramuta in munifico ed anche amante della libertà espressiva, si rivelò in brevissimo tempo una amara illusione. Note sono le ragioni che portarono a questo tragico risveglio. Innanzitutto la natura composita del fascismo che se, solo per

rimanere nel campo dell'arte, fra le sue fila poteva annoverare all' "ala sinistra" novecentisti bontempelliani, novecentisti sarfattiani, futuristi e architetti razionalisti, nel settore di destra comprendeva gruppi che vedevano come fumo negli occhi il "generoso" mecenatismo di regime dei primi anni Trenta. E se i rondisti e i selvaggi strapaesani rappresentavano in fondo la minoranza dell'intellettualità che dava appoggio al regime, costoro non erano affatto in posizione subordinata in fatto di rappresentatività del sentire profondo del partito fascista, che decisamente spingeva per porre fine prima possibile al regime del mecenatismo di stato e alla possibilità di libera sperimentazione in campo artistico al fine di imporre come arte di stato un tradizionalistico e piatto figurativismo intrinsecamente più adatto a propagandistiche manipolazioni romano-imperiali. La seconda ragione è più di tipo politologico e riguarda le dinamiche interne dei regimi autoritario-dittatoriali che generalmente spingono successivamente all'edificazione di sistemi totalitari. Durante i primi anni Trenta la scelta di Mussolini, ritenuti acquisiti il consolidamento della dittatura e la sconfitta delle opposizioni, era stata allargare la base di consenso del regime. In quest'operazione il mecenatismo di stato aveva rivestito un ruolo di primaria importanza ed anche in ragione di questa scelta "illuminata" nel campo dell'arte, il regime aveva acquisito un "pieno" di consenso (la mostra del decennale della rivoluzione fascista, vero proprio ***trait d'union*** fra momento politico di autorappresentazione del regime e ricerca formale artistica, era stata un travolgente successo in termini di partecipazione popolare e di apprezzamenti positivi, anche all'estero). Ma oltre a questo "pieno" non era possibile andare e insistere in questa direzione avrebbe rischiato di minare le fondamenta stesse della dittatura (che senso avrebbe avuto infatti un regime reazionario dove tutti avessero preteso una effettiva libertà espressiva, come era accaduto nel campo dell'arte?). Era perciò necessario mettere a frutto il consenso riscosso e passare ad una successiva fase. Si trattava quindi ora di dare finalmente ascolto a quanti nel partito, la maggioranza, non avevano mai digerito il mecenatismo di stato, ed apprestarsi alla costruzione di quanto da sempre era stata la teleologia vera e più intima, anche se mai del tutto svelata, del fascismo e di Mussolini: la costruzione della megamacchina totalitaria, vera e propria traduzione – ma anche simmetrico negativo rovesciamento – nel momento politico di quello che era sempre stato il programma delle avanguardie storiche, il superamento cioè dell'arte in un momento più alto e significativo. Con una piccola differenza. Mentre per le avanguardie storiche, compreso il futurismo, il superamento dell'arte avrebbe significato il supremo momento creativo ma a livello individuale (la fusione fra arte e vita), per il fascismo giunto alla sua maturazione totalitaria il superamento doveva riguardare sia l'arte che l'individuo per attingere al superindividuale ed olistico momento creativo rappresentato dallo stato totalitario.

Più che nella versione benjaminiana secondo cui il fascismo si presenterebbe come il sostituto di un'auraticità messa in crisi dall'entrata in scena dai mezzi di riproduzione meccanica (foto e cinematografia ***in primis***), l'evidenza storica ci presenta una situazione dove lo stato fascista è l'agente primario del trasferimento auratico all'interno della megamacchina totalitaria. In questo senso, l'estetizzazione della politica pur rimanendo forse il concetto fondamentale per capire il fascismo (e a nostro giudizio tutti i totalitarismi), dà anche ragione – oltre al finale precipitare nella guerra del fascismo, come indica Benjamin, in cui la morte stessa è evento

spettacolare agli occhi di un'umanità esteticamente fascistizzata e oltre alle necessità meramente propagandistiche e di inquadramento delle masse – della vera e propria ossessione dell'ultima fase del regime per lo stile e per la forma. L'uomo nuovo fascista non solo doveva essere atletico e attendere a tutti i numerosissimi esercizi paramilitari e celebrazioni che infestavano il calendario (come questo dispendio emotivo-energetico fosse compatibile con il ridotto apporto calorico cui aveva accesso il popolo e con la retorica ufficiale della frugalità alimentare solo Dio lo sa) ma doveva altresì adottare uno stile epistolare più rapido e parlare in modo più diretto abolendo il voi in favore del tu (veramente comiche a questo proposito le circolari staraciane ma meno comiche ed anzi lugubri le vignette a favore del tu che comparvero sui principali quotidiani nazionali, dove di solito il voi veniva fatto giacere sotto una pietra tombale).

E che si trattasse di qualcosa che andava oltre la propaganda ma della realizzazione di qualcosa di più intimo e profondo, la concretizzazione insomma dell'intima pulsione fascista di estetizzazione della politica attraverso la realizzazione dello megamacchina totalitaria, lo apprendiamo dalle fonti interne dello stesso regime, come quando un passo del ***Diario di Ciano*** ci restituisce un Mussolini che personalmente crea e progetta nei dettagli una sfilata militare e poi, per paura che le sue indicazioni non vengano rispettate alla lettera, si mette a spiare le evoluzioni militari dietro alle tende del suo studio. La surreale e voyeuristica scena del duce che osserva e spia nascosto da pesanti tendaggi è del resto del tutto conforme allo spirito dell'ultima fase del regime prima della guerra, quella cioè dell'alleanza con la Germania.

Un'alleanza dove il regime immolò sull'altare di una folle intesa militare e della conseguente imitazione dei tratti più bestiali e deteriori dell'alleato nazista (fatta salva, ovviamente, l'efficienza militare tedesca, del tutto irriducibile alla pappagallesca – ma tragica – scopiazzatura ideologica e stilistica operata dal fascismo sul nazismo), quelli che erano stati i (pochi) tratti non del tutto ignobili di solo qualche anno prima. Difficile in questa ultima evoluzione del regime individuare la vicenda che meglio si presta ad illustrare il rapporto fra arte e fascismo in seguito all'alleanza con la Germania. Se anche in Italia non si giunse alla cosiddetta esposizione dell'***Entartete Kunst*** (arte degenerata), e questo soprattutto per merito di Marinetti che si impegnò personalmente presso il duce perché non si ripetesse in Italia questo sconcio, anche sul versante artistico l'Italia non era altro ormai più che una pallida e ridicola caricatura della più forte alleata. (E chi inserire fra l'altro fra gli artisti degenerati?): alla luce dei canoni estetici che calavano ora dalla Germania, secondo i quali tutto ciò che si allontanava da un agiografico e piatto figurativismo era da considerare degenerato, la maggior parte degli artisti che sinceramente in passato avevano accondisceso alle "glorie" del regime sarebbero stati ora da considerare degenerati senza possibilità d'appello.

Questo anche per significare il grado di confusione mentale e politica in cui in quel periodo piombarono Mussolini e il suo regime. Il premio Cremona istituito da Farinacci a partire dal '39 costituisce il tentativo più evidente del fascismo di assumere gli stilemi estetici nazionalsocialisti. Ai partecipanti alla rassegna – artisti sempre poco quotati e assolutamente ligi ai diktat del regime – non era concessa alcuna libertà espressiva dovendo essi limitarsi ad illustrare temi e soggetti stabiliti in anticipo. Ad imitazione di quanto in similari mostre veniva fatto in Germania, il tema da illustrare

poteva riguardare l'ascolto del discorso del duce – anziché di Hitler – alla radio, tema assegnato alla prima edizione della rassegna nel '39, oppure nell'edizione del '41, la rappresentazione della gioventù del littorio.

Solo per limitarci alla critica estetica di queste due edizioni, nei dipinti del '39, la rappresentazione della auscultazione del discorso del duce viene di solito effettuata ricorrendo ad una pittura esemplata su moduli giotteschi, con semplici e statiche composizioni di masse umane cui fanno da sfondo scenari naturali che richiamano indeterminate e quasi metafisiche località collinari o montane di un indeterminato centro Italia. Nonostante è da supporre che non rientrasse nelle intenzioni degli autori, il senso prevalente di queste opere è un senso di gelida staticità.

Nel '41 con la rappresentazione della gioventù italiana del littorio, ci si volle avvicinare agli stereotipi estetico-razziali ariani. Operazione miseramente fallita, se teniamo conto che il primo classificato di questa edizione è un dipinto dove si vedono giovani donne e uomini prima (o dopo, questo non è ben chiaro) dell'esecuzione di esercizi ginnici. Sulle donne nulla di particolare da rilevare mentre è attraverso la rappresentazione dei ragazzi (in pantaloncini da ginnastica e a torso nudo) che si disvela persino l'incapacità imitativa rispetto allo stereotipo razziale tedesco. La muscolatura dei ragazzi, in effetti, è in rilievo ma questa definizione non è quella di corpi abituati a duri esercizi sportivi ma è il triste frutto di una quasi impressionante magrezza. Addirittura in un torso di un ragazzo che ci volge le spalle rinveniamo i segni del paramorfismo delle scapole alate.

Se non ci fosse da piangere, verrebbe da ironizzare sul fatto che la retorica di regime sulla nazione preparata anche razzialmente e nella umana fisicità alla guerra nulla poteva di fronte alle ristrettezze alimentari del periodo che in maniera così crudele affliggevano il corpo non solo della gioventù ma anche di tutto il resto del popolo italiano.

Ma assolutamente nessun sorriso possono strappare gli odiosi e dementi articoli che Pensabene ed Interlandi rovesciavano sulle pagine di ***Quadrivio*** e de ***Il Tevere***. Per questi due zelanti interpreti della fase terminale del fascismo nazificato, i nomi più famosi e illustri del Novecento italiano, come Carrà, De Chirico, De Pisis dovevano essere liquidati come arte inquinata razzialmente (di ispirazione ebraica) e comunque non fascista, internazionalista, in altre parole degenerata; uguale giudizio subiva l'espressionismo della scuola romana; tutti i futuristi, con in testa il per loro incomprensibile e certamente scomodo Martinetti venivano gettato fra gli inferi delle forme d'arte verso le quali il fascismo avrebbe dovuto separare decisamente le proprie sorti; stesso destino bisognava riservare all'architettura razionale dei Terragni e dei Libera e poco importa se in un recentissimo passato l'architettura razionale italiana era stata uno dei biglietti da visita che il regime aveva ritenuto da spendere all'estero per dissipare definitivamente la propria fama di anticultura e di brigantaggio politico (istruttivo a tal proposito il già citato episodio di Le Corbusier) e se la relativa libertà espressiva dal punto di vista formale degli artisti italiani era stata al contempo e una esperienza unica nel panorama mondiale del '900 di un proficuo - anche se pesantemente eterodiretto dal potere politico - rapporto fra arte e potere ed anche un indiscutibile segno - poi smentito miseramente dai fatti – della "normalità" del fascismo rispetto alle democrazie industriali dell'epoca; regimi democratici i quali, anche in virtù della liberalità dell'inizio degli anni '30 del fascismo nel campo delle

arti, erano stato indotti a considerarlo solo come una sorta di rude reazione contro il sovversivismo rosso e non certo quella drammatica catastrofe delle civiltà che si manifestò in seguito attraverso il tentativo di edificazione della megamacchina totalitaria.

L'umanità che nei tempi di Omero era oggetto della contemplazione degli dei olimpici, ora lo è per sé stessa. La sua autoalienazione ha raggiunto un tale grado che può vivere la sua autodistruzione come un piacere estetico di prim'ordine". Il giudizio che Benjamin dava sulle pulsioni autodistruttive e suicide indotte dalla estetizzazione della politica nata sotto il segno del fascismo totalitario, non furono sopite dalla dipartita dalla storia dei regimi che l'avevano generata. E se già sarebbe altamente discutibile attribuire al defunto regime sovietico l'intento di "politicizzazione dell'arte" (a rigore una radicale politicizzazione dell'arte vollero compiere anche la Germania nazista e la fase terminale del fascismo ma se vogliamo riferirci all'edificazione della megamacchina totalitaria come suprema forma d'arte, allora in fatto di "estetizzazione della politica" l'ex Unione sovietica e gli analoghi regimi più o meno appartenenti al blocco sovietico del secondo dopoguerra nulla ebbero da imparare dalla Germania nazista e dall'Italia fascista), non si può nemmeno affermare che le moderne democrazie occidentali siano proprio al riparo dai fantasmi del passato. In aggiunta alla comprovata incapacità delle liberaldemocrazie di saper ottemperare a livello di efficaci politiche pubbliche ai loro stessi enunciati ideologici (fornire cioè alle popolazioni da questi regimi governate quel ***minimum*** di libertà, prosperità, cultura ed appartenenza che rendano la vita all'interno della ***civitas*** degna di essere vissuta, in altre parole la versione ammodernata e privata della schiavitù della ***polis*** di aristotelica memoria), la nostra attuale era della iperriproducibilità elettronica, oltre a mettere in radicale discussione le estetiche kantiane in misura ben oltre maggiore di quello che tentarono le avanguardie novecentesche (non possiamo nemmeno concepire una fusione fra arte e vita perché se l'auraticità aveva forse secondo Benjamin una sua estrema ridotta nel culto delle stelle del cinema, oltre che naturalmente nella fascistica "estetizzazione della politica", ora con le tecnologie informatiche l'assoluta autonomia dell'immagine risulta da un lato come il definitivo ***de profundis*** verso la tradizione generatrice di auraticità e dall'altro introduce una assoluta autoreferenzialità tecnologica generatrice di senso ben al di là della agognata e mai veramente raggiunta unione di arte e vita di avanguardistica memoria), è anche percorsa da incubi e fantasmi la cui ***aiesthesis*** se certamente deve molto alla nuova frontiera elettronica è anche parimenti debitrice di quella ***aesthetica fascistica*** che per Benjamin rischiava di rendere la fine del mondo uno spettacolo gradevole.

Per scendere nel concreto: quale inquietante ed eversivo segno estetico unisce il necrofilico e raccapricciante plastinatore Gunther von Hagens al retoricamente efficace ***In remembrance of the Wehrmacht***? quale legame con le immaginini della vita di Benito Mussolini con sottofondo della canzone ***Io*** di Gianna Nannini o con il capitan Harlock, la cui effige e il jingle italiano del manga animato giapponese è impiegato come veicolo di promozione politica da un gruppo xenofobo di estrema destra? (e innumeri altri esempi di inquietanti presenze internettiane a cavallo fra culto della morte e/o politica estremistica di estrema destra e nuova ***aiesthesis*** potrebbero essere fatte). Verrebbe facile rispondere che sebbene attraverso altre vie rispetto a quelle temute da Benjamin (la vittoria del fascismo), alla fine l'estetizzione

della politica sta prendendo la sua rivincita e prima dimorando e poi risalendo attraverso i nervi virtual-internettiani delle moderne società industriali si appresta a colpire in un futuro più o meno lontano le sfiancate liberaldemocrazie che finora seppero resistere alla sfide portate dai totalitarismi ma che non seppero dare un senso alla vita delle popolazioni da esse (e attraverso esse) governate.

Ma sarebbe una risposta con – riteniamo – una analisi giusta (le potenzialità catastrofiche rispetto alla civiltà giudaico-cristiana di una ***aiesthesis*** svincolata attraverso l' iperriproducibilità elettronica dalla tradizione e con unico punto di riferimento fascistiche pulsioni estetiche ed autodistruttive) ma viziata da un pessimismo così profondo la cui ultima conseguenza non sarebbe altro che il rifugio nelle cupe postmodernistiche utopie alla Fukuyama.

"Bacio ribaciare le armi chiodate di mille mille mille cuori tutti traforati dal veemente oblio eterno". Con un oblio eterno non accettato passivamente, trasfigurato dall'amore fraterno e la cui ineluttabilità ci trasmette il senso drammatico (ed eticamente denso) della condizione umana, si concludeva l' ***aiesthesis*** e la vita di Filippo Tommaso Marinetti. L'***Angelus Novus*** trascinato lontano dall'umanità che vorrebbe soccorrere da un impetuoso vento contro cui non può opporsi è , in un certo senso, il sigillo della vita di Walter Benjamin spesa per l'utopia.

Forse non tutte le estetizzazioni della vita e della politica sono malvagie e dell'utopia condividono il destino e la profonda moralità.

# Cineastas de entre as duas Grandes Guerras
# Testemunhos e Actores da História
# mundial da 7ª arte

José Alexandre Cardoso Marques

MARQUES, José Alexandre Cardoso – "Cineastas de entre as duas Grandes Guerras – testemunhos e actores da história mundial da 7ª arte."
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 135-148.

**José Alexandre Cardoso Marques.** Doutor em Estudos Cinematográficos e Audiovisuais pela Universidade de Paris III - Sorbonne Nouvelle. Professor Auxiliar da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

## Os Anos do Documentário

Nos prelúdios da História Mundial do cinema todos os criadores de "imaginários" denunciam uma postura em permanente ebulição. Assim, em França; os irmãos Lumière[1], tornam-se os pioneiros da pantalha, Skaladanowski, na Alemanha; William Paul[2], na Bretanha; Muybridge[3] e Edison[4] nos Estados Unidos etc. Entre nós, Aurélio Paz dos Reis é um dos precursores seguindo o movimento mundial criando como os anteriores, filmes documentários. Os pioneiros registavam, na maior parte dos casos, cenas da "verdadeira vida", muito real, que se podiam, em termos comparativos, qualificar hoje de cenas do nosso quotidiano.

Qual é então a especificidade do documentário face às outras produções cinematográficas?

No início do século XX, podemos dizer que, por oposição ao filme de ficção, a sua finalidade é didáctica, tem por vocação de instruir e informar o público, englobava todos os temas, como o inquérito social, a geografia ou a actualidade.

---

[1]Louis e Auguste Lumière vivem na atmosfera dos estúdios fotográficos Lyonnais de Antoine Lumière, o pai. Instalam-se mais tarde em locais mais adaptados do bairro Montplaisir, onde levam a cabo com toda a liberdade as suas investigações. Nos anos 1880, difunde-se o uso de placas fotográficas em gelatinobromuro. Louis aperfeiçoa o princípio e organiza a sua fabricação industrial. Estas placas Lumière obtêm no mundo inteiro um sucesso sem precedentes e são conhecidas pelo nome famoso de *étiquettes bleues*. Os irmãos Lumière reúnem-se muitas vezes para expor um ao outro os resultados de suas investigações. E o estímulo é tal que registam incessantemente novas patentes. Louis encontra finalmente a solução e construído o aparelho definitivo, faz então o seu filme: *A saída dos operários da fábrica Montplaisir*. Uma primeira patente é registada em Fevereiro de 1895. Louis Lumière não reivindica o registo das imagens animadas, nem a reprodução do movimento, nem sequer a projecção, mas apenas "um novo aparelho que serve para a obtenção e visão das provas cronofotografadas". O seu cinematógrafo mostra-se exemplar. O aparelho compacto, leve, com bom desempenho é capaz de servir simultaneamente de câmara e de projector.

[2] Robert William Paul fazia investigações sobre as imagens animadas e cria o Bioscópio. O cinema inglês deve o seu desenvolvimento ao kinetoscópio de Edison, surgido na Oxford Street em 1894. É graças a um vazio jurídico que ele invade a Inglaterra. De facto, o aparelho não está abrangido por nenhuma patente. O fabricante de instrumentos ópticos, Robert William Paul aceita construir um, depois muitos outros por sua própria conta. Mas o aumento desta produção exige muita película que - esta sim - está coberta por copyrights internacionais e apenas os proprietários de "verdadeiros" kinetoscópios têm acesso à película. Assim, Robert William Paul fabrica a sua própria câmara, mas a fotografia não é o seu forte. Pede então ajuda a Birt Acres. Estes dois pioneiros trabalharão juntos durante um certo tempo, até que divergências comerciais os separam. Robert William Paul, como realizador, lança-se numa espécie de manifesto, e define a orientação da sua produção: *o público já viu muitos comboios, eléctricos e autocarros*. Ele admira o mestre francês Georges Méliès e trabalha a fim de elevar a sua técnica de filmagem elementar ao nível deste último. A partir de 1902, produz filmes de magia e com trucagens, Robert William Paul é também levado a filmar, para fins de propaganda, uma série de actualidades reconstituídas. Em relação às actualidades de Méliès, têm a vantagem de serem filmadas em ambientes naturais e de parecerem autênticas. Este período é um dos mais profusos da história do cinema inglês.

[3] Muybridge começa as suas experiências fotográficas sobre objectos em movimento, por volta de 1872.

[4] Thomas Alva Edison cria o kinetoscópio. Parece uma espécie de pequeno móvel munido de um visor na parte superior. O seu princípio é fazer passar uma moeda na fenda e, no visor pode-se ver desfilar muito rapidamente várias centenas de imagens fotográficas que reproduzem realmente cenas animadas. O resultado seria extremamente interessante se projectasse estas imagens num ecrã, diante de um público numeroso. Este sistema não permitiu uma iluminação suficiente das imagens. No início, são conquistadores de um novo tipo que vão transformar uma pequena aldeia sob o nome de Hollywood na última fronteira do oeste americano, na Califórnia, a capital mundial do cinema. Nesse início do século XX Edison alimenta uma feroz guerra de patentes para consolidar o seu monopólio de controlo das salas "os Nickelodeons" nos E.U.A.

Graças às câmaras como por exemplo a Aaton de 16mm, que eram, como para os chefes de orquestra, as suas batutas mágicas, o real iluminava-se e estes jovens cineastas diziam que assim tudo seria possível, tinham mais sensibilidade para o cinema documental. Exemplo disso é *Nannok, o Esquimó* de Flaherty[5] rodado entre 1920 e 1922 no Pólo Norte.

Entretanto, noutras latitudes, uma nova maneira de filmar surgiu da tertúlia da Escola Soviética do documentário que tem como pilar Dziga Vertov[6]. Em 1929, publica o *Manifesto do Kino Glas* ou *Cine-olho* com o qual define a ideia de que o cinema deve, fundamentalmente, incidir sobre a vida real e liberto da ficção. Podemos citar três filmes: *O décimo primeiro ano, O homem da câmara,* ambos de 1929, e *Três cantos sobre Lenine,* de 1934. Vertov falava assim do seu filme:

> O homem da câmara, é uma tentativa para representar os factos com uma linguagem inteiramente cinematográfica. Rejeitamos totalmente as linguagens e os procedimentos do teatro e da literatura[7].

Neste filme denota-se já que o cinema tem uma linguagem cinematográfica própria e que a câmara, é um objecto invisível por excelência, facto que se torna bem patente ao longo de toda a película. Mesmo o operador com a máquina de filmar é mostrado agarrado a um muro, no meio da multidão. A sua influência no estrangeiro é considerável tanto pelos seus filmes como pelos artigos publicados a ponto de inspirar na Holanda, o cineasta Joris Ivens, na Grã-Bretanha *O grupo documentarista* de Grierson bem como o grupo *Frontier Films* nos Estados Unidos.

Em França, o cineasta de origem brasileira Alberto Cavalcanti instalado em Paris desde 1920, cenógrafo dos cineastas franceses Herbier[8] e Delluc[9], cria a surpresa em 1926 com seu filme *Só as horas* . Este filme trata da descrição da vida quotidiana parisiense denotando-se já uma pesquisa de qualidade e de um certo realismo. No ano seguinte, com outro filme *En Rade*, anuncia as origens do que viria a ser o futuro cinema francês. A sua perspectiva de evolução na direcção de um realismo documentário é tão nítida que John Grierson convida-o para a Grã-Bretanha em 1934

---

[5] Robert Flaherty, realizador americano (1884-1951). O seu primeiro filme foi *Nanouk of the North*.

[6] Em 1924, o cinema soviético entra finalmente no início da vanguarda artística. Os realizadores de "tendência tradicionalista" desaparecem muito rapidamente e dão o lugar aos inovadores. Entre estes, Dziga Vertov pretende captar a realidade ao vivo. Os seus filmes de "cinema-verdade"e "cine-olho" são extraídos de uma massa considerável de documentos sobre a vida quotidiana, o trabalho, os crimes, os acidentes ou as comemorações, por exemplo. Ilustram a sua teoria segundo a qual a montagem é o meio de conferir um sentido à experiência.

[7] *Thèses pour le Ciné-Œil,* de 1924. Primeira publicação na recolha *de Dziga Vertov, Staty, Zamysly.*

[8] Marcel L'Herbier é igualmente um dos mestres da escola impressionista. Requintado, apaixonado pela arte e pelas investigações, devemos-lhe *Eldorado* em 1921, que é sem dúvida a sua obra mais completa. Cuida particularmente da plástica e compõe quadros que dão um estilo identificável à sua obra, utilizando tons vaporosos, deformações e cenários audaciosos, como nos seus filmes *L'inhumain* e *L'argent.*

[9] Louis Delluc, o primeiro crítico francês de cinema, igualmente realizador e escritor, constitui o seu eixo, aplicando pessoalmente as suas teorias ao ecrã. Concebe os seus cenários muito mais como poemas do que como narrativas. Filma *Fièvre*, em 1921, e *La femme de nulle part*, em 1922, onde utiliza a unidade de lugar e de tempo bem como os retrocessos. Desde muito cedo é pioneiro e apaixonado pelo cinema e tenta dar aos filmes o seu estatuto de bem cultural. Pertence a um movimento, animado por Canudo, o inventor do termo 7ª arte, como Moussinac e fazem nascer os primeiros cine-clubes nos anos 1920. Estes espaços desempenham um papel capital no reconhecimento da cultura cinematográfica.

para aí começar uma segunda carreira. No trilho de Cavalcanti, surge Georges Lacambe, com o filme *La Zone* onde revela um sentido da imagem insólita e, por vezes cruel na descrição dos mendigos e miseráveis disseminados pela urbe parisiense. Duma maneira geral este movimento francês focaliza a imagem do homem como o objecto central da sétima arte. Jean Vigo[10] no seu primeiro filme *A Propos de Nice* de 1929 é censurado. Esta curta-metragem tem por função sensibilizar o público sobre a precariedade de um certo meio social e choca as autoridades da época. Vigo insurge-se, claramente, contra a sociedade burguesa e põe em prática o *Cine-olho* dos russos. Com *Zéro de Comportamento* de 1932 e *L'Atalante* de 1934 impõe-se mundialmente. Jean Vigo defende como suporte das suas realizações *um ponto de vista documentado.*

Nesta época, anos 1930, sob a influência de Vigo, Jean Painlevé, antigo médico cria o filme científico. Este, cria e obtém, através da fotografia dos micróbios dos animais, uma verdadeira arte em filmes de alto valor estético, didáctico e científico. Os grandes planos com a sua iluminação e a sua maneira de filmar tornam as curtas-metragens autênticas pinturas abstractas de Kandinsky. Poderíamos citar os filmes: *La pieuvre*, *Les oursis* ou *Hippocampe* realizados entre 1926 e 1932.

Sempre apaixonado por tudo o que se constrói e se cria, Joris Ivens sabe unir os homens e as coisas pelo seu lirismo. O tema da água percorre toda a sua obra. Em 1929 com seu filme *A Chuva*, Ivens filma um dia de chuva em Amesterdão recheado de poesia. Em *A Nova Terra*, nos Países Baixos, ele caracteriza tão bem os (seus) personagens que nada os distingue dos heróis do filme de ficção. Assim ele próprio, fundamenta a noção do homem urdida ou forjada pela sua história, pelo seu combate e os seus sentimentos. No seu filme *Borinage* de 1933, Ivens, põe em relevo as contradições da economia capitalista.

Flaherty também anda em busca do homem, mas principalmente nas suas relações com a natureza. Dá-se a conhecer com *Nanouk*, em 1922 e *O homem de Aran*, de 1934, que descreve a vida quotidiana numa ilha.

Na Grã-Bretanha a grande Escola dirigida por John Grierson convida Flaherty para trabalhar juntamente com Cavalcanti, em Londres. É num artigo de Grierson consagrado ao *Moana* de Flaherty que surge em 1926 o termo *Documentary* pela primeira vez , como sendo a elaboração criativa da realidade. Trata-se de reencontrar as intuições líricas de Flaherty e o conjunto visual de Cavalcanti. Este é obtido pela fusão das imagens, dos sons e das músicas e de uma utilização limitada da palavra. O único filme que Grierson realiza é *Drifters*, um documento sobre a pesca do arenque no mar do norte e que permite, em 1929, lançar as bases da escola do documentário. A obra principal que dá a conhecer esta escola em todo o mundo é

[10] Jean Vigo (1905-1934), realizador francês que lança no cinema um olhar satírico, com ira e amor, sobre o mundo feliz dos veraneantes com o filme *A propósito de Nice*. Apresenta duas jóias cujo valor ninguém consegue avaliar nessa época no filme *Zero de comportamento*, em 1932, e no *L'Atalante*, em 1934. Um Prémio Jean Vigo passará a ser atribuído anualmente ao autor de um filme que se caracterize pela independência de espírito e pela qualidade da realização. Este movimento dos anos 1930 traduz-se artisticamente no mal-estar dos anos que precedem a guerra e Jean Vigo apresenta uma subtil mistura de naturalismo e de populismo. Parcialmente influenciado pelo expressionismo em matéria de fotografia e de encenação. O historiador Georges Sadoul recorda que *ele sempre procurou a mesma coisa: os vestígios do homem tanto na sua luta contra uma natureza que não pode dominar como no mundo encantado da infância ou a admiração perante o mundo natural.*

*Night mail, O correio da noite*, de Basil Wright. É um hino lírico ao trabalho nocturno dos correios na linha Londres-Glasgow.

Aos filmes desses grandes pioneiros do documentário, junta-se o espólio de Paul Rotha, famoso realizador do grupo inglês, com filmes caracterizados pela intervenção social na Inglaterra industrial dando enorme relevância à luta dos mineiros. Na mesma época desenvolve-se uma escola em Nova Iorque animada pelo grande fotógrafo Paul Strand. Este funda com outros cineastas amigos a sociedade *Frontier Films* cujo objectivo era o de realizar filmes documentários relacionados entre si, mostrando a realidade americana de um ponto de vista crítico: quer se tratasse da economia social ou de política. Em colaboração com Leo Hurwitz, Paul Strand realiza *Native Land*. A importância destes filmes é a de incrementar o desenvolvimento em geral das instituições e as lutas sociais dos trabalhadores americanos em particular. Toda esta série de filmes vão definir a vida destes homens-cineastas até 1942. As grandes planícies áridas e os problemas específicos de abastecimento de água inspiram algumas destas produções como em *A charrua que abriu as planícies* e *O rio*. Respectivamente de 1936 e 1937, caracterizam-se por uma narração enfática e por poderosos acompanhamentos musicais.

Nos Estados Unidos dos anos 1930, não queria deixar de falar no sucesso de um novo estilo documentário: o filme sobre o seminário *Times*. Esta fórmula chamada *A Marcha do Tempo*, mistura da actualidade com cenas inteiramente reconstituídas em mestúdio e, representadas por actores, está na origem dos debates importantes do jornal televisivo dos nossos dias. Frank Capra levará uma série aos píncaros durante a guerra, supervisando filmes intitulados *Porque combatemos?* Com efeito, e face a tais técnicas de trabalho o que se deve compreender com a descrição da realidade e da veracidade da imagem documental destes movimentos, mudanças, e documentaristas, é que ocupam, no entanto, uma boa parte do cinema mundial do século XX.

Voltando à Europa, Luis Buñuel[11] e a sua maneira de tratar e filmar as pessoas, torna-as dignas da mais bela das ficções. O seu filme *Las Hurdes, terra sem pão*, de 1933, passa a uma transcrição directa da realidade, sem que haja a menor ruptura no espírito e no estilo da sua obra. Embora considerados com desdém por alguns, estes meios do documentário ocupam um lugar de pleno direito no cinema mundial.

As gerações que se seguem, nutridas de um espólio incomensurável de ideias e conhecimentos, inspiram-se forjando novos estilos e movimentos. Assim, surge o *neo-realismo* italiano, o *Free Cinema* inglês dos anos 1960, o *Cinema Directo* de Jean Rouch[12] e um certo Jean-Luc Godard em França.Todas as realizações podem testemunhar que estes homens são verdadeiros *ex-líbris* da *sétima arte* onde se levantam questões fundamentais sobre o pensamento que revoluciona a maneira de filmar.

---

[11] Luis Buñuel com o seu filme *Um cão andaluz*, em 1928 na famosa cena do olho da mulher, cortado por uma lâmina, está ali para abrir o olho do espectador aos mundos do inconsciente e do irracional. Esta visão crua e sem concessão faz escândalo. *A idade de ouro*, saído dois anos mais tarde, mostra um homem e uma mulher que tentam unir-se contra as forças da ordem social. Obra com uma linguagem narrativa, sempre realista e concreta, que associa o choque poético de imagens, objectos e personagens.

[12] Jean Rouch (Paris – 31/05/ 1917, Nigéria – 18/02/2004), realizador e etnólogo francês, um dos representantes e teóricos do cinema directo. Realizou cerca de cento e vinte filmes. Faleceu num acidente de automóvel na Nigéria e aí foi sepultado.

## O Realismo Soviético

Em 1926, *O Couraçado Potemkine*, de Serguei Mikhailovitch Eisenstein[13] é acolhido no Ocidente com grande entusiasmo. Este filme marca o verdadeiro nascimento do cinema soviético. Narra os acontecimentos revolucionários de 1905 e impõe de maneira brilhante a ideia de uma revolução estética. A chegada do sonoro pouco depois permite que os realizadores retomem a febre fílmica e as esperanças dos criadores soviéticos do início dos anos 1920. Esta invenção aplicada com atraso confronta-se com a recusa de alguns. Estes consideram que o cinema mudo soube elevar-se ao cume de uma arte e receiam que o cinema falado seja um regresso ao cinema romance, ao cinema teatro. Desconfiam igualmente das histórias psicológicas tradicionais e das imagens naturalistas. Assim, realizadores como Eisenstein, Yutkovitch, Dovjenko[14], Kozintsev[15], Trauberg ou Pudovkine[16] assumem a deslocação e a descontinuidade da imagem e do som. Alguns grandes músicos, como Chostakovitch e Feldman, lutam durante algum tempo ao seu lado por um cinema sonoro, não escravo do sincronismo. Todos acabarão por aceitar e utilizar o falado. Enquanto os franceses descobrem uma nova forma de realismo, dito *poético*, os soviéticos orientam-se para o que Pudovkine chama o *realismo socialista*. O cinema deve captar as relações do homem e do seu trabalho. Deve tornar sensíveis os elos que unem o indivíduo a toda a nação. Este movimento cinematográfico supõe também que se considere os acontecimentos do passado na perspectiva comunista, a fim de dar à história o seu verdadeiro prolongamento. Inúmeras contradições vão surgir ao longo destes anos 1930. A orientação socialista dos grandes cineastas faz-se por si mesmo, sem pressões do regime mas por entusiasmo e esperança. Em 1935, apesar dos sucessos mundiais dos filmes de Eisenstein e de outros de Vertov, o poder vai intervir e esmagar quaisquer tentativas de pesquisas e de inovações. Como qualquer regime totalitário, segrega uma arte oficial, académica e pomposa de salvação. Em 1934, Serguei e Giorgi Vassiliev modelam um novo tipo de personagem verdadeiramente popular. O seu filme *Tchapaiev* representa, segundo Eisenstein, *a síntese narrativa de todas as realizações*

---

[13] Foi um dos cinco realizadores escolhidos para celebrar o 20ºaniversário das revoltas de 1905. Neste filme, a acção nunca é sacrificada às exigências da propaganda. André Bazin, como crítico, defini-lo-á mais tarde como *o símbolo do cinema por excelência, o alfa e o ómega de todas as culturas cinematográficas. Eisenstein impõe-se como o promotor de um realismo, quase que do realismo por excelência. Ao cinema-sonho, ao filme-evasão, este filme opõe o cinema encarnado na história para o transformar. Mas este realismo reside na matéria e não na expressão*, acrescentará ainda André Bazin.

[14] À beira do mar Negro, em 1928, surge a primeira obra capital do realizador Alexandre Dovjenko. Ele é indubitavelmente, como dirá o historiador George Sadoul *o maior poeta épico que o cinema alguma vez conheceu*. Alia os temas eternos do amor, da morte e da fecundidade numa série de cantos líricos consagrados à sua Ucrânia natal. *Arsenal*, de 1929, traz-lhe a celebridade. Na sequência dos heróis colectivos de Eisenstein ou de Pudovkine, revela uma terceira evolução romântica: o símbolo encarnado no povo imortal. Um ano mais tarde, Dovjenko realiza *A Terra*, uma das últimas obras-primas do cinema mudo que, como nos seus outros filmes, anuncia um futuro difícil mas radioso.

[15] Gregory Kozintsev e Leonid Trauberg criam a Fecks ou "Escola do actor excêntrico", que procuram revalorizar o actor e o cenário. Este movimento desemboca no laboratório experimental de Lev Kulechev.

[16] Pudovkine realiza, com cenários muito elaborados e actores superiormente dirigidos, que tem por tema a tomada de consciência, nomeadamente *A mãe*, em 1926, e *O Fim da São Petersburgo*, em 1927, através de uma velha operária e de um jovem camponês que se tornou soldado.

*artísticas dos períodos precedentes do cinema soviético.* Acrescentemos que este retrato de uma personagem histórico, respeitador da disciplina revolucionária, representará o modelo a seguir pelos dirigentes soviéticos. A obra de Vertov, *Três cantos para Lenine*, de 1934, constitui uma vibrante epopeia do socialismo. Esta é, sem dúvida, a sua obra mais rigorosa. A partir de numerosos arquivos sobre a vida de Lenine (filmes e discos), pode finalmente aplicar as suas teorias sobre a montagem das imagens e dos sons. Kozintsev e Trauberg propõem também um filme à glória do país. *Maxime* traça a vida de um operário bolchevique através de três períodos históricos. Coincidindo nessa abordagem com os grandes romancistas Tolstoi e Balzac, mostram nesta trilogia a evolução da sociedade através de alguns indivíduos.

Kozintsev e Trauberg esforçam-se assim por explicar tudo minuciosamente sem se esquecerem de integrar também algumas notas de humor. O seu estilo é tanto mais louvável porquanto nessa época, os filmes, em particular as produções americanas, cultivam os atalhos e as elipses. Dovjenko, depois de *Ivã, o Terrível,* filme de 1932 de Eisenstein, consagrado à edificação de uma grande barragem, realiza *Aérograd,* em 1935. A acção desenrola-se na taiga siberiana e o filme apresenta-se como um aviso àqueles que ousem forçar as fronteiras soviéticas. Depois, Estaline pede-lhe, pessoalmente, que conte a história de um herói ucraniano. Dovjenko põe-se em acção e filma *Chtors*, em 1939, no qual dá o melhor de si. O filme põe em cena um enfermeiro ucraniano que combate as tropas alemãs de ocupação em 1918. Dovejnko mostra-se lírico, abraçando os grandes sentimentos da morte, do heroísmo e do amor à natureza. Influencia o realizador Efim Dzigan, no seu filme *Os Marinheiros de Crostadt.* Este filme evoca a guerra civil através de um grande fresco, igualmente lírico, dado que o Báltico e as suas vagas cinzentas assumem um papel preponderante. Como Dovjenko, Mark Donskoi é o pintor das extensões arrepiantes, dos céus sangrentos e dos seres perdidos no mundo, onde a força prevalece sobre o direito e onde o dinheiro corrompeu os sentimentos mais nobres. Donskoi deve o seu renome internacional à sua célebre trilogia sobre as memórias de Gorki. Assim, com *A Infância*, *Ganhando o pão* e *As minhas Universidades*, os três realizados entre 1938 e 1940, mostram-se verdadeiros trovadores da velha Rússia czarista. Não encontramos neles nenhum vestígio de complacência, mas a procura de uma verdade universal e a evidência de uma revolução sempre inacabada, sempre a recomeçar. A história inspira igualmente Vladimir Le Gotchine. O seu filme *Ao longe uma vela*, de 1937, descreve a revolução de 1905 em Odessa, vista através dos olhos de duas crianças. Esta evocação sensível inspira-se no saber-fazer de Kulechov e de Eisenstein, de quem é discípulo.

É indispensável atribuir a Eisenstein um lugar particular. Ao longo de todo o seu percurso, ele confronta-se com a censura, com os fracassos comerciais, com as falsificações de cópias e com o descrédito político, mas a sua obra, apesar de pouco abundante, continuará a figurar entre as mais puras e ricas da história do cinema. Convém repetir que a sua arte inspira-se no seu tempo e influenciará mais tarde os cineastas de todo o mundo. Francis Ford Coppola tomá-lo-á como referência no filme *Apocalipse Now*. Se as suas realizações são muito elaboradas nas suas construções e nas suas estéticas, continuam a ser incrivelmente acessíveis ao mais amplo público. Os americanos sabem-no bem, porque o convidam a ir a Hollywood em 1930. Mas, infelizmente, nenhum projecto se concretiza. De qualquer modo, sonhemos com o que ele poderia ter feito com o romance *O ouro*, de Blaise Cendras. Com os seus

colaboradores Alexandrov e Tissé, realizador e operador, estabelecem-se no México para filmar uma gigantesca epopeia sobre este país e o seu povo: *Que Viva México*, financiado pelo escritor progressista Upton Sinclair. Infelizmente, por questões de orçamento e de visto não renovado, os setenta mil metros de película são-lhe retirados. De regresso à Rússia, profundamente desencorajado, é objecto de violentas críticas na imprensa soviética devido à sua longa ausência. Apesar dos ataques que se agravam, regressa em 1935 ao realismo socialista, empreendendo *O prado de Bejine*. Por ordem superior, tem de interromper este filme consagrado às lutas agrárias. Mais grave, tem de fazer a sua autocrítica. No final dos anos 1930, como é previsível, a estalinização dos estúdios acentua-se. Tudo o que não seja respeito profundo às directivas *vindas de cima* é impiedosamente sancionado. Extinguem-se os últimos focos da criatividade da escola do realismo socialista.

## O Cinema New Deal

Designa-se pela expressão *New Deal* a experiência tentada pelo presidente Franklin Roosevelt para pôr termo à crise económica que atravessa os Estados Unidos desde 1929. Embora a experiência propriamente dita possa ser considerada como terminada em 1938, por extensão, a expressão é correntemente utilizada para abranger todo o período que vai da chegada de Roosevelt ao poder, em Março de 1933, até à entrada dos Estados Unidos da América em guerra, em Dezembro de 1941. O cinema, agitado pelos escândalos, é vítima de uma atitude de rejeição por parte de algum público. As suas receitas caem mais da metade, apesar do aparecimento do cinema falado. As famílias americanas já não podem frequentar tão assiduamente as salas de cinema. Assim, foi necessário diminuir as despesas produzindo filmes menos ambiciosos e criando uma frente unida de proprietários de salas e de distribuidores. Convém referir também o grave problema da falta de temas. Assim, desde o início dos anos 1930, voltam-se para a realidade quotidiana para encontrar nela novos temas. Assim, nascem os filmes de gangster, de defesa das causas sociais e os documentários de grande qualidade. Realizadores como Mervyn Leroy consideram que o gangsterismo, flagelo social muito real é um excelente campo de experimentação para explorar depois outros aspectos da sociedade americana. O seu filme *Sou um evadido*, é realizado no estilo simples e directo, por vezes próximo do documentário. Assume a forma de uma comovente denúncia do sistema penitenciário. Fritz Lang[17], após uma curta passagem em França, trabalha em solo americano. Faz dois filmes com um grande poder: *Fúria*, em 1936, que trata do linchamento e, sobretudo, *Tenho o direito de viver*, de 1937, sobre o tema da injustiça social e da inocência perseguida. Dois filmes mostram um outro aspecto da realidade social desta época, o da delinquência juvenil. *Beco sem*

[17] Fritz Lang é um dos mais famosos realizadores da escola expressionista do cinema alemão. Lang filma em 1921 *As três luzes*. Este filme pretende ser uma poética alegoria da luta entre o amor e a morte. Encontramos nele personagens que mostram uma tendência para a desmesura, como na série do *Doutor Mabuse*. Com *Niebelungen*, de 1924, põe em cena um herói mitológico para galvanizar mais um vez o povo alemão. *Metropólis*, que realiza em 1926, é o seu filme mais espectacular. Trata da rebelião dos escravos/operários contra a classe dominante e acaba com a sua reconciliação. Este filme perturba os franceses que vêem nele um sinal alarmante da vitalidade futura da Alemanha.

*saída*, de William Wyler, evoca a fatalidade que leva a juventude abandonada na rua da miséria ao crime. O filme de Michael Curtiz *Os anjos de cara suja* testemunha o mesmo, sendo mais incisivo. O filme social encontra depois a sua verdadeira via ao aproximar-se da vida quotidiana da população americana. Levanta nomeadamente o problema do desemprego, o maior dos flagelos criados pela crise de 1929. Alguns realizadores são excelentes neste tipo de produção. Franck Borzage surge como um dos mestres do cinema social americano. O historiador Henri Angel define-o como um dos mestres do cinema social americano, o filho espiritual de Griffith e recorda que, tal como ele, *este poeta foi sempre ameaçado por um mundo sórdido e brutal.* Desde 1933, com *Gente da zona*, Borzage centra o seu filme numa personagem de desempregado. Realiza um sábio casamento entre um certo realismo poético e uma matéria social mais convencional. O universo dos seus heróis é uma América ou uma Europa que bate no fundo, num ambiente de depressão e de miséria. Michael Curtiz, já citado, testemunha também as preocupações da época. Em *Fúria negra*, de 1935, Paul Muni encarna poderosamente um mineiro combativo rodeado por fura-greves. Não se pode ignorar aquele que é um dos pioneiros do cinema social, e desde o cinema mudo, King Vidor[18]. A ele devemos *O nosso pão quotidiano*, em 1934, em que os heróis, desempregados se organizam para fundar no campo uma cooperativa agrícola. O historiador Jean Mitry sublinha *que nenhum filme reflecte melhor do que aquele os ideais, as veleidades e as contradições do New Deal.* Os críticos Bardèche e Brasillach exaltam o seu *lirismo poderoso, sobretudo no final concebido como uma fanfarra visual e sonora em que a água que jorra simboliza a vida*. Deve-se a John Ford um dos últimos filmes deste período com *As vinhas da ira*, de 1939. Vemos uma família de camponeses expulsa da sua terra por banqueiros e que parte num velho camião em busca de novo destino. Sofre o desemprego e a miséria através de um deserto hostil. Com base numa reportagem entre os camponeses do Oklahoma que se tornou romance pela mão de Steinbeck, este filme pretende ser uma apologia da democracia *New Deal*. O génio de Ford consiste em ter reconstituído a realidade emprestando-lhe a fantasia tonitruante da alegoria. As comédias do italiano emigrado Frank Capra, utópicas e optimistas, participam igualmente no esforço da América para sair da crise. Autor de obras baseadas numa realidade vivida ou esperada pelo público, encarna o idealismo *New Deal*. Para resolver as injustiças sociais, os seus filmes contam com as boas fadas, como em *Senhora por um dia*, de 1934; com os gangsters, como em *O extravagante Senhor Deeds*; ou com os milionários generosos, em *Não o levarás contigo*, de 1938. Sobre este período, Capra escreverá mais tarde:

> Queria cantar o canto dos operários oprimidos. Queria estar ao lado dos eternos sonhadores e partilhar os ultrajes de todos aqueles que eram desprezados por razões de raça ou de dinheiro.

Na mesma época, o desejo de realizar documentários engajados que mostram a realidade americana de um ponto de vista crítico, anima jovens realizadores agrupados

[18] King Vidor filma com muita maestria, em 1925, um vigoroso panfleto contra a guerra, *A grande parada*. Três anos mais tarde, realiza *A multidão*, que mostra o esmagamento do indivíduo na grande cidade e *Show people*, uma sátira aos meios cinematográficos. Com estes filmes, é reconhecido como um dos grandes realizadores da sua época.

no seio da produtora *Frontier Films*. Entre eles, inclui-se Léo Humitz ou o célebre fotógrafo Paul Strand. A originalidade e a qualidade do trabalho da *Frontier Films* chama a atenção do presidente Roosevelt. Depois de ter visto estes filmes, cria uma agência cinematográfica governamental a fim de favorecer as produções que vão no mesmo sentido que a política económica recentemente posta em prática, o *New Deal*. É um bom reconhecimento para esta pequena equipa!

Muito diferente das estrelas do cinema mudo, surgem vedetas que encarnam personagens quotidianas com as quais os espectadores podem identificar-se. Paralelamente, os estúdios apostam em três fórmulas que irão revelar-se mágicas: *as séries, o tandem de vedetas* e o *serial*. A série implica uma vontade de criar personagens e ambientes que sejam elementos constantes de vários filmes como *Frankenstein* ou *Drácula*. Estas séries têm tendência a criar vedetas. Os oito filmes sobre *Os três mosqueteiros*, realizados em 1938 e 1939 reúnem, por exemplo, John Wayne e Rita Hayworth. Nesta perspectiva de programas pré-fabricados, são lançados também os *tandem de estrelas*, os chamados pares amorosos na cidade como no ecrã. É o que acontece com Clark Gable e Jean Harlow, reunidos em *A bela de Saigão*, ou com Dick Powell e Ruby Keeler que podemos ver em *42ª rua*. Finalmente, os *serials*, ou longas histórias com saltos cronológicos, mantêm os espectadores em suspenso durante vários meses dado que cada episódio termina com uma pergunta: *O que irá acontecer ao herói?* Exemplo famoso deste género cinematográfico é a série *Flash Gordon* com 15 episódios ou *Mandrake* com 12 episódios. A recuperação económica significa para a produção o regresso dos financiamentos. Em 1935, graças a uma lei, a segurança do emprego é garantida e os salários aumentam. Em 1938, a prosperidade, de volta a Hollywood, já não deixa dúvidas. O número elevado de obras-primas candidatas ao Óscar em 1939 mostra-o bem. Concorrem em paralelo *Ninotchka*, de Lubitch; *A cavalgada fantástica*, de John Ford; *O Morro dos Ventos Uivantes*, de Wyler; *O feiticeiro de Oz* e *E tudo o vento levou*, de Fleming.

## O Cinema dos fascismos europeus

Nos anos situados entre o fim da primeira guerra mundial e o começo da segunda verifica-se em quase todos os países europeus a ascensão dos fascismos. Mussolini estabelece um regime fascista em Itália, em 1922, depois de o ter fundado três anos antes. Inúmeros movimentos inspiram-se nele, sobretudo após 1930. Citemos a *Falange espanhola* de Primo de Rivera, o *Rexisme belga* de León Degrelle e os *Guardas de Ferro* do romeno Codreanu. Alguns intelectuais franceses apoiarão estas ideologias, como Drieu La Rochelle ou Brasillach. Excluiremos voluntariamente do campo deste artigo o Nazismo. As fontes especificamente nacional-socialistas, bem como o racismo e o anti-semitismo que determinam a sua doutrina fazem dele um espaço relativamente à parte, embora indissociável dos múltiplos movimentos totalitários deste período. Tendo sido, cronologicamente, o primeiro a definir-se, o fascismo italiano constitui o modelo de base. Tem como objectivo não só instaurar uma nova ordem política e social, mas também modelar ou criar um novo tipo de homem cujo modelo é o heroísmo guerreiro. Na Itália dos anos 1920,

o cinema não está forte. A União Cinematográfica[19], na qual foram depositadas muitas esperanças, entra em falência em 1923. É o fim da idade de ouro do cinema italiano! A falta de público, de produção e de nível estético são as principais causas. Inicialmente, a ditadura fascista limita-se a exercer uma censura vigilante e a criar o Instituto Luce, em 1928, que manterá o monopólio da informação, da propaganda e da educação através de meios audiovisuais. A criação do Festival de Veneza em 1932, a Fundação da Cinecittà e dos seus imensos estúdios modernos em 1937, bem como diversas ajudas financeiras, concorrem para o aumento sensível da produção. Mas o que foi precisamente essa produção? Reúne filmes de todos os géneros, com objectivos essencialmente comerciais. Contrariamente ao que se poderia julgar, são pouco numerosas as obras de propaganda pura. Sendo o cinema um espelho da época, como representa ele as realidades históricas e políticas desses anos? Praticamente, nenhum filme evoca abertamente as lutas ideológicas, a união dos militantes mussolinianos e as forças a que se opõem, ou seja, o fascismo em acção. Só o filme *Velha guarda*, em 1935, transcreve fielmente estas características. Devemo-lo ao realizador Alessandro Blasetti. Os anos 1929-1935 são os de maior adesão ao regime fascista. Mario Camerini é um especialista das comédias e o pintor sem ilusão da vida quotidiana. Em 1932, com *Os homens, que sem-vergonhas*, obtém um grande sucesso. A comédia contribui num certo sentido para a consolidação do regime. Entre outras razões, ela explica-se por meio de uma produção que tende precisamente a afastar a opinião pública dos graves problemas do momento. O que não impede que as comédias tomem como padrão, por exemplo, o mundo do trabalho ou a educação nos colégios femininos, como em *A secretária privada* e *Segundo B*, dois filmes de Alessandrini. O processo da metáfora entre épocas é igualmente utilizado para exaltar os valores de unidade nacional e de combatividade, misturadas com a ideologia do Duce. Temos um exemplo disso com o *1860* de Blasetti, uma reconstituição, não conformista, da conquista da Sicília por Garibaldi. A política expansionista da Itália mussoliniana só pode favorecer um tipo de filme, o filme baseado no Heroísmo e inspirado pelo espírito de conquista. O realizador Carmine Galonne, que filma muito na Europa, é chamado a Itália pelo Ministério da Cultura para preparar *Cipião, o africano*, em 1937. Este filme responde a numerosos imperativos, nomeadamente o de afirmar o prestígio industrial do cinema italiano.Traduz igualmente em imagens, a identidade de espírito essencial que une a Roma da conquista africana durante as guerras púnicas e a da contemporânea conquista da Etiópia. Assim, é celebrada a latinidade, mostrada nomeadamente em 1937 no filme do nazi Trenker, *Os condottieri*. Dentro deste espírito, Augusto Genina filma *O Esquadrão Branco*, que lhe permite justificar a política mussoliniana na Etiópia, ao relatar um episódio glorioso da colonização francesa no Sahara. Face ao conjunto da produção, o centro experimental aberto em 1935 só aparentemente segue o caminho

[19] Itália fascista (1922-1943) adoptou uma política de protecção ao cinema. As constantes reclamações sobre a falta de moral nos filmes e os estudos sobre o poder de convencimento do cinema, fizeram com que Mussolini compreendesse o potencial dessa arte como forte aliado no processo de conquista das massas. Assim, em 1924, o líder do fascismo transformou uma pequena sociedade particular de cinema educativo em um órgão do governo. Nascia, neste ano, o primeiro instituto de cinema educativo coordenado por um estado totalitário, o Instituto LUCE (União Cinematográfica Educativa), cujo objectivo era divulgar a cultura italiana através do cinema.

que o regime lhe traçar. Cadinho onde se encontram as ideias e os homens do novo cinema, reúne em torno do crítico Umberto Barbaro todos os ramos desta indústria, lançando assim as bases de um renascimento do cinema italiano.

Os anos entre as duas guerras constituem um período de grande agitação em Espanha. Em 1923 ocorre o golpe de Estado do general Primo de Rivera. Sob a sua ditadura aparecem os capitais estrangeiros que permitem retomar a produção. Mas a sua qualidade não é suficiente para assentar as bases de um autêntico cinema nacional. De qualquer modo, emergem vários realizadores, entre os quais Florian Rey, influenciado pelo grande cinema russo. O seu filme *Aldeia maldita* é um ponto alto do período do cinema mudo. É em 1930 que sai o primeiro verdadeiro filme falado: *O mistério de La Puerta del Sol*, de Francisco Elias. Durante a guerra civil de 1936 a 1939, do lado republicano, André Malraux filma o seu famoso *Esperança* e Joris Ivens, ajudado por Hemingway, *Terra espanhola*. Do lado franquista, as produções refugiam-se em filmes anódinos e comerciais, para escapar aos rigores da censura. É o que acontece com Raphaël Gil, saído da propaganda republicana mas que trabalha com os vencedores da guerra civil após 1939 e prosseguirá uma prolífica carreira. Curiosamente, é no exterior que este fascismo à espanhola é magnificado. O italiano Augusto Genina evoca em 1940, em *A sede do Alcazar*, um país ideologicamente irmão. Este filme atinge a dimensão de um a lenda. Com o levantamento fascista de 1936 e a ascensão do caudilho de Franco desaparece qualquer possibilidade de um cinema novo, digno do seu tempo. O clima pouco próprio à liberdade de expressão obriga numerosos profissionais do cinema a refugiarem-se no estrangeiro, como Luis Alconza, Carlos Velo ou Luis Buñuel. A 15 de Julho de 1939, a criação de uma censura prévia sobre os argumentos, fecha definitivamente os últimos espaços de liberdade. A partir desse momento e durante muito tempo ainda, a produção favorecerá um cinema vulgar, sem raiz, que anda a par com o imobilismo político e cultural. Estes movimentos fascistas têm em comum colocarem cortinas nas janelas da liberdade, que deformam tudo em função da ideologia dominante. Serão muitos os cineastas que, nos anos difíceis que se seguirão, abrirão estas janelas e mostrarão aos povos as verdadeiras paisagens do mundo.

## BIBLIOGRAFIA

AGEL, Henri – *Esthétique du cinéma*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

AGEL, Henri – *Les grands cinéastes que je propose*. Paris: Editions du Cerf 1967.

AUMONT, Jacques, GAUDREAULT André, MARIE Michel – *Histoire du Cinéma, Nouvelles Approches*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1989.

BAZIN, André – *Le cinéma de la cruauté*. Paris: Flammarion, 1987.

BEYLIE, Claude – *Les films-clés du cinéma*. Paris: Larousse poche, Bordas 1987.

CAVALCANTI, Alberto – *Filme e realidade*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Livros Horizonte, 1957.

CERAM-C.W. – *Archéologie du cinéma*. Paris: Editions Payot, 1966.

DELEUZE, Gilles – *A imagem-movimento* (cinema 1). Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

DELEUZE, Gilles – *A imagem-tempo* (cinema 2). Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

FULCHIGNONI, Enrico – *La civilisation de l'image*. Paris: Editions Payot, 1969.

FORD, Charles – *Histoire illustrée du cinéma* Volumes 1 et 2. Paris: Université, Collection Marabout, 1966.

GILI, Jean – *Études cinématographiques: fascisme et résistance dans le cinéma italien*, Avant scène 1980. Paris: Collection Anthologie du Cinéma, n.º 82-83, 1970.

HENRY, Michael – *L'Angleterre et son cinéma*. Paris: Éditions du Signe, 1971.

KUBNICK, Henri – *Les frères Lumière*. Paris: Editions Plon, 1938.

LANGLOIS G.-P. e MYRENT Glenn – *Henri Langlois*. Paris: (?) Editions du Cerf, 1969.

LEYDA, Jay *Kino – Histoire du cinéma russe et soviétique*. Paris: Editions CIB, 1964.

L'HERBIER Marcel – *Intelligence et cinématographie*. Paris: Editions Corrêa, 1946.

MARTIN, Marcel, Flaherty – *L'Anthologie du Cinéma*, Tome 1. Paris: Avant-scène CIB, 1966.

MARSOLAIS Gilles – *L'aventure du cinéma direct*. Paris: Editions Seghers, 1974.

MITRY, Jean – *Histoire du cinéma* (volumes 1, 2, 3). Paris: Editions Universitaires, 1967-69-73.

MITRY, Jean – *Le cinéma des origines*, revue Cinéma d'aujourd'hui 1976.

PINEL, Vincent – *Écoles, genres et mouvements au cinéma*. Paris: Editions Larousse, 2000.

ROUCH Jean – *Le film ethnographique*, in *«Ethnologie générale»*. Paris: Editions Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1968.

SADOUL, Georges – *Histoire générale du cinéma* (1 volume 1909-1920). Paris: Editions Denoël, 1951.

SADOUL, Georges – *Histoire de l'art du cinéma*. Paris: Editions Flammarion, 1953.

SADOUL, Georges – *Dictionnaire des cinéastes*. Paris: Editions Seuil, 1976.

SCHNITZER, Luda et Jean – *Vingt ans de cinéma soviétique*. Paris: Edition CIB, 1964.

TARIOL, Marcel, *Louis Delluc* – Editions Seghers, revue Cinéma d'aujourd'hui 1965.

ZAMYSLY, Staty – Thèses pour le Ciné – Œil, (Primeira publicação na recolha de Dziga Vertov) de 1924.

# *Vai-e-Vem,* os dois movimentos de João César Monteiro

**Fausto Cruchinho**

CRUCHINHO, Fausto – "*Vai-e-Vem*, os dois movimentos de João César Monteiro".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 149-159.

**Fausto Cruchinho.** Mestre em Estudos Cinematográficos e Audiovisuais pela Universidade Paris VIII. Assistente convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Algum cinema contemporâneo caracteriza-se pelo uso do movimento como indutor de narrativa. Não é só o movimento da câmara ou o movimento dos personagens, mas sim o movimento da construção do próprio filme. Cineastas como Jean-Luc Godard, Manoel de Oliveira, Abbas Kiarostami, Jean-Marie Straub, Pedro Costa, Abel Ferrara compõem os seus filmes a partir dos estados opostos do movimento: o nomadismo e o sedentarismo ou parar e andar ou ir e vir. Alguns cineastas modernos, como Alfred Hitchcock e Howard Hawks, fazem da queda ou da ascensão o movimento do filme.

Assim, exemplificando, vemos em alguns filmes de Manoel de Oliveira:

- *Douro faina fluvial* – o acidente provocado pelo movimento involuntário do automóvel que coloca em movimento o carro de bois, que atropela o rapaz. O movimento inverso, o do rapaz que fustiga os bois e, parando a sequência no polícia, a reconciliação do homem com o animal e do trabalho com o lazer.
- *Aniki Bobó* – a rivalidade amorosa entre Eduardinho e Carlitos por Teresinha induz a pensar que o movimento de queda de Eduardinho terá sido provocado por Carlitos. O movimento inverso é dado pelo suposto olhar do adulto, ausente da narrativa visual mas presente na narrativa verbal. A reconciliação moral e social entre crianças é forjada por um adulto omnipotente.
- *O passado e o presente* – as trocas de casais, por casamento ou adultério, são testemunhadas pelos corredores, espelhos, portas e paredes daquela casa onde todos se reúnem para confrontar a sua impostura social. O verdadeiro e o falso, ou o passado e o presente, são indistinguíveis porque se confundem no próprio movimento da sua formulação.
- *Benilde ou a virgem mãe* – o filme organiza-se entre o dentro e o fora, não havendo exterior porque não há interior. Os raros momentos de manifestação do fora são o vento e o uivo do louco, movimentos que afirmam a verdade contra a mentira que se fabrica no dentro.
- *Amor de perdição* – a organização do filme em quadros que correspondem a vários lugares elide as passagens do movimento-tempo e do movimento-espaço. O filme fecha-se sobre o parado das prisões, dos conventos e, finalmente, do barco e do mar negro e fundo.
- *Non ou a vã glória de mandar* – a história de Portugal é um painel lido em movimento, pela ilustração dos episódios épicos, líricos e dramáticos. O narrador prevê o desfecho da história e da sua história pessoal pela circularidade fatal da palavra "non".

Poderíamos continuar a enumerar, na obra de Manoel de Oliveira, a recorrência deste movimento. Continuemos, porém, com outros dos citados cineastas, por exemplo Jean-Luc Godard:

- *O acossado* – a fuga de Paris do personagem principal condu-lo à tragédia ao matar um polícia. O seu regresso condu-lo à prisão, primeiro das mulheres, depois dos polícias. O movimento do filme empurra-o para fora enquanto o personagem empurra para dentro. As cenas de movimento são rápidas e elípticas e as cenas de paragem são longas e quase em tempo real.

- *O desprezo* – entre a Grécia, a Itália, a França e Hollywood, o filme traça um movimento imaginário que vai de Ulisses a Ítaca e a Homero e James Joyce, da Alemanha pré-nazi dos Mabuse à América de Fritz Lang, do cinema clássico ao cinema moderno, passando pela topografia do corpo de Brigitte Bardot.
- *Número dois* – as imagens e os sons conflituam tanto quanto o cinema e o vídeo, a fábrica e o sexo, as crianças e os velhos, o amor e a pornografia, o capitalismo e o comunismo, a França e os franceses. O movimento interior passa entre os écrans.
- *História(s) do cinema* – o conflito começa no título com aquele "s" entre parêntesis. A seguir são os dez anos que mediou entre o início e o fim do filme, com a queda do muro de Berlim e a queda da Jugoslávia. E também entre o cinema que se fez e o cinema que não se fez, a história do cinema e a história da humanidade, o século XIX e o século XX, são os movimentos de paragem (*freeze*) e os movimentos de andamento (*play*) do filme.
- *O elogio do amor* – novamente o conflito, agora entre Europa e América, entre o preto e branco e a cor, entre os negros e os brancos, entre a câmara de filmar e a máquina de filmar.

Tomemos, agora, o cinema de Abbas Kiarostami:

- *E a vida continua* – o dispositivo enunciador é o próprio carro em que o personagem se desloca através das ruínas, em busca do jovem que tinha entrado num filme do cineasta. O carro é o movimento e procura a acção. O título indica, se bem traduzido, o contínuo do movimento da vida e o movimento do filme anterior para este, de um trauma para o pós-trauma.
- *E o vento levar-nos-á* – o vai-e-vem do personagem entre a sua casa num buraco e o monte, sempre que o telemóvel toca, é não só a caricatura da história como a caricatura da falta de comunicação.
- *Dez* – de novo, o carro, um táxi, percorre a cidade, com as entradas e saídas dos clientes/ personagens. O ponto de vista centra-se no interior e no exterior do táxi, ora do ponto de vista de dentro, ora do ponto de vista de fora.

Vejamos, por outro lado, o cinema de Jean-Marie Straub, em alguns exemplos:

- *Não reconciliados* – o texto muito narrativo de Heinrich Böll e a narrativa elíptica de Straub são tão irreconciliáveis como a Alemanha do pós-guerra com a de Hitler. O filme retoma o conflito já presente em *Alemanha ano zero*, de Roberto Rossellini, entre os velhos não reconciliados com o pós-guerra e as crianças, metáfora dum país sem futuro.
- *Moisés e Abraão* – a ópera de Arnold Schönberg já trata do conflito do movimento para o êxodo (Moisés) e do movimento contrário para assentar (Abraão). Filmado num anfiteatro ao ar livre em ruínas, a incrustação do tempo passado naquele lugar reenvia para outro lugar disputado: Jerusalém, entre Israel e Palestina.

Abel Ferrara é o cineasta que filma, sistematicamente, a circulação:

- *Os viciosos* – a circulação da droga, metáfora da circulação do sangue, da sida, do dinheiro e, neste filme, do saber e da história. Como filme de vampiros, há um iniciador e um iniciado, uma vítima e um carrasco, um senhor e um amo. O movimento é para fora do conhecimento e para dentro do homem.
- *O rei de Nova Iorque* – o personagem Frank White (branco) entende que o circuito da cocaína, de que é o rei, deve servir como circuito de "welfare state", isto é, que não há conflito entre vício e saúde, entre economia e estado, entre estado-polícia e estado-ladrão.
- *O nosso natal* – o casal de personagens (simbolicamente sem nome) trabalham de dia e traficam droga de noite. O seu trabalho clandestino serve para arredondar o salário. Tal como Frank White e o personagem de *Os viciosos*, não há qualquer consciência do mal que praticam, uma vez que a sua intenção é socialmente útil. A tomada de consciência resulta numa condenação não de si próprios, mas dos alicerces do capitalismo americano.

Finalmente, vejamos dois casos, em Pedro Costa:

- *Ossos* – sendo um cineasta da fisicidade, do corpo doente, o seu filme constitui-se como o vai-e-vem dos personagens em busca da droga, do dinheiro, do prazer físico, do trabalho e da circulação entre rostos que se confundem num só personagem – Vanda – que condensa os outros rostos no seu.
- *Onde jaz o teu sorriso*? – filmando os Straub, filma-os como casal – um só, portanto – e cada um separado. Danièle trabalha, Jean-Marie fala: trabalho físico e trabalho intelectual. No fim, invertem-se as posições e é Danièle que fala e Jean-Marie que apanha a roupa. Entre duas imagens ou só entre dois fotogramas, o casamento do casal vacila.

Vejamos, agora, os dois exemplos do cinema moderno e as suas tendências para a queda (Hitchcock) e para a ascensão (Hawks):

- *Janela indiscreta* - o personagem está imobilizado em casa com uma perna de gesso. A sua pulsão escópica (é fotógrafo) atrai o acidente, provocado pelo assassino que ele descobriu. A queda da janela, punição pelo seu olhar indiscreto, coloca-o duplamente imobilizado: pelas duas pernas partidas e pela sua namorada.
- *A mulher que viveu duas vezes* - o personagem sofre de vertigem, medo da queda. O filme começa com um pesadelo de queda, deixando-o impotente. Como tal se vai comportar ao longo do filme, tentando vencer duplamente a impotência sexual (quer amar uma morta) e a vertigem. Ao conseguir uma, consegue as duas.
- *Paraíso infernal* - a prova da masculinidade passa por subir aos céus, ser anjo como sugere o título original (*Only angels have wings*). Fazendo prova da sua masculinidade, todos os homens sobem aos céus e alguns morrem. Cedendo à feminilidade, os homens provam que as mulheres também são anjos, mas

não voam. De resto, o conflito está instalado pelo tradutor português, ao titular um paraíso como um inferno.

- *Rio Bravo* – o filme desenvolve-se segundo um eixo horizontal, entre o fora dos bandidos e o dentro da cadeia, e um eixo vertical, entre a rua principal e o hotel. A mulher que vem e que nunca vai, chegou pelo eixo horizontal e o seu domínio é o do eixo vertical. Para aí chegar, o personagem masculino principal tem que despir-se de masculinidade para que, aí chegado, seja a vez de o personagem feminino principal se despir literal e femininamente.

* * *

Aqui chegados, creio ter demonstrado como o movimento interior e exterior do filme induz a acção ou a narrativa, quer pelo movimento dos personagens, da câmara, dos adereços ou da palavra. Aliás, o movimento do comboio a chegar à gare de La Ciotat (*L'arrivée d'un train à la gare de La Ciotat*) é a matriz do próprio cinema. O êxtase dos primeiros espectadores provém do facto da semelhança da cena com a realidade, da reprodução do movimento até aí parado na fotografia e na pintura, e do insólito de fazer representar um acto visto de um só ponto de vista – o da câmara – por todos os espectadores.

Porém, é o movimento interior ao filme que agora nos interessa: o movimento no filme *Vai-e-vem* de João César Monteiro. Último filme do cineasta, tem sido lido como filme-testamento, assim querendo a opinião pública significar o fim de um ciclo, um movimento que começa no primeiro filme *Quem espera por sapatos de defunto morre descalço*. Tal desiderato só é sugerido por se tratar do último filme, assimilando-o a outros últimos filmes como *Gertrud*, de Carl Dreyer. Mais importante nos parece estudá-lo como primeiro filme dum novo movimento.

- Desde logo, o título, enigmático, indica dois movimentos: o de quem vai e o de quem vem. O traço de união entre o "vai", o "e" e o "vem" induz-nos a pensar que é um movimento cíclico, um *boomerang* ou um *yo-yo*, algo que faz ricochete ou que obedece a uma lei da causalidade: não há "vai" sem "vem" porque o "e" indica ida e retorno. Os títulos dos filmes de Monteiro são ora precisos, ora enigmáticos, mas sempre objectivos: por vezes, são nomes próprios, como *Sophia de Mello Beyner Andresen*, *Silvestre*, *Branca de neve*, mas, mesmo precisos, contém um enigma. Sophia é a poeta mas verdadeiramente não é um documentário como o título sugere. Silvestre é nome de homem, mas trata-se realmente de uma mulher. Branca de Neve é um personagem conhecido dos irmãos Grimm e de Walt Disney; mas, realmente, é um poema dramático de Robert Walser. Os títulos enigmáticos, como *Vai-e-vem*, *À flor do mar* ou *O último mergulho*, são, paradoxalmente, muito objectivos: vai-e-vem traduz o percurso do personagem; à flor do mar designa a superfície do mar de onde vem e para onde vai o personagem masculino do filme; o último mergulho é o afogamento frustrado do jovem e o afogamento consumado do velho.
  A mesma precisão e enigma, ambos traduzidos paradoxalmente em objectividade ocorre com os títulos *Rio Bravo* e *North by Northwest*, respectivamente

de Howard Hawks e Alfred Hitchcock. Rio Bravo designa um rio, mas também pode designar uma cidade. North by Northwest designa um rumo que o comboio deve seguir, mas de onde o personagem principal é desviado. No primeiro filme, o personagem principal chama-se John T. Chance. O "T" intriga o personagem feminino que o traduz por "*trouble*" (sarilhos). No segundo filme, o personagem principal chama-se Roger O. Thornhill. Igualmente, como no primeiro filme, o personagem feminino pergunta o que quer dizer "O", ao que o personagem principal responde "zero" (nada). De resto, a tradução portuguesa é *Intriga internacional*: mais uma vez, o tradutor reforçou o carácter intrigante do filme. É este enigma sem conteúdo – a que Hitchcock chamava "McGuffin" - que consubstancia a ocorrência do movimento no filme. A abreviatura do nome – em forma de cruz em Hawks, em forma de círculo em Hitchcock – reforçam (se ainda fosse necessário) os eixos da queda e da ascensão, como referimos anteriormente. Vuvu significa isso mesmo, a circularidade do nome dada pela repetição da sílaba.

– Outro movimento mais evidente, mas não o mais visível, é o da palavra dita, palavra que denuncia voluntariamente a sua origem escrita. O dito popular, o aforismo, o trocadilho e a citação poética são alguns dos movimentos da fala para fora, para o sentido do ir. O retorno da palavra, o vir da palavra, faz-se pelo seu uso ostensivamente erótico. Tal como em Eric von Stroheim ou F. W. Murnau, a palavra não mostra, não é nua, não designa uma coisa; pelo contrário, a palavra é para ser vista na sua intenção erótica, a de percorrer o corpo do outro antes de voltar ao mesmo. Poderíamos dizer, como o dizemos para o cinema mudo, que o olho ouve e que o ouvido vê. O olho ouve a palavra dita com uma intenção directa do falar, ou com a intenção oculta de ver um trecho musical executado aos nossos olhos mas cujo som só pode ser visto. Ao contrário, ao ouvido cabe a tarefa de ver o silêncio. É este o sentido incompreendido *de Branca de Neve*: por uma vez, somos obrigados a ver a palavra e a ouvir o écran negro. A distinção entre som e imagem - apesar do casamento forçado a que foram sujeitos pela indústria - permanece em Monteiro como produtiva: o plano da imagem é milimetricamente composto para abrir o campo visual, numa composição plana sem perspectiva, reforçando o eixo horizontal na largura, nunca na profundidade. A escala do plano pouco varia, entre o plano geral e o plano de conjunto, raramente chegando ao plano médio e muito menos ao grande plano, salvo o celebrado último plano do olho, violentamente de pormenor. Os movimentos de câmara são raros e imperceptíveis, se exceptuarmos as duas panorâmicas que param a meio (para ver a palavra dita), antes do plano a preto e branco e sem som do velório da esposa Hortênsia. Este plano fixo é o único em que o eixo da profundidade é usado com a entrada sacrílega de João Vuvu. As sequências com Narcisa, Urraca e em parte, com Jacinta, são filmadas em contra luz. Apenas Adriana tem um tratamento visual diferente, se bem que a sequência se inicia com uma transparência do seu corpo.

– Esta desmaterialização do corpo feminino, afirmado pelos seus contornos, ajuda a explicar porque, sendo elas contratadas como mulheres a dias, efectivamente

não façam o seu trabalho. Isto é, o trabalho que João Vuvu contrata é o eco – ora deformado, ora ampliado – de si próprio. Dito de outro modo, sendo o filme habitado exclusivamente por mulheres – à excepção do filho Jorge, prontamente afogado no Ocenário – João Vuvu vê entrar pela porta dentro os outros de si próprio: a militante Adriana, nome de galinha, tão previsível na pose da *Maja desnuda*; a exibicionista Narcisa, baronesa do camarão; a masoquista Jacinta, heterónimo da Carmen de Mérimé, a única que conhece João de Deus; a andrógina Urraca, sáfica e mulher-homem ou homem-mulher. Esta mulher tem a sua réplica em Bárbara, a mulher-polícia, o terror das esquadras, especialista em sevícias sexuais, inimiga do filho Jorge e tão desejada por João Vuvu, a única em que a música entra e sai. Finalmente, a mais importante das mulheres, aquela que o sodomiza com um descomunal falo, pesadelo de João Vuvu, o da violação, já que este gesto sexual não tem regras, nem reciprocidade. De resto, vai-e-vem é o movimento da cópula e da masturbação. No exterior, encontra-se com a menina Custódia, Miss Freguesia das Mercês, extasiada com a torre Eiffel; com Fausta, mulher fálica, o passado de João Vuvu; Hortênsia, sua defunta, com quem mantém relações íntimas e públicas; as duas prostitutas, uma mulher-coreácia, outra mulher-prótese; Emília, a enfermeira maternal. Finalmente, a última mulher, Dafne, mãe de Verónica, a que o leva da Terra, e lhe recomenda que leve o chicote quando se encontrar com a sua amada. Igualmente, vai-e-vem é o movimento das pernas e dos braços em andamento.

– A gestualidade: João Vuvu é o único personagem que gesticula, somente com os braços, sendo o resto do corpo apenas suporte do gesto: as suas mãos contornam os corpos de todas as mulheres a dias, sem lhes tocar, usando, no caso de Narcisa, uma prótese chamada ferro de engomar com vapor, o instrumento de trabalho da empregada tão mal manuseado, mas usado como chuva seminal por João Vuvu. No caso de Urraca, ele toca as suas barbas e o seu rabo, mas corta-os sem nós o vermos. Essa transformação surge a partir de uma mulher que usa chapéu de homem para uma mulher que se assemelha a outra mulher, Adriana. Assim, o movimento que vai da primeira para a última mulher a dias fica completo e fechado.
  Com Jacinta, o jogo erótico do gesto passa pela dança, uma dança com música para ver, a que se segue um plano em que se ouve uma música com dança para ouvir, *La verbena de la paloma*, sendo a dança executada entre João Vuvu e a menina da bicicleta, a pomba de que fala a zarzuela. As doze voltas que a pomba executa em torno da câmara, sempre no sentido dos ponteiros do relógio, são os doze meses que tem o ano, as doze horas que tem o dia e outras tantas a noite, os doze números do relógio, os doze apóstolos de Cristo e as doze longas metragens de João César Monteiro.
  O encontro com Fausta, entre a subida das escadinhas e a descida das escadarias do parlamento, é mediada pela euforia da palavra e da gestualidade. Ao extenso rol de fármacos que João Vuvu se prepara para levar para a Etiópia (um movimento frustrado de regresso à sua condição de negro), segue-se uma exaustiva e meticulosa lição de felação: Fausta, aprendiza e mestre, é o passado

de João Vuvu e de João César Monteiro, sucessivamente Maria (em *Fragmentos de um filme-esmola/ A sagrada família*), Atena (em *Veredas*), Sara (em *À flor do Mar*), Dona Violeta (em *Recordações da Casa Amarela*), Judite (em *A comédia de Deus*), prostituta (em *Le bassin de J. W.*), e Madre Bernarda (em *As bodas de Deus*). O seu percurso como actriz Manuela de Freitas vai de Maria, Sara e Judite (nomes bíblicos, esposas de grandes figuras), a Atena (nome mitológico), a Violeta (nome de flor, como Hortênsia, a esposa de João Vuvu) e, finalmente, de prostituta a freira e, novamente, a prostituta. A despedida do personagem é também a despedida da actriz e da mulher.

* * *

Estudaremos agora os dois movimentos de *Vai-e-vem*: levantado e deitado. O mapa seguinte descreve as dez viagens de ida e volta de João Vuvu.

| | |
|---|---|
| 1º plano | J V sentado no banco do meio. Põe-se de cócoras a olhar pelo vidro traseiro, tira medidas com a bengala. Dá aos braços como um galo. Tira o chapéu e abana-o. Sai. |
| 2º plano | J V em pé. Não quer sentar-se. Sai. |
| 3º plano | J V sentado. Fala com a menina Custódia sobre a sua beleza. Sai. |
| 4º plano | J V sentado. Encontra Fausta que se senta ao seu lado. Falam dos seus passados. Saem. |
| 5º plano | J V sentado. O sr. Zé Aniceto, no lugar de J V, faz um discurso racista. J V chama-lhe nazi. O sr. Zé Aniceto começa a falar de futebol. J V sai. |
| 6º plano | J V sentado. |
| 7º plano | J V sentado no banco do meio. |
| 8º plano | J V sentado. |
| 9º plano | J V em pé. Coro dos ucranianos. J V dança, põe-se de cócoras. Senta-se. |
| 10º plano | J V sentado no banco do meio. Miúdo toca acordeão e canta. Vai junto de J V, que lhe dá dinheiro. Saem. |

Praticamente insignificantes enquanto viagens de autocarro urbano, elas são, porém, o acelerador da ficção – porque indica o movimento de sair e de entrar –, porque marca o encontro dele com todos os personagens que não entram em sua casa – o social, portanto –, porque são, enfim, o oxímoro monteiriano – estar parado em movimento. Filmado sempre em plano de conjunto fixo; do mesmo ponto de vista frontal de meio do autocarro para a metade de trás; em que só há saídas e não há entradas; porque nunca se vê o condutor nem os passageiros da parte da frente do autocarro. Todos estes elementos pertencem a um teatro parado mas em movimento, o único movimento possível em Monteiro. Ora, como podemos verificar na descrição do gráfico, a posição do corpo de João Vuvu no autocarro vai do levantado ao sentado, e do acocorado ao deitado.

Vejamos agora o mapa das seis visitas de João Vuvu ao Jardim do Éden.

| | |
|---|---|
| 1º plano | J V senta-se num banco ao lado de uma mulher que lhe pede um cigarro. |
| 2º plano | J V sentado num banco ao meio. |
| 3º plano | J V sentado num banco é atacado por três miúdos que simulam matá-lo com pistolas. J V entra no jogo, simulando morrer. |
| 4º plano | J V sentado no banco do meio fuma um cigarro, enquanto uma rapariga passa à sua frente de bicicleta doze vezes. Ouve-se a zarzuela que J V dançou com Jacinta no plano anterior. Pouco antes do fim da música, J V levanta-se, sai pela direita atrás da ciclista, reentra pela esquerda volta a entrar pela direita, ficando em pé até ao fim da música. |
| 5º plano | J V sentado num banco do jardim, à noite. |
| 6º plano | Dafne em cima da árvore fala com J V fora do campo. |
| 7º plano | V sentado no banco do meio. |
| (8º plano) | A árvore de Dafne sem ela. Ouve-se "Motete qui habitat". |
| (9º plano) | O olho de J V em plano de pormenor. |

Estas visitas sucedem-se às viagens de autocarro, isto é, são o destino das suas idas e o ponto de partida dos seus regressos. São, igualmente – e isso é determinante – o jardim do Éden onde João Vuvu se entrega nos braços de Dafne. Poderíamos, então, concluir que as viagens de João Vuvu (correspondentes ao levantado) são uma preparação para a morte (correspondente ao deitado). As suas viagens são o cortejo fúnebre de despedida dos seus conhecidos; as suas paragens no Jardim do Éden seriam o cemitério em que preparou o seu enterro, despedindo-se dos seus amores. A câmara organiza, dentro e entre as imagens, a circulação entre os pólos opostos do passado e do presente, do movimento e da imobilidade, da vida e da morte. Devir estátua – levantado – devir morte – deitado – confirma a tendência para a imobilidade. As estátuas e os homens não se contentam em se opor: o seu encontro produz uma contaminação permanente entre o animado e o inanimado, o vivo e o petrificado – o olho de Deus. Dotar as personagens duma aparência escultural – as mulheres – seja para evocar a morte – Dafne – seja para os arrancar ao presente – o autocarro – e os projectar no tempo suspenso dos deuses e do mito – o olho de Deus petrificado no *freeze* final.

As duas posições de deitado sucedem-se após a dança ritual africana; na primeira, João Vuvu está na sua cama, de noite, quando é visitado pela mulher fálica que o profana; a segunda ocorre durante o sono de João Vuvu na cama do hospital, em que o vemos profanar o cadáver da sua mulher Hortênsia. Ora, justamente, profanar é contrariar o sagrado, nestes dois casos o corpo cadáver que é já a morte. O regresso à vida, a ressurreição, é dada, no caso de João Vuvu, pelo episódio sexual com a enfermeira Emília; e, no caso da sua defunta, pelas pétalas que uma criança (será Verónica, a filha da ninfa Dafne e do deus Apolo?) depõe sobre o cadáver de Hortênsia.

* * *

Terminamos com uma referência ao plano monteiriano: plano fixo, panorâmica ou *travelling*, o plano em *Vai-e-vem* não ultrapassa a escala do plano conjunto, frontal, explorando o eixo da latitude, sem profundidade, isto é, sem explorar o eixo da longitude. Para João César Monteiro, feroz inimigo da perspectiva e da profundidade de campo (de que o exemplo mais radical é *Branca de Neve*), o quadro de referência em cinema é o do cinema mudo. O cinema mudo, herdando o quadro de referência da pintura impressionista e do teatro isabelino, contém o jogo dos actores, do cenário e da palavra sem propor a ilusão da tridimensionalidade. Por isso, Murnau e Stroheim são as suas referências cinematográficas, já que ambos trabalham sobre a verdade da representação, em que os actores falam como se o cinema fosse sonoro. Com o advento do som e do cinema sonoro, basicamente o cinema ficou na mesma em termos do quadro de referências. Só com *Citizen Kane* o cinema mudo acaba, uma vez que o quadro de referência se altera para a tridimensionalidade, reforçando a impressão de realidade de que falam André Bazin e, mais tarde, Gilles Deleuze. Daí a referência ao filme quando João Vuvu chama a Jacinta, uma actriz de cinema, Botão de Rosa (Rosebud). Ela é, no filme, como *Citizen Kane* é no cinema, uma intromissão abusiva e fatal do mundo das convenções, isto é, um reforço da *mimesis* em contraponto e em contragosto ao universo da *poiesis*, aquele em que se situa o cinema de João César Monteiro.

O realismo em Monteiro não deriva do movimento da câmara ou dos actores no cenário, mas sim das situações e das falas dos seus personagens. Este realismo, quase naturalismo, deriva duma saturação do plano até ao limite da imobilidade, após o que se sucede outro plano. Este plano já não acrescenta ao anterior; pelo contrário, recomeça o movimento a partir do imobilismo para nele acabar outra vez. A ausência de *raccords* ou de figuras narrativas, como o *flash-back* ou o plano subjectivo em *Vai-e-vem* e em toda a obra de Monteiro, são a prova de que a linguagem adoptada pelo cinema clássico, a partir do cinema sonoro e de *Citizen Kane*, não servem o propósito do autor, uma vez que introduz na relação filme-público um contrato de inteleligibilidade inaceitável. Isto é, pressupõe que uma parte do filme seja feita pelo espectador e que o autor conte com isso. Nada mais estranho à concepção de João César Monteiro, predominantemente autoritária.

# A Comédia Humana segundo Manoel de Oliveira

**Paulo Cunha**

CUNHA, Paulo – "A Comédia Humana segundo Manoel de Oliveira".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 161-174.

**Paulo Cunha.** Mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas. Doutorando em História da Cultura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseiro da FCT. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

*"A isto chamo* A Divina Comédia*: os prazeres da vida, o sexo como ídolo, o poder como ambição suprema e a morte como o limite de tudo. Por acaso a verdadeira glória obter-se-á na aceitação do sofrimento e da ressurreição? Eis o dilema. No fim de contas, este é um filme histórico ou, se preferirem, uma parábola em torno da civilização ocidental."*

Manoel de Oliveira, 1991.

Em Setembro de 1991, em pleno Festival de Veneza, Manoel de Oliveira apresentava a concurso a sua mais recente obra cinematográfica, de onde resultaria a conquista do Grande Prémio Especial do Júri. A obra em causa intitulava-se *A Divina Comédia* e assumira rapidamente o estatuto de obra-prima. A génese deste filme (conforme confessa o cineasta) encontra-se no cruzamento da leitura do romance *Crime e Castigo* (1867) de Fiodor Dostoievski com o seu fascínio pessoal pela figura de Jesus Cristo.

> «C'est à l'époque du tournage de *A Canção de Lisboa* que Manoel a lu, dans un état de dépression, *Crime et Châtiment.* [...] *La Divine Comédie* sera, soixante ans plus tard, une adaptation de ce roman de Dostoievski.»; «Voyant au cours du montage de ce film [Non] à Paris, dans la vitrine d'une librairie de Montparnasse un livre sur la vie de Jésus, Manoel eut envie de travailler sur les données objectives de la vie de Christ. [...] Reparti au Portugal, son imagination incessant lui fit croiser son souvenir d'une lecture des années trinte: *Crime et Châtiment* de Dostoievski. [...] Cette invraisemblable rencontre ne pouvait se dérouler que dans un asile d'aliéné, décor unique, en effet, de *La Divine Comédie,* l'une des plus déroutantes de ses œuvres.»[1]

De forma harmoniosa, esta obra de Oliveira procura cruzar os dois universos que são mais caros a Manoel de Oliveira enquanto cineasta: o discurso bíblico e o literário. Para o seu autor, *A Divina Comédia* corresponde a uma pretensão pessoal de formular "uma reflexão, mais geral, sobre a nossa dimensão humana e a cultura a que pertencemos: judaico-cristã, greco-romana, ocidental, mediterrânica."[2]

Para desenvolver a reflexão, o cineasta tinha projectado para a sua *Divina Comédia* "uma espécie de mesa-redonda sobre os pontos fundamentais e os problemas cruciais da nossa civilização". Contudo, a ideia de construir o filme a partir de uma mesa-redonda não preenchia as expectativas do cineasta.

Para melhor desenvolver este empreendimento, Oliveira seleccionou o conjunto de textos que considera mais representativos da cultura ocidental.

> «Representativos de quê? Representativos do mundo ocidental do qual fazemos parte. São extremamente representativos do Ocidente e como referência são muito actuais. Não é por ser *Crime e Castigo* de Dostoievski mas por ser a representação de um

[1] Manoel de Oliveira cit. in PARSI, Jacques – *Manoel de Oliveira. Cinéaste portugais (XX.eme siècle).* Paris : Fundação Calouste de Gulbenkian, 2002, p. 76/p. 127.

[2] MATOS-CRUZ, José de – *Manoel de Oliveira e a Montra das Tentações.* Lisboa: Publicações Dom Quixote/Sociedade Portuguesa de Autores, 1996, p. 41.

esquema humano histórico ocidental. [...] Não é o *Raskolnikov* e a *Sónia* mas o que eles figuram. Ou o *Grande Inquisidor*. São trechos que escolhi porque me informaram que faziam parte das obras mundialmente reconhecidas e extraordinárias.»[3]

Esses textos seleccionados, onde o cineasta traça pontos de contacto com a realidade actual, são desenvolvidos em forma de diálogo, o que permite desde logo uma dialéctica promotora de confronto de ideias e de concepções antagónicas.

Para Manoel de Oliveira, os textos mais representativos da sua visão são a *Bíblia*, *Crime e Castigo* e *Os Irmãos Karamazov* de Fiodor Dostoievski, o *Anti-Cristo* de Friederich Nietzsche e *A Salvação do Mundo* de José Régio. Além de representativos, estes textos funcionam como referências históricas para Oliveira perseguir uma objectividade que alguns detractores sempre lhe negaram.

Esta objectividade reflecte-se sobretudo na técnica fílmica adoptada pelo cineasta para o registo desta obra. Apesar de conceitos predefinidos em relação ao estilo cinematográfico do cineasta, Oliveira concede uma maior importância à forma, que se pode equiparar, de forma equilibrada, à importância do conteúdo. Esta obra, adoptando um estilo muito metódico e geométrico, é o melhor exemplo dessa objectividade técnica reivindicada pelo autor.

Assumindo uma visão estética singular, Oliveira constrói o filme com planos fixos, registando-se apenas duas excepções: a chegada de *Ivan Karamazov* à Casa de Alienados e a sequência final da redenção de *Raskolnikov*. Das duas sequências, apenas a primeira é propositada e encerra em si um simbolismo que analisaremos adiante. Através desta estratégia fílmica, Oliveira pretende recuar à designada "Idade de Ouro" do cinema, período "em que atingiu um poder de expressão e uma naturalidade de jogos de planos – a montagem, o enquadramento e o ângulo visual (de baixo para cima, de cima para baixo) e o realizador era muitas vezes norteado pela preocupação estética e mais nenhuma."[4]

Contudo, *A Divina Comédia* não se esgota nesta "preocupação estética". A par da imagem, a palavra assume um carácter simbólico e alegórico, já que a origem dos textos remete o espectador para um universo literário histórico e específico. Este aspecto erudito e intelectual pode, simultaneamente, proporcionar e criar dificuldade ao gozo da dimensão estética e visual do filme: "É claro que o espectador que tem de ler legendas perde muito. Se for um literato, é capaz de se interessar mais pela leitura das legendas do que pela visão das imagens e do filme ficar-lhe-á um aspecto mais frio. Mas a imagem junta ao diálogo uma humanidade que os textos nem sempre comportam. Há um jogo de equilíbrio no qual apostei."[5]

## A Divina Comédia: sinopse

A imagem inicial do filme apresenta-nos uma casa senhorial dos fins do século XIX, identificada por um painel de azulejos com a inscrição "Casa de Alienados". No interior da casa, correndo num corredor, *Sónia* (Maria de Medeiros) chama por

---

[3] *Ibidem*, p. 44.

[4] Manoel de Oliveira entrevistado por António Roma Torres, Regina Guimarães e Saguenail. In: *A Grande Ilusão*. Porto: Cooperativa Cinema Novo, Out. 91-Mai. 92, n.º 13-14, p. 42.

[5] *Ibidem*, p. 43.

*Raskolnikov* (Miguel Guilherme) e dirigem-se ambos até junto de outros alienados que, em silêncio, observam o jardim da casa. Nesse jardim, um homem e uma mulher completamente nús, encarnando *Adão* (Carlos Gomes) e *Eva* (Leonor Silveira), recriam o episódio bíblico da consumação do pecado original e da expulsão do Paraíso.

No preciso momento em que *Adão* e *Eva* comem a maçã, irrompe uma tormenta de relâmpagos e chuva, e observamos uma serpente a fugir. O *Director* da instituição (Ruy Furtado), até aí expectante, ordena aos enfermeiros que façam recolher o casal. No interior da casa, o grupo dos restantes alienados que observava atentamente o jardim redirecciona a sua atenção para as palavras de um homem que se assume como *Jesus Cristo* (Paulo Matos) e, apoiado no texto bíblico, conclui o episódio bíblico do *Génesis* que se havia iniciado no jardim da casa.

Uns toques de badalo anunciam a hora da refeição. À mesa (encabeçada por *Adão* e *Eva*) encontram-se *o Profeta* (Luís Miguel Cintra) e *o Filósofo* (Mário Viegas), que protagonizam uma acesa discussão acerca da natureza material e espiritual da mulher. Na mesma mesa, *Jesus Cristo* encena o episódio bíblico da última ceia e irrita o *Fariseu* (Luís Lima Barreto).

Num corredor da casa, *Raskolnikov* entrega um embrulho a *Elena Ivanovna* (Laura Soveral), assassinando-a de seguida com várias machadadas. Depois de morta, o mesmo rouba umas chaves, que esta guardava religiosamente, e profana o seu quarto. Quando se preparava para a fuga, ainda no local do crime, é surpreendido por *Isabel Ivanovna* (Cremilda Gil). Numa tentativa de silenciar a testemunha, acaba por assassiná-la. No plano seguinte, o mesmo *Ralkolnikov* acorda de um pesadelo e depara-se com o *Director* no seu quarto a observá-lo atentamente. Omnipresente, o *Director* reconhece que o paciente se encontra atormentado por "algumas obsessões" e aconselha-o a medicar-se com mais atenção.

Nos jardins da casa, *o Profeta* e *o Filósofo* prosseguem as suas conversas, agora acerca da natureza do bem e do mal no homem. Num diálogo de ideias antagónicas, as duas personagens desenvolvem as suas concepções acerca da natureza humana e da natureza da divindade. Num discurso aceso, trocam defesas e acusações a propósito das considerações e concepções filosóficas e religiosas do próximo, nomeadamente em relação ao Cristianismo enquanto sistema de valores morais e sociais.

De regresso a casa, *o Filósofo* depara-se com a pianista *Marta* (Maria João Pires) que toca uma melodia, que é ouvida por *Maria* (Júlia Buissel), *Jesus Cristo* e *Lázaro* (Miguel Yeco), a quem se juntam posteriormente *Sónia* e *Raskolnikov*. Depois de *Lázaro* se deitar num caixão no centro da sala, o casal de *Crime e Castigo* de Dostoievski trocam algumas experiências passadas.

A pretexto da conversa entre *Sónia* e *Raskolnikov*, encena-se um novo episódio bíblico: a ressurreição de *Lázaro*. Influenciado por *Sónia*, *Raskolnikov* prossegue o seu percurso de expiação dos seus pecados. No entanto, para conseguir libertar-se do sofrimento humano que o atormenta, o jovem pede ajuda a *Sónia*, numa tentativa de redenção pelo amor da mulher.

Decorre depois um novo capítulo do diálogo entre *o Profeta* e *o Filósofo*: agora a discussão centra-se na questão da natureza da arte, reclamada quer como fenómeno imanentista divino, quer como manifestação da autonomia criadora do homem. Mais uma vez, as personagens discutem a dicotomia que opõe Deus ao Homem, o divino ao humano, o sagrado ao profano.

Momentos antes, na varanda da casa, *Adão* tenta uma aproximação a *Eva*, que o rejeita peremptoriamente. A *Eva,* arrependida, anuncia-lhe que já não é *Eva*, mas *Santa Teresa*. Perante a recusa de *Eva* em se entregar sexualmente a *Adão*, *o Filósofo* intromete-se tentando tirar algum proveito da situação. Em primeiro lugar, convence *Adão* de um suposto direito de propriedade sobre *Eva* e incita-o a cumprir o "dever de homem" e apropriar-se da mulher para o "seu bel-prazer". Em segundo lugar, aborda *Eva* no seu quarto, acusa-a de estar a cometer um crime contra o futuro da humanidade e tenta aproveitar-se sexualmente desta. Surpreendida pelo assédio do *Filósofo*, *Eva/Santa Teresa* tenta o suicídio, não concretizado.

De regresso à sala principal, com todos os alienados reunidos, *Jesus Cristo* proclama as bem-aventuranças perante as diferentes reacções dos observadores. Entre conversas várias, *Raskolnikov* e *Sónia* sentem-se condenados ao sofrimento interior, enquanto *o Filósofo* e *Adão* continuam a discutir a natureza da figura feminina enquanto objecto do homem, conforme a vontade divina. O *Fariseu* tenta aliciar *Jesus Cristo* para participar num negócio, mas este, à semelhança do episódio bíblico da expulsão dos comerciantes do templo, rejeita a tentadora proposta. *Adão* reclama a *Jesus Cristo* o abandono e a esterilidade de *Eva*, mas *Jesus* defende a mulher e aconselha-o a seguir o seu caminho de purificação.

De seguida, ocorre uma outra discussão em torno da experiência artística. Agora entre *o Filósofo*, *Marta* e *Maria*, este diálogo recupera a dicotomia entre a arte como criação humana ou como concessão divina. Intromete-se o *Profeta* em defesa da concepção imanentista. *Marta* e *Maria* subscrevem as posições do *Profeta* e sentem-se insultadas pelas afirmações provocatórias do *Filósofo* contra a religião.

De motorizada, chega à "Casa de Alienados" um homem que se chama *Ivan Karamazov* (Diogo Dória) e que vem visitar seu irmão internado *Aliosha Karamazov* (José Wallenstein). Em conversa com o *Director*, *Ivan* confessa um desejo antigo em se "hospedar" na instituição, como condição necessária ao seu descanso. O motivo da visita de *Ivan* é a revelação da sua última obra literária. Num diálogo entre os dois irmãos e o *Director* – mas a que assistem, a espaços e silenciosamente, vários dos alienados –, abordam-se questões acerca do sofrimento e da redenção do homem e o papel da divindade na mediação do percurso da humanidade.

Com a devida autorização do *Director*, *Ivan* lê um pequeno texto intitulado *O Inquisidor-Mor*, uma parábola dostoievskiana ambientada em plena época da Inquisição, onde um prisioneiro beija o seu carrasco. Já com a presença de todos os alienados, e por sugestão do *Director*, adapta-se a história do *Inquisidor* aos tempos actuais e inicia-se uma reflexão em torno das diferenças ideológicas, políticas e religiosas que dividem o mundo contemporâneo. Em jeito de conclusão, o *Director* revela uma descrença pessimista em relação a Deus e à Humanidade.

Num acto de reabilitação do amor entre os homens, os alienados beijam-se na boca e relançam uma mensagem de esperança no futuro. Este ponto inicia a conclusão do filme, onde se precipita o desenlace das várias personagens: *Jesus Cristo* abandona a casa; *Raskolnikov* confessa o seu crime a *Sónia* e ao mundo, iniciando o processo de expiação do seu sofrimento; *Sónia* aceita o amor de *Raskolnikov* e ajuda-o na sua redenção; o *Fariseu* corrupto é desmascarado; o *Director* enforca-se e cumpre o desígnio niilista; o *Espírito Santo* desceu à terra, encarnando uma pomba, para responder às preces e devoções do *Profeta*, *Eva/Santa Teresa*, *Marta*, *Ma-*

*ria* e *Lázaro*; o cepticismo do *Filósofo* foi condenado pelos excrementos da pomba divina.

No último plano, ao som do piano, encerra-se a comédia. A *claquette* da rodagem é batida e termina o filme. Sob o fundo negro do genérico final, perpetua-se a música tocada por *Marta*.

Proposta de interpretação

*«O filme abre-se.*
*A minha proposta não é fechar, é abrir o filme às interpretações.*
*Eu não quero fechar o filme com ideias minhas,*
*quero que os meus filmes sejam polémicos, contraditórios até.»*

Manoel de Oliveira, 1991.

## A Casa de Alienados

A oportunidade de filmar a obra numa casa senhorial permitia ao autor concentrar nesse espaço simbólico uma complexa "dispersão de individualidades e de personagens tão distintas umas das outras no tempo e no espaço." Nesta perspectiva, a Casa de Alienados assume um tom declaradamente simbólico e alegórico: "Pensei ainda que aquele lugar era uma representação do mundo, não no aspecto depreciativo, mas no sentido de se situar para além da loucura."[6]

Desde os primeiros planos, apercebemo-nos de que todos os habitantes desta casa são loucos e assumem identidades históricas ou literárias. De todas as personagens, apenas o *Director* da instituição não é alienado, condição que o torna numa espécie de "coordenador" de uma eventual visão do mundo (a de Manoel de Oliveira). Segundo o seu ponto de vista, a acção inicia-se com a encenação do pecado original, episódio que marca a expulsão do Homem para o mundo (casa), onde se desenvolve a acção. A acção regressa ao exterior da casa, temporariamente, no diálogo entre *o Profeta* e *o Filósofo* e, definitivamente, após o suicídio do *Director*. Assim, numa lógica eminentemente cristã, o mundo é apresentado como um espaço de trânsito para o Homem, onde o destino final é a salvação do Homem e a sua ascensão redentora ao Paraíso.

Num atento exercício de analogia, Fausto Cruchinho esboça uma interpretação simples mas eficaz para Casa de Alienados: "É como se Oliveira tivesse construindo uma arca de Noé com espécies aos pares".[7] De facto, tal como Noé, Oliveira procura salvar do dilúvio aqueles que considera como os elementos mais representativos da cultura e sociedade humanas, imortalizando assim alguns dos ícones fundamentais da existência humana.

## As Personagens

As personagens que povoam a Casa de Alienados são inspiradas pelos textos representativos e pelas concepções dos seus autores. Criteriosamente seleccionadas,

---

[6] *Ibidem*, p. 45.

[7] CRUCHINHO, Fausto – «A Divina Comédia». In: *Catálogo Festival Insanidades*. Lisboa: Geniuzastare/ Associação Cultural, 1999, p. 35.

estas personagens reproduzem argumentos que assumem uma forma absoluta e totalizadora, nomeadamente as questões da natureza do homem e do seu relacionamento com a ideia de divindade.

Cada personagem representa um ponto de vista, uma forma distinta de observar e compreender a realidade. Contudo, esse ponto de vista não é individual ou subjectivo, pois é representativo de um quadro cultural que essa personagem tipifica. Assim, esse ponto de vista, apesar de não se impôr sobre os outros, é profundamente objectivo.

Do ponto de vista formal, existem três tipos de personagens: personagens transpostas da literatura e limitadas ao nível do discurso (*Jesus Cristo*, *Raskolnikov* e *Sónia*, *Ivan* e *Aliocha*, *Lázaro*), personagens baseadas em textos e inspiradas em estereótipos (*o Profeta*, *o Filósofo*, *Fariseu*, *Marta* e *Maria*, *Adão* e *Eva*) e, finalmente, personagens originais (*Director*). Cada tipo de personagem obedece a uma construção e a um estilo de interpretação diferente (da representação à citação).

## *Adão* (Carlos Gomes) e *Eva* (Leonor Silveira)

Invariavelmente, uma obra que tem por último propósito reflectir acerca da natureza humana a partir da cultura judaico-cristã teria de iniciar o seu percurso com o acto criador da vida: o episódio bíblico da expulsão de *Adão* e *Eva* do Paraíso (Génesis 3, 1).

Após a expulsão, *Eva* procura expiar o pecado através da abstinência de prazeres carnais, encarnando a figura de Santa Teresa de Ávila (1515-1582). *Eva/Santa Teresa* acredita que só através do sacrifício terreno é possível alcançar a salvação da alma. A escolha de uma figura representativa das correntes místicas do Cristianismo procura enriquecer o debate acerca da evolução da doutrina de Cristo. Considerada santa por uns e mitómana por outros, Teresa de Ávila é sobretudo um modelo da submissão e dedicação absoluta do Homem a Deus. Devido a uma suposta intervenção divina, Teresa de Ávila julga-se a eleita para ser esposa de Cristo. No entanto, numa época de radical interdição do prazer (incluindo o amor místico a Cristo), esta pratica a autoflagelação como prova da sua crença e promove uma profunda reforma na Ordem do Carmelo, reivindicando um regresso à observância estrita, à pobreza absoluta, à vida austera e à clausura.[8]

Inconformado, *Adão* não aceita esta recusa de *Eva/Santa Teresa* aos prazeres carnais. Sentindo-se lesado nos seus interesses – afinal *Eva* foi criada propositadamente para si –, *Adão* revolta-se contra a moral cristã de sacrifício e resignação, acusando Deus de o trair. Esta traição é materializada no filme pelo abandono do Homem, por Deus (morte do *Director*) e por Jesus Cristo (ascensão ao Paraíso), na Casa dos Alienados.

A personagem feminina em questão serve também para exemplificar a eterna dualidade feminina, que pode representar duas imagens opostas: a tentação e a santidade. A utilização de *Eva*, a primeira das mulheres, para ilustrar esta dualidade revela uma certa perversidade do autor. De resto, esta dualidade também se reproduz na

---

[8] TINCQ, Henri – «A carmelita de Ávila, em directo com o céu». In: *Os Génios do Cristianismo. Histórias de profetas, pecadores e de santos.* Lisboa: Gradiva/Público, 1999, p. 147-152.

personagem *Sónia*, uma prostituta que expia os seus pecados pelo amor redentor que dedica a *Raskolnikov*.

## *Director* (Ruy Furtado e Manoel de Oliveira)

Em termos alegóricos, o *Director* assume o papel de Deus. Administrador da Casa de Alienados, é esta personagem quem decreta a expulsão de *Adão* e *Eva* do Paraíso para o mundo terreno. Assumindo características de omnipresença e omnisciência, o *Director* representa a "palavra de ordem", ou seja, incorpora a autoridade e a ordem que rege o mundo.

No entanto, esta autoridade atravessa uma fase de dúvida da autognose e de pessimismo em relação ao futuro do homem e da sua sociedade. Perto do final do filme, perdida a esperança, o *Director* materializa o pessimismo que anunciara antes, optando pelo suicídio. Após uma simbólica "morte de Deus", o homem e o mundo ficam órfãos e entregues ao seu destino. Esta morte do *Director* representa sobretudo o abandono do Homem pelo seu Criador, numa demonstração de que é "a vaidade da criação que mata Deus". Deus abandonou o Homem porque este o desiludiu, duvidando da sua criação: "querem a guerra, matam e entregam-se aos desejos carnais".[9]

Em termos cinematográficos, esta personagem é tributária da construção estilística da figura do médico nas obras do expressionismo alemão. A construção trágica da personagem remete-nos para figuras emblemáticas do cinema expressionista como o *Dr. Caligari* ou o *Dr. Mabuse*. Nas obras mais representativas do expressionismo alemão, a figura do médico é perversamente associada à loucura e à manipulação hipnótica dos doentes. Em *Dr. Mabuse, Der Spieler* (Fritz Lang, 1922), o médico louco é a materialização imediata do caos social que afecta a sociedade alemã do pós-guerra, conforme expressa o prólogo do filme: numa rápida sucessão de montagem, aparecem referências directas à situação decadente e violenta desse período, seguindo-se a pergunta «quem está por trás disto?» e a resposta «eu» acompanhada da figura do sinistro médico.[10]

## *Jesus Cristo* (Paulo de Matos) e o *Fariseu* (Luís Lima Barreto)

A personagem que se crê *Jesus Cristo* inspira-se exclusivamente em textos da *Bíblia*, limitando o seu discurso a passagens inscritas no livro sagrado do Cristianismo. Os principais episódios representados por esta personagem são: a expulsão de Adão e Eva do Paraíso, a última ceia (Mateus 26, 17) e a ressurreição de Lázaro (João 11, 25). Seguido por uns e negado por outros, o suposto *Jesus Cristo* acabará por ser condenado pelos enfermeiros, representantes da autoridade, tal como o verdadeiro Messias cristão havia sido julgado e condenado há dois mil anos pelos judeus. Mais uma vez, o Homem moderno e a sociedade influenciada pelo iluminismo e pela racionalidade parecem não estar preparados ou dispostos a receber a boa-nova trazida pelo filho de Deus.

---

[9] CRUCHINHO, Fausto – ob. cit., p. 35.

[10] SADOUL, Georges – *História do Cinema Mundial. Das Origens aos Nossos Dias*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, Vol. 1, p. 169-195.

No plano estritamente histórico, Jesus Cristo empreendeu uma clara ruptura com alguns fundamentos religiosos do judaísmo farisaico, nomeadamente em questões de pureza e de piedade. Através de uma linguagem simbólica e alegórica (as célebres parábolas), Jesus Cristo questiona a doutrina do Antigo Testamento e propõe uma inflexão nessa mesma doutrina ("inversão da pirâmide"): "Jesus prega não o paraíso na terra, uma libertação temporal, uma apólice de seguro para o céu, mas o *reino de Deus*, ou seja, a antecipação duma felicidade futura a que ele chama a vida eterna."[11]

Em oposição a este pretenso *Jesus Cristo* encontra-se o *Fariseu*, personificação da seita judaica que simulava viver em santidade e que fora denunciada por Jesus. Recusando a mensagem de *Jesus*, o *Fariseu* acusa-o de ser um charlatão e de enganar os seus seguidores. A passagem bíblica que traduz exemplarmente esta oposição e confronto de ideias é o episódio da expulsão dos comerciantes do templo (Marcos 11, 15), que alude à valorização de uma religiosidade pura e externa à materialidade.

Depois de procurar enganar *Jesus Cristo* com tentações terrenas (sobretudo o dinheiro), o *Fariseu* é desmascarado e reconhecido em toda a sua hipocrisia e intriga. Como religioso judaico, o *Fariseu* recusa Cristo como o Messias prometido pelas profecias e acusa-o de ser um "impostor".

## *O Profeta* (Luís Miguel Cintra) e *o Filósofo* (Mário Viegas)

Estas duas personagens promovem duas visões antagónicas do Cristianismo. Através de uma dialéctica que nos parece a conduta do filme, estas personagens parecem funcionar como dois moderadores do debate que se desenvolve através da exposição dos diversos argumentos. Se *o Profeta* encarna a Fé, *o Filósofo* encarna o Hedonismo, duas soluções possíveis para a salvação do Homem.

O *Profeta* é retirado da peça teatral *A Salvação do Mundo*, de José Régio. Contudo, desengane-se quem esperava que esta personagem encarnasse uma espécie de advogado de defesa do Vaticano e da doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana. À semelhança de José Régio e de Manoel de Oliveira, este *Profeta* defende um cristianismo com forte características místicas e ascéticas, numa espécie de regresso a um cristianismo designado como "primitivo".

Em contrapartida, a personagem *o Filósofo* é inspirada em textos de Friedrich Nietzsche e n'*O Anti-Cristo* em particular. Impregnado de princípios laicos, *o Filósofo* defende um sistema moral e social que assenta na predominância do Prazer enquanto finalidade da existência humana. O Prazer, segundo *o Filósofo*, materializa-se na luxúria (desejo carnal pela mulher), ira (sentimento que o estimula contra os adversários), avareza (ambição em aniquilar e substituir Deus), inveja (cobiça pelo alheio), soberba (arrogância no trato), gula (excessos materiais) e preguiça (indolência), ou seja, nos sete pecados capitais consagrados no catecismo da Igreja Católica.

Ao anúncio da morte de Deus pelo *Filósofo*, *o Profeta* responde com o anúncio do inédito Quinto Evangelho. Às blasfémias narcísicas do auto-declarado *Anti-Cristo*, *o Profeta* assume a submissão a Deus como única forma de redenção possível do

[11] TINCQ, Henri – «Jesus, um *terno sonhador* da Galileia que quer revolucionar o mundo». In: TINCQ, Henri – ob. cit., p. 21-22.

Homem. *O Filósofo* acusa a santidade católica de ser nefasta ao Homem e ao mundo, atribuindo-lhe um carácter idealista que derrota a "razão", o "instinto" e a "ciência".

## *Lázaro* (Miguel Yeco), *Maria* (Júlia Buissel) e *Marta* (Maria João Pires)

Este trio de irmãos da cidade de Bethânia, repescado do célebre episódio bíblico, permite a Oliveira expor duas questões fundamentais na discussão acerca do Cristianismo: o dogma da ressurreição e a natureza da arte.

A personagem que se julga passar pelo ressuscitado de Bethânia simboliza a resposta cristã para a salvação do mundo: a redenção pela ressurreição do Homem. Segundo a tradição cristã, é através da ressurreição que o Homem se liberta do pecado original e de todos os constrangimentos materiais, alcançando assim a recompensa do Criador. Essa recompensa passa pelo regresso do Homem ao Paraíso e pela sua consequente purificação espiritual.

As irmãs de *Lázaro* esboçam uma outra hipótese para a salvação, alcançada através da adoração a Deus. Contudo, Maria e Marta simbolizam duas formas bastante distintas de exercitar uma mesma adoração, seja pela oração ou pelo trabalho. No contexto cristão, a oração e o trabalho assumem uma simbologia cumpridora e purificadora; ora vejamos; a oração é citada na Bíblia enquanto uma prova do amor do Homem a Deus e, por seu lado, o trabalho é associado ao próprio Deus (Génesis) e citado enquanto finalidade da existência humana. É também relevante que o trabalho surja na Bíblia antes do próprio pecado.

Como o próprio Oliveira reconhece, a escolha de Maria João Pires e da Música para desempenhar esta personagem prende-se com a pretensão de articular o discurso acerca da natureza da arte com o diálogo do *Filósofo* e do *Profeta*. Antes de mais, *Marta* representa o artista, um elemento fundamental no relacionamento entre o humano e a divindade.

## *Raskolnikov* (Miguel Guilherme) e *Sónia* (Maria de Medeiros)

Este casal criado por Dostoievki para protagonizar *Crime e Castigo* é um dos elementos fundamentais na construção da obra de Oliveira. Construídos como uma espécie de reinvenção invertida de Adão e Eva, este casal vive em sofrimento após a concretização do pecado (assassinato e prostituição), mas procura a redenção através da aceitação do castigo e consequente expiação do Mal. Este casal é fulcral à obra porque é bastante representativo da natureza humana: vive "um drama de amor, de sofrimento, de ambição de poder e domínio, de conquista, de pecado, enfim, está lá tudo."[12]

*Raskolnikov* é um jovem estudante revolucionário que vive a sonhar, nomeadamente em torno dos conceitos de Bem e Mal. Devido aos seus pensamentos e produção intelectual, *Raskolnikov* resolve assassinar uma velha usuária pelo dinheiro que esta possui e que ele necessita para sobreviver. Materializados os assassinatos da usuária e de uma sua irmã, o jovem estudante constata que o seu acto se deveu

---

[12] Manoel de Oliveira entrevistado. In: *A Grande Ilusão*, ob. cit., p. 43.

exclusivamente ao fascínio de matar, de retirar a vida a outra pessoa. Atormentado pelo crime que cometera, *Raskolnikov* conclui que a única forma de exorcizar o seu crime passará pela aceitação de um respectivo castigo. Perto da loucura, o estudante confessa o seu crime e entrega-se à justiça dos homens para se redimir perante a justiça divina, só concretizável devido ao apoio e amor que sente por *Sónia*.

*Sónia* é uma prostituta que conhece bem os homens e o prazer carnal (desperta o desejo sexual do *Fariseu* e do *Filósofo*). A sua actividade na prostituição é contrária à sua vontade, mas justificada pela necessidade de atender monetariamente à sobrevivência dos seus pais. Apesar de viver em pecado, segundo a moral cristã, esta prostituta demonstra uma profunda crença na sua redenção, possibilitada através do amor que sente por *Raskolnikov*.

*Raskilnokov* personifica a visão católica do Homem. Segundo o cristianismo, "Deus criou o homem livre, mas responsável pelos seus actos e pensamentos". O homem possui "o livre arbítrio na opção dos actos e dos pensamentos".[13] Tal como Adão e Eva, também *Raskolnikov* optou por infringir uma regra e deve, pois, assumir a responsabilidade dos seus actos.

## *Ivan* (Diogo Dória) e *Aliocha* (José Wallenstein)

Finalmente, *Os Irmãos Karamozov*, criados por Dostoievki, reeditam o eterno debate sobre a justificação do ateísmo entre o descrente *Ivan* e o religioso *Aliocha*. *Ivan* dirige-se à Casa de Alienados para visitar o seu irmão *Aliocha*, que aí se encontra internado. Apesar de revelar interesse em se internar na instituição, o *Director* rejeita-o sob o pretexto de não haver lugar e de *Ivan* não pertencer àquele espaço.

De facto, *Ivan* é uma personagem que provém do exterior – "como se ele estivesse fora do esquema e viesse explicar o esquema" – e promove uma declarada ruptura no filme. A participação dos irmãos resume-se a uma única, mas capital, cena--sequência. A propósito da narração da parábola d' *O Grande Inquisidor*, desenvolve-se um diálogo a três – os *Karamozov* e o *Director* – que precipita o encerramento trágico da comédia.

## A Música ou o triunfo da Arte

A Música encontra-se presente na obra uma vez que uma das reflexões fundamentais aí desenvolvidas se relaciona com a natureza e a essência da Arte. Para Oliveira, a manifestação artística mais definida e abstracta é a Música, permitindo tratar simultaneamente a Arte enquanto prática de oração e prática mundana. A figura do Artista (*Marta*) complementa o diálogo entre *o Filósofo* e *o Profeta*, atribuindo-lhe uma importância crucial no encerramento da comédia humana.

À semelhança das outras personagens, também *Marta* propõe uma solução possível para a salvação do mundo e do Homem: "a interrogação sobre a humanidade encerra-se com o triunfo da arte, desistindo o artista da vaidade de se aproximar do Criador".[14]

---

[13] OLIVEIRA, Manoel de – «Pecar por não pecar». In: *Régio, Oliveira e o Cinema*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde/Cineclube de Vila do Conde, 1994, p. 51.

[14] CRUCHINHO, Fausto – ob. cit., p. 35.

Se procurarmos pormenores, constatamos que a música se ouve antes do pecado original e depois da redenção do homem, ou seja, a arte sobrevive à própria existência humana.

Quando todas as personagens parecem ignorar ou insurgir-se contra Deus, apenas *Marta* e a sua música parecem ter a lucidez suficiente para continuar a desempenhar o seu papel na ordem natural. Apesar das dúvidas e das interrogações despontadas pelo diálogo entre *o Filósofo* e *o Profeta,* a Arte triunfa pela sua coerência, radicada numa espécie de simbiose entre o sagrado e o profano.

O debate em causa opõe duas concepções antagónicas de Arte: *o Filósofo* acredita na expressão artística como "uma virtude do corpo [...] uma inteligência, uma sensibilidade que o corpo encerra", fazendo o Homem substituir-se a Deus e tornar-se "um Super-Homem"; em oposição, *o Profeta* acredita que a Arte seja "um dom de Deus"– detém o poder divino da criação. Segundo este ponto de vista, a expressão artística, enquanto processo criativo, é nefasta ao Homem porque revela todo o seu "orgulho e vaidade" e pode levá-lo a confundir-se com o Criador.

Finalmente, parece unânime que o elemento musical assume na obra uma preponderância idêntica à da imagem e da palavra. Em termos formais, a presença da música é constante e notória, servindo frequentemente como instrumento catalizador do desenvolvimento da narrativa, nomeadamente nas cenas de conjunto.[15]

## Conclusões

> *«– Vê caro Profeta, a Humanidade é louca e não se dá conta da sua loucura.*
> *– Não vejo grande mal nisso, amigo Filósofo. Assim pode até, quase, ser feliz.*
> *– Com efeito, se o conceito de Felicidade é inconsciência, até poderia ser assim.*
> *Mas pensar a felicidade neste mundo é uma brincadeira... é a verdadeira loucura.»*
>
> Diálogo entre *o Filósofo* e *o Profeta.*

A justificação do título *A Divina Comédia* não está relacionada com a obra homónima de Dante Allighieri, apesar de Manoel de Oliveira também se debruçar sobre a reflexão de conceitos como o Bem e o Mal ou o Pecado e a Santidade. Esta comédia oliveiriana recebe o título de "divina" sobretudo porque o *Director* da Casa de Alienados é Deus. No entanto, o real objecto desta comédia é o Homem e as suas representações à luz da cultura ocidental.

Contrariando as aparências, todas as personagens "alienadas" que habitam a obra de Oliveira são "lúcidas". Contudo, esta lucidez advém-lhes dos quadros mentais e sociais que enquadram histórica e culturalmente os seus argumentos. A construção de diálogos e de encontros historicamente improváveis e impossíveis é o ponto de partida para uma reflexão em torno dos principais quadros culturais fundadores da sociedade ocidental contemporânea.

Os símbolos são um dos principais mecanismos que assistem a construção da obra aqui tratada. Desde os animais (a serpente e a pomba), aos trajes das personagens

---

[15] «Simbologias em *A Divina Comédia* de Manoel de Oliveira». In: *Actas do Congresso Internacional Literatura, Cinema e Outras Artes.* Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2001, p. 185-186.

(vermelho da prostituta *Sónia*, preto do assassino *Raskolnikov*, branco da artista *Marta*), ao jogo entre a luz e a sombra, a linguagem simbólica assume uma importância determinante na captação de informações codificadas que complementam a obra.

A moral da parábola dostoievskiana do *Inquisidor Mor* encerra também a moral desta comédia oliveiriana. Num mundo cada vez mais disputado por ortodoxias de várias origens, Oliveira apela para a afirmação de um espírito heterodoxo, para o triunfo da Humanidade enquanto comunidade cosmopolita e ecuménica. Mais importante que impor modelos totalitários de interpretação do Homem, convém à Humanidade o definitivo triunfo do respeito e compreensão do próximo, o verdadeiro reconhecimento do espírito heterodoxo que encaminhará o Homem à redenção e à refundação enquanto ser liberto e absoluto.

## Fontes

*A Divina Comédia*, de Manoel de Oliveira (1991).

Textos: excertos da Bíblia, *Crime e Castigo* e *Irmãos Karamazov* de Fiodor Dostoievski, *Salvação do* Mundo de José Régio e *Anti*-Cristo de Friederich Nietzsche.

Música por Maria João Pires.

# Edvard Munch ou a imagem como intensificadora do real

**Isabel Nogueira**

NOGUEIRA, Isabel – "Edvard Munch ou a imagem como intensificadora do real".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 175-186.

**Isabel Nogueira**. Doutoranda em Belas-Artes, área de especialização em Ciências da Arte pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Bolseira da FCT. Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Edvard foi o segundo dos cinco filhos do casal Christian Munch, médico do exército, e Laura Cathrine, que morreria prematuramente de tuberculose, doença que também levaria à morte a irmã mais velha do pintor, com apenas quinze anos de idade. A outra irmã fora entretanto diagnosticada uma doença do foro mental. O próprio Munch esteve várias vezes doente ao longo da vida, inclusivamente com problemas de alcoolismo. Este historial de família estará, provavelmente, em relação com a atmosfera atormentada da sua obra.

A família mudara-se para Christiania (chamada Oslo a partir de 1925) e Munch começava a estudar engenharia, acabando por desistir dos estudos para se dedicar à pintura, especialmente ao retrato – a representação por excelência. Entre 1880 e 1881 frequenta a Academia de Desenho de Christiania. Estuda os clássicos. É a altura em que vende os primeiros quadros e pinta o seu primeiro auto-retrato[1]. No ano seguinte, o jovem artista arrenda um estúdio com seis colegas. O pintor norueguês Christian Krohg orienta os seus trabalhos. Krohg foi o mestre de Edvard, cujo realismo social o influencia claramente. Munch cria uma série de obras realistas, ao mesmo tempo que procura aprofundar a espiritualidade e a densidade das suas personagens.

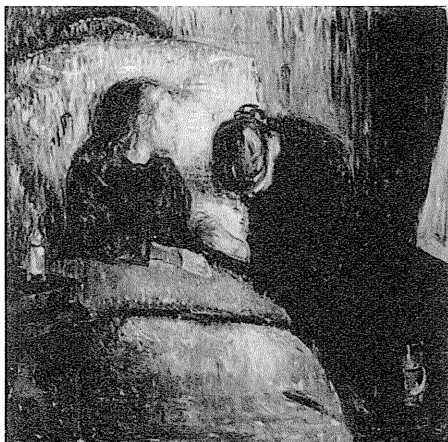
Em 1883 Munch faz a sua primeira exibição na Exposição de Outono de Christiania e, no ano seguinte, associa-se ao Movimento Artístico e Literário Boémio de Christiania. O grupo reunia-se assiduamente no restaurante do Grande Hotel de Christiania. Neste contexto, contacta com Hans Jaeger o líder do grupo, com o pintor Karl Jensen-Hjell, entre outros. O contacto com este grupo constituiu um ponto de viragem importante na obra de Munch e fonte de novos conflitos interiores. Em 1885 expõe na Exposição Mundial de Antuérpia e viaja pela primeira vez para Paris, durante três semanas, onde visita entusiasticamente o *Salon* e o Museu do Louvre. Fica, contudo, particularmente impressionado com a obra de Édouard Manet e inicia uma das suas primeiras grandes pinturas: *A criança doente* (1885-86), inspirada na sua irmã falecida, Sophie, cujo modelo foi Betzy Nielson. Começa a renúncia à perspectiva e à forma plástica convencional. As obras parecem estudos por terminar, factor que, provavelmente, esteve na origem do escândalo que causaram quando foram mostradas na Exposição de Outono de 1886. A respeito da mão esquerda de *A criança doente*, um crítico escrevia em *Norwegian Intelligencer* (25 Out. 1886): «Certamente que aquilo não pode ser uma mão, ou pode? Parece ser guisado de peixe com molho de lagosta».

As imagens retiradas da realidade circundante eram intensificadas ao limite. Munch procurava a "primeira impressão" mas de um modo anti-impressionista, exagerado e obsessivo. Recordemos que o impressionismo estava entretanto aceite pela crítica, mas Edvard centrava-se no desassossego, nas imagens desconcertantes, na oposição a uma sociedade conservadora e hipócrita. É provavelmente a vontade de evidenciar o que está por debaixo da capa social que o liga ao dramaturgo norueguês Henrik Ibsen[2]. Era necessário proceder a uma reforma social, progressista e moderna, que se afastasse

---

[1] Cf. STENERSEN, Rolf – *Edvard Munch: close-up of a genius.* 4th ed. Oslo: Gyldendal Norsk Forlag, 1972, p. 9.

[2] Nas peças *Peer Gynt* (1867), *Uma casa de bonecas* (1879) ou *Espectros* (1881), por exemplo, estas questões estão em evidência.



*A criança doente*, Edvard Munch, 1907. Óleo s/tela (118,7 x 121 cm). Tate Collection, Londres. Esta obra conheceu várias versões.

do *status-quo* retrógrado. Edvard admirava também escritores e pensadores como Zola, Nietzsche, Dostoievsky, Rimbaud, Rilke, Shopenhauer, entre outros.

No último quartel do século XIX, na sequência do *Manifesto Simbolista* (1886) do poeta Jean Moréas, publicado em *Le Figaro*, vai desenvolver-se na literatura – Mallarmé, Gustave Kahn – e nas artes plásticas o denominado movimento simbolista, genericamente pautado por uma repulsa do realismo na arte, apesar de estilisticamente os artistas apresentarem características individuais, directamente reportadas às construções do seu mundo interior[3]. Como escreve Herschel Chipp:

> O movimento foi, portanto, resultado de novas liberdades, possibilitadas pela rejeição da obrigação de "representar" o mundo concreto, e dos novos estímulos proporcionados pela exploração do mundo subjectivo. A nova liberdade e os novos estímulos também permitiram a grande expansão de ideias sobre o que constituía o motivo adequado da pintura[4].

As novas experiências artísticas, acompanhadas pela teoria e pela crítica, foram determinantes para a constituição e fortalecimento da arte moderna – ou modernista –, particularmente no domínio da pintura, que se convertia num instrumento expressivo, libertando-se da representatividade. Devemos recordar a influência dos Nabis – simbolistas, continuadores de Paul Gauguin[5] –, de Pierre Bonnard – um mágico da luminosidade do colorido –, ou de Gustav Klimt – fortemente influenciado pela ornamentação da *art nouveau*, revolucionou o conceito de espaço pictórico e de perspectiva, através da fragmentação e da sobreposição de elementos. Na verdade, o modernismo ter-se-á constituído, não

---

[3] Cf. CHIPP, Herschel B. [com colaboração de Peter Selz e Joshua C. Taylor] – ob. cit., p. 45.

[4] Idem, *Ibidem*.

[5] Ver GAUGUIN, Paul – *Noa Noa: voyage de Tahiti*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

como um estilo dominante, mas como um movimento, uma forma de valor ligada a determinadas obras de arte[6]. O movimento modernista emerge como produto de uma cultura em processo de desintegração e recomposição; como resposta de intelectuais e artistas e um processo convergente, direccionado, de modernização algures entre 1890 e antes do início da II Grande Guerra[7].

No início de 1889, Edvard encontra-se gravemente doente. Quando melhorou pintou *Primavera*, obra que evidencia um virtuosismo de carácter mais académico, embora imbuído da atmosfera taciturna, do apego ao detalhe e da profundidade psicológica das personagens, que caracteriza a maioria das suas obras. Esta e outras pinturas foram mostradas na sua primeira exposição individual em Christiania. Apesar de tantas vezes criticado, Munch conseguia agora o respeito do júri e uma bolsa de estudo para Paris (1889-92). Continuaria a passar os períodos quentes na Noruega. Na cidade francesa frequenta a Escola de Arte de Léon Bonnat, embora por pouco tempo. Neste mesmo ano morre o seu pai. Munch muda-se para St. Cloud, nos subúrbios de Paris, com o intuito de fugir a uma epidemia de cólera, escrevendo aí o *Manifesto de St. Cloud.*



*Primavera,* Edvard Munch, 1889. Óleo s/tela (169 x 263,5 cm). Galeria Nacional, Oslo.

Em terras francesas, Munch toma contacto directo com a obra de Van Gogh, Toulouse-Lautrec, Monet, Pissaro, Manet, entre outros. Contacta também com o simbolismo de Mallarmé, Moreau e Redon e fica maravilhado com o colorido da obra de Gauguin. O elemento simbolista predomina claramente nas suas pinturas: materialização de emoções e de estados de alma, angústias, fantasias, sonhos, associações místicas, religiosas e psicológicas, vivências intensas[8]. Edvard sentia-se mais fascinado pela vertente antinaturalista e pós-impressionista.

Em 1890 o artista desloca-se à Alemanha e à Itália. No final do ano sofre um ataque de febre reumática e, em Novembro, é internado no hospital de La Havre durante dois meses. Em Janeiro desloca-se a Nice, ainda em convalescença, e em Abril

---

[6] Cf. HARRISON, Charles – *Modernismo.* Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 6.

[7] Cf. WOHL, Robert – The generation of 1914 and modernism. In CHEFDOR, Monique; QUINONES, Ricardo; WACHTEL, Albert (ed.) – *Modernism: challenges and perspectives.* Urbana: University of Illinois Press, 1986, p. 66-78.

[8] Ver a este respeito RUSSOLI, Franco (dir.) – *Il simbolismo: l' immagini dell' idea.* 2.ª ed. Milano: Fratelli Fabbri Editori, 1975.

regressa a Paris. Vive então no número 49 da Lafayette. Em 1892, Munch é convidado a expor as suas obras na conservadora Associação de Artistas de Berlim, por recomendação do director, Adelsten Normann. O pintor apresenta cuidadosamente cinquenta e cinco quadros, entre os quais, *A criança doente* e *Primavera*. A reacção da imprensa foi extremamente agressiva. Apelidaram-no de anarquista provocador e demente.

A exposição foi encerrada uma semana depois, em sinal de protesto. Na impressa até no seu nome se enganaram ("Blunch"). Mas este incidente traria alguns frutos: Munch passa a ser conhecido no meio artístico e decide permanecer em Berlim. Aparentemente sentia-se em casa e conseguia viver dos rendimentos do seu trabalho[9]. Todavia, esta mostra contribuiria para o estado de espírito que originou os três movimentos da *Sezessionen* (Munique, 1892; Viena, 1897; Berlim, 1899), desencadeados contra o academismo, o racionalismo, o naturalismo e o próprio impressionismo, evidenciando as rupturas de fim de século.

Por estes anos, Munch trava conhecimento com Albert Kollmann, um patrono das artes e futuramente, por intermédio deste, com o oftalmologista Max Linde, Harry Kessler, Herbert Esche e Bruno e Paul Cassirer. Todos se tornariam mentores da arte de Munch. Inicia então o trabalho no *Friso da vida*, um grande projecto constituído por vinte e dois quadros representativos do seu entendimento do mundo. Em Berlim, Edvard recebe apoio de um círculo de artistas e intelectuais, principalmente constituído por escritores alemães e escandinavos[10], que se reuniam num pequeno restaurante chamado "O Porquinho Preto" (*Zum Schwarzen Ferkel*), ao que consta, rebaptizado por August Strindberg. O encontro com o dramaturgo sueco, que se mudara também para Berlim (1892-94), foi determinante para Edvard. Discutem a filosofia de Nietzsche, o ocultismo, a psicologia e o lado negro da sexualidade. Ambos acreditavam no aspecto não visível da vida. A arte seria reveladora da invisibilidade.

No ano seguinte exibe as suas pinturas em Copenhaga, Dresda e Munique. Continua a trabalhar no *Friso da vida*, projecto para o qual pinta uma das suas obras mais emblemáticas, *O grito*, representativa de um universo atormentado, que faz antever o expressionismo, que surgiria na Alemanha por volta de 1905 e que se pautou plasticamente pelo uso da deformação anatómica na representação expressiva[11], tornando-se no primeiro movimento a alcançar os terrenos da pintura, da escultura, da arquitectura, da música, do teatro, da literatura e do cinema[12]. Em *O grito* vemos um sentimento de revolta e de impotência, comum a toda uma geração. As personagens assemelham-se a espectros, a atmosfera é carregada e deprimente. Em 1894 seria publicado o primeiro trabalho que se debruça sobre a arte de Munch, intitulado precisamente *Realismo psicológico*.

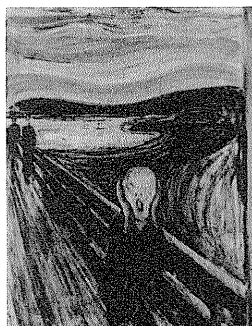
---

[9] Cf. CHIPP, Herschel B. [com colaboração de Peter Selz e Joshua C. Taylor] – ob. cit., p. 52.

[10] Constituído por Meier-Graefe, Stanislaus Przybyszewsky, entre outros.

[11] Cf. ARACIL, Alfredo; RODRÍGUEZ, Delfín – *El siglo XX. Entre la muerte del arte y el arte moderno.* Madrid: Ediciones ISTMO, 1998, p. 82-93.

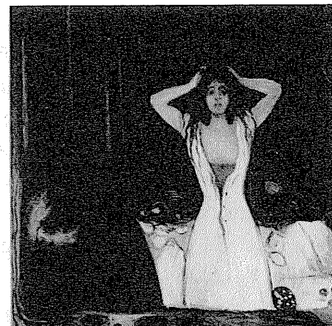
[12] Cf. ARGAN, Giulio Carlo – *Arte e crítica de arte.* 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 55-78.



*O grito*, Edvard Munch, 1893. Óleo s/tela (120,5x141cm). Galeria Nacional, Oslo.



*Madonna*, Edvard Munch, 1894/95. Óleo s/tela (91x70,5cm). Galeria Nacional, Oslo.



*Cinzas*, Edvard Munch, 1894. Óleo, tempera e pastel s/cartão. Galeria Nacional, Oslo.

Na Primavera de 1896, Edvard regressa a Paris e ao encontro com Strindberg. Recebe o convite para ilustrar o programa para a peça *Peer Gynt*, de Henrik Ibsen[13], e para *As flores do mal*, de Baudelaire. Edita, pela primeira vez, xilogravuras e litografias coloridas. Expõe no Salão dos Independentes e no Salão da Arte Nova. Strindberg publica um artigo sobre Munch na *Revue Blanche* no qual escreve:

> Ele veio para Paris com o objectivo de encontrar a simpatia dos conhecedores, sem medo daquele desprezo que derruba os cobardes e os fracos mas faz brilhar como o sol o escudo da bravura[14].

Em 1898 regressa a Berlim (Março), a Paris (Maio) – onde volta a participar no Salão dos Independentes – e à Noruega (Junho). Ilustra um número especial da revista *Quickborn*, dedicada a si e a Strindberg. No ano seguinte, Edvard viaja de novo para Berlim, Paris, Nice, Florença e Roma, onde estuda os frescos de Rafael. Em Março de 1900 vai para Berlim. Até 1907 reside a maior parte do tempo na Alemanha, passando os períodos mais quentes na sua residência em Äsgärdstrand. Pinta várias paisagens. Ainda no ano de 1900 é internado num sanatório na Suíça. A saúde física e mental de Munch sempre se revelou frágil. Completa o *Friso da vida*. A ordem dos quadros é ainda hoje preservada numa das paredes da Galeria Nacional de Oslo. Convém recordar que este friso não tem originariamente uma estrutura fixa e que Munch morreu sem conseguir encontrar um local definitivo onde estas pinturas estivessem agrupadas. Contudo, atendendo ao facto de os quadros terem sido dispostos em quatro paredes, Munch organizou-os mediante quatro temas ou "quadros de vida": "O despertar do amor", "O amor floresce e morre", "Medo da vida" e "Morte".

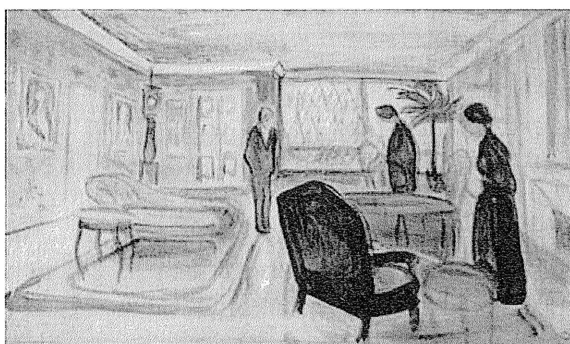
---

13 Para o Théâtre de L'Oeuvre.

14 *Ap.* HODIN, J. P. – *Edvard Munch*. 2nd ed. London: Thames and Hudson, 1996, p. 74.

Em 1903 realiza a primeira exposição na Galeria Cassirer, em Berlim. Esta galeria adquiria a exclusividade dos direitos alemães dos trabalhos gráficos de Munch, acontecendo o mesmo com a Galeria Commeter, de Hamburgo, relativamente às suas pinturas. Torna-se membro da Secessão Berlinense e expõe na Secessão de Viena, no Salão dos Independentes e em Copenhaga. Edvard recebe a encomenda de um friso fixo para o quarto dos quatro filhos de Max Linde[15]. Nesta fase conhece Max Reinhardt, Van de Velde, o banqueiro Ernst Thiel, entre outras personalidades.

No ano de 1905 mostra a primeira sequência do *Friso da vida*, entre outros quadros, na cidade de Praga. A exibição foi um sucesso, mas Munch evidenciava problemas do foro psíquico e sintomas claros de alcoolismo. No intuito de convalescer, desloca-se para Bad Ilmenau e Bad Elgersburg (Alemanha), onde pintou várias paisagens. Em 1906, o empresário teatral de Berlim, Reinhardt, convida Munch para executar os cenários e figurinos da peça *Espectros*[16] e *Hedda Gabler* de Ibsen. *Espectros* marcaria a abertura do Teatro de Câmara de Berlim. Foi provavelmente nesta altura que lhe foi encomendado um friso para o salão oval do primeiro andar (*foyer*): o *Friso Reinhardt* (1906-7). O friso acabaria por ser desmontado e vendido em 1912. Mais tarde (1966), voltaria a ser reagrupado pela Galeria Nacional de Berlim.



Acto I, cena 4 de *Espíritos*, de Ibsen.
Desenho de Edvard Munch, 1906. Museu Munch, Oslo.

No Outono de 1908 Edvard tem um esgotamento nervoso em Copenhaga, resultante do trabalho intenso e do consumo de álcool. É internado durante cerca de oito meses na clínica do Dr. Daniel Jacobson, onde recebe um tratamento que incluía massagens e choques eléctricos. Após a recuperação não voltaria mais a beber: «Eu aprecio a bebida apenas na sua forma mais destilada – observando os meus amigos a beber»[17]. Torna-se mais afável e calmo. Depois de inúmeras viagens decide regressar

[15] O friso foi colocado no quarto das crianças, em Lubeque, sendo posteriormente guardado. O Dr. Linde acabou por não ficar com ele, comprando o quadro *Dia de Verão*. Na verdade, os "temas apropriados para crianças" – que Linde tinha solicitado – não se encontravam presentes.

[16] A personagem do atormentado Osvald cativa-o particularmente.

[17] *Ap.* HODIN, J. P. – ob. cit., p. 121.

ao seu país natal, onde é feito Cavaleiro da Ordem Real Norueguesa de Santo Olavo. Na Noruega, arrenda uma propriedade em Kragerö – local aprazível e pitoresco, onde aparentemente lhe agradava viver:

> As pessoas em Kragerö e ao longo da costa são diferentes (...) mais despertas na maneira de pensar, mais substanciais no cérebro. Será do peixe? Julgo que isto está relacionado com o facto de, desde tempos longínquos, estarem ligados à Europa e ao mundo[18].

Inicia o trabalho nos murais para o Grande Salão da Universidade de Christiania (a Aula). Compra uma propriedade em Hvisten, no fiorde de Christiania, onde continua a trabalhar em vários quadros e nos murais para a Aula. Este trabalho ocupá-lo-ia até 1914, altura em que, após controvérsia, os murais são aceites. No ano de 1912 a exposição *Sonderbund*, em Colónia, reservou uma sala só para as suas obras. É então igualado a Gauguin, Cézanne, Van Gogh e Picasso. Após algumas viagens à França e à Alemanha, regressa à Noruega e recebe homenagens pelos seus cinquenta anos (1913). Compra uma nova propriedade, agora em Ekely (perto de Christiania), onde constrói um grande estúdio e passa a maior parte do tempo até à sua morte. Durante a I Grande Guerra vive na Noruega e é forçado a perder o contacto directo com amigos e conhecidos da França e da Alemanha.

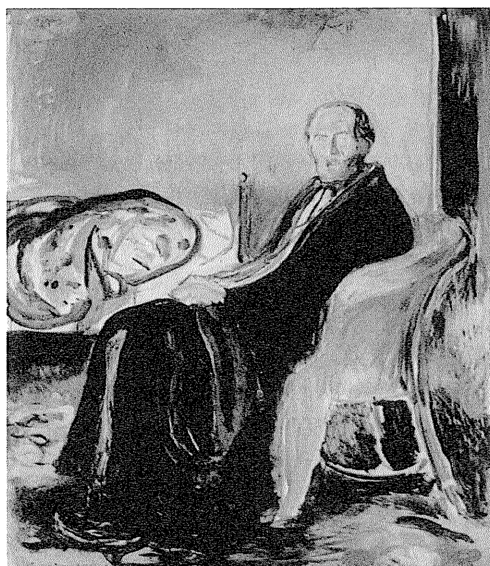
Em 1919 Munch é gravemente atacado pela "gripe espanhola" que, na época, como se sabe, foi responsável por um elevado número de mortes. Quando começou a sentir melhoras pintou *Auto-retrato depois da gripe espanhola*. A postura hierática desaparece e permite-nos vislumbrar uma figura mais humanizada.

No ano de 1921 Edvard foi mais uma vez solicitado para a elaboração de um friso. Desta vez para a cantina dos operários da fábrica de chocolate Freia, em Christiania. O friso era constituído por um total de doze quadros e seria terminado no ano seguinte. Munch evidenciara desde sempre respeito e consideração pelos camponeses e trabalhadores fabris, tantas vezes dignamente representados na sua obra. Munch tornava-se membro da Academia Alemã de Belas-Artes (1923) e nos anos seguintes viajaria para várias cidades europeias com as suas obras. Começa a sentir dificuldades de visão mas insiste em elaborar desenhos para os murais da nova Câmara Municipal de Oslo. Estes desenhos ficariam por isto mesmo.

Recebe várias homenagens à data dos seus setenta anos (1933). Jens Thiis e Pola Gauguin publicam monografias sobre o pintor. Em 1936 realiza a primeira exposição na Inglaterra e, em 1942, nos Estados Unidos da América. Em 1937 os nazis retiraram oitenta e duas obras de Munch dos museus alemães pelo facto de as considerarem "degeneradas", à semelhança do que sucedeu com muitos outros artistas modernos. Edvard recusa-se a ter qualquer tipo de relacionamento com as forças alemãs aquando da ocupação da Noruega (Abril de 1940).

---

[18] *Ap.* HALVORSEN, Äshild T.; WALSTED, Anne-Lise; HAATVEDT, Erik (ed.) – *Edvard Munch: the soul of work. A joint nordic exhibit.* Rjukan [etc.]: Norwegian Industrial Workers Museum [etc.], 1996, p. 20.



*Auto-retrato depois da "gripe espanhola"*, Edvard Munch, 1919.
Óleo s/tela (150,5x131 cm). Galeria Nacional, Oslo.



*Auto-retrato com colete*, Edvard Munch, 1940-44.
Óleo s/tela (57,5 x 78,5 cm). Museu Munch, Oslo.

Munch, embora tardiamente, teve reconhecimento da sua obra em vida. Recebeu várias honras quando fez oitenta anos, em 1943. Morre tranquilamente a 23 de Janeiro de 1944, em Ekely. A sua obra (pinturas, trabalhos gráficos, escritos) fora legada à cidade de Oslo que, em 1963, abre o Museu Munch, celebrando o centésimo aniversário do seu nascimento. O seu trabalho influenciaria a sua geração e as gerações vindouras, principalmente numa questão-chave: a assunção de que a representação/construção plástica do quadro é profundamente reveladora, intensificadora e, neste contexto, mais realista do que a própria mimese do real.

ARACIL, Alfredo; RODRÍGUEZ, Delfín - *El siglo XX. Entre la muerte del arte y el arte moderno* [1983]. Madrid: Ediciones ISTMO, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo – *Arte e crítica de arte* [1988]. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. – *Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BAUDELAIRE, Charles – *A invenção da modernidade (sobre arte, literatura e música)*. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

BAYER, Raymond – *História da estética* [1961]. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BEHR, Shulamith – *Expressionismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

BERGSON, Henri – *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BERNARD, Edina – *A arte moderna (1905-1945)*. Lisboa: Edições 70, 2000.

CHALUMEAU, Jean-Luc – *As teorias da arte: filosofia, crítica e história da arte de Platão aos nossos dias*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

CHIPP, Herschel B. [com colaboração de Peter Selz e Joshua C. Taylor] – *Teorias da arte moderna*. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DÉCAUDIN, Michel – Being modern in 1885, or, variations on "modern", "modernism", "*modernité*". In CHEFDOR, Monique; QUINONES, Ricardo; WACHTEL, Albert (ed.) – *Modernism: challenges and perspectives*. Urbana: University of Illinois Press, 1986, p. 25-32.

DUBE, Wolf-Dieter – *The expressionists* [1972]. New York: Thames & Hudson, 2001.

FOSTER, Hal – The "primitive" unconscious of modern art. In FRASCINA, Francis; HARRIS, Jonathan (ed.) – *Art in modern culture: an anthology of critical texts*. London: Phaidon Press, 1992, p. 199-209.

GAUGUIN, Paul – *Noa Noa: voyage de Tahiti* [1924]. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

GUERRERO ZAMORA, Juan – *La imagen activa y el expresionismo dramático*. Madrid: El Ateneo, 1955.

HALVORSEN, Äshild T.; WALSTED, Anne-Lise; HAATVEDT, Erik (ed.) – *Edvard Munch: the soul of work. A joint nordic exhibit*. Rjukan [etc.]: Norwegian Industrial Workers Museum [etc.], 1996.

HARRISON, Charles – *Modernismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

HAUSER, Arnold – *Teorias da arte* [1958]. 2.ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

HESS, Walter – *Documentos para a compreensão da pintura moderna* [1961]. Lisboa: Livros do Brasil, 2001.

HODIN, J. P. – *Edvard Munch*. 2nd ed. London: Thames and Hudson, 1996.

MUNCH, Edvard – *Peintures: 1900-1906. Oeuvre gravé*. S.l.: S.n., [1981].

RATHKE, Ewald – *L'espressionismo*. 2.ª ed. Milano: Fratelli Fabbri Editori, 1973.

READ, Herbert – *A filosofia da arte moderna*. Lisboa: Editora Ulisseia, s.d.

READ, Herbert; STANGOS, Nikos (org.) – *Dicionário da arte e dos artistas*. Lisboa: Edições 70, 1989.

RUSSOLI, Franco (dir.) – *Il simbolismo: l' immagini dell' idea*. 2.ª ed. Milano: Fratelli Fabbri Editori, 1975.

STENERSEN, Rolf – *Edvard Munch: close-up of a genius*. 4th ed. Oslo: Gyldendal Norsk Forlag, 1972.

VENTURI, Lionello – *História da crítica de arte* [1948]. Lisboa: Edições 70, 1998.

WOHL, Robert – The generation of 1914 and modernism. In CHEFDOR, Monique; QUINONES, Ricardo; WACHTEL, Albert (ed.) – *Modernism: challenges and perspectives*. Urbana: University of Illinois Press, 1986, p. 66-78.

# O Ensino Técnico
## Um difícil equilíbrio entre a filosofia educativa, o conservadorismo e a dinâmica económica

**António Augusto Simões Rodrigues**
**António Manuel Matoso Martinho**

RODRIGUES, Augusto; MARTINHO, António – "O ensino técnico - um difícil equilíbrio entre a filosofia educativa, o conservadorismo e a dinâmica conómica".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 187-207.

**António Augusto Simões Rodrigues.** Professor aposentado do Ensino Universitário e Secundário. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

**António Manuel Matoso Martinho.** Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

As raízes do ensino profissional mergulham em épocas distantes, encontram-se, por exemplo, ligadas às corporações de artes e ofícios ou mesmo a algumas congregações religiosas. Na época pombalina, com a criação em Lisboa, em 1759, da Aula de Comércio e no Porto, em 1764, da Aula de Náutica e com a concretização de Aulas de desenho, nascia, entre nós, o ensino profissional. A Aula de Desenho de Lisboa, oficializada em 1771, a Aula de Gravura Artística, anexa à Imprensa Régia (1768), a Aula de Debuxo e Desenho do Porto (1775), a Aula de Desenho e Figura (1781) são outros exemplos que revelam que o ensino profissional crescia em número e importância.

Também na Casa Pia, em 1781, era ministrada uma Aula de Desenho, sendo também introduzida por Pina Manique, o trabalho manual e o ensino da indústria.

Por iniciativa da Associação Industrial Portuense era criada, em 1854, a primeira Escola Industrial, que passou a ser conhecida por Escola Industrial do Porto.

Quando observamos a marcha do nosso ensino técnico, sentimos que se trata de um tipo de ensino fortemente ligado ao pulsar de uma sociedade que se agita e questiona qual o projecto para o homem, para o cidadão, para o técnico, para o trabalhador que pretende formar e preparar.

No século XIX, alguns mentores da revolução liberal ao tomarem conhecimento das transformações que a revolução industrial ia operando nalguns países europeus, tentaram encontrar novos rumos para a economia portuguesa, predominantemente agrária, tradicional, pouco aberta à inovação. A educação tornara-se o centro de gravidade da vida social, a visão do trabalho mudara, tornara-se um elemento fundamental.

Agora, era preciso encontrar formas para a sua racionalização, para a sua produtividade. Redesenharam-se os perfis profissionais, a escola passava a ter um papel crescente na formação, ainda que para tal tivesse de alterar currículos, métodos. "Aprender a fazer", passava a ocupar um espaço maior ainda que à custa das disciplinas de cultura geral. A escola para responder às novas exigências, tinha de se tornar mais funcional, mais organizada e, sobretudo, mais empenhada em modelos culturais ajustados às exigências de uma economia dinâmica e de um modelo social inquieto e menos fechado.

A Constituição de 1822, no seu artigo 237, exprimindo a ideologia burguesa, afirmava que a rentabilidade do trabalho estava ligada ao domínio de mecanismos fundamentais, designadamente, o domínio da leitura, da linguagem, da escrita, das operações aritméticas de base.

Os Setembristas no curto período em que estiveram no poder, criaram um "ensino técnico profissional" e introduziram nos liceus, criados por Passos Manuel, pelo decreto de 17 de Novembro de 1836, disciplinas que pelas suas características, como Princípios de Física, de Química e de Mecânica, podiam ser aplicados às Artes e Ofícios.

O decreto da criação dos Liceus apresentava no seu Preâmbulo uma importante reflexão sobre a necessidade de alterar os conteúdos ensinados nas poucas escolas secundárias existentes.

No Preâmbulo afirmava-se:

> A instrução secundária é de todas as partes da instrução pública aquela que carece mais de reforma, porquanto o sistema actual consta na maior parte de alguns ramos de erudição estéril, quase inútil para a "cultura das ciências" e sem nenhum

> elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das "Artes" e os progressos da civilização material.

Tentava-se imprimir uma nova orientação ao ensino secundário, introduzindo-se novas disciplinas, particularmente, as que mais favorecessem o desenvolvimento das artes e ofícios, por isso, deveriam os liceus ter uma biblioteca, um laboratório de Química, gabinetes de Física, de Mecânica e de História Natural, bem como um Jardim Botânico. Pretendia-se dar aos estudos um carácter intuitivo-experimental. Boas intenções mas de difícil concretização, o próprio Conselho Geral do Ensino Primário e Secundário, num Relatório de 1839, chamava a atenção nesse sentido. Passos Manuel projectava a criação de um Conservatório de Artes e Ofícios para preparar os artistas e mostrar as aplicações das Ciências às Artes. Seria, no seu entendimento, a forma de melhorar a produção industrial.

Do mesmo modo, os Setembristas criaram, em Lisboa e no Porto, os Conservatórios de Artes e Ofícios que, ao lado de um ensino mais específico, tinham um verdadeiro museu vivo onde os alunos contactavam com máquinas, modelos, utensílios, desenhos e livros relativos às diferentes artes e ofícios.

Na Academia Politécnica do Porto, criada em 1837, eram dados cursos para agricultores, directores de fábricas e artistas. Projectava formar engenheiros, oficiais da Marinha e pilotos.

Da reconversão do Colégio dos Nobres e da extinção da Academia Real da Marinha era criada em Lisboa, em 1837, a Escola Politécnica que tinha no seu plano de estudos as seguintes disciplinas: Mecânica e suas principais aplicações às máquinas, com especialidade às de vapor (3.º cadeira); Química Geral e noções das suas principais aplicações às Artes (6.ª cadeira); Economia Política e Princípios de Direito Administrativo e Comercial (10.º cadeira); o ensino do Desenho Linear convenientemente desenvolvido de princípios gerais de Desenho de figura, de plantas, de animais e de quaisquer outros produtos da natureza e o da representação de instrumentos, máquinas e aparelhos.

Na reforma da instrução pública de 1844, de Costa Cabral, o ensino das disciplinas de Desenho Linear e de Aritmética e Geometria com aplicação à indústria era professado no 2.º grau de Instrução Primária e nas Escolas Normais para a formação de professores de Instrução Primária.

A Aula de Comércio passaria a estar anexa ao Liceu de Lisboa com a designação de Escola de Comércio ou Secção Comercial. O Governo podia, ainda, criar fora dos Liceus "cursos bienais" de Aritmética e Geometria com aplicação às indústrias.

Os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e Porto, pela legislação de 28 de Setembro de 1844, eram integrados na Escola Politécnica e na Academia Politécnica.

Alexandre Herculano em 1838, bem enquadrado na ideologia burguesa que exaltava o trabalho, a rentabilidade e o lucro, sublinhava a necessidade de formar o trabalhador que sem instrução levaria as empresas comerciais, fabris e todo o género de progresso material a desbaratar-se e morrer.

Com a Regeneração (1851-1868) começou, na expressão de César de Oliveira, o Portugal Moderno. Conseguida a estabilidade política através do entendimento partidário, o Estado tentou aproximar o País da Europa mais avançada. Lançou-se na reorganização e lançamento de novas infraestruturas essenciais para a dinamização

da economia e unificação do mercado interno, tradicionalmente compartimentado. A construção de estradas, de pontes, a melhoria dos portos, o lançamento do caminho de ferro ligando o interior ao litoral e Portugal à Europa, o telégrafo, os cabos submarinos são alguns dos mais importantes exemplos da viragem que se ia operando na vida portuguesa.

Mas, a transformação só poderia ser consistente quando se processasse no campo educativo, combatendo a enorme mancha de analfabetismo e preparando os jovens a enfrentar os enormes avanços da tecnologia ou a prepará-los para se enquadrarem nas exigências de uma máquina administrativa que se ia complexificando.

O fontismo ao produzir uma enorme transformação na sociedade portuguesa gerou novas exigências e ambições e um outro despertar de ensino.

Um decreto de 30 de Dezembro de 1852 passava a regulamentar o ensino técnico e o relatório ministerial que o acompanhava chamava a atenção para os progressos tecnológicos que se iam produzindo na Europa e nele escrevia-se:

> Os progressos da indústria fabril são recentes na Europa, apesar de serem os factos mais portentosos que se tem registado nos anais das invenções e aperfeiçoamentos do espírito humano; e se Portugal não tem sido estranho no aproveitamento desses progressos – se o trabalho fabril aumentou consideravelmente, dando evidentes provas de adiantamento, é tempo de cuidar do ensino que deve dotar a indústria de uma protecção real e esclarecida[1].

Lisboa e Porto, conforme o artigo 1.º, passaram a ter nos seus institutos ensino genérico para todas as artes e ofícios e que seria dividido em três escalões: elementar, secundário e complementar.

O "ensino elementar" era entendido como preparatório do ensino industrial, compreendia as disciplinas de Aritmética Elementar – primeiras noções de álgebra, geometria elementar e Desenho Linear e de ornatos industriais.

O "ensino secundário" compreendia as disciplinas de Elementos de Geometria Descritiva aplicada às Artes, Noções elementares de Física e Química e Desenho de modelos e máquinas.

O "ensino complementar" tinha como disciplinas essenciais: Mecânica Industrial; Química aplicada às Artes; Economia e legislação industrial e Desenho de modelos e máquinas.

De acordo com a legislação, o Instituto Industrial de Lisboa que preparava nos três graus era equipado com Museu da Indústria, Biblioteca Industrial e Oficinas. O corpo docente era constituído por professores e mestres de oficinas.

A Escola Industrial do Porto preparava o ensino elementar e o ensino secundário e, também, ministrava a disciplina de Química aplicada às Artes, do ensino complementar.

Nenhum operário podia ser admitido nas fábricas do Estado, a partir de 1855, sem aprovação no Instituto de Lisboa ou da Escola Industrial do Porto.

---

[1] COSTA, Mário Nunes – *O Ensino Industrial em Portugal de 1852 a 1900*. Lisboa: Ed. Academia Portuguesa de História, 1990.

Reconhecida a importância do ensino técnico para a evolução da economia, era criado o Conselho Director do Ensino Industrial a quem competia superintender nesta área da educação, definir programas e adoptar os compêndios.

O decreto de 20 de Dezembro de 1864 de Abreu e Sousa procurou regulamentar o que considerava os principais traços do ensino industrial e criava as escolas industriais de Guimarães, Covilhã e Portalegre, integradas nos importantes centros de actividade fabril.

No relatório da reforma de Abreu e Sousa pode ler-se:

> Ninguém o oculta, ninguém o desconhece; a questão do ensino é uma das mais graves, mais difíceis e mais delicados que os poderes públicos tem a seu cargo resolver. Conciliar a instrução geral com a técnica ou profissional, problema é este, cujas dificuldades são sentidas pelos melhores engenhos, pelos mais esclarecidos espíritos (...). O fim deste ensino deve consistir em habilitar um grande número de homens para a prática das diferentes artes industriais tendo em vista que esta nunca será profícua senão quando for guiada por certas e determinadas regras e por conhecimentos positivos, que é necessário vulgarizar por meio do ensino industrial, ensino este que deve restringir-se ao que for praticamente útil.

O diploma de 1864 divide o ensino industrial em "ensino geral" (comum a todas as artes e ofícios e profissões industriais); "ensino especial" (para as diferentes artes e ofícios) e, qualquer destes grupos era composto de uma parte teórica e outra prática.

O "ensino teórico" era dado nos Institutos de Lisboa e Porto e nas escolas industriais, o "ensino prático" em oficinas e estabelecimentos do Estado ou particulares.

O diploma de 1864 teve enorme influência na marcha do nosso ensino técnico, embora algumas das suas medidas, como as da criação das escolas técnicas de Guimarães, Covilhã e Portalegre, só se concretizassem, mais tarde, com a legislação de António Augusto de Aguiar.

O decreto de 9 de Outubro de 1866 aprovou, por seu turno, o Regulamento da Escola de Comércio de Lisboa, cujo curso tinha a duração de dois anos compreendendo as seguintes disciplinas – Aritmética Comercial e Industrial; História Geral do Comércio e Indústria; História dos produtos comerciais, naturais e manufacturados; Escrituração, câmbios, letras, seguros e prática comercial; Elementos de Economia Política e estatística comercial; Legislação aduaneira; Elementos de direito comercial e marítimo e Línguas vivas (francês, inglês e alemão).

Rebelo da Silva, em 1874, escrevia:

> Temos liceus e aulas onde estudar as letras gregas e romanas, a oratória e a poética de uma civilização morta, de um império extinto, não há compêndios e mestres que nos eduquem para as obrigações da civilização viva, para lavor das artes e indústrias que enriquecem o país e aperfeiçoam o estado social? Que importa Cícero e Quintiliano ao operário que estampa chitas ou fabrica panos. Que têm com Varrão e Columela os lavradores do século XIX?[2].

[2] FERREIRA, Alberto, (Coord.) – *Antologia de textos pedagógicos do Séc. XIX português.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, volume III.

O Inquérito industrial de 1881 dá conta de alguns progressos na máquina industrial portuguesa, mas, ainda, muito distante da realidade dos países industrializados europeus, a viver a 2.ª revolução industrial. Industriais e doutrinadores como Ferreira Deusdado, professor liceal e vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, defendiam a separação do ensino liceal e do ensino técnico, até por razões da expansão e dinâmica que este revelava.

António Augusto de Aguiar, professor do Instituto Industrial de Lisboa, deputado do Partido Regenerador e Ministro das Obras Públicas, em 1883, no último governo de Fontes Pereira de Melo, sendo um conhecedor da realidade inglesa e dos seus avanços na área tecnológica, tornou-se, entre nós, um impulsionador do ensino técnico.

Entendia que para haver uma mudança qualitativa e fundamental para vencer a rotina e criar dinâmica nos agentes económicos era preciso apostar, sem reservas, neste ramo de ensino.

Por decreto de 24 de Dezembro de 1883 criava museus industriais e comerciais, em Lisboa e no Porto, visando dar conhecimento de produtos e matérias primas das suas origens, fabricante ou comerciante, preços, etc. Entendia que estes museus eram um complemento das escolas industriais e de desenho industrial. Em cada um destes museus funcionava uma escola de desenho industrial.

Em 3 de Janeiro de 1884 era criada a Escola Industrial da Covilhã que ministraria o ensino apropriado às indústrias predominantes na região devendo ter uma forma essencialmente prática. O ensino nesta escola compreendia as seguintes disciplinas: Aritmética, Geometria Elementar, Contabilidade Industrial, Desenho Industrial, Química Industrial Aplicada à tinturaria.

O mesmo diploma criava, ainda, oito escolas de desenho industrial, entre as quais a de Coimbra. Nestas escolas era ministrado o Desenho Industrial com aplicação às indústrias da região.

Os professores das disciplinas das escolas industriais ou de desenho industrial eram nomeados pelo Governo mediante concurso e tinham os mesmos direitos dos professores liceais. No caso de não haver pessoas habilitadas para estas funções em Portugal o Governo podia contratar professores estrangeiros. A legislação criava a Inspecção Escolar para, através de relatórios, dar a conhecer a situação real das escolas.

Um diploma de 6 de Março de 1884 estabelecia o plano de organização do Curso de Comércio do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

O ensino comercial estava dividido em "curso elementar" e "curso superior". O "curso elementar" era de um ano onde se ensinava Contabilidade Geral, operações comerciais, ensino prático da cadeira de tecnologia rural e trabalhos práticos de escritório.

O "curso superior" era de quatro anos e compreendia as seguintes disciplinas: Contabilidade Geral e operações comerciais; Operações Financeiras; Física Geral e suas aplicações; Química Industrial; Tecnologia Rural, Geografia Comercial e História do Comércio; Economia Política, Direito Comercial e Marítimo. O ensino prático das cadeiras de Contabilidade Geral e Operações Financeiras era dado no Escritório Comercial, o de Química Industrial no Laboratório Químico e o de Tecnologia Rural no Museu de Mercadorias.

A portaria de 6 de Maio de 1884 definia o "O Regulamento Geral das Escolas Industriais, das Escolas de Desenho Industrial e dos Museus Industriais e Comerciais" e, no seu artigo 1.º, mostrava a ligação entre todas estas instituições pretendendo,

assim, criar uma instituição análoga ao Museu Austríaco de Arte e Indústria de Viena e ao Museu Inglês de South Kensington.

O ensino do desenho compreendia dois graus: o "elementar" e o "industrial". O "elementar" era destinado às crianças até aos 12 anos, antes da sua entrada no mundo fabril e, o ensino "industrial" destinava-se a adultos que trabalhavam nas várias indústrias. Cada grau deste ensino tinha a duração de dois anos.

A portaria determinava, ainda, que na Escola da Covilhã e noutras a criar, deveriam ser introduzidas a cadeira de Geografia Comercial e Demográfica, de Geometria aplicada à indústria e Cursos Práticos de tecnologia industrial.

Nas escolas industriais os programas dos cursos eram elaborados pelo Conselho Escolar, apresentados pelos inspectores à direcção do Museu e submetidos à aprovação do Governo. As escolas de desenho que funcionavam junto dos Museus de Lisboa e Porto deveriam ser transformadas em Escolas Normais de ensino do desenho e artes industriais e preparar os futuros professores.

António Augusto de Aguiar promoveu uma certa descentralização do ensino técnico tentando ligá-lo às indústrias locais. A tentativa não resultou e viriam a ser tomadas medidas mais centralistas, como as que definiam métodos e processos de ensino.

Emídio Navarro, membro do Partido Progressista, Ministro das Obras Públicas de 1886 a 1889, foi, entre nós, um dos grandes impulsionadores do ensino técnico. Pelo decreto de 30 de Dezembro de 1886 estabeleceu o "Plano de organização do ensino técnico industrial e comercial" relativo aos Institutos de Lisboa e Porto e ampliava, significativamente, a rede de escolas industriais e de desenho industrial.

Com a portaria de 22 de Outubro de 1886 era legislado, pela primeira vez em Portugal, o "ensino feminino profissional" que se dividia em duas secções: uma abrangendo costura, corte de roupa branca ou de cor, bordados de todos os tipos, rendas simples e aplicadas, ponto de Veneza, etc.; a outra destinada a aprendizagem da pintura.

O ensino ministrado nas escolas industriais estava dividido em vários graus: o "elementar" destinado a melhorar a preparação dos trabalhadores; o "preparatório" proporcionava as bases dos que pretendiam, em seguida, frequentar os "cursos especiais", estes destinados a preparar os técnicos que poderiam vir a exercer actividades na indústria e no Estado.

O ensino comercial também estava dividido em escalões com objectivos semelhantes. O ensino prático, neste ramo de ensino, era feito nos escritórios, salas de estudo, laboratórios e nos museus dos Institutos. Todos os cursos técnicos ministravam uma componente teórica e uma prática oficinal.

Emídio Navarro, pelo decreto de 23 de Fevereiro de 1888, promulga o "Regulamento das Escolas Industriais e das Escolas de Desenho Industrial" e aponta para princípios pedagógicos que deveriam orientar as suas actividades. Quanto aos professores do ensino técnico mantinha-se a equiparação aos dos liceus. Na falta de professores portugueses qualificados, o Governo podia recrutá-los nos grandes centros europeus.

Os museus dos Institutos de Lisboa e Porto passavam a ter o carácter de exposições permanentes destinados a apoiar o comércio e a indústria e, era lançada uma publicação designada o "Boletim dos Museus Industriais e Comerciais".

Emídio Navarro não descurou o ensino agrícola e veterinário projectando um plano de estudos e criando nove escolas práticas dedicadas à agricultura em geral e, em certas regiões, escolas visando o ensino da viticultura e dos lacticínios.

O decreto de 8 de Outubro de 1891, de João Franco de Castelo Branco, reorganizava o ensino técnico e procurava diminuir as despesas do Estado, a viver uma crise financeira complexa. Posteriormente, o decreto de 5 de Outubro de 1893, igualmente, de João Franco, conjugado com o de 1891, regulamenta os diferentes cursos, define programas revelando uma tendência, cada vez maior, para a centralização. Os cursos elementares que funcionavam nos Institutos eram suprimidos, por terem pouca frequência, e a portaria de 18 de Janeiro de 1893 definia as funções da inspecção geral comercial e industrial, formando, o conjunto destes diplomas, um todo coerente e indissociável.

O decreto de 24 de Novembro de 1898 saído no Governo liderado por José Luciano de Castro reconhece no seu prólogo que o ensino técnico ainda estava longe de corresponder às necessidades do País. Na verdade, as constantes alterações da legislação conforme os governos que se iam sucedendo, acabaram por provocar hesitações e contradições que em nada contribuíram para a estabilidade de uma área educativa fundamental para o progresso do País. Reconhecia-se a necessidade de preparar o pessoal docente, o recurso no recrutamento de professores nos grandes centros europeus ficava dispendioso e insuportável para as finanças públicas, sempre em grandes dificuldades. Também, por deficiência do sistema, não se soube aproveitar a qualidade e a experiência de alguns desses mestres estrangeiros para formar o nosso pessoal docente.

No final do século XIX, a agitação política e as enormes dificuldades provocadas pela situação calamitosa do erário público, levou a abertura do ensino técnico à iniciativa particular, às Câmaras Municipais e às associações comerciais e industriais. Criaram-se novas expectativas, mas os resultados não foram animadores.

João Franco, por diploma de 29 de Maio de 1907, estabelecia "pensões de estudo" no estrangeiro, abertas a indivíduos habilitados com os cursos dos Institutos Industriais ou das Escolas Comerciais, Industriais e Agrícolas. Figuras, como António Arroyo, engenheiro pelo Instituto Politécnico do Porto e crítico de Arte, um estudioso do nosso ensino técnico, embora reconhecendo a justeza do diploma, em termos de princípio, entendia que o mesmo não assentava num estudo criterioso sobre o auxílio científico, artístico ou especial a prestar a indústrias específicas. Também se interrogava sobre quais as escolas que melhor se adaptariam para ajudar a solucionar os problemas.

Com a implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, mudava o regime mas, nas suas linhas gerais, muitos dos valores do nosso liberalismo constitucional foram mantidos, como a defesa da liberdade individual, a livre expressão do pensamento, a soberania popular, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a divisão tripartida dos poderes do Estado, a laicização separando o Estado da Igreja. Continuou-se a entender a educação como estrutura geradora de uma nova mentalidade essencial à dinamização do espírito de mudança. Mas, a República sentiu enormes dificuldades em pôr em acção os seus projectos educativos. Um País com uma economia pouco produtiva, com um défice orçamental crónico e grave, com uma instabilidade política que se pode expressar nos 45 ministérios em 16 anos, com uma obstrução frequente do Parlamento às iniciativas governativas, com forças armadas envolvidas em constantes insurreições, com um enorme desnível cultural entre a população urbana e rural, não tinha terreno fecundo para fazer vingar as grandes reformas projectadas, bem idealizadas, mas de difícil realização.

As reformas do ensino de 1911 começaram por dar enorme atenção ao ensino das primeiras letras, visando enfrentar a enorme mancha de analfabetismo que impedia o progresso da sociedade e travava as alterações a operar numa economia predominantemente agrária e rotineira. Voltou-se, também, e de forma decidida na transformação do ensino superior, criando as universidades de Lisboa e Porto, visando o progresso da ciência e das suas aplicações tecnológicas e preparar um escol capaz de contribuir e fomentar as alterações necessárias à modernização da sociedade.

Ao ensino secundário liceal não foi possível dar tanta atenção. As grandes reformas de Jaime Moniz, com os ajustamentos de Eduardo Coelho, foram mantidas na sua estrutura curricular.

Em relação ao ensino técnico, desde a primeira hora até 1919, saiu importante legislação. Logo, em 13 de Dezembro de 1910, o Governo Provisório, sendo Ministro do Fomento Manuel Brito Camacho, desmembrou o Instituto de Agronomia e Veterinária em duas escolas: o Instituto Superior de Agronomia, onde se professavam os cursos de agronomia e de silvicultura e a Escola de Medicina Veterinária onde se professaria o curso de veterinária. Em 1918, um decreto de 14 de Setembro estabelecia, em escolas móveis, o ensino popular agrícola, que seria mais prático do que teórico. Os professores eram recrutados entre engenheiros agrónomos, regentes agrícolas ou agricultores diplomados.

As reformas do ensino secundário técnico resultam sobretudo da acção de Brito Camacho, médico, jornalista, difusor dos ideais republicanos.

No relatório do decreto de 23 de Maio de 1911 afirmava-se que o nosso atraso no desenvolvimento industrial estava na insuficiência do nosso ensino técnico, na falta de qualidade de muitos dos edifícios escolares e da necessidade de repensar as metodologias.

Uma portaria de 1912, de Aurélio da Costa Ferreira, médico, antropólogo, pedagogo reformulou o ensino comercial, na cidade do Porto.

João de Barros que desempenhou um papel fundamental na elaboração da reforma do ensino primário, reconhecia a necessidade de ser mais implantado o ensino profissional como factor de enorme importância para o progresso económico e social.

Tornava-se urgente regulamentar o decreto de 24 de Dezembro de 1901 que estabelecia o ensino elementar industrial e comercial. Podia ser ministrado em diferentes tipos de escolas: "Desenho Industrial" onde era ensinado o desenho elementar, alguns ramos de desenho industrial e excepcionalmente o ensino profissional; "Escolas Industriais" que, para além do desenho, transmitiam os conhecimentos teóricos necessários a operários, aprendizes e o ensino profissional; "Escolas Preparatórias" visando o ensino geral e aplicado e destinadas aos que seguiam carreira na indústria ou no comércio e "Escolas de Arte Aplicada" com um ensino especializado de algumas artes industriais.

As escolas técnicas deveriam estar equipadas com laboratórios para investigação industrial e oficinas para aprendizagem da prática. Os cursos poderiam ter uma duração entre dois a cinco anos.

O Conselho do Ensino Comercial e Industrial era instituído pelo Ministro da Instrução Pública Sobral Cid, em 22 de Outubro de 1914, cujo objectivo era estudar e dar pareceres sobre o ensino técnico.

O decreto 5029, de 1 de Dezembro de 1918, que expressa o pensamento do Inspector António Arroyo, salienta a importância do ensino diurno, no qual se

pretende um novo olhar sob a forma de ensinar, mais motivadora e activa, partindo da observação, para que a aprendizagem seja mais eficaz e aliciante.

No Relatório do diploma sugere-se:

> O ensino deve fazer-se na escola, no laboratório e na oficina recorrendo à lição, à demonstração e ao exercício, no museu para o aluno comparar os seus ensaios aproximando-os do exemplar perfeito, desenvolver o espírito no estudo da génese de um processo, firmar o aprendido pelo confronto dos modelos isolados e sua congregação no trabalho, na execução, assistir ao desenvolvimento histórico de um método, dum aparelho, dum processo mecânico; na biblioteca, para a leitura dos mestres e dos clássicos; nas visitas e missões de estudo, examinando as obras de arte na sua realização utilitária e na sua função social, vendo e praticando em oficina cujo fim é produzir o objecto útil, o objecto que deve engrenar com outros e ver a sua ligação, o modo porque se utiliza; em viagens aprendendo diversos modos de resolver o mesmo problema conhecendo métodos de ensino, processos de realização prática, para que no cérebro do aluno desperte a sua individualidade própria, e a noção do modo mais perfeito por que pode utilizar-se, são estes os meios a que se deve recorrer para ensinar, fazendo aprender.

Sidónio Pais que foi Director da Escola Industrial de Avelar Brotero, em Coimbra, em 1918, por Decreto de 1 de Dezembro, revelador do conhecimento da realidade do nosso ensino industrial procurou reestruturá-lo, criando as "Escolas de Artes e Ofícios" que visavam preparar os jovens a partir dos 13 anos e a dar também uma melhor formação aos que já estavam no mundo do trabalho. Os que pretendiam uma maior especialização teriam de frequentar as "Escolas Industriais". As "Escolas Preparatórias" ministravam cursos de quatro anos para auxiliares de engenheiros, chefes de indústria e condutores de trabalho. O Instituto Superior Técnico preparava engenheiros.

Em relação ao ensino comercial este seria dado em "Aulas Comerciais", "Escolas Comerciais", "Institutos Comerciais" e "Instituto Superior de Comércio".

As constantes mudanças de Governo não permitiram definir com rigor uma linha geral de estudos. Em 1923, o então Ministro da Instrução Pública, João Camoesas, elaborou um importante documento o "Estatuto da Educação Pública", depois de ter ouvido o professorado e algumas das mais importantes individualidades da área da cultura pedagógica, como Faria de Vasconcelos. O documento se tivesse sido aprovado representaria um enorme passo em frente na reformulação do nosso sistema de ensino.

Camoesas chamava a atenção para o que se passava nesta área na Europa saída da Guerra 1914-1918, em que muitos países forçados pelas circunstâncias e pela ânsia de progresso mudaram o seu sistema de instrução pública. O diploma que não chegou a ser aprovado na Câmara dos Deputados, estabelecia, em relação à educação especial, o Curso Especial de Ensino Secundário, o Ensino Técnico Elementar, o Ensino Técnico Complementar e o Ensino Profissional.

O Ensino Técnico Elementar que seria de quatro anos, poderia ser agrícola, comercial, doméstico, industrial e marítimo. Os alunos eram preparados para a vida prática ou podiam seguir para as Escolas Técnicas Complementares. O ensino marítimo não tinha curso complementar.

O Ensino Técnico Complementar tinha a duração de quatro anos e destinava-se a alunos entre os dezasseis e os vinte anos. O Ensino Profissional seria dado em Escolas Industriais que funcionassem junto de unidades fabris.

O movimento escolar, no ensino técnico, era em 1910 de 7153 alunos, passando no final da República, em 1926, para 14174, o que significa que a frequência duplicou. O número de alunas foi reduzido, embora aumentasse com o decorrer dos anos, de 838 em 1910, passou para 2262 em 1926.

Em 28 de Maio de 1926, um movimento militar punha fim à 1.ª República e impunha uma Ditadura Militar que iria dar origem ao Estado Novo, institucionalizado pela Constituição de 1933.

Portugal que vivera, desde as primeiras décadas do século XX, em grave desiquilíbrio financeiro conjugado com uma economia débil, viu a sua situação agravada com a participação na 1.ª Guerra Mundial (1914-1918). Anos mais tarde, a grande depressão do sistema capitalista, iniciada em 1929, nos Estados Unidos, tal como onda devastadora, lançou as economias mundiais numa crise sem precedentes.

O Estado Novo, tal como outros Estados, vai jogar com a situação, com a ânsia de estabilidade e de progresso, para provocar uma ruptura com a visão liberal, impondo um regime autoritário, conservador, dirigista e corporativo.

Naturalmente, o sistema educativo ia reflectindo os princípios da ideologia dominante e do seu autoritarismo. A organização educativa tornava-se mais rígida, a inculcação dos valores mais evidente, a administração central era cada vez mais autoritária e fortemente hierarquizada.

As discussões à volta da reforma escolar e do papel da escola, apesar do regime ditatorial, foram polémicas. Procurando conseguir um maior equilíbrio das finanças públicas o regime não hesitou em reduzir os custos do ensino público, sendo o ensino primário o mais atingido. Num povo em que a actividade agrícola continuava a ocupar uma grande parte da população, muitos responsáveis políticos entendiam ser suficiente saber ler, escrever e contar. Nesta linha, não admira que a escritora Virgínia de Castro Almeida no jornal "O Século", de 5 de Fevereiro de 1927, chamasse a atenção para a "inutilidade" da escola republicana escrevendo:

> Sabendo ler e escrever, nascem-lhes ambições: querem ir para as cidades, ser marçanos, caixeiros, senhores, querem ir para o Brasil. Aprendem a ler! Que lêem? Relações de crimes, noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Largam a enxada, desinteressam-se da terra e só têm uma ambição: serem empregados públicos. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhumas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada. A parte mais linda, mais forte, mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75% de analfabetos.

Dentro desta visão, no período da Ditadura Militar, o decreto n.º 13619, de 17 de Maio de 1927, num período de conflito em aberto, numa primeira tentativa reduzia a escolaridade obrigatória para quatro anos, dos 7 aos 11 anos, um retrocesso em relação ao decreto de 10 de Maio de 1919 que estabelecia um ensino obrigatório de 5 anos que na expressão do legislador "tenderia a habilitar o homem para a luta da vida e formar a consciência do cidadão". Um outro diploma, o decreto n.º 14900,

de 28 de Maio reduzia o ensino primário, a base onde assenta qualquer sistema educativo, a uma aprendizagem mínima – ler, escrever e contar. Mas, logo a seguir, pelo decreto de 13 de Maio de 1939, o Ministro da Instrução Pública Gustavo Cordeiro Ramos, um acérrimo defensor do poder ditatorial e que tentou dar corpo ao pensamento pedagógico de Salazar, abriu o caminho à escola nacionalista, defensora dos valores patrióticos com grande tónica na ruralidade. O ministro, dentro da sua posição ideológica fascizante, rejeitou o sistema escolar herdado da 1.ª República, recusou a escola única, considerada perigosa por projectar um espaço de mobilidade social.

Um decreto de 22 de Março de 1930 dividia o ensino primário em dois graus: o "elementar" de 3 anos com exame final e o "complementar" de um ano, apenas para as crianças que prosseguiam estudos. Para além destas medidas gravosas que acabariam por atingir todos os ramos de ensino, foram fechadas muitas escolas primárias e extintas as escolas móveis de alfabetização.

Em relação ao ensino técnico, ainda no período da Ditadura Militar, eram regulamentadas as escolas superiores de Lisboa e integradas na recém criada Universidade Técnica de Lisboa, em 2 de Dezembro de 1930.

Desde o Governo de Sidónio Pais o ensino técnico profissional estava ligado aos Ministérios do Comércio e Comunicações e da Agricultura. A Ditadura Militar, por decreto de 13 de Abril de 1929, transferiu todas essas escolas para a jurisdição do Ministério da Instrução Pública, criando a Direcção Geral do Ensino Técnico.

Os decretos de 4 de Junho de 1930 e 20 de Novembro de 1931 procuraram uniformizar as escolas existentes: "Artes e Ofícios", "Aulas Comerciais", "Escolas Preparatórias" e "Escolas Industriais e Comerciais".

O decreto n.º 18420, de 4 de Junho de 1930, procurava enquadrar o ensino técnico num todo coerente, sistematizando a legislação. O ensino vai ser orientado numa linha mais profissionalizante e destinado a ambos os sexos. Os cursos nocturnos visavam a educação plástica, geral e profissional, a ser ministrada a alunos que não haviam completado a escolaridade. As aulas eram teóricas e práticas.

Os alunos que concluíam os cursos das Escolas Marquês de Pombal, em Lisboa; Infante D. Henrique, no Porto e Avelar Brotero, em Coimbra podiam matricular-se nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto. O Instituto de Coimbra era extinto.

O Instituto Superior de Comércio de Lisboa, depois de remodelado, passou a Instituto de Ciências Económicas e Financeiras.

Um relatório de 1932, do Director Geral do Ensino Técnico lamenta que o ensino técnico ainda não tenha despertado a verdadeira atenção dos poderes instituídos, permitindo a sua degradação. Os edifícios escolares, na sua maior parte, precisam de obras ou, o ideal, seria a construção de raiz, com laboratórios e oficinas, gabinetes, biblioteca e ginásio. Também era chamada a atenção para o problema do recrutamento do pessoal docente por processos que não garantiam qualidade. Também, nesta matéria, foi legislado, passando-se a exigir diploma profissional e um estágio pedagógico de 2 anos, seguido de "Exame de Estado", como acontecia com os professores liceais.

Em 1933, realizava-se, em Lisboa o 1.º Congresso da Indústria Portuguesa em que se apontava para uma industrialização mais ordenada, capaz de não deixar a economia cair nas crises que afectavam os mercados mundiais. Portugal precisava de

preparar técnicos para responder às exigências de uma economia, cada vez mais complexa e racionalizada.

A Lei de Reconstituição Económica de 1935 programada até 1950, numa antecipação aos Planos de Fomento, tentava apontar novos rumos para a economia.

O Governo, em relação ao Ensino Técnico Profissional Agrícola, reformulou o ensino nas três Escolas de Regentes Agrícolas, existentes em Coimbra, Santarém e Évora, unificando os seus currículos. Os cursos de sete anos compreendiam dois ciclos, o primeiro de cinco anos, semelhante ao Curso Geral dos Liceus e o segundo de dois anos, virado para o ensino profissional.

Gustavo Cordeiro Ramos, uma vez mais, nomeado, por Salazar, Ministro da Instrução Pública, criava, no Porto, dois Institutos, um industrial e outro comercial, nascidos do extinto Instituto Industrial e Comercial. Em 18 de Julho de 1933 era publicado o Estatuto do Ensino Particular.

Carneiro Pacheco, nomeado Ministro em 1936, logo em Abril desse ano, procedeu à remodelação do Ministério da Instrução Pública que passou a designar-se por Ministério da Educação Nacional, apontando privilegiar a educação e a formação do espírito nacional. Haveria livros únicos para certas disciplinas como a História, Filosofia e Educação Moral e Cívica. Em Dezembro de 1936 era regulamentada a organização nacional da Mocidade Portuguesa masculina e, no ano seguinte, a feminina.

De acordo com a Base IX, da Lei de 11 de Abril de 1936, foram revistos os currículos e os programas de todos os graus de ensino.

Entre 1926 e 1940 subiu, significativamente, o número de alunos no ensino técnico elementar e médio.

Entre 1936-1947, na opinião de António Nóvoa, vamos assistir a um ensino marcadamente ideológico; a instrução dilui-se para exaltar a educação. O mestre aparece como modelador de alunos.

Na década de quarenta, o regime forçado pelo aumento da massa escolar, começa a prestar mais atenção ao ensino técnico.

Caeiro da Mata, Ministro da Educação Nacional, apresentou em 7 de Agosto de 1946, um projecto para o ensino técnico, frequentado por mais de quarenta e três mil alunos, prevendo a criação de um ciclo de 2 anos pré-profissional, vestibular, de orientação para os jovens saídos da instrução primária. Este projecto inovador foi fortemente, criticado na Câmara Corporativa que não entendia ser essencial, num plano de ensino técnico, dar cultura geral, literária e científica.

No "Boletim das Escolas Técnicas"[3] defendia-se a ideia que este Ciclo Preparatório se deveria estender a todas as escolas secundárias. O relator do parecer da Câmara Corporativa entendia que este ciclo ao preparar culturalmente os alunos, levaria a que no futuro os alunos das escolas industriais não aceitassem a situação de operários, ambicionavam lugares de maior protecção. Na Assembleia Nacional, o debate do Projecto Caeiro da Mata foi vivo, acabando por vencer a tese dos que concebiam a escola como um centro de cultura e não reduzindo o ensino a tarefas mecanizadas.

Mário de Figueiredo, Ministro da Educação Nacional, criava, em 1941, a Comissão de Reforma que haveria de preparar o Ciclo Preparatório, entendido como uma

[3] *Boletim das Escolas Técnicas,* nº 6 e 7. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Técnico, volume II.

fase de observação, diagnóstico e orientação dos alunos e seus familiares na escolha do seu curso. Seria, todavia, com o Ministro Pires de Lima, através do decreto-lei n.º 36049, de 14 de Julho de 1947, que, finalmente, era lançada uma profunda e estruturante reforma do ensino técnico que aproximava o sistema educativo do mundo europeu do pós-guerra (1939-1944), com transformações significativas na economia, nas finanças e no mundo do trabalho.

A política educativa começava a libertar-se da rigidez das suas estruturas, valorizava mais o capital escolar que iria proporcionar a promoção social. O Estado vai investir na educação não só liceal, mas também técnica. Muitas construções escolares com qualidade e que pretendiam ser o espelho do regime eram erguidas por todo o País. As novas escolas técnicas, pela sua dimensão, marcavam a arquitectura das cidades de província, apresentavam-se devidamente apetrechadas com os seus laboratórios, oficinas e bibliotecas.

O Ministério, dado o crescente aumento da massa estudantil procurou desviá-la dos liceus (um ensino de elite) para o ensino técnico mais popularizado. O ensino técnico passou a estar estruturado em dois patamares, o 1.º constituído pelo Ciclo Preparatório Elementar e o 2.º pelos Cursos Comerciais e Industriais Complementares de Aprendizagem; Cursos Industriais de Mestrança e Cursos Especiais de Ingresso aos Institutos Industriais e Comerciais e Cursos de Pintura e Escultura das Escolas de Belas Artes e, finalmente, Cursos em Regime de Aperfeiçoamento.

O Ciclo Preparatório de dois anos, em regime diurno, compreendia as disciplinas de Língua e História Pátria, Ciências Geográfico Naturais, Matemática, Desenho, Trabalhos Manuais, Religião e Moral, Educação Física e Canto Coral.

Curiosamente, este ciclo primou pela utilização de métodos activos ultrapassando processos, muito usados, nas metodologias tradicionais. Neste ciclo eram estudadas as manifestações, as tendências e as aptidões dos alunos, procuravam-se perceber quais as suas vocações, na perspectiva de uma orientação profissional. Concluído o Ciclo Preparatório os alunos podiam frequentar os Cursos Complementares, mas a Lei exigia aproveitamento nas disciplinas de Matemática e Trabalhos Manuais.

Os cursos Industriais e Comerciais de Formação eram dados, em regime diurno, ao longo de três ou quatro anos, englobando disciplinas de cultura geral e científica a par das disciplinas profissionais.

Os Cursos em Regime de Aperfeiçoamento eram destinados aos alunos já inseridos no mundo do trabalho. Os currículos não eram rígidos, os Conselhos Escolares gozavam de uma certa autonomia que lhes permitia ir ao encontro dos interesses de uma região.

Nas Escolas Técnicas existia o Ensino Complementar de Aprendizagem, curso destinado aos que já exerciam uma profissão e pretendiam melhorar os seus conhecimentos e ascender na hierarquia profissional. Os cursos de Mestrança preparavam os operários para as funções de contramestres, mestres e chefes de oficina. Havia, ainda, em algumas escolas técnicas, cursos de especialização.

Se os anos de 1947-1948 são marcados pelas importantes reformas dos ensinos liceais e técnicos, o Ministro Pires de Lima lançava, em 1952, o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos procurando motivar as instituições e a sociedade para o problema do analfabetismo que, ainda, abrangia 44% da população, dando não só uma triste imagem do regime de um estado europeu,

como também, era um obstáculo ao progresso. A taxa de escolarização mantinha-se muito baixa, na década de cinquenta, andava pelos 45%, o que nos colocava na cauda da Europa. No período de 30 anos, entre 1930 e 1960, a população escolar, no ensino técnico liceal, passou de 18375 para 98227 alunos. Já nada era como dantes, a sociedade rural dos primeiros tempos do Estado Novo, pouco virada à mudança dava lugar, a uma sociedade mais urbana e industrializada.

O 1.º Plano de Fomento (1953-1959) é a expressão dos novos tempos e exigências, o Estado vai apostar na melhoria das infra-estruturas portuárias, rodoviárias, ferroviárias, hidroeléctricas, comunicações para poder dinamizar a economia. A tese industrialista ganhava terreno e a projecção e importância do ensino técnico acentuava-se cada vez mais.. Os Planos de Fomento não deixaram de reconhecer que era preciso apostar, cada vez mais, nesta modalidade de ensino, as novas exigências da tecnologia não eram compatíveis com operários sem preparação.

O Professor e Engenheiro Leite Pinto, ministro da Educação entre 1955-1961 teve consciência que para acelerar a economia era preciso repensar o ensino, melhorar os conteúdos de certas disciplinas. O Plano de Fomento Cultural, projectado em 1959, vai ter o apoio de organismos internacionais, designadamente, da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Nascia, assim, o Projecto Regional do Mediterrâneo e com ele reconhecia-se a urgência de mudar o sistema escolar português incapaz de, nas actuais circunstâncias, de dar uma resposta à dinâmica económica cada vez mais exigente e ao enorme crescimento da massa escolar. O diagnóstico do projecto revelava que, em 1950-1951, os alunos que frequentavam a instrução primária 70% passaram no exame da 4.ª classe, 18% entravam no ensino secundário, 5% concluíram o secundário e apenas 2% conseguiram licenciar-se. A nossa realidade educativa, como mostra este exemplo estatístico, estava muito distante da Europa industrializada.

O 2.º Plano de Fomento (1953-1958) tentou acelerar a taxa de crescimento do PIB, reduzir o défice da balança de pagamentos e assegurar 12000 novos empregos. O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) tentou ajustar a economia às novas exigências nascidas com a Guerra Colonial. Os Planos de Fomento permitiram uma maior racionalização dos investimentos públicos, uma maior intervenção do Estado na economia e uma aposta mais realista na importância do ensino técnico para as mudanças inevitáveis que o crescimento económico ia produzir.

O Professor Leite Pinto reconhecendo que o País só podia avançar apostando na educação, em dois despachos de 21 de Novembro de 1959 e 21 de Outubro de 1960, escrevia:

> Uma nação vale mais pelos seus homens do que pelas suas riquezas naturais. Ora, não é possível qualquer nação ser considerada culta se a sua massa produtiva tiver apenas quatro anos de escolaridade obrigatória. É de facto impossível enveredar pela industrialização e pela mecanização agrícola com operários que sabem apenas ler, escrever e contar. Como pode essa gente manusear – operar com máquinas complexas[4]?

---

[4] Projecto Regional do Mediterrâneo, 1964, p. XIII e XIX.

Leite Pinto ampliou a rede escolar, aumentou o número de cursos e tentou atender as pretensões dos concelhos. Criou novas escolas técnicas e, em colaboração, com o Ministério das Obras Públicas e com dinheiros dos Planos de Fomento foram construídos novos edifícios escolares.

No plano de estudos Leite Pinto avançou para a necessidade de fundir num ciclo único os ciclos iniciais das escolas técnicas e dos liceus (1º ciclo dos Liceus).

Não conseguiu concretizar a ideia e, seria o Professor Inocêncio Galvão Teles, novo Ministro da Educação, em 1968, a criar o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, com um plano de estudos de dois anos.

A crescente procura da educação que se vinha sentindo em Portugal estava, assim, intimamente ligada ao desenvolvimento industrial e urbano, à expansão do sector terciário na economia e ao crescimento da "classe média".

A respeito das relações entre a educação e a economia escrevia o Professor e Ministro Galvão Teles:

> A educação está na base do progresso moral, que é sem dúvida mais importante, mas do próprio progresso material, que acompanhado e condicionado pelo primeiro – – constitui também, obviamente, um fim a atingir, uma meta a alcançar. Insiste-se, hoje, e muito justificadamente, no binómio educação-economia.

E acrescentava:

> As despesas feitas com a educação, abstraindo mesmo o seu alto valor moral ou espiritual, e falando a linguagem dos economistas, não são meras despesas improdutivas, constituem um verdadeiro investimento; quando criteriosamente efectuadas, representam mesmo o mais rentável dos investimentos. Não se pode esperar que a economia se desenvolva para só então fazer progredir a educação: a inversa é que é verdadeira, pois, sem elevado nível educacional a economia está condenada a estagnar, à míngua de capital humano, o mais valioso dos capitais, não podendo a economia expandir-se onde escasseiam cérebros, inteligências, competências, pessoal qualificado, gente devidamente instruída, preparada para conhecer, planear, executar, numa palavra para produzir e criar riqueza. São hoje os economistas os primeiros a reconhecê-lo. Bem significativa a atitude da OCDE que, tendo-se constituído para promover e auxiliar o fortalecimento económico do Ocidente, como forma de resistência à propagação das ideias dissolventes, logo reconheceu a ampla atenção que tinha de consagrar à investigação e ao ensino, sem cujo real progresso o desenvolvimento económico será uma palavra vã.[5]

Em 1964, o Professor Galvão Teles alarga para 6 anos a escolaridade obrigatória[6], reconhecendo que a medida era comummente aceite e desejada tanto nos sectores oficiais como particulares e que uma escolaridade reduzida a quatro classes (...) já era pouco para os tempos que correm.[7]

---

[5] TELES, Inocêncio Galvão – *Para um Estatuto da Educação Nacional,* Lisboa: M.E.N., 1966, p. 10-11.

[6] Decreto-Lei n.º 45810, de 9 de Julho de 1964. In: *Diário do Governo,* 1.ª Série, n.º 160, de 9 de Julho de 1964.

[7] TELES, Inocêncio Galvão – *Temas de Educação,* Lisboa: M.E.N., 1966, p. 185-186.

E acrescentava:

> Com as transformações operadas, no mundo material, no mundo económico, no mundo social, torna-se dia a dia necessária uma instrução mais desenvolvida e mais difundida, e assim o seu valor aparece mais patente aos olhos de todos.[8]

Para prolongamento da escolaridade, foi criado um ciclo complementar – 5.ª e 6.ª classes – do ensino primário, visando dar uma preparação directa para a vida, evitando um ensino puramente livresco. O ensino deveria ser, tanto quanto possível, vivo e concreto, destinado a desenvolver a personalidade dos alunos nos vários sentidos, mas ao mesmo tempo a predispô-los, desde logo, para o exercício de actividades úteis e se adaptarem a novas tarefas, se as circunstâncias vierem a impor-lhes a mudança de ocupação.

Tratava-se de adoptar uma pedagogia adequada às crianças de meios economicamente débeis, crianças que, a partir dos 14 anos, ingressavam em trabalhos indiferenciados, mas já preparadas para uma reconversão posterior ou para uma modernização tecnológica.

Ao lado de uma formação geral ou teórica conviria adquirir, dentro de certos limites, uma formação prática, baseada no contacto com o trabalho efectivo, mediante colaboração com entidades oficiais e/ou particulares.

No entanto, nem a "função prática" nem a adaptação às "necessidades locais" teve concretização, uma vez que a procura da educação pós-primária se orientava para os ciclos iniciais do ensino técnico e liceal, que acabaram por se fundir num ciclo único com a criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.[9]

A criação do Ciclo Preparatório tinha como objectivo, entre outros, diferir da 4.ª para a 6.ª classe de escolaridade a escolha dos estudos sequenciais e evitar, senão anular, "a acentuada diferença do método e do espírito", assumindo carácter mais cultural o ensino feito nos liceus e mais prático o ministrado nas escolas técnicas. O Ciclo Preparatório destinava-se, assim, a proporcionar não só a formação geral adequada ao prosseguimento dos estudos, mas também a observação individual dos alunos em ordem à sua orientação na escolha dos mesmos estudos.

Na prática continuavam a manter-se factores relacionados com a rede escolar e as estruturas do ensino, com reflexos no estatuto socioeconómico e cultural das famílias dos alunos. Como reflexo desta situação, o Professor Galvão Teles manteve a 5.ª e a 6.ª classes do Ciclo Complementar do Ensino Primário e criou o ensino preparatório indirecto (Telescola).

Veiga Simão que ocupou, a partir de 1970, o cargo de Ministro da Educação no Governo de Marcelo Caetano, prolongou a escolaridade obrigatória para 8 anos, quatro de ensino primário e 4 do ensino preparatório. Diluiu a dualidade dos ensinos liceal e técnico, substituiu os Cursos de Formação Profissional por um Curso Geral de 3 anos, semelhante ao que era dado nos Liceus. De qualquer forma neste Curso

---

[8] TELES, Inocêncio Galvão – *Para um Estatuto da Educação Nacional.* Lisboa: M.E.N., 1966, p. 14-15.

[9] Decreto-Lei n.º 48541, de 23 de Agosto de 1968. In: *Diário do Governo,* 1.ª Série, n.º 199, de 23 de Agosto de 1968.

era dada uma formação tecnológica básica e não, como até então, uma especialização profissionalizante. Os diferentes cursos técnicos foram reduzidos a nove cursos gerais: agricultura, mecânica, electricidade, química, construção civil, têxtil, administração e comércio, formação feminina e artes visuais[10]. O ensino técnico era frequentado, nesta altura, por 120000 alunos.

Embora em teoria fosse possível, os alunos do ensino técnico não tiveram acesso ao Curso Complementar dos Liceus e as equivalências, para efeito de emprego, eram resolvidas caso a caso.

Depois do 25 de Abril era criado, em 1975, o Ensino Secundário Unificado que visava fomentar nos alunos um equipamento mental e cultural a mobilizar nos diferentes estudos escolares ou a ajudar a escolher o rumo profissional.

Com as medidas tomadas por Veiga Simão e com a lei de 1975 criando o Ensino Secundário Unificado[11] era dada uma sentença de morte no ensino técnico. Hoje, passados mais de 30 anos sobre esta medida e, sem pôr em causa a necessidade urgente que havia de reformular as estruturas do ensino técnico, desde o plano curricular aos conteúdos programáticos interrogamo-nos se o País, nos planos cultural, social e económico, saiu verdadeiramente beneficiado?

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Luís Alberto Marques – *O Porto no arranque do Ensino Industrial (1851-1910).* Porto: Edições Afrontamento, 2003.

ALVES, Luís Alberto Marques – *Ensino Técnico: uma filosofia específica para uma dinâmica diferente.* In: *Estudos do Século XX.* Coimbra: Centro de Estudos interdisciplinares do Século XX – CEIS20. Ariadne Editora, n.º 6, 2006.

COSTA, D. António da – *História da Instrução Popular em Portugal desde a fundação da Monarquia até aos nossos dias.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.

GOMES, Joaquim Ferreira – *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1884-1859).* Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. 1985.

GOMES, Joaquim Ferreira – *Estudos para a História da Educação no século XIX.* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

GRÁCIO, Sérgio – *Política Educativa como Tecnologia Social – As reformas do Ensino Técnico de 1948 a 1983.* Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

---

10 Decreto-Lei n.º 47587, de 10 de Março de 1967. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 59, de 10 de Março de 1967.

11 Circular n.º 1/75, de 20 de Junho de 1975, estabelecendo o currículo e o horário semanal do 7º ano de escolaridade; Circular n.º 2/75, de 25 de Junho de 1975, reconhecendo a necessidade de participação do País na reestruturação do ensino secundário e Circular n.º 3/75, de 27 de Junho de 1975, definindo os objectivos gerais para o 7.º ano de escolaridade.

HORTA, José Maria da Ponte – *Estudo e Crítica do Nosso Ensino Official.* Lisboa: 1881.

MARTINHO, António Manuel Matoso – *A Escola Avelar Brotero 1884-1974: Contributo para História do ensino técnico-profissional.* Guarda: 1993.

MENDES, J. Amado – "Etapas e limites da Industrialização". In: MATOSO, José (dir.), *História de Portugal,* vol. V, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

NÓVOA, António, "Ensino Técnico". In: ROSAS, Fernando e BRITO. J. Brandão de, *Dicionário do Estado Novo.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José Amado – *História da Indústria Portuguesa – Da Idade Média aos Nossos Dias,* Lisboa: AIP/Publicações Europa América, 1999.

TORGAL, Luís Reis - "A instrução Pública". In: MATOSO, José (dir.), *História de Portugal,* vol. V, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

**Legislação Consultada**

DECRETO de 17 de Novembro de 1836. In: *Diário do Governo,* n.º 275, de 19 de Novembro de 1836.

DECRETO de 20 de Setembro de 1844. In: *Diário do Governo,* n.º 20, de 28 de Setembro de 1844.

DECRETO de 30 de Dezembro de 1852. In: *Diário do Governo,* n.º 1, de 1 de Janeiro de 1853.

DECRETO de 20 de Dezembro de 1864. In: *Diário de Lisboa,* n.º 1, de 2 de Janeiro de 1865.

DECRETO de 9 de Outubro de 1866. In: *Diário do Governo,* n.º 238, de 19 de Outubro de 1866.

DECRETO de 24 de Dezembro de 1883. In: *Diário do Governo,* n.º 297, de 31 de Dezembro de 1883.

DECRETO de 31 de Janeiro de 1884. In: *Diário do Governo,* n.º 5, de 7 de Janeiro de 1884.

DECRETO de 6 de Março de 1884. In: *Diário do Governo,* n.º 57, de 11 de Março de 1884.

DECRETO de 6 de Maio de 1884. In: *Diário do Governo,* n.º 103, de 7 de Maio de 1884.

DECRETO de 30 de Dezembro de 1886. In: *Diário do Governo,* n.º 34, de 14 de Fevereiro de 1887.

PORTARIA de 22 de Outubro de 1886. In: *Diário do Governo*, n.º 244, de 26 de Outubro de 1886.

DECRETO de 23 de Fevereiro de 1888. In: *Diário do Governo*, n.º 44, de Fevereiro de 1888.

DECRETO de 8 de Outubro de 1891. In: *Diário do Governo*, n.º 227, de 9 de Outubro de 1891.

DECRETO de 5 de Outubro de 1893. In: *Diário do Governo*, n.º 226, de 6 de Outubro de 1893.

DECRETO de 24 de Novembro de 1898. In: *Diário do Governo*, n.º 272, de 3 de Dezembro de 1898.

DECRETO de 24 de Dezembro de 1901. In: *Diário do Governo*, n.º 295, de 30 de Dezembro de 1901.

DECRETO de 29 de Maio de 1907. In: *Diário do Governo*, n.º 120, de 31 de Maio de 1907.

DECRETO n.º 446, de 22 de Abril de 1914. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 62, de 22 de Abril de 1914.

DECRETO n.º 2609-E, de 4 de Setembro de 1916. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 179, de 4 de Setembro de 1916.

DECRETO n.º 5029, de 1 de Dezembro de 1918. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 260, de 1918.

DECRETO n.º 18420, de 4 de Junho de 1930. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 128, de 4 de Junho de 1930.

DECRETO n.º 20420, de 4 de Outubro de 1931. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 243, 2.º Sup., de 21 de Outubro de 1931.

LEI n.º 2005, de 14 de Março de 1945. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 54, de 14 de Março de 1945.

DECRETO n.º 37029, de 25 de Agosto de 1948. In: *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 198, de 25 de Agosto de 1948.

# “Heróis do lar, nação católica e rural”: os livros únicos do ensino primário no Estado Novo

Augusto José Monteiro

MONTEIRO, Augusto José – “Heróis do lar, nação católica e rural”:
os livros únicos do ensino primário no Estado Novo.
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 209-231.

**Augusto José Monteiro.** Mestre em História Moderna. Professor aposentado do Ensino Secundário. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Os manuais escolares desempenham um papel essencial no contexto escolar; esclarecem-nos sobre intenções políticas; fornecem "elementos de leitura e de descodificação do real". Eles são, no dizer de Alain Choppin, o "espelho" no qual se reflecte a "imagem" que a sociedade quer dar dela própria (um "reflexo deformado", muitas vezes "idealizado").[1]

Todos os regimes – e em especial os mais autoritários, porque mais ciosos das suas "verdades" – acabam por controlar a produção e a circulação dos compêndios escolares.[2] Os de leitura, materiais didácticos de grande alcance social e de utilização intensiva (sobretudo no ensino primário), contam-se, pela diversidade das temáticas e pela sua potencial força normativa, entre os que são alvo de maior investimento e controlo. (Além do mais, como se sublinha em 1934, a "língua é o mais rendoso instrumento educativo", porque por ali "se realiza o comércio das ideias e dos sentimentos").

## 1. Os "livros úteis" de C. Pacheco

No período que vai de 1935 a 1940, correspondente à "consolidação do regime", ter-se-ia assistido "à plena afirmação do poder pessoal de Salazar numa Europa onde triunfam os ditadores e os chefes carismáticos dos regimes fascistas e autoritários".[3]

Carneiro Pacheco, que assume a pasta da Instrução no início de 1936, teve uma acção decisiva na construção dessa escola que devia ser, como o Chefe pretendia, a "sagrada oficina das almas." Como ministro (1936-1940), será o executor da "reforma educacional salazarista..."[4]

---

[1] CHOPPIN, Alain – *Manuels scolaires: histoire et actualité.* Paris: Hachette, 1992: revelam, pelo que dizem e pelo que calam, o estado dos conhecimentos e os esteriótipos de uma sociedade. Instrumentos culturais, ideológicos e pedagógicos elucidam-nos sobre os "níveis ideativos" (conhecimentos, saberes, valores, crenças), "como corpo de ideias que ao mesmo tempo agem sobre a vida real e a reflectem" – ALMEIDA, Miguel Vale de – "Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo". In: O'NEILL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais (orgs.) -*Lugares de Aqui. Actas do Seminário "Terrenos Portugueses".* Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991, p. 245-261, p. 247. "No concerto ideológico do aparelho do Estado, o manual tende a veicular a ideologia dominante..."; muitas vezes, é ele que "influencia e determina a prática pedagógica" – BRITO, Ana Parracho – "A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexões". In: CASTRO, Rui Vieira; RODRIGUES, Angelina; e outros (orgs.) - *Manuais escolares. Estatuto, funções, história.* Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 139-148, p. 139-142.

[2] São "objectos culturais autoritários": o seu discurso é erigido "ao plano de um universal". ("Escondem a sua historicidade") – ver MATOS, Sérgio Campos - *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939).* Lisboa: Livros Horizonte, 1990. A sua autoridade resulta do facto de prescrever "como verdade e como ciência determinado conhecimento" (embora silencie muitos saberes...) – ver MAGALHÃES, Justino Pereira de - "Um apontamento para a história do manual escolar "entre a produção e a representação". In: *Manuais escolares...*, p. 279-301.

[3] ROSAS, Fernando – "Salazar, António de Oliveira". In: ROSAS, Fernando Rosas e BRITO, J. M. Brandão (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo.* Venda Nova: Bertrand Editora, 1996, p. 861-876, p. 868-869.

[4] ROSAS, Fernando – "Carneiro Pacheco, António Faria". In: *Dicionário enciclopédico de História de Portugal.* Alfa: 1985, p. 106. Sobre a acção do ministro ver MATOS, Helena - *Salazar. A propaganda (1934-1938)*, vol. II. Lisboa: Temas e Debates, 2004, p. 141-293 e "Manual em Estado Novo". In: *Revista do Expresso,* 9 de Setembro de 2000, p. 54-62; ver, também, "Pacheco, António Faria Carneiro". In: *Dicionário de História do Estado Novo,* p. 709-719. Para S. C. Matos, com esta reforma prevalece (apesar de algumas divergências entre autores de manuais de História para o secundário) "uma versão ultranacionalista e sectária da memória colectiva institucional" – "O ultranacionalismo da memória institucional". In: REIS, António (dir.) - *Portugal contemporâneo (1926-1958)*, vol. IV. Lisboa: Alfa, 1990,

Em 1936 ter-se-ia iniciado, segundo alguns, uma nova fase na política educativa – que se estende até ao pós-Guerra (1947) – que se caracteriza "pela tentativa de edificação da escola nacionalista, baseada numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral: a escola é investida 'principalmente como uma agência, não de transmissão de conhecimentos (instrução) mas de formação da consciência (educação)'".[5] Porque "as palavras são as ferramentas das oficinas das almas", era necessário que os manuais escolares ganhassem mais eficácia como "instrumentos" ideológicos".

O Decreto-Lei n.º 27.279 de 24 de Novembro de 1936, ao estabelecer as bases em que devia assentar o ensino primário, determinou que, a cada classe do (obrigatório) ensino elementar, corresponderia um "único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas". Impôs, enquanto não se concretizava este desígnio, "a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário", tendo autorizado o ministro a adoptar as "soluções transitórias que se tornem necessárias para o ano lectivo de 1936-1937".[6]

Nesta conformidade, nos fins de 1936, o ministro escrevia a Salazar: "envio-lhe oito colecções de livros de leitura que estavam aprovados e contêm já alterações impostas para serem vendidos este ano. Longe de perfeitos, já são úteis".[7] As alterações nestes manuais, impostas superiormente, traduziram-se na censura de alguns textos e na introdução de novas lições que assumiram um cariz manifestamente religioso (cristão) e uma maior carga patriótica e propagandística, com invectivas contra o demo-liberalismo e a diabolização do comunismo, elogios (por vezes hiperbólicos) a Salazar, publicidade ao Estado (corporativo), ao regime e à obra edificada.[8] Trata-se de modificações cirúrgicas – realizadas dez anos depois do 28 de Maio e três após a institucionalização do Estado Novo que, por vezes, mal se detectam... Muitos dos vivazes livros "altera-

---

p. 339-348. Maria Filomena Mónica considera que, neste período (1936 – 1940), "na prática, as restrições curriculares traduziam-se em mais religião e menos teoria" - *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a escola primária salazarista, 1926-1939.* Lisboa: Editorial Presença, 1978, p. 282. Contudo, a inflexão da política de C. Pacheco não teria sido "exactamente um ponto de partida": os primeiros sinais da mutação remontam a 1931.

[5] NÓVOA, António – "A 'Educação Nacional'" (cit. de M. F. Mónica). In: ROSAS, Fernando (coord.) - *Portugal e o Estado Novo (1930-1960).* (*Nova história de Portugal,* vol. XII , dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa: Ed. Presença, 1992, p. 455-519, p. 458-459. NÓVOA, A. – "Educação nacional". In: *Dicionário de História do Estado Novo,* pp. 287-288. (O ministério passa a chamar-se, em 1936, da Educação Nacional).

[6] Tudo começou com a Lei n.º 1941, de 11.04.1936, que havia estipulado compêndios únicos de leitura para o ensino primário e para as disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Moral nos outros graus de ensino (à excepção do superior). O regime de livros únicos já tinha vigorado, de 1895 a 1905, como elemento de um "projecto de socialização política nacionalista não sectária". Vai aparecer, agora, no contexto de um programa "nacionalista e corporativo de inculcação autoritária e sectária" – MATOS, S. C.- ob. cit., 1990, p. 62-63. O problema destes "livros únicos" (de leitura) para o primário, só começa a resolver-se em 1940.

[7] Ver MATOS, Helena – ob. cit., p. 203-207 e art. cit., pp. 54-62. No estudo, que realizámos, "As verdades que convêm à Nação": como Carneiro Pacheco reescreveu os livros de leitura do ensino primário" (a publicar in *Actas do Seminário Internacional de Coimbra* – Novembro 2007 – "Estados autoritários e totalitários e suas representações... "), são analisadas as modificações feitas em vários manuais.

[8] Procedimentos semelhantes não eram inéditos: na I República, livros de leitura, do período anterior, haviam sido ajustados, com alterações que se traduziram, sobretudo, no corte de textos de cariz religioso. Em 1937, são feitas alterações nos compêndios de história, da escola primária, provenientes da I República.

dos" são provenientes da I República e até, num ou noutro caso, dos fins da Monarquia. (Tudo isto comprova inequívocas continuidades e manifestas inércias...) Os compêndios, assim reformulados, "são apenas uma parte (...) do reforço do discurso ideológico do Estado Novo nas escolas".[9] Fizeram as vezes dos "livros únicos", enquanto estes (que deviam ser sinónimo de "obras perfeitas") não apareceram....[10]

## 2. Os "livros perfeitos" – as verdadeiras "estrelas"

Como fomos sugerindo, de acordo com as decisões de 1936 (reafirmadas e complementadas em 1937 e 1940), cada uma das classes seria dotada com um "livro único". Como as "obras de qualidade", na óptica dos "encomendadores", não apareciam, os responsáveis acabaram por nomear (em 1940) uma "comissão de pedagogos e artistas" que seriam responsáveis pela sua feitura.[11] Estas personalidades, que integram a comissão(?), vão ser os autores desses "únicos livros" que correspondem, provavelmente, aos manuais "perfeitos" que Carneiro Pacheco idealizara...[12] Mas, quando é publicado o primeiro *O livro da 1.ª classe*, em 1941, já não estava à frente do ministério.

Acrescente-se que o processo de produção do conjunto das obras foi lento: *O livro da segunda classe* sai em 1944 e *O livro de leitura da 3.ª classe* em 1951. As pressas não eram muitas: os desígnios doutrinários mais significativos estavam assegurados com os "livros úteis."

A utilização privilegiada e hegemónica dos "únicos livros", que vão ser "livros únicos", confere-lhe um papel decisivo. A sua utilização era verdadeiramente intensiva, porque eram (praticamente e de facto), até à 4.ª classe, os únicos manuais de que os alunos dispunham.[13]

---

[9] Helena Matos – art. cit., p. 54 e 57.

[10] A matriz de quase todos os manuais é estabelecida aqui. É grande o êxito da "fórmula" fixada em 1936-1937. Alguns, em especial os da 4ª classe que continuam a ser adoptados, só voltariam a ser ligeiramente "tocados" nos anos 60.

[11] Ver, em especial, Dec. n.º 30316, de 14.03.1940: como os livros a concurso não tinham agradado, "é autorizado o Ministro da Educação Nacional a nomear, ouvida a Junta Nacional de Educação, uma comissão de pedagogos e artistas, escolhidos de entre os de reconhecido mérito, para a elaboração e ilustração dos textos do livro único(...)". Dada a coerência do projecto, poderiam ter sido produzidos pela(s) mesma(s) comissão(ões). No caso de "equipas" diferentes, também não é de afastar a hipótese de haver elementos comuns. Não conseguimos identificar a(s) "comissão(ões)" e os seus elementos. Pelo trabalho apresentado, seriam autores de "reconhecido mérito".

[12] Esperava-se tanto destas obras que, em 1937, subvertendo a lógica que se devia observar, justificava-se a aprovação de novos programas do ensino elementar, pela necessidade de elaborar os "livros únicos" (ver Dec. 27 603 de 29 de Março).

[13] Havia manuais de Educação Cívica e Moral (para todas as classes), mas eram pouco utilizados. Em 1955 tenta-se aplicar, à 4ª classe, sem resultado, o regime de livro único em vigor para o elementar. Para além de não se ter imposto, nesta classe, o "livro único", havia outros manuais de matérias específicas (como, por exemplo, de História e de Geografia). A 4.ª classe só se torna obrigatória em 1956 (para o sexo masculino); universaliza-se em 1960. Estes "livros únicos" são analisados por Maria Velho da Costa (BIVAR, Maria de Fátima - *Ensino primário e ideologia*. 2ª ed.. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 22 e 31-153). Nos fins dos anos 60 - a partir de 1967 -, aparecem novos livros, para a 1ª e 2.ª classes, aprovados oficialmente, também com a chancela do Ministério.

Estes "livros únicos" vêm na "sequência" (na linha) dos que eram adoptados (ou aprovados) oficialmente; são, essencialmente, o corolário dos que haviam sido reformulados. Mas, pelos objectivos visados, cada um dos livros vai ser verdadeiramente abrangente: "... com a concentração do texto relativo às disciplinas de cada classe em um só compêndio receberá a criança (...) a ideia da unidade da cultura..."[14] Cada um destes livros era *o livro*... por excelência, como se fosse uma súmula e uma "bíblia". (Mesmo o da 3.ª classe, dito de *leitura*, ostenta no rosto: *O livro da terceira classe*). O livro que fosse todos os livros. Um só e único... Um só livro para tudo...

Para muito boa gente, que fez a escola primária, constituíram importantes obras de referência. Pelas suas características (inovadoras), pelo seu carácter excludente e pelo tempo que se mantiveram em cartaz, transformaram-se em "verdadeiras estrelas" do universo dos livros escolares. Contribuíram para a "formação" – *in*formação, *con*formação, "*de*formação", forma*ta*ção –, de sucessivas "fornadas" de alunos. Marcaram - e atrevemo-nos a dizer que ainda marcam - muitos espíritos... [15]

## Três "livros únicos" – um grande desígnio...

### *Estrutura e ideias-força*

A estrutura dos três livros é (praticamente) a mesma: conhece apenas ligeiras adaptações e/ou alterações, ditadas pelas diferentes exigências curriculares (que resultam do nível etário dos alunos). Para os manuais da 1.ª e da 2.ª: "leitura", *doutrina cristã* e *aritmética*. Para o da 3.ª classe: "leitura" – mais enriquecida e variada (como seria previsível) – e *doutrina cristã*.[16]

Os manuais veiculam a educação religiosa formal que era "receitada" pela Igreja e apoiada pelos poderes públicos. As secções religiosas constituem um autêntico catecismo e as de "leitura" inserem textos que têm como objecto a doutrina (cristã) e preceitos religiosos. Como é sabido, um dos superiores desígnios dos governantes e das autoridades (religiosas e civis) era "recatolicizar" a nação.[17] (Não se esqueça que a I República tinha "podado" os textos religiosos dos compêndios). Como já foi sublinhado,

---

[14] Decreto n.º 27 882 (Dir. Geral do Ens. Primário - 21 de Julho de 1937). Deviam integrar a Língua portuguesa, a Moral, a Aritmética e, ainda, Educação Física e o Canto Coral. O parágrafo único do artigo 2.º acabou por ter um acolhimento bem menos visível (no concernente aos conteúdos), embora se mantenha o "espírito": "quanto às disciplinas de educação física e de canto coral, o livro único, além de explicar a sua relação com os fins e a orgânica da Mocidade Portuguesa, conterá trechos, máximas e cânticos que estimulem o seu exercício no sentido espiritual da vida e como preparação para o serviço da Pátria".

[15] Pelos meados dos anos 80 foram "reeditados", numa tentativa de apaziguar recordações saudosistas e regressivas. Têm prosseguido, aliás, as "reedições". Estas "ressureições" resultam, também, de um "neo-saudosismo" que marca os nossos dias.

[16] Cf. FERREIRA, António Gomes - "O Portugal do Estado Novo para as crianças do ensino primário". In: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, nº 3, 1999. Coimbra: Fac. de Psic. e Ciências da Educação, p. 137-153. Fica por esclarecer "como os diferentes professores encaravam essa parte relativa ao catecismo", p. 140. As matérias menos trabalhadas, em situação escolar, teriam sido, em princípio, as das secções da *religião* e da *aritmética*.

[17] Veja-se o que se passa em Espanha... Atente-se nas similitudes... Apenas um significativo exemplo: o famoso *El parvulito* de ALVAREZ (Antonio Alvarez Perez) – uma espécie de cartilha e de livro de iniciação à

"ao contrário dos Livros de Leitura do período da República e dos do período pós-25 de Abril (...), o ensino religioso aparece como parte integrante do ensino da leitura e da escrita".[18]

Detectam-se claramente ideias-força básicas, que integram um núcleo duro e que vão ser orquestradas em vários tons... As temáticas mais favorecidas, nos livros da 1.ª e da 2.ª classes, são as da família, da moral e do cristianismo (catolicismo) – um receituário de prescrições éticas e morais, subordinadas à religião. No da 2.ª abre-se mais espaço para lições que têm como tema a escola, o país (em especial o rural) e a pátria e ainda para algumas narrativas de "proveito e exemplo".

No da 3.ª há mais textos ficcionais; já se divulgam temas de carácter "científico"; há lições de história – esta "disciplina" não consta dos anteriores - e outras que, com ênfase, visam a formação cívica (e patriótica) e abordam o "universo político"; os conteúdos têm um carácter mais ideologizado e propagandístico.

É muito significativo, como veremos, o universo das lições que se alimentam do húmus do Portugal aldeão e rural, que fazem a apologia da *pax ruris* – que celebram a *aurea mediocritas* que, em boa medida, lhe está associada –, que enaltecem os valores e as virtudes do mundo campestre. No da 3.ª classe formam mesmo um verdadeiro *corpus* doutrinário. Como nota M. V. de Almeida, o que surge "como original" no livro (da 3.ª Classe) é "a sobreposição, a coincidência entre os valores transmitidos pelo Estado e os valores da sociedade camponesa, então largamente maioritária em Portugal".[19] (Considerações semelhantes podem ser aplicadas, em boa parte, aos da 1.ª e 2.ª classes).

Salta à vista, nas três obras, uma grande valoração da ruralidade que era a "forma natural" da sociedade estar e a que melhor se coadunava com "o viver habitualmente."[20] É tão grande, em correlação com toda esta ambiência, a alegria espiritual que pode advir das vivências campestres, é de uma natureza tão superior essa felicidade, que caracteriza o estado de alma das gentes rústicas, que resolvemos designá-la por *felicitas ruris*. A alma do Portugal autêntico pulsava no campo... Não há tristeza, nem "tristeza contentinha"; há alegria e satisfação com os trabalhos e os dias. As próprias dificuldades dos rústicos, porque redentoras no plano espiritual, são assumidas com orgulho e sentidas como desígnios da vontade de Deus.

Queria-se fazer acreditar que se estava a gerar um Portugal que vivia feliz, embora não estivesse completamente matriculado na FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, criada em 1935 e reformulada nos anos 40). E que extravasava esse contentamento. Nada lhe faltava. Gostava do que fazia. ("Não há trabalho custoso,

---

leitura –, profusamente ilustrado (com desenhos do autor) apresenta semelhanças com o *Livro da primeira classe*. São muitos os textos "catequéticos" (religiosos e políticos). Em *Justo y Pástor* (pp. 74-75) dá-se o exemplo de dois meninos que preferem morrer a ofender Deus... *Viriato* (p. 30) é herói e guerreiro espanhol. Em *El alzamiento nacional* (p. 108) salienta-se que "todos los días había tiros por las calles e se *quemaban las iglesias* (...) para acabar com todo esto, Franco se sublevó". (Autorização eclesiástica do bispo de Zamora; aprovado pelo Consejo Nacional de Educación em 1958 - Valladolid, 1965). Em Portugal não era exigida a aprovação eclesiástica explícita.

[18] ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 260.

[19] Art. cit., p. 249.

[20] Ver MEDINA, João – *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a ditadura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 68-74.

quando não falta a vontade de trabalhar" – *Os ceifeiros*, 3ª classe). Vivia na graça do Senhor. Tinha chefes que velavam por ele. O presente era seguro e o futuro risonho!..

Para melhor compreender a incidência apologética neste universo de valores, refiram-se palavras de António Ferro, a propósito da escolha de Monsanto como a aldeia mais portuguesa. Releva essa *felicitas ruris* que fazia com que o "desprendido" e "esclarecido" povo (e se havia povo rural...) vivesse no sétimo céu... "Este povo [de Monsanto] vive contente a rezar, a dançar e a cantar, dando lições de optimismo às cidades fatigadas, pessimistas, compreendendo, como poucos, o ressurgimento português, mais ávido de bens espirituais – a escola, a igreja, a família – do que materiais. As necessidades são muitas (...) mas com os olhos cheios de estrelas e o coração cheio de cantigas, considera-se feliz porque sente o céu mais perto do que nunca".[21]

A utilização de textos de "inspiração rural" representa uma continuidade. Não é uma criação estadonovista, embora a sua incidência saia reforçada – em consonância com valores que conscientemente se queriam impor – nestes livros dos anos 40.[22] Há um fundo (matricial) que vem de longe: este apego ao mundo rural, com exaltação dos seus encantos e dos seus valores, e esta celebração da *pax ruris* já são bem visíveis nos livros oitocentistas (do ocaso da Monarquia) e estão inscritos nos manuais da I República. Aliás, este lastro ideológico, que se mantém com poucas alterações e atravessa regimes e sistemas políticos – a política muda menos as coisas do que parece... –, está presente nos compêndios de leitura de outras nações como a França. (Está em força nos tempos da III República e continua a figurar, à primeira vista surpreendentemente, nos livros da V República). Pelo cotejo, que temos vindo a fazer, detectam-se semelhanças nas representações, desta e de outras realidades, que surgem nos manuais franceses.[23]

O certo é que, nestes "livros únicos", são especialmente significativas as marcas relacionadas com uma sociedade rural particularmente arcaica. Não era, com certeza,

---

[21] "A aldeia mais portuguesa", discurso de 04.02.1939. In: *Prémios literários* (1934-47), Lisboa: SNI, 1950, p. 93. Já havia quem recusasse essas visões idílicas: Ferreira Dias contesta a política oficial por eleger comunidades "atrasadas". Como sugere Joana Brites (artigo a publicar, in Actas do Seminário Internacional de Coimbra, Novembro de 2007, "Estados autoritários e totalitários e suas representações...") investia-se na "presepificação da realidade" e na (acrescento eu) "presepificação" do país... Um país que devia ser uma imitação graciosa - pelas figuras e pelos cenários - dos presépios de Machado de Castro...Numa das *Entrevistas de António Ferro a Salazar* (Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003, p.19), o modernista Ferro descreve uma cena que vê numa "estrada saloia": "figurinhas ingénuas e toscas, que parecem recortadas dos presépios de Machado de Castro..." O "apego ruralista" de Salazar acompanha-o até ao fim: "a faina agrícola (...) é acima de tudo uma vocação de pobreza, mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver (...); por mim (...) continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser ricos não chegareis lá pela agricultura" – Discurso de 28/01/1965. In: MEDINA, João - ob. cit., p.71. (Ver, sobre esta ambiência, MEDINA, João – ob. cit., em especial p. 67-80; MELO, Daniel - *Salazarismo* e *cultura popular (1936-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 44-50, 75-79, 85-103, 208-229).

[22] Ver FERREIRA, António Gomes – art. cit., p. 142.

[23] Ver MOLLO, Susanne – *A escola na sociedade*. Lisboa: Edições 70, 1979 (França, 1969). Manuais que estavam ainda em vigor, nos anos 60, em França, apresentam características idênticas. Lá como cá, há inércias que pesam... (O "mental" atrasa-se em relação ao económico e ao social...). "A predominância do campo e da vida campestre" tem consequências facilmente detectáveis "na representação da sociedade e dos sistemas de valores". Os trabalhos campestres recompensam o esforço dispendido e dão saúde. "A aldeia constitui a unidade da sociedade francesa nos livros de leitura." (p. 98). Nos anos 50 e 60 estes modelos eram pouco compatíveis com uma sociedade que se industrializa: ver p. 79-165 (*maxime:* 98-113, 164-165).

um Portugal assim que, certas elites e algumas figuras públicas (mesmo comprometidas com o regime), mais interessadas no desenvolvimento (económico e social) da nação, estavam apostadas em manter... Estes textos tornam-se cada vez mais arcaicos e dissonantes, à medida que o tempo passa, em relação à realidade de um país que, apesar das limitações, se desenvolve e industrializa.

São obras que nos informam tanto sobre a representação da sociedade na escola como sobre o sistema de valores dos educadores... As crianças deviam aprender alguns fundamentos de um catecismo básico: as principais virtudes de um povo residiam na fidelidade a Deus, à pátria e à família.[24] (Através das crianças, lembram-se estas verdades ao povo).

Nas páginas destes livros (em especial no da 3.ª, surgem alguns "heróis do mar" e há algumas alusões ao "nobre povo" e à "nação valente e imortal", mas o que as marca sobretudo, e o que mais as povoa, são os *heróis* (melhor: as *heroínas*) *do lar*... e a *nação religiosa e rural*... Os "livros únicos" mantêm-se inalteráveis ao longo de muitos anos. (Sinalizámos apenas duas alterações pontuais – quase imperceptíveis – que foram impostas por alterações políticas).

## 2.1. *O livro da primeira classe*: o melhor dos livros?[25]

É muito inovador no panorama nacional. E é, muito provavelmente, tendo em conta as características dos destinatários, o mais bem concebido da trilogia. Foi alvo de um qualificado investimento, não apenas no domínio das ideias e no campo pedagógico, mas também no que respeita à composição gráfica. Representa um enorme salto qualitativo em relação aos seus antecessores, em especial no campo da ilustração e da iconografia. O investimento estético foi feito, essencialmente, no capítulo da "cartilha" e na secção de *Aritmética*.[26]

A parte respeitante ao "livro de leitura" constitui o núcleo mais importante, pelas manifestas preocupações normativas, socializadoras e doutrinárias e por ser a mais glosada e trabalhada.

### Normas, princípios e deveres

Fica-nos a sensação, após uma análise desses textos para leitura, de estarmos perante um "bê-á-bá" dos valores que deviam nortear as crianças e dos deveres – para

---

[24] Cf., a propósito, ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 256-259. Ver FERREIRA, António Gomes – art. cit., p. 137-153: são livros eficazes no que respeita "à formação de uma mentalidade nacionalista e católica". Os responsáveis ter-se-iam inspirado "nos manuais escolares italianos (produzidos de acordo com a ideologia do regime que aí vigorava). Traçam, também, um conjunto de representações da escola e da escolarização – ver exemplos em PAULO, João Carlos – "'A ensinar como um mestre'. Manuais e organização da cultura escolar em perspectiva histórica". In: *Manuais escolares...*, p. 355-356 e 360-361.

[25] Servimo-nos da 3.ª edição (1944), Ensino Primário Elementar, ed. Domingos Barreira, Porto e da de 1958 (8.ª edição). Esta última é do mesmo ano das que consultámos para a 2.ª e a 3.ª classes. (Foi esta, a 8.ª, a que Maria Velho da Costa analisou). A versão de 1958 é decalcada, com uma ligeira alteração, da de 1944.

[26] A primeira secção é composta pela "cartilha" das primeiras letras – que inclui alguns brevíssimos textos – e pelo "livro de leitura", com pequenas lições. Depois vêm a doutrina religiosa (católica) e a *Aritmética*.

com elas próprias, os familiares, o próximo (e a sociedade), as autoridades e Deus... – que deviam observar e cumprir.[27] Ao praticarem boas obras, estariam a agradar aos familiares, aos professores, a Deus... Dar aos pobrezinhos – sempre... Não importa o quê ... Pode ser mesmo aquilo de que não se necessita, ou que é supérfluo.[28]

A mãe dá um prato de sopa ao pobrezinho (*Os pobrezinhos*, p. 63). O menino fica comovido: "Que pena tive do pobrezinho!" A mãe acha que "é caso para isso" e explica-lhe que "os pobres são nossos irmãos". (Invoca os ensinamentos de Jesus). Esta é a célebre lição que Leite Pinto, já na qualidade de ex-ministro, denunciou como um mau exemplo...[29]

Era simples dar alegria aos progenitores: só havia que seguir os conselhos contidos neste pequeno poema: "Se os meninos são bonzinhos/ e se portam sempre bem,/se estudam nos seus livrinhos,/ hão-de ver os seus paizinhos/ alegres, como ninguém" (*Quando os meninos são bons*, p. 57).

## "Heroínas do lar" e imagens da mulher...

Estas heroínas são omnipresentes: mulheres virtuosas, respeitadoras, resignadas e altruístas. Incansáveis trabalhadoras (no lar), educadoras e cuidadoras. Mães e esposas exemplares... A família é um "centro de interesse" com *habitat* estabelecido na maioria das páginas. É o "reverso de um colectivo que só tem lugar em duas actividades: a festa religiosa e o trabalho agrícola". Filhos e filhas (mais estas do que aqueles), pais e, sobretudo, mães (estas vão ter um tratamento especial), avôs e avós (especialmente estas) são protagonistas e intervenientes episódicos; são o principal assunto, o principal objecto; são pretexto e substância; pontificam na narrativa ou subsumem-se nela. (Interagem uns com os outros...)[30]

A mãe, que contracena normalmente com os filhos (em especial com as filhas), obedientes e submissos, é a personagem mais visível. Exemplo de virtudes, modelo a imitar... Informa, ensina, modera, moraliza, educa... (A palavra é aceite e converte facilmente estas crianças que são, muitas vezes, as narradoras). Uma só mulher verdadeira, embora três distintas: mãe, esposa e doméstica. A mulher – fada do lar – não

---

[27] Numa história (contada já em manuais da I República), a moral é evidente: "não devemos deixar condenar os inocentes" – *O relógio quebrado* (p. 75). As crianças deviam cultivar o estudo. Mas havia outras tarefas que podiam (e deviam) desempenhar. A Rosinha, com oito anos, fica contente com *O primeiro trabalho*: levar o jantar ao pai que trabalha no campo (p. 64). Deviam aprender a gostar dos animais e das plantas; a estimar as árvores e a plantá-las; a serem asseadas e a portarem-se bem na escola... (Ver: p. 55, 56, 88-89, 59-60).

[28] A *Menina de bom coração* quer dar às companheiras as roupas e os brinquedos "mais velhinhos, que ainda são bons". (O Menino Jesus tinha-lhe dado brinquedos novos...). Conta com o apoio da mãe (p. 59). Leiam-se ainda: *O ceguinho* – p. 76, *A flor e a abelha* e *A joaninha e o verdelhão* – p. 79-81.

[29] "Porque prepara todas as crianças para a aceitação da miséria como um fenómeno natural" e traduz uma mentalidade retrógrada e miserabilista (resignadamente aceite) que obsta ao progresso. Em 1966, confessa que não conseguiu retirá-la do manual... In: Reis, António (dir.) – ob. cit., p. 271-278.

[30] *O avô* (p. 62) é convincente a este respeito: "Avô, filha e neto: três gerações (...). Um laço de amor e de ternura liga o passado ao presente. (...)." Ver outras lições elucidativas: *A família*, p. 61; *Dai alegria à vossa mãe* (p. 65) ensina o que deviam fazer os filhos e, em especial, as filhas para a alegrar; ver, ainda: pp. 62, 69, 70, 72, 74,78, 82, 84. Textos aparentados com estes podem ser encontrados nos manuais de que a democracia francesa se servia...

devia trabalhar fora de casa... (Ao homem competia o sustento da família). São mães concebidas à imagem e semelhança da mãe de Cristo.[31]

São inúmeras as lições que veiculam imagens, representações, estereótipos, *clichés*, pré-conceitos (preconceitos) e pré-juízos (prejuízos) do género feminino, que se desejavam interiorizados desde muito cedo. Praticamente não são referidas ocupações para além da de "doméstica".[32] Transparece mesmo uma nítida divisão sexual de gostos e de tarefas.[33]

Em *A dona de casa*, que abre o capítulo da "leitura","Emilita é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe.

"Minha mãe: Já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr hoje a mesa para o jantar.

"Está bem, minha filha. Quando fores grande hás-de ser boa dona de casa" (p. 55).

## Do universo rural...

Das lições que vivem da exaltação deste mundo, algumas são de "dupla entrada"– – também louvam o amor familiar e exemplificam comportamentos que se devem ter.

Além disso, muita da iconografia, pelo que documenta, aí se inspira e para aí remete: plantas, animais, gentes, paisagens, cenas da vida do campo, jogos e brincadeiras. Logo na 1.ª parte (na "cartilha") a lição sobre ditongos (*ai, ui*) é ilustrada com três vinhetas: dois meninos servem-se destas onomatopeias para traduzirem as dores resultantes dos ferimentos provocados por uma queda, quando tentavam "tirar" um ninho (p. 6). É outra forma de dissuadir as crianças a não praticarem esse tão apetecido "desporto nacional" que vem de tempos antigos (já aparece condenado nos livros dos fins da Monarquia)... Outras páginas – com frases soltas ou com breves textos - têm passagens e cenas alusivas ao campo, ilustradas com expressiva iconografia do mundo rural. Na parte do "livro de leitura", diversas lições, pelos conteúdos e mensagens, remetem deliberadamente para essa ambiência. Incluam-se também, pelo parentesco próximo, as actividades piscatórias.

---

[31] Apenas um exemplo... Em *Nossa Senhora*, pp. 106-108, lê-se: "Da mesma maneira que as mãezinhas cá na terra olham por nós, assim Nossa Senhora nos guarda e nos protege lá no Céu" (p.107). A família nuclear, como Vale de Almeida acentua para o livro da 3.ª classe, aparece como "réplica-neste-mundo", da Sagrada Família – art. cit., p. 256.

[32] As camponesas aparecem representadas. Há uma gravura que nos mostra uma família de pescadores (p. 119) Estas mulheres também eram domésticas. Universos, ensinamentos e exemplos semelhantes surgem nas obras francesas (ver MOLLO, Susanne ob. cit., p. 122-147).

[33] As meninas brincam às mães e às donas de casa: *O arroz-doce*, p. 59; *O primeiro trabalho*, p. 64; *A oração de uma menina*, p. 74; *Quando eu for grande*, p. 84. Ocupações tipicamente femininas de um lado (ilustram as primeiras páginas antes do texto), e especificamente masculinas do outro (nas últimas páginas depois do texto). Sobre a condição feminina, ver VAQUINHAS, Irene (coord.) - *Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do século XX: entre garçonnes e fadas do lar*. Coimbra: Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, 2004. Deparamos com o "estereótipo tradicional" da mãe e da esposa e com o "padrão oficial" da mulher submissa e conformada..." (ob. cit., p. 7-8 e 11).




Uma composição de qualidade para
"os trabalhos (domésticos e rurais) e os dias"...

## Do ensino religioso...

É um livro posto ao serviço do catolicismo (mais, porventura, do que os seus congéneres da 2.ª e 3.ª classes). São frequentíssimas as alusões religiosas: orações, súplicas, agradecimentos; intimidades com Deus, com o Menino Jesus, com a Senhora; referências a símbolos religiosos; deveres cristãos, obrigações morais, prática dos mandamentos de Deus e das virtudes cristãs. Ler e ver para crer... São inúmeras as ilustrações que, mais ou menos expressamente, se servem de símbolos e de ícones religiosos e litúrgicos.[34]

Logo na primeira parte ("cartilha", p. 4-53), temos alguns apontamentos que invocam o mundo religioso.[35] Passando à 2.ª parte desta secção de "leitura", acumulam-se os exemplos... É a avó, ajoelhada "diante do Crucifixo", que pede pelo netinho: "Fazei-o como o pai, obediente à Vossa Lei, bom para si e útil à Pátria" (*O Carlinhos*, p. 58). É *A oração de uma menina* (p. 74) de cinco anos que, depois da refeição, "ergue as mãos e diz, a sorrir: – Ó meu Menino Jesus, obrigada. Um beijo e um chi-coração, por teres dado à tua amiguinha a sopa, o doce e as uvas". Esqueceu-se, provavelmente, de agradecer o prato substancial! (Pelo aspecto da criança, documentado pelo texto e pela iconografia, teve direito, com certeza, a refeição completa). É a criança, filha do pescador, que, ao ver a agonia da mãe, suplica: "Ó meu Menino Jesus! Tem pena da Mãezinha e de mim. Não deixes morrer o meu Pai..." É grande a tempestade, "o barco é pequeno, pode voltar-se e o Paizinho ir para o fundo". Vêm, depois, estas justificadas preocupações: "Se ele morre, quem nos há-de dar o pão e a roupa, os livros e os brinquedos?!" Pescadores, com barcos pequenos,

---

[34] Na secção da "doutrina cristã", p. 91-112, as páginas são ilustradas (no cabeçalho) com motivos religiosos; há ilustrações gritantemente religiosas e outras com símbolos "escondidos" – p. 4, 18, 27, 33, 35, 74, 93, 99, 101, 107, 109.

[35] Alusões à Virgem (explicáveis, também, pelas ligações entre Maria e as mães). Uma imagem de Maria ocupa praticamente toda a página: "É a Mãe de Deus e a Santa Mãe de todos nós. Veneremos Maria! Avé Maria!" (p. 27).

desde que não fossem "para o fundo", podiam dar aos filhos tudo o que lhes fazia falta – até brinquedos... (*O pescador*, p. 72. Pai, mãe e respectivos diminutivos – é tudo maiusculizado).[36] É o ensinamento de *Respeitai as autoridades* (p. 75): "É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades". É a ânsia das crianças que querem ser servidoras de Deus (*Quando eu for grande*, p. 84).

Prossigamos com a secção de doutrina católica (p. 91-112): *Deus, A oração, A Santíssima Trindade, Jesus Cristo, O Pai-nosso, Nossa Senhora, Os anjos, Verdades da fé... A oração* (p. 98-99) – que merecia uma transcrição integral - ensina o que as crianças devem dizer a Deus: "Um bom menino não reza só por si; reza pelos pais, pelos manos, pelos amiguinhos, por todas as pessoas, reza pela Pátria, reza pela Igreja". Na primeira página (p. 93) figuram as orações que devem ser recitadas *Antes* e *Depois da aula*.[37]

Embora não apareça ao longo do livro, o Deus juiz (justiceiro), que é preciso temer e recear, acaba por ser revelado neste capítulo.[38]. As "aparições" de Fátima (p, 106), para provar quanto *Nossa Senhora* "nos ama" (aos portugueses), não são esquecidas.




Doutrinação política e religiosa...

## Alguns textos paradigmáticos

*A felicidade da Filomena "dona de casa"; o pastor realizado; o riso do filho do carpinteiro...*

Eis algumas lições que se impõem: pela celebração da *aurea mediocritas* e porque nos fornecem elementos valiosos para ajudar a radiografar os ditames que deveriam nortear uma sociedade que se queria arcaica, tradicionalista e conservadora... Era suposto o mundo não ter a "triste ideia de ir mudando". Se mudava, tanto pior para o mundo!

---

[36] É o criacionismo ensinado pela mãe: *Foi Deus, meu amor!* , p. 83. É o pai que, após confessar que vem cansado do trabalho, diz: "É para os meus filhos que eu trabalho. Deus me ajude a criá-los" (*A família* – p. 61). É *O canto do rouxinol* que louva a Virgem (p. 81).

[37] Destacam-se algumas passagens: *Antes* (...): "Professor: Jesus, divino Mestre,/ Todos: iluminai a minha inteligência, dirigi a minha vontade, purificai o meu coração, para que eu seja cristão fiel a Deus e cidadão útil à Pátria". (...) *Depois da aula:* "Professor: Abençoai, Senhor,/ Todos: a Vossa Igreja,/ a nossa Pátria, /os nossos Governantes,/ as nossas famílias/ e todas as escolas de Portugal".

[38] "Se somos obedientes à Sua lei, Deus premeia-nos. Se desobedecemos, se nos esquecemos de Deus, Deus castiga-nos. *Deus é remunerador* (assim se qualifica) - p. 97.

Começamos pela que dá a conhecer as grandes ambições das crianças que declaram as "profissões" que gostariam de desempenhar. As ânsias de felicidade dos pequenos protagonistas pouco têm que ver com projectos de promoção e de mobilidade sociais. Assim se transmitia, com este e outros textos similares, a "ordem natural das coisas" e se ensinava a "viver habitualmente"...

"(...) Fazendo projectos de futuro, o Manuel declara aos companheiros:

– Eu, quando for grande, quero ser aviador. Hei-de voar como os passarinhos e ainda mais alto.

O José: – Pois eu hei-de ser médico. Quero descobrir remédios para curar a minha avó, que está entrevada.

O Carlos: – Isso é bom. Mas eu antes queria ser padre, ter uma igreja, um altar, dizer missa e pregar sermões.

– Eu então, disse o Fernando, quero ser lavrador como o meu pai: cultivar as minhas terras, montar nos meus cavalos, tratar das minhas árvores.

– E tu, Beatriz, que queres ser quando fores grande?

– Quero ser professora. Gosto muito dos livros e queria ter uma escola com muitas meninas para ensinar.

– E eu, disse a Clarinha, gostava de ser missionária, ir para muito longe ensinar doutrina aos pretinhos.

– Pois eu, gritou a Filomena batendo as palmas, quero ser dona de casa como a nossa mãe!" (*Quando eu for grande,* p. 84-85).

Parece faltar uma criança que se identificasse com um agente da autoridade: – "E eu, disse o Augusto, gostava de ser polícia, para manter a ordem, que tão necessária é à nossa Pátria, e para fazer cumprir as leis"... (O "retrato" ficaria mais completo...).

Feliz a Pátria que tem pastores assim realizados, que tanto gostam do que fazem e que vivem em harmonia com a natureza e com a sua família (os animais do seu rebanho). Para a história ser mais ternurenta e envolvente, só há ovelhinhas "mansas e boas" e cordeirinhos "lindos" que parecem "meninos pequenos", não há azougadas cabrinhas, nem estouvados cabritinhos!... Num ambiente idílico - onde não falta a flauta rústica -, herdado dos longínquos romances pastoris, *O pastor* tem diálogos e gestos comovedores com as ovelhinhas; há mesmo uma relação de interacção que poderá ser considerada suspeita por espíritos mais puritanos!...[39]

Não esquecer os felizes e realizados trabalhadores agrícolas, que encontraremos mais à frente, tão "irmãos" deste pegureiro...

[39] Leia-se a confissão do pastor a quem perguntam: "Gostas da tua vida?": "– Se gosto! (...). São tão mansas as minhas ovelhinhas... Quando elas caminham pelos carreiros, entre giestas, parece que toda a serra escuta o tilintar das campainhas. Que linda música! Quando elas, fartas, descansam, sento-me numa pedra e então é a minha flauta que canta e diz a minha alegria. Nunca me aborreço... Quando nascem os cordeirinhos, fico todo contente porque eles são lindos e parecem meninos pequenos. Levo-os com jeito ao colo, para não se magoarem nas pedras duras. E as mães, todas satisfeitas, seguem-me, e até parece que querem dizer-me:

– Cautela, amigo! Não deixes cair o meu filhinho! Não o abandones! Olha o lobo...

E todas me conhecem. Todas me seguem e me obedecem, mansinhas e boas. Como não hei-de gostar da minha vida de pastor?" (p. 89).

Era fundamental aprender, desde pequeno, a respeitar os superiores e as autoridades. Essa era, como vimos, a vontade de Deus...[40] Mas era mais fácil ser submisso e acatar a(s) autoridade(s) se fosse reconhecida a notável obra e a acção benfazeja dos governantes do Estado Novo, das suas instituições e dos seus servidores (todos tão bonzinhos). São histórias delicodoces e previsíveis.[41]

"– Gostei tanto de ir hoje à escola, minha mãe! A senhora professora estava muito contente, porque inaugurou uma cantina, onde os meninos pobres podem almoçar de graça. (...) O filho do carpinteiro, a quem eu às vezes dava da minha merenda, de vez em quando ria-se para nós, como que a dizer:

– Está óptima a sopinha!

Perguntei à senhora professora quem tinha feito tanto bem à nossa escola e ela respondeu-me:

– Foi o Estado Novo, que gosta muito das crianças e para elas tem mandado fazer escolas e cantinas, creches e parques (...)." (*A cantina escolar*, p. 68).

*

Não podemos deixar de referir, pelos propósitos visados pela instituição, as várias alusões escritas e (sobretudo) iconográficas à Mocidade Portuguesa[42] - que havia sido instituída em 1936 por Carneiro Pacheco (a M.P. Feminina é criada em 1937) – que se misturam com referências aos Chefes supremos. Na letra *C* lê-se: "Carmona! Viva Carmona! Viva Carmona!" Na 8.ª edição, de 1958 – Carmona morrera em 1951 -, passou a ler-se: "Vou a casa do Costa! Ouvi cantar cocorocó!". (Esta é uma das duas alterações a que aludimos). No *L* figura: "Lusitos! Lusitas! Viva Salazar! Viva Salazar!"

Os elementos patrióticos (e nacionalistas) assumem maior visibilidade no livro da 3.ª classe... No da 1.ª começava a sementeira...

## 2.2. Um digno continuador: *O livro da segunda classe...*

Novamente: *o livro.* (Aparece em 1944). A 6.ª edição, de que nos servimos, data de 1958.[43]

---

[40] *Respeitai as autoridades*: "O pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhe amor, res-peito e obediência. O professor é a autoridade na escola..."

[41] Ver, *v.g.*, *O berço* e os vestidos dados à "Mãezinha" (à "Mamã") pobre pelas meninas da MP (p. 69).

[42] A capa da primeira edição era ilustrada com um lusito e uma lusita (crianças com fardas da MP). Lusitos e lusitas figuram ao longo do livro (mesmo na secção de *Aritmética*): lusitos em saudação - fascista? - e a legenda *tanta mão* (p. 21); friso de lusitas (p.48); um lusito e duas lusitas (p. 118). Duas bandeiras,a nacional e a da Mocidade, na página de rosto.

[43] Consultámos a 2.ª edição (1948). Esta 6.ª - a mesma de Maria Velho da Costa - é igual à 2.ª. Textos para leitura (p. 5 a 66); *Doutrina cristã*- p. 67-92 – que ostenta expressamente o título; *Aritmética* (p. 93-139) com capítulos que vão desde a *Numeração* às *Fracções.*

## Doutrina cristã

Deus e família " e há lições que fundem os dois temas " são dos assuntos mais tratados na parte de "leitura"... No princípio é o texto sobre *Deus* (p. 5): "No berço, aprendi a dizer Mãe. Ao colo da minha Mãe, aprendi a dizer Pai. Depois, Pai e Mãe ensinaram-me a dizer Deus". O programa de vida queria-se inspirado pela religião: "Façamos em tudo a Sua vontade. Estudemos. Rezemos. Sejamos bons. E seremos alegres e felizes". Muitas outras lições, de temática religiosa, bem mereciam ser referidas...[44] E, depois, lá vem a catequética secção religiosa.[45]

## Mais heroínas do lar...

### *"Como são lindas as meninas que sabem costurar" e "dar alegria à casa"*

Prosseguem, em força, as lições, com os mesmos esteriótipos, sobre a família e o ambiente familiar... *A minha mãe* (p. 6-7) segue-se à lição sobre Deus... Mãe que pede à filha: "– Vê que na mesa nada falte ao teu pai, enquanto eu prego este botão no fato do José". (Lições, praticamente idênticas, já haviam aparecido num dos livros da 2.ª classe, de Manuel Subtil e outros).[46] Mãe que – como conta a menina –, para salvar o filho mais pequeno, derrama por cima dela água a ferver.

Até os raios de sol afagavam as costureirinhas (In *Cuidados de irmã* – p. 8). O menino vai aos ninhos. Rasga as calças. A irmã repreende-o. E, "com jeito de pessoa crescida, coseu as calças". Um raio de sol que "lhe brincava no regaço" parecia dizer: "Como são lindas as meninas que sabem costurar!"

Na família aprende-se Deus e Pátria. Ainda há pouco – ver *Deus* –, pai e mãe ensinavam Deus, agora (também) ensinam Pátria... (*A família*, p. 11).[47] Noutro texto, a narradora parte do princípio que "a nossa casa deve em tudo mostrar alegria (...). Às meninas, em especial, compete dar essa alegria à casa".[48]

---

[44] *O baptizado*; *O presépio*; *Jesus* e *Hino de amor* poemas de João de Deus; *Avé Maria*; *Dia de Páscoa na aldeia*; *Caridade*; *O nascimento de Jesus.*

[45] Temáticas: *Deus e a Criação do mundo e do homem; O primeiro homem; A Lei de Deus; Os Mistérios; A Igreja; Os Sacramentos.*

[46] *Leituras. II classe* - de Manuel Subtil, Cruz Filipe, Faria Artur, Gil Mendonça; Bertrand, 1933.

[47] A criança explica: o pai "trabalha desde manhã até à noite"; a mãe "cuida dos arranjos da casa". "Mas os principais cuidados e desvelos de meus pais são para os seus filhos, a quem eles criam no amor de Deus e da Pátria".

[48] "Apresentem-se constantemente alegres e sempre caridosas para seus pais e seus irmãos, e também para os criados, se os tiverem. Sejam cuidadosas com as roupas, com os livros e com tudo (...) Ajudem sua mãe a tratar dos serviços domésticos e dos irmãozinhos mais novos..." E, como "as flores concorrem muito para alegrar a casa", não se devem esquecer de que "um ramalhete de flores sobre a mesa dá uma nota de alegria" (*Alegria na casa*, p. 15). Se não há textos que descrevam, explicitamente, o ambiente escolar, há mensagens (por vezes diluídas em histórias) que receitam trabalho e estudo: ver *Saber ler* (p. 25); *Como pobre de pedir* (pp. 28-29); *A alegria de saber* (p. 34); *Aprender a ser homem* (p. 39); *A prenda do Luís* (p. 37) – uma história que prima pela desumanidade do pai; *Seres da natureza* (p. 53); *O quadro da escola* (p. 20) – ver, a propósito, João Carlos Paulo - art. cit..




## Da *felicitas ruris*

Há textos que lidam com espaços e ambientes rurais: a aldeia, os campos, a natureza, a freguesia... Uns dão-nos quadros diversificados do Portugal rural; outros, destinados aos futuros agricultores, são manifestamente pedagógicos e instrutivos.[49]

Atente-se, também, na celebração da *felicitas ruris*, ilustrada pela alegria mobilizadora das ceifeiras e dos ceifeiros: "O calor era de abrasar, mas o rosto das ceifeiras, tisnado de sol, era sempre aberto e jovial (...). É um encanto ouvir à noite, ao luar e ao fresco, nas eiras, as canções populares, cheias de beleza, que os ceifeiros cantam em coro" (*A ceifa*, p.44). Esta *felicitas* também transparece nos poemas de Lopes Vieira (p. 56 e 64). Lá estão, ainda, os discursos e os recados para a colaboração harmoniosa do campo e da urbe.[50] A fraternidade e a entreajuda deviam pautar as relações campo/cidade.

## Civismo e outros ensinamentos

Ainda não há trechos históricos, mas não se esquece a educação "política" e cívica (*Aprender a ser homem* – p. 39; *A freguesia* – p. 51).

Prosseguem as referências à Mocidade Portuguesa (*É perigoso brincar na rua*, p. 39). Carlos, que salva vários companheiros, "cumpriu bem o seu dever de *lusito*". Como recompensa: "vai agora ser promovido a *comandante de castelo*". A última lição, intitulada *No acampamento* (p. 66), junta as celebrações do 28 de Maio (em Lisboa) com as da Mocidade Portuguesa: "Os rapazes, direitos e firmes, como estátuas, estendem o braço. Está a ser içada a bandeira nacional!"

---

[49] *Na quinta, Na capoeira*; *Os cereais* ; *Os sobreiros, Os castanheiros* ; *A freguesia* ; *As serras, Um passeio à serra da Estrela*; *Seres da natureza; O lavrador* e *O pastor*, poemas de Lopes Vieira, celebram bucolicamente esses fazedores do Portugal rural. Em *Defesa dos frutos* (p. 46) – o pai explica aos filhos como aparecem "os bichos que os devoram". Agora"lá andam eles na faina de destruir os ovos (...) Se todos os agricultores procedessem do mesmo modo, desapareceriam completamente os *bichos* dos frutos..."; ver, também, *O enxame das abelhas* (p. 57). Registe-se, ainda, a existência de alguns textos de "índole científica".

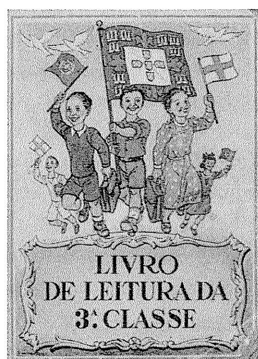
[50] Leiam-se as lições que acabam por ser complementares: *Os camponeses* (p. 29) e *A gente da cidade* (p. 33). As *Adivinhas*, os *Adágios populares* e a *Sabedoria popular* também têm muito que ver com as realidades rurais...

Podemos ler outras histórias (mais ou menos lúdicas) e fábulas com ensinamentos e valores moralizantes que deveriam contribuir para corrigir comportamentos e moldar atitudes.[51]

*

As ilustrações marcam fortemente muitas páginas. A autoria é de Mily Possoz (1889-1968), conceituada artista plástica que integrou o movimento modernista e se notabilizou como ilustradora. As gravuras, não convencionais, inspiradas em motivos populares, impõem-se pela graciosidade (com toques líricos) e pela concepção inovadora. Tem-se a sensação de terem sido coloridas com lápis de cor; algumas parecem ter sido pensadas para ilustrar painéis de azulejos.

### 2.1.3. *O Livro de leitura da 3.ª classe:* mais e melhor propaganda...[52]




O livro estaria – como estavam, em boa medida, os da 1ª e da 2ª – em "simbiose com a ideologia do regime, com a sua proposta de visão do mundo e da sociedade portuguesa, a qual encontrava no real bastas confirmações, uma vez feita a adequada reinvenção ou simples reinterpretação." Constitui um manual "de regras" da vida social. Resulta num texto sobrecarregado de "nacionalismo, ruralidade e sobreposições de história, memória e ideologia (...), reflectindo instituições como a escola e a Igreja, e processos complexos de socialização e inculcação, acaba por se configurar como um esquema totalizante de uma certa visão do mundo".[53] Prossegue, com mais fôlego, a consagração do eixo axiológico e dos princípios já transmitidos nos da 1.ª e da 2.ª.

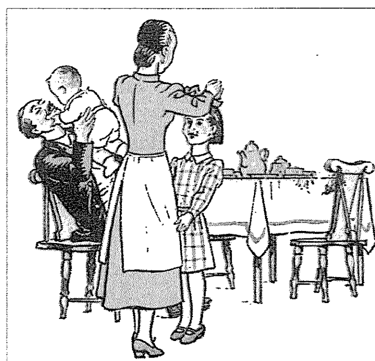
---

[51] Vejam-se, *v. g.*: *S. Pedro e a ferradura* (p. 49); *Merecida recompensa* (p. 50) – o rapaz ganha um emprego como caixeiro, por ter entregado uma peça de roupa perdida.

[52] A 1ª ed. é de 1951. Servimo-nos da 4.ª, de 1958. (Do mesmo ano que a da 2.ª classe que analisámos). Ministério da Educação Nacional, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 213 páginas. Maria Velho da Costa e Miguel Vale de Almeida também optaram pela 4ª.

[53] ALMEIDA, M. V. de – art. cit., p. 260.

Mais: este "'esquema ideal' (legitimado em níveis divinos através de suas remetências religiosas)" consegue "condensar identidades, descurar algumas épocas históricas e destacar outras, misturar sequências ordenadas, exagerar personagens e quase obliterar quaisquer referências a outros povos a não ser o 'português'".[54]



*A Joaninha* - que passa em todos os testes...

## Grandes doses de *felicitas ruris*

São numerosas as lições "directamente referentes à vida rural, às aldeias e às actividades camponesas. Mesmo os textos sobre temas escolares, familiares e religiosos se passam em *décors* rurais..." Um país rural, habitado por gentes "cujas qualidades são a mistura equilibrada das características dos heróis com as de camponeses, o grupo perene que guarda a identidade nacional". Não deparamos, praticamente, com referências a cidades e ao meio industrial. Nas variadas descrições das actividades campestres, destaca-se a ideia de que o trabalho agrícola "é um valor de vida em si".[55] São agora mais enfáticos os textos que enaltecem esse estado de espírito que vimos designando por *felicitas ruris* (uma espécie de estado superior da *pax ruris*). Os filtros, com que é visto este mundo, são tão deformados (e deformadores), que as "fotografias" pouco têm que ver com a realidade...

### *"Uma aldeia mais linda que Lisboa"; cantorias e "bagas de suor"; a felicidade de Maria da Várzea...*

João Rodrigues leva a sua aldeia para Lisboa. As outras crianças "encantam-se" com as descrições desse mundo maravilhoso. Um dos primos – "cada vez mais interessados

[54] Ver O'NEILL, Brian Juan; BRITO, Joaquim Pais - "Prefácio". In: *Lugares de aqui...*, p. 23 (na apresentação das principais ideias do escrito de M. V. de Almeida).

[55] Mesmo os períodos históricos abordados excluem "as épocas de mudança do rural para o urbano e do agrícola para o industrial". Ver o levantamento dos textos que aludem ao país rural - ALMEIDA, M. V. de – art. cit., p. 250-251 e 255-256.

pela vida campesina" – chega a dizer-lhe: "Estou a ver que a tua aldeia é mais linda que a nossa Lisboa..." (*As aldeias*, pp. 7-8).[56]

Às mulheres mondadeiras, "a labuta não as cansa". "Saem de casa logo de manhã cedo, a rir, como se fossem para uma festa". Cantam todo o dia e quando regressam a casa ( *As Mondas*, p. 15). O texto devia designar-se "as cantoras mondadeiras"... Em conclusão – "todo o trabalho é assim: dá saúde e alegria, mormente o que se faz ao ar livre". (O que não acontece com o que se faz em espaços fechados). Os ceifeiros cantam (como no da 2.ª classe), apesar das "bagas grossas de suor"... Depois, na mesma linha, celebra-se, entre outras, a faina alegre das vindimas.[57]

Em *Orgulho de mãe* (p. 43), Maria da Várzea, mãe de seis filhos, ensina à urbana D. Arminda (de Lisboa), que só tinha um filho – e que lamenta a sorte da aldeã –, o que é a verdadeira felicidade: "Pois eu, com tanto trabalho e tantos filhos, sinto-me muito feliz (...). É a vida das mulheres casadas cá da nossa aldeia. Os filhos e as canseiras que eles nos dão é que são a nossa riqueza. É por eles que nós somos felizes". Aqui está inteira a mulher campesina, símbolo desse país rural que era a "alma de Portugal".[58] Aqui estão as "mães orgulhosas" com as riquezas que Deus achou por bem conceder-lhes: filhos e fadigas...[59]

## Religião, muita história e educação cívica...

Na secção de *Doutrina cristã* (pp. 185-213) conta-se a "história maravilhosa do Filho de Deus", de acordo com os Evangelhos, sublinha-se o valor da alma, do amor cristão e da caridade.[60]

### *Ad majorem lusitaniae gloriam...*

Nos textos de história – com heróis sem mácula [61]– as temáticas e os objectos são consentâneos com os objectivos visados. A demonstrar que há uma "historiografia escolar.

[56] *A vida no campo* (p.12): Manuel António "extasiado e pondo os olhos no pai, sentia crescer lá dentro de si uma grande vontade de ser lavrador." Foi para soldado, mas voltou à terra cheio de saudades. "Tem hoje um rancho de filhos. Trabalha e é feliz.."

[57] "A alegria com que atiram para o ar as suas cantigas, fazem-nos crer na sua felicidade" – *Os ceifeiros* (p. 57). *As vindimas* "são o trabalho mais alegre das fainas agrícolas" (p. 73). Sabendo da alegria das mondadeiras e dos ceifeiros, imagine-se qual não seria a dos vindimadores! Os homens encarregados de regar "costumam levar o dia cantando" (*As regas*, p. 56). Em *Os rebanhos* (p. 39), há um pastor feliz que dorme a sesta, "à sombra de árvores frondosas..." Outras lições ensinam a natureza e os costumes do campo.

[58] Cf. o poema de Abílio Mesquita, *A cidade e a aldeia*. In: *Livro de Leitura para a 4.ª classe*, Série Escolar Educação (1933-1934). Este universo é evocado, com nostalgia, por Salazar - ver excerto de um dos seus discursos. In: *Campismo, Livro de Leitura da 4.ª classe* (1968) de Joaquim Gaspar, p. 97.

[59] Nas proximidades destes textos, ver os que elegem como objecto a "fauna": *A raposa*; *O lobo* – o mais feroz animal e os prejuízos que causa; *O cão, O gato, Os bois*; *Os passarinhos* e *A canção da rola*. Ver histórias com plantas e animais (p. 53, 58, 119, 71, 145). A flora – menos invocada do que nos manuais da I República – inspira o poema *O destino da árvore* (p. 67) e a prosa de Guerra Junqueiro, *A vocação da cerejeira* (p. 97), já seleccionada em publicações anteriores.

[60] *Nascimento, infância e vida oculta de Jesus Cristo*; *Vida pública de Jesus Cristo*; *Vida gloriosa de Nosso Senhor Jesus Cristo*; *Paixão e morte de Jesus Cristo.* Entre os textos religiosos pode ler-se *O lavrador da arada* (p. 138) – o pobrezinho, recolhido pelo lavrador, com todas as "mordomias", vem a ser Jesus Cristo.

[61] O que não acontecia no período liberal (fins da Monarquia e 1.ª República) e, por inércia, mesmo em alguns livros dos primórdios do Estado Novo.

As presenças de "os Heróis" escolhidos "são em si significativas, mas são-no mais ainda as ausências". D. Afonso Henriques "é o [*sic*] personagem mais vezes referido", mas também se destacam os heróis "consolidadores, como D. João I e o Condestável". O período medieval "é o mais extensamente abordado"; os descobrimentos vêm a seguir em importância ("são sintetizados com a figura de Camões").[62] A empresa dos "Descobrimentos foi a maior que se realizou no mundo para a dilatação da Fé e da civilização cristã. Portugal tirou dela mais glória do que riqueza" – *Conquistas e descobrimentos* (pp. 91-92).[63] Após a Restauração (a que se alude) e até ao Estado Novo "não há qualquer referência histórica sob a forma de um texto, o que significa quase 300 anos passados em branco. A época da 'decadência' não possui nem heróis, nem símbolos securizadores; as figuras exemplares são medievais ou renascentistas..."[64]

Lições explícitas de civismo e doutrinação política foram remetidas para a parte final do livro. *O Chefe do Estado* (p. 174), "Chefe da Grande Família Portuguesa", ostenta agora a imagem do Presidente Américo Tomás (p. 175), recém-eleito. (Trata-se de uma alteração inevitável).[65] Esta é a outra diferença que detectámos no conjunto das três obras.

No livro da 2.ª classe, no princípio era *Deus*, neste (da 3.ª) no princípio é *A Pátria* (p. 5). *Portugal é grande* (p. 17) porque tem "possessões em quase todas as partes do mundo". E é novamente grande, porque está a viver "uma época de prosperidade e de grandeza..." A grandiosa obra de ressurreição (realizada) serve para exaltar a capacidade empreendedora do novo regime, em contraste com a ineficácia do período republicano.[66] Portugal regenera-se e revive "sob a acção de um Governo" que o "impele para a grandeza" (*O Estado Novo*, p. 161).[67]

## Textos literários e censura...

*Vozes de animais* (p. 93), de Pedro Dinis – haverá texto com mais sucesso?! – continua presente! (Já vem dos fins da Monarquia). Desta vez, o pardal ("daninho

---

[62] ALMEIDA, M. V. de - art. cit., p. 250, 252, 253. Vejam-se: *D. João I e o Condestável* (p. 75-76) – "mas o mais valente de todos os fidalgos" foi Nuno Álvares Pereira; acrescentem-se o mosteiro de *A Batalha* (p. 79) e *A Bilha de água*, lenda relacionada com Aljubarrota (p. 87).

[63] Heróis inevitáveis: *O infante D. Henrique* , *O Infante Santo*, *Vasco da Gama*, *Pedro Álvares Cabral*, *Afonso de Albuquerque* ("o maior português que em todos os tempos foi à Índia"); *Camões*.

[64] ALMEIDA, M. V. – art. cit., – p. 253-254. Em *O Terreiro do Paço e os seus monumentos* (p. 165), não se alude à obra de Pombal como estadista; o Marquês, para os autores, ainda permanecia no "limbo". Textos de temática histórica deviam ser incluídos no livro da 3.ª. Muitos alunos acabavam aqui a escolaridade.

[65] Ver, ainda, *O Governo da Nação* (p. 176) com a imagem de Salazar; *O dia das eleições* (p. 150) que apela ao voto das gentes rurais (em especial para a junta de freguesia); *As contribuições* (p. 123-124); *As cores da bandeira nacional* (p. 179-180); *O significado da nossa bandeira* (p. 157-158); *O hino nacional* (p. 183); *O relógio da saudade*: uma tocante narrativa (p. 147-149) sobre o amor de um emigrante (à Pátria).

[66] É hoje "respeitado e admirado pelas outras nações". (É uma lição com os ingredientes que marcam textos introduzidos no tempo de Carneiro Pacheco). A Pátria é um tema que permite fazer "a ponte entre os *exempla* dos heróis e a cartilha de valores morais proposta aos leitores, através da construção de uma analogia e mesmo homologia Pátria/Família, Chefe de Estado/Chefe de Família, Actividade/Masculino, Passividade/Feminino, entre outras" – ALMEIDA, M. V. de – art. cit., p. 254.

[67] Não podiam faltar os temas, já consagrados, que apontam para a aprendizagem de atitudes e de comportamentos: *A Joaninha* que passa com distinção todos os testes para menina exemplar; *A felicidade pelo estudo* e *O Jorge*; *Na aula de trabalhos femininos*; *Os anos da mãe*; *O bom filho*. São em número razoável os textos que divulgam conhecimentos científicos elementares. Em *Cuidemos do nosso corpo* e *A higiene da casa* desaconselha-se a ida aos curandeiros e aconselha-se o recurso aos médicos.

aos campos") não é reabilitado, como acontece em alguns livros da República: não se explica que compensa os prejuízos (como granívoro) com a sua actividade como insectívoro... [68]

O (excesso de) zelo dos "avaliadores", ou a autocensura dos autores tem como resultado a eliminação dos últimos versos, do poema *A neve* (p. 173) de Augusto Gil, que sublinham os "traços miniaturais/ de uns pezitos de criança" (a caminharem sobre a neve) e colocam a interrogação desafiante e provocatória: "Mas às crianças Senhor/ Porque lhes dais tanta dor?!/ Porque padecem assim?!". (A supressão não devia ter sido para evitar ferir a susceptibilidade dos pequenos alunos). Em primeira análise, queria-se significar, pelo silenciamento, que já não havia meninos, com pés nus, a pisarem a gélida neve. (Isso tinha sido em miseráveis tempos passados). Mas, o que a censura pretendia, com certeza, era evitar que se pensasse que Deus podia ter responsabilidade (culpa?) no sofrimento dos humanos e, em particular, das indefesas crianças.[69]

*

As ilustrações são do reconhecido artista "Emmerico" (Emérico) Hartwich Nunes. Uma referência à composição do frontispício que se impõe pela densidade de figuras paradigmáticas e de símbolos que se queriam ver associados ao Portugal grandioso que se edificava.[70] Esta composição está em consonância com as mensagens de muitos dos conteúdos...

## Breve nota para concluir...

Ainda uma magna (e insolúvel?) questão é a da distância entre o que se dá (o que se ensina) e o que fica (o que se aprende). São complexos, também, os problemas que respeitam à assimilação da ideologia: muitas vezes, aprendizagens normativas acabam por gerar resistências e anticorpos... Tudo isto pode ajudar a explicar desfasamentos entre os ideais e os valores do Estado Novo, que se transmitem no quotidiano escolar, e o que é interiorizado ...

Certo é que a escola foi assumida como um meio fundamental para "formar". Impõe-se, com C. Pacheco, a metáfora do *molde*, do mestre *modelador* e "escultor de almas". A ideologia sobrepõe-se à pedagogia e vai materializar-se também, como vimos, nos manuais de leitura (da primária) que se tornam mais consequentes nos planos ideológico e axiológico. Os "livros úteis" e, sobretudo, os "únicos livros"/"livros

---

[68] Dos autores destaca-se Lopes Vieira e, a seguir, Correia de Oliveira. Há excertos de "romances" e de poemas populares. Textos ficcionais: *A bela infanta, A rainha e a sua escrava, A barca bela* (poemas); *Um bom conselho, O bom filho, O cavalo e o leão; A sentença de Salomão; O automóvel, o trem e o avião* (um dos raros textos que aborda o progresso, mas o que se visa é condenar o orgulho...).

[69] No popular e persistente *Livro da 4ª classe* da "Série Escolar Educação", também se fazem estes cortes.

[70] Cf. TORGAL, Luís Reis – "Ensino da história". In: *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 454. Emérico Nunes (1888-1968) teve ligações a Amadeu de Sousa Cardoso; notabilizou-se no campo da ilustração humorística e da caricatura. Sobre as ilustrações que documentam as principais temáticas, cf. ALMEIDA, M. V. de – art. cit., p. 251, 252, 253, 257.

únicos", que vêm depois, vão estar assumidamente (a partir dos inícios dos anos 40), como instrumentos de formação de consciências, ao serviço do ideário do regime. Destes "livros únicos", que reafirmam as componentes de inculcação ideológica e de doutrinação moral, vê-se melhor, o salazarismo...

# Memória(s), imagens do passado e discursos identitários na imprensa escolar

**Luís Mota**

MOTA, Luís – "Memória(s), imagens do passado
e discursos identitários na imprensa escolar"
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008) p. 233-246.

**Luís Mota.** Doutor em História da Cultura. Professor da Escola Superior de Educação de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

## Memória(s) e História

Neste texto irei deter a minha análise sobre um conjunto de discursos publicados na imprensa escolar, durante o período do Estado Novo, e que encerram uma visão da História de Portugal, constituindo um contributo para a memória histórica. A problemática da(s) memória(s), nomeadamente sobre a(s) interrelações entre memória(s) colectiva(s) e a memória histórica, é complexa e não terá aqui cabimento. Sublinho um entendimento da memória histórica como um tipo de memória colectiva[1], considerando-a uma memória social. A memória histórica, para além da tradição científica, mobiliza para a sua constituição matéria-prima com origem numa multiplicidade de fontes[2]. A personalização da história não é específica do período do Estado Novo e para ela terão concorrido vários factores, da qual resulta a afirmação da ideia de herói e o conceito de heroísmo, como elementos essenciais na narrativa histórica[3].

O Estado Novo era portador de um projecto ideológico baseado numa retórica de propaganda revisionista da memória histórica e produtora de um conceito de cultura popular, que tinha por finalidade a construção de uma visão da identidade nacional essencialista, ucrónica e orgânica. Luís Reis Torgal destaca, para este período, a existência de uma história ao serviço de uma ideologia[4] e o contributo da educação e do ensino a este nível extravasa, em muito, os manuais e a didáctica de professores e professoras do ensino primário nas lições de História[5].

A minha abordagem vai incidir, precisamente, sobre a formação de professores nas Escolas do Magistério Primário colocando o enfoque não no aparelho de enunciação e nas normas emanadas, mas nos actores – objecto e veículo desse mesmo aparelho, os alunos-mestres e as alunas-mestras, e nos seus discursos publicados no jornal *Rumo*. Da análise exaustiva resultou um corpo documental de duzentas e oito *notícias* (artigos, textos), onde identifiquei uma certa leitura da História de Portugal. Factos nacionais e instituições, acompanhados de uma hipervalorização do papel individual dos actores sociais – heróis, santos e outras figuras nacionais, bem como perspectivas sobre o ensino da História de Portugal (Pátria) – objecto de estudo no âmbito da Didáctica Especial, por um lado, e, por outro, uma visão de Portugal, enquanto nação, e dos portugueses. A hipervalorização da acção individual extravasa o âmbito nacional – –vertente que por razões de formato fica, de momento, fora do campo de análise – –corporizando uma reflexão e um posicionamento sobre uma plêiade de personagens da História, nomeadamente compositores, escritores(as), filósofos, intelectuais, padres, pintores, políticos, psicólogos, santos e, muito particularmente, pedagogos(as).

---

[1] Cf. MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e a Memória Nacional 1846-1898*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 56-71.

[2] Cf. TORGAL, Luís Reis – *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989, p. 20.

[3] Sobre a evolução da ideia de herói e a personalização da História, vejam-se: CATROGA, Fernando – *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*. Volume II. Coimbra, 1988, p. 891-941. MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri, 1998, p. 384-462. JOÃO, Maria Isabel – *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 206 e ss.

[4] Idem, *ibidem*, p. 31-32.

[5] Cf. TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 453.

## Do ensino da História – *Didáctica da História Pátria*[6]

A reflexão sobre os objectivos do ensino da História é uma constante ao longo da publicação do *Rumo*. Dividindo-os em formativos e informativos, compaginam-se com questões de didáctica especial, entendendo por didáctica «a ciência e a arte de ensinar e aprender»[7], e a didáctica especial como a «ciência que imprime carácter específico às normas gerais da Didáctica, aplicando-as ao ensino de cada disciplina»[8].

No domínio dos objectivos formativos ressalta a preocupação com uma formação pessoal e cívica da criança, em que se espera que a História conduza cada um(a) a «construir a humanidade com sentido crítico e ensinar o homem a ser cada vez mais humano»[9], trabalhe permanentemente no sentido da sua perfectibilidade[10], num quadro de valores de referência – Deus, a Pátria e a Família[11], para a formação do carácter[12] e da consciência[13].

Para o atingir a História deve mobilizar sentimentos e paixões, sem exacerbar nacionalismos ou motivar desejos revanchistas:

> O ideal seria que a criança se desejasse em épocas transactas para remediar certos danos causados à Pátria. Se assim for, tenho a certeza de que esses pequenitos, se amanhã forem chamados e defender a Pátria, se portarão como grandes heróis.
> Não devemos, no entanto, criar exclusivistas nacionalismos exaltados, pois o ódio é sempre condenável. Que as crianças se convençam de que «não precisamos de mais um palmo de terra para sermos uma das maiores nações do mundo»[14].

Para cumprir tais finalidades e objectivos, a História Pátria oferece os modelos positivos para a criança imitar e, quando o aluno possui certos conhecimentos, os negativos, na medida em que contribuem para o desenvolvimento no domínio pessoal[15]. A História transforma-se assim em mestra da vida mas mestra da vida portuguesa[16].

---

6 É o título do capítulo dedicado ao ensino da História, assinado por Orbelino Geraldes Ferreira e José Maria Gaspar, este último professor da Escola do Magistério Primário de Coimbra. Vejam-se: GASPAR, José Maria; FERREIRA, Orbelino Geraldes – *Notas de Didáctica Especial.* Porto: Tipografia Domingos de Oliveira, 1944. [Existe uma 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1950] GASPAR, José Maria – *Apontamentos de Didáctica Especial.* Coimbra: Livraria Almedina, 1959.

7 GASPAR, José Maria – ob. cit., p. 6.

8 Idem, *Ibidem*, p. 7.

9 PINTO, Ulisses Germano M. Leal – O facto histórico. In: *Rumo. Quinzenário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.* Coimbra, 15-2-1960.

10 Cf. «A criança e a História Pátria». *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956. MARTINS, José Alberto Ferraz – «A História-Ciência», Colóquio duma aula de Did. Esp.. In: *Rumo. Órgão dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra.* Coimbra, 1-3-1963.

11 Vejam-se a mero título de exemplo: ALVES, R. Pedro (antigo aluno) – O ensino da História. In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-7-1954.

12 Idem, *Ibidem.*

13 Cf. CARDOSO, João Carlos – Curso de Aperfeiçoamento para professores do ensino primário comum. A Lição de História à 3ª Classe. In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-3-1963.

14 «A criança e a História Pátria». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.

15 Cf. BRITO, Edília Maria Alves de – Objectivos do Ensino da História. Apontamento incompleto de uma aula. In: *Órgão [...]*, 1-12-1962.

16 «A sublime Trilogia da Educação Nacional – Deus, Pátria e Família – tem raízes superabundantes na perenidade histórica da Gente Lusitana. Assim a História nos aparece como Mestra da Vida Portuguesa – base e capitel da veneranda coluna educativa». ALVES, R. Pedro (antigo aluno) – ob. cit.

A dimensão formativa da História é critério para a selecção de conteúdos, prevalecendo as preocupações «com a Moral Cristã e com nível mental dos educandos» quando se questiona a utilidade da leccionação «das *não esclarecidas* relações de D. Teresa com o galaico Peres de Trava», da «*amante* de D. Pedro I e dos amores adulterinos de Leonor Teles» ou «apoiar o barbárico e discutidíssimo assassinato de Inês de Castro, ainda que em razões de Estado; condená-la para depois fazer apologia da crudelíssima vingança». E acrescenta-se:

> Pôr ao rubro uma alma de criança, descrevendo-lhe em termos de exaltada apologética um campo de batalha, com homens a esquartejarem-se, rios de sangue a correr, gemidos de moribundo e montões de cadáveres, não é incutir o dever sagrado de defender a Pátria, mas, sim, deformar pecaminosamente, apagando sentimentos nobres e estimulando os mais torpes instintos.
> Pretender inculcar vultos históricos, mostrando-os a desnarigar uns, a desorelhar outros, a desventrar grávidas, parece-me desvirtuar o seu heroísmo, teimar em desconhecer o objectivo primordial do ensino da História e a psicologia da infância e, com mais forte razão, a destrinça entre estudante e estudioso.
> Depois de tudo isto, passar, vertiginosamente, pela obra divinalmente bela dos Missionários, parece-nos, então, de bradar aos céus.
> É a negativa do Ideal a que nos propomos[17].

No âmbito dos objectivos informativos destaca-se o desejo de instruir sobre os assuntos históricos[18], promovendo a adquirição de conhecimento sobre o passado do país natal, para que ninguém se sinta «estrangeiro na sua própria pátria»[19], mobilizando a memorização e a compreensão[20] e no respeito pela verdade histórica que não deve ser sacrificada ao «egoísmo patriótico», onde «os factos históricos devem ser relatos integrais»[21].

Na prossecução da verdade histórica o(a) professor(a) mobiliza a crítica e a pragmática histórica, escolhendo os factos verdadeiros e rejeitando os falsos ou duvidosos, e relacionando-os com as suas causas e consequências[22].

Não basta narrar o facto, após a apresentação exaustiva e pormenorizada, é necessário ajudar os(as) alunos(as) a tirarem frutos da lição – a título de exemplo, *lealdade, heroicidade, honestidade* ou *humildade* – e apelar para que procedam de igual modo[23].

Na escola primária são fontes primaciais da aprendizagem da História[24] a narração e o colóquio, devendo promover-se uma «narração entusiasta, quente, sentida»[25], em que as palavras do(a) mestre(a) sejam «cheias de convicção, vida e amor»[26], acabando

---

17 Idem, *Ibidem*.
18 Cf. BRITO, Edília Maria Alves de – ob. cit.
19 MARTINS, José Alberto Ferraz – ob. cit.
20 Cf. BARRETO, Madalena – «Sobre o ensino da História». In: *Rumo. Mensário dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*. Coimbra, 1-3-1961.
21 PINTO, Ulisses Germano M. Leal – ob. cit.
22 Cf. CUNHA, Arnaldo – «Visão larga de Educação Nacional». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-3-1952.
23 Cf. PEREIRA, Júlia da Conceição – «Papel educativo da História». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-11-1951.
24 Cf. GASPAR, José Maria – ob. cit., p. 374.
25 MENDES, Maria Ondina – «O Livro de História». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.
26 «A criança e a História Pátria». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.

por suscitar intuições, provocando «pessoal actividade discente»[27], despontando comparações, observações e suscitando «as respostas e perguntas da mestre e outras formas»[28]. O ensino torna-se intuitivo se a narração mobilizar recursos desenvolvendo o comentário de fotografias, gravuras, quadros (em álbuns históricos) ou de projecções ou filmes, promover a realização de excursões, de construções plásticas ou de representações escolares ou organizando um museu de classe[29].

Na década de sessenta assiste-se a um debate sobre a inclusão ou não da História na escola primária, considerando-se que, por um lado, com as orientações da psicologia e os períodos de desenvolvimento intelectual, o estudo de biografias, a sincronização de épocas e acontecimentos, nunca deveria ocorrer antes dos 13 anos, por outro, «seria um crime não apresentar aos futuros cidadãos portugueses a grandeza da nossa História, gigantesca e humana, permanente e eterna no seu conceito cristão»[30]. Quem incluiu a História no programa da 4ª classe terá sido mesmo isto que pensou.

A defesa do ensino da História passa por um ataque ao que se define como internacionalismo pedagógico que se acusa de combater o ensino da História. Discute-se com Rousseau – para quem a História era deformadora do carácter, Paul Valéry – que «odeia o ensino da História», Talleyrand – que a considera «a mentira que mais convém», Tolstoy, Trary, Volney e a corrente tecnicista, com Claparède, Ferrière e Dewey, pedagogos que, segundo a opinião expressa, ou entendem que a História só deve ser ensinada na idade adulta ou é uma disciplina inútil e prejudicial. Mobiliza-se a corrente cristã contemporânea – invocam-se o Abade Siéyes, Houre e M. Benda – para argumentar que «as verdades históricas não são mais reais que as verdades religiosas», promovendo «uma autêntica cruzada de reposição de valores» contra o «delírio colectivo a que as exageradas e licenciosas liberdades deste e do século passado, conduziram a Humanidade», o principal «motivo de descrédito do ensino da História»[31].

A História é percebida como um repositório de modelos e das suas lições retiram-se *frutos*. O seu ensino deverá contribuir para a formação do carácter e da consciência, no quadro dos valores do Estado Novo, através do apelo aos sentimentos e paixões, recorrendo à narração enquanto *fonte* de aprendizagem.

## Da História de Portugal

### Os factos nacionais e as instituições

Os artigos que analisam os factos nacionais, podem dividir-se em dois grupos, um, dedicado ao estudo de um facto ou período, no conjunto consubstanciam uma

---

[27] CARDOSO, João Carlos – ob. cit.

[28] Idem, *Ibidem*.

[29] Idem, *Ibidem*.

[30] MARTINS, José Alberto Ferraz – «Finalidades do Ensino da História». In: *Rumo. Órgão dos alunos da Escola do Magistério Primário de Coimbra*. Coimbra, 1-2-1963

[31] Cf. MARTINS, José Alberto Ferraz – ob. cit., 1-2-1963; MARTINS, José Alberto Ferraz – ob. cit., 1-3-1963.

visão abrangente e sequenciada do processo histórico, um segundo, de natureza temática em que, cada texto percorre toda a História de Portugal.

O primeiro grupo de narrativas pode, por sua vez, subdividir-se em quatro conjuntos arrumados por critérios cronológicos. O primeiro conjunto abrange desde a derrota dos lusitanos – o herói Viriato e a *traição* romana[32], ao Garb-Al-Andaluz, analisado em dois textos, um primeiro relata a invasão e produz um claro reconhecimento do legado civilizacional de que Portugal é devedor[33], o outro, destaca nos cristãos uma fé *inquebrantável* vista como *refúgio*, perante um *jugo muçulmano temido e tenebroso* e onde o renascimento agrícola peninsular é fruto da *enxada do escravo cristão*, salvaguardando que em tempos idos se *conservavam os bens e crenças àqueles que de livre vontade aceitavam* o seu jugo, mas depois passaram a *inimigos da fé*, visão que só terminou em 1492[34].

Um segundo corpo de artigos enquadra o período que vai desde a reconquista à batalha de Aljubarrota. A conquista de Santarém (com Afonso Henriques no papel principal), a independência e o alargamento do território salientando o papel de cada monarca, o auxílio português a Castela narrado na batalha do Salado, o feito de Deu-la-deu Martins que nos transporta aos conflitos com Castela e, a concluir, a Batalha de Aljubarrota.

Segue-se-lhe um conjunto que agrupa as temáticas dos descobrimentos – onde *cintila* o herói Infante D. Henrique, os portugueses emergem como motivados, para além da curiosidade, do inusitado e das *experiências*, «por um desejo de bem servir o Criador»[35], e onde o papel do missionário merece destaque em relação ao do soldado[36] – do 1º de Dezembro de 1640, do século XVII – caracterizado como *horto de grandes vultos*, e das invasões francesas.

As narrativas sobre o 1º de Dezembro de 1640 sustentam, no seu conjunto[37], seis momentos: perda da independência, aversão ao domínio espanhol, revolução na Catalunha, Restauração e Portugal independente e o papel desempenhado por D. João IV. Os últimos dois textos estão marcados pela vivência da guerra colonial, mobilizando-se a História como mestra da vida e exemplo no presente. Jorge Pinto dos Santos sustentaria, em conferência na Escola da Lousã que «já naquela época havia portugueses renegados, dominados pelos seus interesses e ambições» e interrogava:

> [...] não teremos hoje portugueses, se assim se podem chamar, capazes de renegar a Pátria, entregando-a ao inimigo só para servirem os seus vis interesses?

---

[32] Cf. REBELO, M. Fernanda Fragoso Gomes – «Viriato». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-5-1964.

[33] Cf. CARDOSO, Armando – «Factos que convém sublinhar – os árabes na península». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1952.

[34] Cf. VIEIRA, Manuel Baptista – «A fé subsistiu». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-2-1953.

[35] CARDOSO, Maria Alcide Valente – «D. Henrique, pensamento cristão da sua obra». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1960.

[36] Cf. GASPAR, José Maria – «Fé e Império». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-1-1953. «Renascer (1640)». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-12-1959. SANTOS, Prof. Jorge Pinto dos – «Comemorações do 1º de Dezembro». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-1-1966. Maria Ortélia – «Aniversário do 1º Dezembro». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-11-1966.

[37] Os textos sobre o 1º de Dezembro de 1640 são os seguintes:QUERIDO, José Baptista F. – «Dezembro de 1640». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-12-1952. SILVA, Maria Eduarda Coimbra da – «1º de Dezembro». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-3-1956.

> O que se está passando com algumas das nossas Províncias Ultramarinas é a resposta a esta interrogação[38]. [...]
> Hoje como então devemos dar o mais fiel testemunho do nosso patriotismo. Unidos à sombra da bandeira, tomando como espelho os nossos gloriosos antepassados e actuais combatentes, bem dignos continuadores da História Nacional.[39]

As invasões francesas recebem, em dois artigos, um tratamento muito desigual. Num relatam-se *os factos* e narram-se secamente as peripécias das invasões sem esquecer o domínio inglês – sobre o qual a percepção não é inequívoca[40], e num segundo texto, um pequeno apontamento que serve de libelo acusatório ao liberalismo, causticado por apoiar e se apoiar na vaga napoleónica, colocando em oposição a cultura lusíada, que terá encontrado a sua salvação no ultramar (o Brasil), e as *culturas liberalistas*, responsabilizadas pela adopção de uma *cultura alheia* e consequente mutilação do corpo nacional (referência ao Ultimatum e aos territórios do mapa cor-de-rosa)[41].

Finalmente, um núcleo de textos que aborda a questão africana – a colonização, a partilha do continente e a campanha de pacificação de Moçambique, com o fim do império de Gaza e o confronto entre Mouzinho de Albuquerque e Gungunhana[42]–, a evolução dos acontecimentos da 1ª República (1919 a 1926 – onde se caracteriza a situação do país como *caótica após assassinato de Sidónio Pais*) ao 28 de Maio e ditadura militar, curiosamente intitulado *Doutrina Sã*[43] e, por fim, o Estado Novo – onde se produz a apologia de Salazar e se resume a sua acção em quatro eixos: o milagre financeiro, a institucionalização do Estado Novo (a Constituição, o Acto Colonial, o Estatuto Nacional do Trabalho), as relações entre o Estado e a Igreja, com referência à Concordata e ao Acordo Missionário, e o tratado de amizade e consulta assinado com o Brasil[44].

A análise diacrónica incide sobre dois temas: a bula da cruzada[45] e a acção missionária dos portugueses[46]. Na narrativa sobre a acção missionária portuguesa, a génese de Portugal é enquadrada no movimento de cruzadas e o *espírito de missão* e o *esforço náutico português* corporizam, a partir de 1415, a *busca e conquista dos infiéis para Cristo*. Cerca de quatro séculos – ponteada pela criação de dioceses no ultramar – *os missionários portugueses auxiliados pelos nossos valentes soldados, correram todo*

---

38 SANTOS, Prof. Jorge Pinto dos – ob. cit.

39 Idem, *Ibidem*.

40 "Como se sabe, quem regia era a Junta Governativa, dominada por Beresford. Exerceu feroz despotismo, preterindo as promoções e o pagamento de soldos da oficialidade portuguesa. A sua influência foi especialmente predominante entre 1815 e 1818, na perseguição a todos os que manifestavam ideias liberais. Assim, logrou apanhar em flagrante numa conspiração o general Gomes Freire de Andrade e outros mandando-os logo enforcar em S. Julião da Barra. Nesse meio tempo regressou a família real e tudo se recompôs". Jonas – «Invasões Francesas». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-3-1965.

41 «Apontamento». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-7-1964.

42 TORRES, Alfredo – «Velhos-Manuscritos Chaimite – último reduto dos Vátuas». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-11-1960.

43 VIEIRA, Manuel – «Doutrina Sã». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-5-1953.

44 SERRA, Maria do Rosário Neto – «Portugal Moderno». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-4-1963.

45 NOGUEIRA, Eurico Dias – «Bula da Cruzada e Indultos Pontifícios». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-3-1952.

46 CRISANTO, José Roque – «Acção Missionária Portuguesa». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-6-1965.

*o mundo, ensinando, baptizando, morrendo pela Fé de Cristo.* As missões contaram com apoio régio pois *era a alma do povo português expandindo-se no Amor de Cristo, no Amor do próximo. Era um interesse nacional.* A derrocada começa com *o mais grave erro* do Marquês de Pombal: a expulsão dos jesuítas. A decadência das missões atravessa o século XIX com o *golpe de misericórdia,* dado em 1834, pelo *mata-frades Joaquim António de Aguiar* e concomitantemente *começa a derrocada do nosso Ultramar que havia de repercutir-se dum modo tão triste e lamentável em nossos dias.* A separação entre o Estado e a Igreja representou, em 1910, *novo e profundo golpe* na acção missionária. A crise contemporânea é percebida como *política, social, mas também religiosa.* O texto encerra com um apelo à acção missionária recordando que *Deus é nosso Pai. Nunca nos esquece. Nós é que nos esquecemos d'Ele*[47].

Apenas em 1953 são publicados dois artigos referentes a instituições, sendo um sobre uma ordem militar, os Templários, e o outro, analisa a Inquisição. A pretexto do Convento de Cristo é-nos descrita a origem da Ordem dos Templários, a sua participação na reconquista, acompanhada de uma descrição dos combates travados, até ao momento em que a ordem cai em desgraça e os seus bens acabam por ser transferidos para a Ordem de Cristo «que tantos e tão grandes serviços havia de prestar, mais tarde, sob o mando do celebérrimo Infante D. Henrique nas memoráveis Navegações Portuguesas»[48].

Na narrativa sobre a inquisição, depois de fixar a origem – a guerra contra os albigenses, e a sua introdução no país vizinho por Filipe II, Baptista Vieira identifica como móbil para a insistência dos monarcas portugueses na sua criação em Portugal, o facto de o povo continuar «escravo das riquezas daqueles cristãos aparentes em cujas mãos, sujas de usura, corria o ouro puro da lei e luxos exuberantes atentórios da miséria e pacatez do vulgo humilde»[49], motivo de ódio e por colocar em causa os anseios populares de unidade política e religiosa.

Quando avalia a sua acção considera que há quem veja «apenas um tribunal político e religioso»[50] que atentou contra «povos e desrespeitou a personalidade humana»[51] esquecendo que foi a inquisição que salvaguardou Portugal das «lutas político-religiosas que ensanguentaram a Europa»[52] e contribuiu para suavizar a pressão exercida pela nobreza sobre o povo[53].

Da análise às narrativas de factos nacionais e das instituições merece destaque:

i. O permanente reconhecimento da protecção divina.

ii. Uma certa resposta às interrogações e problemáticas do presente, visível nos textos sobre o 1º de Dezembro de 1640, onde emerge a guerra colonial.

iii. A marca ideológica nas críticas ao liberalismo e ao século XIX ou nas apreciações sobre Salazar e a sua acção.

---

47 Idem, *Ibidem.*

48 VIEIRA, Manuel Baptista – «Ao longo da História Os Templários». In: *Rumo. Quinzenário [...],* 1-4-1953.

49 VIEIRA, Manuel Baptista – «A Inquisição». In: *Rumo. Quinzenário [...],* 1-3-1953.

50 Idem, *Ibidem.*

51 Idem, *Ibidem.*

52 Idem, *Ibidem.*

53 Idem, *Ibidem.*

## Heróis, santos e outras figuras nacionais

De entre os heróis nacionais destacam-se o Infante D. Henrique, Nuno Álvares Pereira, o *herói e santo*, com *grande amor pela castidade*, Vasco da Gama, o *marinheiro e soldado*, de *estatura alta e desempenada, testa reveladora duma forte inteligência, fartas e compridas barbas, voz enérgica e dominadora, olhar vivo e penetrante* e Luís Vaz de Camões e os «Lusíadas» – *preclaro poeta, verdadeiro patriota, português de raça e coração*; *Os «Lusíadas» são Portugal, o símbolo da glória de um povo.*

Na plêiade de escritores encontram-se Alfredo Pimenta, *um dos espíritos mais cultos da cultura portuguesa contemporânea*, Antero de Figueiredo, *um dos grandes romancistas de Portugal*, António Nobre, *um dos mais notáveis líricos nacionais*, Bocage, citando Vitorino Nemésio, um dos *poetas dotados do sentimento de missão*, Cesário Verde, o *talentoso poeta*, Garcia de Resende, um *espírito esclarecido*, Gil Vicente, *Mestre do Nacionalismo Português, crítico implacável dos vícios da época*, João de Deus, *um contemplativo*, Júlio Dinis, de *cândida simplicidade* de *alma* em cujos *romances abundam conceitos morais e filosóficos* e Padre António Vieira, *um verdadeiro génio.*

Portadores de heroicidade guerreira são Duarte Pacheco Pereira e a *luta travada com o samorim*, enquanto ligados às viagens de exploração africanas e ao controlo dos territórios em África surgem Serpa Pinto, Silva Porto, Teixeira Pinto, António Ennes, *notável naturalista* e *jornalista*, e Mouzinho de Albuquerque, de *qualidades guerreiras* e *óptimas qualidades administrativas e um verdadeiro chefe.*

Para além dos heróis, refiram-se os santos S. Francisco Xavier, Santo António, S. Luís e outras figuras nacionais como António Pedro, *homem da cultura*, António Sardinha, *pensador nacionalista e doutrinador admirável*, António Teixeira Lopes, escultor, Silva Porto, *um dos grandes génios nacionais, um representante fiel do seu povo, grande comentador da paisagem nacional* e o Padre Luís Gonzaga Cabral de *extraordinária cultura.*

Uma última referência para D. Fernando, num texto que pode ser lido como uma reabilitação deste rei, reconhecendo-se-lhe *a justeza da sua administração, o seu interesse indiscutível pela prosperidade do País e a ambição de querer ver abastado, respeitado e feliz o povo de Portugal* e que incorreu *apenas* em dois erros, *o seu casamento e o engano do objectivo de alargar o território e a fé para terra*, no mais *todo o seu reinado foi um benefício inegável para a terra lusitana.*

A análise realizada aos artigos dedicados a heróis, santos e figuras nacionais permite estabelecer um conjunto de aspectos temáticos que caracterizam os diferentes textos, podendo surgir isolada ou cumulativamente, em cada um deles:

i. Breve identificação do *grande homem*, naturalidade, família, entre outros elementos.

ii. Etapas da sua vida.

iii. Características pessoais intrínsecas que compõem a sua própria essência.

iv. Comportamento face a contrariedades com que é confrontado e face aos demais, exibindo tolerância, altruísmo.

v. Conhecimento (ou Saber) no campo cognitivo.

vi. Capacidade para mobilizar o(s) conhecimento(s) para as realidades que enfrenta, tornando possível agir.

vii. Actos e realizações como actor social.

viii. Portador de fins ou objectivos para si ou para a sociedade de pertença.
ix. Capacidade para agir ou fazer acontecer.

O herói primeiro é o Infante D. Henrique, tanto mais que, aproveitando o ensejo das Festas Henriquinas[54], o *Rumo* dedica-lhe um número comemorativo, o 154, de 15 de Maio de 1960, fazendo por isso sentido, uma análise mais detalhada.

Em 1950 o Infante é-nos apresentado como um *legado* de D. João I. O *mais intrépido marinheiro de todos os tempos* que com a *ciência náutica* construiu a *glória dos portugueses* – o *desvendar as lendas do mar*. Imaginou e planeou a *epopeia*, utilizou *os Seus próprios meios*, preparou *marinheiros* e elaborou o *plano de abertura do Mar Tenebroso – desconhecido e atraente*[55].

No número comemorativo, a análise e a apreciação sobre o *herói* aprofunda-se[56]. A educação da mãe, o exemplo do pai, a fé – Santa Maria da Vitória, e o sonho do mar por descobrir constituem *reflexos luminosos na magnífica alma* do Infante D. Henrique.

Protegido pela divina providência – *E Ele lá do Alto, abençoava a semente para que... germinasse* – era visto como herói, génio, de *homérica figura*, um *misto de asceta e militar, de sábio e dirigente, visionário e realizador. Casto e sóbrio*, um *crente sincero* – de um *misticismo ardente*, cujo génio transformou num homem *afirmativo, duro, terminante, prático em tudo.*

Adoptando uma vida de *asceta* e *iluminado*, obteve o maior dos triunfos, autodominando-se: renunciou *à filha de Zarco, por amor à sua empresa*. Dois amores dominaram a sua vida, *o amor da Pátria e o amor da expansão do Reino de Cristo*, e a eles sacrificou *fortuna, honras, vaidades. Isola-se* e *esconde-se* do mundo para viver o seu *sonho lindo.*

Transportando como ideal um *Portugal maior*, desejando *bem-fazer a Deus e ao seu rei*, transformando Portugal numa *potência naval* e o Atlântico numa *poderosa estrada*, projecta com a sua *visão genial*, a partir de Sagres, a expansão ultramarina, universalizando Portugal.

Fundou, em Sagres, a *escola náutica*, forja dos *heróis da epopeia marítima*, contributo decisivo para *a navegação se transformar numa ciência*. Investe a sua fazenda e a da Ordem de Cristo no seu projecto. Adquire *livros, mapas* e *convoca sábios*. Promove a *construção de caravelas* e de *instrumentos mais aperfeiçoados*, prepara a *raça de navegadores e descobridores do futuro*, autoriza a *companhia de Lagos* que a partir de Arguim, impulsionou o comércio. Tinha consciência da *influência religiosa* como *meio poderoso de acção colonizadora* daí a sua opinião e vontade em *instruir e até ordenar sacerdotes indígenas para depois estes ensinarem os seus conterrâneos.*

Face aos seus detractores – *um certo sector da intelectualidade portuguesa, eco de desdém e malsinação* que denegriram a sua figura – reconhece-se que *não foi um*

[54] Veja-se: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 605-612.

[55] Cf. CAMPOLARGO, Mário – «Portugal... e os portugueses». In: *Rumo. Jornal [...]*, 7-5-1950.

[56] A elaboração da imagem do Infante em 1960, foi realizada utilizando o número 154 do referido jornal como unidade de análise, pelo que, todas as referências se reportam a artigos aí publicados. Cf. *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1960.

*geógrafo, não foi cartógrafo, não foi missionário, não foi um cruzado, não foi descobridor* mas *foi a figura principal no meio de todas elas.*

Congratula-se o *Governo da Nação* pela iniciativa das festas comemorativas do V Centenário da sua morte. Finalmente, se o Infante traduz um passado e uma visão desse mesmo passado, não deixa de transportar um futuro:

> ...As ondas engolirão ainda muitas caravelas,
> mas um dia que será próximo,
> as velas vermelhas de sangue dos mortos
> que há séculos amortalharam
> terão de novo a cor do grande mar
> e hão-de vir novos «Sagres»
> e novos «Infantes» de esperança numa dança verde de glória[57].

A imagem do Infante, no período das comemorações, é a de um herói e um génio, com a acção caucionada pela protecção divina. Símbolo da grandeza do Portugal de antanho, nele se projecta, como ficou demonstrado, a esperança num futuro. Em artigos posteriores destaque-se um texto intitulado «O Infante D. Henrique e a Época áurea dos Descobrimentos Portugueses» que se evidencia pelos silêncios, esbatendo-se a figura do *herói*, num extenso texto apenas dois ou três parágrafos são dedicados ao Infante, numa narrativa que acaba por se centrar nas viagens até à *descoberta* do Brasil, em aparente contradição com o título[58].

## Portugal – a nação e os portugueses

O entendimento de que o herói constitui a síntese da índole do *povo*, conduziu à celebração dessa entidade colectiva transformando-a em objecto de homenagem[59]. No *Rumo* Portugal é descrito enquanto nação – entidade colectiva, e pelos elementos que a constituem, os portugueses. Para captar a índole de um povo é necessário conhecer o seu passado[60]. Os portugueses são, antes de mais, lusitanos:

> Com um busquejo muito rápido pelas páginas douradas da nossa história resta-nos, como última atitude agradecer a Deus, com um reconhecimento profundo termos tido como antecessores lusitanos, sermos lusitanos e pedir-Lhe que nos deixe morrer lusitanos dignos. Porque ser lusitano é «participar da glória da Raça»[61].

As referências remetem sistematicamente para a História de Portugal percebida como desfile de sábios, artistas, escritores, santos, mártires e heróis, testemunho da protecção divina e do génio português – sem esquecer o presente, facto que reenvia

---

[57] VALEROSO, Ribeiro – «Velas Novas». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1960.

[58] Cf. REPAS, Sérgio de Jesus – «O Infante D. Henrique e a Época áurea dos Descobrimentos Portugueses». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-1-1967.

[59] Cf. TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 453.

[60] Cf. CRISANTO, José Roque – ob. cit.

[61] ALMEIDA, Albano de – «O orgulho de sermos lusitanos». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 4-5-1951.

para a mobilização dos antepassados como exemplo – à semelhança das famílias que «evocam os dias faustos dos avós» e da «veneração dos altares [em que] se lembram os bem-aventurados»[62]:

> Se for possível afirmarmos a existência no mundo das nações geniais, podemos, sem dúvida dizer que a primeira de todas é Portugal.
> Há quase um milénio vem trilhando uma estrada de glória, tão grande quanto a glória terrena o pode ser. A sua gloriosa epopeia vem desde o hercúleo esforço dos dois Henriques – na sua fundação –, até Salazar, que é génio financeiro internacionalmente reconhecido[63].

A vocação de Portugal era a expansão, algo que lhe estava predestinado[64], povo de navegadores e génio aventureiro, como que se transfigura, através dessa missão universalista – «*Limpo o território de invasores, arrumadas as questões com os vizinhos poderosos, Portugal deu conta da sua missão universalista. Foi neste momento que descobriu o Mar*»[65], em benemérita da humanidade[66], transportando os valores da fé cristã[67] e da tradição que representa o passado, se abandonada resulta em *dias menos felizes*[68] e revela os *espíritos fracos*[69], mas transporta consigo *o(s) futuro(s)*:

> Lembremo-nos de que como portugueses, somos tradições incarnadas e, essas tradições não são sombras do passado, são continuação do presente, como um apelo a passar ainda além, na construção de um mundo melhor, cada vez mais bela e maravilhosa[70].

Portugal tem a sua representação na bandeira[71] que constitui, desde sempre, alento da gente lusa, mesmo depois de mudar com a implantação da República, «a essência, o símbolo é o mesmo»[72], e continua a ser alvo das manifestações de patriotismo:

> É que, talvez por a nossa História ser iluminada por altos fachos de heroicidade, não há povo empolgado de tão grande patriotismo como o povo português. Ainda há pouco, orgulhoso e comovido, eu tive conhecimento dum facto que pela sua magnitude bem merece uma breve referência. Um homem, verdadeiro herói da guerra de 14, já de cabelos brancos e entre os carinhos duma família a quem se dedica, foi oferecer o seu braço ainda vigoroso em defesa da Pátria ameaçada nas longínquas regiões da Índia. Um símbolo da Pátria, a Bandeira Nacional apenas, bastará para que um braço já cansado se reerga e lute até ao limite máximo das suas forças[73].

---

[62] A lição do 1º de Dezembro. Resumo de uma palestra do Prof. José Maria Gaspar no dia 1º de Dezembro último para o Colégio S. Pedro de Coimbra, na festa da distribuição de prémios. In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-1-1965.

[63] ALMEIDA, Albano de – «O orgulho de sermos lusitanos». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 4-5-1951.

[64] Cf. NUNES, Suzette Barata – «Descobrimentos e conquistas dos portugueses». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-12-1967.

[65] CARDOSO, Maria Alcide Valente – «D. Henrique, pensamento cristão da sua obra». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 15-5-1960.

[66] Cf. GASPAR, José Maria – «Fé e império». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-1-1953.

[67] Cf. Jonas – «Invasões Francesas». In: *Rumo. Órgão [...]*, 1-3-1965.

[68] Cf. ALMEIDA, Albano de – ob. cit.

[69] Cf. CAMPOLARGO, Mário – ob. cit.

[70] NUNES, Suzette Barata – ob. cit.

[71] Cf. B. F. – «A bandeira portuguesa». In: *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-1-1956.

[72] Idem, *Ibidem*.

[73] «A criança e a História Pátria». *Rumo. Quinzenário [...]*, 1-2-1956.

Portugal e os portugueses têm na sua história uma marca identitária. *Lusitanos* que se revelaram heróis, santos e mártires e que encontraram na expansão uma vocação e um destino, conjugando fé e tradição, corporizando uma *missão universalista*.

## Nota final

A abordagem aqui realizada é uma primeira reflexão sobre a memória histórica pelo viés dos discursos dos alunos e das alunas do ensino normal, construída com base no jornal da Escola do Magistério Primário de Coimbra, e que permitiu uma aproximação ao entendimento e compreensão da História de Portugal por futuros professores e professoras do ensino primário.

Uma visão providencialista, ideologicamente marcada pelas concepções estado novistas e mobilizada pelos combates do presente. Uma gesta de heróis, santos e mártires, ainda que a hipervalorização do herói, na linha das correntes nacionalistas, com a consequente substituição de dimensões ecuménicas e humanistas por valores conservadores, não se quede pela exaltação das glórias e valores nacionais. No *Rumo*, encontrámos, pelo menos ao nível da narrativa biográfica, um importante corpo documental de temática não nacional que por razões já expendidas não integrou este estudo.

A História, alfobre de modelos, constitui-se em lição. Com seu ensino contribui-se para a formação do carácter e da consciência, apelando ao sentimento e à paixão, onde à narrativa, enquanto estratégia, é cometido um papel não despiciendo.

# Manuais escolares
# ‘a ponte e a porta’ da vida e da cultura

**Clara Isabel Serrano**

SERRANO, Clara Isabel – “Manuais escolares: ‘a ponte e a porta’ da vida e da cultura.”
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 247-259.

**Clara Isabel Serrano.** Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira de Doutoramento da FCT. Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

## Introdução

Os manuais escolares desempenharam, desde sempre, um papel fundamental no processo de ensino e de aprendizagem. Ao longo dos tempos, a sua definição, o seu estatuto, as suas funções conheceram diversas mudanças, sofreram (re)interpretações mais ou menos favoráveis. Os seus processos de estruturação, de organização e de difusão foram evoluindo e adaptando-se às necessidades das diferentes épocas e regimes.

No entanto, eles nunca deixaram de ser guias de aprendizagem, de se dirigir ao seu público-alvo – os alunos –, de procurar facilitar e organizar o trabalho dos seus promotores – os professores. Mas também de assegurar e cumprir objectivos, de se conformar às pedagogias e aos programas oficialmente instituídos. De garantir à sociedade e ao Estado a transmissão de saberes e valores, considerados de apropriação obrigatória.

Os manuais foram, assim, cumprindo o seu papel de difusores de conhecimentos, de catalizadores de atitudes e de comportamentos, de guias, enfim, de 'pontes e portas' da vida e da cultura.

## 1. História, estatuto e funções

Desde há muito que o manual escolar, suporte tradicional de conteúdos educativos, assim como de um conjunto de saberes considerado útil por parte da sociedade e de necessária assimilação, se constituiu como «objecto fascinante» para estudos de índole diversa, por parte de pedagogos, sociólogos, antropólogos e historiadores das ideias e das mentalidades[1]. Este interesse pelo livro escolar, particularmente de História, tem múltiplas motivações: determinar e definir as suas funções e o seu estatuto, avaliar o poder, as fontes, os limites e a pedagogia que reflecte, bem como os valores ideológicos e culturais que veicula. No entanto, este empreendimento não se revela tarefa fácil de efectuar, porque, como refere Alain Choppin, "contrairement à ce que sa familiarité pourrait laiser supposer, le manuel n'est pas un objet facile à définir: ses aspects sont divers, ses functions multiples et son statut ambigu"[2].

Etimologicamente, manual, significa de fácil manuseamento; logo ele é, necessariamente, de formato e peso reduzidos. No século XIX, designava genericamente um guia prático, uma recolha de conselhos ou de regras. Até há algumas décadas atrás, o compêndio conservava este significado, que era, no entanto, empregue com uma conotação pejorativa, para designar as obras dos autores do «livro único», que gozavam de grande credibilidade e, por conseguinte, o ensino tradicional e as suas rotinas[3].

No século XX, o termo manual conhece uma reinterpretação favorável no domínio, sempre complexo, da educação. Os dicionários definem-no como uma obra

---

[1] Veja-se MATOS, Sérgio Campos – "O manual de história como lugar de memória". In: *O Estudo da História, Boletim da APH*. Lisboa: Associação de Professores de História/APH, 1988 – 1989, III série, números 7, 8 e 9, p. 134.

[2] CHOPPIN, Alain - *Les Manuels Scolaires: Histoire et Actualité*. Paris: Hachette, 1992, p. 5.

[3] Veja-se CHOPPIN, Alain - ob. cit., p. 12.

didáctica que apresenta, sob uma forma manejável, as noções essenciais de uma ciência, de uma técnica e, especialmente, os conhecimentos exigidos pelos programas escolares[4].

A mesma ideia é partilhada por alguns pedagogos, tais como Marguerite Puget, que define manual como um livro que expõe as noções essenciais de uma dada disciplina, de um dado nível. Ele corresponde a um curso, destina-se a uma classe[5].

As diferenças na definição de manual reflectem mutações ligadas às diversas épocas, mudanças nas concepções de livro escolar, na sua natureza e nas suas funções. Apesar dessas variações, o manual foi, desde sempre, um objecto datado, determinado histórica e geograficamente, pois ele é o produto condensado da sociedade que o produz, e transitório – ainda que a transitoriedade nalguns casos se tenha cristalizado. Numa palavra, um elemento de formação a longo prazo, objecto de consumo, que será irremediavelmente posto de lado.

É, também, um objecto pedagógico – o manual é um instrumento inseparável das condições e dos métodos de ensino da sua época. Reflecte as tradições, as inovações e, até mesmo, as utopias pedagógicas do seu tempo[6], sendo perito em dissimular, desde logo, a origem das suas informações, bem como a forma como o seu discurso foi construído.

O manual esconde a maneira como a historiografia se constrói. Camufla o modo de produção das representações que fornece, a sua relação com os arquivos. Impede o estudante de ver como tudo se origina, de ser ele próprio produtor da História e da historiografia[7].

Na sua curta intervenção, na mesa redonda *A História uma Paixão Nova*, sobre a dissimulação do carácter histórico dos manuais, Michel Certeau propõe a efectuação de mudanças profundas na elaboração dos manuais a fim de se introduzir "o estudante como actor, na cidade historiográfica para que possa então o manual de História ser o cavalo de Tróia de um fazer a História"[8].

Para além disso, dissimula a própria relação com o poder instituído de quem depende e com a sociedade em que se insere. O manual é o depositário dos conhecimentos[9] e das técnicas, cuja aquisição a sociedade julga necessária para a perpetuação dos seus valores. Os próprios programas oficiais constituem o plano ao qual os manuais escolares se devem conformar estritamente.

De certa forma, o manual escolar é o espelho no qual se reflecte a imagem que a sociedade quer dar de si própria. Através da escolha da linguagem, do estilo, da selecção dos assuntos e dos textos, da organização e da hierarquização dos conteúdos, que obedecem a objectivos políticos, morais, religiosos, estéticos e, até mesmo

---

4 Vide CHOPPIN, Alain - ob. cit., p. 12.

5 Para além desta, vejam-se outras definições de manual escolar referidas por CHOPPIN, Alain – ob. cit., p. 14.

6 Vide CHOPPIN, Alain – ob. cit., p. 20.

7 DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy (dir. de) – *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 13.

8 Idem – *Ibidem*.

9 O manual é revelador do estado de conhecimentos de uma época, bem como dos principais aspectos e estereótipos de uma sociedade. Vide CHOPPIN, Alain – ob. cit., p. 19.

ideológicos, ele é o transmissor dos valores que a instituição escolar e, em última análise, o poder instituído pretendem veicular.

Por tudo isto, é pertinente admitir que, ainda que de forma dissimulada, eles exprimam mentalidades colectivas, não apenas as dos seus autores[10], mas também das instituições políticas que os legitimam[11].

Menos consensual é a avaliação dos seus efeitos sobre a população a que se destinam. Georg Eckert, referindo-se aos manuais escolares no período da Alemanha Nazi, defende que, utilizados nas fases de desenvolvimento decisivas, os compêndios exercem uma influência durável sobre o imaginário histórico e o universo de valores dos mais jovens, chegando mesmo a formá-los para a vida[12]. Uma condicionante há, no entanto, a introduzir no seu discurso: o período por si analisado, ou seja, o apogeu de um regime totalitário, no qual o manual participa estreitamente não só dos processos de socialização e de aculturação, mas também de doutrinação do jovem público ao qual se destina[13].

Mas a opinião de Georg Eckert, ainda que condicionada temporalmente, é partilhada por outros autores, como Sheila Grant Duff que, em *Five Years to War*, refere que os manuais de História adoptados nas escolas são instrumentos que trabalham silenciosamente, mas de modo poderoso, no sentido de formar o pensamento de gerações, até mesmo de nações inteiras, e de dirigir as suas simpatias[14].

Diferente é a opinião expressa por Brunschwing, que considera que é muito antes da idade escolar e diante da escola, que a consciência histórica se forma e, bem mais por influência das impressões emotivas, do que pela leitura dos manuais.

Outros autores há, nos quais podemos incluir o caso de Rainier Riemenschneider[15], que defendem que os manuais só produzem um efeito seguro quando se adequam às vivências quotidianas, quando podem servir de referência aos mais jovens para dar vida à abstracção dos textos, ou seja, quando o real vivido e a mensagem do manual se fundem no mesmo universo de normas afectivas e cognitivas.

Seja como for, a eventual influência que o discurso dos manuais pode exercer sobre a população escolar apresenta-se como uma questão bastante complexa: é que os vários factores sociais, culturais, psicológicos, entre outros, podem levar ao registo de comportamentos muito diversos e, até contrários, perante os mesmos enunciados. Para além disso e, como salienta Jacqueline Freyssinet Dominjon, os manuais, enquanto género literário internacional, não constituem *a priori* senão um capital cultural, que é colocado à disposição, mas ao qual nem sempre se recorre[16].

---

[10] Na opinião de Jacqueline Freyssinet Dominjon, os manuais reflectem, desde logo, o meio social, político e cultural em que os seus autores estão inseridos, bem como o seu nível de conhecimentos. Consulte-se, a este propósito, RIEMENSCHNEIDER, Rainier – "La Confrontation Internationale des Manuels. Contribution au Problème des Rapports entre Manuels d'Histoire et Mémoire Collective". In: MONIOT, Henri, *Enseigner l'Histoire-Des manuels à la mémoire.* Berne: Peter Lang, 1984, p. 133.

[11] Segundo Jacqueline Freyssinet Dominjon, os autores não são mais do que intérpretes de certas facções da classe dirigente. Vide Idem, *Ibidem.*

[12] Vide Idem – ob. cit., p. 129.

[13] Vide CHOPPIN, Alain - ob. cit., p. 20.

[14] Vide RIEMENSCHNEIDER, Rainier – ob. cit., p. 129.

[15] Vide Idem, ob. cit., p. 132.

[16] Vide Idem, ob. cit., p. 133.

Lugar funcional da memória colectiva (tipologia estabelecida por Pierre Nora, que a considera "globalizante e sem fronteira, que não assimila senão aquilo que a fortalece a ela mesma"[17]) ou veículo de transmissão da memória nacional, (os manuais transmitem aos mais jovens aquilo que os adultos têm por imagem conveniente do passado colectivo), o livro escolar cristalizou, durante muito tempo, um saber histórico que frequentemente estava desfasado das conquistas das ciências suas contemporâneas. Uma das razões para o atraso dos conteúdos científicos foi a longevidade de alguns manuais escolares, que resistiram tenazmente às diversas reformas curriculares[18]. Muitos eram exemplos de uma estratégia nacionalista de fixação da memória colectiva, mas também da credibilidade que gozavam alguns autores de livros escolares.

Porém, nas últimas décadas do século XX, a situação alterou-se por completo. Os manuais passaram a contemplar não só os avanços científicos da sua época, como a propor o estudo do contemporâneo[19]. Assistiu-se, ainda, a uma proliferação de títulos no mercado, o que veio provocar uma muito preocupante desregulação do sector e impossibilitar o controlo da qualidade por parte das autoridades educativas, dos estabelecimentos de ensino e dos docentes[20].

Numa sociedade sujeita às regras do consumo, os manuais passaram também a ter um período de vigência extremamente reduzido, o que leva a que, hoje em dia, sejam cada vez mais os que se insurgem "contra a precocidade da morte do livro escolar, que se arruma no canto do armário, ou no sótão, no final do ano lectivo"[21], sem possibilidade de uso para as gerações seguintes.

## 2. Concepção, difusão e apropriação

Os manuais escolares são instrumentos importantes, valiosos e imprescindíveis ao processo de ensino e de aprendizagem. Uma vez que mantêm o estatuto de suporte por excelência das práticas lectivas, condicionando, entre outros aspectos, os conteúdos a adquirir e as formas da sua transmissão; proporcionam dados para a leitura e para a interpretação da realidade; clarificam objectivos e transmitem valores e princípios,

[17] NORA, Pierre - "Memória Colectiva". In: DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy (dir. de) - *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 401.

[18] Vide MATOS, Sérgio Campos – ob. cit., p.137.

[19] No entanto, o relegar para a parte final dos programas, já em si bastante extensos e acentuadamente descritivos e particularizados, leva a que, na prática, o estudo dos avanços alcançados, sobremaneira na época contemporânea, não seja cumprido. No terceiro e, último ponto, deste artigo abordaremos esta questão com maior profundidade.

[20] No caso português, só no dia 28 de Agosto de 2006, o XVII Governo Constitucional aprovou o novo regime dos manuais escolares, que institui a certificação prévia dos livros por parte de comissões de peritos. De acordo com a Lei n.º 47/2006, de 28 de Agosto, é criado um sistema de avaliação dos manuais escolares, antes destes serem adoptados pelas escolas, um processo que começará a ser aplicado progressivamente a partir de 2007/2008.

[21] BRITO, Ana Parracho – "A problemática da adopção dos manuais escolares". In: CASTRO, Rui Vieira de; RODRIGUES, Angelina; SILVA, José Luís; SOUSA, Maria Lourdes Dionísio (org.) – *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999, p. 143.

eles continuam a desempenhar um papel insubstituível numa educação, cada vez mais institucionalizada em todo o globo. Por outro lado, os compêndios tendem, como já referimos, a veicular as ideologias e as perspectivas dominantes, "ao mesmo tempo que ajudam a fixar e a moldar memórias, inclusive a própria memória histórica e mesmo a(s) identidade(s)"[22].

Assim, o estudo dos compêndios "permite obter uma imagem adequada do passado colectivo, no que se refere a sentimentos, amores, crenças e atitudes"[23]. O manual tende a fomentar ódios e a despertar amores que perduram para todo o sempre, ou seja, provoca reacções positivas e/ou negativas.

Neste sentido, a análise, de modo criterioso e exaustivo, dos manuais escolares, feita a partir de factores internos, como os conteúdos, constitui uma condição essencial para compreender as premissas e os fundamentos da vida política da época, para caracterizar as teorias e os modelos educacionais, para apreender os traços da cultura do passado recente e, portanto, também do presente[24].

Todavia, a observação dos compêndios proporciona, de igual modo, o estudo a partir de factores externos, como autor(es), editor(es), processos e mecanismos de produção[25]. A análise destes factores reveste-se de grande importância, uma vez que "les évolutions que connaît le manuel s'inscrivent donc aussi dans une logique de marché"[26].

É do conhecimento geral que, desde sempre, existiu uma tensão entre autor(es) e editor(es), que é "factor de relevo na historiografia dos manuais – sobre o primeiro recai um primado da informação e da textualidade e sobre o segundo o da difusão"[27]. O autor dos livros escolares procura organizar os conteúdos, tendo em consideração a especificidade do meio sócio-económico[28], as características dos alunos e a exigência dos diversos níveis de ensino. A estratégia dos editores, por seu lado, desenvolve-se segundo uma lógica completamente distinta, em conformidade com os interesses do mercado.

---

[22] MENDES, José Amado – "Identidade nacional e ideologia através dos manuais de história". In: CASTRO, Rui Vieira de; RODRIGUES, Angelina; SILVA, José Luís; SOUSA, Maria Lourdes Dionísio (org.) – *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares.* Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999, p. 343.

[23] Idem, *Ibidem.*

[24] Os manuais, enquanto objectos de cultura, "representam e contêm opções culturais mais ou menos explícitas, mais ou menos assumidas e, como tal, valorizam e prescrevem como verdade e como ciência determinado conhecimento, mas silenciam, negligenciam, marginalizam muitos outros saberes". MAGALHÃES, Justino Pereira de – "Um apontamento para a história do manual escolar. Entre a produção e a representação". In: CASTRO, Rui Vieira de; RODRIGUES, Angelina; SILVA, José Luís; SOUSA, Maria Lourdes Dionísio (org.) – *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares.* Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999, p. 285.

[25] Consulte-se a propósito da problemática suscitada pelo mercado escolar e pelas editoras CHOPPIN, Alain – "Les manuels scolaires. De la production aux modes de consommation". In: CASTRO, Rui Vieira de; RODRIGUES, Angelina; SILVA, José Luís; SOUSA, Maria Lourdes Dionísio (org.) – *Manuais Escolares. Estatuto, Funções, História. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares.* Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 1999, p. 6-10.

[26] Idem – ob. cit., p. 6.

[27] MAGALHÃES, Justino Pereira de – ob. cit., p. 283.

[28] Os autores procuram transformar o discurso científico num discurso didáctico compreensível e acessível a todos os alunos, independentemente do meio sócio-económico em que estes se inserem.

Assim, o estudo destes factores reveste-se de extrema importância, tanto mais que possibilita um conhecimento aprofundado dos modos de produção, da pressão a que o(s) autor(es) está(ão) sujeito(s), mas também dos interesses a que as editoras são permeáveis, uma vez que, enquanto empresas, visam essencialmente o lucro.

Certificados por entidades acreditadas, após a sua aprovação pelas autoridades educativas, depois de assegurada a sua qualidade pedagógica e científica. Recomendados pelos órgãos de gestão das escolas, que consideram os mais adequados ao seu projecto educativo. Seleccionados por professores[29], que "analisam, discutem e avaliam o conteúdo, a metodologia e toda uma série de características"[30], os manuais destinam-se a serem apropriados pelos alunos. No entanto, esta apropriação é condicionada, já que os discentes, enquanto «consumidores», não escolhem o produto de consumo e, durante todo o processo, são apoiados pelos professores.

Contudo se, por um lado, é pertinente admitir que durante os processos de difusão, a cargo dos editores, e de apropriação, sustentado pelos docentes, há uma relativa secundarização do leitor, por outro lado, não deixa de ser verdade que os manuais são pensados e elaborados em função dos alunos. Assim, como refere Justino Pereira de Magalhães, autores e editores procuram uma definição aproximada do seu perfil, para que seja possível, não só uma adaptação às suas características (idade, género, proveniência, ano de escolaridade, número de retenções), mas também às suas expectativas e à forma como pretendem utilizar os compêndios[31].

Este procedimento é fundamental, tanto mais que os manuais são "a principal porta de entrada na vida e na cultura"[32]. São portas abertas que anunciam que os alunos estão ligados, estabelecem uma ponte que os envia para outros lugares, que lhes permite transmitir e, simultaneamente, receber outras informações, outras imagens e outras vozes.

São portas que falam, pois permitem um duplo sentido: o abrir e o fechar. Isto é, possibilitam, não só, o isolamento do aluno sobre si mesmo, tal como a parede, mas também a supressão desse mesmo limite e o colocar-se fora dele, bastando-lhe para isso sair. São estas portas, com o seu abrir e fechar, o seu entrar e sair, que ordenam e possibilitam ao aluno a construção de "uma visão sobre o mundo e do mundo"[33].

Esta é, inegavelmente, uma dimensão que se reveste de grande interesse e actualidade. Os manuais colocam o aluno em contacto com o mundo exterior, com a realidade por eles descrita, apresentada como a única, a original, a verdadeira. No entanto, é preciso não esquecer que eles favorecem, mas também omitem conhecimentos e pontos de vista; apoiam uma visão de e sobre a realidade, mas também proporcionam o olhar, sob um ângulo previamente determinado; estimulam, mas também substituem a imaginação, o pensamento e as palavras.

---

[29] A escolha dos manuais pelos professores, que deve obedecer a critérios previamente definidos pelas autoridades educativas e pelos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, nem sempre está isenta de tensão. Vide BRITO, Ana Parracho – ob. cit., p. 141 e 144.

[30] Idem, ob. cit., p. 141.

[31] Vide MAGALHÃES, Justino Pereira de – ob. cit., p. 284.

[32] Idem, ob. cit., p. 285.

[33] Idem, ob. cit., p. 287.

Por isso, os compêndios transmitem uma imagem parcial do mundo, uma imagem que é reflexo dos diversos condicionalismos do seu tempo.

Assim, o estudo das formas de construção, de difusão, de utilização e de apropriação das mensagens pedagógicas e didácticas constitui um dos principais desafios da historiografia dos manuais escolares. É fundamental que esta análise se cumpra, para que seja possível determinar a sua influência sobre os alunos, o seu público-alvo, que obrigatoriamente os utilizam, os "enchem de sublinhados ou os riscam, pintam de várias cores, amarrotam, despedaçam, esmagam contra os outros materiais que carregam na mochila. Enfim, estimam-nos mal, ou bem, mas não se separam deles"[34].

## 3. Objectivos, programas e indicadores pedagógicos

O manual, enquanto recurso indispensável à prática lectiva, tem diversos objectivos a cumprir: a aquisição de conhecimentos; o desenvolvimento de competências, tais como a capacidade de resolução de problemas, de comunicação, de negociação de conflitos, de trabalho em grupo, de abertura à aprendizagem permanente; e a descoberta de novos interesses e aptidões profissionais.

Para atingir os seus desígnios, o livro escolar procura propor situações de aprendizagem diversificadas e actividades de aplicação e de avaliação dos conhecimentos efectuados, individualmente ou em grupo.

O compêndio deve, ainda, estimular o aluno a ir mais além, a não se conformar com os saberes e as práticas propiciados por este. Deve proporcionar-lhe a oportunidade de almejar novos conhecimentos, de os procurar e de os estruturar.

Porém, muitas vezes, este intuito não é alcançado, porquanto os conteúdos veiculados são insuficientes, em quantidade e em qualidade, e as actividades propostas encorajam o aluno a restringir-se ao manual, não promovendo a pesquisa individual e o sentido de descoberta, a utilização de outros recursos para encontrar respostas a questões em aberto. A flexibilidade e abertura nem sempre estão presentes: o discente não é estimulado na sua criatividade. O manual contém apenas a informação básica, não provoca a reflexão do destinatário, diminuindo assim as possibilidades de potenciar o desenvolvimento das suas competências a um nível mais elevado.

Deste modo, é indispensável que as entidades educativas promovam, cada vez mais, o uso de outras fontes e de outros meios de informação facilitadores do processo de ensino e de aprendizagem. Numa sociedade em que educação marcha, também ela, rumo à globalização, o manual não pode continuar a "ser utilizado como único recurso, único guia da prática lectiva, único transmissor e promotor de capacidades, atitudes e valores"[35]. A manutenção desta prática revelar-se-á altamente redutora e pouco lisonjeira para o sistema educativo.

Uma outra questão importante, que deve ser considerada a propósito dos manuais, é a da sua adequação aos currículos, ou seja, a apresentação da informação básica

[34] BRITO, Ana Parracho – ob. cit., p. 142.
[35] Idem – ob. cit., p. 144.

correspondente às diversas rubricas programáticas. Os programas, oficialmente instituídos, constituem o plano ao qual os manuais escolares se devem conformar estritamente.

Ao longo dos tempos, os livros escolares revelaram-se "úteis, não só para facilitar e organizar o trabalho do professor, mas também para garantir ao Estado o cumprimento dos programas e, deste modo, coadjuvar na eliminação do poder crítico que o professor possa ter"[36].

Assim, podemos concluir que os programas mais não são do que uma fina peneira de conteúdos, "que cada sociedade considera útil transmitir, em nome de estratégias identitárias"[37]. Centrais na construção da noção de Estado-nação, as estruturas programáticas são paradigmas, através dos quais o Estado se arroga o direito de impor a «sua concepção», o «seu modelo de ensino».

Ao desempenharem uma função central na construção da identidade nacional, na formação da cidadania e na consolidação da memória colectiva, programas e manuais podem suscitar ressentimentos e amores que perduram no tempo. Como refere António Simões Rodrigues, os manuais "por vezes, exaltam um nacionalismo irracional nada propiciador das boas relações entre povos, acentuando as rivalidades"[38]. Recorde-se, a este propósito, o caso dos manuais franceses e alemães do ensino primário dos finais do século XIX, inícios do século XX, considerados como instigadores dos antagonismos e da violência franco-alemã em vésperas da Primeira Grande Guerra.

Os programas continuam assim, com frequência, a propor a construção de uma história com base na afirmação de uma identidade contra outra, a colocar a tónica nas nações, enquanto actores heróicos e distintos, a apresentar temas tipicamente «patrióticos»[39].

Mas, também, acentuadamente europeístas. Mesmo a história universal é estruturada e apresentada a partir de uma perspectiva marcadamente eurocentrista[40]. "A história dos outros continentes é muito pouco leccionada – e quando é, é-o com «efeito secundário» do conhecimento de actividades de «descobrimento e colonização» protagonizadas por povos europeus"[41]. Com os actuais programas e, consequentemente, com os manuais contemporâneos as memórias nacional e europeia não correm o risco de se extinguir ou diluir.

---

[36] TORMENTA, José Rafael – *Manuais escolares. Inovação ou tradição?* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996, p. 55.

[37] CALDEIRA, Arlindo Manuel – "Algumas notas sobre os programas de História no ensino básico, em tempo de revisão curricular". In: PROENÇA, Maria Cândida (coord. de) – *O sistema de ensino em Portugal. Séculos XIX – XX.* Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 141.

[38] RODRIGUES, António Simões – "Um manual de História da Europa. A construção de uma utopia? In: *Estudos do Século XX. Europa-Utopia/Europa-Realidade.* Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/CEIS20, 2002, número 2, p. 218.

[39] Veja-se a este propósito o estudo elaborado por AMARO, António Rafael; e outros – "Ensino da História: que conhecimento e que memória(s)?". In: *Revista de História das Ideias.* Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, volume 11, p. 652-654.

[40] Esta perspectiva acentuadamente europeísta pode justificar-se pelo facto de que até ao século XX a Europa ter sido o palco das grandes decisões. É curioso verificar que os próprios manuais dos países não europeus, dos continentes americano ou africando, não conseguiram escapar a esta linha europeísta. Veja-se a este propósito RODRIGUES, António Simões – ob. cit., p. 221.

[41] AMARO, António Rafael; e outros – ob. cit., p. 653.

As diversas rubricas programáticas tendem, ainda, a privilegiar, ao longo do estudo da evolução da humanidade, as grandes estruturas sócio-económicas, que se enquadram na *longue durée*, segundo o paradigma dos *Annales*. A situação só se inverte quando os programas retêm, ainda que por muito pouco tempo, o seu olhar sobre o século XX. Destacam então a história política, factual, fazendo recair a sua atenção sobre os grandes homens, reis, estadistas, ditadores, militares, estrategas de guerra, generais, que alcançaram «grandes feitos», essencialmente pela força das armas.

Mas, num tempo em que a sociedade e a cultura se tornam globais, assiste-se à identificação de novos conteúdos de ensino, que são considerados necessários para um mundo mais homogéneo. Os currículos devem mirar, cada vez menos, os Estados, os sistemas sociais e económicos, os indivíduos, para centrarem a sua atenção "nas minorias, nas mulheres, nas crianças, nas etnias e nas regiões"[42].

Assim, a reorientação dos currículos, no sentido de uma sociedade mais global do que nacional, envolve alterações, novas perspectivas curriculares, nomeadamente, a eliminação de algumas realidades do passado e a construção de um «novo mundo».

Por último, importa destacar, como já referimos, a escassa atenção atribuída à época contemporânea pelos programas e, consequentemente, pelos manuais escolares. A pouca valorização, o apagamento da contemporaneidade traduzem uma relação ainda difícil de estabelecer com a memória histórica mais recente, nomeadamente ao nível da abordagem dos acontecimentos e do retrato das figuras.

Só a partir de meados do século XX é que as estruturas programáticas demonstram uma maior atenção pelo estudo do contemporâneo. No entanto, o relegar para a parte final programas, já em si bastante extensos e acentuadamente descritivos e particularizados, leva a que, na prática, esse estudo não seja cumprido.

"O pouco relevo dado à história contemporânea poderá significar que continua a predominar uma atitude de reserva em relação a uma história problematizante e mais direccionada para a compreensão das sociedades humanas (as actuais e as passadas)"[43]. Ocorre-nos que esta situação só poderá ser alterada se a elaboração dos programas e dos manuais for repensada, se eles forem o produto da história de hoje em dia, ou seja, o programa e manual-método, construído sobre uma história actual, problema, social e globalizante[44].

Para além dos programas e da adequação dos manuais importa ainda considerar o rigor e a qualidade do discurso científico apresentado pelos livros escolares nos diversos níveis de ensino. Por rigor e qualidade entendemos a clareza, a compreensibilidade, a objectividade, a corroboração das afirmações, mas também a ausência de qualquer termo, conceito ou imagem ambíguo ou equívoco.

O rigor e a qualidade pedagógica do manual implicam o uso de uma linguagem clara na informação veiculada e nas actividades propostas, objectiva, correcta e adequada à faixa etária dos alunos. Sem esquecer, claro está, o respeito pelas convenções internacionais em matéria de simbologia científica.

---

[42] MEYER, John W. Meyer – "Globalização e currículo. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (eds.) – *A Difusão Mundial da Escola*. Lisboa: Educa, 2000, p. 25.

[43] AMARO, António Rafael; e outros – ob. cit., p. 654.

[44] Vide LAVILLE, Christian - "Le Manuel d'Histoire pour enfinir avec la version de l'equipe gagnante". In: MONIOT, Henri - *Enseigner l'histoire-Des manuels à la mémoire*. Berne: Peter Lang, 1984, p. 88.

Estes dois aspectos emergem ainda da consideração de elementos relacionados com a sua coerência externa e interna e ainda dos instrumentos e dos meios que, permitindo tirar o melhor proveito possível da obra e incentivando a sua utilização das mais variadas formas, facilitam e incentivam a aprendizagem. De entre estes salientam-se os indicadores pedagógicos referentes a normas de utilização, resumos, glossários, listas de termos e de símbolos utilizados, ilustrações, referências bibliográficas, exercícios, actividades de auto-avaliação, notas de rodapé, indicações sobre a organização e a calendarização das actividades propostas, etc.

De igual modo, os critérios de natureza técnico-tipográfica são também decisivos. Se, por um lado, o número de linhas, o espaçamento entre parágrafos, a mancha tipográfica, o tipo e o tamanho de letra podem, numa escolha adequada, facilitar a organização conceptual do que se está a transmitir, por outro, podem também, quando as opções feitas não são as mais apropriadas, (des)motivar para o processo de ensino e de aprendizagem.

Mas a qualidade dos manuais decorre igualmente da ausência de qualquer termo, conceito ou imagem duvidoso ou ambíguo. Enganos e incorrecções podem anular o esforço pedagógico mais bem intencionado e, por isso, a elaboração dos materiais pedagógicos deve centrar-se no objectivo (óbvio) do rigor, neutralizando erros, imprecisões e imagens cientificamente incorrectas e culturalmente distorcidas, que, por vezes, ainda surgem no oceano de informação que hoje nos rodeia.

Os manuais escolares devem evitá-los a qualquer custo. É que, para além da grande dependência dos professores em relação aos compêndios, eles são também, para muitos discentes, o único meio de contacto com o passado histórico colectivo e, consequentemente, com o presente e, logo, tomam como «verdades dogmáticas» o que neles está descrito.

## Conclusão

O manual escolar tem demonstrado, ao longo dos últimos séculos, a sua utilidade, não só para facilitar e organizar o trabalho do professor e do aluno, mas também para garantir à sociedade e ao Estado o cumprimento de objectivos, de programas e, logo, a transmissão de conteúdos considerados de necessária assimilação por parte das gerações vindouras. Ao serviço destes, tem desempenhado um papel fundamental na e para a construção da memória histórica colectiva.

No entanto, é necessária uma reflexão, uma problematização e uma avaliação das suas funções, do seu estatuto, do seu poder, dos seus efeitos, dos seus processos de concepção, de difusão e de apropriação. É importante que esse estudo se cumpra, para que mudanças reais, efectivas e prementes se possam introduzir na sua elaboração. Para que cesse o tão temido poder dos manuais escolares, "cujo controlo foi tentado ao longo dos últimos séculos por tantos tipos de poder político"[45]. Para que deixe de ser um produto acabado e se constitua como o resultado de uma história em movimento, relativa, aproximada, provisória[46]. Para que deixe de conter e ser ele

[45] TORMENTA, José Rafael – ob. cit., p. 11.

[46] Vide RODRIGUES, António Simões – ob. cit., p. 222.

mesmo representado e interpretado como sendo a verdade[47]. E se constitua, à semelhança da História, como de resto referiu o historiador Lucien Febvre, "como uma verdade de ensaio, destinada a ser posta em prova, em confronto com outras verdades"[48].

[47] Vide MAGALHÃES, Justino Pereira de – ob. cit., p. 283.
[48] Vide RODRIGUES, António Simões – ob. cit., p. 222.

# Literatura, Cultura e Representações

# Mito Sebástico
## Realidade e Supra-realidade

**Fernando Mendonça Fava**

FAVA, Fernamdo Mendonça – "Mito Sebástico – Realidade e Supra-realidade".
In: *Estudos doSéculo XX*, n.º 8 (2008), p 263-276.

**Fernando Mendonça Fava.** Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

## 1 – Introdução

Os Mitos, esses profundos mistérios, têm também uma história, dado que é o tempo e a memória dos homens que determinam o seu nascimento e regem a sua evolução. Para o mitólogo norte-americano, Joseph Campbell, os mitos são manifestações identificáveis em todas as culturas. São sonhos arquetípicos da humanidade, energias do Cosmos vertidas nas exteriorizações culturais humanas[1].

Na sua dimensão histórica, os mitos são fenómenos onde a longa ou muito longa duração dialogam com a curta e a média duração, com registos de recorrências, atenuações e/ou modificações que vão tendo lugar ao sabor de mudanças sociais e mentais. Regra geral, a sua génese e o seu crescimento operam-se a partir da incapacidade de os humanos lidarem racionalmente com determinadas realidades, buscando, fora delas, respostas para as suas angústias.

O *Sebastianismo*, manifestação messiânica que começou a ganhar corpo em Portugal durante o século XVI, insere-se nessa lógica. Com efeito, o último quartel de quinhentos foi palco de um conjunto de eventos e de comoções sociais e políticas suficientemente profundas para, contundirem fortemente o espírito e o orgulho da Nação e propiciaram o surgimento do chamado *Mito Sebástico*. Ao longo dos séculos, o fenómeno iria ter desenvolvimentos determinados por diferentes conjunturas político-sociais e sobretudo por novas e sucessivas maneiras de ver e de pensar o mundo dos homens. Mudando o pensamento, mudam naturalmente os olhares e as reflexões sobres os mitos, e por isso também estes vão sofrendo mutações e adquirindo novos significados que, pouco a pouco, se vão justapondo ao corpo original, alterando-o nos seus contornos, mas deixando sempre intacta a raiz essencial.

As primeiras cristalizações do Mito Sebástico centraram-se na figura de um herói, D. Sebastião, *O Desejado*, precisamente num contexto social de queda, de desgraça, mormente o da perda da nacionalidade. A semente, lançada pelas *Trovas do Bandarra*[2], tinha aí agora o solo onde poderia frutificar. Ao nascimento seguiram-se, naturalmente, fases de desenvolvimento nas dimensões histórica e a-histórica do mito, com maior ou menor poder de alojação psíquica e espiritual na sociedade portuguesa, mas sempre com a capacidade de determinar comportamentos colectivos, razão porque se tornou o próprio mito elemento fautor de história.

## 2 – Génese e Evolução do Sebastianismo em Portugal

O *Sebastianismo*, fenómeno psíquico e sociocultural português, nascido durante o século XVI, resulta de uma combinatória de vários factores, designadamente o declínio do Império; a presença viva na sociedade portuguesa de crenças messianistas e milenaristas; o aparecimento e divulgação das famosas *Trovas* do Bandarra; as

---

[1] Cf. CAMPBELL, Joseph – *El Héroe de las mil caras: psicoanálisis del mito*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980, p. 11.

[2] Gonçalo Anes Bandarra, sapateiro e profeta popular, natural de Trancoso, autor das *Trovas* incluídas no livro *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra*, editado por D. João de Castro em 1644.

singulares circunstâncias que rodearam o nascimento, a educação, o reinado e o desaparecimento do rei – menino, D. Sebastião; e a perda da independência nacional a favor de Castela.

O mito foi gerado a partir do sofrimento e da tragédia de um povo que chorava a queda de uma Nação, a sua, que havia sido pioneira da navegação oceânica, e nesse campo havia desencravado o mundo e construído um Império pluricontinental. A *Glória* de tais empresas havia emprestado algum sentido à ideia mística de que os portugueses eram um povo predestinado para cumprir na Terra uma missão traçada pelos Céus. Colocado então perante acontecimentos tão adversos, que não dominava nem entendia – definhamento da Carreira da Índia, abandono de praças militares no norte de África, desastre militar e morte do rei e ameaça e consumação da perda da sua independência – esse povo predispôs-se a aceitar, nessa sua incompreensão do real, explicações e soluções prodigiosas que, de algum modo, transformavam as angústias do presente em um necessário momento de passagem para um amanhã de redenção e de renovadas grandezas e glórias. Tudo isso a ser conseguido pela mão e pela acção de um Messias, de um Salvador.

Simultaneamente um desagravo e uma forma de superar os infortúnios, esta construção mental radicava nas ideias milenaristas e nos conteúdos messiânicos difundidos pelas religiões à data predominantes na sociedade portuguesa: o cristianismo e o judaísmo, provindas, ambas, do mesmo tronco teológico. Segundo essas ideias, sobretudo as que eram aportadas pelo messianismo judaico, os tempos de queda e de sofrimento funcionavam como catarse, ou seja, como transição purificadora e preparadora para tempos seguintes de paz, de grandeza, de esplendor, de bem-aventurança. Ora este era, sem dúvida, o terreno apropriado e fecundo para acolher e fazer florescer as célebres *Trovas* de Gonçalo Eanes, o Bandarra, onde profeticamente se anuncia a vinda de um rei (*semente del-rei Fernando*) que realizará esse sonho místico de restauração do Império e das glórias perdidas. Em si mesmas, as *Trovas*, feitas a partir de leituras de textos bíblicos e das profecias de Santo Isidoro de Sevilha (já aí se fala do *Encoberto*), à mistura com teses joaquimitas, conservavam algo do sentido dúbio e obscuro dos oráculos e por isso mesmo se prestavam às mais diversas interpretações e utilizações, dando azo a que, quase todos os portugueses, não obstante as diferenças sociais e religiosas existentes, nelas se revissem, e isso porque nas suas linhas prediziam aquilo em que todos queriam acreditar: a vinda de um rei predestinado (*O Encoberto*) e de um tempo novo de bem-aventurança e de retorno à honra, à fama e à glória.

O mito começou a ganhar forma, substância e espaço, ainda antes do nascimento da personagem que lhe dará o nome, gerando-se então uma ambiência mística que atingiria o seu paroxismo em torno das circunstâncias tão excepcionais que rodearam o nascimento desse príncipe, cuja vinda ao mundo era suficiente, só por si, para afastar, no imediato, a ameaça das pretensões unificadoras de Castela. Era esse o "bom Rei Encoberto"[3] que haveria de realizar as profecias contidas nas *Trovas*. A sua figura e os feitos épicos que haveria de cometer, foram cantados por poetas em jeito de vaticínio. Assim o fez Luís de Camões em Os *Lusíadas*: "Vós, ó novo temor da Maura

[3] Cf. AZEVEDO, João Lúcio de – *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, p. 23.

lança/Maravilha fatal da nossa idade/dada ao mundo por Deus, que todo o mande/ Pera do mundo a Deus dar parte grande"[4]. Assim o fez António Ferreira em carta a D. Sebastião onde diz: "Depois virá um tão ditoso dia,/Que as tuas Reais Quinas despregadas/*Na multidão de toda a Barbaria* [...][5].

Da educação deste príncipe tão "Desejado", recheada de excessiva religiosidade e de observação rígida do código de honra do guerreiro e do cavaleiro, resultaram valores e comportamentos que o aproximavam da misoginia e o impeliam irresistivelmente para o ideal de cruzada e de combate ao «infiel»[6]. Não se pode estranhar, pois, que um espírito assim moldado se tenha lançado na tresloucada e desaconselhada aventura de Alcácer-Quibir. No fundo, o imberbe D. Sebastião acaba por ser apenas o produto lógico e natural de um muito especial tempo histórico, concretizado num palco onde os actores, cegos quanto ao futuro, se voltaram para uma pretendida recuperação de um passado, não se apercebendo que esse era o caminho directo para a catástrofe. Quando ao reino chegou a notícia da morte de D. Sebastião, os portugueses não queriam acreditar, não podiam acreditar. Tanto mais assim que ninguém vira o rei morrer. E dessa recusa se alimentará o Mito, agora definitivamente centrado na figura do rei «misteriosamente» desaparecido nas areias africanas de Quibir. O povo agarrava-se a uma fé visionária, na qual D. Sebastião, entretanto retirado na *Ilha Encoberta*, um dia voltaria..., voltaria para dar à sua pátria e à sua gente as grandezas prometidas e cumprir todos os prodígios que dele eram esperados. Paradoxalmente D. Sebastião registava então dois predicados (opostos entre si): dentro da história ele fora o agente máximo da perdição (ainda que visto como instrumento do Divino); fora da história, ele era igualmente um agente máximo, mas da salvação. Desta forma se concluiria o processo de formação do *Mito Sebástico*, fenómeno que se enraizaria no imaginário dos portugueses de todas as condições sociais e que com o decorrer do tempo viria a adaptar-se a certas realidades e a ter leituras e interpretações diversas, por vezes colocadas ao serviço de interesses particulares ou de ideologias.

No século XVII, durante a dominação espanhola, a lenda do regresso do *Encoberto* alimentou muita literatura de inspiração patriótica como, por exemplo, as obras de Frei Bernardo de Brito e os *Sermões* do padre jesuíta António Vieira. Neste âmbito, funcionou como um esteio dos valores nacionais ou da afirmação da portugalidade no contexto do Império dos Áustrias e como alimento moral do projecto, nunca abandonado, de restauração da independência de Portugal, projecto que, como se sabe, veio a concretizar-se em Dezembro de 1640. Depois, à medida que o tempo foi passando e as anunciadas promessas ficavam por cumprir, começou a propagar-se a ideia, avançada pelo jesuíta António Vieira, de que o *Rei Encoberto* não seria forçosamente D. Sebastião, mas qualquer outro príncipe do seu sangue e seu herdeiro. No âmbito de uma tal leitura, os anseios transferiram-se para D. João IV, o rei saído da *Restauração*, circunstância que era apontada como um primeiro sinal dessa agora pretendida predestinação. Nesse mesmo mês de Dezembro de 1640,

[4] Ob. cit., Canto I, Estrofe 6.

[5] Cf. BRUNO, Sampaio – *O Encoberto*. Porto: Lello & Irmão, 1983, p. 79 (sublinhado no original).

[6] Luís Gonçalves da Câmara, padre jesuíta, foi o principal responsável pela educação de D. Sebastião.

em sermão de acção de graças pela libertação do reino, proferido pelo padre Francisco da Trindade, lente de Teologia no Colégio de Santo Agostinho, asseverava-se: "E pois Deos escolheo ao nosso Rey, será seu governo, governo do mesmo Deos"[7].

A verdade é que o simples facto de o movimento restauracionista se ter sagrado vitorioso fazia despontar nas mentes a ideia de que o tempo de salvação era chegado e o Messias estaria aí. O padre António Vieira, vindo do Brasil, desembarcou em Portugal em Abril de 1641 e logo se deparou com um país onde se vivia uma atmosfera de plena euforia messiânica. Uma febre mística apoderara-se das gentes portuguesas que, por todo o lado e nas mais pequenas coisas, teimavam em ver avisos enviados pelo Céu, sinais iniludíveis de que a «hora era chegada». Vieira, nos sermões que proferiu de 1642 a 1644, armado com as *Trovas* de Bandarra, foi antevendo e prometendo o Império do Mundo (o *Quinto Império)* para Portugal e para D. João IV, nisso se posicionando como adversário dos sebastianistas, ou seja, dos que teimavam em esperar a salvação na pessoa de D. Sebastião e designadamente contra todo o trabalho de exegese das *Trovas do Bandarra* feito por D. João de Castro.

O autor dos *Sermões* afirmava, muito habilmente, que, no então muito difícil contexto da afirmação de Portugal como nação independente, a existência desses sebastianistas era obra de Deus, na medida em que, inconscientemente, cumpriam uma missão importante e insubstituível. É que, dizia Vieira, desviando a atenção dos inimigos para a figura de um rei já morto, os sebastianistas ortodoxos estavam, dessa forma, servindo a causa do rei vivo. E, no seu engano, eles estavam desempenhando um importante papel, decerto inspirado pelo Céu, e mercê disso, o verdadeiro e futuro restaurador da independência e grandeza de Portugal, D. João IV, podia desenvolver a «descoberto» a sua «encoberta» acção, ou, citando Vieira: "dissimulado a evidências, e encuberto a olhos vistos!"[8].

Em boa verdade, sempre o grande orador se esforçou por secundarizar o sebastianismo propalado pelos adeptos de D. Sebastião e por integrá-lo no *Plano Divino,* mais vasto, da redenção de Portugal e do Mundo. No *Sermão dos Bons Anos*, pronunciado no dia 1 de Janeiro do ano de 1642, Vieira defende que D. João IV é o verdadeiro *Encoberto* e que se mais cedo não intercedeu pela remissão do seu povo isso foi devido apenas à vontade de Deus e não à dos homens. Chegada a morte de D. João IV em 1656 e continuando por cumprir o sonho imperial e a redenção, de novo Vieira inscreve os acontecimentos na ordem do *Plano Divino* por si defendido. e se, numa primeira fase, começa por vaticinar a ressurreição de D. João IV, depois, sempre animado de uma inquebrantável fé, vai prometendo sucessivamente o *Mito do Quinto Império* nas pessoas de D. Afonso VI, D. Pedro II e nos descendentes deste.

Entrado o século XVIII, o ouro do Brasil e o reinado opulento de D. João V e a posterior acção, esclarecida e enérgica, do ministro de D. José, Sebastião de Carvalho e Melo, remetem o *Mito Sebástico* para um relativo apagamento, muito embora ainda ele se mantivesse vivo entre o povo miúdo, que bem pouco proveito tirava da prosperidade

[7] "Sermão pregado no Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a 12 de Dezembro de 1640". In: CANTEL Raymond – *Profetismo e Messianisme dans l' Oeuvre D'Antonio Vieira.* Paris: Ediciones Hispano – Americanas, 1960, p. 93.

[8] "Sermões do Padre António Vieira". In: CANTEL, Raymond – ob. cit., p. 97.

trazida pelo ouro do Brasil ou das medidas políticas do iluminado Marquês de Pombal. Também os efeitos do pensamento iluminista, que então também se fizeram sentir em Portugal, contribuíram, não pouco, para o abrandamento do mito.

Porém, logo no início do século seguinte, a crença reacende-se com força aquando da primeira invasão francesa, que teve o efeito de ressuscitar terrores antigos. O facto dará origem à prosa virulenta do ex-frade agostiniano e desbragado foliculário José Agostinho de Macedo, que, no seu libelo intitulado *Os Sebastianistas, Reflexões Sobre esta Ridícula Seita*, afirmava então que o Sebastianismo não passava de uma infundada crença de um povo de ignorantes e que todo o adepto dessa crença era um «mau cristão, um mau vassalo, um mau cidadão e o maior de todos os tolos». Esta ressurgência do mito merecerá, mais tarde, o seguinte comentário, da parte de Sampaio Bruno: "os jarretas vão para o alto de Santa Catarina ver navios, esperançados em que entre enfim no rio a nau encantada a cujo bordo, emergindo do nevoeiro vem o Lohengrin vingador da justiça agravada de um povo todo"[9].

Será bom notar que neste século XIX a fé sebástica já não é sustentada somente pela ideia da vinda de um Messias personificado, posto que nos tempos que antecedem a instauração do liberalismo, muita gente em Portugal, ardendo em febre messiânica, clamava pela «Santa Constituição» que viria livrar a Pátria de todos os males. Idêntico fenómeno se verificaria, posteriormente, quando, na viragem do século se pretendia ver na República o amanhã *desejado* para uma Nação em hora de «nevoeiro». Varrido pela ideologia liberal, o *Mito Sebástico* sofre uma evolução que pouco a pouco o despega de uma realidade comum aos hábitos e pensares dos cidadãos e o transporta para os domínios da literatura. É o *Romantismo* que, agradado da natureza e da popularidade do tema, opera essa mudança e cria o ambiente necessário para que o mito venha, a par da expressão dos sentimentos messiânicos de um povo, a tomar a feição de um assunto eminentemente cultural, prosperando sobretudo nos campos da História, da Filosofia e da Poesia. O tema virá a revelar-se um filão inesgotável. Muitos serão os autores a experimentarem uma irresistível atracção pelo *Herói Sebástico* e pela *Quimera do Quinto Império*. Vejamos apenas alguns desses autores, nas páginas que se seguem.

## 3 – O Mito Sebástico em Oliveira Martins

Dos historiadores do século XIX foi, sem dúvida, Oliveira Martins aquele que mais atenção dedicou ao Mito Sebástico. Para Martins é de um fundo étnico celta existente no povo português que provém o *Sebastianismo*. Em sua opinião, ao constatarem-se as coincidências existentes entre o mito celta de Artur Pendragon (o *Rei Artur da Távola Redonda*, encoberto nas névoas da Ilha de Avalon), e o mito português do *Encoberto* (D. Sebastião, desaparecido nas plagas de Alcácer) outra coisa não nos é dada a entender senão a de que o elemento rácico celta se encontra na origem da formação do nosso povo, posto que "os seus frutos ingénuos e espontâneos têm a cor e a forma dos produtos dessa raça"[10].

---

[9] BRUNO, Sampaio – ob. cit., p. 228.

[10] MARTINS, Oliveira – *História de Portugal.* 16ª edição. Lisboa: Guimarães Editores, 1972, p. 372.

Segundo as suas próprias palavras, Martins propõe-se fazer «a história ao inverso», isto é, a partir dos dados oferecidos pelo presente, mergulhar no passado. Porque "com os movimentos da íntima psicologia e com a história dos sentimentos inconscientes da nação, é que o observador pode penetrar no fundo das origens étnicas, por toda a parte encoberta com as superfetações sucessivas das influências estranhas do acaso, da vitalidade das tradições"[11]. Seguindo esta metodologia, conclui que a «esse fogo céltico que arde no fundo da alma nacional» devem os portugueses a sua natural propensão para a sentimentalidade, para um heroísmo puro e ingénuo, para a poesia e para uma religiosidade natural. Traços étnicos primordiais que foram abafados por uma nacionalidade cuja definição não obedecera a determinações naturais, antes decorrera do ânimo e da acção de homens apostados em erigir uma unidade política num espaço onde existiam populações de diferentes origens rácicas.

A nacionalidade é assim, em Martins, uma construção artificial operada pela História, isto é, pela Vontade dos primeiros portugueses e dos que, a seguir, empreenderam a *Epopeia*. Quebrada essa Vontade no século XVI, emerge a Nação, ou seja, a expressão natural e não controlada do substracto étnico primitivo. E, na hora da desgraça, "a alma religiosa da nação, retraindo-se ao seu âmago íntimo, criando espontâneamente uma fé, ao lado do catolicismo dogmático e transcendente, importado e mal definido nas consciências, constrói essa fé com os materiais conhecidos das antigas religiões naturalistas dos celtas [...]"[12].

Como afirma Fernando Catroga, "dir-se-ia que, também para Oliveira Martins, como mais tarde para Durkheim, os agudos períodos de crise seriam propícios ao aparecimento de novos cultos, pois, numa certa perspectiva, o sebastianismo parecia impor-se como uma espécie de nova religião"[13]. De acordo com Oliveira Martins, os portugueses, à boa maneira céltica, fizeram de Sebastião (sucessivamente ressurgido em algo ou alguém que evocasse a essência do *Desejado*) não um Deus, mas uma Lenda, um Mito, onde buscavam uma salvação que já não tanto esperavam dos homens – reis e heróis. E nisso, o "Sebastianismo era, pois, uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do génio natural íntimo da raça, e uma abdicação da história"[14].

E no entanto, o consciente e informado Oliveira Martins, historiador, terá sido tocado, ele próprio, pela fé messiânica ao entrever um *Desejado* na pessoa de D. Pedro V, esse príncipe tão diferente de outros e em quem Portugal, sobretudo o povo, depositou tantas esperanças. Um rei que queria libertar a sua nação. E Martins, homem intelectual e político, permanentemente assaltado pela ideia da necessidade de encontrar um instrumento e um caminho para regenerar Portugal, não pôde deixar de ficar impressionado com a postura grave e as atitudes do jovem rei a quem o povo chamava santo. Repare-se nas suas palavras (de Martins): "Veio um rei, espécie de D. Sebastião liberal, também anacrónico, e Herculano acaso teve ainda alguma esperança. Amou-o. «Se eu tivesse um filho e me morresse não

---

[11] Idem, *Ibidem*, p. 371-372.

[12] Idem, *Ibidem*, p. 372.

[13] CATROGA, Fernando – "História e Ciências Sociais em Oliveira Martins". In: Torgal Luís; Mendes, José Amado; Catroga, Fernando – *História da História em Portugal*. S.L.: Temas e Debates, 1998, volume I., p. 172.

[14] MARTINS, Oliveira – ob. cit., p. 374/375.

me custava mais a morte dele do que me custou a daquele pobre rapaz!» Mas D. Pedro V acabou cedo, moço: foi-se como uma aparição, levado numa onda de lágrimas; e o filósofo preparou-se para morrer, enterrando-se num exílio voluntário"[15].

## 4 – O Mito Sebástico em Sampaio Bruno

Quem ler o livro de Bruno, *O Encoberto*, não pode deixar de se admirar com a espantosa erudição aí revelada, fruto, decerto, de uma extraordinária capacidade intelectual e de uma vida dedicada ao estudo honesto, profundo, competente, por parte do pensador portuense. A sua prosa, labiríntica, nunca fácil, tem levado muitos autores a desistir de o estudar. Por essa razão Sampaio Bruno é um pensador e um autor pouco conhecido, ou, talvez melhor, não tão conhecido quanto os seus merecimentos o justificariam. Sobre esta questão diz José Marinho o seguinte: "Todos os investigadores que numa atenção compreensiva pretenderam informar-se do que é o sebastianismo, encontram em seu caminho este livro considerado entre os mais difíceis que Bruno nos legou. [...] Até agora, o interesse dos pensadores que se ocuparam do autor de *O Encoberto* voltou-se menos para esta obra"[16].

Neste seu livro, Bruno critica ferinamente Oliveira Martins, manifestando a sua inteira discordância em relação às teses por este defendidas quanto à origem e formação do *Mito Sebástico*. Em seu entender, não é privativo da cultura céltica a alegoria da Ilha Incógnita, sendo, por outro lado, cientificamente pouco sustentável a sua teoria histórica de que o sebastianismo emana de características comportamentais das gentes portuguesas determinadas por factores de natureza étnica[17]. E acrescenta que Martins confundiu sebastianismo com messianismo, fenómenos diferentes na sua essência e origem. Considera Bruno que o primeiro é manifestação ridícula de alguns maníacos filiados em Bandarra e o segundo, reputadamente intangível, é símbolo de dignidade colectiva, com raízes no juramento do fundador da Nação, D. Afonso Henriques.

Em Bruno, passados que foram os plausíveis limites temporais de uma possível existência de D. Sebastião para além do desastre de Alcácer, o sebastianismo enquanto crença foi «uma aberrante maluquice» professada por alguns (poucos) alienados. É, segundo diz, um tipo de fenómeno que os estudiosos e especialistas do assunto classificam como de «loucura obsidional», não deixando de ser sintoma de tal demência colectiva o facto de em Portugal a «tineta sebastiânica» se esbater em momentos de prosperidade e de abastança e se reacender nos momentos contrários, isto é, de crise, de miséria, de desmoralização.

Para Sampaio Bruno o estádio de progresso e de civilização de um povo afere-se pelo estado de desenvolvimento da sua moral e costumes. A essa luz, considera Portugal uma nação decadente porque dada à crueldade e à intolerância, sendo disso prova evidente a preferência dos portugueses por espectáculos degradantes como os

---

15 MARTINS, Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1986, volume II, p. 240.
16 MARINHO, José – *Nova Interpretação do Sebastianismo e Outros Textos*. Lisboa: INCM, 2003, p. 187.
17 Cf. BRUNO, Sampaio – ob. cit., p. 7.

autos de fé e as touradas. Aponta como causas imediatas dessa decadência a Inquisição, o Jesuitismo e o Individualismo. A propósito conta-nos Bruno que, perguntado em Paris sobre o que pensava dos portugueses, Lord Tirawley, embaixador de Inglaterra em Lisboa respondeu: "O que é que se há-de pensar de um povo a metade do qual está à espera do Messias e a outra metade à espera de um rei chamado Sebastião que morreu há duzentos anos?"[18]

Diz o autor de *O Encoberto* que as constantes efabulações arquitectadas pelos sebastianistas tiveram sempre na sua base a profecia bíblica do *Quinto Império de Daniel*, adaptada esta a uma versão destinada a Portugal, porém essas transcendentais crenças nos destinos superiores da pátria acabaram por esbarrar na racionalidade das luzes e do pensamento crítico do século XVIII, transformando-se por isso e aos olhos da geração romântica liberal portuguesa em manifestações grotescas e desprovidas de senso do real. E, assim vistas, foram, severamente caricaturadas por autores como Garret, Latino Coelho e Luís Palmeirim, entre outros. Com maior permanência junto do povo onde a conservação das tradições é superior, essas manifestações não deixaram de ser, por parte deste, também motivo de sátiras e sarcasmos, de que é exemplo cavalhadas havidas no Porto por ocasião do Entrudo, parodiando o regresso de *D. Sebastião* da fantástica *Ilha Encoberta*.

Posicionando-se assim contra aquilo a que chama «sebastianismo – sebastianismo», Bruno concede, no entanto, valor de ideia vital ao *Mito Sebástico* em si, ou seja, ao mito que sai para fora da história, não se reportando a um homem ou a um povo, antes atingindo uma dimensão cósmica e uma razão messiânica que se consubstanciam na redenção do homem e, através deste, na redenção universal. Nesta perspectiva, *O Mito* transporta pois uma proposta de libertação que não se destina somente ao povo português, mas a toda a humanidade. E a ascensão do *Sebastianismo* a esta grandeza confere-lhe a qualidade de símbolo de uma ansiada e desejada perfectibilidade humana. É que, aperfeiçoando-se e libertando-se, o homem aperfeiçoa e liberta o seu semelhante. É por isso que Sampaio Bruno diz: "Dissipe-se a nuvem que encobre o herói. O herói não é um príncipe predestinado. Não é mesmo um povo. É o Homem"[19]. E, em remate optimista, afirma: "o mundo moral avança" e (...) em todo o mundo a Paz será"[20].

## 5 – O Mito Sebástico em Fernando Pessoa

A 8 de Setembro de 1914, Fernando Pessoa escreveu a Sampaio Bruno, pedindo informações e indicações sobre a temática do *Sebastianismo*, uma vez que, reputadamente, Bruno era um especialista no assunto e, na generalidade, tido como um mestre pelos homens da *Renascença Portuguesa*[21]. Não se sabe se a carta de Pessoa teve resposta, o que se sabe, isso sim, é que começam então os estudos de Fernando

[18] Idem, *Ibidem*, p. 11.
[19] Idem, *Ibidem*, p. 332.
[20] Idem, *Ibidem*, p. 333-334.
[21] Ver QUADROS, António – *Fernando Pessoa, Vida Personalidade e Génio*. Lisboa: D. Quixote, 1992, p. 236-237.

Pessoa sobre o *Sebastianismo*. O Poeta dá-se então a leituras ciclópicas que compreenderam as *Trovas* do Bandarra, as profecias de Nostradamus, as obras de Camões, de D. João de Castro, do Padre António Vieira e, naturalmente, de Sampaio Bruno. Partindo dessas bases e das suas próprias reflexões, cria uma visão muito pessoal do *Mito Sebástico*, na qual valoriza as figuras carismáticas da nossa história, elevando-as à excelência de heróis civilizadores, ou mesmo à categoria de semideuses. Como ele próprio afirma, num texto de 1917, citando Píndaro[22]: "A Raça dos Deuses e dos homens é uma só"[23].

É ao abrigo destes pressupostos que, em 1918, ele se entusiasma pela figura de Sidónio Pais e nela pretende ver, mais que o homem e o político, uma reencarnação do *Encoberto*. Quando, sem nada fazer do que dele era esperado, Sidónio morre a 14 de Dezembro de 1918, Pessoa compõe uma *Ode à Memória do Presidente-Rei*, de que destacamos os versos seguintes:

> «Flor alta do paúl da grei / Antemanhã da Redenção / Nele uma hora encarnou el-rei / Dom Sebastião».
>
> «E no ar da bruma que estremece / (Clarim longínquo matinal!) / O Desejado enfim regresse / A Portugal». [24]

É este o seu primeiro poema sebastianista onde em uma figura guindada ao primeiro plano da história nacional se deseja ver uma reencarnação do *Desejado*. A sua ânsia no ressurgimento da pátria levou-o, mais tarde, a ver no movimento militar de 28 de Maio de 1926 um segundo advento do *Encoberto*. Escreve então o seguinte: "(...) não creio que antes de uns dez anos, a contar de agora, o povo português venha a perceber do que se trata, da importância do caso. Então (e só então) se verá que estava certa a profecia do Bandarra"[25].

Para Pessoa, D. Sebastião morrera em Alcácer-Quibir, porém não morrera a verdade mítica que nele se encerrava e que, evoluindo, elevou-se às alturas de mito nacional de regeneração. E transportando a ideia para o plano operativo, Pessoa procura a reencarnação, o «avatar» daquela verdade que não havia morrido ou, por outras palavras, o ressurgimento nacional através do herói eleito:

> "Onde quer que, entre sombras e dizeres, / Jazas, remoto, sente-te sonhado,/ E ergue-te do fundo de não-seres / Para teu novo fado"[26].

Simbolicamente, este D. Sebastião é Portugal, um Portugal que, com ele, perdera a sua grandeza e que só voltará a tê-la com o seu regresso, no qual, segundo o poeta, se deve confiar porque (recorre à teoria da metempsicose): "A alma é imortal

---

[22] Píndaro, 518 a 438 AC, foi considerado o príncipe dos poetas líricos gregos. Os seus *Epinícios* celebram os atletas vencedores dos Jogos Olímpicos.

[23] PESSOA, Fernando – *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*. Lisboa: Edições Ática, 1966, p. 229.

[24] PESSOA, Fernando – *Poemas*. Lisboa: Edições Comunicação, 1986.

[25] PESSOA, Fernando – *Sobre Portugal*. Lisboa: Edições Ática, 1979, p. 174-175.

[26] PESSOA, Fernando – *A Mensagem*. Porto Alegre: Edições Caravela, 1989, p. 48.

e, se desaparece, torna a aparecer onde é evocada através da sua forma; morto D. Sebastião (o corpo), se conseguirmos evocar qualquer coisa em nós que se assemelhe à forma do esforço de D. Sebastião, ipso facto o teremos evocado e a alma dele entrará para a forma que evocámos (...)" [27].

Um regresso que é necessário para *Cumprir Portugal*: "Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. /Senhor, falta cumprir-se Portugal"[28]. Esta uma asserção que se prende directamente com o conceito de *Quinto Império* em Fernando Pessoa. É que da interpretação que faz de Bandarra e de Nostradamus, o *Quinto Império* será atribuído a Portugal. Um Império que não será territorial, antes será um Império Espiritual e Cultural. E diz Pessoa: " (...) todo o Império que não é baseado no Império Espiritual é uma Morte de pé, um Cadáver mandando. Só pode realizar ultimamente o Império Espiritual a nação que for pequena, e em quem, portanto nenhuma tentativa de absorção territorial pode nascer, com o crescimento do ideal nacional, vindo por fim a desvirtuar e a desviar do seu destino espiritual e original imperialismo psíquico"[29]. Cimentando as suas proposições, afirma que este *Quinto Império* será português porque Portugal tem uma língua apta para o efeito e com capacidade imperial, criadora de escritores de génio e com bases para se poder expandir. Será "um imperialismo de gramáticos, o qual dura mais e vai mais fundo que o dos generais"[30].

São concepções como estas que levaram Pessoa a considerar a possibilidade de, afinal, o *Encoberto* ser ele próprio, Fernando Pessoa, aceite que era a ideia de lhe estar atribuído um papel proeminente na cultura portuguesa. Até então os verdadeiros obreiros de civilização haviam sido intelectuais como Camões ou Shakespeare. Acreditando no ressurgimento pátrio ligado à vinda de um Super-Camões, consciente do seu próprio génio literário e também do seu estatuto de *homo poeticus*, *primus inter pares* junto dos escritores seus contemporâneos, Pessoa cria-se como o avatar em que aquela ideia encarnava. Daí ter-se deixado absorver pela convicção de ser um enviado do *Alto* com uma mensagem de redenção para Portugal. De resto, essa conclusão também resultava da leitura e da interpretação que fazia das *Trovas* de Bandarra e da *Kabbalah* onde achara como decisivo o ano de 1888, ou seja o do seu próprio nascimento. Esta é contudo uma ilusão que rapidamente abandona, vindo a confessar posteriormente ter criado, na sua mente, mais um falso D. Sebastião.

Fernando Pessoa que se definia a si próprio como um neo-pagão, defendeu que o *Sebastianismo* deveria constituir a verdadeira religião nacional, visto que se funda num mito que nos é muito mais familiar que o mito judeu do cristianismo. A *Religião Sebastianista*, onde se reuniriam o paganismo, o anticristianismo e o nacionalismo universalista, seria o cimento universal do Novo Império, o *Quinto*. "Um ecumenismo religioso capaz de fundir todas as religiões portuguesmente no Paganismo Superior"[31]. É por isso que pede aos portugueses que troquem Fátima por Trancoso[32].

---

[27] PESSOA, Fernando – *Sobre Portugal...*, p. 202.
[28] PESSOA, Fernando – *A Mensagem...*, p. 32.
[29] PESSOA, Fernando – *Sobre Portugal...*, p. 225.
[30] Idem, *Ibidem*, p. 240.
[31] Idem, *Ibidem*, p. 245/246.
[32] Cf. QUADROS, António – *Fernado Pessoa, Vida, Personalidade e Génio...*, p. 243.

O Sebastianismo de Pessoa é uma manifestação ímpar de um pensamento onde se casa a estética literária com o desejo de regenerar e glorificar a Pátria. Nesse terreno a acção do poeta é marcada por uma intenção operativa de procura de um efeito mágico que possa operar uma síntese entre a profecia e a realização alquímica da mesma. Partindo da verdade mítica pretende atingir com a palavra o redescobrimento e realização de *D. Sebastião* em uma encarnação que cumpra a profecia de Daniel, agora porém, na versão quintessencial de Fernando Pessoa. O *Encoberto* de Pessoa é antropogónico, pois que procura a materialização humana do *ser-ideia* insistentemente requerido na sua obra.

## Conclusão

Ao longo das páginas anteriores, foi feita uma tentativa de delineamento histórico e de interpretação dessa grande questão eminentemente nacional que foi (é) o *Mito Sebástico*. Tal não se revelou uma tarefa fácil, dada a natureza algo subjectiva do tema, a permanência plurissecular do mesmo e o extenso número de autores que o abordaram ou dele se ocuparam. Não sendo pois possível, por razões evidentes, fazer no âmbito do presente trabalho, uma abordagem mais larga e circunstanciada, foi necessário ser-se selectivo quanto aos autores a apreciar como mais representativos do tratamento deste temática, correndo embora o risco de, quanto a este aspecto, se tomarem decisões menos justas.

Procurou-se, primeiramente, buscar as origens e a evolução do tema proposto, para em seguida se entrar na apresentação dos autores seleccionados, presuntivamente considerados como importantes, mercê dos trabalhos que desenvolveram nos campos literário e/ou literário/científico. Diligenciou-se, obviamente nos limites de uma análise pessoal sujeita a contestações, entender-se-lhes os pensamentos e as propostas, colocando em evidência tudo aquilo que se mostrou como essencialmente mais significante desses mesmos pensamentos e propostas. Na exposição feita, apenas um outro pormenor, porventura menos divulgado, pode ser, para um ou outro leitor, considerado novidade. No demais e em termos históricos, nada de novo se está a apresentar, nem era tal o propósito deste trabalho que apenas pretende ser um modesto contributo para a dilucidação de um Mito que ainda hoje está vivo. Em tempo de deliquescência dos valores tidos como civilizacionais, no meio do achatamento geral – político, económico, cívico, ético, cultural, ... – quantos portugueses não continuam, incorrigivelmente, à espera de um qualquer *D. Sebastião*?

## BIBLIOGRAFIA


AZEVEDO, João Lúcio de – *A Evolução do Sebastianismo.* Lisboa: Editorial Presença, 1984.

BESSELAAR, José Van Den – *O Sebastianismo – História Sumária.* 1.ª Edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

BRUNO, Sampaio – *O Encoberto.* Porto: Lello & Irmão, 1983.

CAMPBELL, Joseph – *El Héroe de las mil caras: psicoanálisis del mito.* México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

CANTEL, Raymond – *Prophetisme et Messianisme dans l'Oeuvre de António Vieira.* Paris: Ediciones Hispano - Americanas, 1960.

Idem – *Le Messianisme dans la Pensée Portugaise du XVI ème Siècle à nos Jours.* Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1970.

CASTRO, D. João de – *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso.* Porto: José Lopes da Silva, 1901.

COELHO, Jacinto do Prado – "D. Sebastião e o Sebastianismo". In: *Dicionário de Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira.*

*Dicionário de História de Portugal.* SERRÃO, Joel (dir.). Porto: Livraria Figueirinhas, s.d.

GARRETT, Almeida – *Frei Luís de Sousa.* 7.ª Edição. Lisboa: Livraria Didáctica, 1973.

MARINHO, José – *Nova Interpretação do Sebastianismo e Outros Textos.* Lisboa: INCM, 2003.

MARTINS, Oliveira – *História de Portugal.* Lisboa: Guimarães Editores, 1972.

Idem – *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Guimarães Editores, 1986.

PESSOA, Fernando. *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação.* Lisboa: Edições Ática, 1996.

Idem – *Sobre Portugal.* Lisboa: Edições Ática, 1979.

Idem – *A Mensagem.* Porto Alegre, Edições Caravela, 1989.

QUADROS, António – *Fernando Pessoa, Vida, Personalidade e Génio.* Lisboa: D. Quixote, 1992.

SÉRGIO, António – *Ensaios: Interpretação Não Romântica do Sebastianismo.* Porto: Renascença Portuguesa, 1920, tomo I.

SERRÃO, Joel – *Sampaio Bruno: prosa.* Rio de Janeiro: Edições Agir, 1960.

Idem – *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal.* 3.ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

Idem – *Sampaio Bruno, O Homem e o Pensamento.* Lisboa: Inquérito, 1958.

SIMÕES, João Gaspar – *Vida e Obra de Fernando Pessoa.* 3.ª Edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal.* S.L.: Temas e Debates, 1998, volume I.

# O mito da Atlântida nas leituras historiográficas do nacionalismo monárquico

**Miguel Dias Santos**

SANTOS, Miguel Dias – "O mito da Atlântida nas leituras
historiográficas do nacionalismo monárquico".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 277-291.

**Miguel Dias Santos.** Professor na Escola Secundária de Peniche. Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

As leituras historiográficas do nacionalismo monárquico estão impregnadas de elementos míticos, facto que levou Paulo Archer de Carvalho a escrever, a propósito do integralismo lusitano, que a sua historiografia é de "validade nula ou escassa", pois nela predomina uma "profusa mitografia" de amadores empenhados numa "oficina de reparações culturais"[1]. A sua análise pode estender-se a outros ideólogos do nacionalismo monárquico, movimento que teve a sua génese e desenvolvimento no decorrer da conjuntura da I Guerra Mundial. Figuras centrais do movimento realista, militando no campo tradicionalista, miguelista ou simplesmente conservador, como foram os casos de Alfredo Pimenta, Caetano Beirão e os antigos oficiais do exército, como Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e João de Almeida, todos produziram narrativas e textos ideológicos de pendor historiográfico[2].

Concebidas durante a guerra, as suas narrativas revelam a emergência do discurso antimoderno que repensava os conceitos de Nação e de Pátria gerados no século XIX à sombra da Revolução e do liberalismo. Repudiando a Revolução como dimensão inconciliável com aqueles valores[3], o nacionalismo integral via a nação como "comunidade atemporal" cuja legitimidade residia na preservação de uma herança histórica e que tinha a sua máxima expressão no seu carácter eterno[4]. A solidariedade de gerações traduzia-se no culto das tradições e do seu património ancestral e por essa via na afirmação de uma continuidade que as práticas modernas tinham abolido. A esse propósito escreveu Paiva Couceiro:

> A Pátria tem um espírito e um carácter, que se revelam na série das suas acções pelos anos fora. [...] Identificando-se portanto com o Patriotismo e traduzindo ambos o instinto de conservação da vida, que, nessa continuidade do seu próprio sentir, querer e pensar, vê a continuidade de si mesma, ao longo das gerações seguintes, quer dizer a imortalização da alma individual dentro das permanências inalteradas da Pátria companheira do Tempo na sua marcha eternamente duradoura[5].

Se a modernidade se traduziu pela emancipação do indivíduo e da sua capacidade de construir o seu destino, aquilo a que na expressão de Habermas significava a estruturação do espírito subjectivo e a sua "emancipação" das "formas tradicionais de vida"[6], o nacionalismo conservador ancorava-se na revalorização das "dependências ancestrais", no culto dos antepassados, e no reforço do espírito colectivo. Os nacionalistas lusos, na esteira do positivismo reaccionário de Maurras, Maurice Barrès,

---

[1] Cf. CARVALHO, Paulo Archer de – "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista". In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/ Faculdade de Letras, 1996, vol. 18, p. 237.

[2] O predomínio deste discurso antimoderno no campo monárquico é objecto de um estudo mais vasto que estamos a desenvolver subordinado ao tema "Antiliberalismo e contra-revolução em Portugal (1910-1919)".

[3] Cf. SARDINHA, António – *O Valor da Raça. Introdução a uma Campanha Nacional.* Lisboa: Almeida Miranda Sousa, 1915, p. 59.

[4] Cf. THIESSE, Anne-Marie – *A Criação das Identidades Nacionais.* Lisboa: Temas e Debates, 2000, p. 20.

[5] COUCEIRO, Henrique de Paiva – *A Democracia Nacional.* Coimbra: Ed. de autor, 1917, p. 99.

[6] Cf. HABERMAS, Jurgen – *O Discurso Filosófico da Modernidade.* Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990, p. 89.

mas também do Renan da célebre conferência "*O que é a Nação*" (1882)[7] defendiam a teoria de que a história revelava um "canto sagrado", uma solidariedade entre gerações e uma "fé na terra e nos mortos"[8] que constituía a herança da tradição. Leitor de Barrès e ainda fiel à sua própria formação positivista, António Sardinha expôs assim a sua ideia de tradição:

> Somos tradicionalistas. Mas ser tradicionalista não é encerrar-nos na contemplação saudosa do Passado. É antes reconhecer a contínua sucessão dinâmica em que a história se coordena entre si, efectuando a solidariedade dos Mortos com os Vivos, segundo a visão admirável dos melhores conceitos de Auguste Comte[9].

A história e o tempo histórico eram então os campos fecundos para a teorização nacionalista, como já o foram no decorrer do século XIX[10]. Foi já suficientemente demonstrado, por Paulo Archer de Carvalho, o papel do eterno retorno na elaboração dos mitos historiográficos do Integralismo Lusitano. Visto como expressão da "escravização ao tempo", própria do tempo cíclico, traduz-se em Portugal numa "memória residual e resistente" em torno da sua consciência deprimida e de que resultaram as "paranóias regeneradoras"[11]. Paulo Archer de Carvalho já mostrou como esta historiografia resultou do facto dos intelectuais do integralismo aceitarem que possuíam uma visão autêntica da história, que lhes permitia "a legibilidade à luz de um preestabelecido plano providencial"[12]. A sua construção da memória traduziu-se na releitura historiográfica do período liberal, vislumbrando na monarquia liberal e na república a representação "contemporânea do pecado original". Como consequência, os integralistas elaboraram toda uma "mitologia fundadora" que, perscrutando as origens, conduziria à formação de uma "ordem eterna", libertando Portugal e a Europa da crise e da decadência[13].

Outro sector nacionalista importante, protagonizado por antigos oficiais africanistas, como Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e João de Almeida, desenvolveu uma vasta mitologia imperial e civilizadora que encontrava na história colectiva a confirmação de um "génio especial" e na expansão ultramarina a consumação de uma "fatalidade étnica"[14].

---

[7] Cf. COUCEIRO, Henrique de Paiva – ob. cit., p. 101.

[8] STERNHELL, Zeev – *Maurice Baurrès et le Nationalism Français*. Paris: Fayard, 2000, p. 320-321.

[9] SARDINHA, António – ob. cit., p. 152. Paiva Couceiro resumia também a força da tradição a essa "herança" de "um grande património de sacrifícios, experiências e conhecimentos", que constituía, afinal, o "governo dos mortos". Cf. COUCEIRO, Paiva – ob. cit., p. 115.

[10] Leia-se MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

[11] Cf. CARVALHO, Paulo Archer de – "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista". In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/ Faculdade de Letras, 1996, vol. 18, p. 231.

[12] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 234.

[13] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 235.

[14] Veja-se SANTOS, Miguel Dias – "Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas". In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, n.º 3, p. 88-112.

Tal como os integralistas, as leituras pretensamente historiográficas dos diferentes segmentos do pensamento realista tomavam como ponto de partida o sentimento e a cultura de decadência que em Portugal e na Europa do fim do século XIX se tinha apossado de certas elites culturais[15]. Em Portugal, como em França sob a égide de Maurice Barrès[16], o nacionalismo monárquico pretendia assumir-se, afinal, como reacção a essa consciência deprimida. Mas então deixava de ser um sentimento ou estado de espírito corrente entre uma certa intelectualidade, para se transformar numa ameaça real à existência e independência do país, no contexto do expansionismo europeu e muito particularmente da vizinha Espanha[17]. Autores como Paiva Couceiro, João de Almeida e mesmo alguns liberais conservadores, como Luís de Magalhães, vaticinaram a "doença" colectiva e a proximidade do abismo. Todos inscreviam o momento da crise na ruptura que o liberalismo introduzira no tempo histórico e na continuidade com o espírito da tradição e com um dos mitos identitários mais relevantes do nacionalismo europeu, o mito da "herança sagrada[18]:

> A Pátria portuguesa está atravessando uma aguda e grave crise interna, talvez a mais tormentosa e decisiva de todas as que têm afligido Portugal na sua compleição forte, durante os seus longos oito anos de existência. E é este momento tão decisivo que ou vemos derruir a herança sagrada dos nossos maiores, esfacelar-se a nacionalidade que temos de manter íntegra e imaculada, ou lhe aplicamos os mais eficazes e enérgicos instantes terapêuticos, os remédios maus proveitosos para a salvar, se não queremos ser ao mesmo tempo algoz e testemunha, na convulsão que ameaça subvertê-la, arrastando-nos no abismo e sepultando-nos conjuntamente nas suas ruínas[19].

Este pensamento decadentista acabava por expor as profundas angústias do homem moderno face ao tempo, atitude que comportava uma tendência para "negligenciar o tempo presente" ou "momento histórico". As críticas à modernidade, que em Portugal consubstanciam a crítica ao liberalismo monárquico e republicano e à democracia, traduzem este desejo do homem moderno de sair da sua história e regressar a um tempo primordial, revelando-se uma "nostalgia da *renovatio*", a esperança de "que o mundo se renove"[20]. Será, portanto, neste contexto cultural de decadência e confronto ideológico com a república, agravado com o conflito bélico, que deve entender-se a utopia regressiva associada ao mito da Atlântida, no seu esforço de restaurar a consciência colectiva "pela qual as primeiras sociedades haviam sido governadas"[21].

As grandes linhas de interpretação da I Guerra Mundial, produzidas pelos diferentes agrupamentos político-ideológicos, em Portugal como na Europa, colocaram no centro do debate as questões étnicas e culturais. No plano cultural, o conflito

---

[15] Cf. BAUMER, Franklin L. – *O Pensamento Europeu Moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 156-157.
[16] STERNHELL, Zeev – ob. cit., p. 316.
[17] Cfr. ALMEIDA, João de – *Visão do Crente*. Porto: Typographia Luzitania, 1918, p. 98-99.
[18] Cf. THIESSE, Anne-Marie – ob. cit., p. 20
[19] ALMEIDA, João de – ob. cit., p. 191; leia-se, ainda, COUCEIRO, Henrique de Paiva – ob. cit., p. 100.
[20] Cf. ELIADE, Mircea – *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, p. 23.
[21] BAUMER, Franklin L. – ob. cit., p. 163.

era descrito como um confronto entre a civilização ocidental, de matriz latina e católica, e a cultura arrogante e musculada dos germânicos, que actuavam em nome da barbárie[22]. Mas então a Alemanha arrogava a superioridade rácica do ariano, empenhada numa estratégica de imperialismo pan-germânico, que resultava dos mitos rácicos elaborados pelas concepções positivistas e naturalistas e pela antropologias identitárias geradas no decorrer da segunda metade do século XIX[23].

As narrativas de pendor historiográfico, que assumiram um conjunto disperso e heteróclito de mitografia, ofereciam aos monárquicos a possibilidade de rever a historiografia republicana e liberal, com o seu optimismo racionalista e a sua crença no progresso. Por um lado, importava romper com a perspectiva republicana que postulava a democratização da sociedade portuguesa como o processo ideal de revelar a "índole" ou "génio nacional"[24], quando, na verdade, o liberalismo era responsável pela agonia colectiva[25]; por outro, oferecia a possibilidade de retomar as "paranóias" regeneradoras, estabelecendo uma visão da história que reabilitava a Raça e preparava a Nação para um regresso à "época de ouro" da história de Portugal. António Sardinha escrevia então que "uma nação não é, como queria a vesania revolucionária, um mero arranjo de interesses garantidos por lei. É antes uma verdade biológica, fundamentando-se na razão de ser de cada um dos seus naturais"[26].

O mito da Atlântida integra essa mitografia nacionalista de pendor étnico e determinista característica do pensamento da época e teve como cultores as figuras de João de Almeida e António Sardinha. O primeiro era um militar carregado de prestígio, apesar do exílio republicano, conquistado nas campanhas de ocupação africana e foi tido a partir da década de 20 como uma das referências do movimento nacionalista[27]. Não sendo um intelectual, foi uma dos mais profícuos teorizadores da ideia imperial, apesar da pobreza estilística de um discurso que se repetiu com frequência. António Sardinha era um intelectual recém-convertido à monarquia[28]. Ao contrário de João de Almeida, exibia toda a erudição teórico-filosófico num estilo literário que rapidamente o transformou em referência do grupo. Os textos em que expõem e exploram o mito da Atlântida inseriam-se num programa nacionalista que procurava realizar a refundação da Pátria a partir do regresso às origens, ao passado remoto. Visaram ambos estabelecer a "originalidade" do "Território e da Raça"

---

[22] Leia-se, entre outros, ORNELAS, Aires de – *Um Ano de Guerra (Agosto de 1914 a Agosto de 1915)*. Porto: Magalhães & Moniz, 1916.

[23] Cf. GILBERT, Martin – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p. 40; CASTELO-BRANCO – Miguel, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*. Lisboa: Nova Arrancada, 2001, p. 100.

[24] Cf. CATROGA, Fernando – "Positivistas e republicanos". In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, vol. 1, p. 126.

[25] Cf. ALMEIDA, João de – ob. cit., p. 98-99.

[26] SARDINHA, António – ob. cit., p. 120.

[27] Cf. *O Coronel [O] João de Almeida. Sua acção militar e administrativa em Angola (1906-1911)*. Publicação de iniciativa dum grupo de companheiros e amigos coloniais, Lisboa, 1927; *Coronel João de Almeida. Sessão de Homenagem realizada na Sociedade de Geografia em Fevereiro de 1930*. Lisboa: Publicação de Iniciativa de um Grupo de Companheiros Coloniais e Amigos, 1930; FILIPE, Gomes – *João de Almeida. Sua Acção Colonial*. Angra do Heroísmo: Tipografia Insular, 1937; GALVÃO, Henrique – *História do Nosso Tempo (Acção e Obra de João de Almeida 1904-1910)*. Lisboa: s/n., 1931.

[28] Sobre António Sardinha veja-se, entre outros, a mais recente biografia de DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha – *António Sardinha (1887-1925) Um Intelectual do Século*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.

portuguesa[29], aquilo que António Sardinha identificou como esforço teórico de "reconstruir o que seja, em verdade, a raça portuguesa" e "surpreender-lhe a capacidade criadora e as mais virtudes que nos caracterizam como povo livre por obra da Etnia e do Meio, nunca pelo acaso das circunstâncias políticas e sociais"[30].

Antes de analisar o modo como incorporaram o mito da Atlântida na "aventura nacional", importa referir que não havia qualquer novidade na utilização da estrutura mitológica em interpretações de cunho historiográfico. Em Portugal, o romantismo introduzira o fascínio pelas lendas medievais e pelas tradições populares, dimensões históricas que concitaram o interesse de autores como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Anselmo de Andrade, entre outros, que reconheciam às lendas a "expressão da alma nacional"[31]. No entanto, caberia a Teófilo Braga valorizar as lendas históricas, assim como os "costumes", "crenças" e "superstições", como fontes importantes para o estudo da origem étnica do povo português, na medida em que exprimiam um certo "fundo de realidade". Mas acima de tudo, o mérito de Teófilo Braga estava no reconhecimento de uma "função universal" para o mito e para a tradição, adoptando uma atitude moderna que aceitava a lenda e o mito como objectos de investigação[32]. Através da investigação, mas também pelo romance histórico, Teófilo Braga procurou definir a existência de uma "alma portuguesa" que era possível identificar nas manifestações culturais e espirituais de um tipo antropológico, o lusitano. O "lusitanismo" é bem perceptível no seu romance-epopeia *Viriato*. Aí deixou consignadas as características ingénitas da raça, como a "tenacidade", a capacidade de "adaptação", traços idiossincráticos que explicavam o "seu génio e acção colonizadora", a "sentimentalidade", a "aventura", o amor e a "capacidade especulativa" dos lusitanos. Eram traços identitários que no entender do autor da *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867) resistiram ao tempo histórico[33].

Por outro lado, a utilização da mitologia antiga na elaboração da história de Portugal era também frequente até ao início do século XX. Nos séculos XVI e XVII aceitava-se o mito de Túbal, segundo o qual, Túbal, neto de Noé teria sido o fundador de Setúbal e o primeiro povoador da Lusitânia e de toda a sua descendência, "uma extensa linhagem de reis fabulosos"[34]. Campos Matos mostra como o mito de Túbal deu origem a narrativas fabulosas sobre a génese aristocrática da Lusitânia e dos Portugueses, facto que se estendeu, no decorrer do século XIX, a outros países europeus que também criaram as suas tradições[35], muitas vezes forjadas em documentos apócrifos[36]. A convocação do passado tinha tradição na Europa e em Portugal numa época que será também caracterizada pela construção da ideia de nação, que na

---

[29] ALMEIDA, João de – ob. cit.

[30] SARDINHA, António – ob. cit., p. 59.

[31] Cf. MATOS, Sérgio Campos – *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 255.

[32] Idem, *Ibidem*, p. 256.

[33] BRAGA, Teófilo – *Viriato*. Matosinhos: Quidnovi, 2008, p. 5-6.

[34] MATOS, Sérgio Campos – ob. cit., p. 257.

[35] Na Inglaterra, o gigante Albion, filho de Neptuno e Bruto, neto de Eneias, estariam na origem da Inglaterra; a Arminius, herói germânico, que teria servido as legiões romanas, foi atribuída a fundação da Alemanha; Francus, filho de Heitor, que teria fugido de Tróia com Eneias foi considerado o ascendente dos Francos. Cf. MATOS, Sérgio Campos – ob. cit., p. 257-258.

[36] Cf. THIESSE, Anne-Marie – ob. cit., p. 107-108.

reacção romântica significou a revalorização das lendas, das fábulas e do "mito da origem". A construção da identidade nacional não evitou o ressurgimento da estrutura mítica, tida como indispensável para o reforço da consciência colectiva e da coesão nacional. Outros mitos modernos de carácter etnocêntrico, alguns de repercussões colectivas catastróficas, como o mito ariano, hierarquizaram as raças e provocaram uma verdadeira busca do "génio da raça". Este retorno do mito traduz um novo culto pelos antepassados, culto necessário à identificação do património nacional e à sua difusão[37].

O mito da Atlântida integrava-se nessa busca do "génio da raça", perscrutando um significado espiritual para a existência colectiva no tempo primordial, *in illo tempore*. António Sardinha e João de Almeida procuraram com as respectivas teses estabelecer a origem do "Homo Atlanticus" que ambos acreditavam estar na origem dos lusitanos e que seria portador de um espírito nacional ancestral. Sardinha acreditava ainda que o "Homo Atlanticus" estava na origem do conceito de civilização, procurando assim contestar a superioridade do Ariano, mito que em Portugal tinha os seus cultores em Oliveira Martins[38]:

> São motivos teóricos que subsistem para como o H. Mediterranensis que, embora não tenha costela doirada nas linhagens da antropo-sociologia, é, sem dúvida, o valor étnico a que se deve a mais recuada impulsão civilizadora. O homem loiro andava na vagabundagem dos caminhos sem fim, mal assomara então às gargantas do Hindu-Kuch, – e já o dolicóide meão do neolítico, construtor e sociável, se dotava com uma escrita em ideogramas, que bem depressa, pelo desenrolar das necessidades, se resumiria em inquestionáveis sinais alfabetiformes[39].

O papel do mito da Atlântida nas leituras de António Sardinha foi já objecto de análise em estudo recente[40]. Sardinha partiu da concepção de mito desenvolvida por Georges Sorel que o concebia como "criação da vontade colectiva", ao contrário da utopia, que Sorel entendia como "produto dum trabalho intelectual"[41]. Georges Sorel transformou o mito em força motriz da história, definindo-o como conjunto de imagens capazes de mover as massas para a acção revolucionária, na medida em que considerava o mito como "expressão de vontade"[42]. No cerne da sua teorização, o intelectual português sugeria a ideia de "Esperança", conceito místico que ele via como "sangue espiritual da raça", como imagem mobilizadora de um movimento ideológico de regeneração nacional:

> A Esperança é ainda o mesmo sonho activo extraindo da derrota a afirmação duma vida que não se rende, o grito duma força que persiste e confia na hora que lhe

---

[37] Cf. Idem, *Ibidem*, p. 16.

[38] Cf. CATROGA, Fernando – ob. cit., p. 155-158.

[39] Ob. cit., p. 62.

[40] DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha – ob. cit., p. 193-203.

[41] SARDINHA, António – ob. cit., p. 60 ; SOREL, Georges, *Réflexions sur la violence*. Paris: France Loisirs, 1990, p. 45.

[42] SOREL, Georges – ob. cit., p. 44-45; BAUMER, Franklin L. – ob. cit., p. 163.

há-de chegar. [...] Sentimento que envolve a colaboração do Tempo e do Espaço, não surgiria senão entre as raças que, enraizadas com apego rijo, se projectavam para além dos horizontes individuais, afim de se reconhecerem numa forma mais prolongada de existência[43].

A existência de um "Homo Atlanticus", que Sardinha e Almeida consideravam estar na génese dos Lusitanos e da civilização ocidental, tinha a sua origem na Atlântida: "Para mim, o H. Mediterranensis, que já agora não designarei senão por H. Atlanticus, não é mais que um sobrevivo da Atlântida submersa"[44]. A importância do mito na teoria da raça de Sardinha assenta na significado que este tinha na consolidação do seu pensamento nacionalista. Na sua tese sobre a "jornada da Nacionalidade" eram centrais dois elementos: um elemento estático e um elemento dinâmico[45]. O elemento estático visava fundamentar em critérios étnicos a sua concepção de município e da própria tradição, recorrendo para o efeito aos conhecimentos que então a arqueologia podia fornecer sobre o homem de Muge.

A estação arqueológica de Muge, a mais significativa descoberta arqueológica do último quartel do século XIX, tinha para Sardinha, como terá para João de Almeida, a importância de comprovar a suposta existência de comunidades populacionais fixas na região do Tejo. Lembramos que as descobertas arqueológicas feitas na época, conduzidas por Carlos Ribeiro, identificaram vestígios antropológicos, culturais e uma necrópole que indiciavam a existência de comunidades sedentárias no período Epipaleolítico (início do Mesolítico)[46]. Alguns especialistas em arqueologia, mais recentes, apesar de recusarem o pretenso sedentarismo do indivíduos de Muge – eram afinal grupos de caçadores-pescadores e recolectores[47] – viam nestes grupos autóctones antepassados dos portugueses e mesmo das populações do Mediterrâneo[48], tendo os outros aí identificado tipos humanos como sendo do tipo Combe Capelle e Cro-Magnon e dolicocéfalos protomediterrانêos de baixa estatura[49].

António Sardinha faz uma referência vaga ao homem de Muge, o que sugere talvez um conhecimento espúrio do seu valor arqueológico, mas o suficiente para a partir dele suportar toda a sua argumentação teórica sobre a existência de uma cultura de expressão local, de um vínculo à terra, numa comunidade que se considerava estar na génese dos Lusitanos: "Como elementos estáticos, [o lusitano] possuía os vínculos

---

[43] SARDINHA, António – ob. cit., p. 60-61.

[44] Ob. cit., p. 80.

[45] Sobre a sua centralidade veja-se a carta que escreveu a Luís de Almeida Braga em QUINTAS, José Manuel – *Os Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano.* Lisboa: Editorial Nova Ática, 2004, p. 180.

[46] GONÇALVES, Victor S. – "O Congresso Internacional de 1880". In: MEDINA, João – *História de Portugal.* Amadora: Ediclube, 2004, vol. 1, p. 214-241. O Congresso Internacional de Arqueologia, que teve lugar em 1880, com a presença de grandes especialistas europeus, é considerado momento fundamental no arranque da pré-história em Portugal.

[47] FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, Manuel – *Portugal Pré-Histórico – seu enquadramento no Mediterrâneo.* 2ª. Ed.. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 112.

[48] OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira Guedes da Silva – "O contributo da Antropologia física em Portugal como ciência inter e transdisciplinar – uma possível síntese histórica até finais do século XIX". In: *Revista de Guimarães,* 1997, n.º 107, p. 252.

[49] Cf. FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, Manuel – ob. cit., p. 113.

de parentesco e vizinhança que lhe tinham vindo da propensão inata do indígena de Muge para se soldar à terra e restabelecer a fornalha dos vivos em cima da sepultura dos mortos"[50]. O homem de Muge, herdeiro da tradição marítima da mítica Atlântida, estaria na génese dos Lusitanos, cuja tradição comunitária e municipal se comprovava no predomínio de uma cultura agrária e que mais tarde, com a afirmação régia de D. Afonso Henriques, se tornava Pátria enquanto "completa expressão colectiva"[51].

O factor dinâmico da teoria de Sardinha era constituído pela "resistência efectiva" dos Lusitanos e pelo conceito místico de "Esperança". A "Esperança" é um elemento espiritual importante enquanto "virtude atávica da raça" e traduz uma proximidade cultural com o sebastianismo e com o messianismo, envolvendo a sua teoria sobre a origem Atlântida num véu de lirismo e misticismo. A Atlântida estaria desta forma associada à "Ilha de Ouro" do ciclo marítimo e reflectia já muitas das lendas e dos mitos da idade média, como a "Ilha Desconhecida":

> Não se referirá à Atlântida legendária a Ilha de Oiro do nosso ciclo marítimo? Lá é que ficava a nobre cidade de Antília. De lá viria o Encoberto na manhã sagrada das profecias. Não é inútil reparar que se o Encoberto é a figura da Esperança – factor dinâmico da alma colectiva do Ocidente, a "ilha-empoada" é sempre um dos traços fundamentais da criação messiânica. [...] a ilha desconhecida, transmitindo-se aos tesouros poéticos do Ocidente, é, de Saturno a D. Sebastião, com termos de passagem em S. Brandão, em Merlim e no Rei Artur, nada mais que a recordação simbólica da Atlântida original – fonte de toda a esperança, motivo de todo o pasmo[52].

Parece assim evidente que a Atlântida surgia como "imagem mobilizadora", como já o fora no período dos descobrimentos, "impulsionando os portugueses" para as ilhas atlânticas, povo onde estaria já latente, no subconsciente colectivo, o conhecimento sobre a existência da América, consubstanciando a "perpetuidade de uma crença unânime em regiões insulares a Oeste"[53]. Por outro lado, a "Esperança" devia confirmar o valor dinâmico da hereditariedade e da tradição, factores que o predomínio da actividade agrícola transformava em "acto de confiança no futuro". Desta forma, António Sardinha revelava estar consciente do valor social do Mito e menos preocupado com a incredulidade eventual dos leitores face à efabulação inequívoca da sua tese. A "fé" no milagre de Ourique revelava-lhe o valor dos mitos e mostrava-lhe "que os povos que vivem e são grandes não são os que mais discutem, mas sim os que mais crêem"[54].

---

[50] SARDINHA, António – ob. cit., p. 60.

[51] Idem, *Ibidem*.

[52] Idem, *Ibidem*, p. 88-89.

[53] Idem, *Ibidem*, p. 90. Eis a referência completa: "Da sobrevivência do facto nas tradições orais derivou talvez a descoberta da América, conhecida a demora que Cristóvão Colombo teve na Madeira. O que eu contemplo em tudo isto é a perpetuidade duma crença unânime em regiões insulares a oeste. Sobe do fundo da nossa história e possui raízes nas raízes da Raça. Pela religião irredentista do Encoberto a certeza na existência da "Ilha de Bruma" pertence ao património místico e afectivo do H. Atlanticus. É mais um índice da vasta conformidade espiritual e idealista que distingue o pequeno dolicóide e tão fortemente o individualiza".

[54] Idem, *Ibidem*, p. 119.

O nacionalismo rácico de António Sardinha parece não ter despertado muitos seguidores, sendo mesmo objecto de duras críticas nos meios republicanos e até monárquicos[55]. Foi, entre outros, objecto de duras críticas do padre jesuíta Amadeu de Vasconcelos (Mariotte) e de António Sérgio. Mariotte, divulgador do ideário integralista, em Paris, desde 1913, contestou nos *Meus Cadernos* "as absurdas teorias" de Sardinha sobre a Atlântida e o "Homo Atlânticus" como resultado de um "romance caótico, orgíaco de erudição balofa de charlatanismo pedante". Na verdade, tanto Mariotte como António Sérgio contestavam o carácter pouco científico das interpretações historiográficas de Sardinha, acusando a falta de rigor e de seriedade do escritor[56].

As críticas não terão afectado muito o intelectual integralista. Com efeito, as interpretações historiográficas produzidas em nome das ideologias não obedecem a rigorosos critérios de cientificidade, mas atendem a motivações simbólico-culturais. Na génese do nacionalismo perspectiva-se a escolha de um passado, de um "precedente", mesmo que falsificado, que serve de exemplo para o futuro. Essa escolha de um passado "torna possível forjar conscientemente ligações a qualquer período ou movimento do passado", e nunca é arbitrária, decorre de uma "semelhança objectiva de situações"[57]. Isso explica que António Sardinha caldeasse argumentos de origens distintas, alguns de investigadores considerados, como Martins Sarmento e Teófilo Braga, com representações literárias sem valor exegético fora do seu contexto lírico, como aquelas que situam a *Odisseia* no oceano Atlântico e que a partir de divagações místicas vislumbram afinidades com a mítica ilha de Poséidon.

Tais considerações aplicam-se com igual propriedade às ideias de João de Almeida sobre o mito da Atlântida, que numa das suas obras invoca, entre outros, uma oração paterna[58] e a crença popular sobre a "existência de cidades encantadas no fundo do mar Atlântico, de uma das quais há-de ressurgir D. Sebastião, montado num cavalo branco, em manhã de nevoeiro"[59]. No caso de João de Almeida, porém, mobilizou-se todo um conjunto de disciplinas e saberes, para além das longas divagações sobre as provas geológicas existentes nas franjas do Oceano Atlântico, que lhe permitem situar a Atlântida no "Atlântico Norte, entre os continentes da Europa e África e o das Américas, e do qual ainda restam a balizá-lo, como terras sobreviventes, os Açores, a Madeira, as Selvagens, e as Canárias e as três grandes ilhas que foram a Britânia (a actual Bretenha francesa unida à Grã-Bretanha, a Lusitânia e a Mauritânia")[60]. A sua retórica argumentativa ancorava-se numa certa antropologia física praticada por aquele oficial do exército no de-

[55] Cf. DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, ob. cit., p. 203.

[56] Mariotte seria muito citado na análise feita por FERRÃO, Carlos – *O Integralismo e a República. Autópsia de um mito.* 1º. Vol.. Lisboa: Inquérito, s/d [1964], p. 65-91.

[57] Cf. HELLER, Agnes – *O Homem do Renascimento.* Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 76-77.

[58] Era este o teor da oração: "Pelas almas do purgatório... por aqueles que andam sobre as águas do mar, que Deus os leve a porto de salvamento, e por aqueles que ficaram soterrados no fundo das água do Atlântico, para que Deus tenha a sua alma em descanso". Cf. ALMEIDA, João de – *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua evolução histórica.* Lisboa: Ed. do Autor, 1949, p. 24.

[59] Idem, *Ibidem*, p. 4.

[60] Idem, *Ibidem*, p. 24.

correr da sua passagem pela Universidade de Coimbra, onde defendeu uma dissertação com o título *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa*[61].

A tese de João de Almeida obedece aos mesmos propósitos nacionalistas de António Sardinha. Mas ao contrário deste, que abandonou o mito em nome da ideia de hispanidade[62], congraçando as raças ibéricas numa "aliança peninsular" com o mesmo fito ressuscitador, João de Almeida manteve a Atlântida como eixo matricial de toda a produção teórica desenvolvida entre 1901 e 1950[63].

As ideias de João de Almeida devem ser compreendidas no quadro de um projecto nacionalista que via na actividade expansionista da raça portuguesa a via regeneradora de Portugal. Como já referimos noutro estudo, o pensamento de Almeida decorria da aceitação de uma missão civilizadora cuja génese se encontrava numa "fatalidade étnica", estabelecendo uma verdadeira simbiose entre essa missão civilizadora e a identidade nacional do país[64]. A existência da Atlântida permitia-lhe definir a existência de uma "vocação expansionista" que recuava ao fundo dos tempos, à Idade Sagrada, constituindo afinal um retorno às qualidades ínsitas da raça:

> Em todo ele [império português] a vocação expansionista dos portugueses, quer no domínio hipotético da Proto-História quer no ambiente mais claro da História, se afirma como um carácter fundamental de raça e não, como tantos por algum tempo julgaram, uma atitude de momento que as circunstâncias provocaram e a sorte prolongou. [...] Segundo Platão, o grande filósofo grego, os atlântidas que são presumivelmente antepassados dos lusitanos, haviam adquirido naquele tempo uma notável civilização, procurando expandir-se para oriente através das ilhas do Mar Numolítico, enviaram várias expedições à Grécia e ao Egipto. Verdade ou lenda – – não importa discuti-lo agora – tem para o nosso ponto de vista este interesse: o de reconhecer-se o espírito expansivo num povo pré-histórico onde se presume que os lusitanos enraízam[65].

No quadro do seu pensamento nacionalista era importante estabelecer um anelo entre os lusitanos, essa "raça original cujos caracteres têm a eternidade do génio", e os habitantes da mítica Atlântida. João de Almeida explicava que as mutações

---

[61] Idem, *Ibidem*, p. 25. Foram membros do Júri de provas, realizadas em 6-07-1901, os professores Gonçalves Guimarães, Júlio Henriques, Bernardo Aires (Arguente) e Bernardino Machado, então professor de Antropologia e Arqueologia da Pré-História, da Faculdade de Filosofia Natural.

[62] Leia-se, entre outros, Sardinha, António – *A Aliança Peninsular*. Lisboa, 4ª ed., 1974.

[63] Encontramos referências ao mito nas seguintes obras de João de Almeida: *Visão do Crente* (1918); *Em Prol do Comum*. Lisboa: Parceria A. Maria Pereira, 1931; *O espírito da raça portuguesa na sua expansão além-mar*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1931; *O Ressurgimento Ultramarino. Grandeza e Romantismo duma geração*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1933; *A Cooperação dos Nativos na Expansão e na Defesa do Império*. Lisboa: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934; *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa e a sua Evolução Histórica*. Lisboa: ed. de autor, 1949.

[64] SANTOS, Miguel Dias, "Imperialismo e ressurgimento nacional. O contributo dos monárquicos africanistas". In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2003, nº 3, p. 90-91.

[65] ALMEIDA, João de – *O Ressurgimento Ultramarino. Grandeza e Romantismo duma geração*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1933, p. 6-7. Mais à frente o autor escreveria mesmo que "o espírito da expansão, como energia e o valor na conquista, como o cristianismo e o tacto na ocupação são rácicos – estão na massa do sangue, na substância dos portugueses de todos os tempos" [p. 9.].

geológicas que começaram a submergir a Atlântida[66] obrigaram os seus habitantes a emigrar, uns para Oriente, "enquanto outros ficam nas ilhas que hoje constituem a Irlanda, Portugal e Marrocos"[67]. Os que se teriam fixado na região da Lusitânia constituíam "no fundo os autóctones da população portuguesa, da *raça lusitana*, originariam do Homo Atlanticus, primeiros povoadores dessa misteriosa Atlântida"[68].

As populações que, no âmbito da tese de Almeida, faziam a ligação com os lusitanos, encontravam-se referenciadas nos concheiros de Muge, a mesma estação arqueológica que foi vagamente referida por António Sardinha. Mas ao contrário deste, João de Almeida aproveitava os seus conhecimentos de antropologia, apreendidos em Coimbra, para tentar demonstrar com critérios científicos que o homem de Muge correspondia efectivamente ao antepassado dos portugueses. A metodologia adoptada nos seus estudos desenvolvidos em Coimbra, e depois no curso de Estado-Maior, na Escola do Exército, entre 1901 e 1903, reflectia a afirmação em Portugal da antropologia física, em articulação com a arqueologia pré-histórica e a etnologia, numa Europa muito marcada pelo triunfo do evolucionismo[69]. A antropologia física correspondia a uma especialidade dentro da Antropologia enquanto ciência do Homem, e nela predominava uma dimensão biológica e anatómica[70]. Tinha, por isso, como metodologia específica a antropometria, que era então praticada nos esqueletos encontrados nas várias estações arqueológicas[71].

João de Almeida terá cultivado práticas antropométricas em esqueletos da estação arqueológica de Muge onde procurou sinais distintivos, objecto de investigação da antropometria sinalética, com vista determinar os "mais essenciais para determinação da raça a que cada um dos crânios devia pertencer"[72]. Os estudos antropométricos então realizados em Muge, conjuntamente com outros feitos posteriormente em crânios de outras estações arqueológicas, reflectindo já preocupações próximas da antropologia cultural e social[73], permitiram a João de Almeida estabelecer as características do homem de Muge:

---

66 Lembramos que Platão refere que a ilha mítica teria desaparecido 9 mil anos antes. Cf. Platão – *Diálogos IV*, p. 315-316.

67 ALMEIDA, João de – *Visão do Crente*, p. 14.

68 Ob. cit., p. 15. Noutro texto refere o autor: "Reconhecemos, todos, – historiadores, arqueólogos e antropólogos – a existência na vertente ocidental da Península Hispânica de um povo antigo, cuja origem não sabem dar, mas que não é nem lígure, nem celta, nem de nenhuma raça oriental. É um autóctone que nós na "Visão do Crente" designámos por *Homo Atlanticus* [*A Cooperação dos Nativos na Expansão e na Defesa do Império*. Lisboa: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 5-6]

69 Sobre a importância das teorias da evolução no final do século XIX e no século XX, veja-se uma síntese em WATSON, Peter – *Historia del Sieglo XX*. Barcelona: Crítica, 2006, p. 52-65.

70 Cf. OLIVEIRA, Alexandre Manuel Teixeira Guedes da Silva – ob. cit., p. 248.

71 Idem, *Ibidem*, p. 253.

72 Cf. *O Fundo Atlante da raça Portuguesa*, p. 25. Em 1900, Almeida teve acesso a 15 crânios provenientes das estações arqueológicas da região de Muge.

73 Almeida refere que aos estudos originais, realizados entre 1901 e 1903, de 3535 mesurações, se juntava o estudo de despojos humanos de 1878 estações arqueológicas, sendo 854 paleolíticas, 56 mesolíticas e 968 do neolítico. Com base nesses dados, procurou estabelecer a individualização das raças que então habitavam em território português, tendo chegado às seguintes conclusões: das 8.671 medições realizadas, 2007 correspondiam à raça atlante, 91 fenícios, 140 iberos e iberos-celtas; 521 celtas e galo-celtas, 51 gregos, 986 suevos-alanos, 471 árabes e mouros e 4407 tipos sem características bem definidas. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 30 e 88.

O extracto fundamental dessa raça lusitana ou atlântica, que a antropologia nos identifica e comprova com a nossa actual, era caracterizada por uma média e robusta altura, cabeça, longa, dolicocéfala, de ociput desenvolvido, suturas complicadas, face moderadamente alongada, mezoprozapa, glabela acentuada, nariz mezorrinico, órbitas micozenas, olhos e cabelos escuros, cor morena, fémures em pilatras, tíbias platicerénicas na sua maioria e números quase sempre perfurados. É a casta atlântica ophiusae da Lusitânia. Tal é o autóctone da raça portuguesa, o *H. Atlanticus*[74].

Os estudos antropológicos e arqueológicos de João de Almeida incluíram expedições à região de Muge, nas franjas do Tejo, e investigações em Marrocos, na demanda de provas sobre a mesma origem étnica dos habitantes da Mauritânia de da Lusitânia[75]. Hoje, porém, as teorias que estabelecem uma originalidade nacional e territorial para Portugal são recusadas pela arqueologia contemporânea[76], que as encerra na categoria de fantasiosas e destituídas de qualquer base científica. Mas na época em que o nacionalismo se procurava instituir, serviram de alimento a uma visão de engrandecimento que ambicionava levar Portugal a uma nova época de ouro. Em João de Almeida, como em Paiva Couceiro e Aires de Ornelas, as diferentes mitografias serviram os propósitos ideológicos em torno de uma política assumidamente imperialista enquanto instrumento de ressurgimento nacional. Entendida como tradição que remontava aos lusitanos[77], a política imperial consubstanciava a natureza de um povo e de uma raça cuja lição devia ensinar às gerações futuras o significado do seu carácter colectivo e o sentido do seu destino comum. Foi esse carácter e esse destino da colectividade que o nacionalismo monárquico pretendeu cunhar com as suas leituras historiográficas, mesmo quando não passavam de visões distorcidas do passado e da própria história de Portugal.

Mas se existe um substrato ideológico comum na utilização que António Sardinha e João de Almeida fizeram do mito da Atlântida, persiste contudo uma diferença substancial. Enquanto António Sardinha estaria consciente de que a sua teoria da raça se limitava a aprofundar o mito, enquanto imagem mobilizadora, João de Almeida contrariava o carácter efabulado das suas explicações, procurando atestar a "verdade absoluta" do mito enquanto "história sagrada"[78]. Mesmo que ocasionalmente apresentasse o mito como mera hipótese[79], a sua importância no conjunto do seu pensamento nacionalista não desdenhava a busca de uma pretensa validação científica, ainda quando os argumentos utilizados exibiam o mesmo lirismo e romantismo que António Sardinha não podia esconder. O mito da Atlântida permitia o regresso às origens, à "idade sagrada" ou "infância do Homem"[80], onde a nação espiritual cedo

---

[74] ALMEIDA, João de – *Visão do Crente*, p. 15-16.

[75] Idem – *O Fundo Atlante da raça* Portuguesa, p. 89 e ss.

[76] Cf. RAPOSO, Luís – "O Paleolítico". In: MEDINA, João – ob. cit., p. 69.

[77] "A concepção portuguesa do Império deriva da própria tendência tradicional para a expansão que se perde nos tempos: – já os Lusitanos, 154 anos antes de Cristo, como que indicando a rota futura, atravessaram o Estreito e iam estabelecer uma colónia em Okilo, a 40 Km ao S. de Tânger, junto à actual Arzila" [ALMEIDA, João de – *O Estado Novo*. Lisboa: Parceria A. Maria Pereira, 1932, p. 3].

[78] ELIADE, Mircea – ob. cit., p. 15.

[79] ALMEIDA, João de – *O Fundo Atlante da Raça Portuguesa*, p. 67.

[80] Idem, *Ibidem*, p. 11.

começou a desenhar-se na sua suposta singularidade no quadro peninsular e europeu, evitando a miscigenação que perpetuaria a sua pureza original. Essa crença num génio especial não era novidade nem exclusiva do pensamento português, mas teve reflexos evidentes em alguns mitos do Estado Novo.

# Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola

Fernando Tavares Pimenta

PIMENTA, Fernando Tavares – "Representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 293-304.

**Fernando Tavares Pimenta.** Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. Bolseiro de pós-doutoramento da FCT.

Este artigo analisa as representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola. Uma cultura colonial que visava a sua superação pela construção de uma cultura nacional especificamente angolana que atribuísse aos brancos um papel dinâmico na edificação do Estado Nação em Angola. No entanto, não podemos falar na existência de uma cultura colonial compacta e homogénea, na medida em que a produção cultural dos colonos brancos no domínio político conheceu fases distintas e apresentou uma pluralidade de facetas que reflectiram a fragmentação política no seio da própria comunidade branca. Factores económicos, sociais, ideológicos ou simplesmente geracionais influíram no processo de elaboração dessa cultura colonial e, sobretudo, nas suas representações políticas relativas à comunidade branca e ao todo nacional angolano. Cultura, representações e identidades políticas dos colonos brancos estiveram assim intimamente interrelacionadas no quadro do colonialismo português em Angola, quer na fase republicana, quer no período salazarista. A década de 1940 foi aliás um momento de charneira ao nível das identidades dos brancos, tanto em termos culturais, como em termos políticos. O centralismo, o autoritarismo e a repressão política da ditadura colonial jogaram aqui um papel crucial na transformação das identidades políticas dos brancos no sentido nacionalista e independentista. Transformação essa que se reflectiu na cultura colonial angolana, sobretudo na literatura e nas representações políticas da "Nação" por essa elaboradas. De facto, enquanto num primeiro momento os colonos construíram uma identidade baseada na exaltação do valor intrínseco da colonização branca, num segundo momento as novas gerações de brancos nascidos na colónia participaram activamente na elaboração da ideia de angolanidade, a qual envolvia politicamente todos os segmentos da população angolana, inclusive a maioria negra indígena[1]. Mas vejamos em detalhe como se deu este processo.

Durante a 1ª República, os principais agentes da cultura colonial dos colonos brancos foram certos jornalistas, publicistas e memorialistas que se tinham estabelecido permanentemente nas principais cidades angolanas: Luanda, Benguela, Moçâmedes, Lobito, Huambo, Bié, Lubango. Tratava-se de uma pequena elite intelectual, mas num certo sentido também económica porque muitos dos seus elementos eram comerciantes, pequenos "industriais" ou funcionários da administração colonial. Quase todos tinham ligações políticas aos grémios maçónicos constituídos pelos colonos brancos, nomeadamente ao Grémio Português (Luanda), ao Grémio Lusitânia (Benguela) e ao Grémio Pátria Nova (Bié)[2]. Em termos políticos, essa pequena elite defendeu a ideia de que os colonos eram os principais construtores da colónia e os "verdadeiros homens de Angola" e, por isso, os únicos que tinham o direito a governar Angola[3]. Isto mesmo nos é confirmado pela leitura da imprensa colonial, que foi o principal instrumento de divulgação cultural e de consciencialização política usado pela elite branca. Salientamos pelo seu peso político o *Jornal de Benguela*, fundado

[1] Sobre este assunto veja-se: PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e o Nacionalismo*. Florence: PhD Thesis European University Institute, 2007.

[2] LOPO, Júlio de Castro – *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964, p. 55. PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 68-69

[3] *Jornal de Benguela*, Ano VIII, n.º 7, de 14 de Fevereiro de 1919, p. 1.

na cidade com o mesmo nome em 1912, por Manuel de Mesquita. Manuel de Mesquita foi também Presidente da Câmara Municipal de Benguela, logo a seguir à proclamação da República Portuguesa, e o principal animador do Centro Republicano de Benguela (1910-1913). Manuel de Mesquita foi ainda Presidente do Grémio Lusitânia e exerceu uma notável influência política na direcção da Associação Comercial de Benguela[4]. Neste contexto, uma análise atenta do *Jornal de Benguela* revela que os colonos procuraram dar de si mesmos a ideia de esforço, de bravura e de valor, no sentido em que se assumiram como os desbravadores dos infinitos sertões africanos e os civilizadores das populações indígenas. A imprensa foi pois o instrumento pelo qual os colonos construíram – para "consumo" interno e externo – uma gesta da "obra admirável da colonização", adjectivando-se a si mesmos com atributos muito pouco parcimoniosos:

> Esforçados, valorosos, dignos e honestos, os colonos, simplesmente a falange admirável que por aqui moireja...[5].

Paralelamente, a leitura da imprensa colonial revela que os colonos foram gradualmente adquirindo a consciência de formarem uma unidade social e política diferente da portuguesa. A pouco e pouco, os colonos passaram a identificar-se politicamente não como meros expatriados portugueses em África, mas como membros dum "povo" – o "Povo de Angola"[6]. Os colonos consideravam Angola a sua "terra comum", a sua nova casa em África[7]. Esta ligação à terra angolana foi-se consolidando à medida que mais brancos se foram estabelecendo de forma permanente na colónia, deixando de ser uma população flutuante para formar uma comunidade radicada no território[8]. Porém, a imprensa evidencia também que os colonos brancos estavam integrados no espaço físico angolano, mas não no ambiente social africano. Ou melhor, os colonos brancos representavam-se politicamente como parte integrante duma paisagem social angolana que não era necessariamente africana, ou pelo menos só africana. Isto é, a sua identificação política com Angola não correspondia verdadeiramente à assunção de uma africanidade, pelo menos no sentido de negra e tal como ela é entendida no mundo pós-colonial, mas antes a uma forma de euro-africanidade. Uma euro-africanidade que realçava a superioridade da cultura europeia transplantada para a colónia e que colocava em segundo plano as características culturais propriamente africanas de Angola, ainda que não as negasse por completo. É pois neste contexto que devemos entender o projecto político autonomista e, em parte, até nacionalista dos brancos de Angola[9].

---

[4] *Jornal de Benguela*, Ano II, n.º 16, de 16 de Abril de 1913, p. 5. DELGADO, Ralph – *A famosa e histórica Benguela*. Lisboa: Ed. do Governo do Distrito, 1940, p. 329-340.

[5] *Jornal de Benguela*, Ano XV, n.º 17, de 23 de Abril de 1926, p. 1-2.

[6] *Jornal de Benguela*, Ano VIII, n.º 17, de 25 de Abril de 1919, p. 1.

[7] *Jornal de Benguela*, Ano XIII, n.º 33, de 15 de Agosto de 1924, p. 2.

[8] *Jornal de Benguela*, Ano VIII, n.º 32, de 8 de Agosto de 1919, p. 1.

[9] Sobre a passagem do protesto autonomista branco ao nacionalismo euro-africano veja-se: PIMENTA, Fernando Tavares – *Brancos de Angola. Autonomismo e Nacionalismo, 1900-1961*. Coimbra: Minerva, 2005.

Na realidade, a ideia de construir uma nova nacionalidade em terras angolanas estava profundamente enraizada no espírito dos colonos brancos. Aliás, no cerne das políticas de povoamento branco do interior da colónia havia o objectivo de lançar as bases para a construção duma nova pátria nos planaltos de Angola. Esta nova pátria era entendida como uma espécie de Nova Europa[10], mais precisamente como uma "Nova Lusitânia"[11]. Para os colonos, essa "nova pátria" teria o seu "lugar" no quadro duma ampla "Confederação Luso-Brasileira", constituída por Portugal, Brasil e as colónias portuguesas de África[12]. Uma espécie de *Commonwealth* lusitana. Assim, os colonos perspectivavam para Angola uma evolução análoga à da África do Sul. Isto é, a formação de um Estado de matriz europeia, governado pelos colonos brancos, mas ligado à mãe pátria por laços políticos de tipo federal. Era precisamente esta ideia que estava na base do projecto de autonomia colonial proposto pelo jornalista José de Macedo em 1910[13]. Um projecto que também foi defendido por vários partidos políticos formados por brancos na década de 1920, nomeadamente o Partido Pró-Angola[14].

No entanto, o projecto político dos brancos angolanos foi liminarmente rejeitado e duramente reprimido pela ditadura colonial de Salazar. Repressão que ocasionou momentos de grande tensão política e militar entre o governo metropolitano e os colonos, entre os quais salientamos a revolta de Luanda de 20 de Março de 1930 e o movimento conspirativo que "resultou" na prisão e deportação para Portugal do Vigário Geral de Angola, Monsenhor Alves da Cunha, em 1941[15]. Mas, em vez de eliminar, a repressão colonial provocou – por reacção – uma radicalização do protesto político dos brancos no sentido nacionalista e independentista. Uma transformação já visível nos objectivos políticos expressos pela Organização Socialista de Angola (OSA) em 1940 e, sobretudo, pela Frente de Unidade Angolana (FUA) em 1961. Destacamos a modificação da visão do chamado "problema indígena" no programa político de ambos os movimentos nacionalistas, que eram formados maioritariamente por brancos e mestiços, filhos de colonos. De facto, enquanto na 1.ª República os colonos brancos viam os indígenas numa perspectiva quase só económica, como mão de obra barata, a OSA e a FUA defendiam explicitamente a "elevação política das massas africanas". Isto significa que pelo menos alguns sectores nacionalistas euro-africanos aceitavam a incorporação política não só das elites mestiça e negra assimilada, mas de toda a população negra indígena[16].

---

[10] Sobre o conceito de "Nova Europa" veja-se CROSBY, Alfred W. – *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

[11] *Jornal de Benguela,* Ano XI, n.º 5, de 3 de Fevereiro de 1922, p. 1. FERREIRA, Vicente – "A Nova Lusitânia – Angola". Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* n.º 7 e 8, Julho/Agosto de 1948.

[12] *Jornal de Benguela,* Ano VIII, n.º 9, de 28 de Fevereiro de 1919, p. 4.

[13] MACEDO, José de – *Autonomia de Angola.* Lisboa: Edição do Autor, 1910, p. 83.

[14] CASTRO, J. Veloso de – "Anotações". In: PINTO, Júlio Ferreira – *Angola. Notas e comentários de um colono.* Lisboa: J. Rodrigues, 1926, p. 522-523.

[15] PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 144-168.

[16] AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Frente de Unidade Angolana (FUA), Processo 515-Sr/61, 3059. ANGOLANA, Frente de Unidade – *À População de Angola.* Benguela: FUA, Abril de 1961. DÁSKALOS, Sócrates – *Um testemunho para a História de Angola. Do huambo ao huambo.* Lisboa: Vega, 2000, p. 46-47 e 86.

Contudo, neste artigo, a questão que nos interessa aprofundar é a da transformação das identidades e do projecto político dos brancos ao nível das representações políticas da cultura colonial de Angola. Por isso, vamos analisar a acção de três instituições, com objectivos à primeira vista culturais – mas de fundo claramente político – , que tiveram um papel central no processo de construção de uma identidade nacional angolana através da literatura: a Casa dos Estudantes do Império (CEI), a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) e a Sociedade Cultural de Angola (SCA). De facto, na década e meia posterior ao fim da 2.ª Guerra Mundial, as novas gerações de brancos angolanos tomaram parte no processo político-literário de construção duma identidade nacional especificamente angolana. Em termos económicos e sociais, esses jovens faziam parte dos estratos médios urbanos e todos, ou quase todos, frequentaram o ensino secundário nos liceus Diogo Cão, no Lubango (Sá da Bandeira), e Salvador Correia, em Luanda, que eram os únicos que ministravam o ciclo completo, ou senão nos liceus da metrópole, para onde alguns iam ainda crianças a fim de terem uma educação mais cuidada. Em termos políticos, esses jovens brancos tinham tido a sua primeira sociabilização política no seio do próprio ambiente familiar, geralmente caracterizado por uma forte oposição à ditadura e por uma adesão aos princípios democráticos e autonomistas da 1.ª República. As literaturas portuguesa, brasileira e estrangeira de pendor realista e neo-realista também influenciaram a sua formação política[17]. A Casa dos Estudantes do Império, a Associação dos Naturais de Angola e a Sociedade Cultural de Angola serviram de espaços de consciencialização política desses jovens, dando-lhes os instrumentos para construírem uma autêntica identidade nacional. Vejamos então de forma detalhada a acção de cada uma dessas instituições.

Fundada em 1944, a Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) foi uma agremiação académica de estudantes coloniais na metrópole que desempenhou importantes funções sociais, culturais e de formação cívica e ideológica dos estudantes provenientes de todo o Império Colonial Português. Embora com sede em Lisboa, a CEI tinha delegações em Coimbra (1945-1965) e no Porto, que na prática tinham um funcionamento autónomo[18]. Na sua origem esteve a Casa dos Estudantes de Angola (CEA) fundada em 1 de Dezembro de 1943, em Lisboa, por algumas dezenas de estudantes dos liceus e das Universidades de Lisboa, de Coimbra e do Porto. Entre os seus fundadores estiveram alguns indivíduos que anteriormente tinham pertencido à Organização Socialista de Angola, em especial os irmãos Sócrates e Alexandre Dáskalos[19]. Na sequência da sua criação surgiram as Casas dos Estudantes da Índia e de Cabo Verde, que funcionaram na dependência da CEA, bem como a Casa dos Estudantes de Moçambique, que tinha um funcionamento independente, possivelmente em torno de um núcleo de estudantes de Lourenço Marques em Coimbra[20]. O Estado Novo, interessado em controlar o movimento associativo dos

---

[17] CARVALHO, Américo de – *Angola. Anos de Esperança*. Coimbra: Minerva, 2001, p. 25-27.

[18] ACEI – *Mensagem. Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994*. Lisboa: ACEI, 1997, p. 23-25.

[19] AN/TT, Fundo Casa dos Estudantes do Império – Ficheiro de Lisboa; DÁSKALOS, Sócrates – *A Casa dos Estudantes do Império. Fundação e primeiros anos de vida*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993, p. 6-7.

[20] ANTT, Fundo Casa dos Estudantes do Império – Ficheiro de Coimbra.

estudantes coloniais, promoveu então a unificação das várias instituições de apoio aos jovens coloniais numa única instituição imperial, a Casa dos Estudantes do Império. A fundação da Casa dos Estudantes do Império foi por isso apadrinhada pelo próprio Ministro das Colónias, Marcelo Caetano[21].

No entanto, apesar das aspirações de controlo por parte do Estado Novo, a Casa dos Estudantes do Império cedo se mostrou contrária à tutela política do regime salazarista. De facto, a CEI teve um papel muito significativo no processo de consciencialização política das elites das colónias portuguesas, nomeadamente de Angola. A formação política dessas elites foi desde logo influenciada pelas estreitas relações políticas da CEI com o Partido Comunista Português e com o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em especial com a sua secção juvenil (MUD Juvenil). Aliás, muitos dos estudantes coloniais participaram activamente na oposição política ao Estado Novo[22]. Numerosos foram pois os estudantes angolanos brancos que se salientaram na política, nas artes e nas letras. Destacamos os casos de Sócrates Dáskalos, dirigente da Organização Socialista de Angola e da Frente de Unidade Angolana, Antero de Abreu e Urbano Fresta, jovens dinamizadores da Delegação de Coimbra da CEI e futuros membros dos Movimentos Democráticos em Angola, os irmãos David e José Bernardino, militantes do MUD Juvenil e do PCP, os escritores Alexandre Dáskalos e Alda Lara, os literatos Carlos Ervedosa, Fernando Mourão, Fernando Costa Andrade, etc.[23].

De grande significado cultural e político foi a publicação pela sede de um boletim literário intitulado *Mensagem* (1947-1964)[24]. Este boletim procedeu à consciencialização política dos jovens coloniais, ao mesmo tempo que desenvolveu uma intensa actividade cultural, mormente literária. Em Lisboa publicaram-se também várias antologias de poesia da autoria de jovens escritores africanos (brancos, mestiços e negros). A Delegação de Coimbra acompanhou o passo de Lisboa, publicando um jornal de parede e dois boletins literários de mais breve duração, designados respectivamente de *Momento* e de *Meridiano*. O *Meridiano* foi publicado pelo menos durante oito anos, mas poucos são os números conhecidos que sobreviveram até ao presente[25]. Para além disso, os estudantes coloniais de Coimbra colaboraram em diversas actividades literárias da região, em especial no *Novo Cancioneiro* e no jornal *Via Latina*, da Associação Académica de Coimbra, entre outros[26]. A Casa dos Estudantes do Império desempenhou portanto um papel muito significativo no processo de formação das literaturas das colónias portuguesas, em especial de Angola.

---

[21] ACEI – ob. cit., p. 23-24. FARIA, António – *A Casa do Estudantes do Império - Itinerário histórico.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

[22] VILAÇA, Alberto – *O MUD Juvenil em Coimbra. História e Estórias.* Porto: Campo das Letras, 1998, p. 61.

[23] ROCHA, Edmundo – "A Casa dos Estudantes do Império nos anos de fogo". In: ACEI – *Mensagem. Cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império, 1944-1994.* Lisboa: ACEI, 1997, p. 104. PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 195-197.

[24] ACEI – ob. cit., p. 41-62.

[25] Os poucos exemplares originais conhecidos encontram-se no Espólio do Dr. Alberto Vilaça, que amavelmente nos forneceu as respectivas fotocópias.

[26] RIBEIRO, Maria Aparecida – "O momento coimbrão nas literaturas de Angola e Moçambique". In: *Actas do Congresso de História da Universidade*, vol. III. Coimbra: 1991.

Relativamente à composição racial da CEI, os brancos estavam em maioria, pelo menos no que diz respeito às secções de Angola e de Moçambique, sendo diferentes os casos de Cabo Verde e de Goa[27]. Mas a relativa ausência de discriminação e de racismo dentro da Casa dos Estudantes do Império permitiu uma aproximação – e mesmo colaboração ao nível da vida associativa – de jovens brancos, mestiços, negros, indianos e chineses, provenientes de todas as colónias portuguesas[28]. Isto não significa que houvesse uma total integração política entre os vários segmentos que formavam o universo associativo da CEI. Aliás, não deixa de ser significativo o facto de uma parte dos estudantes negros e mestiços presentes na metrópole terem sentido a necessidade de criar uma instituição própria, à margem da CEI, que se materializou na formação dum Centro de Estudos Africanos em Lisboa em 1954[29]. Posteriormente, alguns desses jovens mestiços e negros formaram o Movimento Anticolonial (MAC), que se colocou num plano político de oposição frontal ao regime colonial português. Do MAC saíram alguns dos fundadores e dos dirigentes de certos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas (MPLA, PAIGC, FRELIMO), nomeadamente Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Gentil Viana, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos[30].

Por outro lado, as estreitas relações com os meios políticos de oposição à ditadura valeram à Casa dos Estudantes do Império a apertada vigilância e a repressão policial do Estado Novo. Na década de 1950, a CEI teve de suportar as comissões administrativas impostas pelo governo e a Delegação de Coimbra enfrentou mesmo uma tentativa de fecho em 1959, mas a comunidade estudantil colonial, com o apoio da Academia de Coimbra, conseguiu resistir à intromissão do regime. Contudo, as fugas para o estrangeiro de muitos estudantes coloniais em 1961/1962, a forte repressão política que se seguiu à Crise Académica de 1962 e a concorrência da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos (PEU)[31], organismo criado pelo governo para desviar os novos estudantes coloniais da CEI, acabaram por enfraquecer a Casa dos Estudantes do Império. Os próprios estudantes nacionalistas que permaneceram na metrópole acabaram por desenvolver as suas actividades noutros espaços, menos conotados com o nacionalismo e por isso menos vigiados pela PIDE. Em Coimbra, destacaram-se, por exemplo, as Repúblicas Kimbo dos Sobas e Milyonários, cujos membros ajudaram na preparação da fuga de Daniel Chipenda. O "golpe de misericórdia" foi dado em Setembro de 1965, quando a PIDE encerrou definitivamente a Casa dos Estudantes do Império em Lisboa e em Coimbra[32].

---

[27] AN/TT, Fundo Casa dos Estudantes do Império – Ficheiros de Lisboa, de Coimbra e do Porto.

[28] ACEI – ob. cit., p. 23-30. Para um retracto literário do ambiente associativo na CEI veja-se: PEPETELA – *A geração da Utopia*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

[29] ANDRADE, Mário Pinto de; MESSIANT, Christine – "Sur la première génération du MPLA: 1948-1960. Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982)". In: *Dynamiques religieuses en Lusophonie contemporaine. Lusotopie*, 1999, p. 185-221.

[30] MATEUS, Dalila Cabrita – *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999, p. 65-114.

[31] A PEU foi fundada em 1961 e manteve-se activa pelo menos até 1976. Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, Processos Individuais (Caixas). CUNHA, J. M. da Silva – *Portugal há-de continuar*. Lisboa: AGU, 1963.

[32] *Jornal de Benguela*, n.º 4098, de 9 de Setembro de 1965, p. 2. Veja-se também: AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império, Processo 3529/62, 3352.

No entretanto, em Angola vários grupos de jovens intelectuais promoviam a criação duma literatura nacional angolana. Na realidade, a literatura angolana começou a tomar formas mais definidas a partir de 1948, graças ao esforço colectivo de um grupo de jovens escritores brancos, mestiços e negros, denominado "Movimento dos Novos Intelectuais de Angola", cujo lema era "Vamos descobrir Angola!"[33]. O projecto político deste grupo consistia na edificação duma cultura e identidade angolana unificada, capaz de ultrapassar as divisões raciais, étnicas, sociais e políticas da população de Angola e de a mobilizar para um fim comum, o de construir o Estado-Nação Angolano. Assim, brancos naturais de Angola, mestiços, filhos de colonos, e alguns negros assimilados transpuseram as distâncias produzidas pelas diferenças da cor para trabalharem em conjunto em prol da unidade nacional e da independência de Angola. Um trabalho por enquanto eminentemente intelectual e literário. Como tal, a literatura produzida por estes jovens misturava elementos africanos tradicionais, nativistas e europeus, bem como influências do neo-realismo português e brasileiro e da negritude de Senghor, numa síntese cultural angolana. Foi assim que surgiu a ideia de angolanidade, que exprimia essa emergente identidade nacional angolana e que recusava a ideia "imperial" duma "portugalidade" estendida a Angola[34]. Tratava-se de uma ideia eminentemente telúrica, emergida na literatura angolana nas décadas de 1940 e 1950 e criada como instrumento político de oposição ao colonialismo português. Refira-se que a ideia da angolanidade exprimia não só uma identificação com a terra e com o espaço físico angolano, mas também a vontade de integração social, cultural e política de todos os componentes demográficos de Angola[35].

Estes jovens intelectuais encontraram nas revistas das principais associações culturais angolanas os instrumentos adequados para difundir essa literatura nacional e assim criar uma consciência cultural do todo angolano, uma espécie de identidade nacional, que antes de mais havia de ser cultural e literária. Tratavam-se das revistas *Mensagem*, da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), e *Cultura*, da Sociedade Cultural de Angola (SCA). *Mensagem* "lançou", por assim dizer, os poetas Viriato da Cruz (mestiço), Agostinho Neto (negro) e António Jacinto (branco)[36]. De facto, cada um dos poetas angolanos representou, a seu modo, o drama das relações coloniais e as suas implicações no campo racial. A este respeito, António Jacinto escreveu:

O meu poema sou eu-branco / montado em mim-preto / a cavalgar pela vida[37].

---

[33] OLIVEIRA, Mário António Fernandes de – *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990, p. 371-384. ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro de literatura angolana*. Lisboa: Sociedade de Escritores de Angola, 1979.

[34] MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980, p. 251-255, 331-346 e 367-374.; LARANJEIRA, Pires – "Angolanidade". In: COELHO, Jacinto Prado – *Dicionário de literatura portuguesa brasileira galega africana Estilística Literária. Actualização* (1.º volume). Lisboa: Figueirinhas, 2002, p. 83.

[35] PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 52-54.

[36] ANDRADE, Mário Pinto de; TENREIRO, Francisco – *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*. Lisboa: 1953. LARANJEIRA, Pires – *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 93-170.

[37] No poema "Já quer e já sabe", transcrito em MARGARIDO, Alfredo – ob. cit., p. 60.

A Associação dos Naturais de Angola e a Sociedade Cultural de Angola foram portanto fundamentais em todo este processo literário e político, pois eram espaços de consciencialização política nacionalista dos jovens angolanos, os únicos possíveis numa sociedade severamente reprimida pelo poder colonial. Relativamente à Associação dos Naturais de Angola, esta era a herdeira directa do Grémio Africano, fundado durante a 1.ª República e que tinha mudado de nome para Centro Africano em 1937 e depois para ANANGOLA em 1947[38]. Em termos sociológicos, a ANANGOLA era constituída por uma maioria de mestiços e de negros, sobretudo nativos, mas também por um número substancial de brancos naturais de Angola. De grande relevo foi – como já referimos – a publicação da revista *Mensagem*, órgão da ANANGOLA, que lançou as bases político-literárias da identidade nacional angolana, mas cuja publicação o regime colonial proibiu em 1951. Aliás, vigiada de perto pela polícia política, a ANANGOLA viu alguns dos seus associados serem presos, primeiro em 1959 e depois em 1961, entre os quais o escritor António Jacinto. Mesmo assim, a ANANGOLA continuou a dar cobertura às actividades políticas de muitos nacionalistas brancos, mestiços e negros. Em 1962/1963, uma tendência liderada pelo escritor mestiço – mas membro da Frente de Unidade Angolana – Aires de Almeida Santos procurou converter essa associação na base de um futuro movimento político multirracial, capaz de trabalhar em conjunto com os nacionalistas no exílio em prol da independência de Angola. Mas o regime colonial eliminou rapidamente qualquer veleidade política da ANANGOLA, prendendo Aires de Almeida Santos e substituindo a direcção eleita por uma comissão administrativa em Janeiro de 1964. A ANANGOLA foi então expurgada dos seus elementos nacionalistas e transformou-se pouco depois numa mera associação recreativa (ABECUL), cujas actividades eram estritamente controladas pela PIDE[39].

Por sua vez, a Sociedade Cultural de Angola (SCA) foi fundada por um conjunto de colonos brancos, de orientação política republicana e democrática, em 1942. Como tal, a SCA era composta por uma maioria de colonos progressistas angolanizados e de brancos nascidos na colónia, bem como por alguns mestiços, filhos de colonos. Nas estruturas e actividades da SCA participaram vários jovens intelectuais angolanos brancos – Luandino Vieira (José Graça), António Cardoso, Adolfo Maria – e também vários portugueses progressistas com uma forte ligação à colónia - Eugénio Ferreira, Julieta Gandra, Alfredo Tito de Morais, Calazans Duarte, António Veloso, etc.[40]. Em termos literários, a SCA recuperou o trabalho político-identitário efectuado anos antes em torno da revista *Mensagem* da ANANGOLA, mediante a publicação da segunda série da revista *Cultura* (1957-1961). Além disso, promoveu a troca de correspondência, de poemas, de livros e de crítica literária com a Casa dos Estudantes do Império, a qual mantinha, por sua vez, contactos com um pequeno grupo de intelectuais

[38] RODRIGUES, Eugénia – *A Geração Silenciada. A Liga Nacional Africana e a representação do branco em Angola na década de 30.* Porto: Afrontamento, 2003, p. 56-57.

[39] AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), Processo 595. Public Record Office (PRO), FO 371/176932, *Summaries of developments in Mozambique and Angola*, 1964.

[40] AN/TT, Arquivo PIDE/DGS – Frente de Unidade Angolana, Processo 515-Sr/61, 3059. A este respeito veja-se a descrição de Adolfo Maria em PIMENTA, Fernando Tavares – ob. cit., p. 39-40. CASTRO, Norberto – *Ano de Kassanji*. Luanda: Mulemba Ua Xá Ngola, 1996, p. 67-71.

angolanos instalados em França e na Alemanha, nomeadamente Mário Pinto de Andrade, membro da revista *Présence Africaine*. Graças a esta "rede" de contactos foi possível internacionalizar alguns escritores angolanos, nomeadamente os poetas Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Aires de Almeida Santos, António Jacinto, António Cardoso, Alexandre Dáskalos e Alda Lara (os últimos quatro brancos naturais de Angola), o novelista Luandino Vieira (natural de Portugal, mas criado, desde tenra idade, em Angola) e o repórter e poeta Ernesto Lara Filho (branco natural de Angola, irmão de Alda Lara)[41].

Em termos propriamente políticos, a Sociedade Cultural de Angola deu cobertura às actividades de certos movimentos políticos nacionalistas, nomeadamente o Partido Comunista Angolano (PCA) e o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA). Este último movimento foi fundado por alguns intelectuais brancos da SCA na sequência das eleições presidenciais de 1958. Mas antes que conseguisse ganhar projecção política, o MLNA foi eliminado pela PIDE em 1959. A PIDE prendeu então dezenas de indivíduos, brancos, negros e mestiços, que mais tarde foram julgados e condenados no chamado "Processo dos 50". Para além destas prisões, a Sociedade Cultural de Angola foi muito afectada pelas prisões realizadas pela polícia política em 1961 (Luandino Vieira, António Cardoso, etc.) e pela saída para o exílio de alguns dos seus membros em 1962 (Adolfo Maria, Adelino Torres). Mesmo assim, a SCA continuou as suas actividades em prol da causa angolana e foi uma das principais patrocinadoras do 1.º Encontro de Escritores Angolanos, no Lubango, em 1963. Porém, a pressão da PIDE acabou por conduzir à sua supressão pelo regime colonial em Março de 1966, sob o pretexto de que a SCA se tinha desviado dos fins para que fora constituída[42].

Neste sentido, a análise evidencia uma notável evolução política ao nível das identidades, representações e projectos políticos dos colonos brancos em Angola. Da afirmação de uma gesta da colonização branca, que atribuía aos colonos o controlo do Estado colonial, os brancos passaram a colaborar na construção de uma identidade nacional angolana que envolvia a maioria negra indígena, para além das minorias branca e mestiça. Em termos culturais, muitos intelectuais brancos estiveram entre os promotores da literatura angolana, que exprimia um ideal de união e de fraternidade entre todos os angolanos. De facto, a ideia de angolanidade não excluía ninguém, mas, pelo contrário, chamava todos os segmentos demográficos do país à construção da "Nação". No entanto, os intelectuais brancos sofreram duramente a repressão do regime colonial. Repressão que castrou as possibilidades de uma autêntica integração política entre nacionalistas brancos, mestiços e negros, na medida em que eliminou os principais espaços de sociabilização – e de consciencialização – política, para além de cultural, que os angolanos tinham à sua disposição: a CEI, a ANANGOLA e a SCA. Um factor que determinou a transferência da luta nacionalista

[41] AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Sociedade Cultural de Angola, Processo 5551, 7397.

[42] *Boletim Oficial de Angola*, n.º 10, IIª Série, de 5 de Março de 1966; AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Sociedade Cultural de Angola (SCA), Processo 5551, 7397. AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Movimento de Libertação Nacional de Angola (MNLA), Processo 3474/59, 2968. AN/TT, Arquivo PIDE/DGS, Eugénio Bento Ferreira, Processo 289/51, 2681.

do interior da colónia para o exílio, pela mão de movimentos nacionalistas rivais, que estavam divididos entre si por linhas ideológicas, mas também regionais e até raciais. Daí a ausência de uma plataforma nacionalista unificada durante a guerra de independência, com as consequências que disso advieram para a paz e para a unidade do povo angolano.

# A Literatura de Propaganda Colonial no Portugal Contemporâneo Vintecentista

José Luís Lima Garcia

GARCIA, José Luís Lima – "A Literatura de Propaganda Colonial no Portugal Contemporâneo Vintecentista".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 305-315.

**José Luís Lima Garcia**. Professor-Coordenador de História e Cultura dos Média, na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico da Guarda. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Uma das melhores formas de despertar o interesse pelo património colonial foi sem dúvida a literatura. Sendo Portugal um país com uma história rica, não se compreendia que vivendo há séculos de aventuras marítimas e do contacto com outras civilizações pudesse continuar a deter até ao início do século XX, exceptuando-se a narrativa de viagens dos séculos XV e XVI, uma literatura tão pouco interessada nos enquadramentos paisagísticos e humanos tropicais. O desinteresse por um manancial de valores humanos tão ricos foi tal que nos poderia levar a supor que dum povo com uma formação antropológica tão complexa e diversa, com uma geografia física especialmente virada para o mar e com uma história particularmente rica no enfrentar de novas situações, tivesse havido um comportamento literário tão pouco produtivo face à riqueza e à imensidade das fontes de inspiração.

Foi no contexto desta carência literária que a Agência Geral das Colónias se decidira pela utilização de mais esta estratégia de propaganda do Portugal Ultramarino, tomando a iniciativa de promover anualmente um Concurso de Literatura Colonial, suportado jurídica e politicamente pelo Ministério das Colónias, de acordo com a Portaria n.º 4.565, publicada no *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1926[1]. A referida Portaria fazia algumas considerações preambulares importantes sobre a filosofia política subjacente a esta iniciativa ministerial de divulgação da cultura imperial até então pouco reconhecida e considerada mesmo, no âmbito de pressupostos próximos de um exotismo paisagístico e humano, muito comum à perspectiva etnocêntrica das metrópoles colonizadoras. Assim, a implementação desta cultura imperial teria de passar pelo destaque a ser dado a uma educação literária assente na divulgação da língua e literatura portuguesas, valores que continuariam a testemunhar esta presença nesse espaço geográfico tão diverso de dominação. Entre outros argumentos, o legislador acentuava a necessidade de "intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colónias e da obra colonial portuguesa... considerando que este género de literatura está muito pouco desenvolvido entre nós, provavelmente por falta de estímulo e iniciativa"[2].

Logo, este projecto não visava somente o incentivo da cultura colonial, mas também deveria servir de estímulo à leitura, tendo em conta que apesar da nossa literatura ter valores de projecção universal como Luís de Camões, o português não tinha sido por excelência um povo literário. Nesse sentido, o Ministério da Instrução, uma outra entidade estatal que apoiava este certame, propusera uma verba no seu orçamento destinada à aquisição de um número significativo de exemplares das obras premiadas que poderia alternar entre 500 e os 1.000 exemplares, a serem distribuídos pelos diferentes estabelecimentos de ensino público, da Metrópole e do Ultramar. Para apoiar a estrutura onerosa de uma realização como esta, contava também a Agência Geral das Colónias com a ajuda de outras instituições, nomeadamente com empresas e companhias coloniais que se prestavam a fazer doações pecuniárias que pudessem cobrir os valores financeiros inicialmente previstos para a atribuição dos prémios. E a adesão a este projecto foi significativa, pois cinco meses depois da

[1] *Vide* "Serviços da Agência Geral das Colónias – Concurso de Literatura Colonial." In: *Boletim da Agência Geral das Colónias.* Lisboa: Ano II, Janeiro de 1926, n.º 7, p. 169.

[2] Idem, *Ibidem.*

promulgação no *Diário do Governo* do regulamento deste certame literário já a Agência detinha os montantes financeiros necessários para assegurar os dois primeiros prémios, dos três inicialmente previstos pela Portaria do Ministério das Colónias[3].

De entre os subscritores que contribuíram com um montante de 1.000$00 devemos realçar o "Banco Nacional Ultramarino", a "Companhia dos Diamantes de Angola", a "Companhia do Petróleo de Angola", a "Companhia do Príncipe" e a "Sociedade Agrícola Vale Flor". Com um montante inferior de apenas 100$00, sobressaíram duas companhias, a do "Caminho-de-Ferro de Benguela", em Angola, e a do "Búzi", em Moçambique, perfazendo o total dessas contribuições pecuniárias a quantia de 7.250$00, quantia suficiente para garantir o valor dos dois prémios inicialmente estipulados, mas insuficiente para assegurar a atribuição de um terceiro prémio ou ainda de um prémio *ex – aequo*, situação muito comum de encontrar nestes certames de literatura. O júri deste primeiro concurso, presidido pelo dr. Artur Tamagnini Barbosa, em representação do Director Geral dos Serviços Centrais do Ministério das Colónias, votara para o 1.º prémio, no valor de 5.000$00, a obra de Gastão de Sousa Dias, *África Portentosa*, tendo o 2.º, de 2.500$00, sido atribuído à obra de Manuel Brito Camacho, *Pretos e Brancos*[4]. Após a distribuição dos prémios pecuniários tinha ficado um saldo positivo de 1.650$00, valor que o júri deliberou endossar ao Agente Geral das Colónias para o empregar na divulgação do próximo evento literário[5].

Dos premiados nestas primeiras seis edições em que o dr. Armando Cortesão foi responsável pela Agência Geral das Colónias[6], deveremos destacar a figura de um dos autores mais reconhecidos neste certame, Julião Quintinha. Autodidacta, começara por ser operário na sua terra natal, Silves, e mais tarde fundara um semanário de grande circulação, o *Alma Algarvia*. E foi numa extenuante viagem profissional (durara mais de dois anos) às colónias portuguesas e inglesas da África Austral e Oriental, ao serviço do *Jornal da Europa*, que tivera oportunidade de publicar reportagens dos aspectos que tinha visto em S. Tomé, Angola, Moçambique, Egipto e União – Sul – Africana, e encontrar a inspiração para, num tão curto espaço de tempo, conseguir arrecadar três prémios, em diferenciados concursos de literatura organizados pela Agência Geral das Colónias. Aliás, o dr. Armando Cortesão, num artigo que escrevera para o *Boletim*, a propósito deste "Quinto Concurso", prestava-lhe homenagem por este feito, salientando que "Julião Quintinha, um dos maiores valores do jornalismo e da literatura colonial portuguesa, veio pela terceira vez ao Concurso de Literatura

---

[3] Os prémios previstos, pelo artigo 4º, da Portaria 4: 565, deveriam ser respectivamente de 5.000$00 e 2.500$00 para os dois primeiros classificados, podendo no entanto o júri vir a aumentar o valor pecuniário dos mesmos, ou em alternativa criar ainda um terceiro prémio. Idem. In: *Ibidem*, p. 170.

[4] *Vide* "Serviços da Agência Geral das Colónias – Primeiro Concurso de Literatura Colonial "*Boletim* n.º 14, Agosto de 1926, p. 157-158.

[5] Acta elaborada no dia 29 de Julho de 1926 e que recomendava ao Ministério da Instrução a distribuição pelas escolas dos livros premiados de Sousa Dias e Brito Camacho. Quanto ao saldo de 1.650$00 seria empregue em prol de uma maior divulgação deste evento colonial. *Vide* "Acta". In: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano II, Agosto de 1926, n.º 14, p. 157.

[6] Entre 1926 e 1932, período em que o dr. Armando Cortesão esteve á frente da Agência Geral das Colónias, foram cinquenta e cinco os trabalhos submetidos a este certame literário, e distribuídos prémios no montante de mais de 50.000$00. *Vide* "Concurso de Literatura Colonial". In: *Boletim da Agência Geral das...*, Ano VII, Novembro de 1931, n.º 77, de Novembro de 1931, p. 148 -149, especialmente p. 148.

Colonial. No terceiro Concurso, em 1928, conquistou o terceiro prémio com a sua *África Misteriosa*; no quarto, em 1929, obteve o segundo prémio *ex-aequo* com Augusto Casimiro, com o seu *Oiro Africano* que constituía a segunda parte da *África Misteriosa*; agora, alcançou triunfalmente o primeiro prémio com o seu admirável livro *A Derrocada do Império Vátua*. Não será isto a sua definitiva consagração como escritor colonial?"[7]

Com a segunda fase deste Concurso de Literatura, a partir de 1932, em pleno emergir do Estado Novo, a estratégia política era outra e como prova desse facto estava a perda da autonomia financeira da Agência a favor do Ministério das Colónias, agora tutelado por um ministro da confiança política do dr. Oliveira Salazar, o dr. Armindo Monteiro. A grande alteração no regulamento desta segunda fase foi a criação de três categorias de prémios, de acordo com os géneros que se pretendiam realçar e promover. Assim, as modalidades a concurso passaram a ser as seguintes: 1.ª categoria: inseridos no campo do conto, ficção, narrativa, novela, relato de aventuras, romance; 2.ª categoria: obras sobre biografias, etnografia, história e viagens; 3.ª categoria: todo o tipo de obras que se integrassem na "literatura científica".

Nesta segunda fase de vida da Agência Geral das Colónias, entre 1932 e 1951, conhecida também pela fase "do Império", a figura que viria a surgir como das mais premiadas no concurso literário da Agência era a de um militar que, trinta anos mais tarde, viria a protagonizar algumas das acções mais rocambolescas da oposição contra o regime que havia servido convictamente, desde os primeiros momentos da sua formação. Estamos a referir-nos à figura controversa de Henrique Galvão que agora, nesta fase, se sobrepunha à influência que neste certame Julião Quintinha havia tido anteriormente, com a conquista de três prémios. A ligação do militar ao Concurso da Agência Geral das Colónias remontava ao ano de 1929, aquando da realização da quarta edição deste evento, tendo na altura apresentado à consideração do júri um livro de crónicas, a que simbolicamente pusera o título de *Em Terra de Pretos*, e que resultara de uma série de impressões que recolhera entre os anos de 1927 e 1929, durante a estadia em Angola, possessão para onde fora deportado depois da conspiração que, conjuntamente com Fidelino de Figueiredo e Filomeno da Câmara, o chamado grupo dos "fifis", intentara contra o general Óscar Carmona, em Agosto de 1927. A estreia de Galvão neste acontecimento literário não foi a mais auspiciosa, não só porque o primeiro prémio desta quarta edição não foi atribuído, como ainda a sua obra *Terra de Pretos* foi excluída, conjuntamente com mais outras três[8].

Mau grado as críticas e a desclassificação que a sua obra sofrera no IV Concurso de 1929, Henrique Galvão voltara a concorrer dois anos depois, no VI Concurso de 1931, com a obra *O Velo d'Oiro*. Neste novo enredo, passado também em Angola, Galvão socorria-se de uma estória sobre a colonização em Africa e sobre os

---

[7] *Vide* "Quinto Concurso de Literatura Colonial". In: *Boletim da Agência.....*, Ano VII, Abril de 1931, n.º 70, p. 161-167, especialmente p. 162.

[8] Juntamente com a obra de Henrique Galvão foram ainda excluídas neste IV Concurso de Literatura Colonial as seguintes obras: *Amor no Degredo e Dedicação*, de Sousa Nunes; *Os Aventureiros da Selva*, de J. Amaral Júnior e J. Fidalgo dos Santos; *Episódios da Zambézia*, de Francisco Gavicho de Lacerda. *Vide* "Acta da reunião do Júri". In: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano VI, Janeiro de 1930, n.º 55, p. 163-165, especialmente p. 163.

preconceitos que perpassavam pela mente de muitos portugueses, sobre esse lugar mítico da geografia expansionista lusa. Segundo o narrador, essas duas ideias feitas sobre África até ao início do Estado Novo tinham a ver, por um lado, com doenças e degredados, por outro, com a procura de tesouros e "velos d'oiro", quando a verdadeira riqueza estaria na fertilidade da terra que propiciaria uma agricultura mais avançada e, com isso, a instalação de mais colonos europeus nesses territórios. Este paradigma, menos derrotista sobre a colonização branca em África, levaria o júri do Concurso de 1931 a premiar *ex-aequo* a obra *O Velo d' Oiro* do tenente Galvão, conjuntamente com *O Caminho do Oriente* e *Poetas e Prosadores*, respectivamente da autoria de Jaime do Inso e José Ferreira Martins[9].

Apesar de premiado, Galvão recusou o prémio invocando uma cláusula consignada no diploma que legitimava o novo regulamento que viria a ser promulgado um mês depois da divulgação dos resultados, em 14 de Março de 1932, e que no parágrafo único do artigo 52.º dava a possibilidade de excepcionalmente, no certame a realizar em 1933 (o VII Concurso), aos concorrentes que não tivessem obtido qualquer prémio, ou àqueles que, embora tivessem obtido um prémio, em tempo oportuno tivessem declarado não aceitar a decisão do júri, a possibilidade de voltar a concorrer com a mesma obra no ano imediato. E fazendo jus ao aforismo de que "não há duas sem três", em 1933, no VII Concurso, por sinal o primeiro com um regulamento já aprovado pelas autoridades do Estado Novo, depois de em 1932 não se ter realizado qualquer evento, o tenente Henrique Galvão acabaria por arrebatar o primeiro prémio, na primeira categoria, com a referida obra sobre a colonização portuguesa no sul de Angola[10].

No VIII Concurso realizado em 1934, este militar voltaria a concorrer aos prémios da 1.ª e 2.ª categorias da Agência Geral das Colónias com mais duas obras, respectivamente *Da Vida e da Morte dos Bichos* e *Terras do Feitiço*[11]. Mais uma vez Galvão receberia um prémio, desta vez não o primeiro, da 1.ª categoria, que foi atribuído por maioria à obra *Auá* de Fausto Duarte, mas o 2.º prémio, com o livro *Terras do Feitiço*[12]. Depois de dois anos seguidos a ser premiado, houve um intervalo entre 1935 e 1936 em que o 1.º prémio, da 1.ª categoria, foi para outros autores, neste caso para Guilhermina de Azevedo e João Augusto Silva, respectivamente com as obras *Feitiços* e *África: Da Vida e do Amor na Selva*[13]. Mas no ano de 1937, aquando da realização da XI edição deste certame, Henrique Galvão voltaria novamente a concorrer com uma obra que simbolicamente intitulou *Sol dos Trópicos*. Perante um júri presidido pelo doutor Hernâni Cidade, foi decidido nesta edição não conceder o 1.º prémio, mas foi consensual que o 2.º fosse para

---

[9] *Vide* "VI Concurso de Literatura Colonial". In: *Boletim Geral das Colónias.*, Ano VIII, Agosto/Setembro de 1932, n.ºs 86/87, p. 140-142.

[10] *Vide* "VII Concurso de Literatura Colonial-Actas das reuniões dos júris". In: *Boletim Geral das Colónia.*, Ano IX, Agosto/Setembro de 1933, n.ºs 98/99, p. 97-101.

[11] *Vide* "VIII Concurso de Literatura Colonial". In: *Boletim Geral das Colónia.*, Ano X, Maio de 1934, n.º 107, p. 270.

[12] *Vide* "Concurso de Literatura Colonial". In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Dezembro de 1934, n.º 114, p. 186-188.

[13] *Vide* "Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968". In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 525, Março de 1969, p. 33-46, especialmente p. 35-36.

este livro do aureolado militar-escritor[14]. Entretanto, após o início da Segunda Guerra Mundial, apenas em 1942 se atribuiria o 1.º prémio, da 1.ª categoria, à obra de Castro Soromenho, *Homens sem Caminho*, só voltando a ser conferido este prémio em 1944 à obra *Na Pista do Marfim e da Morte*, de Ferreira da Costa. Depois, entre 1945 e 1951, os prémios iriam para *Terra Conquistada*, de Correia de Matos, em 1945; *Sangue Cuanhama*, de António Pires, em 1948; *Julgareis Qual É Mais Excelente*, de Gastão de Sousa Dias, em 1949; e *Alvorada de Agosto*, de Luís Teixeira, em 1950[15].

Mas o concurso da Agência Geral das Colónias não se destinava só a premiar criações de narrativa ficcional, e nas 2.ª e 3.ª categorias a instituição pretendia ainda, com a mesma idiossincrasia sobre colonização e povoamento luso nos trópicos, distinguir trabalhos ligados à história e etnografia (2.ª categoria) e ainda à literatura científica (3.ª categoria). Assim, nesta 2.ª categoria, este certame literário premiaria, desde a reestruturação de 1932, entre 1933 e 1951, um conjunto de obras na área das Ciências Sociais de alguns autores já premiados na 1.ª, como foi o caso de Henrique Galvão, Gastão de Sousa Dias, Ferreira Martins. As obras entretanto distinguidas pelo júri tinham a ver com realidades coloniais diferenciadas, podendo-se encontrar temáticas históricas que iam desde aspectos generalistas como a história colonial, as biografias de descobridores, missionários e vice-reis, até temáticas específicas que abordavam a história de cada uma das colónias do Império português. No que dizia respeito a trabalhos de investigação etnográfica, a temática também era ampla e diversa, contemplando os usos e costumes mais variados de cada uma das principais possessões lusas, destacando-se pela sua originalidade aspectos associados a viagens sertanejas, a sociedades secretas indígenas, a aventuras cinegéticas, à mulher oriental. Na modalidade da literatura científica (3.ª categoria), nesse intervalo de tempo entre as décadas de trinta e cinquenta, do século XX, a Agência das Colónias apenas distinguira cinco títulos relacionados com aspectos geográficos, linguísticos e medicinais: *Angola Intangível*, de Alberto de Almeida Teixeira (1.º prémio) e *Gramática de Quimbundo*, de José Quintão (2.º prémio), no IX Concurso de 1935; *Gramática de Língua Chope* (1.º prémio), de Luís Feliciano dos Santos, no XVI Concurso, de 1942; do mesmo Feliciano dos Santos, *Dicionário Português-Chope e Chope-Português* (1.º prémio), no XXIV Concurso, de 1950; era premiada uma obra sobre a Guiné, com o título[16] *Estudos sobre o Tifo na Guiné Portuguesa* de João Leal da Silva Tendeiro, na edição XXV, de 1951. De realçar, que entre os anos de 1952 e de 1953 não se realizaram os concursos de literatura da Agência Geral do Ultramar, facto este que adivinhava, entre outras causas, uma crise na produção de obras sobre temática tropical e aspectos inadequados na regulamentação deste Concurso.

E, afinal, quais foram os aspectos que a Portaria N.º 14.691, de 4 de Janeiro de 1954, reformulara e que vieram dar nova "elasticidade" ao regulamento que havia

[14] *Vide* "XI Concurso de Literatura Colonial – actas das reuniões do júri da 1.º e 2.ª categorias". In: *Boletim Geral das Colónias*, Ano VIII, Maio de 1938, n.º 151, p. 94-98, especialmente p. 96.

[15] *Vide* "Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968". In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, n.º 525, Março de 1969, p. 36-41.

[16] Idem, *Ibidem*, p. 35-41.

vigorado durante duas décadas? No preâmbulo do documento legislativo transcrito pelo *Boletim Geral do Ultramar* N.º 343, 1 de Janeiro de 1954[17], o legislador explicava o historial do certame desde a última reorganização encetada pelo ministro Armindo Monteiro em 1932, e até às modificações posteriormente introduzidas a nível da designação dos prémios, das áreas a concurso, do nome dos patronos, do montante a desembolsar, e das possibilidades de edição das obras premiadas. Assim, criavam-se quatro novos prémios que recebiam os nomes de figuras da literatura portuguesa que ao Ultramar consagraram a maior parte da sua obra: «Camilo Pessanha», para a poesia; «Frei João dos Santos», para o ensaio (sociológico, etnográfico ou de temas relacionados com o conhecimento do homem); «Fernão Mendes Pinto», para a novelística (romance, conto ou novela); e «João de Barros», para a história.

O primeiro certame após estes "novos preceitos reguladores dos concursos literários da Agência Geral do Ultramar", o XXVI, realizara-se ainda em 1954. Perante um júri presidido pelo dr. Braga Paixão atribuíra os prémios «Camilo Pessanha», e «João de Barros» aos livros *Portugal Atlântico – Poemas de África e do Mar*, e *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique – 1753-1763*, respectivamente da autoria de Augusto Casimiro e de Alexandre Lobato[18]. Entretanto até 1969, altura em que o Concurso foi outra vez reformulado, os certames realizaram-se anualmente e foram premiando alternadamente cada um das quatro modalidades. No prémio «Camilo Pessanha», neste período de tempo, foram distinguidos autores como Amândio César, Geraldo Bessa Victor, Glória de Sant' Ana, Jorge Barbosa, Mário António, Nuno Miranda, Ruy Cinatti. De salientar que Nuno Miranda venceria por duas vezes este prémio, primeiro em 1960, com a obra *Cais de Ver Partir*, e três anos depois, em 1963, com o *Cancioneiro da Ilha.*

Quanto ao prémio «Frei João dos Santos», também foi uma das fórmulas que a instituição de propaganda do Ministério do Ultramar arranjou para distinguir todos aqueles autores metropolitanos e ultramarinos, que se devotaram ao estudo de assuntos sociológicos e etnográficos que realçassem o homem dos trópicos. Mas, para além destes aspectos etnográficos, o júri deste certame da Agência Geral do Ultramar ainda distinguiu, nesta modalidade, obras de carácter sociológico ligadas ao sindicalismo, à religião e à literatura. Assim, este prémio fizera despontar um conjunto de novos etnólogos e antropólogos especializados em problemáticas sobre as principais possessões africanas como Eduardo dos Santos, José Redinha e Morais Martins para Angola; António Carreira e Augusto Silva para a Guiné; e Luís Polonah para Moçambique. Também foram reconhecidas com este mesmo prémio, personalidades de mérito na Sociologia e noutras Ciências Sociais como Amândio César, Luís Silveira, Maria Benedita Araújo e Mário Murteira. Nas quinze edições entretanto realizadas, verificámos que apenas nos anos de 1954, 1955, 1961 e 1963 o prémio não foi concedido.

Relativamente ao prémio «Fernão Mendes Pinto», entre 1954 e 1968 foram também reconhecidos muitos trabalhos em prosa sobre a temática ultramarina, com-

[17] *Vide* "Concurso de Literatura Ultramarina – Portaria N.º 14.691". In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXIX, Janeiro de 1954, n.º 343, p. 111-117, especialmente p. 113-117.

[18] *Vide* "Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968". In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, p. 41.

provando-se que quase todos os anos houve obras a concurso com qualidade, e que as únicas excepções em que o júri não vislumbrou nenhum título merecedor do prémio foi nos anos de 1954, 1958, 1961, 1962 e 1964. Comprovámos ainda que nesta plêiade de prosadores premiados se encontravam muitos dos escritores da segunda metade do século XX que Amândio César, também um dos premiados, recenseou para o livro os *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*[19], tais como Ferreira da Costa, Guilhermina de Azevedo, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Orlando de Albuquerque, Reis Ventura e Rodrigues Júnior. Também nesta modalidade houve um autor, Manuel Lopes, duas vezes distinguido nas edições de 1956 e 1959, respectivamente com as obras *Chuva Braba* e *Galo Cantou na Baía*. Ganhou ainda com o seu romance *Flagelados do Vento Leste*, de 1959, o "Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde", em 1968[20].

No que dizia respeito ao «Prémio João de Barros», no período compreendido entre 1954 e 1968, estipulava o concurso literário da Agência Geral do Ultramar um galardão no valor de 15.000$00, o quantitativo mais elevado destes prémios, pois as outras três modalidades apenas eram contempladas com montantes no valor de 10.000$00. Nas quinze edições entretanto realizadas, a Agência apenas concedeu galardões oito vezes, nos anos de 1954, 1957, 1960, 1961, 1963, 1964, 1965, 1968. O facto deste prémio de investigação sobre o passado do património colonial português apenas ter sido concedido em oito edições, confirmava a ausência de estudiosos que se dedicassem a investigar a presença lusíada nessas paragens. Comprovava também que o maior índice de prémios foi concedido na década de sessenta, do século passado, a um conjunto de historiadores como Alexandre Lobato, Avelino Teixeira da Mota, Jofre do Amaral Nogueira, José Machado Lourenço, Luís Ferrand de Almeida, com obras ligadas à história dos territórios de Angola, Brasil e Moçambique, havendo até uma obra do padre Machado Lourenço que estudara um "mártir" do Japão, o beato João Baptista Machado de Távora[21]. Alguns deles, como é o caso do doutor Hermano Saraiva, ganhara também em 1963 este prémio, com a obra *Formação do Espaço Português*[22].

Entretanto, pela Portaria n.º 24.013, de 3 de Abril de 1969, assinada pelo ministro Silva Cunha, o Concurso de Literatura Ultramarina foi novamente alterado, pelos motivos que o preâmbulo do referido documento enunciava e que tinham a ver com algumas modiicações à Portaria n.º 14.691, que vinha já desde 4 de Janeiro de 1954. E uma das actualizações dizia respeito à criação de um prémio que distinguisse a melhor reportagem, a apresentar sobre terras ultramarinas e que pudesse homenagear a mítica personagem do autor da "carta" que da descoberta do Brasil, Pêro Vaz de Caminha. De acordo com as considerações apresentadas no preâmbulo desta Portaria,

---

[19] César, Amândio – *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1971, 529 p.

[20] *Vide* "O XXVIII Concurso de Literatura Ultramarina". In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXIII, Fevereiro de 1957, n.º 380, p. 263-266, especialmente p. 265.

[21] "Concursos de Literatura....Prémio João de Barros – 15.000$00 – «O Beato João Baptista Machado de Távora, Mártir do Japão – padre José Machado Lourenço", *Ibidem, Boletim* n.º 525, Março de 1969, p. 45.

[22] *Vide* "Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas-1926 a 1968", *Ibidem,* p. 41-46.

as razões que levaram o ministro do Ultramar a propor este prémio relacionavam-se com o facto de Vaz de Caminha na sua missiva nos dar "o exemplo de um flagrante relato como testemunha directa de um grande acontecimento da nossa história ultramarina"[23].

A partir de 1969, já com o prémio de "Reportagem" regulamentado como 5ª modalidade, a Agência Geral do Ultramar entrava no último quinquénio da atribuição destas distinções às principais obras produzidas em Portugal sobre os territórios de Além-Mar. Na 1.ª modalidade, "Poesia", foram distinguidas com o prémio «Camilo Pessanha», entre outras, obras como *Saudade Macua*, de Jorge Ferreira, em 1969; *Uma Sequência Timorense*, de Ruy Cinatti, em 1971; *Guitarra em Madeira de Asa*, de António Navarro, em 1974; na 2.ª modalidade, "Ensaio", foram distinguidas com o prémio «Frei João dos Santos», obras como *Povo Flogá*, de Fernando Reis, em 1969; *Religiões de Angola*, de Eduardo dos Santos, em 1970; *No Mundo dos Cabindas* (2 volumes), do padre José Vaz, em 1971; na 3.ª modalidade, "Novelística", foram distinguidas com o prémio «Fernão Mendes Pinto», obras como *Crepúsculo na Alvorada*, de Maurício Soares, em 1970; *Eu, Caçador, e Tu, Impala*, de Nuno Bermudes, em 1971; na 4.ª modalidade, "História", foram reconhecidas com o prémio «João de Barros», as obras de António Carreira *Panaria Cabo-Verdiana e Guineense*, em 1969; *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*, em 1970; *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, em 1971; *Os Capitães – Mores em Angola no Século XVIII: Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, de Carlos Couto, em 1972; na 5.ª modalidade, "Reportagem", foram honradas com o prémio «Pêro Vaz de Caminha», obras como *Moçambique, – Noite, Guerra e Paz*, de Guilherme Melo, em 1969; *O Terrorismo não Impediu a Dinamização da Economia*, de João Alma das Neves, em 1971; *Hora de Esperança*, de A. Rego Cabral, de 1974. Em 1970 este prémio de reportagem não recebeu concorrentes[24].

De salientar também que a Agência Geral do Ultramar instituíra em 1960, no ano das comemorações oficiais do Infante Dom Henrique, um outro prémio importante que servia para galardoar trabalhos que realçassem o sentido imperial da história portuguesa. Assim, a Portaria n.º 17.676, de 15 de Abril de 1960[25], assinada pelo ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves, formalizava esta distinção sobre uma obra que representasse o Portugal "uno" e "grande" tal como o concebera D. João II. O paradigma deste monarca foi escolhido pelo regime do Estado Novo para ser o patrono de um prémio que, ao mesmo tempo, homenageava essa figura tutelar da história expansionista, mas também congregava o espírito ultramarino dos anteriores

---

[23] *Vide* "Portaria n.º 24.013 de 3 de Abril de 1969". In: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, 1969, p. 13-19, especialmente p. 15. Também, "Artes e Letras: Novo Regulamento do Concurso de Literatura Ultramarina". In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLV, Abril de 1969, n.º 526, p. 133-134.

[24] *Vide* "Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar". In: *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XLVI, Janeiro/Junho de 1970, n.º 535, p. 161-162.

[25] *Vide* "Prémio «D. João II». In: *Prémios Literários da Agência-Geral do Ultramar*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, Lda., 1969, p. 7-12. Ainda, *Prémios Literários da Agência Geral do Ultramar.* Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, Lda, 1969, p. 7-12.

cinco prémios para cada uma das modalidades representadas. Nas considerações à Portaria ministerial, ficava bem explícita a oportunidade de realçar a memória imperial lusíada, através do aproveitamento da comemoração em 1960 do comentário do mentor dessa saga única, o Infante D. Henrique. Aproveitava-se ainda a data das comemorações para distinguir o executor dessa política expansionista, numa altura em que a unidade pluriprovincial do Estado Novo claudicava, face às determinações anticolonialistas da O.N.U. e ao nascimento dos primeiros movimentos emancipalistas, nas principais colónias de África. Logo, este prémio com o nome de "D. João II" surgia para reforçar junto da opinião pública esse elo entre os interesses metropolitanos e ultramarinos, e para, a uma só voz, realçar o direito histórico que Portugal considerava ter relativamente aos territórios que o monarca quatrocentista havia planeado descobrir e conquistar. Apesar da importância do prémio, criado a catorze anos do 25 de Abril de 1974, o mesmo não galardoou muitas obras, nem teve a periodicidade para o qual apontava a Portaria inicial, e assim nesse intervalo de tempo apenas tivemos conhecimento da atribuição do mesmo em 1965, por sinal *ex-aequo*, tal como previa aliás o regulamento do mesmo, a duas obras cuja temática tinha a ver com Angola (*Angola Meio Século de Integração)* e com o Brasil (*O Rio de Janeiro no Século XVI*), respectivamente da autoria de dois universitários, João Pereira Neto e Joaquim Veríssimo Serrão, personalidades com uma vasta actividade científica e académica, muitos anos depois da queda do regime que os havia honrado com estas deinições[26].

[26] *Vide* "Concursos de Literatura Ultramarina – Obras Premiadas – 1926 a 1968 – Ano de 1965". In: *Boletim Geral das...*, Ano XLV, Março de 1969, n.º 525, p. 44-45.

# Periódicos de temática ultramarina: cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)

**Sérgio Neto**

NETO, Sérgio – "Periódicos de temática ultramarina: cultura, propaganda e informação na antecâmara do Estado Novo. O caso do *Jornal da Europa* (1927-1931)". In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 317-328.

**Sérgio Neto.** Mestre em História Contemporânea pela FLUC. Professor da Escola EB 1, 2, 3 de Peniche. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

A actividade do mensário *Jornal da Europa*, como a de tantos outros periódicos aparecidos nos primeiros decénios do século XX, deve ser compreendida a partir dos ideais de redenção que vinham a marcar a intelectualidade e o discurso político desde meados de Oitocentos. Com efeito, de uma forma ou de outra – ou não figurasse a crença sebastianista entre as mais arreigadas no imaginário idiossincrático português –, quase todos os movimentos artísticos, culturais e ideológicos, foram norteados por um certo messianismo redentor[1]. Tal aspiração regeneradora conheceria um novo fôlego em torno dos territórios coloniais, com o Estado Novo e a sua máquina de propaganda a personificarem o paroxismo da atitude messiânica até à derrocada final de 1974.

Sendo verdade, no que às colónias concerne, que a utilização de vocabulário oriundo do espectro religioso já se vinha insinuando desde os finais da Monarquia Constitucional, coube ao regime estadonovista vulgarizar ainda mais tal prática. A mitificação do império e a inviolabilidade do seu espaço, perante a ameaça de outras potências coloniais, caso da Alemanha, necessitava de um fundamento vestido nos termos mais "elevados". Relembre-se que a própria linguagem dos nacionalismos emprega vocábulos de evidente raiz sacra[2] e que, à luz do entendimento das nossas elites coloniais, as parcelas ultramarinas mais não eram do que prolongamentos e, portanto, partes integrantes da nação. Como se dizia: "Angola é Portugal".

Dentre todas essas palavras e expressões de cunho religioso, a que mais sucesso obteve foi a de "mística imperial". Embora se encontre relacionada com a figura de Armindo Monteiro, Ministro das Colónias entre 1931 e 1935, ela designa e define, por extensão, a política ultramarina do regime de Salazar até ao final da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Fernando Azevedo, autor deste período, seria "um apetite heróico de acção [...] que acima de tudo exige a manutenção integral de tudo quanto se fez ou se conseguiu" [3], pois, devido ao "zelo civilizacional"[4] para com o indígena, o "imperialismo português é muito diferente dos outros imperialismos europeus"[5].

No entanto, tal expressão (ou similar) já circulava nos meios coloniais. O *Jornal da Europa*, que, em Dezembro de 1927, iniciava uma nova fase (2.ª série) com uma direcção e orientação igualmente renovadas, indicou a "*mística colonial*" como caminho a seguir[6]. "Sob a égide de Vasco da Gama", este periódico "de gente nova" punha-se "ao serviço da causa ultramarina portuguesa", a fim de "igualar o que de

---

[1] Ver CATROGA, Fernando – "História e Ciências Sociais em Oliveira Martins". In: CATROGA, Fernando; TORGAL, Luís; e MENDES, José Amado - *História da História em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, vol. 1, p. 165-173.

[2] Cf. SMITH, Anthony – *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006, p. 11.

[3] AZEVEDO, Fernando Alves – *Mística Imperial*. Lisboa: Editorial Cosmos, s. d., p. 4.

[4] CORTESÃO, Armando Zuzarte – "O Boletim da Agência-Geral das Colónias". In: *Boletim da Agência-Geral das Colónias*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, 1925, n.º 1, p. 3-9.

[5] AZEVEDO, Fernando Alves - ob. cit., p. 5.

[6] MONTEIRO, Guilherme de Ayala – "Ressurgimento Colonial". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 31 de Dezembro de 1927, 2.ª série, 1.º número especial, p. 1. Apesar da mudança de direcção, o jornal manteve o nome original, uma vez que, para todos os efeitos, era a Europa quem dirigia os destinos das regiões colonizadas. O seu título completo denunciava, de resto, uma tentativa de abrangência: *Jornal da Europa. Informação colonial e marítima para Portugal, colónias, ilhas, Brasil e América do Norte.*

melhor se faz lá fora"[7] em matéria de propaganda. Ou seja, ao mesmo tempo que se evocava o passado expansionista, apontava-se um futuro de ressurgimento.

Numa época de transição, pautada pela incógnita do destino da ditadura inaugurada em 1926, o ultramar era encruzilhada de opiniões. Factores como o impacto financeiro das reformas tentadas por Norton de Matos na Angola dos anos 20 e a incapacidade de encaminhar os fluxos migratórios metropolitanos para as colónias em lugar do Brasil, assim como o implacável saneamento da despesa pública empreendido pelo então Ministro das Finanças Oliveira Salazar ou o desconhecimento quase geral da população das coisas de além-mar, ombreiam entre os que mais convidavam a uma tomada de consciência, como ao tempo se dizia.

Aliás, já em 1925, último ano de vigência da Primeira República, dois importantes eventos ilustravam o estado do problema: por um lado, com o intuito de publicitar e valorizar os territórios ultramarinos, era criada a Agência-Geral das Colónias; por outro, vinha a lume um relatório apresentado pelo norte-americano Eduardo Alsworth Ross à Sociedade das Nações, denunciando a desumanidade dos colonos portugueses para com os seus trabalhadores de origem africana[8]. Em ambos os casos, era o desígnio da acção que se impunha.

Neste sentido, uma série de periódicos de temática ultramarina viu a luz do dia[9]. Informativos e/ou combativos, esses jornais e revistas esforçaram-se por alargar o reduzido espaço que, por vezes, as notícias coloniais ocupavam na imprensa. Como quer que seja, quase todos eles inovaram pouco no modo de transmitir os seus objectivos. Continuavam, de um modo geral, a dirigir-se a um público muito específico, que o mesmo é dizer tão-só aos círculos ultramarinos. Tentavam, também, recorrendo à publicação de tabelas e dados sobre a riqueza económica das parcelas ultramarinas, atrair o potencial colono, mas negligenciavam a eventual sedução suscitada através das vertentes cultural e literária.

Não foi essa a linha editorial seguida pelo periódico aqui analisado. Apesar de os artigos versando a economia ocuparem um maior volume de páginas, temas como a cultura dos "indígenas", a beleza das paisagens, as impressões de viagem e as privações romanceadas do quotidiano dos colonos, tenderam a ocupar uma significativa fatia. Antecipando o que o Estado Novo iria promover nas suas publicações, o *Jornal da Europa* combinou literatura e propaganda, numa tentativa de cativar os leitores. Com o recurso a belas fotografias e a não menos sugestivas ilustrações, foi notório o seu esforço em apelar a uma dimensão visual próxima daquela encetada pelas exposições comemoracionistas e pelas mostras culturais[10].

Tendo isto presente, o trabalho que se segue buscará traçar a trajectória e descrever o papel do *Jornal da Europa* no espaço jornalístico e propagandístico português,

---

7 Idem, *Ibidem*, p. 1.

8 Ver ROSS, Eduardo Alsworth – *Relatório sobre o trabalho indígena na África Portuguesa*. Luanda: Imprensa Nacional, 1925.

9 São os casos de: *O Colonial* (1927); *Jornal das Colónias* (1927); *Lusocolonial* (1927); *Expansão Nacional* (1928); *Império Português* (1929); *Informação Colonial* (1929); *Acção Colonial* (1930); *Portugal Colonial* (1931); e *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1932).

10 Ver SIMÃO, Maria Isabel – *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

em breve ocupado pelo Estado Novo e pelos seus mecanismos ligados à Agência-Geral das Colónias (AGC) e ao Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Simultaneamente, ensaiará descortinar algumas nuances ideológicas no seio dos colaboradores e captar os elementos que definiram a sua originalidade.

## 1. Entre a renovação e a redenção

### 1.1. "Ao serviço da causa ultramarina portuguesa"

É um facto incontestável que os últimos anos da Primeira República e o período da Ditadura Militar se revelaram assaz prolíferos em publicações periódicas votadas à temática ultramarina. Mas, tirando o *Boletim da (Agência) Geral das Colónias/Ultramar*, que prosperou até ao início dos anos 70, debaixo do agasalho oficial, a efemeridade foi a palavra de ordem. É francamente provável que o carácter específico da linha editorial destes jornais e revistas tenha condicionado a sua sobrevivência. Num país marcado pelo analfabetismo e pela distância física e "psicológica" das colónias, percebe-se que a falta de leitores entraria no lote das dificuldades principais. Assim, ou optavam por se dirigir a um público ligado a uma parcela ultramarina concreta – normalmente Angola e Moçambique –, e publicavam artigos nesta veia, ou a solução passava por dar ênfase a comemorações, mostras e feiras coloniais, ao mesmo tempo que incluíam fotografias, imagens e desenhos apelativos. Uma terceira hipótese consistiu em aliar estas duas linhas editoriais ou inserir artigos subordinados a outros temas.

De facto, já nos finais da Monarquia Constitucional e nos primeiros anos da República, o *Boletim do Centro Colonial de Lisboa* personificara a primeira opção, ou seja, defender os "interesses ligados á exploração agricola, commercial e industrial das colonias portuguezas"[11], sobretudo de S. Tomé e Príncipe e de Angola. O que se compreendia, uma vez que as principais disputas esgrimidas pelo centro giraram em torno das acusações inglesas ao trabalho quase escravo promovido nas roças de cacau de S. Tomé[12]. E o que explica, também, a relativa longevidade do boletim[13].

Outros periódicos, caso do *Lusocolonial* (1927), apostaram em combinar notícias do quotidiano das colónias, alguns artigos apologéticos e, mais esporadicamente, rubricas culturais, como as viagens de Camões ou o Padroado do Oriente. O seu editorial de abertura, após enaltecer o supostamente peculiar trato dos portugueses com os "indígenas", lançava o alerta contra "as formidáveis cobiças" e "as ambições desmedidas" das potências estrangeiras, "sobre o património que, íntegro, temos obrigação de transmitir aos nossos filhos"[14].

---

[11] ÁFRICA, João de - "O Boletim do Centro Colonial". In: *Boletim do Centro Colonial de Lisboa*. Lisboa: Centro Colonial de Lisboa, 15 de Abril de 1909, n.º 1, p. 3.

[12] Pertenceram ao roceiro Francisco Mantero os artigos mais fundamentados, depois reunidos em livro: *A mão d'obra em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edição do Autor, 1910.

[13] Muito embora o Centro Colonial de Lisboa já existisse desde 1899, o *Boletim do Centro Colonial de Lisboa* foi publicado entre 1909 e 1919.

[14] "Duas palavras". In: *Lusocolonial. Revista de Defeza e Propaganda*. Lisboa: 15 de Dezembro de 1927, n.º 1, p. 1.

*Expansão Nacional*, "revista mensal de intercâmbio económico, scientífico e literário entre Portugal, colónias portuguesas e Brasil", nasceu no ano seguinte, tendo privilegiado temas tão diversos quanto o ensino da História, o teatro ou os tribunais de infância. No seu primeiro editorial, intitulado "A expansão da raça portuguesa pelo mundo", não obstante se poder ler que os objectivos passavam por "dar a conhecer melhor, pôr em ligação mais íntima todos aqueles que nasceram sob a nossa bandeira e que andam espalhados por todos os continentes"[15], a verdade é que a sua mensagem se esgotou rapidamente.

Em 1929, apareceram *Informação Colonial* e *Império Português*. Enquanto o primeiro, muito irregular, despareceu em 1931, tendo consagrado grande parte das suas páginas a Angola, já o segundo manteve-se activo até 1940, apesar de as suas notícias versarem mais a metrópole do que propriamente o ultramar.

Sob a direcção de Henrique Galvão surgiu, em 1931, *Portugal Colonial*. Comprometendo-se a tratar "assuntos económicos, comerciais, agrícolas, industriais e financeiros [...] de todo o mundo colonial"[16], o periódico, fiel às inclinações do seu director, deu primazia aos problemas económico-sociais do território angolano[17].

Mais regulares, *Jornal das Colónias* (1927-1931) e *Acção Colonial* (1930-1934) empenharam-se em diversificar os seus artigos. Este último procurou publicitar a totalidade das parcelas ultramarinas e incluir temáticas afins à cultura, como a imprensa, os navegadores de Quatrocentos e de Quinhentos ou a disseminação da Língua Portuguesa no mundo. Atento à Exposição Colonial do Porto de 1934, fez publicar reportagens do evento, enunciou os antecedentes e esclareceu os leitores do significado "patriótico" da iniciativa.

Posto isto, importa, pois, questionar: tendo, também, visto a luz do dia no período da Ditadura Militar e ostentando um programa quase idêntico, em que diferiu o *Jornal da Europa* dos seus congéneres? Por outro lado, sendo certo que, como eles, não primou pela longevidade, como conceber que a sua influência ultrapassasse em muito as sementes deixadas pelos demais?

## 1.2. Para uma perspectiva globalizante

O *Jornal da Europa* dinamizou as suas páginas no sentido de obter uma perspectiva lata das problemáticas. Importava atrair um alargado leque de leitores, tanto mais que a própria redacção o reputava de "jornal caro". Decerto, a qualidade do papel, a profusão de imagens e a quantidade/qualidade dos colaboradores explicam o encarecimento do custo. Mas, em última análise, ajudam a esclarecer o arrojo das iniciativas levadas a cabo.

---

[15] TRANCOSO, Peres – "A expansão da raça portuguesa no mundo". In: *Expansão Nacional. Revista mensal de intercâmbio económico, scientífico e literário entre Portugal, colónias portuguesas e Brasil.* Lisboa: Maio de 1928, n.º 1, p. 1.

[16] Inscrição na contracapa de *Portugal Colonial.*

[17] Acrescente-se que Galvão, em 1934, seria director da revista *Ultramar.* Órgão oficial da Exposição Colonial do Porto.

Por exemplo, uma série de números especiais pretendeu divulgar cada uma das colónias africanas em todas as suas facetas. Moçambique foi o primeiro território passado em revista. As rubricas visaram, essencialmente, traçar o perfil das grandes companhias industriais e dos serviços de Lourenço Marques. Todavia, o artigo mais interessante pertencia a Julião Quintinha, redactor do periódico, que empreendeu uma viagem de dois anos ao continente africano. A sua crónica paisagística e humana conferia ao número de Moçambique uma dimensão literária que foi muito apreciada[18]. Mas, cumpre, de igual modo, assinalar o texto "Três chefes", cujo sabor "fascista" do título se aliava ao revivalismo das figuras de António Enes ("visão"), Mouzinho de Albuquerque ("chefe realizador") e Freire de Andrade ("o elaborador paciente; o montador da máquina"), para enaltecer a colonização de Moçambique[19].

Por seu lado, o número sobre Angola incluiu mais rubricas. Sem falar na sempre habitual crónica de Julião Quintinha, o fascículo angolano, para além de destacar as companhias agrícolas (Cazengo e Amboim) e dos diamantes (Diamang), tratava um conjunto mais diversificado de problemas. Era assim que "a assistência ao indígena" e a necessidade de melhorar os serviços de saúde para os colonos, em Luanda, se perfilavam como requisitos básicos para "honra[r] a colonização portuguesa"[20].

Em todo o caso, sob o ponto de vista cultural, o retrato de Angola revelava-se mais rico do que aquele traçado a propósito de Moçambique. Tal depreende-se a partir das alusões à influência da "arte gentílica" na congénere europeia e nos dois contos de "literatura colonial", um dos quais da lavra de Ferreira de Castro[21]. O mesmo se percebe através da elaborada página desportiva e da interessante descrição da cidade de Luanda.

Uma análise aos colaboradores deste número permite, por outro lado, extrair uma conclusão passível de ser extrapolada com a linha editorial do mensário. Diz respeito ao facto de o periódico ter integrado nas suas fileiras gente oriunda dos mais diversos quadrantes político-ideológicos, apesar de unidas na certeza do sucesso do sistema colonialista. Não deve, pois, estranhar que o integralista Hipólito Raposo e o republicano e seareiro Augusto Casimiro, no que respeita ao "factor africano"[22], afinassem pelo mesmo diapasão. É que, só muito tardiamente, a oposição ao regime em breve liderado por Salazar enveredaria pelo anticolonialismo. Aliás, mesmo o Partido Comunista Português (PCP), apesar das recomendações de Marx e da política do Kremlin, inspirada no opúsculo leninista *As questões nacional e colonial*[23], tão-somente em 1957, quando do V Congresso, tomaria uma posição inequívoca de repúdio do colonialismo enquanto sistema de "exploração do homem pelo homem"[24].

---

[18] Cf. QUINTINHA, Julião – "Do Atlântico ao Índico. Na África Oriental". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 31 de Dezembro de 1927, 2.ª série, 1.º número especial, p. 15-17.

[19] VELOSO, Francisco – "Três chefes". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 31 de Dezembro de 1928, 2.ª série, 1.º número especial, p. 12-14.

[20] "A assistência ao indígena". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 8 de Março de 1928, 2.ª série, 2.º número especial, p. 34.

[21] Ver CASTRO, Ferreira de – "O navio que chega de África". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 8 de Março de 1928, 2.ª série, 2.º número especial, p. 23.

[22] Cf. ANTUNES, José Freire – *O factor africano 1890-1990*. Venda Nova: Bertrand, 1990.

[23] Ver LENINE (Vladimir Ilich Ulianov) – *As questões nacional e colonial*. Lisboa: Latitude, 1973-4.

[24] Cf. MADEIRA, João – "O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)". In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Minerva, 2003, n.º 3, p. 209-243.

Veja-se como, em jeito de contra-prova, o mensário aqui analisado, quando da promulgação, em 1930, do Acto Colonial[25], o publicou e o saudou nos termos de "diploma basilar [da] missão de Portugal no mundo"[26]. De resto, o editorial do primeiro número, já em 1927, parecia prever o seu aparecimento:

> [É preciso] que um estado de espírito nacional, de entusiasmo e de fé, consiga reunir todos os portuguêses de boa-vontade, em redor das colónias, para que seja possível, num futuro próximo, apresentar perante o mundo, na sua verdadeira grandeza, o Império Colonial Português, dotado de um estatuto, de uma organização política, que garantam a eficiência da sua acção na política colonial[27].

Coube, porém, ao número especial seguinte, dedicado ao arquipélago de Cabo Verde, ser ainda mais profético, na medida em que anunciava o que se viria a tornar um verdadeiro cavalo-de-batalha da propaganda ultramarina de Salazar. Na verdade, "se Moçambique é a primeira colónia portuguesa pelo avanço incontestável de todos os ramos da sua actividade" e Angola, devido aos "tesouros inextinguíveis do seu solo e do seu sub solo"[28], a "jóia da coroa", já Cabo Verde é, "em África, a sentinela do portuguesismo"[29].

Se bem que não escondesse o facto de o território ser "geralmente considerado como pertencendo ao grupo das nossas colónias pobres" ou que "é possível que haja portugueses que não saibam de tôdo onde o arquipélago fica situado [...] mas não haverá um só que não tenha conhecimento dos *famintos* de Cabo Verde", o editorial vaticinava, ainda assim, o "grande futuro de Cabo Verde"[30]. Na realidade, para além "[d]a sua posição estratégica" de chave do "Atlântico sul"[31], o arquipélago possuía uma população "rica de recursos de inteligência"[32], propensa a manifestações culturais tidas por civilizadas e próximas daquelas existentes na metrópole.

Cidadãos de pleno direito e não "indígenas", os cabo-verdianos ocupavam um lugar à parte na África portuguesa. Em breve, um melhor conhecimento das suas elites letradas, assim como das suas produções literárias, revelariam um espaço nos quais muitos descobriram um pequeno Brasil ou mesmo uma versão ligeiramente africanizada dos elementos culturais lusos, que aí vinham sendo depositados desde o século XV.

---

[25] Saliente-se que, até ao aparecimento do Acto Colonial – consagrando que "os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português" –, vinha perdurando a convivência entre a tradicional expressão de "províncias ultramarinas" e a mais recente de "colónias".

[26] "O Acto Colonial". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 30 de Abril de 1930, 2.ª série, n.º 24, p. 10.

[27] MONTEIRO, Guilherme de Ayala – "Ressurgimento Colonial". In *Jornal da Europa*. Lisboa: 31 de Dezembro de 1927, 2.ª série, 1.º número especial, p. 1.

[28] Idem – "O grande problema de Angola". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 8 de Março de 1928, 2.ª série, 2.º número especial, p. 7.

[29] OLIVEIRA, José Osório de – "A alma caboverdiana. Impressões do escriptor José Osorio de Oliveira". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial, p. 18.

[30] MONTEIRO, Guilherme de Ayala – "O grande futuro de Cabo Verde". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial, p. 7.

[31] Idem, *Ibidem*.

[32] "A notável acção do Governador Guedes Vaz". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial, p. 37.

No intuito de travar as críticas anticoloniais da comunidade internacional surgidas no rescaldo do conflito de 1939-1945, o Estado Novo iria servir-se da imagem multicultural e multirracial do arquipélago. E não foi despiciendo o papel do *Jornal da Europa* na construção desta ideia. De um conjunto de 28 rubricas publicadas no mencionado número especial, 50% desenvolviam problemáticas económico-sociais. Desse parcial, 21% referiam-se ao Porto Grande de S. Vicente, enquanto as restantes compreendiam análises gerais (21%) e a cada uma das ilhas (44%), assim como entrevistas e evocações de governantes (14%). Por sua vez, as questões culturais, que abarcavam a outra metade do total de artigos, repartiam-se entre as impressões de viagem (37%), o desporto e a instrução (14%), as produções literárias de autores cabo-verdianos em prosa e poesia (14%), a morna (7%) e outros (14%)[33].

Com metade dos artigos a versarem a cultura, o periódico dava o mote para muitas das posteriores leituras de Cabo Verde: um território assolado pelas secas e pelas fomes, mas abençoado pela pujança cultural das elites e do povo. José Osório de Oliveira e Julião Quintinha, que aí se fizeram representar, foram, aliás, dois dos mais importantes escritores sobre o arquipélago nos anos subsequentes. E firmavam o padrão de, doravante, medir Cabo Verde pela "alma de um povo", e menos pelo "capítulo de economia"[34].

Finalmente, o número dedicado à Guiné e a S. Tomé e Príncipe dava prioridade à situação económico-financeira, com esboços históricos e enumerações dos governantes[35]. Referências à fortaleza de S. João Baptista de Ajudá, alguns desmentidos sobre a existência de trabalho escravo nas roças de S. Tomé, um estudo sobre as "raças" da Guiné e um conto mandinga, confirmavam o pendor globalizante do jornal. Toada essa que seria prosseguida nos números seguintes.

## 2. Entre a propaganda e literatura

Curiosamente, a Agência-Geral das Colónias foi um dos maiores responsáveis pela revivescência de uma espécie de literatura de viagens. Trata-se de um facto um pouco paradoxal, tanto mais se nos lembrarmos o quanto a maior parte das páginas do seu boletim desenvolviam temáticas de teor económico-social, exibiam tabelas estatísticas, difundiam discursos oficiais e davam indicações úteis dirigidas aos colonos, caso das datas dos embarques e dos desembarques rumo ao ultramar.

Seja como for, a Agência-Geral das Colónias organizou, a partir de 1926[36], um concurso anual de literatura colonial[37]. A inspiração deveria ser a literatura de viagens

[33] Cf. *Jornal da Europa*. Lisboa: 22 de Abril de 1928, 2.ª série, 3.º número especial.

[34] OLIVEIRA, José Osório de – "As ilhas adjacentes de Cabo Verde I". In: *Seara Nova*. Lisboa: 28 de Junho de 1928, n.º 123, p. 53.

[35] Cf. *Jornal da Europa*. Lisboa: 1 de Julho de 1928, 2.ª série, 4.º número especial.

[36] Recorde-se que, no ano anterior, a Sociedade de Geografia de Lisboa lançara a "Semana das Colónias", iniciativa que ia ao encontro dos "novos de Portugal", para que "se habituem a considerar os nossos domínios ultramarinos como um prolongamento da Pátria". As actividades incluíam ciclos de conferências na sede e em liceus e escolas de todo o país, sessões de poesia e músicas oriundas das colónias e inaugurações de estátuas de figuras ligadas à expansão. Cf. GARCIA, Conde de Penha – "Semana das Colónias de 1934". In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Maio e Junho de 1934, Série 52.ª, n.ºs 5 e 6, p. 216.

do tempo dos exploradores portugueses quatrocentistas, quinhentistas e seiscentistas. Vale a pena transcrever uma longa passagem, na qual o militar e dramaturgo Carlos Selvagem (pseudónimo do major Carlos Tavares Afonso dos Santos) parecia dar o tom de tudo quanto se haveria de seguir nesta matéria:

> Além da paisagem, quanto outras fontes mais de sugestão e de inspiração, quantos outros campos mais de observação por toda a parte. Os hábitos, a moral, as estranhas e picarescas tradições, as antiquíssimas e ingénuas legendas dos indígenas, a sua mentalidade primitiva, o seu folclore, a sua história oral, os seus mistérios religiosos, a sua candidez nativa de raças escravas, todo esse mundo de sombras tão inexplorado! Que riquíssima mina para a curiosidade sagaz e para a imaginação criadora dum romancista! No campo da observação psicológica! Que admirável galeria de tipos morais, de tão rico garbo, nos passam constantemente diante dos olhos! Mesmo em tempo de paz, a vida do colono europeu, em África, mormente no interior, é uma obscura e interminável epopeia! Poema admirável de energias empreendedoras e activas, de astúcias felinas, de intrigas burlescas ou trágicas, de situações imprevistas, de humor, de simplicidade, de sucessivas e alternadas derrotas e triunfos! Admirável panorama da história da civilização humana, em todos os seus estádios, a vida em África é o mais imprevisto caleidoscópio ou cosmorama que possa imaginar-se[38].

A abertura do concurso estimulou muitos autores. Alguns, como Henrique Galvão e Julião Quintinha, ganharam-no mesmo por mais de uma ocasião. Este último, de resto, pôs o seu talento ao serviço da causa ultramarina, canalizando a experiência e os conhecimentos adquiridos numa longa viagem empreendida ao continente africano, na qualidade de repórter do *Jornal da Europa*. As suas crónicas foram publicadas em três volumes[39]. Ainda nesta veia, assinou, com a colaboração de Francisco Toscano, *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*[40].

Contudo, foi o seu primeiro volume de crónicas, *África Misteriosa*, verdadeiro *best-seller* e obra incontornável da literatura ultramarina portuguesa do século XX, que maior sucesso granjeou. Aí, Quintinha reunia alguns dos textos já publicados no *Jornal da Europa*. A introdução, sugestivamente intitulada "A Esfinge Negra", narrando a partida do Tejo do autor, não só evocava as viagens dos tempos da expansão marítima, como estabelecia o padrão do vocabulário: rebuscado, luxuriante, apto a

---

[37] Ver PINTO, Alberto Oliveira – "O Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951). Colonialismo e Propaganda". In: *Clio*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nova Série, vol. 7, 2002, p. 191-256.

[38] SELVAGEM, Carlos – "Literatura portuguesa de ambiente exótico. Conferência realizada no Salão de Conferências da União Intelectual Portuguesa, em 18 de Junho de 1926". In: *Boletim da Agência-Geral das Colónias*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias, Fevereiro de 1926, n.º 8, p. 8-9.

[39] QUINTINHA, Julião – *África Misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1931 (2.º lugar do Prémio de Literatura Colonial). Idem – *Oiro africano. Crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental portuguesa*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1929 (2.º lugar do Prémio de Literatura Colonial). Idem – *Terras do sol e da febre. Impressões do Congo Belga, Africa Equatorial Francesa, Transvaal, Nyasaland, Taganyka, Zanzibar, Mombaça, Adem e Egipto*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1932.

[40] QUINTINHA, Julião; TOSCANO, Francisco – *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1930, 2 vols (1.º lugar do Prémio de Literatura Colonial).

descrever o exotismo "rubro-negro" e a "beleza bárbara" da "Africa lendária"[41]. Na segunda edição, Quintinha explicaria que, apesar de se tratar "de um simples livro de impressões", também havia pretendido chamar a atenção para o "sistema de trabalho" (indigenato), que reputava de "incompatível com as legítimas e humanitárias aspirações sociais"[42] defendidas pelos europeus:

> Se este livro conseguisse, ao menos, chamar a atenção de alguns europeus para os lugares onde essa porção de homens negros arrastam o seu obscuro drama social, até eu poderia ser perdoado por o ter envolvido num colorido cartaz de mistério e fantasia[43].

De qualquer modo, "mistério" e "fantasia" eram mesmo as palavras de ordem. E foi, talvez, nos capítulos dedicados a Cabo Verde e a S. Tomé e Príncipe, que Quintinha explorou ao máximo essas dimensões, ainda que sempre perpassadas por um sentido crítico das realidades locais. A respeito de Cabo Verde, que apelidou de "arquipélago da melancolia", o jornalista anotava que, muito embora os "mais altos representantes" do arquipélago tenham perfeita consciência das medidas económico-sociais a implantar, "o que não compreendo [...] é o motivo por que os poderes competentes não atendem tão lúcidas palavras e claras sugestões"[44].

Tem-se debatido a possível influência do texto de Julião Quintinha – e, sobretudo, a sua vívida descrição do Porto Grande de S. Vicente –, nos jovens cabo-verdianos que fundaram a revista *Claridade*[45]. Indiscutível, porém, foi a ascendência do jornalista sobre muitos dos vindouros que escolheram África como objecto das suas efabulações. A começar por Guilherme de Ayala Monteiro, director do *Jornal da Europa*, que publicava, em 1930, o "romance colonial" *Conquista do Sertão*. De "profundo sentido nacionalista", a obra captaria a "fascinação dessa Africa enorme eternamente misteriosa"[46].

No entanto, mais do que um florescimento deste sucedâneo da literatura de viagens, tratou-se de uma explosão de curtos artigos com o (sub)título de "impressões". Se é certo que há muito que proliferavam ensaios e até álbuns sobre as "campanhas de pacificação[47]" e a etnografia dos povos colonizados, coube ao *Jornal da Europa* vincar a importância da vertente cultural. Assim, todos os usuais estereótipos e generalizações sobre África e os africanos deslocaram-se dos ensaios sociológicos e dos ensaios etnográficos para pequenos contos ou novelas, textos descritivos e poemas:

---

[41] QUINTINHA, Julião – *África Misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa*. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1931, p. 23.

[42] Idem, *Ibidem*, p. 21.

[43] Idem, *Ibidem*, p. 22.

[44] Idem, *Ibidem*, p. 57.

[45] SILVEIRA, Pedro – "Um escritor que continua vivo [Julião Quintinha]". In: *Seara Nova*. Lisboa: Outubro de 1968, n.º 1476.

[46] "Conquista do sertão. Um emocionante romance colonial por Guilherme de Ayala Monteiro". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 28 de Fevereiro de 1931, 2.ª série, n.º 34, p. 14.

[47] Ver *Álbum das Colónias Portuguesas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1933. Norton de Matos assinou o artigo de abertura.

Porque te pintas, minha doida pequena?
Decerto não sabes que para mim
Vales mais com essa cor morena
Do que pintada de branco e carmim![48]

Por outro lado, produções literárias de autóctones das províncias ultramarinas frequentemente figuravam nas páginas do jornal. Retenha-se o caso dos cabo-verdianos, alguns dos quais futuros escritores da revista *Claridade*. Pretendia-se, com tal inclusão, através de uma atitude que muito devia ao paternalismo colonial, publicitar o que vinham fazendo os escritores/poetas de além-mar.

Mais importante ainda: se bem que toda esta actividade proviesse de um jornal de orientação republicana, haveria de influenciar um importante periódico do Estado Novo. De facto, começada a publicar em 1934, pela Agência-Geral das Colónias e pelo Secretariado da Propaganda Nacional, *O Mundo Português*, com o subtítulo de "revista de cultura e propaganda, arte e literatura coloniais", tornar-se-ia uma referência e um inestimável veículo propagandístico da mística imperial do regime de Salazar.

[48] RIBAS, Rafael – "Morena". In: *Jornal da Europa*. Lisboa: 1 de Julho de 1928, 2.ª série, 4.º número especial, p. 13.

# O *1º Congresso Nacional de Farmácia* (Lisboa, 1927) e a Cultura Farmacêutica Portuguesa

João Rui Pita

PITA, João Rui – "O 1º Congresso Nacional de Farmácia (Lisboa, 1927)
e a Cultura Farmacêutica Portuguesa".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 329-343.

**João Rui Pita.** Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Investigador e Investigador Responsável do Grupo de História e Sociologia da Ciência do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

## 1. Introdução

O *1º Congresso Nacional de Farmácia* realizou-se em Lisboa, na sede da Sociedade Farmacêutica Lusitana, de 15 a 18 de Dezembro de 1927 [1]. Uma das marcas mais profundas do Congresso foi o sublinhar do valor da farmácia enquanto profissão, do elevado nível de exigência que se deve colocar nos assuntos científicos que dizem respeito à farmácia e ao medicamento e do papel imprescindível do farmacêutico para a sociedade, sendo necessário e indiscutível dotá-lo de um conjunto de saberes científicos fundamentais para o correcto exercício profissional.

No Congresso ficou bem patente a aspiração que os farmacêuticos portugueses tinham para que houvesse normas e regulamentos que fossem normalizadores e disciplinadores da actividade farmacêutica. E que essas normas e regras percorressem transversalmente toda questão do medicamento desde a sua produção até à venda ao público, justamente em pleno período de afirmação e consolidação da indústria farmacêutica.

Encontramos, também, plasmado nas teses e comunicações apresentadas ao Congresso diversas atribuições e competências do farmacêutico no domínio analítico aplicado à saúde pública, como sejam as análises físico-químicas, microbiológicas e toxicológicas a medicamentos, alimentos, águas, etc.

## 2. O Congresso no contexto científico e profissional

A realização do *1º Congresso Nacional de Farmácia*[2] é coetânea com vários momentos capitais da história da farmácia e das ciências farmacêuticas e da história da farmácia portuguesa. Nos anos vinte vive-se um intenso período de transição da farmácia artesanal, oficinal para a farmácia industrial. Isto tinha implicações científicas, técnicas, profissionais, sociais, económicas, etc. A nova dinâmica produtiva do medicamento implicou uma nova relação do farmacêutico e do médico com as farmácias e os medicamentos, uma relação assente na lógica da produção industrial do medicamento, surgindo novas classes de problemas como sejam, por exemplo, a publicidade ao medicamento, a importação e exportação do medicamento, etc.

Entre os temas focados nas comunicações apresentadas ao Congresso, sublinhem-se, entre vários, e no âmbito socioprofissional, comunicações sobre: exercício ilegal da profissão, propriedade da farmácia, cooperativismo e mutualismo, diversos temas

---

[1] Este artigo insere-se na Linha de investigação "Ciências, Tecnologias e Práticas de Saúde", área de investigação: "Farmácia, medicamento e terapêuticas em Portugal no século XX", Grupo de História e Sociologia da Ciência do CEIS20, financiado pela FCT.

[2] Sobre este Congresso vejam-se: JR Pita – "Primeiro Congresso Nacional de Farmácia – 60 anos depois". In: *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra* (1986) 10(2) p. 59-82; "Mutualismo farmacêutico no início do Século XX. Teses apresentadas ao I Congresso Nacional de Farmácia: a defesa da dignidade do farmacêutico e dos valores da profissão". In: *Farmacêuticos. O exercício da solidariedade. 20 anos do MONAF – Montepio Nacional da Farmácia.* Lisboa: MONAF, 2005, p. 34-39; "Cooperativismo no 1º Congresso Nacional de Farmácia (Lisboa, 1927)". In: *Farbeira Informação,* (2000) p. 16. De JR Pita em colaboração com Ana Leonor Pereira, "Nos 75 anos do Primeiro Congresso Nacional de Farmácia. Lisboa: 1927. Farmácia, saúde pública e normalização social". In: *Revista Portuguesa de Farmácia,* 2003, n.º 52, 1, supl., p. 199.

deontológicos e profissionais, análises de alimentos e águas, farmácia militar e naval, controlo da natalidade, etc.

Se, por um lado, existia entre farmacêuticos a aspiração interna de uma normalização científica e profissional e de consolidação profissional sustentada em critérios de ordem científica e da boa prestação do trabalho realizado, por outro lado havia, também, entre farmacêuticos a consciência da utilidade da sua profissão e ciência a bem da saúde pública e da normalização social.

O *1º Congresso Nacional de Farmácia* foi, também, uma manifestação pública da indústria farmacêutica portuguesa da época. Uma indústria que vivia entre dois grandes problemas: por um lado, não era suficientemente abonada como noutros países o que condicionava, desde logo, a compra de equipamentos necessários optando-se por formas farmacêuticas, mais acessíveis; por outro lado, era uma indústria que surgia num país sem grande tradição de indústria e investigação química o que se tornava demasiado fragilizante.

Portanto, estudar o *1º Congresso Nacional de Farmácia* é relevante para compreendermos a emergência da farmácia (nas suas diversas vertentes) e do farmacêutico português na sociedade contemporânea. É também importante para avaliarmos o modo como o Estado e o Governo avaliavam a condição da farmácia e da indústria farmacêutica portuguesas da época a seguir à revolução do 28 de Maio.

O *1º Congresso Nacional de Farmácia* surge numa época de afirmação e consolidação da indústria farmacêutica, do início da crise do exercício profissional farmacêutico decorrente justamente desse processo de industrialização medicamentosa. Nas teses e comunicações apresentadas no Congresso ficam bem claras as precocupações dos farmacêuticos portugueses que reflectem o entendimento que havia sobre a farmácia e o medicamento.

A industrialização afectou de modo profundo a farmácia enquanto ciência e enquanto profissão. Gradualmente a produção em série dos medicamentos vai-se consolidando e os medicamentos deixam de ser preparados nas pequenas oficinas de farmácia em doses unitárias, em função das necessidades do doente ou a uma escala que podemos considerar semi-industrial porque não artesanal e unitária. Em países economicamente mais pujantes do que Portugal, como, por exemplo, a França, a Suiça, os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Inglaterra, surgem fortes indústrias farmacêuticas que rapidamente fizeram chegar os seus produtos a todos os países do mundo[3]. A industrialização dos medicamentos trouxe consigo, também, vários problemas legislativos e económicos que eram, de facto, problemas novos e para os quais era necessário começar a dar a resposta pronta. Para muitos deles não havia uma resposta imediata.

Tudo parece indicar que a indústria farmacêutica portuguesa na primeira metade do século XX fez os possíveis para estar actualizada do que de mais avançado se fazia lá fora mas os altos investimentos que era necessário realizar para apostar em tecnologia moderna e em formas farmacêuticas caras condicionou em parte a

[3] Cf. BOUSSEL, P.; BONNEMAIN, H.; BOVÉ, F. – *Histoire de la Pharmacie et de l'Industrie Pharmaceutique*. Paris: Editions de la Porte Verte, 1982, p. 235 e ss. SARMIENTO, F. J. Puerto (Coord.) – *Farmacia e industrializacion*. Madrid: Consejo General de Colegios Oficiales e Farmacéuticos, 1985.

afirmação da indústria farmacêutica portuguesa no plano internacional. Por outro lado, reconhecia-se, também, que a ausência de uma forte indústria química em Portugal era condicionante para uma projecção da indústria farmacêutica portuguesa. Por outro lado, as indústrias estrangeiras, pela própria lógica industrial não se confinavam ao espaço que as viu nascer e a expansão dessas indústrias para além das suas próprias fronteiras era algo inevitável. E esta situação criou, também, um cenário novo em Portugal. Afinal, não estava apenas em causa a industrialização do medicamento mas estava em causa, também, a chegada a Portugal de produtos estrangeiros que eram concorrentes dos portugueses e também das próprias unidades industriais portuguesas. Logicamente esta situação criou um novo estado de coisas sobre as quais muito se escreveu, se discutiu, se propôs, etc. Apelava-se com frequência à protecção do produto nacional, defendia-se com frequência que o produto nacional era o que era produzido para Portugal, falava-se na qualidade dos produtos medicamentosos, isto é, se as especialidades farmacêuticas eram melhores ou não que os manipulados e se os medicamentos estrangeiros eram melhores ou não que os nacionais.

## 3. A orgânica do congresso

A Lei Orgânica do *1º Congresso Nacional de Farmácia* indicava no artigo 1º: "O Primeiro Congresso Nacional de Farmácia, realizar-se-á em Lisboa, na Sociedade Farmacêutica Lusitana, em Novembro de 1927"[4]. O mesmo documento indicava no artigo 2º: "A organização do Congresso é confiada à Comissão eleita em Assembleia magna da classe realizada em 22 de Agosto de 1924 (...)"[5].

O Congresso apresentava na sua orgânica uma comissão de honra e uma comissão organizadora que, por sua vez, nomeou uma comissão executiva.

A Comissão de Honra, congregou personalidades de várias áreas: política, científica, ensino, profissional, etc. Para além do Presidente da República, é notória a presença dos Ministros do Interior, da Instrução, do Comércio e das Finanças o que traduz o cruzamento de interesses da farmácia quer enquanto ciência, quer enquanto profissão. É uma profissão de declarado interesse social, que necessita de bases científicas para o seu exercício e, portanto, uma formação académica profunda. Simultaneamente é uma actividade que tanto se pode exercer a nível de instituições do estado como em instituições industriais e em pequenas empresas como as farmácias. Atendendo à natureza científica e profissional da farmácia e da tomada de consciência do valor do farmacêutico no ramo analítico no domínio da saúde pública não foi de estranhar a presença do Director Geral de Saúde, do Director do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, dos Directores das Faculdades de Farmácia e de outras instituições de ensino (de medicina, de medicina veterinária e de agronomia), bem como de associações científicas e profissionais.

A Comissão Organizadora era constituída por 20 membros representantes das seguintes instituições: *Sociedade Farmacêutica Lusitana*(3), *Associação dos Farmacêuticos*

---

[4] *Primeiro Congresso Nacional de Farmácia. Relatório*, Lisboa, 1927, p. 16.

[5] Idem, p. 16.

*Portugueses*(2), *Faculdades de Farmácia*(3), *Parlamentares*(2), *Centro Farmacêutico do Porto*(3), *Centro Farmacêutico de Braga*(1), *Associação dos Farmacêuticos do Centro de Portugal*(1), *Centro Farmacêutico do Algarve* (1), *Farmácia Central do Exército* (1), *Farmácia Naval* (1), *Farmácia dos Hospitais Civis* (1), *Farmacêuticos do Ultramar* (1).

A Comissão Executiva foi, na prática, a comissão que colocou em marcha o Congresso. Foi constituída do seguinte modo: Presidente – José Cisneiros e Faria; Vice-Presidente – Joaquim Pedro de Morais. Presidentes de Secção: José Maria Pinto Fonseca – Questões Gerais; Carlos Cândido Coutinho – Farmácia; Homero Ferreira – – Química; Tesoureiro – António José da Silva. Secretário Geral – Miguel Fadon Lizasso. Dos sete membros da comissão executiva, quatro deles eram farmacêuticos militares (navais e do exército: Morais, Fonseca, Coutinho e Ferreira). O Presidente era antigo Presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana e Sócio Honorário da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa.

Os temas da secção *Questões Gerais* eram: Legislação, Organização Colectiva, História da Farmácia, Ensino e Exercício de Farmácia, Farmácia Militar, Assistência, Deontologia e Higiene. A Secção de *Farmácia* compreendia: Preparação e Ensaio das Drogas e dos Medicamentos, Farmacognosia, Farmacotecnia e Bacteriologia. Na secção de *Química* foram incluídos os seguintes pontos: Química Analítica, Toxicologia, Bromatologia, Hidrologia e Química Biológica. Existiam ainda algumas sub-comissões destinadas a tratar assuntos específicos do Congresso: *Organizadora da Exposição de Especialidades Farmacêuticas Nacionais*; *Angariadora de Inscrições*; *Angariadora de teses e propaganda na imprensa*; *Recepção de congressistas*; *Propaganda do Congresso no Distrito do Porto*; *Propaganda do Congresso no Distrito de Coimbra*. Estava prevista, ainda, a presença de delegados ao Congresso das diferentes colectividades farmacêuticas: *Sociedade Farmacêutica Lusitana*, *Centro Farmacêutico Português*, *Associação dos Farmacêuticos Portugueses*, *Centro Farmacêutico de Braga*, *Associação dos Farmacêuticos do Centro de Portugal*, *Centro Farmacêutico do Algarve*. No Congresso estiveram ainda diferentes delegados distritais e sub-delegados ao Congresso.

O programa do Congresso repartiu-se pelos quatro dias, tendo-se inciado no dia 15 da parte da tarde. As sessões científicas realizavam-se à tarde e algumas vezes à noite, ficando a parte da manhã para visitas de estudo. O total de inscrições foi de 522. Também houve inscrições institucionais. Dos congressistas previamente inscritos quinze não regularizaram a situação ficando então 507 congressistas efectivos, dos quais pouco mais de uma dezena eram do sexo feminino, o que reflecte ainda a maioria masculino, percentagem que se veio a inverter ao longo do século XX. A percentagem dos Congressistas de acordo com a sua origem geográfica foi a seguinte: Lisboa, 39,8%; Porto, 14,6%; Viseu, 7,5%; Santarém, 7,3%; Coimbra, 5,5%; faro, 4,5%; Leiria, 3%; Braga, 2,8%; Castelo Branco, 2,8%; Setúbal, 2,4%; Portalegre, 2,2%; Aveiro, 1,8%; Beja, 1,2%; Évora, 1,2%; Bragança, 0,8%; Viana do Castelo, 0,8%; Guarda, 0,6%; Vila Real, 0,4%; Açores, 0,2%; Madeira, 0,2%; Cabo Verde, 0,2%; Macau, 0,2%. Na época o número de farmacêuticos em Portugal era de cerca de dois mil numa população de cerca de 6 milhões, estimando-se que *ratio* farmacêuticos-população deveria ser de sete a doze mil habitantes por farmacêutico (como no estrangeiro) e não de um farmacêutico para três mil habitantes como em Portugal. Daí que se indicasse que havia farmacêuticos a mais em Portugal, que havia muitos intrusos e abusos no exercício da profissão o que colocava a farmácia numa

situação de crise e caótica: "o que se tem passado nos últimos anos sobre o exercício de farmácia é uma série interminável de atropelos à lei contra os quais a classe farmacêutica se não tem cansado de protestar"[6].

## 4. As matérias das teses e comunicações

A Comissão Executiva sugeriu um leque variado de temas para serem apresentados no Congresso e que tinham que ver com preocupações científicas e com problemas de ordem profissional. A Comissão sugeriu um total de 65 temas repartidos pelas três secções. Porém, muitas temáticas propostas não foram objecto de qualquer comunicação. Sistematizámos os temas propostos nas seguintes grandes áreas: Legislação e deontologia farmacêutica, 16 temas; Análises aplicadas a medicamentos, águas e à clínica, 14; Medicamentos e indústria farmacêutica, 12; Progressos da tecnologia farmacêutica, 5; Prática profissional, 4; Cooperativismo, mutualismo e farmácias sociais, 4; Outros temas dispersos, 10.

Dos temas propostos sobressai: em primeiro lugar, um conjunto grande de sugestões relacionadas com a legislação e deontologia farmacêuticas, isto é, declaradamente articuladas com o exercício da profissão. São sugeridos temas que reflectem as preocupações dos farmacêuticos portugueses da época. É o caso: "Da necessidade de se respeitarem as decisões da convenção de Bruxelas sobre medicamentos heróicos", "Da revisão da Farmacopeia Portuguesa", "Das Cooperativas Farmaceuticas", "Das farmácias homeopáticas", "Das inspecções às farmácias", "Dos registos e marcas de nomes de fantasia", "Dos meios eficazes a adoptar para a repressão do exercício ilegal de farmácia", "Da venda de especialidades estrangeiras que não tenham no País um farmaceutico responsável pela sua composição", "Do segredo profissional", "Do limite das farmácias", "Dos remédios secretos", "Da regulamentação da venda das especialidades farmacêuticas", "Da proibição da venda de especailidades que não tenham um certificado de garantia de que são aprovados e vendidos também nos países de origem", etc.

Entre as temáticas científicas laboratoriais a secção de farmácia sugeriu temas relacionados sobretudo com a preparação medicamentosa, reservando-se a secção de química para temas analíticos, tanto para as análises clínicas como para outro tipo de análises aplicadas à saúde pública como sejam as análises a medicamentos, a alimentos e a águas. Entre as várias sugestões feitas citem-se, por exemplo: "Das tinturas preparadas por maceração ou lixiviação", "Da preparação dos comprimidos e da sua desagregação", "Da verificação da actividade e dos prazos dos produtos biológicos", "Da cultura das plantas medicinais", "Das análises clínicas que são da competência do farmacêutico", ""Da esterilização da água destinada à alimentação", "Da pesquisa e caracterização dos corantes artificiais nos produtos alimentares", "Da alteração dos medicamentos pela acção dos recipientes de vidro", etc.

Das temáticas propostas pela Comissão Executiva do Congresso assinale-se a consciência do elevado valor científico, técnico e social do exercício da profissão mas sublinhava-se também que a farmácia é suportada em bases científicas internacio-

[6] Representação enviada ao Presidente da República pela organização do Congresso, depois da sua realização. Cf. *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, 1928, p. 412.

nalmente aceites que tornavam o farmacêutico um especialista do medicamento e um agente de saúde pública.

As comunicações e teses apresentadas ao Congresso sublinham, essencialmente, problemas de ordem profissional. Das 42 intervenções realizadas, mais de metade (23) têm a ver com temas de legislação e de deontologia farmacêutica.

De seguida agrupam-se por áreas temáticas as comunicações apresentadas ao Congresso[7]: Legislação e deontologia farmacêutica (23); Análises aplicadas a medicamentos, águas e à clínica (8); Ensino farmacêutico (3); Prática profissional (2); Cooperativismo, mutualismo e farmácias sociais (2); Outros temas (4).

Entre os temas apresentados sobressaem as preocupações dos farmacêuticos portugueses da época: falsificação e qualidade dos medicamentos, alimentos e águas, exercício ilegal da profissão, limitação do número das farmácias, funcionamento de serviços farmacêuticos da Marinha e do Exército. Merece destaque, também, uma comunicação apresentada relativa ao controlo dos nascimentos e ao uso de produtos antigenésicos com vista ao aperfeiçoamento da espécie; é um trabalho de cariz eugenista.

O Congresso contou ainda com três conferências plenárias: da responsabilidade de Lupi Nogueira (*A insulina sob o ponto de vista químico-farmacêutico*)[8], Lopes Rodrigues (*Reacção de Lange do Ouro Coloidal no líquido céfalo raquidiano*)[9] e de Raúl de Carvalho (*Farmácia Moderna*)[10]. Neste particular, pela sua actualidade, merece ser distinguida a apresentação de Lupi Nogueira sobre a insulina que seis anos antes havia sido descoberta e cuja importância para a medicina e farmácia era capital.

No campo da legislação e deontologia são várias as comunicações dignas de registo. António José da Silva na intervenção *Federação Nacional de Farmácia*, estabeleceu uma interessante e complexa organização da farmácia portuguesa cujo objectivo era estabelecer uma melhor articulação entre os farmacêuticos portugueses, tanto a nível social como científico e profissional. Um dos tópicos a sublinhar pelo autor era o do nascimento de uma cooperativa farmacêutica cujos objectivos eram "livrar o farmacêutico das garras do intermediário e dar-lhe a independência económica de que tanto necessita"[11]. *Considerações sobre os serviços farmaceuticos nas marinhas de guerra e mercante* foi uma temática abordada por Carlos Marques de Sousa[12], onde o autor traçou um plano de organização da assistência farmacêutica naval, tanto para a marinha mercante como para a marinha de guerra. Também António Maria Caeiro apresentou uma intervenção do mesmo teor, intitulada *Farmaceuticos de bordo*[13]. Luís Pedro Branquinho abordou a problemática do fornecimento de medicamentos a militares através de farmácias militares, *Farmacias militares*[14]. João Martins do Rego[15]

---

[7] Neste número incluem-se algumas teses que, por falta de tempo, não foram lidas mas que foram publicadas no *Relatório* do Congresso, na íntegra ou na forma de resumo. Deliberou ainda o Congresso que algumas dessas comunicações deveriam ser enviadas ao próximo Congresso. Cf. *Primeiro Congresso Nacional de Farmacia. Relatorio*, Lisboa, 1927, p. 114.

[8] Idem, p. 43-52.

[9] Idem, p. 52-54.

[10] Idem, p. 55-64.

[11] Idem, p. 134.

[12] Idem, p. 140-148.

[13] Idem, p. 264.

[14] Idem, p. 265.

[15] Idem, p. 167-171.

apresentou a comunicação *A municipalisação da farmacia portuguesa* onde defende a passagem das farmácias para o poder das Câmaras Municipais com o objectivo de melhor servir a população e melhor garantir ao farmacêutico uma remuneração certa. Neste sentido vem também a comunicação de Augusto de Oliveira Mendes intitulada *A assistência farmaceutica aos pobres e a criação de partidos farmaceuticos municipais em todo o país*[16]; o autor sublinha a assistência medicamentosa aos mais carenciados, fazendo um paralelismo com os partidos farmacêuticos. Também propondo uma nova organização do sistema farmacêutico baseada numa reorganização dos serviços de assistência veio a lume a comunicação de José Leite da Silva intitulada *Modalidade do exercício de farmacia dentro de uma nova organização dos serviços de assistencia pública*[17]. Uma das mais significativas preocupações dos farmacêuticos da época era a questão da limitação do número de farmácias. Este problema foi várias vezes focado em revistas socioprofissionais e o consagrado farmacêutico português Tello da Fonseca apresentou ao Congresso uma comunicação intitulada, *Esboço de projecto para a limitação de farmacias em Portugal,* defendendo vivamente a limitação do número de farmácias à semelhança do que vinha acontecendo em vários países da Europa. Para tal apresenta um minucioso projecto[18]. No mesmo sentido foram lidas outras comunicações: de Curado de Oliveira intitulada, *Alvitres para a solução da crise que atravessa a farmacia em Portugal*[19]; de José Gonçalves Bandeira, *Algumas causas que teem contribuido para a decadência da farmacia em Portugal*[20], onde também falou da questão do exercício ilegal da farmácia, tema este apresentado especificamente por Joaquim Mendes Ribeiro[21], *Considerações sobre o exercício ilegal de farmacia,* J. Bastos da Costa[22], em *Reorganização dos serviços farmaceuticos em Portugal,* orientou a sua intervenção no mesmo sentido abordando a questão da limitação do número de farmácias, da transmissão das farmácias por morte do seu proprietário, da direcção técnica, etc. Augusto de Oliveira Mendes[23] abordou *O exercício ilegal de farmacia, a sua repressão pela criação de sub-inspecções distritais do exercício farmaceutico* propondo a formação de adequadas inspecções do exercício farmacêutico dispersas pelo país e que fortalecessem a legislação vigente. Os auxiliares de farmácia foram estudados por Jaime Valongo que apresentou a comunicação *Os auxiliares de farmacia – como deve ser definida a sua situação perante a lei*[24], salientando as fuções necessárias daqueles profissionais, designando-os ajudantes de farmácia, devendo ser facilitado àqueles profissionais o acesso às Faculdades de Farmácia. Ilídio Vieira Cosme foi o autor da comunicação *O inquilinato das farmacias*[25] e J. M. Pinto Fonseca preocupou-se com o *Formulario de medicamentos*[26]. O exercício farmacêutico nas colónias foi abordado

---

16 Idem, p. 186-189.
17 Idem, p. 172-173.
18 Idem, p. 190-195.
19 Idem, p. 195-198.
20 Idem, p. 212-222.
21 Idem, p. 235-237.
22 Idem, p. 258-260.
23 Idem, p. 237-243.
24 Idem, p. 198-207.
25 Idem, p. 243-244.
26 Idem, p. 228-231.

por A. Melo Azevedo que como exemplo abordou a problemática farmacêutica em Cabo Verde, no trabalho *Exercício farmaceutico nas colonias*[27]. G. Barros e Cunha apresentou uma curta mas interessante comunicação doutrinal intitulada *O Direito da profissão farmaceutica*, onde aborda três tópicos essenciais: "o que é necessário para se poder exercer a profissão farmaceutica?"; "Qual a natureza jurídica da profissão farmaceutica? Será uma profissão liberal? Um comércio? Uma indústria?"; "Obrigações e responsabilidades"[28]. Antero Mendes Namora[29] apresentou *A profissão farmaceutica e o Decreto 13:470*, analisando o diploma de 12 de Abril de 1927 que regulamentava o exercício da profissão farmacêutica; teceu críticas sobre vários pontos do então actual diploma. Merece ainda destaque a comunicação de Manuel Rodrigues Ferro *Venda de medicamentos anti-genesicos*[30], uma comunicação de natureza demográfico-sanitária onde o autor cruza a natalidade com a questão dos medicamentos anti-genésicos. Citando Costa Sacadura, o autor refere que em Portugal "a) A natalidade decresce; b) A mortalidade aumenta; c) A percentagem de nupcialidade diminui; d) A raça definha". José Pereira da Silva apresentou a comunicação *De uma nova organização social obrigando o estabelecimento de farmácias em todo o continente da República*[31]; trata-se de uma comunicação arrojada e que levou a conclusões muito incisivas entre as quais a divisão dos estudos em dois grupos, um profissional e outro científico, o autor defendia ainda a extinção de duas Faculdades de Farmácia; além disso defendia ainda uma mais profunda inspecção às farmácias, condicionamento de abertura e instalação de farmácias e regular distribuição destas pelo país.

No âmbito das "Análises aplicadas a medicamentos, águas e à clínica" as comunicações apresentadas tiveram como preocupação essencial transportar para dentro do país alguns dos métodos analíticos internacionalmente relavantes, tendo a preocupação de ter em conta os custos dos processos. Sublinhamos os trabalhos de Ester Nogueira e Elvira Magro que apresentaram duas comunicações que tiveram por base a sua experiência laboratorial analítica aplicada à bromatologia e hidrologia. No trabalho *Considerações sobre alguns processos de depuração das águas destinadas a à alimentação*[32] as autoras tinham por objectivo a aplicação de processos que visassem sobretudo a destruição do bacilo tífico e concluiram que para a depuração de pequenas massas de águas se podiam utilizar processos físico-químicos (raios ultra-violetas) e processos químicos (método de Lambert). Para grandes massas de águas recomendavam o método de Lambert mas, pelo facto de ser muito dispendioso, propunham o tratamento pelo cloro "desde que seja adicionado só nas quantidades necessárias para a depuração; que as águas a depurar tenham sido previamente filtradas; e ainda que algum excesso de cloro seja cuidadosamente eliminado"[33]. Na comunicação *Aguamento dos leites – Metodos gerais de pesquisa – a determinação da densidade do sôro, factor base para a apreciação*[34] as autoras referem o valor do leite na alimentação

[27] Idem, p. 266.
[28] Idem, p. 251-253.
[29] Idem, p. 266-267.
[30] Idem, p. 268-305.
[31] Idem, p. 253-257.
[32] Idem, p. 198-207.
[33] Idem, p. 207.
[34] Idem, p. 208-211.

em geral e em especial das crianças e dos doentes. Salientam, que o leite é sujeito a muitas adulterações, sendo a mais corrente o aguamento que faz diminuir o seu valor alimentar, havendo ainda o inconveniente de muitas vezes a água adicionada estar contaminada com microorganismos o que pode dar origem a graves doenças infecciosas. O estudo incidiu sobre dois métodos de determinação do aguamento dos leites: o índice de oxidabilidade e a densidade do soro. Sobre o primeiro não apresentaram conclusões definitivas tendo discordado da metodologia utilizada pelo defensor deste método, o químico Comanducci. Relativamente à densidade do soro, as autoras recomendaram a entrada deste processo nos métodos oficiais de análise do leite. Este método associado à refractometria era considerado muito importante para a determinação de falsificações do leite por aguamento. Pelo que expuseram, as duas autoras fizeram sobressair a importância das águas e dos alimentos no vigor físico da população e o papel da higiene e da saúde pública no quadro das disciplinas científicas no campo da saúde.

Dois outros trabalhos demonstram o interesse do doseamento de substâncias activas em medicamentos. No caso vertente, a morfina. Carlos Cândido Coutinho abordou a problemática da dosagem da morfina no trabalho *Sobre a dosagem da morfina pelo estudo de Portes e Langlois* [35]. O autor frisou a importância da dosagem rigorosa da morfina, dizendo que há cerca de 110 processos de dosagem embora nem todos sejam rigorosos. Por isso sugeriu que se sigam os métodos de Portes e de Langlois, que minoram os erros de doseamento e que foram experimentados pelo autor, método este que era seguido por algumas das principais farmacopeias mundiais como a francesa, a inglesa, a holandesa, a japonesa, a espanhola e a americana. O autor descreveu com minúcia os estudos realizados para a dosagem da morfina no ópio, no extracto de ópio, na tintura de ópio e no láudano. Alberto de Oliveira Malta apresentou a comunicação intitulada *Modificação ao processo Portes e Langlois para o doseamento da morfina*[36]. Tratou-se de uma comunicação que refere o trabalho que desenvolvia em torno de uma modificação do método consagrado de doseamento da morfina por Portes e Langlois. O autor falou da necessidade do doseamento rigoroso da morfina, entre outros pontos, por ser fundamental para avaliar a qualidade de produtos opiáceos com muito tempo de armazenagem.

Homero Ferreira apresentou *Contribuição para o estudo da identificação do sódio em diversos sais, pelo acetato de uranilo e magnésio*[37]. Tratou-se de uma comunicação baseada num trabalho laboratorial do autor que teve por base as pesquisas de Kolthoff utilizando acetato de uranilo e magnésio "para a identificação do sódio nas análises ordinárias", publicadas no *Journal de Pharmacie et de Chimie* e no *Boletin de Farmacia Militar de Madrid.*

Sublinhamos, também, de Bernardo Augusto da Costa Simões, o trabalho *Sobre a eliminação do arsenio*[38] onde se foca a eliminação do arsénio do organismo humano por via renal e através da urina. Este tema apresentava ainda interesse acrescido

---

[35] COUTINHO, Carlos Cândido – "Sobre a dosagem da morfina pelo metodo de Portes e Langlois". In: *Primeiro Congresso Nacional de Farmacia. Relatorio.* Lisboa: 1927, p. 123-127.

[36] Idem, p. 127-130.

[37] Idem, p. 117-123.

[38] Idem, p. 245-251.

se pensarmos que o arsénio era muito utilizado em envenamentos e portanto esta abordagem era muito importante do ponto de vista médico-legal. O autor referiu casos práticos que estudou com diferentes derivados do arsénio: arsenito de sódio, arrenal, cacodilato de sódio, salvarsan e neosalvarsan. Tratou-se de um autêntico estudo de terapêutica experimental. António Maria Caeiro apresentou ainda a comunicação *A higiene nas farmacias, fabricas e laboratorios de produtos farmaceuticos e drogarias, o ensaio de drogas e produtos químicos nas alfandegas*[39] onde sublinha o valor das inspecções e da necessidade de laboratórios analíticos adequados.

Nas três intervenções declaradamente sobre ensino farmaceûtico (duas apresentadas e outra não lida mas publicada no *Relatório*) plasmam-se suas concepções distintas de ensino farmacêutico. De um lado as comunicações de Jaime Tavares, *Considerações sobre o ensino público em geral e o da farmácia em especial*[40] e de Bernardino Álvaro de Pinho, *Os cursos de farmácia em Portugal*. Do outro lado, a comunicação de Arnaldo José Ferreira da Costa intitulada *As Faculdade de Farmácia sua função e utilidade prática*.

Para Jaime Tavares e Bernardino Álvaro de Pinho, o farmacêutico deveria ter uma formação científica integral, completa, preparando-o para o exercício profissional e dotando-o de ferramentas científicas para ser um homem de ciência. Os autores sublinhavam o que se passava noutros países estrangeiros em que o farmacêutico não era apenas um simples profissional dedicado à preparação de medicamentos nas farmácias (ou boticas) mas era um homem de ciência fazendo ciência e preparando de forma competente as alterações que se operavam no mundo da farmácia e dos medicamentos, por exemplo as provenientes da industrialização. Tavares era cáustico dizendo: "Portugal é tido por um dos países mais atrasados da Europa e talvez do mundo. Não sou eu que o venho apregoar por prazer; isto tem sido escrito por capacidades de vulto no mundo dos artistas, dos homens de ciência e da literatura, em todos os campos da publicidade e da divulgação jornalística. Não há muito nós eramos alcunhados de pretos num jornal francês, que nos chamava uma república de negros. Mais de uma vez temos sido tratados com mesquinha consideração por alemães e ingleses"[41]. O autor compara a elevada competência científica dos farmacêuticos alemães e franceses dizendo que "a farmácia deve ser em Portugal o que é na França, na Bélgica, na Alemanha, na Itália, na Espanha e no Brasil"[42]. Isto é: não deve existir um modelo de formação de farmacêutico nivelado pela menor formação técnica e científica os modelos de formação devem ser modelados pela formação de topo preparando os farmacêuticos para os desafios da vida moderna. Refere ainda o autor que naqueles países "há muito desapareceu o curso de boticário de aldeia. É um fóssil da pré-história para amadores de curiosidades arcaicas, lá fora, apenas se formam licenciados ou doutores em Farmácia"[43]. Para o autor a formação deveria dotar os farmacêuticos portugueses de um conjunto de saberes de modo que pudessem competir no campo científico e técnico com os farmacêuticos estrangeiros pois "só

[39] Idem, p. 264-265.
[40] Idem, p. 150-156.
[41] Idem, p. 150-151.
[42] Idem, p. 155.
[43] Idem, p. 155.

deste modo é que um dia poderá haver em Portugal uma indústria farmacêutica e química, capaz de preparar os produtos importados daqueles países"[44].

A comunicação de Bernardino Pinho *Os cursos de farmácia em Portugal*[45] surge na mesma linha da anterior embora o faça de um modo menos agressivo e simultaneamente mais interno. Fala dos enormes benefícios trazidos pela reforma de 1902 (abolição da distinção entre farmacêuticos de 1ª classe e de 2ª classe, embora com longo período de transição) e da reforma de 1926. O autor sublinha que o farmacêutico tem um papel capital na preparação de medicamentos mas também no ramo analítico aplicado à saúde pública e numa área nova a despontar fortemente, a indústria farmacêutica. O autor mostra que a indústria química alemã se desenvolveu graças à formação científica dos farmacêuticos e que era decisivo que os farmacêuticos portugueses ficassem dotados de uma formação científica superior e por isso disse que "no nosso país, é forçoso convir que vão aparecendo os efeitos da elevação do ensino à sua justa categoria"[46], numa alusão à indústria farmacêutica portuguesa que então se tentava afirmar.

A comunicação apresentada por Arnaldo José Ferreira da Costa, *As Faculdades de Farmácia sua função e utilidade pratica*[47] não foi lida no Congresso. Contudo, como referimos, foi publicada no *Relatório*. O autor refere que a frequência das Faculdades de Farmácia era reduzida porque houve uma elevação científica do curso com consequente aumento do número de anos de frequência. Desse modo, muitos farmacêuticos não passaram a dispor de meios económicos para sustentarem os filhos em Lisboa, no Porto ou em Coimbra a estudar nas Faculdades de Farmácia. O autor dizia: "Quantos milhares de escudos não representa hoje essa formatura, e para quê? Para esse doutorado em Farmácia se ir colocar numa terra sertaneja a preparar tisanas e pílulas? Evidentemente que, ou o farmacêutico não dispõe de meios suficientes e deixa de formar seus filhos em Farmácia, ou se de meios dispõe, prefere fazer do filho um médico, profissão muito mais rendosa, e aí temos justificada a pouca frequência nas faculdades de Farmácia!"[48]. Para solucionar este problema propunha o autor que existissem vários níveis de farmacêuticos: os que teriam a formação liceal e universitária completa (farmacêuticos químicos ou Doutores em Farmácia); os farmacêuticos de 1ª classe (com menor formação preparatória – 5º ano dos liceus ou alguns exames singulares de disciplinas do liceu – e 3 anos de curso)[49]. O autor propunha ainda que as Faculdades de Farmácia dessem formação para o diploma de *ajudantes de farmacêuticos* (exames de 2º grau e francês e cinco anos de prática como matérias preparatórias); essa formação era dada sob a forma de cursos nocturnos.

António Maria da Gama Júnior na comunicação *Algumas considerações sobre o exercício profissional de farmácia e indústria farmaceutica*[50] fala da inevitabilidade da

---

[44] Idem, p. 155.

[45] Idem, p. 174-185.

[46] Idem, p. 184.

[47] Idem, p. 261-263.

[48] Idem, p. 261-262.

[49] Trata-se, de certo modo, de algo com algumas semelhanças ao bacharelato e licenciatura que poucos anos depois foi instuído.

[50] Idem, p. 156-163.

industrialização do medicamento, aborda a necessidade de se protegerem as indústrias farmacêuticas portuguesas, estando convicto que estas se iriam impor no mercado nacional, beneficiando a economia portuguesa. Cisneiros e Faria em *Assistência farmaceutica rural*[51] defendeu a assistência farmacêutica às populações rurais, a criação de partidos farmacêuticos municipais e a fundação de Dispensatórios Farmacêuticos para assistência aos mais carenciados.

No âmbito do cooperativismo, mutualismo e farmácias sociais, assinalem-se as comunicações de Alberto de Oliveira Malta, *Farmacias mutualistas*, bem como de António Fernandes, *Cooperativismo e mutualismo na classe farmacêutica*[52]. No primeiro caso embora o autor seja a favor das farmácias mutualistas, faz notar que é necessário um conjunto de normas jurídicas, éticas e económicas para o seu funcionamento. Na segunda comunicação o autor é declaradamente a favor do surgimento de cooperativas farmacêuticas, sendo cruciais para atenuar o papel dos intermediários, sendo um forte defensor dos montepios farmacêuticos e das lutuosas farmacêuticas.

Noutros temas assinalem-se, por exemplo, Francisco Pinto de Almeida que apresentou a comunicação *Curieterapia*[53]. O autor exalta as vantagens da utilização de radiações no tratamento de muitas doenças e faz sobressair que em Portugal existem muitas regiões com minerais e águas radioactivas e que podiam ser utilizadas em tratamentos de doenças como dermatoses. Dizia que assim se aproveitava um produto nacional e que se impedia a vinda de muitos produtos estrangeiros para o mesmo fim de natureza duvidosa. Albino António Freire de Andrade apresentou a comunicação *Influência do Professor Dr. Luiz da Camara Pestana na Farmacia*[54]. Trata-se de um artigo onde se indica que era importante a indústria farmacêutica adoptar os produtos biológicos como base da produção industrial. João Francisco de Jesus na *Comunicação sobre algas*[55], exalta o valor das algas em farmácia e como fertlizante, sublinhando que se trata de um produto nacional.

## Conclusões

Do que foi exposto o Primeiro Congresso Nacional de Farmácia foi essencialmente de natureza profissional, embora as propostas iniciais da organização vincassem os temas científicos embora algumas comunicações apresentadas fossem de natureza científica.

No Congresso destaca-se uma consciência do valor social e assistencial das farmácias e do farmacêutico de oficina e a este propósito, tendo em conta uma ausência de leis e regulamentos que normalizassem a actividade, clama-se por uma adequada regulamentação do exercício profissional farmacêutico e sua inspecção, tanto a nível dos serviços civis como dos serviços militares. Só assim seria possível um exercício condigno da profissão e uma prestação adequada do serviço farmacêutico à comunidade.

---

[51] Idem, p. 149-150.
[52] Idem, p. 231-234.
[53] Idem, p. 136-140.
[54] Idem, p. 163-167.
[55] Idem, p. 190.

O Congresso foi uma forte manifestação de valorização incondicional da indústria farmacêutica portuguesa e do medicamento português (afirmação nacionalista do produto português). Contudo deve sublinhar-se que o Congresso nunca perde de vista que o farmacêutico era alguém fundamental na dinâmica da saúde pública e que esta deveria merecer por parte do Estado a maior atenção. Assim entendemos as palavras de Raúl de Carvalho em *Farmácia moderna* ao referir: "queremos que o Estado e o Povo Português se interessem um pouco mais pela sua vida, pelos seus assuntos que directamente se prendem à Saúde Pública e que esquecidos têm estado há quase um século"[56].

[56] Idem, p. 63.

# Espelho meu
## Ilusão biográfica e ideal historiográfico: a construção de Egas Moniz.

**Manuel Correia**

CORREIA, Manuel – "Espelho meu...– Ilusão bibliográfica
e ideal historiográfico: a construção de Egas Moniz".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 345-361.

**Manuel Correia.** Doutorando em História da Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

*Os homens passam, as conquistas científicas permanecem ou transformam-se.*
*A história, que as arquiva, fará a sua crítica*[1]

## 1. Construção biográfica: Ilusão e poder

Não está ao alcance de todos a tomada de uma decisão eficaz relativamente ao modo como se deveria ser recordado no futuro. É necessário trabalho empenhado, persistência, concordância e aceitação dos coevos, simpatia e sintonia dos contemporâneos. É necessário ser-se detentor do "poder biográfico".

A auto-representação seleccionada para efeitos da construção da notoriedade e travejamento da (auto) biografia, nem sempre triunfa no conjunto das representações que os homens e as instituições vão produzindo acerca dos sujeitos históricos. Com António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz (Avanca, 1874; Lisboa, 1955) foi generalizadamente aceite que a faceta científica sobrelevasse as restantes. Os seus textos de carácter autobiográfico coincidem admiravelmente com os principais ensaios biográficos que foram sendo escritos acerca de Egas Moniz. Esta coincidência levanta alguns problemas.

O 1º, deriva de uma incorrespondência. Dela nos ocuparemos na parte seguinte deste texto (2. O Político na sombra do cientista), destacando o jogo de conivências que se vieram a estabelecer contra a evidência documental.

O 2º problema coloca-se relativamente às actividades e pertenças que se encontram profusamente documentadas mas não foram assumidas por Moniz nos seus escritos publicados, nem circunstanciadamente considerados nos ensaios biográficos que lhe foram sendo dedicados. Tratando-se de actividades e pertenças "fortes", autênticos "marcadores civilizacionais" nalguns casos, assentir em continuar a contorná-los constitui uma perda grave de conhecimento acerca das ideias, atitudes e valores que ligavam Moniz aos seus contextos.

No âmbito das suas "figurações", deter-nos-emos nos casos da Maçonaria e do mundo dos duelos, na 2ª parte, (3. Duelos e Maçonaria. *Noblesse oblige*) e, na 3ª parte, salientaremos algumas das posições que ocupou no plano empresarial (4. Vida empresarial. A indesejabilidade de um perfil).

Após delineação das incorrespondências, passaremos em revisão um dos exercícios de aproximação biográfica que Moniz fez tomando por émulo Santiago Ramón y Cajal (1852, Petilla de Aragon; 1934, Madrid). A homenagem com que formalmente Egas Moniz presenteia a memória de Cajal contém alguns exemplos da plasticidade com que se pode proceder a tais tipos de ajuste (5. A afinidade com Ramón y Cajal).

O inventário de incorrespondências e de manifestações de uma "pulsão biográfica" orientada para uma representação bem definida, conduz, por fim, a uma série de reflexões acerca da "construção biográfica" enquanto "construção da notoriedade".

[1] É assim que Egas Moniz termina a sua "Última Lição", na Faculdade de Medicina de Lisboa, em 29 de Novembro de 1944, acrescentando: "Sinto-me sombra a desvanecer-se nas gerações que se seguem. E agora, ao despedir-me, ouso rematar: esforcei-me por bem cumprir o meu dever" (MONIZ, Egas – *A última lição*. Lisboa: Portugália, 1944, p. 37).

Tipificando o que ficou dentro e fora dessa selecção de perfis, concluiremos (6. Os biografemas[2] que ficaram) sugerindo que as constelações de características e qualidades atribuídas a Moniz configuram uma filtragem de "biografemas" ao jeito da ideologia que enformava a visão heróica e elitista da história, expendida por Thomas Carlyle[3]. Entre o indivíduo "concreto" e o indivíduo "construído"[4], revelam-se os traços identitários esquecidos ou obscurecidos. Ganha-se em conhecimento o que eventualmente se tem perdido em distanciamento heroicizante.

## 2. O político na sombra do cientista[5]

Moniz decidiu, a partir de meados dos anos 20, consagrar-se quase exclusivamente à investigação científica[6]. A partir dessa época, sustentou, em público, por diversas vezes, e deixou escrito que a sua passagem pela política se resumira a algo episódico[7]. O livro que publicou em 1919 tinha sugestivamente um título que poderia dar a entender isso mesmo – "Um ano de política"[8].

Deputado pelo Partido Progressista desde 1900[9], ligado a José Maria de Alpoim, que foi seu "padrinho" académico, em representação de José Luciano de Castro, na cerimónia de formatura universitária, Egas Moniz manteve-se na política activa, com

---

[2] Unidades biográficas elementares, na base das quais se compõe uma biografia, tal como na linguística estrutural se atribui a designação de fonema à menor unidade fonética articulável. Conceito elaborado por Roland Barthes, mencionado pela primeira vez no prefácio do seu livro *Sade, Fourier, Loyola* (BARTHES, Roland – *Sade, Fourier, Loyola*. Paris: Seuil, Collection "Points", 1971, p. 12).

[3] CARLYLE, Thomas – *On heroes, hero-worship and the heroic in history*. New York: Frederick A. Stokes and Brother, 1888.

[4] Acompanho aqui a crítica a que Pierre Bourdieu submeteu as noções correntes que apresentam as histórias de vida, biografias e autobiografias como narrativas de "trajectos" coerentes, homogéneos e harmoniosos, frequentemente estribados nas metáforas da viagem ou do caminho, com pontos de partida, de chegada, em que intencionalidades bem definidas e constantes orientam a progressão. (BOURDIEU, Pierre – «L'illusion biographique». In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: 62/63, p. 69-72, Juin, 1986, p. 72)

[5] Expressão utilizada numa série de dois artigos em que discuti mais desenvolvidamente a ideia de não correspondência entre a versão que Moniz fornece acerca da sua "passagem pela política", e a evidência do tempo e da intensidade com que se lhe consagrou. (CORREIA, Manuel – "O político na sombra do cientista (1) – Considerações acerca da importância e do alcance de dois enigmas monizianos – o «periférico» e o «político»". In: *VÉRTICE*. Lisboa: Setembro – Outubro, 2004, n.º 119, p. 57-74).

[6] A carta de Egas Moniz para Berlim, em 1924, encomendando a Eduardo Coelho um exemplar de um Tratado de Radiologia, aponta nesse sentido. Cerca de três anos depois, Moniz apresenta publicamente os resultados das suas investigações conducentes à Arteriografia Cerebral. Tal proximidade temporal leva o destinatário da carta a intuir que, no momento da encomenda, Moniz já teria gizado o plano de investigação revelado mais tarde. (COELHO, Eduardo – "A vida científica de Egas Moniz". In: *Jornal do Médico*. Porto: 1950, Separata XV (373), p. 432-436.)

[7] "(...) Terminada a minha missão como Presidente da Delegação Portuguesa à Conferência de Paz, em 1918, dei por concluída a actividade na vida política, recolhendo definitivamente à minha missão de professor e investigador." (MONIZ, Egas – *Confidências de um investigador científico*. Lisboa: Ática, 1949, p. 16). Noutra passagem, mais tarde, dá a entender que, tudo se resumia, em Lisboa, depois da implantação da República, a uma distribuição de empenhos "no Parlamento e na Cátedra." (MONIZ, Egas – *A nossa casa*. Lisboa: Paulino Ferreira, Filhos Ldª., 1950, p. 370)

[8] MONIZ, Egas – *Um ano de política*. Lisboa: Portugal - Brasil Ldª, 1919.

[9] Diário da Câmara dos Deputados de 8 de Janeiro de 1900.

raras intermitências, durante cerca de ¼ de século. Quanto à ideia de um "tempo político escasso", poder-se-ia obtemperar que a extensão temporal não tem de significar, forçosamente, um curriculum assinalável, separando a grandeza do período da intensidade da acção. Porém, no caso de Egas Moniz, a intensidade conjuga-se com a extensão, oferecendo um percurso acidentado, feito de numerosas mudanças, transições e rupturas.

Do meio legitimista, familiar e religioso, em que nasceu e foi iniciado nas primeiras letras, até à ida para a Universidade de Coimbra; do 1º mandato de deputado à Câmara dos Deputados, até à Dissidência Progressista, em que alinhou, de novo, com José Maria de Alpoim (1905); da aproximação aos republicanos até à Intentona da Biblioteca e ao Regicídio (1908); da Constituinte de 1910/11, à incompatibilização com os "Democráticos" de Afonso Costa e ao apoio velado à ditadura de Pimenta de Castro; e, finalmente, do apoio e envolvimento no *Sidonismo*, até ser afastado da presidência da Delegação Portuguesa à Conferência de Paz de Versailles, a extensão temporal e a intensidade do protagonismo, sobrepõem-se.

Nota-se que Moniz, aqui e acolá, em conferências, colóquios e outros apontamentos, se mantém atento à política, comentando lateralmente acontecimentos, expendendo opiniões resguardadas pela abstracção. A propósito das "Psicoses Sociais"[10], revela o seu convencimento acerca do modo como funciona a sociedade; a pretexto de "A geração humana e as doutrinas de Exeter"[11], condena os "excessos" dos nazis na experimentação em humanos, sem deixar de preconizar medidas eugénicas, positivas e negativas, para enfrentar casos de infertilidade ou de reprodução indesejável.

Após a sua jubilação, em 1944, revela publicamente a sua discordância com a ditadura. Abstém-se, em geral, de qualquer condenação das políticas, em concreto. Mas denuncia a ausência de democracia e de liberdades, nomeadamente no decurso dos períodos eleitorais. Participa em movimentos cívicos, pela causa da Paz; é convidado a candidatar-se à Presidência da República em 1951 (por morte do General Carmona); escreve na imprensa, denunciando a falta de garantias para as oposições nos actos eleitorais[12]; e anota, nos seus escritos íntimos, o seu desgosto pelo andamento geral das coisas públicas[13].

---

[10] MONIZ, Egas – *Ao Lado da Medicina*. Lisboa: Bertrand, 1940, p. 9 – 37.

[11] MONIZ, Egas – *Conferências Médicas*. Lisboa: Portugália Editora, 1945, 1º Volume, p. 9-64.

[12] O jornal *República* (28/10/1953) titula na 1ª página, sobre foto a duas colunas, ao centro: "Egas Moniz, Prémio Nobel, glória da nossa cultura, produz um depoimento esmagador contra a actual situação". Depois vem a manchete: "A comédia vai repetir-se!" E, em seguida, o pós-título: "Eleições sem fiscalização da Oposição não merecem esse nome: são nomeações que poderiam ser feitas no Ministério do Interior – declara à "República" o eminente sábio de prestígio internacional."

[13] "Nunca, desde que o ditador se instalou no poder, houve eleições. Uma burla a constituição da chamada Assembleia Nacional! Os recenseamentos são falsos, só se inscrevem os nomes daqueles que não podem fazer mal. Tocam a campainha das perseguições necessárias e não se admitem reclamações. Tudo é falso e porco; mas se algum protesta, cadeia ou então, com o epíteto de comunista descem aos centros dos campos de concentração desde Peniche à Ilha do Sal. Toda a resistência é inútil. Não há fiscalização de mesas eleitorais, aqueles que as constituem são da grei ditatorial. As operações de apuramento são exclusivamente feitas, por mandatários do partido que a apoia sem que qualquer pessoa prove existir fraude. Esta domina hoje tudo em Portugal!" - MONIZ, Egas – *Apontamentos a propósito do Prémio Nobel de 1949*, - Manuscrito policopiado datado de 30/11/1954, p.13-15.

Em síntese: Moniz consagrou à política activa uma boa parte da sua vida. Ao longo de um quarto de século, interveio em momentos-chave, assumiu responsabilidades e sofreu as consequências das suas opções. Para reforçar a imagem de cientista bem sucedido, tentou minimizar a importância da sua prestação política. Numerosas memórias biográficas seguiram esta tónica. Os trabalhos da história revelam um resultado diferente[14].

## 3. Duelos e Maçonaria: noblesse oblige

Se, relativamente à política, Moniz optou por dar a ideia de uma passagem fugaz, a sua reconhecida e documentada pertença ao mundo dos duelos, como forma aristocrática de resolver pendências de honra, tal como a sua iniciação na Maçonaria, são completamente omitidas nos seus textos de carácter autobiográfico. Faço-lhes aqui uma breve referência, em conjunto, não tanto por se tratar de instituições da mesma natureza, mas por configurarem alguns traços essenciais comuns no plano da construção biográfica.

Estamos, nos dois casos, perante uma pertença a instituições que representavam, na altura, a sobrevivência medieval de um modo privado de dirimir ofensas e injúrias à margem da ordem jurídica existente: uma, (a dos duelos); outra, (a Maçonaria), associação orientada para a extinção do absolutismo e expansão dos ideais da fraternidade, igualdade e instrução[15]. Pese embora a aparente contradição entre as duas, tem interesse sublinhar, neste ponto, a carácter secreto que revestiam. Apesar de, relativamente a ambas, existir evidência documental bastante[16], sublinhe-se que Moniz não fez nenhuma menção a qualquer delas nos textos de carácter autobiográfico que publicou. Sem tentar apurar as motivações de tais secretismos, o certo é que estas duas facetas biográficas, geralmente desvalorizadas na maioria dos testemunhos e ensaios de carácter biográfico, revelam dois aspectos marcantes do modo como Moniz se relacionava com as instituições do seu tempo.

Enquanto a pertença à Franco-Maçonaria significava a selagem de um compromisso profundo com o núcleo duro dos republicanos, o apego aos códigos e rituais

---

[14] Entre outros, Malheiro da Silva, na sua excelente análise sobre Sidónio Pais e o Sidonismo, conclui que Moniz não teve apenas uma forte influência nesse período. Foi a figura central do PNR (formado com base no Partido Centrista de que Moniz fora o principal fundador), ouvido nas principais questões relacionadas com recrutamento político e preenchimento de cargos, e líder da maioria parlamentar. Pode ser considerado uma das figuras mais importantes do Sidonismo. - SILVA, Armando Malheiro da – *Sidónio e o Sidonismo. História de um caso político*. Coimbra: IUC, 2006, Vol. 2. p. 257 e seguintes.

[15] Ver, p. ex. a entrada sobre Portugal na "Encyclopédie de la Franc-Maçonnerie", da autoria de Oliveira Marques e Alves Dias. In: AAVV – *Encyclopédie de La Franc-Maçonnerie*. Paris: LGF-Livre de Poche, La Pochotèque, 2002, p. 667-668.

[16] Relativamente à iniciação, em 1910, na Loja Simpatia e União do Grande Oriente Lusitano, ver CORREIA, Manuel – *Egas Moniz e o Prémio Nobel*. Coimbra: IUC, 2006, p. 25. Quanto aos duelos, Moniz surge activamente associado a essa prática, em NORTON, José – *Norton de Matos. Biografia*. Lisboa: Bertrand, 2002, p. 176-178; assumindo os estatutos de "testemunha", "conselheiro de arbitragem", membro do "Tribunal de Honra", em LEMOS, Mário Matos e – "O duelo em Portugal depois da implantação da República". In: *Revista de História das Ideias*, Rituais e Cerimonial. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1993, 15, p. 580-592; e ao seu contínuo envolvimento, pelo menos até 1925, em SANTOS, José Ribeiro dos – "O último duelo que se travou em Lisboa". In: *História*. Lisboa: O Jornal, 1981, Março, n.º 29, p. 5.

dos duelos da velha aristocracia, punha em relevo uma cultura política que não reconhecia, ainda, inteiramente, ao Estado, a exclusividade da administração da violência; aos tribunais a capacidade de julgar pendências de honra; e à lei o critério fundamental para a regulação dos conflitos mais graves.

Decorre daqui que o secretismo do próprio Moniz, e o apagamento ou relativização de que estes aspectos foram objecto nos ensaios biográficos que o têm seguido, apesar de compreensíveis à luz da contenção e reserva da nobreza aristocrática e cavalheiresca, operam uma dupla denegação historiográfica. Simplificam os termos da narrativa biográfica pactuando com os secretismos de conveniência e, em simultâneo, empobrecem a informação acerca de aspectos fundamentais acerca daquilo a que se costumava chamar a "mentalidade" da época.

António José de Almeida, entre outros líderes republicanos, assumiu posição de princípio contra a prática obsoleta dos duelos[17]; Moniz, que acompanhou por largo tempo nas andanças da facção evolucionista, não apenas se manteve activo no âmbito dos duelos, como era considerado um *expert* na matéria, chamado ao aconselhamento e julgamento prévio de várias pendências.

## 4. Vida empresarial. A indesejabilidade de um perfil

O Moniz empreendedor, gestor dos recursos que foi acumulando, com sentido de oportunidade e investidor diversificado tem escapado, em grande parte, à generalidade das narrativas biográficas. Mesmo quando lateralmente referidas, tem havido um consenso desvalorizador acerca das informações de carácter socioeconómico e financeiro que concorrem para uma avaliação comparativa a este nível. Mais uma vez, é duplamente compreensível que o próprio não se tenha referido a estes aspectos nos seus escritos ("modéstias" da nobreza aliadas ao cuidado da selecção biográfica), sendo que, tal como nos exemplos anteriormente aduzidos acerca da Franco-Maçonaria e do mundo dos duelos, o recorte historiográfico fica, também neste caso, duplamente amputado.

Não é despicienda, para a compreensão da inserção social de Moniz, uma descrição, ainda que sucinta, dos seus rendimentos e interesses; nem é possível avaliar a consistência das numerosas narrativas biográficas sem o estabelecimento de um padrão mínimo a este respeito.

Aquém da exaustividade, assinalam-se algumas das fontes de rendimento de Egas Moniz, para além das que decorriam do património herdado. Professor universitário (primeiro em Coimbra, depois em Lisboa); director do serviço de neurologia do Hospital de Santa Marta; exercício da actividade médica em regime liberal, com consultório na cidade; médico da CP e, a partir de 1903, médico especialista da mesma empresa, até 1945, data em que foi aposentado; médico chefe do ramo vida da Companhia de Seguros Americana Mutual Life; accionista fundador, médico chefe do ramo vida e membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros

---

[17] Iniciativa secundada por outros parlamentares que tomou forma no Decreto de 1911 que visava substituir a prática dos duelos por "Tribunais de Honra" (LEMOS, Mário Matos e., ob. cit., p. 573).

A Nacional; sócio fundador da Sociedade de Produtos Lácteos (Avanca), mais tarde adquirida pela Nestlé.

Para além de sabermos que Egas Moniz pertencia a um grupo social cujos rendimentos se situavam ao nível da alta burguesia, cujo orçamento era assegurado quer pelas funções públicas (Director de Serviços Hospitalares e Catedrático da Faculdade de Medicina), quer pelo exercício liberal da profissão médica, quer ainda, por avenças, prestação de serviços e investimentos vários, de que decorria também, por vezes, a assunção de responsabilidades gestionárias.

Este conjunto de constatações coloca-nos perante um Moniz com interesses, empenhos e actividades diversificadas, remuneradoras quer do seu trabalho altamente qualificado, enquanto médico especialista, quer dos capitais investidos em quotas e acções; mostra-nos a influência do médico, e o modo como tirou partido do seu saber e da sua habilidade em sectores de actividade em que investiu conhecimentos técnico-científicos e capital.

Do conjunto mencionado, destacamos, por ter sido menos referida[18] na literatura biográfica acerca de Moniz (e, mais uma vez, inteiramente omitida pelo próprio) o seu concurso no sector dos seguros, ramo vida.

Moniz adquirira já experiência comprovada no ramo dos seguros de vida. Fora Médico Chefe da Companhia de Seguros Americana, *Mutual Life*[19]. O primeiro relatório[20] que assina, já como Médico Chefe da recém criada Companhia de Seguros A Nacional, revela um conhecimento abrangente da problemática dos seguros de vida e o acompanhamento internacional do que se fazia no sector. Delineia as precauções que a *A Nacional* deve tomar para que a actividade seja rendosa; explica o conjunto de critérios para a sobretaxa dos "prémios" de acordo com os diagnósticos e outras estimativas acerca da longevidade dos potenciais clientes da seguradora. Esta actividade em que os saberes da medicina se constituem em técnica auxiliar de uma indústria determinada, aproxima-nos um pouco mais do "ser social" de Moniz. A sua mundividência incluía forçosamente um olhar sobre a vida em que a respectiva durabilidade podia ser objecto de um interesse particular.

A sua actividade e ligações empresariais tinham consequências políticas à esquerda. O Secretariado do Comité Central do PCP, por exemplo, na sequência da "farsa

---

[18] Assinale-se, a título de exemplo, a referência que António Macieira Coelho faz à actividade empreendedora do seu familiar Egas Moniz: "*Poucos saberão ter sido ele a lançar em 1923 o surto inovador na sua região com a constituição da Sociedade de Produtos Lácteos, depois comprada pela Nestlé em 1934, também por sua iniciativa, e onde tinha razoável posição accionista. Também tentou estabelecer uma unidade bancária, o Banco Antuã, que teve vida curta por má escolha de associados e lhe causou grandes dissabores.*" (COELHO, António Macieira – "Vivências na intimidade de Egas Moniz". In: PEREIRA, Ana Leonor, e PITA, João Rui (Org.) – *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Minerva, 2000 p. 58). Os dois exemplos de empreendedorismo conferidos, um a título de revelação ("poucos saberão..."), outro a título de tentativa mal sucedida ("Banco de Antuã"), prolongam a relativização da faceta empreendedora de Moniz num equilíbrio de soma nula (sucesso versus insucesso), que mantém o traço empreendedor na periferia das características biográficas principais.

[19] Agradeço ao Dr. Armando Caeiro as preciosas indicações e conselhos nesta matéria (CAEIRO, Armando – "Elementos sobre a história do Seguro de Vida em Portugal". In: *APS Notícias – Boletim Trimestral da Associação Portuguesa de Seguradores*. Lisboa: Abril - Junho, 2003, n.º 1).

[20] AAVV – *Companhia de Seguros A Nacional: Relatório do Conselho de Administração*. Parecer do Conselho Fiscal e Relatórios do Director e do Médico Chefe. Lisboa: Casa Portugueza, 1907.

eleitoral" de 1951, condena a "veleidade" dos que alvitraram o seu nome para candidato da Oposição Democrática, apontando-lhe, além do seu passado político ligado à 1ª República, e o seu alinhamento "Atlântico",

> *(...) o seu antisovietismo e as suas ligações capitalistas com grandes trusts estrangeiros dominados pelo capital norte-americano (Nestlé - Alimentana) e a sua participação activa em importantes empresas capitalistas nacionais (Seguro Vitalícia, Seguro A Nacional, Empresa Agrícola de Catanhede, etc.) e que via somente no prestígio científico do Dr. Egas Moniz (como 1º Prémio Nobel do nosso país) razão suficiente para fazer dele um candidato democrata à Presidência da República*[21].

A atitude, perfeitamente legitimada no quadro dos valores que enformavam o impulso empreendedor, a criação de riqueza, a exploração de oportunidades, a livre empresa e o mercado, parecia contudo menos interessante à luz da separação cultural entre materialismo e espiritualismo que colocava os homens de ciência do lado de cá da trincheira imaginária.

## 5. A afinidade com Ramón y Cajal

No final dos anos 40, Egas Moniz começou a escrever acerca de Santiago Ramón y Cajal[22]. O facto causa alguma estranheza, pois a empatia com que se lhe refere, brota subitamente, cerca de ½ século após o triunfo do novo paradigma neuronal. Não há notícia de lhe ter consagrado qualquer texto em qualquer das oportunidades celebratórias em que Cajal foi objecto da atenção de cientistas portugueses.

As duas peças mais significativas dessa aproximação simbólica datam de 1948[23]. Moniz expõe a doutrina de Cajal, atribuindo-lhe uma influência determinante das condições teóricas em que decorreram as suas investigações relativamente à leucotomia pré-frontal.

Nas conferências em que Moniz chama Cajal para tema central, objecto de homenagem e émulo, as afinidades que detecta excluem dois vivíssimos traços da personalidade de Cajal, enfatizando outros tantos em que se revê. A base da sua informação acerca da biografia de Cajal é sobretudo o livro *Recuerdos de mi vida*[24],

---

[21] E a nota prossegue: "(...) esses democratas ignoravam, por exemplo, que o Prof. Egas Moniz, quando era Presidente da Comissão Nacional para a Defesa da Paz, considerou o Pacto do Atlântico útil e se recusou a assinar o apelo contra o emprego das armas atómicas ou a tomar qualquer atitude pública em defesa da Paz." (PCP – *O Partido e as últimas "eleições" Presidenciais*. Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português: Editorial Avante, 1952, p. 2).

[22] Moniz faz-lhe uma curta, mas destacada referência em "A última lição" (MONIZ, Egas – *A última lição*. Lisboa: Portugália, 1944, p. 24) enumerando "*A histologia do sistema nervoso*" entre os "subsídios encontrados em duas obras fundamentais", a par de "*A anatomia do sistema nervoso dos vertebrados*" de Kappers, Huber e Crosby.

[23] Trata-se de duas conferências proferidas na Academia de Ciências de Lisboa a que acrescentou, ao publicá-las no volume III das "Conferências Médicas e Literárias", um posfácio assinalando a sua nova condição de galardoado com o Prémio Nobel. (MONIZ, Egas – *Conferências Médicas e Literárias III, Ramon y Cajal*. Lisboa: Portugália Editora, 1950, p. 93-107).

[24] CAJAL, Santiago Ramón y – *Mi infancia y juventud*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1952.

passando ao largo de *El Mundo visto a los 80 años*[25] e de outros escritos e factos emblemáticos[26].

Os propósitos centrais de Moniz visam pôr em evidência o quanto se assemelham os dois "sábios peninsulares", – ele próprio e Cajal, na ocorrência – pela capacidade indómita de vencer obstáculos e realizar obras de talento em circunstâncias desfavoráveis; pelos traços de carácter e de personalidade comuns; e pela forma como a obra de Moniz (sobretudo a *leucotomia pré-frontal*) dependendo das teorias de Cajal, as (re)compensou do benefício delas colhido, reforçando-as, em contrapartida.

> *Sem a doutrina do neurónio e do muito que se tem produzido em torno da ideia inicial, tanto no campo morfológico, como no experimental, eu não teria realizado a leucotmia prefrontal que colaboradores estrangeiros divulgaram, criando novas técnicas operatórias e orientando a intervenção na escolha dos doentes com psicoses mais acessíveis à nova terapêutica cirúrgica.*
> *E a continuar a contar-se por centenas as curas e melhoras, também poderei dizer que a leucotomia cerebral veio, por sua vez, em defesa da doutrina que, há 60 anos, Ramon y Cajal proclamou pela primeira vez.*
> *Nesta troca de serviços eu fui o grande beneficiado. Pelo meu lado apenas ofereço um argumento a mais, a favor do que, há muito, julgo demonstrado.*[27]

Moniz profere a sua primeira conferência sobre Cajal quando vai completar 74 anos, mas não toma Cajal como émulo quando se trata da partilha de fraquezas próprias.

Não teria surpreendido se Egas Moniz, insigne membro da Academia de Ciências de Lisboa, – e seu Presidente, anos a fio[28] – tivesse, pelo menos, aludido que Santiago Ramón y Cajal fora também eleito seu sócio correspondente em 4 de Março de 1897[29].

A influência de Cajal exercera-se também desse modo, atestada pelo parecer abonatório assinado, entre outros, por Carlos May Figueira, José Joaquim da Silva Amado e Virgílio César de Oliveira Machado, que fundamentam assim a eleição de Cajal para sócio correspondente da então Academia Real de Ciências:

---

[25] CAJAL, Santiago Ramón y – *El mundo visto a los 80 años. Impresiones de un arterioesclerótico*. Madrid: Tipografía Artística, 1934.

[26] Alude-se aqui o facto de Cajal ser membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa desde 1897, (ainda na sua forma histórica de Academia Real de Ciências). Retomaremos mais adiante alguns pormenores que se prendem com a omissão deste facto.

[27] (MONIZ, Egas – 1950. ob. cit., p. 92).

[28] Egas Moniz, Académico Correspondente da Academia de Ciências de Lisboa desde 1916, foi nomeado sócio efectivo em 1923, tendo sido eleito Presidente em 1928, 1932 e 1940; Presidente da Classe das Ciências em 1940, 1947, 1948, 1950, 1951 e 1952; e Vice-Presidente da Classe das Ciências em 1930, 1931, 1939, 1952, 1953, 1954 e 1955.

[29] O elogio da teoria do neurónio que sobressai do texto do "Parecer da Secção de Ciências" que fundamenta a proposta de Ramón y Cajal para membro da Academia é, com certeza, a par do opúsculo "Os neurones e a vida psíquica" (BOMBARDA, Miguel – *Os neurones e a vida psíquica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897), uma das primeiras revelações da influência exercida pelos trabalhos de Cajal no meio científico português. (Arquivo da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, Processo n.º 1693).

*O sábio catedrático que é hoje um dos primeiros, senão o principal, na plêiade dos mais egrégios neurohistologistas contemporâneos, veio, com as suas numerosas e importantíssimas investigações sobre a fina estrutura dos elementos nervosos, fazer uma completa revolução neste complexo e até aqui tão imperfeito capítulo da histologia.*[30]

As páginas seguintes[31] testemunham um conhecimento aprofundado dos métodos e das teses de Cajal, e uma adesão entusiasta à teoria do neurónio. Esta presença institucional de Cajal, ela própria traço biográfico com interesse para o relacionamento cultural e científico de âmbito peninsular, ficou também na penumbra.

Moniz, por não a achar relevante ou, pura e simplesmente, por ela não lhe ter ocorrido, omite-a.

Moniz (o "sábio peninsular" sobrevivente) glorifica Cajal (o "sábio peninsular" já desaparecido) para o engrandecimento de ambos, e a procura de um certo equilíbrio entre o *deve* e o *haver* das trocas com o principal autor do paradigma teórico à sombra do qual diz ter trabalhado, mas que, segundo ele, acabou por compensar, já que o sucesso da *leucotomia préfrontal* teria vindo contribuir, de certo modo, para o reforço do novo paradigma.

Não tendo, noutras oportunidades celebratórias, assinado qualquer texto conhecido para homenagear Cajal[32], declarando, no entanto, a sua adesão, desde o início, à teoria do neurónio; nem tendo, como muitos dos seus contemporâneos, uma colecção de episódios de proximidade cuja descrição é geralmente utilizada para compor ou completar a impressão desprovida do que nos textos perpassa da personalidade e do carácter dos autores, Moniz optou por um levantamento sistemático da história de vida de Cajal, coligindo a informação relevante para a composição de um auto-retrato em que se irmanava a Cajal, numa espécie de cotejo *post factum*, da mesma ordem do que Bocage endereçou a Camões, num soneto célebre[33].

Com excepção do seu livro ***Um ano de política***[34], que veio a lume em 1919, e em que, para além do registo dominantemente autobiográfico, tomava posição, justificando-se, demarcando-se e respondendo indirectamente a algumas das acusações que contra si então pendiam, Moniz só retomou, a fundo, essa preocupação, no texto consagrador da sua ***Última lição***[35]. Ademais, as duas obras fundamentais de carácter autobiográfico, foram escritas em 1949[36] e em 1950[37].

---

[30] "*Parecer da Secção de Ciências Médicas da Academia Real de Ciências sobre os trabalhos do Snr. D. Santiago Ramón y Cajal, Professor numerário de Histologia e Anatomia Patológica da Universidade de Madrid*». Arquivo da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, Processo 1693.

[31] O manuscrito tem dez páginas, descontada a folha de rosto e está apenso ao Processo de Santigo Ramón y Cajal, referido anteriormente.

[32] Tal como recordámos anteriormente, não se conhece nenhum texto de Moniz aquando da morte de Ramón y Cajal, em 1934, nem tampouco em 1941, quando foi assinalado o cinquentenário do Neurónio.

[33] "*Camões, grande Camões, quão semelhante / acho o teu fado ao meu, quando os cotejo! / Igual causa nos fez, perdendo o Tejo, / arrostar c'o sacrílego gigante.*" (BOCAGE, M. M. Barbosa du – *Obra Completa.* Porto: Edições Caixotim, 2004, Volume I. *Sonetos*, p. 199).

[34] MONIZ, Egas – *Um ano de política.* Lisboa: Portugal - Brasil Ldª, 1919.

[35] MONIZ, Egas – *A última lição.* Lisboa: Portugália, 1944.

[36] MONIZ, Egas – *Confidências de um investigador científico.* Lisboa: Ática, 1949. (Publicado antes da atribuição do Prémio Nobel que viria a ocorrer no final desse ano).

[37]MONIZ, Egas – *A nossa casa.* Lisboa: Paulino Ferreira, Filhos Ldª., 1950.

Tal circunstância colocou a Moniz um exigente trabalho de memória. Aí, Moniz apoia-se, por vezes, em documentação da época, imprimindo verosimilhança histórica aos seus enunciados; noutros casos, fala dele próprio a pretexto da navegação à vista que faz de outras figuras, acontecimentos e ideias. Num caso e noutro, a estratégia discursiva é a de legar a melhor versão, reconstruindo a sua imagem, de modo a sublinhar nela os traços susceptíveis de consolidar e avivar a notoriedade científica[38].

Esta aplicação sistemática de Moniz ganha em compreensibilidade se a acompanharmos da necessária pressão de *lobby* de que se ocupou desde 1927 com o intuito de ser nomeado e ganhar o Prémio Nobel[39].

Outros leitores atentos da obra *moniziana* têm reparado nessa determinação, directa e conspícua, com que o *Sábio de Avanca* modelava as auto–representações.

> *É certo que Egas Moniz parece ter esculpido cuidadosamente a imagem que de si pretendeu legar à posteridade. É por isso que a sua autobiografia publicada em 1949, antes da concessão do Prémio Nobel, embora contenha informação indispensável para a compreensão da génese das suas duas contribuições científicas principais, sofre do tom algo excessivo do panegírico ao herói solitário, vencedor de uma luta titânica contra tudo e contra todos*[40].

Desconte-se à modalização hiperbólica – "contra tudo e contra todos" – o gesto de reconhecimento que Egas Moniz faz na direcção de Ramón y Cajal. Tardio, talvez; incompleto, decerto; deixando na sombra alguns aspectos fundamentais da atitude de Cajal em relação à cultura (às polémicas e à capacidade de reconhecer as fragilidades do envelhecimento), sem dúvida. De qualquer maneira, um gesto envolvente, em busca de uma afinidade possível, num território de emulação bem demarcado.

Uma influência que, colocada tal como Egas Moniz a descreve, engrandece, praticamente por igual, homenageado e homenageador.

## 6. Os biografemas que ficaram

Compulsadas as incorrespondências (graus de extensão e intensidade da vida política; pertença à Franco-Maçonaria e ao mundo dos duelos; interesse particular na indústria seguradora) e observada a acoplagem virtual com Ramón y Cajal, perfilam-se alguns aspectos marcantes das relações que Moniz cultivou e manteve longamente, apesar de ter preferido desvalorizá-los.

---

[38] Ver acerca da construção da notoriedade em Egas Moniz, CORREIA, Manuel – "O político na sombra do cientista (1) – Considerações acerca da importância e do alcance de dois enigmas monizianos – o «periférico» e o «político»". In: *VÉRTICE*. Lisboa: Setembro – Outubro, 2004, n.º 119, p. 57-74).

[39] Recorde-se que Egas Moniz foi nomeado para o Prémio Nobel por cinco vezes (1928, 1933, 1937, 1944 e 1949), tendo-o conseguido da última vez, *ex-aequo* com Walter Rudolf Hess (1881-1973) da Universidade de Zurich. (CORREIA, Manuel – *Egas Moniz e o Prémio Nobel*. Coimbra: IUC, 2006).

[40] ANTUNES, João Lobo – "Egas Moniz – uma palavra sobre o Outro". In: *1911-1999. O ensino médico em Lisboa no início do Século. Sete artistas contemporâneos evocam a geração de 1911*, Catálogo da Exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 85.

A exclusão parcial da política (por desvalorização), e a erradicação de quaisquer vestígios da pertença à Franco-Maçonaria, ao mundo dos duelos e à indústria seguradora, põem em destaque uma série de biografemas que foram considerados irrelevantes ou incompatíveis com a versão desejada por Moniz e por boa parte dos seus biógrafos, promovendo as acções necessárias ao vencimento da representação forte do homem de ciência.

Os textos de carácter (auto) biográfico; os trabalhos jornalísticos que o tomam por objecto (artigos, reportagens, entrevistas e efemérides); a publicidade farmacêutica a que associou a sua imagem[41]; as emissões filatélicas; as distinções públicas (entre as quais avulta o Prémio Nobel) e as indicações estritas e pormenorizadas que deu com vista à criação da Fundação com o seu nome e da Casa Museu de Avanca, atestam de um preciso e determinado exercício do "poder biográfico".

A menorização da dimensão política, tal como a exclusão da condição maçónica e duelística, são exemplo dos biografemas inadequados que complicariam a imagem forte do cientista, numa extracção heróica ao jeito da teoria dos Grandes Homens, na versão de Carlyle[42]. Em contrapartida, a homenagem (próxima de um registo de *self-homage*) a Cajal, constitui o biografema que se inclui, devido não apenas à sua adequação, mas também ao reforço que decorre da identificação com outro cientista também nobelizado.

Os biografemas que ficaram, apontam celebratoriamente para o cientista, mais do que para os aspectos polémicos das suas contribuições; para o neurologista, mais do que para o político experiente que viveu sob três regimes políticos; para o médico, mais do que para o homem empreendedor, criativo e estratega.

São estes biografemas, que ficaram de fora, que devolvem Moniz à história, repondo em jogo as múltiplas ligações, os laços, as recusas e as rupturas que tornam mais verosímil um ser no tempo.

Wishart resume num breve parágrafo uma observação que pode ser tomada como um programa historiográfico:

> *The way to judge whether a particular account succeeds, relative to others, is to go back to the evidence (hence the need for footnotes) to see if the facts can be considered accurate and then to assess how fairly, coherently and convincingly those facts are used in the narrative. Attention should be paid to which facts are left out of the narrative.*[43]

---

[41] Ver a este respeito PEREIRA, Ana Leonor; e PITA, João Rui (coord.) – "Egas Moniz e a publicidade medicamentosa (1)". In: *Jornalismo e Ciências da Saúde* – Actas do II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos e do IV Congresso Luso Galego de Estudos Jornalísticos. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2005, (CD), p. 401-406; ver também CORREIA, Manuel – "Egas Moniz. Imagens e representações". In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Ariadne Editora, 2005, n.º 5, p. 65-82.

[42] "For, as I take it, Universal History, the history of what man has accomplished in this world, is at bottom the History of the Great Men who have worked here. They were the leaders of men, these great ones: the modellers, patterns, and in a wide sense creators, of what-soever the general mass of men contrived to do or to attain; all things that we see standing accomplished in the world are properly the outer material result, the practical realization and embodiment, of Thoughts that dwell in the Great Men sent into the world: the soul of the whole world's history, it may justly be considered, were the history of these." (CARLYLE, Thomas – *On heroes, hero-worship and the heroic in history*. New York: Frederick A. Stokes and Brother, 1888, p. 1-2).

[43] WISHART, David – "The selectivity of historical representations". In: *Journal of Historical Geography*, 1997, 23, 2, p. 111-118, p. 116.

O método historiográfico apresenta-se, neste caso, como uma espécie de contra--poder, escrutinador do exercício do "poder biográfico". Ao focar a tensão entre o ser "concreto" e o indivíduo "construído", projecta a análise para fora do círculo que as narrativas biográficas estabelecem. Do limbo dos Grandes Homens para o tempo de todos os homens.

Partindo do princípio que a pertença ao mundo e à prática dos duelos implicava uma concepção restritiva da autoridade do Estado, do acatamento dos acórdãos emitidos pelas instâncias judiciais e, mais genericamente, do reconhecimento do "império da lei", podemos compreender a homologia axiomática que se estabelece com as sua ideias acerca do que deveria ser regulação ideal em matéria de eugenismo.

As duas atitudes parecem conformar-se num fundo de privilégio: o médico acima da lei por deter um poder particular; porque em posição mais elevada; porque, – e Moniz não cessa de citar Tardieu a este respeito – *Le ministère sacré du médecin, en l'obligeant à tout voir, lui permet aussi de tout dire.*

O Moniz dos duelos torna mais coerente o Moniz da regulação eugénica. O fechamento da representação celebratória, quase exclusivamente devotada ao Moniz nobelizado, adia o conhecimento de Moniz no seu labirinto.

## BIBLIOGRAFIA


AAVV – *Companhia de Seguros A Nacional*: Relatório do Conselho de Administração. Parecer do Conselho Fiscal e Relatórios do Director e do Médico Chefe. Lisboa: Casa Portugueza, 1907.

AAVV – *A Nacional.* Edição do 50º Aniversário. Lisboa, 1956.

AAVV – *Encyclopédie de La Franc-Maçonnerie.* Paris: LGF-Livre de Poche, La Pochotèque, 2002.

ANTUNES, João Lobo – "Egas Moniz – uma palavra sobre o Outro". In: *1911-1999. O ensino médico em Lisboa no início do Século. Sete artistas contemporâneos evocam a geração de 1911*, Catálogo da Exposição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

ATHIAS, Marck – "Os movimentos ameboides dos neurones". In: *Revista Portugueza de Medicina e Cirurgia Práticas.* 1898, n.º 45, 2º Ano.

ATHIAS, Marck – "Santiago Ramón y Cajal. 1852-1934". In: *Lisboa Médica.* Lisboa: 1934, 11, p. 831-853.

ATHIAS, Marck – "O Cinquentenário da Teoria do Neurónio". In: *Actualidades Biológicas.* 1941, 14, p. 6-64.

BARTHES, Roland – *Sade, Fourier, Loyola.* Paris: Seuil, Collection "Points", 1971.

BOCAGE, M. M. Barbosa du – *Obra Completa.* Porto: Edições Caixotim, 2004, Volume I. Sonetos.

BOURDIEU, Pierre – «L'illusion biographique». In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: 62/63, p. 69-72, juin, 1986.

BOMBARDA, Miguel – *Os neurones e a vida psíquica*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1897.

CAEIRO, Armando – "Elementos sobre a história do Seguro de Vida em Portugal". In: *APS Notícias – Boletim Trimestral da Associação Portuguesa de Seguradores*. Lisboa: Abril – Junho, 2003, n.º1.

CAJAL, Santiago Ramón y – *El mundo visto a los 80 años. Impresiones de un arterioesclerótico*. Madrid: Tipografía Artística, 1934.

CAJAL, Santiago Ramón y – *Mi infancia y juventud*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1952.

CAJAL, Santiago Ramon y – "Neurons: Structure and Connexions". In: AAVV – *Nobel Lectures, Physiology or Medicine 1901-1921*. Amsterdam: Elsevier Publishing Company, 1967.

CARLYLE, Thomas – *On heroes, hero-worship and the heroic in history*. New York: Frederick A. Stokes and Brother, 1888. Também disponível em www <URL: http://www.questia.com>

COELHO, Eduardo – "A vida científica de Egas Moniz". In: *Jornal do Médico*. Porto: 1950, Separata XV (373), p. 432-436.

COELHO, António Macieira – "Vivências na intimidade de Egas Moniz". In: PEREIRA, Ana Leonor; e PITA, João Rui (Org.) – *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Minerva, 2000.

CORREIA, Manuel – "O político na sombra do cientista (1) – Considerações acerca da importância e do alcance de dois enigmas monizianos – o «periférico» e o «político»". In: *VÉRTICE*. Lisboa: Setembro – Outubro, 2004, n.º 119, p. 57-74.

CORREIA, Manuel – "Egas Moniz. Imagens e representações". In: *Estudos do Século XX*. Coimbra: Ariadne Editora, 2005, n.º 5, p. 65-82.

CORREIA, Manuel – *Egas Moniz e o Prémio Nobel*. Coimbra: IUC, 2006.

COSTA, A. Celestino da – "Abel Salazar histologista". In: Separata da *Portocale*, I, n.ºs 5-8 (Set.-Dez. 1946). Porto, 1946.

COSTA, J. Celestino da – *A Geração Médica de 1911. Origem, Realização e Destino*. Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 2000.

FERNANDES, H. Barahona – *Antropociências da Psiquiatria e da Saúde Mental. I O Homem Perturbado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

GOLGI, Camillo – "The Neuron Doctrine – Theory and Facts". In: AAVV – *Nobel Lectures, Physiology or Medicine 1901-1921*. Amsterdam: Elsevier Publishing Company, 1967.

KUHN, Thomas S. – *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LEMOS, Mário Matos e – "O duelo em Portugal depois da implantação da República". In: *Revista de História das Ideias*, Rituais e Cerimonial. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1993, 15, p. 580-592

MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Instituição da "Fundação Egas Moniz" e da sua "Casa-Museu" em Avanca*, Separata do Arquivo do Distrito de Aveiro. Aveiro: Of. de Coimbra Editora, 1966, Vol. 32.

MARTINS, Hermínio – *Hegel, Texas e outros Ensaios de Teoria Social.* Lisboa: Edições Século XXI, 1996.

MONIZ, Egas – *Apontamentos a propósito do Prémio Nobel de 1949* – Manuscrito policopiado datado de 30/11/1954, do Espólio de Joaquim Seabra Diniz. Cedido por Lina Seabra Diniz e Armando Myre Dores, 1954.

MONIZ, Egas – *Um ano de política.* Lisboa: Portugal-Brasil Ltda, 1919.

MONIZ, Egas – "O conflito sexual", (Conferência Plenária do Congresso Luso Espanhol das Associações para o Progresso das Ciências, realizado no Porto em 1921). In: *Portugal Médico*, n.º 9, 3ª série, Vol. VI, Fasc. 9º, p. 385-401, Porto, 1921.

MONIZ, Egas – *O ensino médico em Lisboa. Clínica neurológica.* Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 1925.

MONIZ, Egas – "L'encéphalographie artérielle son importance dans la localisation des tumeurs cérébrales". In: *Revue Neurologique.* Paris, Juillet, 1927, volume de 1927, Tomo 2º, fasc. 1º, p. 72-89.

MONIZ, Egas – *A vida sexual*, 14ª edição. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1932.

MONIZ, Egas – "A cirurgia ao serviço da psiquiatria". In: *A Medicina Contemporânea.* Lisboa, Ano LIV, n.º 19, 1936.

MONIZ, Egas – *Tentatives opératoires dans le traitement de certaines psychoses.* Paris: Masson, 1936.

MONIZ, Egas – "Os pintores da loucura". In: *Ao Lado da Medicina.* Lisboa: Bertrand, 1940.

MONIZ, Egas – *Ao Lado da Medicina.* Lisboa: Bertrand, 1940, p. 9-37.

MONIZ, Egas – *A última lição.* Lisboa: Portugália, 1944.

MONIZ, Egas – *Conferências Médicas.* Lisboa: Portugália Editora, 1945, 1º Volume, p. 9-64.

MONIZ, Egas – *Confidências de um investigador científico.* Lisboa: Ática, 1949.

MONIZ, Egas – *A nossa casa.* Lisboa: Paulino Ferreira, Filhos Ldª., 1950.

MONIZ, Egas – *Conferências Médicas e Literárias III, Ramon y Cajal.* Lisboa: Portugália Editora, 1950.

NORTON, José – *Norton de Matos. Biografia.* Lisboa: Bertrand, 2002.

PCP – *O Partido e as últimas "eleições" Presidenciais.* Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português: Editorial Avante, 1952.

PEREIRA, Ana Leonor; e PITA, João Rui (coord.) – *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Minerva, 2000.

PEREIRA, Ana Leonor; e PITA, João Rui (coord.) – "Egas Moniz e a publicidade medicamentosa (1)". In: *Jornalismo e Ciências da Saúde* – Actas do II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos e do IV Congresso Luso Galego de Estudos Jornalísticos. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2005, (CD), p. 401-406.

SANTOS, José Ribeiro dos – "O último duelo que se travou em Lisboa". In: *História*. Lisboa: O Jornal, 1981, Março, n.º 29, p. 5.

SILVA, Armando Malheiro da – "Egas Moniz e a política. Notas avulsas para uma biografia indiscreta". In: PEREIRA, Ana Leonor; e PITA, João Rui (Org.) – *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Minerva, 2000.

SILVA, Armando Malheiro da – *Sidónio e o Sidonismo. História de um caso político*. Coimbra: IUC, 2006, Vol. 2.

WISHART, David – "The selectivity of historical representations". In: *Journal of Historical Geography*. 1997, 23, 2, p. 111-118.

# A Evolução da Cultura Médica
## A Revista de Neurologia e Psiquiatria (1888-1889)

José Morgado Pereira

PEREIRA, José Morgado – "A evolução da Cultura Médica:
A Revista de Neurologia e Psiquiatria (1888-1889)".
In: *Estudos do Século XX*, n.º 8 (2008), p. 363-368.

**José Morgado Pereira**. Chefe de Serviço de Psiquiatria do Hospital Sobral Cid, Assistente Convidado da Faculdade de Medicina da UC e Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Em 1888 é publicada em Lisboa a Revista de Neurologia e Psiquiatria sob a direcção de Bettencourt Rodrigues (1854-1933). Sairão apenas dois números em 1888 e outros dois em 1889, mas a sua importância e significado são de realçar, numa altura de escasso conhecimento destas especialidades, então muito unidas e ainda sem ensino oficial, em que os trabalhos versando estes temas eram publicados em Revistas Médicas gerais, como o Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa ou a Medicina Contemporânea.

O primeiro número de 1888 abre significativamente com um trabalho um pouco à margem dos temas centrais da revista "Movimentos pupilares, post mortem" da autoria de Sousa Martins (1843-1897), nessa altura um mestre incontestado de toda uma geração de médicos.[1]

O artigo seguinte é de Júlio de Matos (1856-1922) com "Responsabilidade criminal dos alienados", trabalho escrito sob a égide de Herbert Spencer e de uma Moral evolucionista. De acordo com uma antropologia criminal assente em bases positivas, valoriza o papel do médico na análise do alienado criminoso, que os juízes não teriam condições para efectuar.

Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), pedagogo, etnólogo, linguista, escreve sobre "Notas físio-psicológicas sobre a linguagem". Discute a tese de Gilbert Ballet "Le langage intérieur et les diverses formes de l'aphasie" de 1886 aplaudindo a sua "*abertura à observação interior*" que os positivistas Comtianos quiseram desacreditar, mas considerando insuficientes os seus conhecimentos psicológicos, como o dos médicos franceses em geral quando se ocupam de psicologia, e defendendo a necessidade de correlacionar factos fisiológicos e patológicos com os factos psicológicos e das ciências da linguagem.

Bettencourt Rodrigues publica "Curso livre de Neuropatologia e Psiquiatria", que é a lição de abertura do segundo curso proferida no Hospital de Rilhafoles. Faz um resumo do primeiro curso (1887) onde desenvolveu o tema da alienação mental desde Pinel até ao presente, desenvolvendo depois as suas principais formas clínicas, com apresentação de doentes, para depois dizer que nesse ano de 1888, começará o curso pelo estudo das localizações cerebrais, enumerando depois os diversos estados patológicos do encéfalo. Enfatiza sempre a falta de ensino oficial da Psiquiatria e Neurologia nas nossas escolas de medicina, e homenageia os princípios e doutrinas das escolas onde fez a sua educação científica em Paris "*...que tanto têm contribuído para os progressos da psiquiatria e da neuropatologia...*".[2]

Magalhães Lemos (1855-1931) com "A Electroterapia em Psiquiatria" publica um curioso trabalho onde depois de citar o Traité d'Electrothérapie de Erb, considera o valor da electroterapia no tratamento das psicoses e das neuroses, descrevendo depois a aplicação, em dois casos clínicos, de melancolia e acesso maníaco-melancólico, de correntes farádicas (faradisação cerebral, simpático-cervical, parte superior da medula e pele) com excelentes resultados.

---

[1] Basta a leitura de vários depoimentos contidos no "In Memoriam" para o constatar. Também Bettencourt Rodrigues lhe presta homenagem em "Medicina e Médicos", lembrando as suas extraordinárias lições.

[2] Bettencourt Rodrigues faz a licenciatura em Medicina na Faculdade de Medicina de Paris e trabalha com Charcot (1825/93), C. Bouchard (1837/15), seus principais mestres, e ainda com B. Ball (1833/93).

Alfredo Luís Lopes (1853-1937), médico, professor e criminologista com "Febre intermitente de origem nervosa", discute a existência de febre histérica.

Segue-se noticiário sobre Sociedades Científicas, congressos, casos clínicos, revisão de jornais e revistas inglesas e francesas da especialidade, feitas por Bettencourt Ferreira, Júlio de Matos e Bettencourt Rodrigues.

Mais importante é a notícia de um projecto de lei para a criação de uma cadeira de Neuropatologia e Psiquiatria na Escola Médica de Lisboa, onde é feita referência elogiosa ao discípulo da escola de Salpetrière e ex-aluno da Faculdade de Paris, assinada por Augusto Fuschini, Consiglieri Pedroso, Mattoso dos Santos e Jacinto Cândido.

No noticiário é referida a saída de um livro de Júlio de Matos e há uma curiosa referência a Magalhães Lemos a propósito do seu concurso para professor, que quando interno na clínica de doenças mentais em Paris, todos os dias se encontrava no mesmo hospital – Sainte-Anne – com Bettencourt Rodrigues.

No Noticiário é referido a propósito do tema Hipnotismo, a condenação pelo Tribunal de Carlsruhe de indivíduo que sem ser médico se entregava à prática de hipnotismo, acrescentando-se que seria conveniente que entre nós se procedesse da mesma forma, pois "*...os magnetizadores abundam em Lisboa*".

Também se informa que foi encarregado do serviço de alienados e neuróticos da Casa de Saúde Lisbonense o Dr. Bettencourt Rodrigues, que ali iria montar um Instituto Hidroterápico, cuja falta se fazia sentir em Lisboa.

O segundo número de 1888 abre com um trabalho de Charles Féré (1852-1907), médico de Bicêtre.[3] Publica o trabalho "Les douleurs hystériques et la simulation", servindo-se dos seus próprios trabalhos, do "Traité Clinique et Therapeutique sur L'hystérie"(1859) de Briquet e da obra de Charcot.

António d'Azevedo Castelo Branco (1842-1916), jurista, político e criminologista, na altura sub-director da Penitenciária Central de Lisboa, publica "A Antropologia Criminal", em que defende que o "*....Direito Penal deve ficar embebido das doutrinas positivas...*", e então a "*...antropologia criminal exercerá o seu domínio na instrução dos processos-crime e na determinação da forma de repressão do delito mais consentânea com os interesses da sociedade...*". A influência de Lombroso é salientada, discordando o autor de Charles Féré que no livro "Dégenerescence et Criminalité" rebate teses de Lombroso quanto à origem atávica do crime.

Júlio de Matos escreve depois sobre "A motivação e premeditação dos actos dos epilépticos", passando em revista os trabalhos de Legrand du Saulle, Lasegue, Falret e Maudsley. Embora concordando no essencial com estes autores, Júlio de Matos procura mostrar com exemplos tirados da clínica que a ausência de motivo, tal como a ausência de premeditação, "*...não são sinais constantes dos actos praticados sob a influência da epilepsia*".

Ferreira Deusdado (1857-1918), pedagogo, cuja obra reflecte ampla formação em filosofia, antropologia e psicologia, e também criminologista, com o trabalho "Da existência psíquica do mundo exterior" critica o "*fenomenismo*" em nome do neo-criticismo. Apoiando-se na "História do Materialismo" de Lange, aproxima-se mais

---

[3] Charles Féré foi interno de Broca e de Bouchard, e chefe de laboratório de Charcot.

do idealismo através do criticismo neo-Kantiano, embora não esqueça "...*que a experiência fornece a matéria da lei de todo o conhecimento, sem também por um momento desconhecer que o mundo físico fornece a forma, que está indissoluvelmente subordinada às categorias do possível e do real*".

Bettencourt Rodrigues com "A Hemiplegia Histérica, sintomatologia e diagnóstico", apoia-se em Briquet e no seu livro já referido de 1859, em Charcot e outros clínicos da Salpetrière, procurando diferenciar estes casos, dos quadros orgânicos.

O médico Cupertino Ribeiro publica "Um Caso de Cardiopatia Histérica".

Seguem-se Revisões de jornais e revistas, sendo os italianos analisados por Júlio de Matos e os franceses por Bettencourt Ferreira (1866-1936). Júlio de Matos mostra-se especialmente interessado no "*Archivio di Psichiatria, scienze penali ed antropologia criminale*", dirigido por Lombroso, Garofalo, Morselli e Ferri.

De salientar a publicação de "Organização de Serviços de Alienados" de J. Luciano de Castro, Presidente do Conselho de Ministros. A proposta de lei visava a criação de Hospitais de Alienados em Lisboa, Coimbra, Ilha de S. Miguel, um Asilo no Porto, Enfermarias anexas às penitenciárias centrais e a criação dum "Fundo de Beneficência Pública dos Alienados".

Segue-se um documento importante, dirigido pelo conselho da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa ao Sr. Ministro do Reino em que se considera que a proposta do curso de Psiquiatria indigitava para Professor pessoa em que não se reunia um conjunto de predicados considerados indispensáveis para o cargo, aliás sendo pessoa alheia à Escola.[4] Apenas é reconhecido como estando à altura desse cargo António Maria de Sena.

Em 1889, saem também 2 números (2ª série), aparecendo agora no cabeçalho como secretário de direcção J. Bettencourt Ferreira. Diga-se desde já que esta 2º série é francamente menos rica que a primeira, com menos trabalhos e originais e muito mais noticiário crítico, bibliográfico e sobre congressos e sociedades científicas. Assim, Bettencourt Rodrigues publica "Acidentes histeriformes determinados por um raio à distância" e Bettencourt Ferreira "Perturbações mentais produzidas pelo gás oxicarbónico". Seguem-se críticas de livros por Júlio de Matos[5] e Bettencourt Rodrigues e depois notícias de congressos e sociedades científicas. Na página final, surge informação que o nº de páginas em vez de 100-120 vai ser reduzida a 64 por volume, porque "...*a pouca actividade do nosso meio científico, o nº limitadíssimo de médicos que entre nós se ocupam da especialidade e a indiferença do público, por publicações desta ordem, não nos permitem dar a esta nossa revista um maior desenvolvimento*".

O último número, nº 2/2ª série de 1889, abre com "Um caso clínico de delírio crónico", por Magalhães Lemos, que comenta e descreve o conceito de delírio crónico de Magnan, autor de quem foi discípulo e com quem trabalhou em França. Cupertino Ribeiro publica "Histeria, Doença de Basedow", caso clínico tratado com electroterapia prescrita por Charcot, e depois continuada em Lisboa, com a colaboração do médico

[4] O visado é Bettencourt Rodrigues que há dois anos regia o curso livre de Patologia Mental e Nervosa no H. de Rilhafoles.

[5] Nesta crítica aponta o livre arbítrio como o inimigo e faz a apologia da doutrina determinista como indispensável para o êxito de qualquer doutrina séria nos domínios da Psicologia e das Ciências Sociais.

Virgílio Machado, experiente nestas terapêuticas. Finalmente um caso de "Miopatia progressiva primitiva" por Bettencourt Rodrigues. Seguem-se informações das Sociedades Científicas, notícia de um congresso de Antropologia Criminal de 1889, em que Bettencourt Ferreira valoriza muito os trabalhos de Ferri e Garofalo. Uma nota curiosa é "A microcéfala Benvinda", em que Bettencourt Rodrigues historia este caso, que Miguel Bombarda já analisara em 1877 e que depois detalhará no livro "Contribuição para o estudo dos Microcéfalos" de 1894.

Este número termina com a transcrição do novo programa do curso de Anatomia Descritiva regido por José António Serrano, dos capítulos relativos ao ensino da Neurologia.

Terminou assim esta revista que tentou actualizar a cultura médica existente em Portugal, trazendo a Psiquiatria e a Neurologia para um maior conhecimento dos médicos e da opinião pública, procurando actualizar conhecimentos e fazendo a difusão de certos autores dos principais países da Europa e das suas obras.

Percebe-se o peso das filosofias naturalistas, o interesse pela histeria, e pelas obras de Krafft-Ebing, Lombroso, Magnan e Charcot, ou o interesse pelas relações entre Doença Mental e Crime. Sente-se também a importância dada, alem dos alienistas, a autores que representavam ciências que se considerava deverem convergir com a Psiquiatria e a Neuropatologia tais como a Biologia, a Psicologia, a Pedagogia, a Antropologia e a Criminologia. Os esforços para a institucionalização da Psiquiatria tinham começado, o atraso do seu ensino era denunciado e os esforços para a difusão de novos saberes científicos iriam acentuar-se.

Bettencourt Rodrigues não conseguirá organizar o curso de Neuropatologia e Psiquiatria na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, e também não conseguirá mais tarde ser nomeado director do hospital de Rilhafoles, acabando por emigrar para o Brasil. Alguns dos obstáculos que enfrentou já são evidentes nas páginas da revista. Só depois da implantação da República surgirá o ensino oficial destas matérias.

Fica o pioneirismo de Bettencourt Rodrigues no ensino livre que levou a cabo entre 1887/89 e da revista que dirigiu que merece sem dúvida ser relembrada.

## Fontes

*Revista de Neurologia e Psiquiatria*-1888-1889

## BIBLIOGRAFIA

BETTENCOURT, Rodrigues – *Medicina e Médicos.* Lisboa: 1922.

FERNANDES, Barahona – Bettencourt Rodrigues. "O Psiquiatra e a sua obra". *Jornal do Medico,* 28, n.º 665/1955.

FERNANDES, Barahona – *A Psiquiatria em Portugal.* Lisboa: 1984.

PINTO, Francisco – "Contribuição para a história das ciências neurológicas em Portugal". Boletim da S.P.N. n.º 7/1995.

MARTINS, Sousa – *In Memoriam.* Lisboa: 1904.

# Recensões Críticas e Notas de Leitura

**RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.): *Mare Oceanus. Atlântico: Espaço de Diálogos.* Coimbra: Almedina, 2007, 148 p.**

O último número da Colecção *Estudos sobre a Europa,* coordenada por Maria Manuela Tavares Ribeiro e dedicado às Relações Europa-Atlântico é o resultado das reflexões levadas a efeito por um grupo de académicos durante um Colóquio que teve lugar na Universidade de Coimbra, no âmbito da VIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra, e subordinado ao tema *De Mar a Mar,* e realizado de 2 a 7 de Março de 2006.

É uma obra que merece a atenção de todos aqueles que se preocupam com a dualidade europeia, ou seja, a atenção dispensada pelos investigadores, pensadores, historiadores, políticos, entre outros, que reflectem sobre a encruzilhada: Europa e Atlântico.

No que respeita ao conteúdo, o presente volume coloca um desafio provocador que vem contribuir com um diálogo interdisciplinar e crítico, com inovação e estímulo, para o debate europeu. Ao longo dos seis textos de grandes especialistas nacionais e estrangeiros oriundos de diferentes áreas do saber (Ciência Política, História, Direito, Economia, Literatura) são colocadas, com particular actualidade, questões como a solidariedade atlântica, relações transatlânticas, revolução atlântica, união atlântica, Mar como fronteira, inspirações atlânticas e identidades. Trata-se de temas sempre actuais e oportunos, num momento em que a Europa repensa o seu destino e se prepara para os desafios do "Novo Século Europeu" (Mark Leonard, 2005), não no sentido de a Europa governar o mundo como um império, mas porque o "modo europeu de fazer as coisas terá sido adoptado por todo o mundo."

À luz deste panorama, ganham particular importância as palavras de Maria Manuela Tavares Ribeiro: "a Europa e o Atlântico estão geneticamente ligados". Este mesmo "oceano que pode ser entendido mais como uma articulação, mais como um elo, do que como limite intransponível".

Ora esta ligação suscita a ideia de criação de uma nova forma de poder que a Europa tem desenvolvido através de duas vertentes que são elas a da dimensão do seu mercado e a da sua diplomacia.

Pode-se ilustrar o que acabámos de afirmar com alguns exemplos particularmente elucidativos. Entre eles, há que salientar o do Atlântico como ponto de passagem da identidade, ou melhor, das várias identidades, dos valores europeus e da própria "unidade europeia" que se foi constituindo, em simultâneo, com a "comunidade atlântica". Pretende-se dizer com isto que a ideia de Europa, de uma Europa-Atlântica fundada nos valores ocidentais remonta à noção de *mare nostrum,* repositório dos heróis gregos e romanos como refere Cristina Robalo Cordeiro.

Neste contexto, não será demais analisar e referir os aspectos mais relevantes dos artigos publicados nesta obra.

**Adriano Moreira** aborda a questão da "solidariedade Atlântica" defendendo que, num " panorama de *grandes espaços e de poderes emergentes,* os ocidentais precisam de assumir que o atlantismo é o núcleo duro de uma concepção do mundo e da vida pronto para o diálogo, mas determinado a salvaguardar os seus valores."

Num artigo sobre *Los países de la Europa central, suroriental, báltica y balcânica. El nuevo vínculo euroatlántico en el paso de un siglo a otro,* **Guillermo Á. Pérez Sánchez** expõe os possíveis efeitos, a curto, médio e longo prazo, do novo vínculo euroatlântico na sequência da desintegração da União Soviética e do fim da Guerra Fria.

**Ricardo Martín de la Guardia,** por seu lado, defende que os contactos entre funcionários e políticos da União europeia e dos Estados Unidos permitiram encontrar um novo e mútuo interesse em ampliar a colaboração entre as duas margens do Atlântico. Considera ainda que a coordenação entre as administrações da União Europeia e a Norte-americana foi um marco importante para fazer da agenda transatlântica uma nova realidade.

**Estêvão de Rezende Martins,** no seu artigo intitulado "Revolução atlântica: fronteira ou traço de União?", traça a evolução das relações transatlânticas desde o século XV à actualidade, relevando o facto de, ao longo dos tempos, o Atlântico ter funcionado como factor de transformação social e institucional a tal ponto profundo que, segundo o autor, se pode falar em "Revolução Atlântica".

Num artigo especializado sobre "Fronteira e função: O caso europeu", **Rui Cunha Martins** analisa o conceito de fronteira em quatro níveis problemáticos – o da definição de fronteiras, o da mobilidade de fronteiras, o da articulação de fronteiras e o da regionalização das fronteiras e conclui que, no caso específico europeu, a fronteira deve ser "estimada não apenas na sua acepção histórica, mas, sobretudo, na sua valência de mecanismo ordenador da construção europeia: um mecanismo dotado de determinadas funções e, nessa medida, produtor das várias escalas europeias".

**Cristina Robalo Cordeiro** através de uma análise cuidada da literatura francesa, que, neste artigo, considera porta-voz da Europa atlântica, recorre a noções como "classicismo", "romantismo" e "realismo" na abordagem desta problemática, fazendo-o de uma forma *diferencial.*

Eis uma obra importante, inovadora e que nos ajuda a compreender o relacionamento da Europa com o Atlântico, o mesmo é dizer com o próprio espaço europeu que, como afirma Maria Manuela Tavares Ribeiro, é "ainda um espaço a fazer. A Europa é um território que se faz".

Isabel Maria Freitas Valente
Bolseira de Doutoramento FCT
Investigadora do CEIS20
Membro *Team Europe*

---

**TEIXEIRA, Nuno Severiano e Pinto, António Costa (Coord.):** ***Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores.*** **Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, 224 p.**

Pensamos que, mais do que nunca, o debate sobre a Europa encontra-se na ordem do dia, em Portugal. O presente da participação portuguesa na Europa é feito de dúvidas, de interrogações, de algumas convicções, mas também de muitas incertezas. Assim sendo, a procura, a busca de compreensão desta realidade presente conduz-nos inevitavelmente a questionar o passado numa tentativa de compreensão do presente e de "prefiguração do futuro".

Michelet, numa obra publicada no século XIX, lembra essa realidade nestas palavras: "aquele que quiser atar-se ao presente não compreenderá nunca esse mesmo presente." A obra em análise insere-se plenamente neste plano epistemológico.

É inegável que o livro – *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores* – visa proporcionar uma visão dos principais intervenientes nos momentos mais relevantes do processo de integração europeia de Portugal.

A propósito, e com base nos estudos de Nuno Severiano Teixeira e de António Costa Pinto, é importante lembrar que as relações entre Portugal e a Europa (1945 a 1974) tiveram sempre um matiz especial

devido a dois factores políticos que condicionaram a plena participação de Portugal no processo de Unificação da Europa: a natureza ditatorial do regime de Salazar e a resistência deste à descolonização.

Pensamos, pois, que um dos aspectos mais interessantes do papel da participação de Portugal nos movimentos internacionais foi o facto desta participação como, a propósito, Calvet de Magalhães referiu na obra realizada com Ruy Teixeira Guerra e António Siqueira Freire, *Os Movimentos de Cooperação e a Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses movimentos,* (Lisboa, 1981), ter resultado "principalmente da conjugação de vários esforços e iniciativas pessoais, mais do que resultado de uma política consciente governamental".

Neste sentido, o aparecimento e crescimento de uma corrente internacionalista e pró-europeia no Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante o Estado Novo é um aspecto interessante da história diplomática portuguesa.

Convirá sublinhar que neste excelente livro: *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores,* publicado em 2007, Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto sistematizam, numa introdução de particular cariz pedagógico, precisa e completa, as raízes e os fundamentos históricos da participação de Portugal nos movimentos europeus em três momentos. A saber: o contexto do Portugal salazarista, o cenário de transição para a democracia e a descolonização e finalmente a fase de adesão de Portugal, já em plena democracia, à então Comunidade Económica Europeia.

Contextualizado nestes termos o longo-percurso de adesão de Portugal às comunidades europeias, a introdução escrita por estes dois historiadores é amplamente enriquecida por depoimentos e pelo testemunho pessoal dos principais actores da integração europeia de Portugal: José Calvet de Magalhães, Valentim Xavier Pintado, José da Silva Lopes, João Cravinho, António de Siqueira Ferreira, Ernâni Rodrigues Lopes, Jaime Gama e Mário Soares.

O livro conta com um prefácio da autoria de Mário Soares, sempre problematizador e fértil em oportunos desafios.

Estas contribuições de natureza política diversa constituem um útil manancial de visões e abordagens únicas e pessoais sobre a problemática fulcral da obra.

A questão didáctica e pedagógica perpassa, aliás, toda a obra, culminando com a inclusão/publicação de uma *Cronologia comparada da Construção Europeia. Europa/Portugal (1945-1986)* compulsada por Elsa Santos Alípio.

*Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores* tem não só uma escrita directa e, muito sugestiva até mesmo apelativa, o que permite perceber os mecanismos de aproximação de Portugal à Europa: as formas como se procuram revitalizar essas relações, simplificando-as; a interligação das convicções pessoais com os destinos do país; a produção académica de pensamento estratégico pró-europeu num apoio permanente à decisão.

Na verdade, este livro é, sem dúvida, de reconhecido interesse para os académicos e políticos que se dediquem ao estudo e à reflexão acerca dos assuntos internacionais, económicos e, muito particularmente, dos assuntos comunitários.

Releve-se, uma vez mais, que a obra fornece a perspectiva de *insider* de alguns dos principais intervenientes em todo o processo de integração europeia de Portugal.

Esta publicação vem enriquecer a nossa historiografia nacional sobre os percursos que foram aproximando o Portugal de Salazar e Caetano à Europa

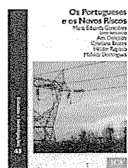
e os caminhos percorridos, já em plena democracia, até à adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986.

Com efeito, esta obra constitui um excelente instrumento de apoio ao estudo da integração europeia de Portugal. Concorre ainda para um desenvolvimento do espírito crítico e incentiva ao debate sobre temas europeus.

Isabel Maria Freitas Valente
Bolseira de Doutoramento FCT
Investigadora do CEIS20
Membro *Team Europe*

---

**Os Portugueses e os Novos Riscos**, de Maria Eduarda Gonçalves (Coord.), Ana Delicado, Cristiana Bastos, Hélder Raposo e Mafalda Domingues, Colecção Estudos e Investigações, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2007.



Recentemente vindo a público, este volume oferece três estudos de caso paradigmáticos – BSE (popularmente conhecida por "Doença das Vacas Loucas"); Impacto da Co-incineração (de resíduos tóxicos em cimenteiras); e a Contaminação com Urânio Empobrecido (também conhecido por "Síndrome dos Balcãs") – – que têm em comum o alarme social que geraram, o estímulo que representa(ra)m para o exercício democrático da cidadania, e, no plano da dinâmica social, o empenhamento, por vezes dramatizado, dos actores envolvidos nas diferentes instâncias: políticas, jurídicas, científicas, mediáticas e de participação pública. Além do histórico de cada dossier, os autores apresentam ainda um conjunto de reflexões sobre quatro grandes problemáticas: ciência e avaliação do risco; políticas do risco; participação pública; e representações dos media. A fechar, o tratamento dos resultados de um inquérito – "Os Portugueses e os novos riscos" – acerca do modo como os respondentes consideram e avaliam os "novos riscos" (que também pode ser consultado online no site do OBSERVA, em <http://observa.iscte.pt/estudo1.php>).

Os "novos riscos" têm a particularidade de serem tão invisíveis (insuspeitados com base na informação tradicional) quanto altamente perigosos e letais. A sua identificação decorre da emergência de acidentes ou da reacção das entidades ou grupos ameaçados. A prova da nocividade dos perigos em questão requer um saber certificado, uma preparação técnica especializada e, em medidas variáveis, formação científica. Os instrumentos de detecção e de mensuração para os *priões*, e o percurso que seguem na cadeia alimentar (BSE); para as toxinas que se libertam na queima dos resíduos industriais (co-incineração); ou para os níveis de radiação a que são expostos os militares no teatro de operações (síndroma dos Balcãs); e a produção de discursos credíveis acerca dos resultados apurados (relatórios, estudos, pareceres técnico-científicos), atingiram um elevado grau de sofisticação, de densidade metodológica e de erudição científica. Por via dessa acumulação de saberes especializados, do lado dos técnicos, peritos e cientistas, opera-se geralmente uma discriminação epistemológica que tende a desvalorizar as posições e os discursos dos não peritos, menorizando todas as contribuições que não levam a chancela do saber formal certificado. Ressalta do conjunto dos casos narrados que este é um dos primeiros obstáculos a franquear quando um não- - cientista, não-perito, não-técnico – um "leigo", tradução encontrada para *lay people*, termo muito utilizado na literatura de

"risco" – se decide a interpelar as autoridades e a expor os seus pontos de vista.

Os resultados da investigação sugerem uma gradual mudança do *paradigma tecnocrático* (mais amarrado ao "cientismo") para o *paradigma democrático*, (que leva em linha de conta os contributos oriundos de diversas sensibilidades e racionalidades). Todavia, os casos seleccionados põem ainda em destaque a subsistência de relações "ambivalentes" entre a política e a ciência, designadamente devido ao excessivo condicionamento das formulações com que as instâncias políticas requerem a intervenção das comissões científicas, desde logo, ditando a respectiva composição e valências, (indicando instituições, prazos e delimitando o objecto da pesquisa).

Centrando-se na análise da relação da sociedade com o risco, os autores passam em revista o tratamento mediático consagrado a cada um dos casos, a visibilidade que os temas e os actores adquiriram ao longo do processo, e os artifícios retóricos de amplificação (dramatização) ou de minimização que operam nos *massmedia* ao passo que as polémicas se adensam.

Quanto aos resultados do inquérito aplicado em 2003, a identificação livre dos riscos que mais prenderam a atenção dos portugueses é encabeçada por uma preocupação difusa com a "insegurança", – assaltos, agressões e homicídios – (cerca de 1/5 dos inquiridos); os "riscos ambientais" (16%); os "acidentes de viação" (13,7%); os problemas da "saúde" e da "doença" (9%); a "droga" (7,5%); e o "desemprego" (4%), a que se seguem, com frequências menores e em ordem decrescente, "riscos com crianças", "problemas sócio-económicos", "contaminação alimentar", "guerras/terrorismo", "terramotos" e "outros acidentes".

A maioria dos entrevistados (84%) é de opinião que a situação se tem agravado, estimando que assim se manterá no futuro (71%), ao contrário dos que manifestam uma visão optimista (11%) dos próximos tempos.

O estudo estabelece ainda comparações com resultados de inquéritos anteriores (1997 e 2000), verificando, por exemplo, que, no plano das percepções do risco, o pessimismo se tem vindo a acentuar.

Os estudos acerca do "risco" – da "sociedade do risco"[1], para acompanharmos um dos conceitos fundadores desta fileira de investigações – adquiriram uma importância crescente nos últimos anos, face às exigências da prevenção e avaliação dos impactos negativos que a actividade humana originou com a industrialização, as enormes concentrações urbanas, a guerra e as novas tecnologias. A modernização fez elevar os níveis da ameaça que os novos modos de operar representam para o ambiente e, de acordo com uma espécie de efeito de boomerang, para a vida no planeta. Em Portugal, pelo tardio acesso à democracia e pelo baixo grau de crescimento e desenvolvimento económicos, a exigência dos estudos de impacto ambiental e a adopção de políticas públicas orientadas para a prevenção das agressões ao ambiente, à saúde e à vida, somente nos últimos anos adquiriram alguma visibilidade e audiência, tendo-se verificado, mais recentemente, um desenvolvimento rápido nesta área de estudos, dando lugar a uma grande variedade de perspectivas, e convergindo, algumas, no questionamento do próprio conceito de "risco", ao conferir percepções, crenças e estratégias utilizadas para interpretar e controlar de situações de risco. Veja-se,

---

[1] Formulação e quadro conceptual cunhados por BECK, U. – Risk Society: Towards a New Modernity, London, Sage, 1992.

por exemplo, o estudo de Paulo Granjo, "Trabalhamos sobre um barril de pólvora"[2], na perspectiva da antropologia em ambiente industrial, com base na observação da vivência dos perigos industriais pelos trabalhadores da refinaria de Sines, ou a análise histórica com que Maria de Lurdes Lima revisita o terramoto de Lisboa (1755) estabelecendo paralelismos psico-sociais para dar conta daquilo a que chama a adaptação cognitiva e os modelos da amplificação social do risco[3].

Um dos traços distintivos do livro "Os portugueses e os novos riscos", assenta na abordagem que enquadra os diferentes actores sociais (jornalistas, cientistas, políticos, leigos) as problemáticas, as instituições e as dinâmicas que se articulam em cada um dos casos analisados, na base de uma diligência interdisciplinar que valoriza a participação activa de todos os intervenientes, conferindo as regras gerais do civismo democrático, do desenvolvimento sustentável e de uma interpretação razoável do princípio da precaução.

Trata-se de uma produção literária e científica que sistematiza os nós intrincados das relações e dos enfrentamentos, atenta às flutuações das concepções de conveniência; aos princípios emblemáticos (certeza/incerteza); às divergências que ocorrem entre cientistas; às implicações políticas e partidárias das formulações e posições sustentadas, questionando frequentemente a objectividade e a neutralidade reclamadas quer por cientistas, quer pelos jornalistas, apontando a fragilidade das fronteiras tradicionais que, entre a investigação laboratorial e produção de pareceres científicos, alegadamente separam o saber científico do saber comum.

A análise das polémicas em apreço recorda-nos que a relação entre desenvolvimento técnico e progresso social não é automática.

A construção sinuosa do "interesse geral" é tanto mais consistente quanto o debate público, a participação activa e crítica de todos os interessados e as coberturas mediáticas se orientam por princípios de boa-fé, do bom senso, do diálogo e da argumentação consistente e informada.

O estudo das polémicas científicas (ou com forte componente científica) revela que o confronto argumentativo tende para a amplificação, alargando o âmbito dos tópicos inicialmente fixados, arrastando para a discussão mais temas, mais questões e mais actores.

Nesse sentido, também nós, ao ler (ou reler) as descrições e análises controversas trabalhadas neste volume, não deixamos de nos sentir, de certo modo, interpelados.

Manuel Correia

---

**Romero Bandeira, *Medicina de Catástrofe – da exemplificação histórica à iatroética*, Porto. Editora da Universidade do Porto, 2008, 319 p.**

A obra de Romero Bandeira, *Medicina de Catástrofe – da exemplificação histórica à iatroética*, foi lançada no dia 27 de Maio de 2008, no Salão Nobre do Hospital Militar Regional, e apresentada pelo Prof. Nuno Grande. Tanto o autor como o apresentador da obra dispensam elogios pois a actividade profissional e científica realizadas por ambos ultrapassam os muros da instituição universitária em que foram e são pro-

---

[2] GRANJO, Paulo. – *Trabalhamos sobre um barril de pólvora – homens e perigos na refinaria de Sines*, Lisboa, ICS, 2004.

[3] LIMA, M. L. – "Tragédia, risco e controlo: uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755". In: Análise Social, vol. XLIII (1º), 2008, p. 7-28.

fessores: o Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS). Romero Bandeira ensina História da Medicina e é o Coordenador do Mestrado em Medicina de Catástrofe do ICBAS.

A obra *Medicina de Catástrofe – da exemplificação histórica à iatroética* resulta da adaptação para livro da tese de doutoramento do autor (doutoramento em Higiene e Medicina Social, sob orientação dos Profs. Doutores Custódio Cabeça, do ICBAS, e Francisco Guerra, da Universidade de Alcalá de Henares). E em boa hora foi lançada. Trata-se de um trabalho que como pesquisa académica em Portugal é absolutamente original e inovador e que mostra muito claramente a importância da história, neste caso da história da medicina, como fonte subsidiária para a resolução de problemas práticos da actualidade e como contributo essencial para as mais acertadas tomadas de decisão.

A obra encontra-se dividida em três grandes capítulos: situações de catástrofe; influência das catástrofes na sociedade; gestão das situações de catástrofe. É justamente no capítulo 1, denominado "situações de catástrofe" que o autor mais percorre a história e a história da medicina, expondo e fazendo uma interpretação de situações de catástrofe de epidemias, de fome, de guerra, de incêndios, de inundações, de naufrágios, de terramotos, de acidentes catastróficos de efeitos limitados, reportando-se no final à designada iatroética, numa parte intitulada "a iatroética confrontada com a urgência colectiva". O leitor percorrerá as páginas da obra fazendo um percurso histórico por catástrofes marcantes, e de que há documentação, da história da Humanidade. Por exemplo, quando fala de guerras aborda alguns casos paradigmáticos como a Guerra napoleónica; a Guerra da Crimeia, de Itália e da Secessão; da 1ª Guerra Mundial; da Guerra Civil de Espanha; e, finalmente, da Guerra Nuclear. Quando aborda as epidemias fala da lepra, da febre amarela, das pestilências e da SIDA. Isto tudo porque o "laboratório", se quisermos utilizar a expressão, da medicina de catástrofe é a história, seja ela mais antiga ou mais recente. As catástrofes não se podem simular em laboratório. Não é possível fazer desenvolver uma epidemia numa população para se testarem os cuidados de medicina de catástrofe; não é possível criar uma guerra com vista a estudar ou ensaiar mecanismos ou técnicas de medicina de catástrofe; do mesmo modo não vamos fazer cair um avião repleto de passageiros para estudar a catástrofe aérea. Por isso é que podemos dizer que o laboratório da medicina de catástrofe é a história. De resto esta é a primeira grande conclusão referida na obra: "as catástrofes não se podem ensaiar. Logo, é primordial a investigação retrospectiva Histórico-Médica associada à Medicina Preditiva". E é justamente isto que Romero Bandeira explica na sua obra, analisando casos paradigmáticos da história e propondo um conjunto de práticas adequadas hoje a cada momento em situações de catástrofe como, por exemplo, uma adequada formação e exercícios. Aborda ainda a organização dos socorros e a acção modular de intervenção médica, o impacto comunitário e o perfil psicológico do interventor. É importante sabermos, também que Pedro Victorino, em 1910, foi pioneiro em Portugal em medicina de catástrofe, pois publicou a sua dissertação intitulada "Socorros de Urgência". Para além de muitas outras conclusões a que o autor chegou e para as quais remetemos o leitor, deve sublinhar-se a importância que a ética, iatroética, tem na Urgência Individual e na Medicina de Catástrofe que, como refere "não pode ser encarada exactamente como no plano dos procedimentos correntes em Ética Clínica.".

Defendemos a tese de que a ética e a deontologia profissional, de qualquer profissão, tem muito a ver com o percurso histórico que a profissão tomou e que as práticas profissionais também tomaram. O tempo é,

neste caso, importante para o amadurecimento das práticas profissionais, para obrigar cada profissional a pensar sobre o que faz, para não fazer repetindo mecanicamente as técnicas. Por isso a aliança entre a ética e a história e a deontologia é, a nosso ver, de primordial importância. A ética e a deontologia devem obrigar-nos a pensar sobre o problema que temos pela frente para resolver, responsabiliza-nos; devem funcionar como elementos imprescindíveis para as mais correctas tomadas de decisão, tornando mais ágeis os processos porque, justamente, somos obrigados a pensar sobre eles e também porque não desconhecemos o que a história nos ensina a este propósito. As últimas cinco dezenas de páginas são de apêndices e bibliografia que proporcionam ao leitor um conjunto de valiosas fontes.

Não é pelo facto de Romero Bandeira ser Investigador do CEIS20 que recomendamos a obra. Trata-se de um trabalho redigido por alguém que conhece no terreno os problemas de catástrofe. Além de professor de medicina, Romero Bandeira é médico especialista em Medicina Geral e Familiar o que lhe permitiu contactar com realidades bem complexas; é Presidente do Conselho Científico e Pedagógico da Escola Nacional de Bombeiros e durante largos anos foi Comandante dos Bombeiros de S. Pedro da Cova, Porto. E esta realidade sobressai da sua obra: a de que foi escrita e as fontes analisadas por alguém que, se por um lado ganhou distância suficiente dos documentos, por outro lado, possibilitou uma análise e uma interpretação das fontes com um conhecimento rigoroso das matérias investigadas.

João Rui Pita
Professor da Faculdade de Farmácia
Investigador do CEIS20
Universidade de Coimbra

## A propósito da 3ª edição da *História da farmácia* de João Rui Pita

Em *O Primeiro de Janeiro* de 21 de Maio de 2007, um dos meus livros, *História da Farmácia*, foi objecto de uma recensão divulgativa a propósito da sua 3ª edição (Coimbra, MinervaCoimbra, 2007; lançamento a 10 de Maio de 2007). Agradeço a iniciativa do colega e amigo Carlos Fiolhais, Professor de Física na Universidade de Coimbra e admiro a sua curiosidade sem fronteiras, a sua vontade inteligente de aprender sempre mais para conquistar o grande público para a causa da ciência.

Não me surpreendeu o tom divertido que tão habilmente tem usado para atingir tão nobre finalidade, justamente a finalidade de inculcar a cultura científica nas mentes de todos nós, mais jovens ou menos jovens. Para mim este é precisamente um dos combates pelos quais vale a pena trabalhar alegremente, como é exemplo esta minha *História da Farmácia*.

No entanto, a história tem os seus caminhos, lança até armadilhas onde muitas vezes acabam por cair mesmo aqueles que receberam treino arquivístico de vários anos e formação historiográfica, historiológica e epistemológica. Esta formação não se ganha do pé para a mão nem nos cai em cima como uma certa maçã...

Na recensão à minha *História da Farmácia*, Carlos Fiolhais correu depressa demais. Gostaria aqui de abordar dois ou três tópicos que mais nos chamaram a atenção na sua recensão porque podem, na verdade, ilustrar um modelo de leitor ou até mesmo ilustrar o modo como o grande público pode encarar a história da ciência.

Assim, parte significativa da recensão é dedicada à publicidade farmacêutica que ilustra a *História da Farmácia* nos seus dois capítulos finais. A publicidade farmacêutica aí inserida, caracteriza, por um lado, a medicação da época e, por outro

lado, transmite-nos informação sobre um dos aspectos mais importantes da farmácia de oitocentos e da primeira metade do século XX que é, justamente, a industrialização do medicamento. É uma questão que ultrapassa os limites do estritamente técnico e científico e que se articula com problemáticas complexas de ordem política, social e económica. Não se trata de algum "fait-divers", como julgou o meu crítico, nem de uma escolha segundo qualquer critério psicologista.

Sem dúvida, os comentários do articulista a propósito da publicidade enfermam do chamado presentismo – pecado de *lesa-história* que os historiadores sabem identificar. Os medicamentos anunciados correspondiam ao convencionado e instituído na época; correspondiam àquilo que a população dispunha para tratar muitas e variadas doenças; espelhavam o esforço de muitos cientistas para obterem o medicamento mais eficaz. Em caso algum lhes assenta o dizer divertido de Carlos Fiolhais que identifica esses medicamentos com o epíteto bastante infeliz de "banha da cobra". Aliás o nosso colega e amigo gostou tanto da sua descoberta da "banha da cobra" que fez questão de colocar tão inapropriada expressão no título da recensão da minha obra, levando os leitores desprevenidos a julgar que a minha obra trata de mezinhas de feira ou de rua.

Alguns dos medicamentos foram publicitados no prestigiadíssimo periódico científico *A Medicina Contemporânea*, onde escreveu a elite da ciência médica portuguesa.

O comentário de Carlos Fiolhais ao anúncio do Depuratol é o seguinte: "era a banha da cobra para o menino e para o velhinho". Fala de "drogas gastronómicas" a propósito da "Carne líquida do Dr. Valdés Garcia..." e do "Vinho Girard..." e sublinha que "a 'Carne Líquida' devia talvez ser acompanhada pelo 'Vinho Girard'".

Tudo isto equivale a ferir de ridículo a própria historicidade, algo que não aceito. A história não é uma anedota de mau gosto. E a abordagem histórica da publicidade a medicamentos e cosméticos é um objecto a que nos temos dedicado nos últimos anos e sobre o qual já publicámos vários textos. Não admira que assim seja pois na Faculdade de Farmácia a história da farmácia é levada a sério no plano curricular.

Veja-se, por exemplo, o capítulo do livro que publicámos recentemente na obra comemorativa dos quinze anos do INFARMED, organismo sob tutela do Ministério da Saúde, intitulado, "Para uma história da publicidade farmacêutica em Portugal" (In: António Groen Duarte, *Infarmed 15 anos*, Lisboa, Ministério da Saúde / Infarmed, 2008, pp. 31-39). Vejam-se, igualmente, os trabalhos devotados à história dos medicamentos e dos cosméticos como o que publicámos em colaboração com Maria de Lourdes Rebelo, "Cosméticos: sua evolução" (*Medicamento, História e Sociedade*, 3(8)1988, pp. 1-6), "Breve história dos cosméticos" (*Munda*, 32, 1996, pp. 17-28) e os vários trabalhos que temos em colaboração com Ana Leonor Pereira, "La publicité pharmaceutique, médicale et cosmétique dans la revue *A Illustração*" (*Revue d'Histoire de la Pharmacie*, 309, 1996, pp. 159-168), "Publicidade a cosméticos (Séculos XIX-XX)" (*Munda*, Coimbra, 35, 1998, pp. 29-40), "Egas Moniz e a publicidade a medicamentos" (In: Jorge Pedro Sousa (Org,) – *Comunicações. II Congresso Luso-brasileiro de Estudos Jornalísticos / IV Congresso Luso-galego de Estudos Jornalísticos*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2005, pp. 401-406). Isto para não falarmos dos inúmeros artigos publicados em revistas devotadas à história da farmácia e das ciências farmacêuticas como as prestigiadas *Revue d'Histoire de la Pharmacie* e *Pharmacy*

*in History*. Também no ultimo congresso mundial de história da farmácia realizado em Sevilha, em 2007, o tema da publicidade a medicamentos foi objecto de comunicações, sendo hoje um tema nobre entre os múltiplos objectos de estudo que a história da farmácia nos oferece. Portanto, falar deste trabalho historiográfico como *fait-divers*, mostra uma brincadeira para lá dos limites, muito ofensiva.

A história que nós praticamos obedece a um código historiográfico rigoroso que tivemos oportunidade de aprender com o Prof. Doutor Reis Torgal e com a Profª Doutora Ana Leonor Pereira e muitos outros historiadores. A essa luz, certas afirmações de Carlos Fiolhais não têm cabimento; por exemplo, diz o articulista que "uma das histórias mais curiosas da história da nossa Farmácia não se encontra, curiosamente, no livro. Trata-se da transformação do Laboratório Chimico em laboratório farmacêutico"; e refere que "em 1809 o edifício pombalino foi transformado em farmácia a fim de debelar um surto de peste", indicando de seguida as substâncias aí produzidas. Ora tive oportunidade de estudar este assunto com algum pormenor aquando da minha tese de doutoramento (*A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*, Coimbra, 1995). Muito recentemente, por outras razões, voltei a trabalhar nos documentos históricos. Nenhum documento que consultei diz que o *Laboratório Chimico* foi transformado em farmácia.

Dar esse salto é pisar o risco; não é interpretar com graça. Devo sublinhar que é muito estreita, desde sempre, a ligação do *Laboratorio Chimico* ao mundo da farmácia, logo desde a sua fundação: os aprendizes de farmácia que aí laboravam eram designados por operários; no início do século XIX, aquele estabelecimento prestou vários serviços à comunidade e um deles foi a produção de desinfectadores, como refere, não apenas através de Tomé Rodrigues Sobral mas com a colaboração de outros como, por exemplo, do professor de medicina, Jerónimo Joaquim de Figueiredo. À luz dos documentos da época também não podemos afirmar que a doença em causa era a peste. Assim sendo, numa obra de síntese este facto interessante para a história da farmácia conimbricense, não poderia ser assumido como algo crucial da história da farmácia.

Numa obra geral de síntese haverá lugar para a crítica que se deu como exemplo? Julgamos ser abusivo e que pode levar o leitor da recensão a pensar que houve negligência ou ignorância por parte do autor da *História da Farmácia*. Deve dizer-se também que o episódio não é apenas "uma das histórias mais curiosas"; não pode nem deve ser encarado como uma curiosidade, pois tal implicava pensar que, por exemplo, a revolução química de Lavoisier não passou de uma *curiosidade* ou que a introdução da medicação preventiva não passou de uma *curiosidade*. Portanto, a inclusão desse episódio na obra, se tal fosse o caso, nunca seria devido ao facto de se tratar de uma *curiosidade*.

A *História da Farmácia* é uma obra de síntese e que faz uma síntese da farmácia portuguesa em cada período. Se fosse uma história da farmácia em Portugal posso assegurar que além desse abordaria outros episódios igualmente interessantes. No entanto, como o leitor verificará abordei sinteticamente mas de uma maneira enfática a incontornável revolução química de Lavoisier e seu impacto em Portugal.

Ao Prof. Carlos Fiolhais agradeço esta oportunidade de dizer o quão fascinante é para mim a história da farmácia e da

medicina. O meu fascínio implica respeito pelo labor e pelo esforço desenvolvidos pelas sucessivas gerações ao longo de séculos de história. A minha *História da Farmácia* não é uma história da farmácia em anedotas ou um anedotário farmacêutico.

João Rui Pita
Professor da Faculdade de Farmácia
Investigador do CEIS20
Universidade de Coimbra

# CEIS20

## Organização e Actividades

## COLÓQUIOS E CONFERÊNCIAS

*O REGICÍDIO: 1908-2008*
Colóquio Internacional

Organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da UC – –CEIS20 e pelo Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, com coordenação científica do Doutor Vítor Neto, Professor da Faculdade de Letras da UC e Investigador do CEIS20 e pela Doutora Alice Samara do Instituto de História Contemporânea, realizou-se na Sala do Conselho da União de Associações do Comércio e Serviços, em Lisboa, o colóquio subordinado ao tema "O Regicídio: 1908-2008", por ocasião do seu centenário, com o objectivo de reflectir e lançar o debate sobre um dos acontecimentos mais marcantes do início do século XX.

Com o sub-tema "A Lisboa revolucionária dos inícios do séc. XX", o colóquio foi organizado em painéis temáticos. A sessão de abertura foi presidida pelo Doutor Fernando Rosas (Presidente do IHC). Dando início ao 1º painel - "Conjuntura Política 1906-1908" foi interveniente José Miguel Sardica com a comunicação *O Franquismo*. Seguiu-se Júlia Leitão de Barros com *Franquismo e Imprensa*, estando a última comunicação da manhã a cargo de Daniel Alves com *"Às Armas, Às Armas!..." Os Lojistas de Lisboa perante o Regicídio.*

No segundo painel, "Acontecimentos e Protagonistas", participaram Miguel Sanches de Baêna e Jorge Morais com *Regicídio e Regicidas* e António Pedro Vicente apresentou o tema *A Família Real.* "Doutrinas e Organizações", o III painel, contou com as participações de Fernando Catroga com a comunicação *O Republicanismo*, de António Ventura que abordou o tema *A Carbonária*, e de João Madeira que falou sobre *Anarquistas no dealbar de Novecentos: O Despertar dos Famintos.* Foram ainda intervenientes António Lopes com *A Maçonaria Portuguesa em 1908 - Valores, Estratégias e Caminhos* e, por fim, Paulo Jorge Fernandes apresentou a comunicação *Monárquicos contra a Monarquia.* A sessão deste primeiro dia terminou com um debate sobre os temas apresentados.

No segundo dia, os trabalhos tiveram início sob o tema IV – "Notícias sobre o Atentado e Comunidade Internacional" tendo participado Rui Tavares com a comunicação *Como o Atentado foi noticiado* e Reto Monico com *Reacção da Imprensa Internacional.* No tema V – "Consequências Políticas" participaram Cândida Proença com *A Velha "Monarquia Nova" de D. Manuel*, Maria Alice Samara com *Movimento Republicano depois de Fevereiro de 1908* e, para terminar, Carlos Cordeiro apresentou a comunicação *O Regícidio na Imprensa Açoriana: Entre a Compaixão e a Justificação.* Da parte da tarde os trabalhos foram agrupados no painel VI – "Análise Comparativa" e nele participaram Alberto di Bernardi com o tema *O Caso Italiano: Gaetano Bresci e o Assassinato de Humberto I*, Juan Avilés Farré com a comunicação *O Caso Espanhol: Atentados Contra o Rei Alfonso XIII, 1905-1906* e Vítor Neto com *O Atentado de Serajevo e as Origens da Grande Guerra, 1914.* Foram ainda oradores Carimo Mohomed que apresentou a comunicação *Xeque-Mate: o Assassinato do Xá da Pérsia em 1896* e Steffano Salmi com *Os Anarquistas e o Regicídio em Itália.* De seguida deu-se início ao debate tendo o Colóquio sido encerrado com uma intervenção da Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coordenadora Científica do CEIS20. Realizou-se nos dias 8 e 9 de Fevereiro de 2008.

*COMUNIDADES IMAGINADAS*
Colóquio Internacional

Tomando por mote o tema "Imaginação", escolhido para a Semana Cultural da Universidade de Coimbra de 2008, o CEIS20, através do Grupo de Investigação "Arquivo da Memória e História do Século XX", coordenado pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal, organizou um colóquio, inspirado no livro de Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* que procurou fazer uma reflexão sobre a formação e os problemas das comunidades nacionais africanas, sobretudo da África de Língua Oficial Portuguesa. Foram abordados os temas mais problemáticos tais como a artificialidade das fronteiras, as diversas etnias e línguas existentes no espaço e o facto de elas não coincidirem com as referidas fronteiras, os problemas da colonização, que são factores formadores e deformadores do espírito "nacional", a formação, a acção e as cisões diversas de grupos anticolonialistas armados em defesa da independência e que se mantiveram depois dela, assim como as suas características guerreiras e de luta pelo poder, a influência política e económica de outros países (com sistemas políticos capitalistas ou comunistas) antes e depois da independência, etc. Por outro lado, desejou-se também pensar sobre problemas linguísticos, literários e culturais das comunidades, sobre os seus símbolos e mitos nacionais, que foram criando uma pré-consciência nacional ou um sentido de autonomia ou de intervenção no sistema colonial, antes da independência dos territórios, e que se mantiveram ou se transmutaram na fase de independência. Desta reflexão surgiu o Encontro Internacional *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África* que se realizou nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2008 no Arquivo da Universidade de Coimbra.

A comunicação inaugural foi feita pelo Professor da FLUC, Fernando Catroga, com o tema *Pátria, Nação e Nacionalismo*, seguindo-se Ângela Benoliel Coutinho (doutora pela Universidade de Paris), que apresentou a comunicação *Imaginando o combatente ideal do PAIGC: a construção dos heróis nacionais na imprensa do pós-independência na Guiné-Bissau e em Cabo Verde*. Victor Barros, mestre e doutorando da FLUC, falou sobre *As «Sombras» da revista Claridade: entre o discurso de integração regionalista e a retórica nacionalista*. Após o intervalo para almoço, os trabalhos recomeçaram com o Doutor Julião Soares Sousa que apresentou o tema *A reinvenção da Nação nos discursos de Amílcar Cabral*, seguido da doutoranda da FLUC Mariana Lagarto dos Santos com *A escola e a ideologia colonial. Contribuição para a formação das nacionalidades africanas de expressão portuguesa*. O Professor Nuno Porto do Departamento de Antropologia da FCTUC dissertou sobre *Artes da nação: colonialidade, políticas e mercados das artes em Angola e Cabo Verde*. Sérgio Neto, Mestre e doutorando em História Contemporânea da FLUC, apresentou a comunicação *Insularidade, idiossincrasias e imaginação. Representações de Cabo Verde no pensamento colonial português*.

O Doutor Fernando Pimenta deu início aos trabalhos do dia 19 falando sobre *O Nacionalismo Euro-Africano em Angola: uma Nova Lusitânia?*. Liliana Inverno, doutoranda da FLUC, abordou o tema *A transição de Angola para o português vernáculo: uma história sociolinguística*, o Professor da UBI, José Carlos Venâncio, apresentou a comunicação *Nacionalismo e pós-nacionalismo na literatura angolana. O percurso de um dos seus escritores mais emblemáticos: Pepetela*, e a terminar José Luís Pires Laranjeira, Professor da FLUC, fez uma exposição sobre *A poesia de Agostinho Neto como documento histórico do projecto de construção nacional pelo MPLA*. À tarde recomeçaram os trabalhos

com o Professor do Departamento de Antropologia da FCTUC, Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia, com *A diversidade cultural e a construção do Estado-Nação em Angola*, seguido da ex-adida cultural da embaixada de Portugal em S. Tomé e Príncipe, Alda Neves, com a comunicação *A autora do Hino Nacional de S. Tomé e Príncipe. Marcas de nacionalismo na poesia de Alda Espírito Santo*. José Luís Lima Garcia, Professor da ESE da Guarda, e membro de CEIS20 abordou o tema *O mito de Gungunhana na ideologia nacionalista de Moçambique*. Encerrou o Encontro o Professor Luís Reis Torgal que, em forma de conclusão, falou sobre *As Comunidades Imaginadas. Reflexões metodológicas sobre o estudo dos nacionalismos africanos*. Em 18 e 19 de Fevereiro e 2008.

## *D. CARLOS E A CRISE DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL – O FIM TRÁGICO DE UM REINADO*

No âmbito do protocolo assinado entre o CEIS20, o Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, realizou-se, em Ponta Delgada, o colóquio "D. Carlos e a crise da Monarquia Constitucional: o fim trágico de um reinado". A sessão de abertura, que contou com a participação da Coordenadora Científica do CEIS20, em representação do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, foi presidida pela Dra. Berta Cabral, presidente da edilidade. A conferência de abertura ficou a cargo de Fernando Catroga, Professor da FLUC. Nessa sessão foi também inaugurada a exposição "D. Carlos e os Açores".

No dia seguinte, na Universidade dos Açores, o programa incluiu comunicações de Fátima Sequeira Dias (UAc), *A situação da economia portuguesa na transição para o século XX*; José Manuel Bettencourt da Câmara (Universidade de Évora), *A família real e a vida musical portuguesa no trânsito do século XIX ao XX*; Guilherme Riley (UAc), *D. Carlos, Príncipe Europeu: o grand tour de 1883*; Susana Serpa Silva (UAc), *Em torno da visita régia aos Açores*; Vítor Neto (CEIS20), *O atentado de Serajevo e a Grande Guerra*; Alice Samara (IHC), *A maneira como os republicanos pensaram o atentado de 1 de Fevereiro*; Carlos Cordeiro (CEIS20), *O regicídio na imprensa açoriana: entre a comoção e a justificação*; José António Ribeiro de Carvalho (ESRG), *O regicídio: imagens, ideias, sentimentos e representações*; João Paulo Avelãs Nunes (CEIS20), *O Regicídio: de uma leitura factualista a uma interpretação estrutural*. A sessão de encerramento, presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, contou com intervenções da Directora do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, Margarida Machado e da Coordenadora do CEIS20, Maria Manuela Tavares Ribeiro, tendo a conferência de encerramento sido proferida pelo Professor António José Telo, da Academia Militar. Ponta Delgada, 21 e 22 de Fevereiro de 2008.

## *MOSTRA FILATÉLICA*

A Secção Filatélica da AAC juntamente com o CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, com o apoio dos CTT e da Federação Portuguesa de Filatelia, organizaram uma Mostra Filatélica comemorativa do 10.º Aniversário do CEIS20. A exposição decorreu de 18 a 22 de Fevereiro 2008 na sede do CEIS20. Estiveram expostas as seguintes colecções de maximafilia, filatelia temática e Open Class: *Esta cidade chamada AEMINIUM*, do Dr. Paulo

Eduardo Gonçalves Dias; *D. Carlos I - O Rei Martirizado*, do Dr. Eurico Carlos Esteves Lage Cardoso; *Flâmulas de Farmácia*, do Doutor João Rui Couto da Rocha Pita; *Origem e Evolução da Escrita*, do Dr. Nuno Tarcísio Gaspar de Oliveira Cardoso e *Miguel Torga - Diários* do Eng. José António da Silva Martins Cura.

No dia 21 de Fevereiro, no local da exposição funcionou um posto de correios onde foi aposto o carimbo comemorativo em toda a correspondência apresentada no local.

De 18 a 22 de Fevereiro de 2008.

*IMAGINAR A EUROPA*
Ciclo de Conferências

No âmbito da X Semana Cultural da Universidade de Coimbra que decorreu sob o tema da "Imaginação", o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, através do Grupo de Investigação "Portugal, Europa e o Mundo", em colaboração com o Master in European Studies, realizaram no ANF. IV da Faculdade de Letras da UC o Ciclo de Conferências *Imaginar a Europa*. As Conferências abordaram as diferentes visões da Europa – dos seus princípios e das suas realidades. Diversos olhares, várias vozes e uma comum inspiração – repensar a Europa.

O ciclo teve início com uma comunicação de Georges Contogeorgis, Professor da Universidade Panteion, de Atenas, com o tema *L'Europe, quel avenir?*. Seguiu-se Peter Antes, Professor da Universidade de Hannover, com a comunicação *A vision of Europe: many religions in one political community*. A terminar a sessão da manhã o Professor da Faculdade de Letras da UC e Investigador do CEIS20, Rui Cunha Martins, abordou o tema *Imaginário europeu: a evidência e os limites*.

A tarde começou com uma intervenção de Maria Fernanda Rollo, Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – FCSH-UNL, que abordou o tema *The American way: a construção americana da Europa no pós-guerra*, por fim, o Professor Luís Andrade, da Universidade dos Açores e Investigador do CEIS20, com *As relações transantlânticas - uma perspectiva açoriana*. A Vice-Reitora da Universidade de Coimbra e Professora da FLUC, Cristina Robalo Cordeiro, encerrou este Ciclo de Conferências com a comunicação *A Europa em busca da sua alma*.

A coordenação deste Ciclo de Conferências foi da responsabilidade da Professora da FLUC e Coordenadora Científica do CEIS20, Maria Manuela Tavares Ribeiro.

Em 5 de Março de 2008.

*O REGICÍDIO*
Ciclo de Conferências

Organizado pelo Instituto de História e Teoria das Ideias, o Instituto de História Económica da FLUC e o CEIS20 decorreu um Ciclo de Conferências sobre *O Regicídio*, coordenado pelo Professor Fernando Catroga, da FLUC. Assim, no dia 6 de Março o Doutor Fernando Catroga proferiu uma conferência intitulada *O Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908: e porquê?*. No dia 7 de Março, o Doutor João Paulo Avelãs Nunes apresentou o tema *O Regicídio: de uma leitura factualista a uma interpretação estrutural*. A terminar este ciclo, no dia 10 do mesmo mês, o Doutor Vítor Neto apresentou uma comunicação com a tema *O atentado de Serajevo e a Grande Guerra*.

## *EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. REALIDADE E TEMAS CONTEMPORÂNEOS*
Colóquio Internacional

A ideia que orientou a organização deste colóquio não foi a de fazer um qualquer balanço sobre a educação nestes últimos decénios nem a de tentar apresentar modelos inequívocos para a educação actual. Pretendeu-se, sobretudo, convocar pessoas que falassem sobre a educação do passado e do presente e apresentassem narrativas e testemunhos que propiciassem leituras diversas da realidade educativa contemporânea. A diversidade do colóquio foi assegurada não só pelas temáticas abrangidas como pela origem dos convidados. De facto, como é óbvio, num colóquio luso-brasileiro, os autores das comunicações provêm de dois espaços irmanados pela mesma língua mas de dois países diferentes: Portugal e Brasil. Esta diversidade constituiu uma oportunidade de fomento de um diálogo profícuo sobre os temas abordados neste colóquio luso-brasileiro de educação.

O programa começou com Ana Maria Seixas, da FPCE-UC, que apresentou o tema *Escola: do tempo das promessas ao tempo das incertezas*; Rosário Pinheiro, também da FPCE-UC, falou sobre *Educação entre pares*. Augusto Monteiro, do CEIS20, apresentou o tema *Um livro de leitura do Estado Novo para o Ultramar* e António Martinho e António Simões Rodrigues, do CEIS20, falaram *sobre Um século na formação de professores - da história às vivências*. Luís Mota, Professor na ESEC e investigador do CEIS20, apresentou a *comunicação Norma e realidade(s). A formação de professores durante a normalização – a Escola do Magistério Primário de Coimbra*.

A tarde começou com uma intervenção de António Gomes Ferreira, Professor da FPCEUC e colaborador do CEIS20, com o tema *A desigual infância: diferentes sortes em tempos e espaços diferentes*, a que se seguiu Leziany Silveira Daniel, da UFPR-Brasil, com *O intelectual João Roberto Moreira e suas discussões sobre uma Pedagogia Científica*. Maria Amélia Reis, da UNIRIO/RJ-Brasil e pós-doutoranda do CEIS20, falou sobre *Inovações Curriculares: sexualidade e etnicidade nas práticas educativas* e Graziela Raupp, (DCE/UA-Brasil/FCT/MCTES ) apresentou ainda a comunicação *Formação de Professores em Educação Sexual e SIDA*. O colóquio terminou com uma intervenção de Amanda Rabelo (DCE/UA-Brasil/FCT/MCTES ) com o tema *Representação Social sobre o género masculino*. Antes das conclusões decorreu um debate vivo e animado motivado pelos temas em discussão.

A Comissão organizadora foi composta pelos Professores António Gomes Ferreira, Maria Amélia Reis e Leziany Silveira Daniel. A organização foi do CEIS20, do Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra e do NAIE – Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, em 12 de Março de 2008.

## *RELIGIÃO, NAÇÃO E ESTADO NOS 60 ANOS DE ISRAEL: GEOPOLÍTICA E (DES)ENCONTRO DE "CIVILIZAÇÕES*
Colóquio Internacional

Organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra- CEIS20, através do Grupo de Investigação "História Económica, Social e das Organizações" coordenado pela Prof.ª Doutora Alda Mourão, e o Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra (CADC), realizou-se no Audító-

rio da Reitoria da UC o colóquio "Religião, Nação e Estado nos 60 anos de Israel: geopolítica e (des)encontro de 'Civilizações'".

A escolha de Israel como pretexto para o debate em causa resultou do facto de em 2008 ocorrer o 60º aniversário da sua fundação; de se ter considerado que o passado e o presente daquele Estado do Médio Oriente integram, com uma exaustividade e uma intensidade inabituais, muitos dos dilemas – dos bloqueios e das possibilidades – observáveis para o conjunto da Humanidade ao longo da Época Contemporânea.

Convidaram-se para o efeito um universitário norte-americano, especialista nas questões do Médio Oriente em geral e de Israel em particular, universitários portugueses ligados ao estudo da história e das relações internacionais, do direito constitucional e da ciência política, personalidades envolvidas, à escala nacional e internacional, no diálogo entre comunidades religiosas.

A conferência inaugural do colóquio foi feita por Alan Dowty, Professor Emeritus of Political Science da University of Notre Dame, USA, com o tema *The Past and Future of Israel.* No 1.º Painel "Religião, Nação e Estado" foram comunicantes os Professores Fernando Catroga da FLUC que falou *A secularização da ideia de «povo eleito»: história e política,* seguindo-se João Carlos Loureiro, da Faculdade de Direito da UC que apresentou a comunicação *Constituições e tribulações de Israel.* Foi moderador o Professor Joaquim Gomes Canotilho da Faculdade de Direito da UC. Seguiu-se um debate muito participado. No 2.º Painel "Estado de Israel – História e Geopolítica" intervieram os Professores João Paulo Avelãs Nunes, da FLUC, com *Sionismo, Holocausto e eurocentrismo nas origens do Estado de Israel* e Augusto Rogério Leitão da Faculdade de Economia da UC com *A União Europeia e o conflito Israelo-Palestiniano: entre cumplicidades e ambiguidades.* Foi moderador o Professor Adriano Moreira do Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. À tarde, realizou-se uma mesa redonda subordinada ao tema "Encontro e Desencontro de «Civilizações» que contou com a participação de José Oulman Carp, Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, e Peter Stilwell, responsável do Patriarcado para o Diálogo Inter-religioso. Foi moderador o Professor António Barbosa de Melo da Faculdade de Direito da UC.

### *A POLIOMIELITE NA PENÍNSULA IBÉRICA. REFLEXÕES PARA A SUA COMPREENSÃO HISTÓRICA*

7º Colóquio Internacional *Temas de Cultura Científica*

Organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20 e pela Universidade de Salamanca, área de História da Ciência, realizou-se na Sala de Seminário do CEIS20 o "7º Colóquio Internacional Temas de Cultura Científica" com o tema *A Poliomielite na Península Ibérica. Reflexões para a sua Compreensão Histórica.*

O colóquio resultou do projecto internacional "Estudio comparativo de los cambios sociales y profesionales relacionados con la polio en el área transfronteriza hispanoportuguesa desde 1956", financiado pelo Ministerio de Educación y Ciencia de Espanha. Nele participa o Grupo de História e Sociologia da Ciência, do CEIS20, coordenado pelo Prof. Doutor João Rui Pita, que organizou cientificamente o colóquio juntamente com o Professor Juan Antonio Rodríguez Sánchez da Universidad de Salamanca.

A sessão de abertura foi presidida pelos Professores Juan Antonio Rodríguez Sánchez e João Rui Pita. A primeira intervenção coube a Mercedes Sánchez-Granjel Santander, Professora Titular de História da Ciência da Universidade de Salamanca, com o tema *Las enfermedades infecciosas en perspectiva histórica: revisión historiográfica, líneas de investigación y métodos*. A Doutora Maria Fernanda Rollo, do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, apresentou primeiramente o tema *Política sanitária comparada luso-espanhola no salazarismo e no franquismo* e a seguir a comunicação *Os fundos arquivísticos de interesse sanitário no salazarismo e no franquismo*. Seguiu-se um debate moderado pela Doutora Ana Leonor Pereira, da Faculdade de Letras da UC e Investigadora do CEIS20.

*As histórias clínicas de doentes com poliomielite: possibilidades de investigação histórica da polio* foi a comunicação de abertura da sessão da tarde, proferida pelos Doutores Juan Antonio Rodríguez Sánchez e Inés María Veiga Guerra dos Santos do Instituto Superior da Maia. Após um curto intervalo realizou-se uma mesa redonda com o tema *Publicaciones periódicas: de la prensa general a las revistas científicas/ Publicações periódicas: da imprensa em geral às revistas científicas* em que participaram os Professores João Rui Pita, Juan Antonio Rodríguez Sánchez, Jesús Seco Calvo, da Escola de Fisioterapia de Ponferrada, Universidade de León e Ana Leonor Pereira. O debate que se seguiu foi moderado pelo Dr. José Morgado Pereira, médico do Hospital Sobral Cid, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e investigador do CEIS20. *La representación audiovisual de la poliomielitis* foi a comunicação apresentada por Rosa Ballester Añón, Professora Catedrática de História da Ciência da Universidade Miguel Hernández e por Rafael Ballester Añón. *Las fuentes orales en la construcción de una historia de la polio / As fontes orais na construção de uma história da polio* foi o tema da mesa seguinte em que participaram Juan Antonio Rodríguez Sánchez, João Rui Pita, Jesús Seco, Ana Leonor Pereira e Inés María Veiga Guerra dos Santos. Foi relator dos trabalhos o Dr. José Morgado Pereira. Em 7 de Abril de 2008.

*DE ROMA A LISBOA A EUROPA EM DEBATE*
Colóquio Internacional

O colóquio *De Roma a Lisboa: a Europa em debate* propôs-se (re)pensar o processo de integração europeia - um tema que, volvido mais de meio século sobre o início do projecto comunitário, continua a revestir-se de toda a pertinência e actualidade. Este colóquio contou com a presença e colaboração dos Professores das Universidades de Coimbra (Letras e Economia), Açores e Trier. Pretendendo dar a conhecer as pesquisas de jovens investigadores, em particular de estudantes de doutoramento, em dois workshops centrados na dinâmica alargamento-aprofundamento, foi seu principal objectivo discutir os principais desafios com que o Velho Continente hoje se confronta, com o intuito de levantar novas questões e pistas de reflexão. Um encontro que deu seguimento às várias iniciativas que o CEIS20 tem vindo a desenvolver neste campo de estudo, reflectindo e reforçando a vitalidade científica do Centro no ano em que se assinala o seu 10º aniversário.

Após a sessão de abertura, deu-se início aos trabalhos com a comunicação *European constitutional ambitions after Lisbon* do Professor Malte Beyer, da Universidade de Trier, M.A.E.S. – Bruges. O tema seguinte, *O Tratado de Lisboa: Conteú-*

*do e Desafios* foi apresentado por Isabel Maria Freitas Valente, doutoranda da FLUC, membro do CEIS20 e membro do Team Europe. Ana Isabel Martins, doutoranda da FLUC e membro do CEIS20 apresentou o tema *Comunicando a Europa: O Tratado de Lisboa.* O tema escolhido por Carlos Eduardo Amaral, Professor da Universidade dos Açores e investigador do CEIS20 foi *Europa: Cultura, identidade, fronteiras.* Clara Isabel Serrano, doutorada da FLUC e membro do CEIS20, apresentou a comunicação *Rumo aos 27. O alargamento nos manuais escolares.* Miguel Barreto Henriques, doutorando da Faculdade de Economia da UC falou sobre *A União Europeia e o conflito colombiano*, a que se seguiu Victor Barros, doutorando da Faculdade de Letras da UC, com o tema *Cabo Verde/UE: olhares da imprensa.* Augusto Rogério Leitão, Professor da FEUC, apresentou a comunicação *União Europeia: um actor em constante indefinição!.* A coordenação científica do colóquio foi da responsabilidade da Coordenadora Científica do CEIS20, Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro no âmbito do Grupo de Investigação "Portugal, Europa e o Mundo".

*OPOSIÇÕES AO ESTADO NOVO: HISTÓRIA E MEMÓRIAS*
Colóquio

Os estudos de História da Oposição ao Estado Novo têm vindo a evoluir nos últimos anos, mas ainda apresentam uma série de lacunas, sobretudo no que respeita a alguns dos seus principais momentos de combate. Factos e personagens aguardam a investigação e o cuidado de historiadores interessados em abordar mais de perto e de forma meticulosa assuntos e temas mal conhecidos. Para tal, a junção entre os depoimentos dos participantes e a análise dos especialistas é um trabalho urgente a ser realizado. O objectivo do encontro foi, pois, aliar os testemunhos à investigação já efectuada, dando, assim, a conhecer a versão dos factos de acordo com os seus protagonistas e divulgando os avanços da historiografia nessa área da história recente de Portugal.

A iniciar o Encontro, presidido pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal, a Doutora Heloisa Paulo apresentou uma comunicação com o tema *Um olhar sobre a Oposição e o Exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969.* Após uma curta pausa deu-se início aos depoimentos do Coronel Eugénio de Oliveira, participante activo da chamada "Revolta de Beja", ocorrida em 1962, que prestou o seu depoimento acerca do movimento e dos factos e personagens envolvidos na sua preparação e a sua derrota pelas forças do regime. O Coronel Manuel Pedroso Marques, também membro activo da "Revolta de Beja", exilado em França e no Brasil, falou da sua vivência no meio oposicionista em Portugal e no exílio, analisando a política dos exilados portugueses no exterior. A terminar, Camilo Mortágua, um dos principais nomes da chamada "Operação Dulcineia", participante do assalto ao Santa Maria, em 1961, e que acompanhou a trajectória de Henrique Galvão na oposição e exílio, prestou o seu depoimento acerca das distensões políticas presentes entre os exilados portugueses nos anos sessenta e setenta.

A segunda parte começou com uma intervenção do Doutor Luís Farinha, com o tema *Cunha Leal – No fio da Navalha. O caminho estreito do pensamento democrata-social no Portugal de Salazar.* O Doutor Armando Malheiro da Silva apresentou uma comunicação sobre *Norton de Matos. Um símbolo para a Oposição*, a que se seguiu João Madeira com o tema *O PCP e os caminhos da "unidade antifascista 1958-1962.*

A terminar, Susana Martins falou sobre *A instalação da Frente Patriótica de Libertação Nacional em Argel.*

Após o término da última parte e dos debates, foi encerrado o Encontro com a presença da Coordenadora Científica do CEIS20, Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Arquivo da Universidade, em 22 de Abril de 2008.

### *7.ªs JORNADAS DE MAIO*

A crítica nas artes: fundamentos, conceitos e funções

A temática escolhida para as 7.ªs *Jornadas de Maio*, promovidas anualmente pelo Grupo de Investigação "Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais", coordenado pelo Professor Doutor António Pedro Pita, teve como ponto de partida uma das orientações de investigação do grupo: "A prática das artes: teoria e crítica; tradições e rupturas". Este Encontro, com o objectivo de reflectir sobre determinados aspectos da crítica nas artes, nas suas várias perspectivas e sobre diversas formas artísticas – cinema, literatura e artes plásticas –, procurou fomentar a troca de ideias, produzir conhecimento e gerar opinião.

O programa começou com uma intervenção do Doutor José Cardoso Marques, (UBI/CEIS20), com *Informação e propaganda no cinema.* Paulo Cunha, (FCT / CEIS20) fez uma comunicação sobre *A recepção de Manuel Guimarães na imprensa portuguesa: Saltimbancos (1951), Nazaré (1952) e Vidas sem Rumo (1956)*, a que se seguiu uma intervenção de Michelle Sales (CEIS20) com o tema *Verdes anos: o neo-realismo na génese do novo cinema português.* A manhã terminou com a exposição do Mestre Paulo Granja (FLUC/CEIS20) *Grandes (e pequenas) narrativas na crítica de cinema: as relações entre teoria, história e crítica.*

Os trabalhos recomeçaram com a intervenção de Luís Costa Dias (BN/CEIS20) sobre a *Crítica modernista do modernismo: um caso de ruptura juvenil no campo presencista.* A última intervenção coube a Isabel Nogueira (FCT/CEIS20) com o tema *Édouard Manet: aspectos da recepção crítica da sua obra.* A sessão terminou com um debate muito enriquecedor para todos os participantes.

As "Jornadas" decorreram no CEIS20, no dia 8 de Maio, tendo a Coordenação sido da responsabilidade de Isabel Nogueira.

### *CIDADES CONTEMPORÂNEAS: AS MÚLTIPLAS FACES DA GLOBALIZAÇÃO*

Ciclo de Cinema Brasileiro

A organização deste Ciclo de Cinema teve como objectivo trazer para o debate uma discussão sobre a globalização a partir das suas territorialidades: o espaço urbano contemporâneo em seus múltiplos aspectos. Neste sentido, foram escolhidos quatro filmes brasileiros, entre documentários e ficção, cuja temática são os conflitos, as dificuldades e as criatividades de viver e sobreviver nas periferias das grandes cidades brasileiras. O Ciclo realizou-se na Sala de Seminário do CEIS20, durante os meses de Maio e Junho.

Assim, no dia 9 de Maio, passou o documentário de João Moreira Salles *Noticias de Uma Guerra Particular.* No dia 21, a sessão foi preenchida com o documentário de Sílvio Tendler *Encontro com Milton Santos: o mundo do lado de cá.* No dia 4 de Junho passou o filme de ficção de Beto Brant *O invasor*, seguido do documentário *Panorama: arte na periferia*, de Peu Pereira a 25 de Junho. Foi moderadora Michelle

Sales (CEIS20), tendo a coordenação do Ciclo sido da responsabilidade de Andréia Moassab, Cristiano França e Julião Soares Sousa. A organização foi dos Grupos de Investigação "Arquivo da Memória e História do Século XX", coordenado pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal e "Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais", coordenado pelo Prof. Doutor António Pedro Pita, do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, com o apoio da APEB - Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra.

## *A PROJECÇÃO EXTERNA DA AUTONOMIA REGIONAL NA EUROPA*
Colóquio Internacional

De 20 a 27 de Junho de 2008 realizou-se nos Açores – em Ponta Delgada, na Horta e em Santa Cruz das Flores – o Colóquio Internacional *A Projecção Externa das Autonomias Regionais na Europa.* O evento, da responsabilidade do Núcleo de Estudos Europeus da Universidade dos Açores, em parceria com o CEIS20, Grupo de Investigação "Portugal, Europa e o Mundo", reuniu um conjunto alargado de investigadores, provenientes de várias Universidades europeias e representativos das principais Regiões Autónomas da Europa, desde as Aaland e as Faroe, a Norte, até às Canárias a Sul, e das regiões russas, a Leste, aos Açores, a Ocidente. O evento contou também com uma forte participação de quadros superiores e de agentes políticos, designadamente da Região Autónoma dos Açores, da Comunidade Autónoma das Canárias e do Land de Salzburgo, na Áustria.

O colóquio conheceu dois registos de base, correspondendo aos dois objectivos fundamentais que o nortearam. Por um lado, a exploração do regionalismo europeu contemporâneo e da autonomia política regional que o enforma – entendendo o regionalismo como proposta de organização social e política e a autonomia como partilha do poder político, quer a nível interno, estatal, quer a nível externo, europeu e internacional. Por outro lado, o encontro procurou ainda estudar, em pormenor, o modo como algumas regiões autónomas da União Europeia particularmente dinâmicas têm sido capazes de quebrar o monopólio dos respectivos Estados sobre o domínio das Relações Externas e, por força do estatuto de autonomia política que as enforma, se tornaram capazes de aceder directamente à União Europeia e de agir no quadro das relações internacionais.

O primeiro daqueles registos contou com uma série de intervenções de índole mais teórica, que procuraram abranger e compreender o fenómeno na sua globalidade. Foi o caso, designadamente, das intervenções da Profª Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coordenadora Científica do CEIS20, do Prof. Doutor Carlos Pacheco Amaral, Coordenador do Núcleo de Estudos Europeus da Universidade dos Açores, e membro do CEIS20, do Prof. Doutor José Adelino Maltez, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, das Doutoras Laura Grazzi e Federica di Sarcina, da Universidade de Siena, e do Prof. Doutor Frank Delmartino, da Universidade de Lovaina.

Já no segundo, várias comunicações constituíram outros tantos estudos de caso, em que se procedeu à identificação, em concreto, da experiência de alguns países e regiões autónomas europeias. Neste registo, são de sublinhar as intervenções da Profª Doutora Mercedes Samaniego Boneu, da Universidade de Salamanca, do Prof. Doutor

Paul Alliès, da Universidade de Montpellier, do Prof. Doutor Daniel Pasquinucci, da Universidade de Siena, do Prof. Doutor Rudolph Hrbek, da Universidade de Tubigen, do Dr. Andreas Kiefer, do Land de Salzburgo, do Dr. Julián Zafra Dias, do Governo Regional das Canárias, da Profª Doutora Maria Asunción Cabrera, da Universidade de La Laguna, da Doutora Elizabeth Naùcler, das ilhas Aaland, do Prof. Doutor Yuriy Pochta, da Universidade para a Amizade entre os Povos, de Moscovo, do Prof. Doutor Andrew Scott, da Universidade de Edimburgo, do Prof. Doutor Klaus Nagel, da Universidade Pompeu Fabra, na Catalunha, e do Prof. Doutor Jóan Pauli Joensen, da Universidade das Ilhas Faroe.

Após o encerramento do Colóquio, em Ponta Delgada, com a intervenção da Prof.ª Doutora Ariane Landuyt, da Universidade de Siena, teve lugar uma Mesa Redonda, no salão Nobre da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, de balanço dos trabalhos desenvolvidos e de identificação de parcerias e de projectos comuns futuros. Dada a importância e a actualidade dos temas em discussão, os conferencistas pronunciaram-se pela publicação, com a brevidade possível, dos trabalhos discutidos ao longo do Colóquio. Ficou acordada a publicação de dois volumes. Um, em francês, contendo as comunicações de índole mais geral e teórica, de exploração do regionalismo e da autonomia regional enquanto instrumento de refundação do Estado. Outro, em inglês, com os principais estudos de caso desenvolvidos. O primeiro, terá particular interesse no universo francófono, uma vez que, na Europa, a França permanece particularmente arreigada à matriz moderna do Estado soberano. Já o segundo, em língua inglesa, deverá disponibilizar um retrato do ponto em que se encontram as Regiões Autónomas europeias mais dinâmicas e, assim, constituir, um manual útil para os múltiplos programas de estudos regionais que se têm vindo a desenvolver nas principais universidades da União Europeia. O Prof. Doutor Carlos Pacheco Amaral, Coordenador do Núcleo de Estudos Europeus da Universidade dos Açores e membro do CEIS20, ficou encarregado de coordenar a publicação destes dois volumes e, bem assim, de promover a celebração de acordos de cooperação entre as várias universidades representadas, com vista à facilitação da respectiva cooperação futura.

## APRESENTAÇÃO DE LIVROS

Decorreu na Sala do Exame Privado da Reitoria da Universidade de Coimbra, o lançamento do n.º 7 da Revista do CEIS20 *Estudos do Século XX* dedicada ao tema "O(s) Tempo(s) dos Media". Foi Coordenadora deste número a Prof.ª Doutora Isabel Nobre Vargues. A apresentação foi feita pelo Doutor Mário Mesquita. Estiveram presentes a Coordenadora da Revista e do CEIS20, Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, e o Director da Imprensa da Universidade, Prof. Doutor José Francisco de Faria Costa. Em 4 de Março de 2008.

Inserido no ciclo promovido pelo Conselho Pedagógico da FLUC sobre o tema "A Universidade Portuguesa nos princípios do século XXI", teve lugar no dia 12 de Março, no Anfiteatro VI da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a apresentação do n.º 9 dos "Caderno do CEIS20", da autoria de Luís Reis Torgal, com o tema "A Universidade e as «condições» da Imaginação". Sobre este tema decorreu uma conferência proferida pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal. De uma grande actualidade e

pertinência, o estudo procura reflectir sobre as transformações ocorridas no Ensino Superior nos últimos tempos.

No dia 13 de Maio decorreu na Sala de Seminário do CEIS20 a apresentação do n.º 7 dos "Cadernos do CEIS20", coordenados pelo Doutor João Rui Pita, de autoria da Investigadora do CEIS20, Isabel Nogueira, com o tema *Alternativa Zero (1977): O reafirmar da possibilidade da criação*. A apresentação foi feita por Delfim Sardo, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Crítico de Arte e Ensaísta.

No dia 19 de Maio decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a apresentação do n.º 6 dos "Cadernos do CEIS20", coordenados pelo Doutor João Rui Pita, de autoria do Prof. Doutor Luís Reis Torgal, com o título *Marcelo Caetano antes do Marcelismo*. O livro serviu de pretexto para debater e procurar algumas respostas às várias questões que se colocam sobre este período do Estado Novo. Foram apresentadas as conferências *Marcelismo: As vias contidas da Industrialização e da Integração Europeia*, pela Professora Maria Fernanda Rollo do Instituto de História Contemporânea-FCSH-UNL, *Marcelo Caetano antes do Marcelismo* pelo Professor Luís Reis Torgal, Investigador do CEIS20, e a terminar o Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa, Adriano Moreira apresentou o tema *Sobre o último Presidente do Conselho da Constituição Portuguesa de 1933*.

*Medicina de Catástrofe – da exemplificação histórica à iatroética* é o título da obra do Doutor Romero Bandeira, Professor do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto - ICBAS e Investigador do CEIS20. A apresentação do livro, a cargo do Professor Nuno Grande, também do ICBAS, decorreu no dia 27 de Maio, no Salão Nobre do Hospital Militar Regional.

Decorreu nas Galerias de Sta. Clara, em Coimbra, no dia 20 de Maio de 2008 o lançamento do livro de autoria de Fernando Fava, investigador do CEIS20, *Leonardo Coimbra e a I República - Percurso Político e Social de Um Filósofo*, editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra. A apresentação da obra esteve a cargo do Dr. Mário Rui Dias, professor de Filosofia do Ensino Secundário. O debate, bastante participado, incidiu, naturalmente, sobre o legado cultural da obra de Leonardo Coimbra.

## PROTOCOLOS

Protocolo de Cooperação Técnica e Científica entre o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e o Centro de Investigação Identidades e Diversidades do Instituto Politécnico de Leiria. A cooperação entre as partes outorgantes visa facilitar o acesso a informação científica, bibliográfica e de material didáctico para a realização de trabalhos de investigação fundamental ou aplicada, de ensino e de formação de recursos humanos, organização de colóquios e outros eventos de carácter científico. Assinado em 27 de Setembro de 2007.

## PROVAS ACADÉMICAS CONCLUÍDAS

Luís Bigotte Chorão – Provas de Doutoramento em Letras, na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de

Coimbra com a dissertação: *Crise política e política do direito. O caso da Ditadura Militar*. Foi orientador científico o Prof. Doutor Luís Reis Torgal, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 11 de Fevereiro de 2008.

Augusto Moutinho Borges – Provas de Doutoramento na especialidade de História das Ciências da Saúde, área científica de Ciências da Vida, apresentada à Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa da Universidade Nova de Lisboa com a dissertação *Os Reais Hospitais Militares em Portugal, administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, 1640-1834*. Em 23 de Junho de 2008.

Ana Teresa Peixinho – Provas de Doutoramento em Letras, na especialidade de História do Jornalismo, área científica de Ciências da Comunicação, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com a dissertação: *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. Foi orientador científico o Prof. Doutor Carlos Reis, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em 30 de Junho de 2008.

## PUBLICAÇÕES DE INVESTIGADORES DO CEIS20

### *Obras diversas:*

NOGUEIRA, Helena – *Os lugares e a Saúde*. Colecção Ciências e Culturas, n.º 6. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

FAVA, Fernando Mendonça – *Leonardo Coimbra e a I República. Percurso politico e social de um filósofo*. Colecção República. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

### *Cadernos do CEIS20*

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20. Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada.Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Coordenação: João Rui Pita

N.º 1 – TORGAL, Luís Reis – *Caminhos e contradições da(s) universidade(s) portuguesa(s)*. (Esgotado). Coimbra, CEIS20, 2000.

N.º 2 – CRUCHINHO, Fausto – *Recepção Crítica de Amor de Perdição de Manoel de Oliveira*. Coimbra, CEIS20, 2001.

N.º 3 – DIAS, Luís Augusto Costa – *Uma Anti-Seara em "Seara Nova". Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis da década de 1930*. Coimbra, CEIS20, 2002.

N.º 4 – TRINDADE, Luís – *Introdução à vida intelectual: intelectualidade, crise e senso comum nos anos trinta em Portugal*. Coimbra, CEIS20, 2007.

N.º 5 – FAVA, Fernando Mendonça – *Houston Stewart Chamberlain. Apontamento breve.* Coimbra, CEIS20, 2007.

N.º 6 – TORGAL, Luís Reis – *Marcello Caetano antes do Marcelismo.* Coimbra, CEIS20, 2007.

N.º 7 – NOGUEIRA, Isabel – *Alternativa Zero (1977): O Reafirmar da possibilidade da Criação.* Coimbra, CEIS20, 2008.

N.º 8 – FAVA, Fernando Mendonça – *Canto e Castro, um Monárquico na Presidência da República. Criação.* Coimbra, CEIS20, 2008.

N.º 9 - TORGAL, Luís Reis – *A Universidade e as "Condições da Imaginação".* Coimbra, CEIS20, 2008.

Revista *Estudos do Século XX*

N.º 1 - *Estéticas do Século* – Coordenador: António Pedro Pita

N.º 2 – *Europa-Utopia | Europa-Realidade* – Coordenadora: Maria Manuela Tavares Ribeiro

N.º 3 – *Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais* – Coordenadores: Luís Reis Torgal e Luís Oliveira Andrade

N.º 4 – *Empresas e Empresários* – Coordenadores: José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe

N.º 5 – *Ciência, Saúde e Poder* – Coordenadores: Ana Leonor Pereira e João Rui Pita

N.º 6 – *Educação Contemporânea. Ideologias e Dinâmica Social* – Coordenadores: António Gomes Ferreira, António Simões Rodrigues e Augusto José Monteiro.

N.º 7 – *O (s) Tempo (s) dos Media* – Coordenadora: Isabel Nobre Vargues

N.º 8 - *Cultura: Imagens e Representações* – Coordenador: Vítor Neto

N.º 9 – *Hipóteses de Século* - Coordenador: António Pedro Pita

## REVISTAS E PUBLICAÇÕES RECEBIDAS POR ACORDO DE PERMUTA

*Análise Social,* Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

*Arquivos do Centro Cultural Português,* Centre Culturel Gulbenkian, Paris, França.

*Cadernos de Estudos Sociais,* Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, Recife, Pernambuco, Brasil.

*Cadernos de Literatura Comparada,* Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

*Cultura,* Revista de História e Teoria das Ideias. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

*Clio,* Revista do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

*Estratégia,* Instituto D. João de Castro, Lisboa.

*Gestão e Desenvolvimento*, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras – Pólo de Viseu.

*Internationale Schulbuchforschung/International Textbook Research*, Georg-Eckert-Institut für internationale Schulbuchforschung, Alemanha.

*Latitudes*, Cahiers Lusophones, Paris, França.

*Ler História*, Associação de Actividades Científicas, ISCTE, Lisboa.

*Lusitânia Sacra*, Centro de Estudos de História Religiosa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.

*Recherches en Anthropologie au Portugal*, do Groupe Anthropologie du Portugal, Paris, França.

*Revista Brasileira de História*, da ANPUH, Associação Nacional de História, S. Paulo, Brasil

*Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra.

*Revista da Faculdade de Letras. História*, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

*Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade*, da Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

*Revista de História Económica e Social*, segunda série, Lisboa.

*Revista de História das Ideias*, do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

*Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

*Revista Portuguesa de História*, Instituto de História Económica e Social, Coimbra.

*Revue Pôle Sud*, CEPEL-CNRS, Université de Montpellier, França.

*Santa Barbara Portuguese Studies*, The Center for Portuguese Studies, UCSB, University of California, Santa Barbara, EUA.

*Scripta. Literatura*, Revista do CESPUC, Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da Pontíficia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.

*Studia,* Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa.

*Studia Contemporânea*, Facultad de Geografia e Historia, Salamanca

CENTROS E INSTITUIÇÕES:

CIDEHUS.UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora

CRIE – Centro di Ricerca sull'Integrazione Europea, Università degli Studi di Siena, Itália

GIT – Gabinete de Iniciativas Transfronterizas da Presidencia da Junta de Extremadura, Mérida, Espanha

Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, Brasil

## OFERTA DE LIVROS E PERMUTA DE REVISTAS

1. O CEIS20 tem recebido, ao longo da sua ainda curta existência, alguns livros, como oferta, agradecendo-se, desde já, a todos os que quiserem contribuir desta forma para o enriquecimento da sua biblioteca. Assim, poderão ser enviados para o Centro quaisquer outros livros ou outro tipo de publicações, nomeadamente sobre o século XX, para o mesmo fim ou para eventual recensão crítica.
2. A revista *Estudos do Século XX* poderá aceitar propostas de permutas de revistas científicas e/ou culturais, em especial referentes ao século XX ou que incluam normalmente artigos sobre temas relativos a esse século.
3. Toda a correspondência neste sentido deve ser enviada para:

Directora da Revista Estudos do Século XX
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
da Universidade de Coimbra – CEIS20
Rua Augusto Filipe Simões, 33
3000-186 Coimbra
Telf.: 239 708870 | Fax: 239 708871
e-mail: ceis20@ci.uc.pt

# Resumos

# Abstracts

# Résumés

## GEORGES CONTOGEORGIS

### CULTURA E CIVILIZAÇÃO: IMAGENS E REPRESENTAÇÃO DE CONCEITOS

A tentativa de definição dos conceitos de cultura e de civilização ainda não teve um resultado que precise com clareza o seu objecto e a relação que mantêm um com o outro. Aproximamos aqui estes conceitos sob o ângulo da teoria cosmosistémica. A civilização está concebida como um conjunto de dados pragmatológicos que constituem o tipo de uma sociedade de acordo com a fase que atravessa o cosmosistema na qual ela se integra. Neste contexto, a cultura traduz o grau de osmose da sociedade com a civilização cosmosistémica a que diz respeito, que se cristaliza nas mentalidades, os comportamentos, os valores, em suma, as concepções e o modo de vida. A unificação cosmosistémica da humanidade faz com que hoje em dia os confrontos de identidades tenham por base diversas representações culturais de uma única civilização, a civilização antropocêntrica, e não sobre a de diferentes cosmosistemas.

**Palavras-chave:** representações culturais, mentalidades, liberdade, Ocidente, cosmosistema.

### CULTURE AND CIVILISATION: IMAGES AND CONCEPT REPRÉSENTATION

Any attempt to define the concepts of culture and civilisation has not produced an answer which clearly defines the object hereof and the ties between the two concepts. We draw these two concepts together under the single view of the cosmosystemic theory. Civilisation was developed as a set of pragmatological features of a certain type of society, depending on the phase in which it goes through the cosmosystem which it integrates. In this context, culture represents the level of osmosis of the society and the respective cosmosystemic civilisation, which crystallises in the mentalities, behaviours, values, in brief in the perceptions and way of living. The cosmosystemic binding of humanity is the reason why current conflicts of identity are founded on distinct cultural representations of one civilisation, anthropocentric civilisation, and not on different cosmosystems.

**Keywords:** cultural representations, mentalities, freedom, West, cosmosystem.

### CULTURE ET CIVILISATION: IMAGES ET REPRÉSENTATION DES CONCEPTS

La tentative de définition des concepts de culture et de civilisation n'a pas encore donné de résultat précisant clairement leur objet et la relation qu'ils entretiennent l'un avec l'autre. Nous approchons ici ces concepts sous l'angle de la théorie cosmosystémique. La civilisation est conçue comme l'ensemble des données pragmatologiques qui composent le type d'une société selon la phase que traverse le cosmosystème dans lequel elle s'intègre. Dans ce cadre, la culture traduit le degré d'osmose de la société avec la civilisation cosmosystémique concernée, qui se cristallise dans les mentalités, les comportements, les valeurs, bref, les conceptions et le mode de vie. L'unification cosmosystémique de l'humanité fait qu'aujourd'hui les confrontations identitaires ont lieu sur la base des diverses représentations culturelles d'une seule civilisation, la civilisation anthropocentrique, et non sur celle de cosmosystèmes différents.

**Mots-clé:** représentations culturelles, mentalités, liberté, Occident, cosmosystème.

## ALAN DOWTY

### O PASSADO E O FUTURO DE ISRAEL

O surgimento do Estado de Israel foi uma das transformações mais extraordinárias ocorridas no século XX. Resultou de uma convergência improvável de múltiplos factores, com destaque para a fuga massiva de refugiados Judeus – tentando

### THE PAST AND FUTURE OF ISRAEL

The emergence of the state of Israel was, by all accounts, one of the most remarkable developments of the twentieth century. It was the result of an unusual combination of historical circumstances, particularly a massive flight of Jewish refugees

### LE PASSÉ ET LE FUTUR D'ISRAËL

L'apparition de l'Etat d'Israël fut une des transformations les plus extraordinaires advenues au XXe siècle, qui a résulté d'une convergence improbable de facteurs multiples, avec une mise en exergue de la fugue massive de réfugiés

escapar das perseguições de que eram alvo – e da emergência simultânea do nacionalismo moderno. O regresso dos Judeus à Palestina também coincidiu com a afirmação do nacionalismo Árabe moderno e gerou um confronto com outro povo em torno do domínio sobre o mesmo território. Este conflito atravessou três fases distintas na sua evolução e parece ser agora fortemente condicionado pela presença do extremismo religioso.

Para além do extremismo religioso, o Estado de Israel enfrenta hoje vários desafios sérios, nomeadamente, os dilemas criados pela ocupação da West Bank e de Gaza desde 1967, tendências demográficas problemáticas, pressão crescente por parte dos Palestinianos que são cidadãos de Israel, um aumento da hostilidade regional e em outras zonas do Mundo, novas ameaças de natureza militar e estratégica. Mas esses perigos são contrabalançados por outros factores que favorecem a sobrevivência de Israel, nos quais se incluem um forte desenvolvimento económico e tecnológico, maior aceitação internacional, progressivo afastamento dos Estados Árabes vizinhos do conflito com Israel. Independentemente dos óbvios retrocessos, a criação de dois Estados parece continuar a ser a solução mais viável e mais provável para a superação do conflito com os Palestinianos, apesar de não ser previsível a sua concretização num futuro próximo.

**Palavras-chave:** judeus, movimento sionista, Israel, nacionalismo palestiniano, extremismo religioso.

from persecution and the simultaneous rise of modern nationalism. The return of Jews to Zion also coincided with thr rise of modern Arab nationalism and created a clash with another people over the same land. This conflict has passed through three distinct stages in its evolution and now appears to be entering a stage marked by religious extremism.

In addition to this religious extremism, a number of serious challenges face the state of Israel today, including the dilemmas created by the occupation of the West Bank and Gaza since 1967, problematic demographic trends, growing pressure from Palestinian citizens of Israel, a growth of regional and international hostility in certain quarters, and new kinds of military and strategic threats. But these challenges are countered by other trends that bolster the survival of Israel, including stron economic and technological development, greater internacional acceptance generally, and the gradual disengagement of Arabe states from the conflict with Israel. Despite obvious setbacks, it appears that the two-state solution to the conflict with Palestinians remains the most viable and the most likely outcome to the confrontation, though it is not imminent in the near future.

**Keywords:** jews, zionist movement, israel, palestinian nationalism, religious extremism.

juifs – essayant d'échapper aux persécutions dont ils étaient la cible – et de l'émergence simultanée du nationalisme moderne. Le retour des Juifs à la Palestine a également coïncidé avec l'affirmation du nationalisme Arabe moderne et a engendré une confrontation avec un autre peuple autour de la domination sur le même territoire. Ce conflit a traversé trois phases distinctes dans son évolution et semble être maintenant fortement conditionné par la présence de l'extrémisme religieux.

Outre l'extrémisme religieux, l'Etat d'Israël affronte aujourd'hui plusieurs défis sérieux, notamment, les dilemmes créés par l'occupation de la West Bank et de Gaza depuis 1967, des tendances démographiques problématiques, une pression croissante de la part des Palestiniens qui sont des citoyens d'Israël, une augmentation de l'hostilité régionale et dans d'autres zones du Monde, de nouvelles menaces de nature militaire et stratégique. Mais ces dangers sont contrebalancés par d'autres facteurs qui favorisent la survie d'Israël, entre lesquels un fort développement économique et technologique, une plus grande acceptation internationale, un éloignement progressif des Etats Arabes voisins du conflit avec Israël. Indépendamment des évidents reculs, la création de deux Etats semble continuer d'être la solution la plus viable et la plus probable pour la résolution du conflit avec les Palestiniens, bien que sa concrétisation, dans un futur proche, ne semble pas être prévisible.

**Mots-clé:** juifs, mouvement sioniste, israël, nationalisme palestinien, extrémisme religieux.

MARIA BERNARDETE RAMOS FLORES

SOBRE A VISUALIDADE DO BRASIL MODERNO: CAUSAS E COMBATES PELO "RETORNO À ORDEM"

O artigo abandona o estudo da relação do modernismo com o nacionalismo e aborda o percurso do modernismo brasileiro: a passagem de seu momento heróico, antropofágico e desestabilizador, que experimentava as linguagens das vanguardas artísticas na pesquisa e representação da cultura brasileira, para o chamado "retorno à ordem", no seu engajamento pela reforma e regeneração do povo brasileiro. A crença no advento do "homem novo", representada numa linguagem simbólica esculpida no corpo atlético, no corpo do trabalhador e na maternidade, projetava a imagem de um Brasil jovem, industrial e moderno, com filhos saudáveis, belos e fortes.

**Palavras-chave**: modernismo, "retorno à ordem", racismo, escultura, beleza.

ON THE VISUAL IN MODERN BRAZIL: CAUSES AND STRUGGLES FOR A "RETURN TO ORDER"

This article abandons the study of the relationship between modernism and nationalism to look at the course of Brazilian modernism: the passing of its heroic, anthropophagic and destabilising moment that experimented with the discourse of the artistic vanguard in the search and representation of Brazilian culture, to the so-called "return to order" in its engagement with reform and the regeneration of the Brazilian people. Represented in a symbolic language sculpted into the athletic body, the body of the worker and motherhood, the belief in the advent of the "new man" projected the image of a young, industrial and modern Brazil, with healthy, beautiful, strong children.

**Keywords:** modernism, "return to order", racism, sculpture, beauty.

DE LA VISUALITÉ DU BRÉSIL MODERNE : CAUSES ET COMBATS EN FAVEUR DU "RETOUR À L'ORDRE"

L'article abandonne l'étude de la relation du modernisme avec le nationalisme et aborde le parcours du modernisme brésilien: le passage de son moment historique, anthropophagique et déstabilisateur, qui expérimentait les langages des avant-gardes artistiques dans la recherche et la représentation de la culture brésilienne, pour le dénommé "retour à l'ordre", dans son engagement pour la réforme et la régénération du peuple brésilien. La croyance dans l'avènement de "l'homme nouveau", représentée par un langage symbolique sculptée dans un corps athlétique, dans le corps du travailleur et dans la maternité, projetait l'image d'un Brésil jeune, industriel et moderne, avec des enfants sains, beaux et forts.

**Mots-clé:** modernisme, "retour à l'ordre", racisme, sculpture, beauté.

ANTÓNIO CARLOS PEIXOTO

RAÍZES DO LIBERALISMO NA ARGENTINA

Este artigo tem por objetivo apresentar e discutir algumas das principais idéias de Domingos Faustino Sarmiento na sua obra clássica "Facundo" e de Juan Batista Alberdi em seu livro não menos importante "Bases", que constituem a grande contribuição do pensamento argentino ao liberalismo-hispano-americano. No primeiro caso, discutiremos os argumentos de Sarmiento sobre a dicotomia

ORIGINS OF THE LIBERALISM IN ARGENTINE

This article intends to present and to discuss some of the main ideas of Domingos Faustino Sarmiento in his well-known work, "Facundo", and of Juan Batista Alberdi in his book, which is also very important, "Basis", which constitute the great contribution of the Argentinean thought to the Hispano-American liberalism. In the first case we will discuss the argument of Sarmiento about the

RACINES DU LIBÉRALISME EN ARGENTINE

Cet article prétend présenter et discuter quelques-unes des principales idées de Domingos Faustino Sarmiento dans son travail assez connu "Facundo", de même que de Juan Batista Alberdi, dans son livre aussi très connu, "Bases" qui constituent les plus grandes contributions de la pensée argentine dans le cadre du libéralisme hispano-américain. Dans le premier cas nous allons discuter les

civilização/barbárie, e a necessidade de mudar radicalmente os traços da sociedade Argentina a partir da imigração. No segundo caso, o projeto de Alberdi de apoiar-se na constituição do recém-incorporado estado da Califórnia à União Americana para criar a institucionalidade liberal Argentina.

**Palavras-chave**: liberalismo, Argentina, imigração, civilização, barbárie.

dichotomy civilization – barbarism and the need to change in a most radical way the features of the Argentinean society through immigration. In the second case Alberdi's project of seeking theoretical support in the constitution of the state of California, incorporated to the American Union a few years before, will be analyzed.

**Keywords**: liberalism, Argentine, imigration, civilization, barbarism.

arguments de Sarmiento à propos de la dichotomie civilisation-barbarie et la nécessité de charger de façon radicale les caractéristiques de la société argentine par l'immigration. Dans le deuxième cas, nous présentions le projet de Alberdi, qui cherche un soutien théorique dans la constitution de la Californie, incorporée à l'Union Américaine quelques années avant l'édition de "Bases".

**Mots-clé**: libéralisme, Argentine, imigration, civilisation barbarie.

## ISABEL CALADO

### A Crise das imagens

Alguns dos mais recentes percursos das imagens permitem desenhar uma nova ecologia visual, contrastante com outras práticas de visão que lhe são prévias e, no entanto, coevas. Sendo técnicas, as novidades ultrapassam esse registo para se reportar aos usos simbólicos, ao funcionamento sociológico e às tendências estéticas das imagens.
O novo panorama visual é sobretudo complexo e as dificuldades de datação evidenciam essa complexidade: onde enraízam as "novas" imagens? No século XIX, marcado pela tecnicidade e pela expectativa de uma imagem capaz de reproduzir o real e restituir-nos uma experiência vicária? Ou o que actualmente experimentamos é uma franca dificuldade em aparentar os *voyants* de outrora aos actuais *voyeurs* das formas sintéticas, identificadas pelo seu suporte digital, consideradas prolíferas, interactivas, processuais, simuladoras, endógenas, instrumentais, imanentes e demasiado rápidas?

**Palavras-chave**: imagem, visual, representação, analogia, simulação digital.

### The crisis of images

Some of the most recent paths taken by images allow us to draw a new visual environment in contrast with other visual practices that precede it while remaining contemporaneous. Technical in nature, new features go beyond this register to allude to the symbolic uses, sociological function and aesthetic trends of images.
The new visual landscape is, above all, complex and the difficulties in dating reveal this complexity: where are these "new" images rooted? In the 19$^{th}$ century, marked by technical developments and expectations of an image capable of reproducing reality and providing us with a vicarious experience? Or is what we are currently experiencing a genuine difficulty in relating the *voyants* of yesterday to modern *voyeurs* of synthetic shapes, identified by the their digital media and seen as prolific, interactive, processing, simulating, endogenous, instrumental, emanating and too fast?

**Keywords**: image, visual, representation, analogy, digital simulation.

### La Crise des images

Certains des plus récents parcours des images permettent de dessiner une nouvelle écologie visuelle, contrastant avec d'autres pratiques de vision qui la précèdent et qui, toutefois, lui sont contemporaines. S'agissant de techniques, les nouveautés dépassent ce registre afin de se reporter aux usages symboliques, au fonctionnement sociologique et aux tendances esthétiques des images.
Le nouveau panorama visuel est surtout complexe et les difficultés d'attribution de dates mettent en évidence cette complexité: où s'enracinent les "nouvelles" images? Au XIXe siècle, marqué par la technicité et l'attente d'une image capable de re-produire le réel et de nous restituer une expérience vicaire? Ou bien ce que nous expérimentons actuellement est une franche difficulté à apparenter les *voyants* d'antan aux actuels *voyeurs* des formes synthétiques, identifiées par leur support digital, considérées prolifiques, interactives, processuelles, simulatrices, endogènes, instrumentales, immanentes et trop rapides?

**Mots-clé**: image, visuel, représentation, analogie, simulation digitale.

## HELOISA PAULO

IMAGENS DA LIBERDADE: OS EXILADOS PORTUGUESES E A LUTA PELA LIBERDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA

O presente trabalho objectiva uma amostragem das relações que foram estabelecidas entre os opositores portugueses e os republicanos espanhóis, durante o exílio em Espanha e, posteriormente no Brasil, e a luta de ambos os sectores para o fim dos governos de Franco e Salazar. Como pontos comuns, o republicanismo, a democracia e o federalismo são marcas constantes neste combate.

**Palavras-chave:** oposição, exílio, Guerra Civil, republicanismo.

IMAGES OF FREEDOM: PORTUGUESE EXILES AND THE FIGHT FOR FREEDOM IN THE IBERIAN PENINSULA

This study aims to present the relationships that were established between the Portuguese opposition and Spanish republicans, during their exile in Spain and later Brazil, and both parties' struggle to end the governments of Franco and Salazar. As common threads, republicanism, democracy and federalism constantly mark this struggle.

**Keywords:** opposition, exile, Civil War, republicanism.

IMAGES DE LA LIBERTÉ: LES EXILÉS PORTUGAIS ET LA LUTTE POUR LA LIBERTÉ DANS LA PÉNINSULE IBÉRIQUE

Ce travail présente un échantillon des relations qui furent établies entre les opposants portugais et les républicains espagnols, durant l'exil en Espagne et, ultérieurement au Brésil, et la lutte des deux secteurs pour mettre fin aux gouvernements de Franco et de Salazar. Au niveau des points communs, le républicanisme, la démocratie et le fédéralisme sont des marques constantes dans ce combat.

**Mots-clé:** opposition, exil, Guerre Civile, républicanisme.

## ANA ISABEL MARTINS

JANELA ENTREABERTA? IMAGENS E REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DE TEMAS EUROPEUS

O presente artigo serve o propósito de avaliar e questionar o poder dos média enquanto *janela* para o mundo, isto é, o seu papel na construção social da realidade. Mais concretamente, tentaremos direc-cionar este potencial para o estudo de um conceito dotado de uma forte dimensão cultural e identitária: o de 'Europa'. Sem perder de vista uma União Europeia (UE) fragi-lizada pelo estigma do 'défice democrático', o nosso objectivo prende-se com a exploração das imagens e representações dos cidadãos na cobertura jornalística dos referendos à Constituição Europeia, numa investigação que culminará na análise de fotografias publicadas na imprensa de referência.

**Palavras-chave:** representação, imagem, identidade, imprensa, estereótipo.

OPENING WINDOW? IMAGES AND JOURNALISTIC REPRESENTATIONS OF EUROPEAN THEMES

This study is aimed at evaluating and reflecting on the power of the media as a *window* to the world, that is, the role they play in the social construction of reality. More precisely, we will seek to understand this power in the light of 'Europe', a concept which is deeply embedded in a cultural and identitary dimension. Without losing sight of the 'democratic deficit' stigma attached to the European Union (EU), our analysis will focus on visual representations of citizens during media coverage on the European Constitution referenda, particularly on photos published in the quality press.

**Keywords:** representation, picture, identity, press, stereotype.

FENÊTRE ENTROUVERTE? IMAGES ET REPRÉSENTATIONS JOURNALISTIQUES DE THÈMES EUROPÉENS

Cet article a pour but d'évaluer et de questionner le pouvoir des media en tant que *fenêtre* sur le monde, soit, leur rôle au niveau de la construction sociale de la réalité. Plus concrètement, on essaiera de diriger ce potentiel vers l'étude d'un concept doté d'une forte dimension culturelle et identitaire: celui de 'Europe'. Sans perdre de vue une Union Européenne (UE) fragilisée par le stigmate du 'déficit démocratique', notre objectif concerne l'exploitation des images et des représentations des citoyens dans la couverture journalistique des référendums à la Constitution Européenne, moyennant une recherche qui culminera avec l'analyse de photographies publiées dans la presse de référence.

**Mots-clé:** représentation, image, identité, presse, stéréotype.

**MASSIMO MORIGI, STEFANO SALMI**

## AESTHETICA FASCISTICA II: TRADIZIONALISMO E MODERNISMO SOTTO L'OMBRA DEL FASCIO

Oltre che per l'eliminazione degli spazi di libertà pubblica e privata che storicamente ha caratterizzato il fascismo italiano ed il nazismo tedesco, questi regimi possono essere consegnati alla storia per un altro tratto distintivo: l'estetizzazione della politica. Prendendo spunto dal classico giudizio di Benjamin secondo il quale l'estetizzazione della politica operata dai regimi fascisti avrebbe reso l'umanità addirittura felice per la sua stessa autodistruzione e ripercorrendo, nel –contempo, l'altalenante rapporto– – intessuto di libertà e costrizione – che nell'Italia fascista il regime volle praticare con le arti plastiche e figurative, gli autori intendono fare emergere un primo abbozzo di una teoria estetica che non trascuri la tragica moralità di coloro ( in primis i futuristi) che non si avvidero che l'estetizzazione della politica, operata dal fascismo, era la più totale antitesi dello spirito anarchico e libertario di cui queste avanguardie intendevano essere gelose custodi. La conclusione degli autori è che al giorno d'oggi, se è improbabile un ritorno dei fascismi che hanno infestato la storia del Novecento, ciononostante le moderne democrazie occidentali subiscono rischi di involuzioni, almeno sul piano culturale, di tipo totalitario e internet è il luogo dove queste pulsioni involutive hanno maggiore sfogo. Una teoria estetica che non rifugga di apprendere dalla tragica moralità di coloro che furono i protagonisti e/o le vittime dell'estetizzazione della politica, può costituire un antidoto contro queste nuove pulsioni totalitarie che prendono lo slancio dalla rivoluzione delle tecnologie dell'informazione delle società postindustriali.

## AESTHETICA FASCISTICA II. TRADICIONALISM AND MODERNISM UNDER THE SHADE OF FASCISM

Besides the elimination of spaces of public and private freedom that historically characterized Italian fascism and German nazism, these regimes can be remembered by history for another distinctive trait: aesthetisation of politics. Inspiring ourselves on the classical conception of Benjamin according to which the aesthetisation of politics performed by fascist regimes would make mankind happy about its own self-destruction and reviewing at the same time the swinging relationship – interwoven with freedom and constraint – that in fascist Italy the regime wanted to have with plastic and figurative arts, the authors mean to reveal a first draft of an aesthetic theory that does not ignore the tragic morality of those (mainly futurists) who did not realise that the aesthetisation of politics, performed by fascism, was the most complete anthitesis of the anarchist and libertarian spirit of which these vanguards meant to be jealous guardians. The conclusion of the authors is that nowadays it is less likely to have a return of the fascisms that infested the history of the twentieth century; despite that, modern western democracies are suffering from risks of involution, at least from a cultural point of view, of a totalitarian kind, and the Internet is the place where these involutional impulses can burst out. An aesthetic theory that does not escape from learning from the tragic morality of those who were the main characters and/ or the victims of the aesthetisation of politics, can be an antidote against these new totalitarian impulses driven by the revolution of information technologies from post-industrial societies.

## ESTHÉTIQUE FASCISTE II. TRADITIONALISME ET MODERNISME À L'OMBRE DU FASCISME

Outre l'élimination des espaces de liberté publique et privée qui caractérise, du point de vue historique, le fascisme italien et le nazisme allemand, ces régimes peuvent être consignés dans l'histoire à travers un autre trait distinctif: l'esthétisation de la politique. Partant de l'opinion classique de Benjamin d'après qui l'esthétisation de la politique mise en œuvre par les régimes fascistes aurait rendu l'humanité absolument heureuse moyennant sa propre autodestruction et parcourant, en même temps, le rapport alternant – tissé de liberté et de constrictions – que le régime voulait pratiquer dans l'Italie fasciste avec les arts plastiques et figuratifs, les auteurs ont pour intention de tracer une première ébauche d'une théorie esthétique qui ne passe pas par la tragique moralité de ceux ( *in primis* les futuristes) qui ne se sont pas aperçus que l'esthétisation de la politique, opérée par le fascisme, était l'antithèse la plus totale de l'esprit anarchique et libertaire dont ces avant-gardes souhaitaient être des gardiens jaloux. La conclusion des auteurs est qu'au jour d'aujourd'hui, même si un retour des fascismes qui ont infesté l'histoire du 20e siècle est improbable, les démocraties occidentales modernes cependant sont soumises à des risques d'involutions, du moins sur le plan culturel, du type totalitaire et l'internet est justement l'endroit où ces pulsions involutives ont plus d'ouverture. Une théorie esthétique qui ne refuse pas d'apprendre à partir de la tragique moralité de ceux qui furent les protagonistes et/ou les victimes de l'esthétisation de la politique, peut constituer un antidote contre ces nouvelles pulsions totalitaires

qui profitent du saut de la révolution des technologies de l'information des sociétés post industrielles.

**Palavras-chave:** avanguardia, entartete kunst, Internet, fascismo, futurismo, novecentismo, totalitarismo.

**Keywords:** avant-garde, entartete kunst, internet, fascism, futurism, novecentism, totalitarianism.

**Mots-clé:** avant-garde, entartete kunst, internet, fascisme, futurisme, Années neuf cent, totalitarisme.

## JOSÉ ALEXANDRE CARDOSO MARQUES

### CINEASTAS DE ENTRE AS DUAS GRANDES GUERRAS – TESTEMUNHOS E ACTORES DA HISTÓRIA MUNDIAL DA 7ª ARTE

A História do nascimento do cinema mundial está directamente ligada à história de alguns cineastas que defenderam causas, com linguagem cinematográfica própria, através das suas formas de expressão na arte do real. Ao serviço de uma ideia e de boas intenções, debruçaram-se sobre a imagem do homem como objecto central da sétima arte, mostrando a vida como ela é, como ela pode ser e como deveria ser. Todos os filmes que aqui falo fazem campanha, anunciando intenções. O ponto de vista da informação e da propaganda no cinema dos anos 1920/30 é difícil de definir, existem contudo obras que nos fazem ver, agir e compreender. Algumas destas obras provocaram um choque estético e intelectual no pensamento contemporâneo vigente, vindo a afirmar-se como marcos cinematográficos essenciais tanto para o património artístico e cultural como para a investigação.

**Palavras-chave:** cineastas, documentário, realismos, cinema *New Deal*, cinema dos fascismos europeus.

### FILMMAKERS BETWEEN THE TWO GREAT WARS – WITNESSES AND ACTORS IN THE WORLD HISTORY OF THE 7TH ART

The history of the birth of world cinema is directly linked to the story of certain filmmakers who defended causes using their own specific cinematographic language, and through their manner of expressing ideas in the art of the real. After an idea and with good intentions, they examined the image of man as the central object of the seventh art, showing life as it is, how it could be and how it should be. All the films I speak of here make a campaign, announcing their intentions. The standpoint of information and propaganda in the cinema of the 1920s/30s is difficult to define, although there are works that make us see, act and understand. Some of these works had a serious aesthetic and intellectual impact on the contemporary thought of the time, and would become essential cinematographic milestones in our artistic and cultural heritage, as well as becoming objects of research.

**Keywords:** filmmakers, documentary, realisms, *New Deal*, cinema, european fascist cinema.

### CINÉASTES D'ENTRE LES DEUX GUERRES MONDIALES – TÉMOIGNAGES ET ACTEURS DE L'HISTOIRE MONDIALE DU 7ÈME ART

L'Histoire de la naissance du cinéma mondial est directement liée à l'histoire de certains cinéastes qui défendirent des causes, moyennant un langage cinématographique propre, à travers leurs formes d'expression dans l'art du réel. Au service d'une idée et de bonnes intentions,. ils se sont penchés sur l'image de l'homme en tant qu'objet central du septième art, en montrant la vie comme elle est, comme elle peut être et comme elle devrait être. Tous les films dont je parle ici font campagne, en annonçant des intentions. Le point de vue de l'information et de la propagande dans le cinéma des années 1920/30 est difficile à définir. Il existe, néanmoins, des œuvres qui nous font voir, agir et comprendre. Certaines de ces œuvres ont provoqué un choc esthétique et intellectuel dans la pensée contemporaine en vigueur, en s'étant affirmées comme des références cinématographiques essentielles aussi bien au niveau du patrimoine artistique et culturel, qu'au niveau de la recherche.

**Mots-clé:** cinéastes, documentaire, réalismes, cinéma, *New Deal*, cinéma des fascismes européens.

**FAUSTO CRUCHINHO**

*VAI-E-VEM*, OS DOIS MOVIMENTOS DE JOÃO CÉSAR MONTEIRO

*Vai-e-vem* é o derradeiro filme de João César Monteiro. Nele confluem uma vontade testamentária e o início de um novo movimento, traduzido no próprio título do filme. Este movimento – realmente dois movimentos – é, simultaneamente, no sentido da ida e da volta, da mobilidade e da imobilidade. Este estudo visa demonstrar de que maneira João Vuvu, alter ego de João César Monteiro, prepara a ritualização do seu ajuste de contas com a vida e com a morte, transformando esses dois estados em matéria cinematográfica.

**Palavras-chave:** cinema, movimento, viagem, velhice, sociedade.

*VAI-E-VEM*, THE TWO MOVEMENTS OF JOÃO CÉSAR MONTEIRO

*Vai-e-vem* is the last film of João César Monteiro. We can see in it the last will and the beginning of a new movement that film title means. This movement – in fact two movements – is simultaneously going and return, the mobility and the immobility. This study will stays the way João Vuvu, the João César Monteiro's *alter ego*, prepares and ritualizes his settlement of accounts with life and death, transforming these two states into cinematographic matter.

**Keywords:** cinema, movement, travel, oldness, society.

*VAI-E-VEM*, LES DEUX MOUVEMENTS DE JOÃO CÉSAR MONTEIRO

*Vai-e-vem* est le dernier film de João César Monteiro. On y trouve son testament et le départ d'un nouveau mouvement qui est affiché dans le titre même du film. Ce mouvement – deux mouvements au juste – est simultanément dans le sens de l'aller et du retour, de la mobilité et de l'immobilité. Cette étude vise démontrer le moyen par lequel João Vuvu, alter ego de João César Monteiro, prépare et ritualise son arrêté de compte avec la vie et avec la mort, en transformant ces deux états en matière cinématographique.

**Mots-clé:** cinéma, mouvement, voyage, vieillesse, société.

**PAULO CUNHA**

A COMÉDIA HUMANA SEGUNDO MANOEL DE OLIVEIRA

Realizado em 1991 por Manoel de Oliveira, *A Divina Comédia* é um produto criativo que apresenta uma forma singular de ver e representar o mundo e a sociedade contemporânea através de uma dimensão histórica e estética. A principal preocupação desta obra passava por uma reflexão em torno das raízes judaico-cristã e greco-romana que influenciaram a cultura ocidental contemporânea.
A proposta de interpretação que apresentamos pretende conhecer e compreender a visão oliveiriana das grandes questões éticas e morais da sociedade actual, explorando sobretudo as personagens seleccionadas pelo autor para personificar a sua visão.

THE HUMAN COMEDY ACCORDING TO MANOEL DE OLIVEIRA

Directed in 1991 by Manoel de Oliveira, *The Divine Comedy* presents a unique vision and representation of the world and contemporary society from a historical and aesthetic perspective. The main concern of this work was to reflect on the Judeo-Christian and Greco-Roman roots that have influenced contemporary Western culture.
The proposed interpretation we present here looks to discover and understand Oliveira's vision of the major ethical and moral issues of modern society, exploring the characters he selected to personify this vision.

LA COMÉDIE HUMAINE SELON MANOEL DE OLIVEIRA

Réalisé en 1991 par Manoel de Oliveira, *La Divine Comédie (A Divina Comédia)* est un produit créatif qui présente une façon singulière de voir et de représenter le monde et la société contemporaine à travers une dimension historique et esthétique. La principale préoccupation de cette œuvre passe par une réflexion autour des racines judéo-chrétiennes et gréco--romaines qui ont influencé la culture occidentale contemporaine.
La proposition d'interprétation que nous présentons vise connaître et comprendre la vision d'Oliveira à propos des grandes questions éthiques et morales de la société actuelle, en exploitant surtout les personnages sélectionnés par l'auteur afin de personnifier sa vision.

**Palavras-chave:** cinema, Manoel Oliveira, Divina Comédia, loucura, música.

**Keywords:** cinema, Manoel Oliveira, Divine Comedy, madness, music.

**Mots-clé:** cinéma, Manoel Oliveira, Divine Comédie, folie, musique.

## ISABEL NOGUEIRA

### EDVARD MUNCH OU A IMAGEM COMO INTENSIFICADORA DO REAL

Edvard Munch (1863-1944) destacou-se como um dos percursores da pintura moderna. Além de pintor e gravador, Munch teve incursões na fotografia e no teatro, nomeadamente na concepção de cenografias, cartazes e figurinos. Imbuído de um espírito inquieto, a sua obra recria o real, numa vivência atribulada de uma época histórica e artística intensa e de grandes transformações. Como o próprio observou. «A arte é a compulsão do homem para a cristalização. (...) A natureza não é apenas o que o olho pode ver.

**Palavras-chave:** Edvard Munch, pintura moderna, expressividade, representação, realismo.

### EDVARD MUNCH OR THE IMAGE AS AN INTENSIFIER OF THE REAL

Edvard Munch (1863-1944) stood out as one of the forerunners of modern painting. As well as being a painter and engraver, Munch experimented with photography and the theatre, designing scenarios, posters and models. Imbued with a restless spirit, his work recreates the real, a troubled existence in a historical and artistic age of intensity and great transformations. As he himself observed: "Art is man's urge to crystallise. (...) Nature is not only what the eye can see."

**Keywords:** Edvard Munch, modern painting, expressivity, representation, realism.

### EDVARD MUNCH OU L'IMAGE EN TANT QU'INTENSIFICATRICE DU RÉEL

Edvard Munch (1863-1944) est connu comme un des précurseurs de la peinture moderne. Il fut peintre et graveur et fit des incursions dans le domaine de la photographie et du théâtre, notamment dans la conception de scénographies, panneaux et figurines. Imbu d'un esprit inquiet, son œuvre recrée le réel, à travers le vécu agité d'une époque historique et artistique intense et de grandes transformations. Comme lui-même l'a observé: «L'art est la compulsion de homme vers la cristallisation.(...) La nature n'est pas seulement ce que l'œil peut voir.

**Mots-clé:** Edvard Munch, peinture moderne, expressivité, représentation, réalisme.

## ANTÓNIO AUGUSTO SIMÕES RODRIGUES

## ANTÓNIO MANUEL MATOSO MARTINHO

### O ENSINO TÉCNICO: UM DIFÍCIL EQUILÍBRIO ENTRE A FILOSOFIA EDUCATIVA, O CONSERVADORISMO E A DINÂMICA ECONÓMICA

Imagens de um ensino que não foi neutro no seu aparente utilitarismo, nasceu e morreu polémico porque, na sua essência, tocou a esfera da ideologia.
Nascido, possivelmente, nas corpo-

### VOCATIONAL TRAINING: A DIFFICULT BALANCE BETWEEN EDUCATIONAL PHILOSOPHY, CONSERVATISM AND ECONOMIC CHANGE

The idea of an education that was not neutral in its apparent utilitarianism was born and died in controversy because, in its essence, it touched on the ideological.

### L'ENSEIGNEMENT TECHNIQUE: UN ÉQUILIBRE DIFFICILE ENTRE LA PHILOSOPHIE ÉDUCATIVE, LE CONSERVATISME ET LA DYNAMIQUE ÉCONOMIQUE

Images d'un enseignement qui ne fut pas neutre dans son apparent utilitarisme, est né et mort polémique car, dans son essence, il a touché la sphère de l'idéologie.

rações medievais, firmou-se com as reformas educativas pombalinas, robusteceu-se no Liberalismo com legislação de António Augusto de Aguiar, atingiu brilho com a acção de Emídio Navarro que o abriu também ao sector feminino, estabilizou com João Franco Castelo Branco, numa simbiose entre o ensino teórico e prático.
Com a República e com Brito Camacho sofreu novo impulso que teria tido maior amplidão se tivesse vingado a reforma de Sidónio Pais.
No período da Ditadura Militar, em 1930, caminhou para a sua acentuada profissionalização e, no Estado Novo, com Pires de Lima e Leite Pinto e com o lançamento dos Planos de Fomento atingiu com processos de aprendizagem, virados para a actividade e criatividade um importante papel no panorama do nosso ensino, formando não só técnicos cada vez mais necessários ao crescimento económico e, também, por ter recebido uma boa parte da crescente massa escolar que saturava a capacidade dos liceus, um ensino marcadamente elitista.
Veiga Simão não reformou o ensino técnico, englobou-o, fez-lhe perder carácter e identidade. A legislação de 1975 desferiu-lhe o golpe de morte ao instituir o Ciclo Complementar do Ensino Secundário.

Born, possibly, in the medieval corporations, vocational training became established with the Pombaline educational reforms, grew stronger during Liberalism with the legislation of António Augusto de Aguiar, shone under Emídio Navarro, who opened it up to women, and achieved stability with João Franco Castelo Branco, in a symbiosis between theoretical and practical instruction.
With the Republic and Brito Camacho, it would be given a new impulse, which would have been greater had the reforms of Sidónio Pais been passed.
Under the Military Dictatorship, in 1930, vocational training became more professional and under the New State, with Pires de Lima and Leite Pinto and the launch of the Incentive Plans, it focussed more on apprenticeship geared towards activity and creativity, now playing an important role on the educational landscape. Not only were the specialists needed for economic growth trained under this programme, but it also received a growing portion of a school population that was saturating the capacity of the high schools, which were markedly elitist in flavour.
Veiga Simão did not reform vocational training, but rather made it all-inclusive, leading to its loss of character and identity. The 1975 legislation dealt the death blow by instituting the Complementary Cycle of Secondary Education.

Né, probablement, dans les corporations médiévales, il s'est fixé moyennant les réformes éducatives pombalines, s'est renforcé lors du Libéralisme avec la législation de António Augusto de Aguiar, a brillé avec l'action de Emídio Navarro qui l'a ouvert également au secteur féminin, s'est stabilisé avec João Franco Castelo Branco, en une symbiose entre l'enseignement théorique et pratique.
Avec la République et Brito Camacho, il a connu une nouvelle impulsion qui aurait eu plus d'amplitude si la réforme de Sidónio Pais avait gagné.
Durant la Dictature Militaire, en 1930, il a suivi la voie d'une professionnalisation accentuée et, sous l'Etat Nouveau, avec Pires de Lima et Leite Pinto et le lancement des Plans de Fomentation, il a atteint moyennant des processus d'apprentissage, tournés vers l'activité et la créativité, un rôle important dans le panorama de notre enseignement, en formant non seulement des techniciens de plus en plus nécessaires à la croissance économique et, aussi, parce qu'il a reçu une bonne partie de la croissante masse scolaire qui saturait la capacité des lycées, un enseignement élitiste par excellence.
Veiga Simão n'a pas réformé l'enseignement technique, il l'a englobé, lui a fait perdre son caractère et son identité. La législation de 1975 lui a assené le coup de grâce en instituant le Cycle Complémentaire de l'Enseignement Secondaire.

**Palavras-chave:** instrução pública, ensino técnico, especialização/regionalização do ensino industrial, plano de fomento, capital humano.

**Keywords:** state education, vocational training, specialisation/regionalisation of industrial training, incentive plan, human capital.

**Mots-clé:** instruction publique, enseignement technique, spécialisation/régionalisation de l'enseignement industriel, plan de fomentation, capital humain.

AUGUSTO MONTEIRO

# "Heróis do lar, nação católica e rural": os "livros únicos" do ensino primário no Estado Novo

Os livros de leitura, de utilização intensiva no quotidiano escolar, contam-se entre os manuais escolares, que são objecto de maior investimento e controlo.
Com Carneiro Pacheco assiste-se à construção dessa escola que devia ser a "sagrada oficina das almas." Decretam-se (em 1936) *compêndios únicos de leitura*, "com as matérias de todas as disciplinas", para cada classe do (obrigatório) ensino primário elementar. Enquanto não chegam os "únicos livros", livros de leitura, já existentes, são objecto de alterações cirúrgicas.
O primeiro "único livro" e "livro único", só sai em 1941: *O livro da primeira classe*. Cada um destes livros, com a chancela do Ministério, devia ser *o livro único* que fosse todos os livros. O que mais povoa as páginas, dos *Livros* da 1ª, da 2ª (1944) e da 3ª (1951) classes, são os *heróis* (melhor: as *heroínas*) *do lar*..., a *nação católica e rural*. Destes manuais, que se mostram mais consequentes nos planos ideológico e axiológico, vê-se com mais nitidez o salazarismo...

**Palavras-chave:** livro de leitura, "único livro"- "livro único", endoutrinação / inculcação, valores, ideologia.

# "Heroes of the home, Catholic and rural nation": the "single books" of primary education in the New State

The reading books used intensively every day in schools are among the textbooks that receive greatest investment and control.
With Carneiro Pacheco, we witness the building of the school as a "sacred workshop of souls." In 1936, *single reading compendia* were decreed, "with texts on all subjects", for each class of (mandatory) elementary primary education. While waiting for the "single books" to arrive, the reading books already in place were subject to surgical alterations.
The first "single book" and "sole book" is only released in 1941: *The book of the first grade.* Each of these books, with the Ministry's seal of approval, should be the *sole book* to replace all books. Most of the pages of the 1st, 2nd (1944) and 3rd (1951) grade *Books* are filled with the *heroes* (or better: the *heroines*) *of the home..., the Catholic and rural nation.* It is through these textbooks, whose bearing is most significant on an ideological and axiological level, that one can observe the nature of Salazarism most clearly...

**Keywords:** reading book; "sole book" – "single book", indoctrination/inculcation, values, ideology.

# "Héros du foyer, nation catholique et rurale": les "livres uniques" de l'enseignement primaire sous l'Etat Nouveau

Les livres de lecture, à utilisation intensive dans le quotidien scolaire, comptent parmi les manuels scolaires, qui font l'objet d'un plus grand investissement et contrôle.
Avec Carneiro Pacheco on assiste à la construction de cette école qui devait être "l'atelier sacré des âmes." On décrète (en 1936) des *manuels uniques de lecture*, "avec les matières de toutes les disciplines", pour chaque classe de l'enseignement (obligatoire) primaire élémentaire. Tant que n'arrivent pas les "uniques livres", les livres de lectures, déjà existants, font l'objet de modifications chirurgicales.
Le premier "unique livre" et "livre unique", n'est sorti qu'en 1941: *Le livre du CP*. Chacun de ces livres, portant le seeau du Ministère, devait être *le livre unique* qui serait tous les livres. Ce qui peuple davantage les pages, des *Livres* des classes de CP, CE 1 (1944) et CE 2 (1951), sont les *héros* (ou plutôt: les *héroïnes*) *du foyer* ..., la *nation catholique et rurale*. A partir de ces manuels, qui sont plus conséquents sur les plans idéologique et axiologique, on voit plus nettement le salazarisme ...

**Mots-clé:** livre de lecture, "unique livre"- "livre unique" endoctrinement / inculcation, valeurs, idéologie.

## LUÍS MOTA

MEMÓRIA(S), IMAGENS DO PASSADO E DISCURSOS IDENTITÁRIOS NA IMPRENSA ESCOLAR

MEMÓRY (IES), IMAGES OF THE PAST AND IDENTITY SPEECHES IN SCHOOL'S PRESS

MÉMOIRE(S), IMAGES DU PASSÉ ET DISCOURS IDENTITAIRES DANS LA PRESSE SCOLAIRE

Considerando a memória histórica como um tipo de memória colectiva e uma memória social, reconhecendo na sua génese, para além da tradição científica, uma multiplicidade de fontes, para a sua abordagem durante o Estado Novo, o presente estudo coloca o enfoque nos discursos produzidos pelos(as) alunos(as)-mestres(as) da Escola do Magistério Primário de Coimbra, no jornal *Rumo*. Da análise emerge uma certa leitura da História de Portugal, marcada pela hipervalorização do papel individual dos actores sociais, uma perspectiva sobre o ensino da História e uma visão de Portugal – enquanto nação, e dos portugueses.

The present study places the approach in the speeches produced for the pupils-masters of the Escola do Magistério Primário de Coimbra, in the periodical *Rumo*. To pursue its purpose this paper takes into account the historical memory as a type of collective and social memories, recognizing in its *genesis*, beyond the scientific tradition, a multiplicity of sources for its boarding during the *Estado Novo*. Of the analysis it emerges a certain reading of the History of Portugal, marked for the excessive valorisation of the individual paper of the social actors, a perspective on the History's teaching and a vision of Portugal – while a nation, and of the Portuguese.

En considérant la mémoire historique comme un type de mémoire collective et une mémoire sociale, en reconnaissant dans sa genèse, outre la tradition scientifique, une multiplicité de sources, pour son approche pendant l'*Estado Novo* cette étude met l'accent sur les discours produits par les *élèves-maîtres* de l'École Normale de Coimbra, dans le journal *Rumo*. De l'analyse émerge une certaine lecture de l'Histoire du Portugal, marquée par l'hypervalorisation du rôle individuel des acteurs sociaux, une perspective sur l'enseignement de l'Histoire et une vision du Portugal – comme nation, et des Portugais.

**Palavras-chave:** memória histórica, Estado Novo, História de Portugal, Magistério Primário.

**Keywords:** historic memory, *Estado Novo* , History of Portugal, Magistério Primário.

**Mots-clé:** mémoire historique, *Estado Novo*, Histoire du Portugal, École Normale.

## CLARA ISABEL SERRANO

MANUAIS ESCOLARES: "A PONTE E A PORTA" DA VIDA E DA CULTURA

SCHOOL TEXTBOOKS: "THE BRIDGE AND THE DOOR" TO LIFE AND CULTURE

MANUELS SCOLAIRES: "LE PONT ET LA PORTE" DE LA VIE ET DE LA CULTURE

Desde há muito que o manual escolar, suporte tradicional de conteúdos educativos assim como de um conjunto de saberes considerado útil por parte da sociedade e de necessária assimilação, se constituiu como «objecto fascinante» para estudos de índole diversa. Este artigo pretende reflectir sobre a sua história, as suas funções, o

For many years the school textbook, the traditional vehicle for educational content and a body of knowledge deemed useful for assimilation into society, has been a "fascinating object" for studies of various types.
This article aims to reflect on its history, functions and status, how it was written, disseminated and

Depuis longtemps le manuel scolaire, support traditionnel de contenus éducatifs ainsi que d'un ensemble de savoirs tenus pour utiles de la part de la société et dont l'assimilation est nécessaire, représente un «objet fascinant» pour des études de différente nature.
Cet article souhaite réfléchir sur son histoire, ses fonctions, son

seu estatuto, os seus processos de concepção, difusão e apropriação, os seus objectivos, a sua adequação aos programas e os seus indicadores pedagógicos. Para, assim, inferir da sua importância enquanto transmissor de conhecimentos, de atitudes e valores, de guia, de 'ponte e porta' da vida e da cultura.

appropriated, and its objectives, suitability in terms of syllabus and pedagogic features. So as to infer, in this way, its importance as a conveyer of knowledge, attitudes and values, a guide, a 'bridge and door' to life and culture.

statut, ses processus de conception, diffusion et appropriation, ses objectifs, sa conformité aux programmes et ses indicateurs pédagogiques. Pour, de la sorte, inférer de son importance en tant que transmetteur de connaissances, d'attitudes et de valeurs, de guide, de 'ponte et de porte' de la vie et de la culture.

**Palavras-chave:** manuais escolares, ponte, porta, vida, cultura.

**Keywords:** school textbooks, bridge, door, life, culture.

**Mots-clé:** Manuels scolaires, pont, porte, vie, culture.

FERNANDO FAVA

## O Mito Sebástico : Realidade e Supra-realidade

Na génese do *Mito Sebástico* estão os sentimentos de um povo que renega o presente e almeja o futuro na visão e no orgulho que tem do seu passado, reputadamente glorioso. Desaparece o herói e sem haver certeza da sua morte ele passa a ser, num registo a-histórico, o Messias, com a missão de reconduzir esse «povo eleito» aquela sua *Idade de Ouro*.
Corridos os séculos, o Mito adquire novos cambiantes, novas colorações. Transformado em tema eminentemente cultural, debruçam-se sobre ele muitos e diferentes autores. Realçam-se os estudos feitos por Oliveira Martins, Sampaio Bruno e Fernando Pessoa.

## The Sebastian Myth: Reality and Supra-reality

At the source of the *Sebastian Myth* are the feelings of a people who renounce the present and long for a future based on the vision and pride they have of their glorious past. The hero disappears and, his death not certain, becomes a historical Messiah with a mission to guide his "chosen people" back to their *Golden Age*. Centuries later, the Myth acquires new shades, new colourings. It transforms into an eminently cultural theme, becoming an object of study for many different authors. The works of Oliveira Martins, Sampaio Bruno and Fernando Pessoa stand out in particular.

## Le Mythe du Sébastianisme : Réalité et Supra-réalité

Dans la genèse du *Mythe du Sébastianisme* se trouvent les sentiments d'un peuple qui renie le présent et désire le futur dans la vision et l'orgueil qu'il a de son passé, dont la réputation est glorieuse. Le héros disparaît et puisqu'il n'y a pas de certitude quant à sa mort, celui-ci devient, suivant un registre a-historique, le Messie, avec pour mission celle de reconduire ce «peuple élu» à celle qui fut son *Âge d'Or*.
Quelques siècles après, le Mythe acquiert de nouvelles variantes, de nouvelles colorations. Transformé en un thème éminemment culturel, beaucoup d'auteurs différents se penchent sur lui. On mettra en exergue, les études effectuées par Oliveira Martins, Sampaio Bruno et Fernando Pessoa.

**Palavras-chave:** sebastianismo, António Vieira, Oliveira Martins, Sampaio Bruno, Fernando Pessoa.

**Keywords:** sebastianism, António Vieira, Oliveira Martins, Sampaio Bruno, Fernando Pessoa.

**Mots-clé:** sébastianisme, António Vieira, Oliveira Martins, Sampaio Bruno, Fernando Pessoa

## MIGUEL SANTOS

O MITO DA ATLÂNTIDA NAS LEITURAS HISTORIOGRÁFICAS DO NACIONALISMO MONÁRQUICO

O pensamento produzido pelo nacionalismo monárquico depois da queda da monarquia estruturou-se em torno dos conceitos de Nação e Tradição. As suas leituras historiográficas, postas ao serviço da ideologia, colocaram no centro do seu discurso as noções de tempo e de uma visão da história que recuperava as estruturas essenciais do mito. Alguns sectores deste nacionalismo introduziram nas suas narrativas o mito da Atlântida, procurando assim fundamentar os seus conceitos estruturantes através de um regresso às supostas "origens" que o mito situava na ilha da Atlântida. As lições da história, assentes num determinismo étnico, deviam comprovar a força dinâmica do passado e alicerçar a crença no futuro da nação, mesmo quando isso significava uma ruptura com o presente, ou "tempo histórico", gerador de angústias e do sentimento de decadência que matizava o pensamento nacionalista integral.

**Palavras-chave:** mito, Atlântida, Nação, decadência, tempo histórico.

THE ATLANTIS MYTH IN HISTORIOGRAPHIC READINGS OF MONARCHICAL NATIONALISM

The thought produced by monarchical nationalism after the fall of the monarchy was structured around the concepts of Nation and Tradition. Its historiographic readings, put at the service of ideology, placed at the centre of its discourse the notions of time and a vision of history that recovered the essential structures of myth. Certain sectors of this nationalism introduced the Atlantis myth into their narratives, seeking to underpin their structural concepts by returning to the supposed "origins" which the myth set on the island of Atlantis. The lessons of history, based on ethnic determinism, should prove the dynamic force of the past and strengthen the belief in the future of the nation, even when this meant a break with the present, or "historical time", creator of angst and the feeling of decadence that coloured full nationalist thought.

**Keywords:** myth, Atlantis, Nation, decadence, historical time.

LE MYTHE DE L'ATLANTIDE DANS LES LECTURES HISTORIOGRAPHIQUES DU NATIONALISME MONARCHIQUE

La pensée produite par le nationalisme monarchique depuis la chute de la monarchie s'est structurée autour des concepts de Nation et de Tradition. Ses lectures historiographiques, mises au service de l'idéologie, ont placé au centre de leur discours les notions de temps et d'une vision de l'histoire qui récupère les structures essentielles du mythe. Certains secteurs de ce nationalisme ont introduit dans leurs récits le mythe de l'Atlantide, cherchant ainsi à justifier leurs concepts structurants à travers un retour aux supposées "origines" que le mythe situait sur l'île de l'Atlantide. Les leçons de l'histoire, basées sur un déterminisme ethnique, devaient prouver la force dynamique du passé et fonder la croyance dans le futur de la nation, même lorsque ceci signifiait une rupture avec le présent, ou le "temps historique", générateur d'angoisses et du sentiment de décadence qui nuançait la pensée nationaliste intégral.

**Mots-clé:** mythe, Atlantide, Nation, décadence, temps historique.

## FERNANDO PIMENTA

REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DA CULTURA COLONIAL DOS BRANCOS DE ANGOLA

Este artigo analisa as representações políticas da cultura colonial dos brancos de Angola, nomeadamente o papel da literatura no

POLITICAL REPRESENTATIONS OF WHITE COLONIAL CULTURE IN ANGOLA

This article analyses the political portrayals of white colonial culture in Angola, in particular the role of literature in the process of

REPRÉSENTATIONS POLITIQUES DE LA CULTURE COLONIALE DES BLANCS EN ANGOLA

Cet article analyse les représentations politiques de la culture coloniale des blancs d' Angola, notamment le rôle de la littérature

processo de construção da identidade nacional angolana. Fundamentais nesse processo foram determinadas associações com objectivos culturais – mas de fundo claramente político – , mais especificamente a Casa dos Estudantes do Império, a Associação dos Naturais de Angola e a Sociedade Cultural de Angola, as quais constituíram espaços privilegiados de consciencialização política nacionalista dos jovens angolanos brancos, mestiços e negros nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

building an Angolan national identity. Fundamental to this process were certain associations with cultural objectives - but with a clear underlying political agenda – including the House of Students of the Empire, the Angolan Association and the Angolan Cultural Society. These were ideal spaces for building a nationalist political conscience among young white, mixed and black Angolans in the 1940s, 50s and 60s.

dans le processus de construction de l'identité nationale angolaise. Certaines associations à objectifs culturels furent fondamentales dans ce processus – bien qu'elles aient un fond clairement politique – , plus spécifiquement la Casa dos Estudantes do Império (*Maison des Etudiants de l'Empire*), l'Association des Originaires d'Angola et la Sociedade Cultural de Angola (*Société Culturelle d'Angola*), qui ont constitué des espaces privilégiés de prise de conscience politique nationaliste des jeunes angolais blancs, métisses et noirs dans les décennies 1940, 1950 et 1960.

**Palavras-chave:** Angola, colonialismo, nacionalismo, cultura, identidade.

**Keywords:** Angola, colonialism, nationalism, culture, identity.

**Mots-clé:** Angola, colonialisme, nationalisme, culture, identité.

JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA

## A Literatura de Propaganda Colonial no Portugal Contemporâneo Vintecentista

## Colonial Propaganda Literature in 20th Century Contemporary Portugal

## La Littérature de la Propagande Coloniale dans le Portugal Contemporain des Années Vingt

Uma das melhores estratégias para estimular o interesse pela preservação do património imperial português foi a criação de concursos e prémios literários. De facto a literatura colonial, nas suas múltiplas vertentes que iam desde as narrativas de viagem aos relatos de missionários e funcionários administrativos, servira para fazer a divulgação da ideia de império, sobretudo a partir dos finais do século XIX. Instituídos em 1926, ao tempo do Dr. Armando Cortesão, como primeiro Agente Geral das Colónias, a duração destes concursos estender-se-ia até 1951, sendo substituídos, a partir de 1954, por um conjunto de quatro prémios literários, que passamos a destacar: prémio "Camilo Pessanha", de poesia; prémio "Fernão Mendes Pinto", de novelística;

One of the best strategies for generating interest in the maintenance of the Portuguese empire was the creation of literary competitions and prizes. In fact colonial literature, in its multiple forms that ranged from travel narratives to reports by missionaries and civil servants, would serve to advertise the idea of empire, especially as of the end of the $19^{th}$ century. Introduced in 1926, during the time Dr. Armando Cortesão was first General Agent for the Colonies, these competitions would last until 1951. From 1954, they would be replaced by a set of four literary prizes: the "Camilo Pessanha" prize for poetry; the "Fernão Mendes Pinto" prize for novels; the "João de Barros" for history; and the "Frei João dos Santos" for

Une des meilleures stratégies afin de stimuler l'intérêt vis-à-vis la préservation du patrimoine impérial portugais fut la création de concours et de prix littéraires. En effet, la littérature coloniale, sous ses multiples formes qui allaient des récits de voyage aux récits de missionnaires et de fonctionnaires administratifs, servait à faire la promotion de l'idée d'empire, surtout à partir de la fin du XIXe siècle. Institués en 1926, du temps du Dr. Armando Cortesão, en sa qualité de premier Agent Général des Colonies, la durée de ces concours s'étendrait jusqu'en 1951, étant par la suite remplacés, à partir de 1954, par un ensemble de quatre prix littéraires, que nous soulignons: prix "Camilo Pessanha", de poésie; prix "Fernão Mendes Pinto", de

prémio "João de Barros", de história; prémio "Frei João dos Santos", de ensaio. Em 1969 foi acrescentado a estes prémios um outro, o de reportagem, com a designação de "Pêro Vaz de Caminha", em homenagem ao autor da "Carta" da descoberta do Brasil. Durante o período em que os concursos estiveram vigentes, (1926-1974), passara-se duma 1.ª fase de influência republicana, do exotismo ideológico da valorização do indígena (1926-1931), para uma 2.ª fase, a do "Império", do exotismo pitoresco das "raças escravas" que reflectiam a superioridade do etnocentrismo civilizacional e evangelizador do colonizador (1932-1951). Na 3.ª fase, a partir de 1954, dado que em 1952 e 1953 não houve concursos, as modalidades literárias foram reorganizadas e a ideologia dominante na atribuição dos prémios passaria a ser regida por uma perspectiva paternalista emergida das concepções lusotropicalistas teorizadas pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, em que a fraternidade cristã, a igualdade racial e a empatia com os indígenas seriam pressupostos a ter em conta na avaliação das obras a concurso.

**Palavras-chave:** colonialismo, ideologia, literatura, propaganda, totalitarismo.

essays. In 1969, a further prize for reporting was added, named the "Pêro Vaz de Caminha" prize in homage of the author of the "Letter" informing of the discovery of Brazil. During the period in which the competitions ran (1926-1974), they passed through a first phase of republican influence, of ideological exoticism that valued the indigenous inhabitant (1926-1931), to a second phase of "Empire", of picturesque exoticism portraying the "enslaved races" and reflecting the superiority of the coloniser's civilisational and evangelicising ethnocentricity (1932-1951). The third phase, after 1954, given that there were no competitions in 1952 and 1953, saw a reorganisation of the literary categories. The dominant ideology governing the award of the prizes would come to be governed by a paternalistic outlook that emerged from the "luso-tropicalist" ideas of Brazilian sociologist Gilberto Freyre, in which Christian brotherhood, racial equality and empathy with the indigenous peoples were assumptions to be taken into account when evaluating the works submitted.

**Keywords:** colonialism, ideology, literature, propaganda, totalitarianism.

récits; prix "João de Barros", d'histoire; prix "Frei João dos Santos", d'essai. En 1969, un autre prix s'est ajouté, celui du reportage, désigné "Pêro Vaz de Caminha", en hommage à l'auteur de la "Charte" de la découverte du Brésil. Durant la période pendant laquelle les concours étaient en vigueur, (1926-1974), nous sommes passés d'une 1ère phase à influence républicaine, de l'exotisme idéologique de la valorisation de l'indigène (1926-1931), à une 2ème phase, celle de "l'Empire", de l'exotisme pittoresque des "races esclaves" qui reflétaient la supériorité de l'ethnocentrisme de la civilisation et l'évangélisation du colonisateur (1932-1951). Dans la 3ème phase, à partir de 1954, étant donné qu'en 1952 et 1953 il n'y eût pas de concours, les modalités littéraires furent réorganisées et l'idéologie dominante dans l'attribution des prix serait désormais régie par une perspective paternaliste issue des conceptions *luso-tropicaliennes* théorisées par le sociologue brésilien Gilberto Freyre, où la fraternité chrétienne, l'égalité des races et l'empathie avec les indigènes seraient des présupposés à prendre en compte dans l'évaluation des ouvrages soumis au concours.

**Mots-clé:** colonialisme, idéologie, littérature, propagande, totalitarisme.

**SÉRGIO NETO**

### PERIÓDICOS DE TEMÁTICA ULTRAMARINA – CULTURA, PROPAGANDA E INFORMAÇÃO NA ANTECÂMARA DO ESTADO NOVO. O CASO DO JORNAL DA EUROPA (1927-1931)

Das muitas formas que a propaganda assume, a imprensa conta-se entre uma das mais subtis, tanto

### PERIODICALS WITH A COLONIAL THEME – CULTURE, PROPAGANDA AND INFORMATION IN THE ANTECHAMBER OF THE CASE OF JORNAL DA EUROPA (1927-1931)

Of the many forms taken by propaganda, the press is one of the most subtle, given that its main

### JOURNAUX À THÉMATIQUE ULTRAMARINE – CULTURE, PROPAGANDE ET INFORMATION DANS L'ANTICHAMBRE DE ESTADO NOVO. LE CAS DU JORNAL DA EUROPA (1927-1931)

D'entre toutes les formes qu'assume la propagande, la presse est parmi les plus subtiles, d'autant plus que

mais que a sua principal função é informar. Perante este panorama, o *Jornal da Europa*, que, durante o período da Ditadura Militar, teve certa preponderância junto dos meios coloniais, procurou conjugar propaganda e informação, privilegiando a cultura. Através das impressões de viagem, assim como de pequenos textos e poemas exemplares – subordinados à temática ultramarina –, foi seu intento seduzir e aliciar potenciais colonos a tomar o caminho que conduzia além-mar.
A estratégia, de resto, seria apanágio do Estado Novo, que fez da propaganda uma das suas estratégias mais importantes de manutenção no poder, com a revista *O Mundo Português* (1934-1947) a aproveitar muitos dos ensinamentos do *Jornal da Europa*.

function is to inform. As such, the *Jornal da Europa*, which was popular in the colonies during the period of the Military Dictatorship, sought to bring together propaganda and information, with a focus on culture. Through sketches of journeys, as well as short texts and poems on a colonial theme, its aim was to seduce and entice potential colonialists to take the road leading overseas.
This strategy would become a feature of the New State, in fact it turned into one of its most important tools for maintaining power, with the magazine *O Mundo Português* (1934-1947) taking good advantage of lessons learnt from the *Jornal da Europa*.

sa principale fonction est d'informer. Dans ce contexte, le *Jornal da Europa*, qui, durant la période de la Dictature Militaire, a connu une certaine prépondérance auprès des milieux coloniaux, a cherché à conjuguer la propagande et l'information, en privilégiant la culture. À travers des impressions de voyage, ainsi que de petits textes et poèmes exemplaires – subordonnés à la thématique ultramarine –, son intention fut de séduire et d'inciter des colons potentiels à prendre la route qui les conduirait outre-mer.
La stratégie, du reste, serait l'apanage de l'Etat Nouveau, qui a fait de la propagande une de ses stratégies les plus importantes pour son maintien au pouvoir, à travers la revue *O Mundo Português* (1934-1947) qui profitait de beaucoup des enseignements du *Jornal da Europa*.

**Palavras-chave:** ditadura militar, imprensa, propaganda, cultura, literatura de viagens.

**Keywords:** military dictatorship; press; propaganda; culture; travel literature.

**Mots-clé:** dictature militaire, presse, propagande, culture, littérature du voyage.

## JOÃO RUI PITA

### O 1º CONGRESSO NACIONAL DE FARMÁCIA (LISBOA, 1927) E A CULTURA FARMACÊUTICA PORTUGUESA

### THE 1ST NATIONAL PHARMACY CONGRESS (LISBON, 1927) AND PORTUGUESE PHARMACEUTICAL CULTURE

### LE 1ER CONGRÈS NATIONAL DE PHARMACIE (LISBOA, 1927) ET LA CULTURE PHARMACEUTIQUE PORTUGAISE

O *1º Congresso Nacional de Farmácia* realizou-se em Lisboa, em 1927. Foi a primeira grande manifestação desta natureza dos farmacêuticos portugueses e contou com número elevado de inscrições. Foi sobretudo um congresso de natureza socioprofissional embora tivessem sido discutidas algumas questões científicas. Os farmacêuticos sublinharam o papel da farmácia na sociedade e reforçaram o valor da farmácia, enquanto ciência e

The *1st National Pharmacy Congress* was held in Lisbon in 1927. It was the first great gathering of this nature of Portuguese pharmacists, attracting a large number of participants. It was primarily a congress of a socio-professional nature, although come scientific issues were also discussed. The pharmacists underlined the role of pharmacy in society and stressed its value as both a science and a profession.

Le *1er Congrès National de Pharmacie* s'est tenu à Lisbonne, en 1927. Ce fut la première grande manifestation de cette nature des pharmaciens portugais et il y eut un nombre élevé d'inscriptions. Ce fut surtout un congrès de nature socioprofessionnelle, même si certaines questions scientifiques furent débattues. Les pharmaciens ont souligné le rôle de la pharmacie au sein de la société et ont renforcé la valeur de

enquanto profissão. Foram feitas reflexões sobre várias áreas do exercício profissional que reflectiam as alterações que se faziam sentir no plano científico e técnico como foi o caso da industrialização do medicamento.

Reflections were made on several areas of profession practice, indicating the changes that were taking place in the scientific and technical spheres, such as the industrialisation of medicine production.

la pharmacie, en tant que science et en tant que profession. Des réflexions furent menées à bien dans différents domaines de l'exercice professionnel qui reflétaient les modifications qui se faisaient sentir sur le plan scientifique et technique, comme ce fut le cas au niveau de l'industrialisation du médicament.

**Palavras-chave:** 1º Congresso Nacional de Farmácia, farmácia, indústria farmacêutica, medicamento, farmacêutico.

**Keywords:** 1st National Pharmacy Congress, pharmacy, pharmaceutical industry, medicine, pharmacist.

**Mots-clé:** 1er Congrès National de Pharmacie; pharmacie; industrie pharmaceutique; médicament; pharmaceutique.

MANUEL CORREIA

ESPELHO MEU... – ILUSÃO BIOGRÁFICA E IDEAL HISTORIOGRÁFICO: A CONSTRUÇÃO DE EGAS MONIZ

MIRROR, MIRROR ON THE WALL... – BIOGRAPHICAL ILLUSION AND HISTORIOGRAPHIC IDEAL: THE CONSTRUCTION OF EGAS MONIZ

MIROIR, MON BEAU MIROIR... - ILLUSION BIOGRAPHIQUE ET IDÉAL HISTORIOGRAPHIQUE: LA CONSTRUCTION D'EGAS MONIZ

A construção biográfica de Egas Moniz glorifica, fundamentalmente, as suas realizações científicas e a distinção do Prémio Nobel que recebeu em 1949. Ora a reverência celebrativa tende a recusar a importância de características sociais e políticas que Moniz e os seus biógrafos desvalorizaram ou omitiram. Fizeram-no de acordo com uma série de procedimentos que designamos por "poder biográfico", influenciando em boa medida as narrativas posteriores. Propomos uma reflexão sobre a *auto-representação*, enquanto construção biográfica, revelando alguns resultados da pesquisa sócio-historiográfica que permitem o exame e a reelaboração das *representações* inscritas nas narrativas precedentes.

Egas Moniz's biographical construction glorifies above all his scientific achievements and the award of the Nobel Prize in 1949. This celebratory reverence is prone to deny the weigh of political and social features undervalued or omitted by Moniz himself and by his biographers. They did it through a series of procedures which we call the "biographic power", strongly influencing late narratives. We propose a reflection on self representation as biographic construction, revealing some results of a socio-historiographic inquiry allowing the exam and renew of the representations inscribed in the previous narratives.

La construction biographique d'Egas Moniz glorifie surtout ses exploits scientifiques et aussi la distinction du Prix Nobel qu'il a reçu en 1949. Or la révérence de type célébrateur a tendance à refuser l'importance des caractéristiques sociales et politiques que Moniz et ses biographes ont omises ou dévalorisées. Ils l'on fait suivant une série de procédures que nous appelons le « pouvoir biographique », influençant en bonne mesure les récits qui s'en suivirent. Nous proposons une réflexion sur l'autoreprésentation en tant que construction biographique, révélant des résultats de l'enquête socio-historiographique que permettent l'examen et la réélaboration des représentations inscrites dans les narratives précédentes.

**Palavras-chave:** Egas Moniz, representações, biografia, autobiografia, construção biográfica.

**Keywords:** Egas Moniz, representations, biography, Autobiography, biographic construction.

**Mots-clé:** Egas Moniz, représentations, biographie, autobiographie, construction biographique.

JOSÉ MORGADO PEREIRA

## A Evolução da Cultura Médica: A Revista de Neurologia e Psiquiatria (1888-1889)

O autor analisa os quatro números publicados da *Revista de Neurologia e Psiquiatria* (1888-1889), primeira publicação portuguesa destas especialidades, dirigida por Bettencourt Rodrigues (1854-1933). É passado em revista o conteúdo da publicação, referenciados brevemente os seus autores, assim como o noticiário, críticas ou comentários com importância histórica e científica, que testemunhavam o interesse crescente pelos temas, a tentativa de os divulgar, assim como o da divulgação dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos, e por outro lado o esforço de institucionalização da Psiquiatria, apontando-se lacunas e atrasos e pugnando pelo ensino oficial ainda inexistente, por nova legislação e reclamando a atenção dos poderes públicos.

**Palavras-chave**: neuropsiquiatria, história e institucionalização da psiquiatria, ensino da psiquiatria, cultura médica.

## The Evolution of Medical Culture: The Magazine of Neurology and Psychiatry (1888-1889)

The author analyses the four editions published of the *Magazine of Neurology and Psychiatry* (1888-1889), the first Portuguese publication on these specialisations, edited by Bettencourt Rodrigues (1854-1933). A review is made of the publication's content, with a brief description of its authors, as well as its news, criticism and opinions of historical and scientific importance. These reveal the growing interest in the issues, the effort to publicise them and the attempt to disseminate work by the most read and discussed foreign authors on the subject. On the other hand, the magazine demonstrates the efforts made towards institutionalising Psychiatry by identifying gaps and delays in the system, as well as reflecting the struggle to introduce official education and new legislation in the field by attracting the attention of the powers that be.

**Keywords:** neuropsychiatry, history and institutionalisation of psychiatry, teaching of psychiatry, medical culture.

## L'Evolution de la Culture Médicale: La Revue de Neurologie et de Psychiatrie (1888-1889)

L'auteur analyse les quatre numéros publiés de la *Revue de Neurologie et de Psychiatrie* (1888-1889), première publication portugaise de ces spécialités médicales, dirigée par Bettencourt Rodrigues (1854-1933). On passe en revue le contenu de la publication, on fait brièvement référence à ses auteurs, ainsi que les nouvelles, critiques ou commentaires ayant une importance historique et scientifique, qui témoignent de l'intérêt croissant porté à ces thèmes, la tentative de les diffuser, ainsi que la promotion des auteurs étrangers les plus lus et discutés, et d'autre part, l'effort d'institutionnalisation de la Psychiatrie, en faisant référence aux lacunes et aux retards et en luttant pour l'enseignement officiel encore inexistant, pour une nouvelle législation et en réclamant aussi l'attention des pouvoirs publics.

**Mots-clé**: neuropsychiatrie, histoire et institutionnalisation de la psychiatrie, enseignement de la psychiatrie, culture médicale.

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REVISTA, NORMAS DE ARBITRAGEM CIENTÍFICA, DA APRESENTAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A revista Estudos do Século XX é propriedade do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), financiado plurianualmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra.
2. Cada número da revista tem obrigatoriamente uma ficha técnica que será publicada em lugar destacado.
3. A Direcção da revista é constituída pelo director e por dois secretários, sendo um deles o coordenador do respectivo número. No entanto, um número da revista poderá eventualmente ter dois coordenadores.
4. O Conselho Editorial da revista é constituído por todos os membros doutorados e pelos coordenadores dos grupos de trabalho, mesmo que não sejam doutorados. Também poderão participar nesse Conselho os membros ou alguns membros da Comissão de Acompanhamento do CEIS20 ou outros investigadores estrangeiros que forem considerados importantes para garantir o nível científico da revista.
5. A revista, essencialmente temática, tem como finalidade primordial dar a conhecer os resultados das investigações que se vão realizando sobre o século XX, abrangendo de forma preferencial as actividades do Centro, as áreas que constituem os objectivos científicos dos seus grupos de trabalho e os projectos de investigação em curso.
6. Tendo em conta a finalidade referida, colaborarão na revista com artigos científicos, recensões, notícias ou outro tipo de trabalhos, os membros do CEIS20 e outros investigadores de reconhecida idoneidade científica, de acordo com a temática de cada número. Neste caso, serão expressamente convidados, por proposta do seu respectivo coordenador e por decisão do Conselho Editorial.
7. Os artigos apresentados para publicação deverão ter até 30.000 caracteres e ser entregues em formato digital, acompanhados de uma impressão em papel, e processados em Microsoft Word em tipo Times sendo o texto, a espaço e meio em tamanho 12 (com excepção das transcrições destacadas, que deverão ser em tamanho 10 e sem aspas) e as notas de rodapé em tamanho 10. As citações devem obedecer ao modelo "clássico", e não ao modelo "americano", utilizando as siglas correntes.

> Exemplos:
> - Citação de um livro – APELIDO, Nome – *Título do livro*. Local, editora, data.
> - Citação de um artigo em obra colectiva – APELIDO, Nome – "Título do artigo". In: APELIDO, Nome – *Titulo do livro*. Local, editora, data, pp. xx-xx.
> - Citação de um artigo de revista: APELIDO, Nome – "Titulo do artigo". In: *Titulo da Revista*. Local, data, volume, pp. xx-xx.
> - Citação de um artigo da www: APELIDO, Nome – *Titulo do artigo*. Site (data de visualização)

8. Todos os artigos devem ser acompanhados de um resumo até 100 palavras, de preferência em português, francês e inglês e de cinco palavras-chave. Em caso de dificuldade por parte do autor, a Direcção da revista encarregar-se-á de mandar traduzir para as línguas estrangeiras.
9. Todos os artigos entregues serão lidos e aprovados pelo coordenador de cada número da revista e deverão ser também lidos pelos outros membros da Direcção e pelos membros do Conselho de Redacção especializados na área em que o artigo se enquadre. Em casos duvidosos, os artigos poderão ser analisados por dois especialistas estranhos a este Conselho. A decisão relativa à publicação terá em conta os seus pareceres.
10. Aos autores será facultada apenas a revisão das primeiras provas tipográficas.
11. A Direcção e a Editora reservam-se o direito de alterar as referências, citações, siglas utilizadas em notas e outros elementos formais, adaptando-os ao sistema adoptado na revista.
12. A cada autor será oferecido um exemplar do número da revista em que colaborou e 25 separatas.
13. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos autores.

· U  C · 2 